UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC/UNEB

ELÍLIA CAMARGO RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA-BA/PE: Narrativas sobre Lutas, Subjetividades e Construção Histórica no Vale do São Francisco

Salvador
Dez. 2023

ELÍLIA CAMARGO RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA-BA/PE: Narrativas sobre Lutas, Subjetividades e Construção Histórica no Vale do São Francisco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduc/UNEB), Linha de Pesquisa III – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

Coorientadora: Profª. Drª. Tânia Maria Hetkowski

Salvador

Dez. 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB: 5/918

R696e Rodrigues, Elilia Camargo.

Educação popular no território de Itaparica – BA/PE: narrativas sobre lutas, subjetividades e construção histórica no vale do São Francisco / Elilia Camargo Rodrigues. – Salvador, 2023.

302 f. : il.

Orientador: Antônio Dias Nascimento.

Coorientadora: Tânia Maria Hetkowski.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I. 2023.

Contém referências e apêndices.

1. Educação popular. 2. Educação – Aspetos políticos. 3. Educação – Aspectos sociais. 4 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. 5. Barragens e açudes – Aspectos

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA-BA/PE: NARRATIVAS SOBRE LUTAS, SUBJETIVIDADES E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

ELILIA CAMARGO RODRIGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, em 18 de dezembro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra

Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO JOSUE SOUZA DOS SANTOS
Data: 09/01/2024 11:38:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fábio Josué Souza Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil

gov.br Documento assinado digitalmente
SALOMAO ANTONIO MUFARREJ HAGE
Data: 02/01/2024 13:48:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Hage
Universidade Federal do Pará - UFPA
Doutorado em Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

Prof. Dr. Luciano Costa Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil

AGRADECIMENTOS

Ao dom da existência e à dádiva da convivência fraterna da família em que me formei, depois a que construí no percurso e caminhada da vida. A sequência em que se traduz a ordenação das presenças e partilhas sintetiza a fecundidade dessa existência.

A Maria (D. Lili), matriarca que encerrou seu ciclo na Terra, mas seu legado de amor ao próximo permanece vivo conosco, sete mulheres que percorreram seus destinos distantes do espaço natural de vivências. Paulo (Pai), legado de homem forte, comedido e calmo, gratidão pela sabedoria e sensatez com que nos ensina a viver. Célia Camargo (irmã/*in memorian*), nossas vidas foram decretadas pela tragédia da sua partida, mas sua passagem fortaleceu de aprendizagens a caminhada da vida. Mara Lúcia Camargo (Ude/irmã), exemplo de amor matriarcal convidativo a compartilhar momentos no seu âmago fraternal, manteve-se sempre ao meu lado nas piores dificuldades. Agradeço a segurança transmitida nos momentos difíceis, ao sabor do farto alimento à mesa que saciava não só a fome recorrente de alimentos, mas da alma que protegia. Ângela Camargo (Nina/irmã), inspiração maior, amor que dói de amar demais, grande sabedoria, fecundos aprendizados e partilhas similares de ideologias, queria dizer que chegamos juntas, a conquista é nossa, pois sei que muito do que há em mim aprendi com você. Luciana Camargo (Lú/irmã), desejo de amor incondicional na infância, marcado por caminhos e distâncias aparentes, no entanto, a fraternidade envolvente pode nos enlaçar a estarmos juntas em algum presente. Rita Camargo (irmã), peço desculpas, pois a falta de recursos não nos oportunizou aprender a te receber como merecia e sua degeneração bio-psíquica nos degenerou fraternalmente. Sem a culpa do tempo que não volta, temos a certeza que a sua presença nos proporcionou aprender a sermos seres humanos melhores. Isabela Camargo (Bel//irmã), sua força guerreira nos acerta e nos ensina que no desespero das dificuldades, o dia de calma sempre chegará amenizando a caminhada. Sobrinhos, sobrinhas, um pedido: revivam as nossas ancestralidades em suas vidas, porque é na memória que se vive o tempo de agora.

Aos filhos: Antônio e Sophia, amores incondicionais que brotam a cada dia, com vocês tenho certeza que a companhia se eterniza na simbologia da semente do amor que irradia. As nossas presenças são conexões de sentidos mais do que aproximativos, pois nessa extensão de almas e corpos seremos sempre passíveis em face ao tamanho do amor exequível. Ao companheiro Pablo Vinicius agradeço a tolerância em permanecer na convivência, como amores e amigos seremos capazes de vencer os desafios da coexistência. Para os amigos e

amigas presentes ou distantes, a felicidade em tê-los enobrece pela riqueza de compartilhar tantas alegrias juntos(as), sem querer citar nomes, pois seriam muitos, deixo minha gratidão.

Ao coletivo de organizações populares, precisamos seguir em marcha vivenciando menores contradições e mais resultados. Somos capazes de mudar a história, mas para isso o exercício de sair de si e encontrar a relevância do nós implica acreditar que o inimigo é o sistema. É preciso respirar a essência da humanização para transpirar a práxis da transformação.

Aos mestres, professores e professoras, guardo um grande carinho, pois a significância de cada aprendizado está salvaguardada no exercício da docência que se revela presente. Em especial a Antônio Dias (orientador), meus sinceros agradecimentos pela acolhida e por ensinar o exercício da humanização. Como falamos um dia, sinto-me parte do seu time. Tânia Hetkowski (Coorientadora), uma voz no silêncio. Gratidão pelas orientações, pela força e por ajudar a acertar o caminho. Seus retornos me enchiam de esperanças, diante das inseguranças consequentes do vazio de presenças. Sua chegada no momento de mais precisão significou uma etapa de importância marcada neste trabalho, que garantiu a finalização. A banca que se formou para avalição representa a culminância de uma interação mediatizada na formação do conhecimento acadêmico. Obrigada, Luciano Costa, Salomão Hage e Fábio Santos pelo aceite do convite e pela coerência dos posicionamentos trilhados na caminhada.

RESUMO

RODRIGUES, Elilia Camargo. EDUCAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA-BA/PE: Narrativas sobre Lutas, Subjetividades e Construção Histórica no Vale do São Francisco. 2023. 315 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2023.

O presente estudo tem como objetivo principal apresentar a realidade de participação narrada pelas lideranças que atuam em organizações populares de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, tendo em vista o desenvolvimento de uma Educação Popular no Território Itaparica-BA/PE. A investigação atende ao aporte fenomenológico no âmbito das investigações qualitativas, diante da significação dessas lideranças, sujeitos da pesquisa e narradores das suas realidades. Nesse sentido, as memórias de participação foram conhecimentos relevantes que auxiliaram na descrição da realidade e consistem em resultados da condução de entrevistas narrativas como procedimento metodológico de investigação. Na fundamentação teórica do trabalho destacam-se as contribuições de Merleau-Ponty (1999), na compreensão fenomenológica teórico-metodológica da investigação; Dussel (1977, 1995, 2012), Walsh (2013), Mbembe (2018, 2021) e Quijano (2005), como referências no debate sobre o contexto social da colonialidade e sua desconstrução atribuída como decolonialidade e descoloniazação; Ricoeur (2010), no diálogo que envolve histórias, tempos e narrativas; Saquet (2007) e Saquet e Spósito (2008), nos conceitos de território, territorialidade e desterritorialização; além de Paulo Freire (1987, 2011) e Oscar Jara (2020), no debate da Educação Popular. As considerações dessa realidade implicam em problemáticas sociais vivenciadas diante dos impactos na população atingida e na sociedade com repercussões em nível local e nacional das negligências cometidas com a implantação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) no território. As reações dos sujeitos perante as consequências dessas problemáticas respondem pela aderência a um contexto favorável para a organização da luta e da resistência, apoiada pela atuação da Teologia da Libertação, impulsionando a intensificação da cultura de participação vigente no território. Os resultados estão voltados ao reconhecimento de uma Educação Popular no território e constituem campo epistemológico e disciplinar que remete à formação da consciência política e à libertação dos sujeitos frente às injustiças da sociedade capitalista e da exclusão social.

Palavras-chave: Luta. Resistência. Território. CHESF. Educação Popular.

ABSTRACT

RODRIGUES, Elilia Camargo. POPULAR EDUCATION IN THE TERRITORY OF ITAPARICA-BA/PE: Narratives about Struggles, Subjectivities and Historical Construction in the São Francisco Valley. 2023. 309 f. Thesis (Doctorate Doctorate in Education and Contemporaneity) – Department of Education I, State University of Bahia (UNEB), Salvador, 2023.

The present study consists of a description of the reality of participation of leaders in popular organizations in the countryside and the city in the Territory of Itaparica-BA/PE and serves the phenomenological contribution within the scope of qualitative investigations, given the manifestation of these research subjects, as narrators of their realities. In this sense, the narratives and memories of participation were relevant knowledge that helped in the description of reality and consisted of the result of carrying out narrative interviews as a methodological investigation procedure. In the theoretical foundation of the work, they highlight the contributions of Merleau-Ponty (1999) in the theoretical-methodological phenomenological understanding of the investigation; Dussel (1977, 1995, 2012), Walsh (2013), Mbembe (2018, 2021) and Quijano (2005) as references in the debate on the social context of coloniality and its deconstruction attributed as decoloniality and decolonization; Ricoeur (2010) in the dialogue that involves stories, times and narratives; Saquet (2007) and Saquet and Sposito (2008) in the concepts of territory, territoriality and deterritorialization. Also Paulo Freire (1987, 2011) and Oscar Jara (2020), in the Popular Education debate. The negligence committed by CHESF, fostered a favorable context for the organization of struggle and resistance, supported by the actions of the Theology of Liberation, driving the intensification of the culture of participation in force in the territory. The research recognizes Popular Education as an epistemological field that refers to the formation of social consciousness and the liberation of subjects, in the face of the capitalist society of social exclusion.

Keywords: Subjects and Subjectivities. Territory. Struggles and Resistances. Popular Education.

RESUMEN

RODRIGUES, Elilia Camargo. EDUCACIÓN POPULAR EN EL TERRITORIO DE ITAPARICA-BA/PE: Narrativas sobre luchas, subjetividades y construcción histórica en el Valle de São Francisco. 2023. 309 f. Tesis (Doctorado en Educación y Contemporaneidad – Departamento de Educación I, Universidad Estadual de Bahía (UNEB), Salvador, 2023.

El presente estudio tiene como objetivo principal apresentar la participación narrada por líderes de organizaciones populares que trabajan en defensa de los trabajadores rurales, considerando el desarrollo de la educación popular en el territorio de Itaparica -Bahia/Pernambuco. La investigación sigue el método fenomenológico en el ámbito de las investigaciones cualitativas, dada la significación de los líderes sujetos de investigación y narradores de sus realidades. De esa forma, Fueron realizadas entrevistas narrativas que aportaron conocimientos relevantes sobre a realidad observada. En la fundamentación teórica del trabajo se destacan los aportes de: Merleau-Ponty (1999) con su comprensión fenomenológica; Dussel (1977, 1995, 2021), Walsh (2013), Mbembe (2018, 2021) y Quijano (2009), referentes en el debate sobre el contexto social de la colonialidad y su deconstrucción - decolonialidad y descolonización; Ricoeur (2010), dialogando con historias, tiempos y narrativas; Saquet (2007, 2008), con los conceptos de territorio, territorialidad y desterritorialización; además de Paulo Freire (1987, 2011) y Oscar Jara (2020), reflexionando sobre Educación Popular. Las consideraciones de la realidad estudiada implican en problemáticas sociales vivenciadas como consecuencia de los impactos provocados pela negligência en la implantación de la Compañía Hidroeléctrica del río San Francisco (CHESF) en el territorio e sua população, con repercusiones tanto a nível local cuanto nacional. Las reacciones de los sujetos afectados responden a un contexto favorable para la organización de la lucha y resistencia, apoyadas en la acción de la Teología de la Liberación, que intensifica la cultura de participación en el territorio. Los resultados apuntan al reconocimiento de la Educación Popular en el territorio y constituyen un campo epistemológico y disciplinar que se refiere a la formación de la conciencia política y la liberación de los sujetos frente a las injusticias de la sociedad capitalista y a la exclusión social.

Palabras clave: Lucha. Resistencia. Territorio. CHESF. Educación Popular.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Lideranças: cidade e campo	42
Figura 1 –	Cachoeira de Paulo Afonso – 1952	75
Figura 2 –	Acampamentos CHESF e Vila Poti	93
Figura 3 –	Localização espacial do Território Itaparica-BA/PE (TI)	95
Gráfico 2 –	Predominância da população no campo	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações populares, lideranças do campo e da cidade 41

Tabela 2 – Áreas do Território Itaparica-BA/PE 96

Tabela 3 – Universo democrático campo e cidade 99

Tabela 4 – Predominância populacional no campo (%) 100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CF	Constituição Federal
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura
COP3	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
COPA	Clube Operário de Paulo Afonso
CPA	Clube de Paulo Afonso
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEDCVIII	Departamento de Educação – Campus VIII
FETAG	Federação de Trabalhadores da Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrícola
MST	Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PROVALE	Programa de Desenvolvimento do Vale de São Francisco
SINERGIA	Sindicato Eletricitário da Bahia – Polo Paulo Afonso-BA
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Paulo Afonso-BA
STS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
2	**A EMERGÊNCIA DA PESQUISA FENOMENOLÓGICA**	20
2.1	A SUPERAÇÃO DO CONCEITO DE OBJETO	22
3	**SENTIDOS FENOMENOLÓGICOS DA PESQUISA: O PRIMADO DOS SUJEITOS E DAS SUBJETIVIDADES NO PERCURSO METODOLÓGICO**	26
3.1	AS LENTES DO POSITIVISMO E OS AVANÇOS DAS PESQUISAS	27
3.1.1	**Os modelos de conhecimento epistemológico no discurso da sua representação**	31
3.2	CONTEXTO SOCIAL E ESPACIAL DA PESQUISA	34
3.2.1	**Contexto Espacial da Pesquisa: Território e as Territorialidades (Re)Construídas**	39
3.3	OS SUJEITOS	41
3.4	AS ENTREVISTAS NARRATIVAS	45
3.5	INTERSUBJETIVIDADE DO SER PESQUISADORA E FAZER PESQUISAS	50
3.5.1	**Práxis: objetividade e subjetividade**	51
3.5.2	**Circunstâncias da Pesquisa**	56
4	**FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TERRITÓRIO ITAPARICA–BA/PE**	59
4.1	FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TERRITÓRIO ITAPARICA: ANÁLISE DA ORIGEM DE PAULO AFONSO-BA E GLÓRIA-BA	70
4.1.1	**A Invasão Colonial no Território**	74
4.1.2	**O Rio São Francisco**	75
4.1.3	**A História da Ocupação**	77
4.1.4	**Presença de Delmiro Gouveia**	79
4.1.6	**O Acampamento Chesf**	82
4.2	CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL, ECONÔMICA E OCUPACIONAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE ITAPARICA-BA/PE	94
4.3	INDICADORES DEMOGRÁFICOS: CIDADE E CAMPO	99

5 AS INTERFACES: HISTÓRIA, ORIGEM, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES AGREGADAS NA LUTA POR DIREITOS 104
5.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ANÁLISES DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES ATUANTES COMO TERRITÓRIO DE LUTAS 107
5.1.1 Igreja Católica e as pastorais 107
5.2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA DOS POVOS CONTRA A CHESF 117
5.2.1 Primeiro momento: a história de Alcides Modesto 118
5.2.2 Segundo momento: a atuação das pastorais vista por outras lideranças 122
5.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES AGREGADAS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM TERRA (MST) NO TERRITÓRIO DE LUTAS 128
5.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: UMA ANÁLISE DO SINDICALISMO NA CIDADE E NO CAMPO NO TERRITÓRIO ITAPARICA-BA/PE 137
5.4.1 Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura familiar de Paulo Afonso (SINTRAF) 144
5.4.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Glória-BA 150
5.4.3 Polo Sindical do Submédio São Francisco 152
5.4.4 Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA 155
5.4.5 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação da Bahia – APLB – Delegacia Hidroelétrica de Paulo Afonso 159
5.4.6 Movimento Indígena: o povo Kariri-Xokó e a luta permanente pelo reconhecimento do seu território 165
6 ENTRE GRITOS E GRETAS: OS IMPACTOS DA BARRAGEM DA CHESF E AS SEMEADURAS DAS LUTAS DE ITAPARICA, NO TERRITÓRIO 170
6.1 OS GRITOS DECOLONIAIS DE ITAPARICA 175
6.2 NAS GRETAS E SEMEADURAS DA LUTA DE ITAPARICA 183
6.3 A FORMAÇÃO DE SINDICATOS E FEDERAÇÕES E O PROTAGONISMO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES NA LUTA DE ITAPARICA 187

6.3.1 Fatos ocorridos na Luta de Itaparica 191
6.4 O ACORDO DE 1986, A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E O PROJETO JUSANTE 195
6.5 OUTRAS LIDERANÇAS DA LUTA DE ITAPARICA 202
6.5.1 Breve Museologia das Lideranças no Território 202
7 POR UMA EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS E PEDAGOGIAS INSURGENTES 207
7.1 DOMINAÇÃO E LIBERTAÇÃO 209
7.2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS NA AMÉRICA LATINA 212
7.2.1 Realidades de dominação na América Latina 212
7.2.2 Perspectiva conceitual da Educação Popular 217
7.2.3 Perspectiva epistemológica da Educação Popular 219
7.2.4 Por uma Pedagogia do oprimido como práxis da libertação 221
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 225
REFERÊNCIAS 229
APÊNDICE A – Entrevistas narrativas 238
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 322

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação do capitalismo no mundo condiciona a organização das sociedades da exclusão, naturalização das injustiças e institucionalização das desigualdades, vulnerabilizando a existência de sujeitos como minorias em condições sociais. Sendo assim, a realidade implicada na participação dessas minorias nas esferas de lutas tem sentido de garantia dessas existências marginalizadas na sociedade.

O processo cultural de participação subjetiva, individual e coletiva em organizações populares tem contribuído para mudanças de realidades na conquista de direitos sociais, tendo em vista o histórico das violências cometidas pelo projeto de poder capitalista e neoliberal. As sobrevivências materiais e imateriais dos povos são ameaçadas pelo modelo de sociedade o qual privilegia a elite burguesa em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, espoliados do sistema e submetidos à pobreza crescente.

O presente estudo consiste em uma descrição da realidade de participação de atores e atrizes, lideranças em organizações populares do campo e da cidade no Território Itaparica-BA/PE e atende ao aporte fenomenológico no âmbito das investigações qualitativas, diante da manifestação desses sujeitos da pesquisa como narradores das suas realidades. Nesse sentido, as memórias de participação foram conhecimentos relevantes que auxiliaram na descrição da realidade e consistem em resultado da condução de entrevistas narrativas como procedimento metodológico de investigação.

O estudo compreende a realidade de participação de dezoitos lideranças que atuam ou atuaram em oito organizações populares com a institucionalidade da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Denominadas de organizações populares, são elas: Pastoral Social; Associação dos Professores da Bahia (APLB) – Delegacia Hidroelétrica de Paulo Afonso-BA; Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA); Movimento Indígena; Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST); Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Paulo Afonso-BA (SINTRAF); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA; e Polo Sindical do Submédio São Francisco.

Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas narrativas, que possibilitaram entender as circunstâncias extremas de violências cometidas contra os sujeitos e culturas territorializadas, em detrimento da implantação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Nesse sentido, a abordagem apresenta registros da tragédia social que foi a problemática da Vila Poty, o sistema Itaparica e muitos outros impactos vivenciados e

consequentes das desumanidades ocorridas nas vidas marcadas pela existência de um projeto hidroelétrico faraônico de desenvolvimento do poder e da dominação capitalista.

É importante sublinhar que o campo empírico das entrevistas narrativas, conduzidas como uma comunicação horizontalizada, sem interferências e interrupções da pesquisadora, garantiu autonomia e espontaneidade aos diálogos. Nos relatos, os pontos selecionados sobre a origem, as experiências na educação escolar, visão de sociedade e religião foram reflexões baseadas nas percepções de realidades descritas pelas lideranças em organizações populares. Entender esses sujeitos coletivos, suas histórias de construção de territorialidades e (des)reterritorialização foi um caminho relevante para compreender, nesse cenário, as condições de sobrevivência política, econômica e cultural de povos inferiorizados pelo sistema no território. Nesse sentido, a abrangência do trabalho de campo permitiu um conhecimento aprofundado da realidade de pesquisa, muito embora a utilização literal no texto não tenha sido totalmente aproveitada, e encontre-se na sua versão completa no Apêndice A deste trabalho.

A Fenomenologia como aporte deste estudo, subsidiou a práxis de pesquisa da autora, assegurando a consolidação dos princípios dessa corrente de pensamento. E desses princípios destacamos a centralidade dos sujeitos na definição da realidade de pesquisa como um dos principais. Perceber e reconhecer a relevância desse princípio representou, como pesquisadora, o exercício prático da quebra do paradigma tradicional e seus ranços ainda vigentes nas pesquisas, permitindo o deslocamento da ideia de descrição do objeto para a descrição dos sujeitos. Aceitar os desafios dessas mudanças consistiu em adotar posturas e assumir o protagonismo das vozes dos sujeitos, visando fortalecer o lugar de quem descreve a realidade, possibilitando vida e realidade ao estudo fenomenológico e decolonial. Não tendo a determinação epistemológica positivista, pretensiosamente formulada para o distanciamento dos sujeitos nas pesquisas, declaramos que a descrição da realidade de pesquisa é revelada pelos sujeitos.

A representação geográfica da investigação tem como referência o território de Cidadania Itaparica-BA/PE, instituído entre os vinte e sete territórios reconhecidos legalmente nas instâncias políticas do Estado da Bahia, a partir de 2007, considerando as especificidades culturais de cada região. Esse território é composto por treze cidades e seus respectivos perímetros rurais, sendo os municípios de Paulo Afonso-BA e Glória-BA escolhidos para a pesquisa em razão de terem sediado a implantação da CHESF, o que representa "[…] um marco na história [...], uma vez que foi a primeira usina construída pelo Estado brasileiro e pelas características singulares da obra, sendo seu objetivo primordial permitir a industrialização da

Região Nordeste" (Ferreira, 2019, p. 11). Estas cidades foram diretamente atingidas pelas barragens que provocaram inundações, afetando a vida de pessoas e os ecossistemas locais.

Do ponto de vista epistemológico, destacam as contribuições de: Merleau-Ponty (1999) na compreensão fenomenológica teórico-metodológica da investigação; Dussel (1977, 1995, 201222), Walsh (2013), Mbembe (2018, 2021) e Quijano (2005) como referências no debate sobre o contexto social da colonialidade e sua desconstrução atribuída como decolonialidade e descoloniazação; Ricoeur (2010) no diálogo que envolve histórias, tempos e narrativas; Saquet (2007) e Saquet e Sposito (2008) nos conceitos de território, territorialidade e desterritorialização; além de Paulo Freire (1987, 2011) e Oscar Jara (2020) no debate da Educação Popular.

A construção epistemológica é consequência da minha caminhada acadêmica outrora revelada no mestrado, no debate sobre a Reconstrução do Processo de Identificação das Lideranças em Associações de Moradores dos Bairros Periféricos de Salvador-BA, com reflexos na trajetória da autora na docência da Educação Superior, inicialmente na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e depois na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), representando, nesse momento singular, a construção do pertencimento temático pelo reconhecimento identitário como mulher do campo e filha de lavradores do município de Urandi-BA. Durante o percurso desta jornada como educadora – UNEB-DEDC-VIII/Paulo Afonso-BA –, as vivências acadêmicas na área da Educação do Campo reforçaram o meu papel de pesquisadora engajada no projeto de universidade, em desenvolvimento.

De forma geral, o presente estudo é a materialização histórica das experiências vividas durante a trajetória da minha atuação, tanto como militante no papel de estudante, quanto como profissional da educação. Merecem destaques dessa atuação a participação em organização governamental (ONG) com crianças e adolescentes na Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), depois como assessora de escolas comunitárias na ONG Ágata Esmeralda, em Salvador-BA, também no exercício da docência da Educação Básica e, atualmente, na Educação Superior. Evidencia-se, neste trabalho, a educadora social, a professora e pesquisadora militante, a mãe e mulher campesina, que ao se fazer presente na luta orgânica como sindicalista e do movimento social (MST), participa do grito com os excluídos e excluídas contra o sistema opressor. Esta participação energiza-se, resultando na intensidade do desejo de atuar em busca constante do exercício de uma práxis popular, pedagógica, orgânica e fundamentada na consciência política e nas interpretações socioantropológicas da existência humana.

A discussão implicada em compreender a participação das lideranças em organizações populares atuantes no território Itaparica-BA/PE evidencia uma realidade descrita na memória daqueles e daquelas que lutam contra o projeto social capitalista de exclusão dos povos. Assim, anuncio como problema:

Como apresenta a realidade de participação, narrada pelas lideranças que atuam em organizações populares de luta, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, tendo em vista o desenvolvimento de uma educação popular no território Itaparica-BA/PE?

Com a pretensão de desenvolver a temática de pesquisa, os seguintes objetivos foram delineados, sendo o **geral**: descrever a realidade de participação, narrada pelas lideranças que atuam ou atuaram na organização da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, tendo em vista o desenvolvimento de uma educação popular no território Itaparica-BA/PE.

Os objetivos específicos são: **reconstruir** histórica e politicamente a realidade do território Itaparica-BA/PE, considerando a sua configuração espacial e as relações sociais. **Compreender** a origem das lideranças de organizações populares, refletindo as subjetividades, as territorialidades e a participação na constituição do território Itaparica-BA/PE. **Analisar** a educação popular na perspectiva conceitual, histórica, também como pressuposto epistemológico, teórico, filosófico e possibilidades de metodologias que subsidiam o exercício da práxis em diversos campos da ação educativa e no âmbito das relações societárias.

Nos campos de vivências e experiências na pesquisa, a interação com a concepção de mundo dos sujeitos envolvidos representa um mecanismo de percepção das realidades refletidas na mediação. O desejo de conceituar este mundo integra uma dinâmica que entende a existência no sentido de preservar a objetividade e suas representações como "[...] não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável" (Merleau-Ponty, 1999, p. 18).

Para tanto, o trabalho apresenta-se subdividido em seções, iniciando pela introdução, que se destaca como primeira seção por evidenciar em síntese o referencial metodológico, a justificativa, o problema de pesquisa e os objetivos.

A segunda seção compreende os sentidos fenomenológicos da investigação e o protagonismo dos sujeitos e subjetividades como fontes relevantes de conhecimentos que delimitam ações e direcionamentos metodológicos na pesquisa, respondendo pela caracterização de uma realidade. A emergência da fenomenologia como essencialidade nas investigações qualitativas envolvendo os sujeitos define a realidade de pesquisa, dispensando ranços positivistas, ainda que vigentes nas investigações. Discute também o espaço social da

pesquisa e as acepções de territórios e territorialidades (re)construídos como conhecimentos categóricos delimitados. Acrescenta na abordagem uma crítica ao positivismo como aporte direcionado a manter o distanciamento entre sujeito e objeto nas investigações, decretando a falência do primeiro e as evidências do segundo no qual corresponde para a manutenção da neutralidade nas pesquisas. Ademais, propõe a discussão do contexto social da pesquisa, apresentando as características dos sujeitos da investigação, as narrativas, a intersubjetividade do ser pesquisadora e fazer pesquisas, a importância da práxis e da objetividade e subjetividade do conhecimento. Para encerrar a seção, referenciamos as circunstâncias adversas da pesquisa.

A terceira seção colabora na descrição dos aspectos que envolvem a formação histórica e cultural do território Itaparica-BA/PE, a partir de análises sobre o processo ocupacional e no diálogo da origem e desenvolvimento dos territórios de Paulo Afonso-BA e Glória-BA. Inclui na discussão a invasão colonial do território, o rio São Francisco e a exuberância de suas caudalosas quedas d'água, alvo do poder e da dominação dos colonizadores no sistema capitalista brasileiro; trata das consequências advindas das intervenções da CHESF[1] no território, as violências cometidas diante da organização do Acampamento Chesf e a construção de um muro separatista que reforçou a desigualdade social. A discussão prioriza também a caracterização do território nos aspectos social, econômico e ocupacional, bem como os indicadores demográficos: cidade e campo.

A quarta seção analisa as interfaces da memória das lideranças, sujeitos da pesquisa, na percepção das suas origens e das territorialidades agregadas na luta por direitos. Apresenta para o debate a perspectiva de entender os lugares e espaços de vivências, os pertencimentos construídos, a constituição de um povo e a construção de uma multidimensionalidade de territórios consolidados pelos sujeitos nas relações estabelecidas com as existências sociais no percurso da vida. Reflete ainda os aspectos da historicidade das organizações populares atuantes como território de luta e refere a Teologia da Libertação na resistência dos povos contra a CHESF.

[1] Ao longo do texto a sigla do nome da empresa CHESF será evidenciada em letras maiúscula para diferenciar da denominação Acampamento Chesf, escrita em letras minúsculas.

A quinta seção descreve os impactos da barragem da CHESF e as lutas de Itaparica no território, na ótica conceitual de Walsh (2013), atribuída como gritos, gretas e semeaduras. Destaca os gritos decoloniais de Itaparica, de trabalhadores e trabalhadoras atingidos pelas barragens, pois tiveram seus territórios interrompidos com essas construções. As resistências favoreceram a intensificação e o fortalecimento das organizações populares do campo e da cidade no território e assim destacamos a formação de sindicatos, federações, polo, movimentos sociais. A seção registra o protagonismo das organizações populares na luta de Itaparica, apresentando uma breve museologia das lideranças no território.

Propomos como discussão na sexta parte deste trabalho, o debate sobre a Educação Popular na perspectiva conceitual, trazendo para a análise a relevância histórica das lutas sociais na América Latina. A reflexão tem foco em ressaltar este campo como pressuposto epistemológico, buscando os sentidos teórico, filosófico, metodológico e, principalmente, como práxis entre sujeitos dotados de consciência crítica, adquirida na formação de uma educação que tem em vista a libertação das opressões do sistema.

A sétima e última seção traz as considerações finais acerca da pesquisa desenvolvida, apresentando os resultados dos caminhos percorridos no processo da investigação.

2 A EMERGÊNCIA DA PESQUISA FENOMENOLÓGICA

A abordagem fenomenológica consiste em uma máxima filosófica incorporada a esse estudo, produz uma conexão de sentidos objetivos, subjetivos e intersubjetivos que instrumentalizam a práxis da pesquisa. E, assim, a sua definição apresenta-se como fundamento para entender a "essência da percepção, essência da consciência" (Merleau-Ponty, 1999, p. 1), sem retirar sua atribuição de reposição das essências na experiência. Trata-se de uma filosofia transcendental que "[…] coloca em suspenso para compreender as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre 'ali', antes da reflexão como uma presença inalienável […]" (Merleau-Ponty, 1999, p. 1). Esse aporte consiste em reencontrar o contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico.

No sentido de entender a conexão fenomenológica desta pesquisa, apresentaremos alguns aspectos experienciados como práxis do trabalho empírico que subsidiaram os procedimentos metodológicos desse aporte teórico, trazendo premissas as quais oferecem evidências e legitimidade à investigação. Desta maneira, tais aspectos são: relação de **aproximação** com os sujeitos; a **flexibilidade para as mudanças** necessárias; realidade de pesquisa descrita pelos sujeitos a partir da interpretação de suas subjetividades; a definição da realidade de pesquisa e de muitos outros aspectos que, implícitos, são compreendidos nas entrelinhas desta abordagem.

O primeiro aspecto que apresentaremos para esta discussão refere-se à aproximação da pesquisadora com os sujeitos de investigação, as lideranças de organizações populares, mediante contatos, convites e realização de entrevistas narrativas. Esta aproximação configurou-se como exercício de uma práxis e, ao mesmo tempo, uma conexão de sentidos que reforçam o compromisso com a significação, valorização e protagonismo dos sujeitos e suas subjetividades que, ao descreverem suas memórias outrora vivenciadas como trajetórias de lutas e enfrentamentos, confirmam a importância da participação e do envolvimento em organizações populares. As trajetórias analisadas permitiram compreender a história do território com base nas particularidades de cada uma delas e foram direcionadas à interpretação da realidade de pesquisa, uma vez que a "subjetividade não é uma identidade imóvel consigo mesma: para ser subjetiva, é indispensável, assim como ao tempo, se abrir para um outro e sair de si" (Merleau-Ponty, 2006, p. 571). Tal sentido de aproximação consolida-se como um campo de relevância para o estudo de categorias de análises que serão discutidas neste estudo.

A flexibilidade para mudanças ao longo do processo de definição estrutural da pesquisa foi outro aspecto que ajudou a promover uma investigação dinâmica que não se estabeleceu como projeto estático, mas se complexificou a cada momento em um movimento dialético e dialógico consigo e com o outro. Não é fácil incorporar a integralidade da Fenomenologia como fundamento epistêmico de pesquisa, compreendendo nos sujeitos e subjetividades o lócus de informações sobre uma realidade descrita como vivências e experiências, principalmente quando as normativas acadêmicas estão centralizadas a pensar a pesquisa em formato tradicional como problema, objeto, objetivos e métodos.

Dessa maneira, a relevância em admitir no sujeito, "[…] um mundo ou ser um mundo, quer dizer, manter em torno de si um sistema de significações […]" (Merleau-Ponty, 1999, p. 181), consiste em romper com o espectro da neutralidade, da exterioridade e da visão homogênea de mudo e sistema em que somos forjados como pesquisadores, assumindo o papel dos sujeitos no protagonismo do conhecimento.

Nas experiências com as narrativas das lideranças em organizações populares, observou-se mundos e sabedorias que se revelaram como um sistema de significação importante para o estudo. Por isso, considerar o sujeito como narrador da realidade, e perceber que este atributo não estava prevalecendo na organização estrutural da pesquisa como elemento fundante, provocou a necessidade de redefinição de imprecisões e incoerências detectadas, que até então não se havia previsto. Estas imprecisões reformuladas provocaram, no problema e objetivos da pesquisa, mudanças que impactaram a ordem dos conteúdos a serem analisados. Admitir os sujeitos e subjetividades como sistema de significação permite assumir, para qualquer estudo fenomenológico, a existência de uma dimensão representativa contida nesse campo.

A objetividade se apresenta descrita na realidade subjetiva representada pelos sujeitos, consolidando um fenômeno a ser estudado, visto que esse fenômeno tende a "se concentrar no que surge e como surge a partir do horizonte do mundo, do sistema e do ser" (Dussel, 1977, p. 22). A fluidez dessas mudanças, intensificada no desenvolvimento deste estudo, se evidencia como razão subjetiva de uma ciência que permite

> [...] compensar as oscilações do cogito, remover um cogito em benefício de um outro e ir encontrar a verdade de meu pensamento para além de sua aparência. No momento mesmo da ilusão, essa correção me era dada como possível, porque a ilusão também utiliza a mesma crença no mundo, só se contrai em aparência sólida graças a essa contribuição, e porque assim, sempre aberta a um horizonte de verificações presumidas, ela não me separa da verdade (Merleau-Ponty, 1999, p. 399).

Dessa feita, a flexibilidade consiste na adequação das mudanças necessárias quando existem indicativos presumidos de verificação ocorridos na trajetória da pesquisa. As mudanças foram imprescindíveis para ajustamentos de categorias, princípios teóricos e até mesmo posturas na construção e formação do perfil de pesquisadora que se transforma no curso da pesquisa.

O campo teórico fenomenológico assume a ideia de que" […] todo conhecimento e ação são condicionados pela mediação […] a partir (e não somente) do horizonte linguístico, a mediação do conhecer como percebo" (Dussel, 2012, p. 240). A mediação encontra-se na ação de reconhecimento das essências e existências reveladas pelos sujeitos na percepção de suas realidades e com isso o pesquisador descobre a realidade que o sujeito descreve a partir do "chão que se pisa" como campo empírico de investigação. Assim, ela se apresenta como parcial e validamente conhecida por uma comunidade, o que é ampliado pela investigação que capta a verdade conscientemente para sustentar o esforço de uma identidade futura (Dussel, 2012). A realidade apresenta-se como uma existencialidade consensual e intersubjetiva e opera afastando o pesquisador de ser aquele ou aquela "[…] que pensa tudo a partir dos meios acadêmicos ou a partir do 'sentido comum' de um branco, masculino e burguês protestante" (Dussel, 2012, p. 245, grifo do autor).

Na mediação dos processos metodológicos da pesquisa, a escuta atenta e sensível consiste em referência de outro elemento importante na investigação do campo empírico. Neste estudo, o processo consolidado na relação face a face com as lideranças tem em vista que a realidade pode ser compreendida nessa mediação, a partir da interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto, indivíduos se encontram na presença imediata de outros (Goffman, 1983).

2.1 A SUPERAÇÃO DO CONCEITO DE OBJETO

A possibilidade de descrição da realidade de pesquisa, tendo em vista a centralidade dos sujeitos, permite retratar essa realidade como campo de conhecimento em uma intenção de sentidos, admitindo a essência dos sujeitos de forma política e representativa de uma categoria e, principalmente, recolocando no lugar das noções de objeto de estudo, atribuições aos sujeitos em uma coerência de sentidos teórico-metodológico no campo da Fenomenologia. A essência positivista em que se denomina a categoria objeto significa etimologicamente como "o que está diante ou em frente" e se apresenta na sinonímia da sua definição, configurando como coisa

material, peça ou mesmo propósito ou intuito ou quando se cogita alcançar algo (Sinônimos, 2023).

O conceito atribuído às noções de objeto se afasta da proposta deste estudo, diante da prioridade estabelecida nas vivências e experiências intersubjetivas do fenômeno estudado, construindo pertinências em um "[...] movimento filosófico, político e intercultural dotado de objetividade e rigor […] com uma subjetividade transcendental […]. Esta perspectiva apresenta a visão de mundo como representação mediatizada de intercâmbios entre os sujeitos, 'um intermundo'" (Dartigues, 1992, p. 64, grifo do autor).

Merleau-Ponty (1999) corrobora com a discussão ao afirmar que a tradição cartesiana acomodou o desprendimento do objeto em relação ao sujeito, e diante dessa compreensão, entendemos que esta distância também se estabelece na simultaneidade presente no corpo e na alma,

> […] definindo o corpo como uma soma de partes sem interior, e a alma como um ser inteiramente presente a si mesmo, sem distância. Essas definições correlativas estabelecem a clareza em nós e fora de nós: transparência de um objeto sem dobras, transparência de um sujeito que é apenas aquilo que pensa ser. O objeto é objeto do começo ao fim, e a consciência é consciência do começo ao fim. Há dois sentidos e apenas dois sentidos da palavra existir: existe-se como coisa ou existe-se como consciência (Merleau-Ponty, 1999, p. 268).

Torna-se importante relatar que o projeto inicial deste estudo tinha prevalência no texto de uma linguagem em que se evidenciava a categoria de objeto na caracterização da realidade de pesquisa. Esta denominação, vista como um ranço positivista, significa a objetificação e distanciamento da percepção dos sujeitos, que pouco apareciam na significação desta realidade. Com isso, o distanciamento deste ranço consiste em uma mudança de postura da pesquisadora e encontra fundamento para reafirmação de uma existência como consciência e não como coisa. Diante dessa mudança, o conceito de objeto foi redefinido e substituído por outras expressões categóricas que buscam compreender a existência dessa subjetivação consciente, que surge do protagonismo dos sujeitos na pesquisa.

As expressões categóricas que substituem no texto o disciplinamento da compreensão de objeto estão representadas como realidade de pesquisa e acredita-se que os modelos de investigação que fortalecem o campo da subjetividade, as informações obtidas, envolvem direta e indiretamente os sujeitos e, para tanto, pretendem descrever o vivido, trazendo as essências e existências para a ordem das significações.

A interação com os sujeitos como fundamento para a descrição da realidade possibilitou a compreensão desse campo consubstanciado de conhecimentos relevantes, e nessa aproximação interativa, viabilizada por meio das entrevistas narrativas, revelou achados significativos e interpretativos para o estudo. Sendo assim, consideramos a importância do "alimentar" de conhecimentos sobre essas realidades mediante a utilização de metodologias que permitem proximidade com os sujeitos, transcrição de seus saberes em fontes primárias ou secundárias, pois é na consciência do sujeito que fenômenos aparecem, valendo-se da "subjetividade dos sujeitos" (Zeferino; Carraro, 2013, p. 829).

A simbologia do objeto utilizada para evidenciar uma realidade de pesquisa, muitas vezes, está implicada em anular os sujeitos, projetando-os como meros espectadores. São diversos os exemplos de situações que mostram o distanciamento dos sujeitos do estudo e podemos visualizar no perfil do(a) pesquisador(a) sem envolvimento com o campo empírico e também quando os instrumentos de investigação são elaborados de forma técnica para atender a um objetivo operacional, a exemplo dos questionários fechados. Estas situações e muitas outras similares remetem a uma relação disciplinar, que se direciona a considerar que existe análise da realidade sem a participação dos sujeitos, compositores desta realidade.

Dessa maneira, muitos outros mecanismos planejados para o desenvolvimento de uma pesquisa enquadram-se no disciplinamento das técnicas de investigação, diante da ação planejada de "aplicar" ou "coletar" dados, vistos como mecanismos instrumentais e operacionais para a obtenção de informações no campo empírico. Posto isso, os questionários fechados, as entrevistas estruturadas e a elaboração de hipóteses são exemplos desses mecanismos que, ao serem estruturados, correm o risco de distanciamento das realidades dos sujeitos.

Como paradigma positivista disciplinar nas pesquisas, há intenção para a necessidade de afastar a realidade, e pesquisadores que seguem essa tradição assumem uma postura neutra, protagonizam esse modelo e concebem a investigação como uma ação técnica sistematicamente disciplinar, diante das escolhas e procedimentos metodológicos adotados.

As pesquisas que se opõem aos preceitos positivistas precisam construir uma práxis incorporada a um movimento político de legitimidade aos conhecimentos que se oficializam adversos. Uma vez que construídos na quebra do paradigma que normatizou a ciência praticada longe dos sujeitos e realidades, evidenciam outro projeto de interpretação da realidade. Esta percepção, que se tornou alternativa e ao mesmo tempo assertiva, possibilita descrever as relações culturais que estão presentes nas essencialidades subjetivas, acreditando que: "O real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes,

nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis […]" (Zeferido; Carraro, 2013, p. 829). A concepção de realidade é presumida a partir dos sentidos apreendidos nas interações subjetiva e intersubjetiva dessa realidade.

Os sentidos de realidades apresentam-se nas investigações fenomenológicas implicados como recursos que viabilizam o alcance dessas realidades e, por esta razão, têm efeito significativo nos estudos que se orientam de perspectivas qualitativas, filosóficas e metodológicas, para tanto epistemológicas. Nas descobertas do trabalho empírico desta pesquisa, ficou evidente nas expressões das linguagens narradas as características das subjetividades sobressaindo como instrumentos de alcance da objetividade, visto que são conhecimentos "[…] construídos a partir do senso comum, […] vivenciado e experienciado e, com isso, estandardizado na tipificação do senso comum" (Zeferino; Carraro, 2013, p. 829), assim, um conhecimento da vida dos sujeitos.

Na crise do conhecimento tradicional disciplinar, a redefinição de ideias que dialogam com a flexibilidade, a escuta sensível e a aproximação com os sujeitos na pesquisa colaboram para a construção da subjetivação sem perdas de garantias da objetividade. Essas inovações de formatos na investigação do conhecimento, sincronizadas com as relações sociais próximas do vivido, alimentam de ideários qualitativos e reforçam a conceituação de pesquisa social porque revelam a ordem oculta do mundo informal, da vida subjetiva, na consciência intencionada em pensar como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros (Jovchelovitch; Bauer, 2002).

O debate a seguir discute a prevalência da teoria positivista como modelo nas investigações na estruturação de formatos, tipologias de pesquisas e de conhecimentos, diante do ranço do disciplinamento em campos e categorias de análise da realidade em face da legitimidade da produção científica acadêmica.

3 SENTIDOS FENOMENOLÓGICOS DA PESQUISA: O PRIMADO DOS SUJEITOS E DAS SUBJETIVIDADES NO PERCURSO METODOLÓGICO

> [...] para mim, o mundo é o conjunto das referências abertas por todo tipo de textos descritos ou poéticos que li, interpretei e gostei (Ricoeur, 2010, p. 137).

Esta seção discute o percurso teórico e metodológico da pesquisa sobre cultura de participação e lutas sociais no Território Itaparica-BA/PE, apresenta os princípios, os procedimentos e mecanismos elaborados que colaboraram como recursos da investigação para a descrição da realidade como estudo. Trata-se de uma pesquisa de natureza fenomenológica, fundamentada no trabalho de campo por meio de entrevistas narrativas de lideranças de organizações populares que relataram sobre a origem, escolaridade, atuação profissional e percepção de sociedade e religião. Assim sendo, a investigação colabora para a compreensão das essências e existências que foram descritas por estas lideranças, caracterizando a realidade de pesquisa.

A presente abordagem dedica-se a refletir sobre os procedimentos teóricos e metodológicos realizados como etapas necessárias para o exercício de pensar e realizar uma investigação. Esta parte da produção científica tem relevância em pesquisas como esta, pois contribue para fundamentar os conhecimentos teóricos e empiricamente adquiridos e por isso significativos, subsidiando e ressignificando realidades importantes que retratam memórias, histórias, ancestralidades, identidades e tantos outros aspectos que evidenciam de forma a compreender as relações dos sujeitos em suas realidades.

A trajetória de desenvolvimento do trabalho teórico de pesquisa tem representação de um artesanato intelectual e ao mesmo tempo envolvimento pessoal e produção intelectual no sentido de "juntar o que está fazendo profissionalmente e o que está experimentando como pessoa [...]" (Mills, 1982, p. 211-212). Com a analogia à colcha de retalhos, esta produção acadêmica apresenta as contribuições de pensadores no recorte teórico, bem como das lideranças atuantes em organizações populares, sujeitos do estudo, no recorte empírico. Torna-se relevante retratar que os atores e atrizes presentes na abordagem são partícipes da discussão e os resultados apresentam-se protagonizados no ineditismo da investigação e na construção de conhecimentos sobre participação, luta, resistência, territorialidade e educação popular. Nesse sentido, a participação de "vozes" representativas alusivas a esses pensadores e sujeitos faz parte de uma compreensão autêntica do estudo e esse universo corrobora como essência, reconhecimento e fortalecimento da realidade de investigação.

Esta seção dialoga com o campo da pesquisa fenomenológica, os diversos formatos e procedimentos adotados, as articulações e interações realizadas com os sujeitos da investigação nas entrevistas narrativas, vistas como uma "ponte" que viabilizou a construção de conhecimentos descritivos e relatáveis dos sujeitos da pesquisa. A abordagem está subdividida em: a emergência da pesquisa fenomenológica; lentes do positivismo e o avanço das pesquisas; contexto social e espacial da pesquisa; os sujeitos e as entrevistas narrativas. Sendo assim, os conteúdos ampliados ao longo desta seção permitem compreender os passos de uma longa caminhada rumo ao desenvolvimento de um trabalho de investigação. Nessa sequência, a subseção a seguir abre a discussão sobre a emergência da pesquisa fenomenológica como mecanismo de mediação e fundamentação do estudo.

3.1 AS LENTES DO POSITIVISMO E OS AVANÇOS DAS PESQUISAS

Os ranços positivistas vinculados às pesquisas são visíveis em muitas elaborações de estruturas metodológicas, tipologias categóricas e procedimentos técnicos de investigação. Esta tendência aproxima-se de uma visão que objetifica a existência, se distancia e enquadra sujeitos e subjetividades em realidades orquestradas hipoteticamente.

Gatti e André (2010), ao citarem os fundamentos da abordagem qualitativa, refletem sobre os princípios da Fenomenologia e suas influências no Interacionismo Simbólico, Etnometodologia, os Estudos Culturais e a Etnografia. Segundo essas autoras, em todas essas correntes é dada atenção especial ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos "às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e práticas […] que forjam as condutas dos atores sociais" (Gatti; André, 2010, p. 30). Esta recorrência aos sujeitos na pesquisa favorece a aproximação com as subjetividades.

As pesquisas em educação, comprometidas com a descrição de uma realidade social, consolidam-se em favor "[…] da vida, dos direitos humanos, do respeito aos outros, pela convivência pacífica com os diferentes" (Nascimento, 2008, p. 38) e com isso adotam caminhos favoráveis a uma prática ética e verdadeira.

Frente a essa concepção, a elaboração de enunciados prévios da realidade constitui uma forma de negligenciar as subjetividades e, neste ínterim, as investigações são orientadas em manter distâncias do pesquisador, sujeitos e existências. A utilização de hipóteses reforça a concepção de pesquisa pelo viés das "lentes" positivistas, e esta constatação justifica o afastamento deste recurso neste estudo. As abordagens qualitativas são essenciais e prioritárias

não somente “no desenvolvimento de pesquisas e teorias ou na avaliação de programas e políticas educacionais, mas também no processo de ensino-aprendizagem durante a formação de futuros profissionais que irão atuar no campo da educação” (Weller, 2010, p. 17).

As expressões “coleta de dados” e “aplicação”, presentes em muitas abordagens em pesquisas qualitativas, no geral, remetem a pensar em estratégias operacionais implicadas em retirar informações de alguém ou de um grupo, sem a mediação de diálogos. A pesquisa fenomenológica distancia-se dos formatos engessados porque se coloca diante de uma releitura dos paradigmas tradicionais que, ao promoverem a compreensão de ciência e conhecimento a partir de leis imutáveis, promove a neutralidade, a generalidade e a exterioridade, prevalecendo a concepção positivista do conhecimento distante da realidade. A ideia de ciência experimental e quantitativa integra as noções de “um padrão único de pesquisa para todas as ciências, calcado no modelo de estudos das ciências da natureza” (Chizzotti, 2017, p. 97).

Na ótica de Weller (2010, p. 289) sobre abordagem qualitativa, o campo empírico da pesquisa tem presença fundamental para a “abertura da comunicação, da processualidade, da reflexividade e da flexibilidade […]”. Tais aspectos vivenciados no processo interativo e intersubjetivo da pesquisadora, constituem mecanismos discutidos neste estudo.

Contudo, a análise de Gatti e André (2010, p.33) nos desafia a refletir sobre uma abordagem “revolucionária e transformadora, condenando o exílio do conservadorismo, os tratamentos quantitativos”. Acrescente-se que “o nível de realidade não pode ser quantificado” (Minayo, 1994, p. 14), porque “[…] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 2017, p. 98). Concebemos que os recursos metodológicos adotados nas pesquisas têm relação com o perfil dos(as) pesquisadores(as) por se apresentarem diante das escolhas políticas e ideológicas que envolvem a consciência social implicada, aproximando do compromisso de retratar a realidade social assim como ela se apresenta para os sujeitos.

A tradição moderna positivista colabora para a generalização dos comportamentos e para a negação das culturas originárias e tradicionais que foram ameaçadas no colonialismo europeu. Na verdade, este paradigma contribui para normalização das problemáticas sociais com a mesma intensidade que naturalizou as intervenções imperialistas na América Latina nos séculos XVIII e XIX, fomentando distâncias políticas que tendem a afastar o outro das condições de inclusão social e da estrutura do conhecimento. O binarismo cartesiano entre “o eu e o outro” se formou estabelecendo distâncias na concepção de humanidade existente em ricos e pobres e consolida uma realidade em duas faces, e assim de projetos políticos diferentes,

com perspectivas e valores também diferentes: “Do lado de cá os cultos, civilizados, racionais, éticos, produtores de verdades; do lado de lá os incultos, ignorantes, irracionais, primitivos, inconscientes” (Arroyo, 2014, p. 17).

Dessa maneira, a generalização, a naturalização e a neutralidade constituem estratégias políticas incorporadas às relações sociais estabelecidas nessa tradição positivista, corroborando para a manutenção do sistema capitalista e das desigualdades sociais. Nas distâncias estabelecidas do ponto de vista do conhecimento e dos processos políticos, econômicos e ideológicos, o geral ou total consistem em uma dispersão de realidades por negar as particularidades, acomodando a neutralidade no projeto de imparcialidade projetado. As consequências se revelam na anulação do envolvimento orgânico dos sujeitos e na construção de realidades. Neste dilema, o eu e o outro, a inclusão e a exclusão social passam a ser características da natureza do sistema no mundo da vida, é o que afirma a Filosofia da Libertação em Dussel (1995, p. 110, grifo do autor):

> Dentro de qualquer ‘mundo da vida’, comunidade de comunicação ou ética orientada para objetos (isto é, em qualquer horizonte ontológico com virtudes ou valores), sempre e necessariamente, existirá um Outro Oprimido, Negado […]. Só que esse oprimido é, muitas vezes, considerado coisa normal — como coisa que não existe ou, pelo menos, não é percebida nem descoberta, por estar oculta — pelos que buscam o bem, o objetivo *(*o *télos)*, as virtudes e os valores.

Na contramão desse sistema excludente, a concepção de identidades coletivas, implicada neste estudo consiste em um debate pautado no reconhecimento de sujeitos imersos na consciência da libertação, que lutam pela afirmação de identidades diante da naturalidade do sistema capitalista desigual no qual se mantém geral e neutro. São agentes que recorrem aos direitos, tentam reparar aqueles negligenciados e muitas outras ações a favor das pautas das categorias em luta; são atuações coletivas em organizações populares que assumem e apoiam outras pautas direta ou indiretamente ligadas às realidades de enfrentamentos. E assim as questões indígena, quilombola, do campesinato e tantas outras são representativas dessa luta e o sentido da libertação mencionado tem relação com a descoberta e reconhecimento, pelos sujeitos, do projeto político e societário de negação do outro, pois “A ordem de combate que se anuncia, então, é a seguinte: liberte a pessoa indignamente tratada neste outro oprimido […]” (Dussel, 1995, p. 111). A libertação é vista por Dussel (1995) como um ato, um procedimento prático, graças ao qual o sujeito não livre passa a ser atuante da liberdade.

A subjetividade coletiva representada na atuação orgânica das lideranças em organizações populares foi evidenciada como conceito diante das narrativas críticas de denúncias das violências do capitalismo, de um Estado neoliberal de poder supremacista sobre os territórios e os povos. Com isso reconhecem, confirmam e fortalecem os enfrentamentos e resistências dos povos originários, tradicionais, camponeses, ribeirinhos e muitos outros. Os resultados das subjetividades insurgentes desses agentes sociais mobilizados na sociedade garantem, muitas vezes, as sobrevivências material e imaterial, visto que na organicidade desse diálogo de enfrentamentos consolida-se uma cultura de participação com protestos e mobilizações contra injustiças e a favor dos direitos das minorias sociais.

Nessa cultura de participação, formam-se coletivos plurais e complexos diferentes culturalmente, e o parâmetro legítimo da igualdade declarado no sistema de leis e nas relações sociais, discutido na sociedade como condição política de existência de direitos individuais, passa a ser reconduzido como política de acolhimento e reparação à diversidade. Dessa maneira, compreendemos que na intenção de exemplificar a materialidade dessa cultura de participação, reconhecemos a sua existência em diversos formatos e assim como práxis em todos os campos de atuação política profissional, no campo espiritual, do entretenimento, nas instituições como família e Estado, na estrutura ideológica de origens, nas ancestralidades e em tantos outros campos. Significa afirmar que participar não é apenas estar presente como corpo na luta, mas saber que a sobrevivência depende das atuações políticas em todas as esferas, a partir do reconhecimento e da história de resistências para a garantia da existência.

É importante retratar a responsabilidade social das ciências humanas nas pesquisas em todos os campos, pois estão implicadas no compromisso de deslegitimar a realidade da supremacia das classes, das questões relacionadas a discriminações e preconceitos étnicos, de gênero e das diversas interseccionalidades existentes nessas relações de poder e dominação. É notável que a legitimidade das políticas de "igualdade para todos" na sociedade tem sentido de generalidade, neutralidade e naturalização das desigualdades, tendo em vista a não representação das diversidades e das interculturalidades destas políticas entre sujeitos e coletividades. Essas políticas têm presença na sustentação dos sistemas totalitários com um discurso da eugenia, da raça pura, da normalidade homogênea sobre os corpos, as etnias e as diferenças. Também planejam direta ou indiretamente uma sociedade que promove a dominação cultural branca, patriarcal e patrimonialista e atuam no genocídio dos povos pretos, mulheres, LGBTQP+ e muitos(as) outros (as). A generalidade como mecanismo político de interpretação da sociabilidade é um perigo, porque suprime sempre a individualidade subjetiva e comprime a diversidade existente na normalidade do sistema.

3.1.1 Os modelos de conhecimento epistemológico no discurso da sua representação

O debate sobre a produção do conhecimento epistemológico de representação das vivências relacionais comuns da vida reforça a capacidade de sua expansão na mediação das relações cotidianas entre sujeitos na sociedade. Com a finalidade de refletir as contribuições das ciências na sociedade e a construção de uma confiança epistemológica necessária, de modo que diminua o distanciamento existente entre os sensos crítico e comum, este pensamento se destaca como corroboração para entender a significação de um conhecimento sobre participação, que se efetiva na construção de uma realidade apresentada de forma colaborativa, a partir das evidências necessárias para a legitimidade do exercício da justiça e equidade social.

O paradigma dominante fundamentou a formação das ciências modernas e sua crise representou o afastamento com a perspectiva positivista, pois "chegamos nos finais do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de completarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios" (Santos, 2001, p. 10). Nesse sentido, a importância do exercício da intersubjetividade na formação do conhecimento tem em vista o rompimento com os modelos tradicionais de explicação da realidade, embora este modelo ainda repercuta nas práticas de investigação presentes nos perfis de pesquisadores e pesquisadoras concentradas na neutralidade científica, na exterioridade e na generalidade, nas pesquisas.

O princípio da neutralidade científica, desenvolvido como elemento presente na concepção de pesquisa no processo histórico de construção do conhecimento, considera sujeitos e contextos fontes adaptáveis a realidades pensadas, projetadas e legitimadas nas investigações. Nas pesquisas fenomenológicas, a interação entre os sujeitos e as subjetividades é um mecanismo de mediação instrumental prioritário que viabiliza o entendimento e a descrição de realidades e assim o conhecimento não se enquadra em leis imutáveis, inflexíveis e superiores, mas constitui um processo em recomposição e com isso "formantes do humano de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais" (Gatti; André, 2010, p. 30).

O modelo padronizado de racionalidade científica moderna na área das ciências naturais e sua expansão para as ciências sociais consolida um conhecimento global e totalitário ao negar o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se baseiam nos princípios epistemológicos e nas regras metodológicas estabelecidas. A centralização desse conhecimento padronizado tem em vista o exercício do rigor científico, realizado a partir da mensuração presente como instrumento de verificação de realidades, diante da desqualificação de

qualidades intrínsecas aos sujeitos e subjetividade, que em seu lugar passam a imperar os fatos gerais, as quantidades mensuráveis e exatas.

A quebra desse paradigma centralizador implica em mudanças nas concepções do mundo, da vida e da ciência, e não por acaso há pertinência na valorização das pesquisas qualitativas e com elas o protagonismo dos saberes ancestrais originários, específicos e diferenciados dos sujeitos e suas subjetividades. Oriundos de culturas e territórios variados, estes sujeitos não podem ser submetidos às leis gerais e imutáveis, uma vez que entendemos que os modos de vida são complexos e distintos.

A emergência de um pensamento científico que contraria as leis imutáveis, gerais e mensuráveis do conhecimento positivista é pontual e significativa e assim consolida em reflexões que evidenciam um paradigma emergente diante da crise desse modelo tradicional dominante. O modelo científico emergente e contemporâneo, centrado neste estudo, tem fundamento na produção de um conhecimento que compreende o senso comum, tornando-o significativo como representação de sujeitos no contexto.

No modelo emergente, há quatro características relevantes destacadas nessa abordagem, e a primeira refere-se à compreensão que todo conhecimento científico-natural é científico social. Há contradição entre o natural e o social no modelo tradicional e este distanciamento de campos reforça as interpretações naturais para as construções sociais, sendo os mesmos mecanismos utilizados para estudar as ciências naturais e sociais. Essa característica se fundamenta na percepção do conhecimento sem dualidade, construído na superação dessas distinções.

Há relevância em conhecer os sentidos das realidades, o caráter existencial e, portanto, diverso dos sujeitos. É certo que a ciência moderna lançara o sujeito na diáspora do conhecimento positivo, todavia regressou investida da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica, pois a condição social do conhecimento promove uma concepção de humanidade atrelada à de natureza, compreendendo que toda natureza é humana (Santos, 2001).

A segunda característica se baseia na afirmação de que todo conhecimento é local e total e consiste em críticas sobre o rigor da ciência em seu caráter universal e disciplinar na interpretação de realidades, uma vez que o paradigma dominante leva a descrever a existência social pelas lentes da generalidade, modulando a diversidade condicionada às interpretações homogêneas. Contudo, no paradigma emergente, o conhecimento apresenta-se como uma totalidade universal. Sendo total, é também local, pois em diversos momentos são adaptados às necessidades locais. Para desconstruir a generalidade, há necessidade da transgressão metodológica do modelo tradicional, voltada para reforçar a negação do estilo unidimensional

na tentativa de aceitar "uma configuração de estilos construídos segundo critério e a imaginação pessoal do cientista" (Santos, 2001, p. 49).

A terceira característica considera que todo conhecimento é autoconhecimento e traduz em críticas sobre a distância existente entre sujeito e objeto, quando a ausência de sujeitos na análise daquilo que é denominado objeto consiste em uma maneira de perceber a realidade para objetificar como percepção consolidada e estática. No paradigma emergente, o caráter autobiográfico e autorreferenciável da ciência é plenamente assumido e assim torna-se necessária outra forma de conhecimento, "compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos" (Santos, 2001, p. 53).

Todo conhecimento científico visa constituir-se um senso comum é a quarta e última característica e consiste em um conhecimento acessível e de fácil compreensão com sentidos aberto, prático, cotidiano e passível de ser vivenciado. A ciência moderna ensinou-nos pouco sobre as maneiras de estar no mundo e este pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo, porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. Constata-se o reconhecimento da subjetividade e da intersubjetividade como princípios compreendidos como maneiras de estar no mundo (Santos, 2001). Esta compreensão consolida a importância de um senso comum conhecedor da ciência, e esta, das sabedorias ancestrais; são forças impulsionadoras da vida no planeta, remetendo respeito aos saberes diferenciados que, dimensionados na autenticidade das existências, sobrevivem como interculturalidades dos povos originários e tradicionais que demarcam historicamente territórios a partir das formas singulares de viver as identidades. A ciência que repercute a condição existencial de autoconhecimento originário, tradicional e de tantos outros processos de reconhecimentos identitários destacados assume o caráter social, local e existencial em suas realidades de estudo.

Para tanto, esse debate sobre ciência e conhecimento tem presença relevante neste estudo, ao priorizar a valorização dos saberes da memória e, portanto, da subjetividade como conhecimento humano. Se faz importante também pelo reconhecimento das qualidades intrínsecas como modos de vidas complexos e distintos. É um diálogo que tem como foco principal o reconhecimento da humanização associado à inclusão social dos sujeitos em todos os campos. Com isso, afasta as noções de generalidade e unidimensionalidade no tratamento da condição humana, assumindo o caráter plural, diverso e complexo, autobiográfico e autorreferenciável de ser outro e existir humanamente nas práticas e nas pesquisas.

Na sequência das subseções discutiremos sobre o contexto político da pesquisa, no sentido de refletir a conjuntura social presente no processo de desenvolvimento da investigação.

3.2 CONTEXTO SOCIAL E ESPACIAL DA PESQUISA

A realidade social e política do Brasil e de outros países da América Latina e Europa apresenta uma tendência de crescimento da extrema-direita e, consequentemente, do conservadorismo fascista. Esses grupos, aproveitando-se das facilidades da comunicação instantânea no uso indevido dos recursos das tecnologias da era da informação e comunicação, propagam falsas notícias, manipulam as massas com discursos conservadores em governos manipulados por vitórias eleitorais antidemocráticas. Não por acaso, no Brasil, esse cenário desafiador se instalou durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018/2022), representando uma tendência política que defende a liberdade de mercado, a perseguição ao adversário, o discurso de ódio, o negacionismo da ciência e muitas outras. Neste período, esta pesquisa estava no curso do seu desenvolvimento.

Com o sentido de contextualizar a realidade da extrema-direita no mundo, a discussão sobre "A Cruel Pedagogia do Vírus" destaca essa realidade como:

> […] pulsão antissistema, a manipulação grosseira dos instrumentos democráticos, incluindo o sistema judicial, o nacionalismo excludente, a xenofobia e racismo, a apologia ao estado de exceção securitário, o ataque à investigação científica independente e à liberdade de expressão, a estigmatização do adversário concebidos como inimigos, o discurso de ódio, o uso das redes sociais para a comunicação política em menosprezo dos veículos e mídias convencionais (Santos, 2020, p. 25).

Em face dessa realidade, houve uma elevação nas estatísticas de violências contra mulheres, negros, pobres, homossexuais, direitos trabalhistas, educação pública e tantas outras políticas negligenciadas nesse exercício da supremacia que se estabeleceu inicialmente como processo de dominação capitalista eurocêntrica. Neste cenário de negação das políticas afirmativas, elas permanecem como essenciais para o reconhecimento de uma nação que respeita suas origens e, principalmente, condena a história de hostilidade contra seu povo. Destacamos com esta situação contextual as dificuldades de conciliar as ideias, de esperançar utopias de um presente, um futuro e um mundo melhor, sentimentos que se destacam nos pesquisadores e pesquisadoras diante do esperançar do conhecimento produzido nas pesquisas realizadas.

O que denominamos de extrema-direita conservadora estabeleceu-se como conformação de um sistema que se naturalizou em crises políticas, ideológicas, moral e ética

em muitos lugares, tendo em vista concepções promovidas por discursos acadêmicos das ciências sociais e seus atores de que

> […] já não havia mais nada a compreender, já que não havia mais atores […]. A percepção era de perda de sentido nas realidades históricas […] a teoria da dependência, em suas formas mais radicais, explicava a impossibilidade de ação e de reformas, […] o declínio do marxismo, [ascensão do] regime social-democrata e a esperança desenvolvimentista […] (Touraine, 2009, p. 11-12).

Frente a essa realidade, impuseram o enclausuramento do pensamento social e a negação dele mesmo e com isso uma quantidade significativa de pensadores, juristas, jornalistas e muitos eleitores sem pretensão de alcance do conhecimento ainda apostam, legitimam e elegem o neoliberalismo como única possibilidade de sistema.

Além do avanço do conservadorismo no mundo, vivenciávamos também as experiências de uma pandemia, agravando ainda mais a atuação do Governo Federal, com a imprensa noticiando comprovações de corrupção, esquemas ilegais nas compras de vacinas, abusos de autoridade e negligência na administração dos recursos públicos. Essa atuação governamental, caracterizada pelas práticas políticas mal-intencionadas na condução da pandemia, trouxe consequências que interferiram nos desfechos da crise sanitária existente, o prolongamento das doenças infecciosas denominadas Covid-19 (SARS-CoV-2) e um saldo, segundo informações do Ministério da Saúde (Oliveira, 2023), de "[...] 700 mil mortes causadas pela doença. Um número que compreende todas as trajetórias interrompidas e famílias enlutadas".

Esses milhões de mortos registrados no processo de contaminação pandêmica do Sars-CoV2 no Brasil trouxe muitos momentos de medo e pânico. Os acontecimentos noticiados associados às mortes próximas de amigos, colegas e parentes foram tomados de sentimento de que a vida poderia encerrar-se a qualquer momento. Esta realidade impactou os nossos cotidianos e o isolamento social tornou-se uma obrigatoriedade vital, o que provocou a pensar em estratégias virtuais para a realização das atividades de trabalho e estudos, no formato *home office*. Enquanto estudante de doutorado, juntamente com outros membros da mesma turma, compartilhávamos experiências com colegas que se conheceram em apenas uma aula, antes de uma pandemia que perdurou por mais de dois anos. As angústias dos dias difíceis aumentavam nas aulas síncronas quando a internet oscilava, o áudio era interrompido na melhor parte da fala ou não se conseguia expressar quando se desejava. Era um vazio de pertencimento e um não lugar de interação identitária e solidária, pois não existia este lugar que "[…] se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na conivência e na intimidade cúmplices dos locutores" (Augé, 1994, p. 23).

Sobre a conjuntura político-social e a pandemia da Covid-19, corroboramos com a afirmação que o estado de crise não é contrário à condição de normalidade, pois o problema sanitário apenas agravou uma situação a que a população mundial já estava sujeita (Santos, 2020). Dessa forma, a vida humana dos trabalhadores e trabalhadoras no sistema capitalista não representa prioridade diante da estrutura dominante. Muitos desses trabalhadores são manipulados e utilizados como sustentáculos da supremacia de grupos políticos de poder no gerenciamento desse sistema que redimensiona as bases econômicas liberais, instituem-se dinâmicas de exploração e exclusão social e reafirma-se no neoliberalismo. Por outro lado, os não manipulados constituem classe existente como consciência política em diferentes grupos de poder, têm formação crítica sobre as condições das minorias vulneráveis, tratadas sem direitos sociais nas políticas de estado e de governo. Essas minorias são subordinadas às leis desse Estado de economia capitalista que protege os incluídos do sistema e exclui os(as) subalternos(as), marginalizando-os na sociedade. Neste sistema, as aspirações e especulações do mercado são mais importantes em relação à vida humana no planeta, submetendo as "áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social – ao modelo de negócio do capital, ou seja, a investimentos privados geridos de modo a girar o máximo de lucro para os investidores" (Santos, 2020, p. 24).

Matta, Rego, Souto e Segata (2021, p. 15) afirmam, com base nas ciências sociais e humanidades, sobre os efeitos das condições em que se manifestam o fenômeno infeccioso e reforçam os nossos entendimentos de que a Covid-19 teve repercussões diferentes nos distintos contextos e grupos sociais. Esses autores colaboram com a metáfora do barco, de uma imagem alegórica que, ao

> […] contrapor a ideia, muitas vezes difundida em meios de comunicação social, de que 'estamos todos no mesmo barco', à percepção mais realista de que estamos, na verdade, no mesmo mar revolto, mas os barcos em que cada um está são muito diferentes: alguns são iates preparados para o mar revolto, outros são simples canoas, e há indivíduos que não estão em qualquer tipo de barco, mas à deriva e solitários no mar hostil (Matta; Rego; Souto; Segata, 2021, p. 17, grifo do autor).

Os diferentes "barcos" são analogias das condições de classe instituídas pelo projeto de organização societária neoliberal e incluem a legitimidade do Estado com as leis da administração pública na representação de uma elite burguesa e as relações internacionais com a prioridade das políticas de exportação que, somados à desmobilização dos trabalhadores na luta coletiva por direitos sociais, resultam em situação de permanente crise social. Essa ausência

de mobilidade política é consequência de vários fatores, entre os quais estão os processos educativos decadentes para a formação das identidades e das consciências de classe, visto como principal característica. Outra evidência citada por Matta, Rego, Souto e Segata (2021), no diálogo sobre as consequências sociais da questão sanitária pandêmica que estamos discutindo, consiste na concepção universalista sobre os sujeitos sociais, o espaço e o movimento. Esses autores refletem de forma crítica a descontextualização com a qual o senso comum associa a pandemia estritamente ao campo sanitário, sem relação com as questões sociais e políticas, bem como com a saúde coletiva. Dessa forma, as interpretações sobre a origem, condições e consequências divergem de uma realidade política determinada na distribuição de renda e direitos, condicionando a existência desse problema sanitário, estimando que os seres humanos no planeta estão vulneráveis a crises econômicas, sanitárias, políticas e de muitas ordens, e elas

> […] abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele. E nós como participantes e habitantes inquietos desse o mundo que vem surgindo, temos de nos adaptar, por coerção ou consentimento, a um novo estado de coisas, ao mesmo tempo que, por meio de nossas ações e do modo como pensamos e nos comportamos, damos nossa pequena contribuição às complicações desse mundo (Harvey, 2016, p. 16-17).

Assim, para uma análise da crise pandêmica, há necessidade de estabelecer reflexões com outros marcadores sociais como raça, gênero, classe social, sexualidade, territórios, dinâmica social e econômica. Muitas interpretações superficiais sustentam um pensamento restrito às questões sanitárias que, ao descartarem esses marcadores citados anteriormente, dissociam a saúde pública da política. Com isso, a lógica da neutralidade disciplinar da saúde, da economia e de outros temas favorece a protelação de crises mundiais, muitas vezes como forma de controle da própria crise, e assim a vida perde valor e as mortes, que poderiam ser evitadas, passam a ser banalizadas. Para as minorias sociais em condição e maioria populacional em quantidade, as estratégias políticas de enfrentamento da pandemia se direcionavam em adotar o método eugenista da imunidade de rebanho praticada na atualidade no Brasil no governo supracitado (2018/2022), pois

> […] muitos optaram por seguir a tese da imunidade de rebanho para manter a lógica econômica neoliberal, contra as recomendações da OMS e de especialistas da área. Em vários países onde os governos demoraram a tomar medidas que mitigassem os efeitos da crise, a situação se tornou dramática e ao mesmo tempo exemplar: Itália, Reino Unido, Brasil e EUA produziram consequências sanitárias e humanitárias, principalmente entre populações vulnerabilizadas (Matta; Rego; Souto; Segata, 2021, p. 30).

Para Mbembe (2021, p. 17), a partir de leituras de Foucault, a política da morte tem coerência nas relações de dominação do projeto neoliberal como uma representação do biopoder mediante a divisão estratégica entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. O biopoder evidencia-se em muitas narrativas de chefes de estado, como no Brasil (2018/2022), e apresenta-se como campo biológico do qual toma o controle e no qual se inscreve. "Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subordinação em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros" (Mbembe, 2021, p. 17). Posto isso, há políticas conservadoras intencionadas em projetar o genocídio dos povos.

Sobre as críticas à saúde coletiva, a catástrofe humanitária vivenciada na pandemia e as dimensões políticas desta crise, consideramos que:

> […] Sars-CoV-2 não se resume a identificar o vírus, compreender sua disseminação e controlá-lo. A colocação em cena da Covid-19 em diferentes contextos, espaços e linguagens, especialmente em situações de extrema desigualdade sociossanitária, expõe a multiplicidade e especificidade do fenômeno pandêmico desde sua dimensão macrossocial até a capilaridade micropolítica nas formas e estratégias de produção do cotidiano. […] Assim, os desafios postos em relevo pela pandemia não são apenas sanitários. São socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos, sobremaneira agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades entre países, regiões e populações. À luz do conceito de sindemia elaborado por Singer e colaboradores (2017), da perspectiva latino-americana sobre a determinação social do processo saúde-enfermidade e da crítica da saúde coletiva brasileira ao universalismo biomédico, o que está em cena é a necessidade de pensar a catástrofe humanitária instalada pela pandemia e a complexidade das respostas que ela demanda de forma situada, orgânica e participativa. (Matta; Rego; Souto; Segata, 2021, p. 116-117).

Desse modo, compreendemos que a defesa da vida dos seres humanos no planeta, em todos os sentidos e direções, tem conexão direta com a questão social de distribuição de renda, nas políticas de combate às desigualdades sociais, por isso são prioridades em qualquer sociedade que preze por um estado de direitos, as democracias participativas. A consolidação de uma cultura da participação se faz com "[…] valores comuns, presentes nas ações desenvolvidas […] tais como a solidariedade, a não preocupação com a tomada de poder, o respeito à pluralidade e às diferenças, a prática de relações democráticas" (Teixeira, 2001, p. 26). Torna-se emergencial raciocinarmos juntos sobre a natureza desses problemas sociais e sobre os melhores meios de enfrentá-los, e, com isso, há relevância das organizações populares na expressão da coletividade, reconhecendo

> […] as formas diferenciadas de expressão e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito a depender dos seus objetivos e contextos. O importante é considerar o elemento político na relação social, mesmo se pretende negar o Estado na busca de autoafirmação coletiva e autogoverno e na tentativa de construção de uma identidade como ator político (Teixeira, 2010, p. 26).

A crise social e sanitária levou a situações de inseguranças somadas àquelas muitas existentes, provocando abalos e rupturas da organização popular da luta do esperançar da práxis e da liberdade de resistir, deixando as utopias que projetam as reais possibilidades de mudanças sociais. Essas utopias se nutrem das possibilitadas de sempre projetar a participação na construção de um mundo melhor. No entanto, nas reflexões do mundo que me pertence, encontro o esperançar freireano sobre um mundo que não é, mas está sendo "como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeitos de ocorrências" (Freire, 2011, p. 74-75). É possível compreender que esta presença no mundo é desafiadora, mas se refaz e fortalece na busca incessante do exercício altivo da participação.

A seguir, uma breve contextualização espacial da pesquisa integra a discussão, que além de retratar o lugar social e político, mostra também o material/natural antrópico.

3.2.1 Contexto Espacial da Pesquisa: Território e as Territorialidades (Re)Construídas

A compreensão de espaço social inclui o reconhecimento de marcas simbólicas culturais, resultado das relações dos seres humanos, diante das origens, tradições e definições de pertencimentos atribuídos ao lugar, à constituição de territórios e territorialidades. Estas marcas são significantes da cultura e estabelecidas na materialização das simbologias como passíveis de compreensão a partir da essência material e imaterial da existência (Solanis, 2009). Do ponto de vista da essência material, as significações dessas simbologias estão associadas aos componentes físicos naturais e "[…] se referem principalmente às qualidades tectônicas, estéticas, arquitetônicas e urbanísticas do espaço" (Solanis, 2009, p. 274), denominado, nessa pesquisa, como território Itaparica-BA/PE. Esse território, favorável pela exuberância natural das quedas d'água do rio São Francisco, foi alvo do projeto desenvolvimentista do Brasil colonial, capitalista e globalizado com o desenvolvimento do hidronegócio a partir do modelo de exploração dos recursos naturais e humanos pela CHESF.

O rio se transformou em mercadoria fundamental que viabilizou a realização do projeto industrial hidroenergético, representando para a classe privilegiada a "integração" do Nordeste e do Brasil na perspectiva da globalização do capital, mas para os trabalhadores e trabalhadoras, correspondia a novas dinâmicas de exploração e espoliação do trabalho.

De modo geral, a realização do projeto CHESF significou, para muitas famílias, a modernização perversa com o exercício do poder autoritário do Estado, consolidado na desapropriação de terras e territórios ou desterritorialidades de pessoas em suas moradias originárias e de suas culturas encarnadas. No gerenciamento da empresa, com a exploração e produção do espaço, das riquezas naturais e do trabalho humano, legitimou-se uma desumanidade cometida contra as existências dos sujeitos no território, naturalizando as dores e violências sofridas por homens, mulheres, crianças; famílias – ribeirinhos, agricultores, indígenas, quilombolas; sujeitos que experienciaram a reconstrução de suas vidas e etnias, depois da perda de seus territórios. Estas existências construíram novas territorialidades estabelecidas na reterritorialização no âmbito cultural, político, econômico, e estes elementos redimensionados estão presentes no território.

Sob a perspectiva do trabalho empírico com as entrevistas narrativas, a apresentação da origem, um dos pontos principais do relato das narrativas, representou um levantamento das diversas territorialidades, o que revelou a compreensão dos processos sociais, espaciais, territoriais e reterritoriais, consolidando a reconstrução do lugar de identidade e de pertencimento dos sujeitos atingidos pelas barragens.

Assim sendo, há um significado de lugar, espaço, território, territorialidades e deterritorialidades associadas às lutas e enfrentamentos dos atores e atrizes deste estudo, resultando em algumas conquistas de direitos a terra e sobrevivência dos reassentados da CHESF. Os impactos da CHESF nas dinâmicas societárias, com as relações de poder estabelecidas, modificaram as vidas dos sujeitos e do território, proporcionando novas relações de dominação e pertencimento. Tendo em vista que o espaço geográfico está envolvido nas relações territoriais, as noções de terra e território são analisadas na extensão, diante da fluidez do tempo vivido, os conflitos, os sujeitos e as relações que ocorrem entre o local e o global (Saquet, 2007).

Para além do contexto social e material, os sujeitos como protagonistas da realidade têm forte presença na pesquisa, e a seção a seguir aborda de forma específica a representação dessa categoria, no trabalho desenvolvido.

3.3 OS SUJEITOS

As lideranças em organizações populares são os sujeitos desta pesquisa no fenômeno investigado sobre a realidade de participação no território Itaparica-BA/PE, e essa singularidade de pesquisa tem como alicerce as entrevistas narrativas realizadas como procedimento de investigação, sendo que, nessa existência do fenômeno, a verdade aparece em pessoa, já que ela e o seu modo de aparição constituem uma só coisa (Dartigues, 1992). Esses sujeitos narraram suas experiências, percepções de vida, memórias e identidades, e essas narrativas foram essenciais para compreender a essência de existir e participar das lutas, no território. Por conseguinte, são agentes sociais sensíveis às problemáticas do sistema capitalista e estão representados nesta pesquisa em um universo de 18 lideranças atuantes em sete organizações populares presentes no território. Do ponto de vista da quantidade de lideranças que participaram da pesquisa e as organizações populares representadas, destacamos: duas lideranças da Pastoral Social; uma liderança do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) – Regional Nordeste; duas lideranças do SINTRAF; quatro lideranças do SINERGIA; três do Sindicato dos trabalhadores de Glória-BA; uma do Polo Sindical do Submédio São Francisco; uma da APLB; e quatro do movimento indígena da comunidade Kariri-Xokó. Deste universo de sujeitos, 13 são homens e cinco são mulheres. Em relação às organizações, 11 atuam no campo e sete, na cidade.

A Tabela 1 a seguir comprova essa representação.

Tabela 1 – Organizações populares, lideranças do campo e da cidade

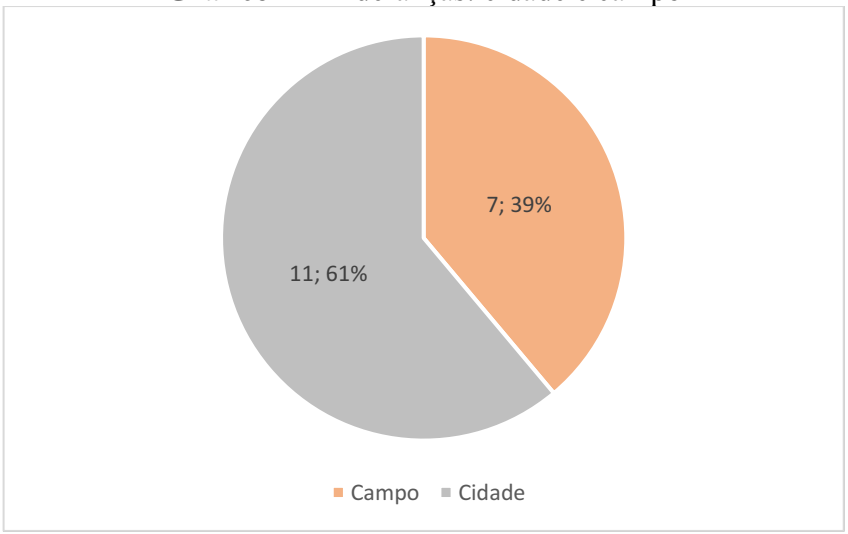
Organizações Populares no Território Itaparica-BA/PE	Lideranças do Campo	Lideranças da Cidade
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Paulo Afonso/BA (SINTRAF)	02	
Sindicato Trabalhadores Rurais de Glória	03	
Polo Sindical do Submédio São Francisco	01	
MST	01	
Pastoral Social		02
SINERGIA		04
APLB		01

Movimento Indígena		04
Total por lideranças	07	11
Total geral	18	

Fonte: Elaborada pela autora desta tese com base em dados da pesquisa.

Como resultados das informações do trabalho de campo, totalizam-se 18 entrevistas narrativas realizadas. A seguir, o Gráfico 1 permite visualizar esse desenho, apresentando os valores percentuais desta representação, sendo que 39% são lideranças que atuam no campo e 61%, na cidade.

Gráfico 1 – Lideranças: cidade e campo



Fonte: Elaborada pela autora desta tese com base em dados da pesquisa.

O Gráfico 1 é uma representação empírica imagética da totalidade populacional da pesquisa qualitativa e fenomenológica e consiste em uma demonstração dos sujeitos da investigação na pesquisa destinada a apresentar a realidade de participação descrita pelas lideranças inseridas em organizações populares no território Itaparica-BA/PE.

Na caracterização dos sujeitos, registra-se a atuação de alguns padres que colaboraram no território com uma práxis inovadora do conceito de fé e religião, fundamentada na teologia da libertação e na luta por direitos, diante de uma realidade de perdas dos territórios de culturas e subjetividades. Os cultos, o toré e as missas deixaram de existir no lugar onde se praticavam essas espiritualidades e as perdas subjetivas foram transformadas em luta diária e contínua pelo território perdido como desterritorialidade. O acesso ao rio São Francisco, que proporcionava aos ribeirinhos lazer, sustento e identidade, foi negado à população, pois transformado em empresa do Estado passou a pertencer à CHESF. Consiste em uma apropriação como produto

mercantilizado de lucro na relação de troca, retirando da população o alcance desse recurso para as sobrevivências na pesca e as identidades ribeirinhas.

Os sujeitos deste estudo, ao descreverem suas histórias, enfatizaram as condições de sobrevivência na difícil existência subjetiva no sistema capitalista, que institui as desigualdades sociais, formando maiorias, todavia, afirmadas como base mobilizada e resistente advinda do exercício da cultura de participação. Resistem às imposições da sociedade e se alimentam desta resistência, diante da disposição de participar e de atuar politicamente como lideranças em organizações populares no território e se fazem presentes nos encontros, na rua, nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nos roçados e nas trincheiras e brigadas onde se grita o grito coletivo e uníssono. Não aceitam as ilegitimidades em que são tratados culturalmente e acionam a persistência da afirmação histórica de uma luta pela sobrevivência e existência social. Neste caso:

> Os gritos não são apenas reações e expressões de susto. São também mecanismos, estratégias e ação de luta, rebeldia, resistência, desobediência insurgência, ruptura e transgressão ante a condição imposta de silenciamento, ante as tentativas de silenciar e ante os silêncios – impostos e estratégicos — acumulados (Walsh, 2013, p. 100).

Entre indígenas, negros, pobres, periféricos, povos do campo e outros segmentos culturais sacrificados a partir da lógica que legitima a dominação do projeto de poder capitalista, a existência consiste em um processo de resistência pelo reconhecimento identitário. Por isso, a atuação na luta pela identificação étnica torna-se contínua contra esse sistema e essa existência diretamente relacionada aos resultados dos enfrentamentos, são marcas simbólicas vivenciadas na história e no cotidiano de exclusões a que esses povos foram e estão submetidos no sistema. São continuamente alvos de conflitos diante da estrutura social que forma "subjetividades negadas, corpos, natureza e territórios [...] violados e despojados" (Walsh, 2013, p. 100).

O sistema de dominação capitalista escraviza, mata, espolia e subalterniza os corpos oprimidos de trabalhadores e trabalhadoras deste sistema, conduzido por uma totalidade perversa que diminui a vida, violenta as minorias, marginaliza as classes, expulsa os povos dos seus territórios, subestima suas culturas em face da dominação instituída. Por totalidade entendemos a extensão do sistema capitalista na composição das relações, dos objetos e das coisas que nos cercam, fundamentando as existências e a constituição do mundo (Dussel, 1977). Para isso, mantém aparatos ideológicos institucionais com políticas neoliberais que colaboram para materializar uma educação decadente; um sistema de saúde que não cuida e nem protege a vida, cura as doenças e não as pessoas; uma política habitacional privada e especulativa e um

senso comum alienado que "cava a própria cova". Enfim, um estado burguês, classista, dominante e autoritário, que se revela com práticas da extrema-direita no mundo, "em uma guerra tornada projeto, cujos efeitos sobre a população chegam a alternar radicalmente – e até eliminar – o tecido social" (Walsh, 2013, p. 103).

Nesse contexto, o Estado neoliberal atua na diluição e uniformização dos *modus operandi* das interculturalidades que envolvem a memória originária dos povos, retirando seus territórios, seu sustento, banalizando suas identidades e contribuindo para a continuidade do projeto totalitário de poder e conquistas dos espaços e territórios. A lógica do poder pela violência e extermínio dos povos conquistados e dominados atende a novas dinâmicas nas relações sociais de soberania na atualidade, condicionando a subalternidade com naturalidade.

Afirmamos nesta pesquisa que as lideranças persistem na defesa do direito de viver e sobreviver, tendo em vista as lutas e as resistências políticas centradas na afirmação das identidades e contra as normativas opressoras desse sistema. Insurgem presentes e mobilizadas, gritando e denunciando realidades, pois o

> Grito, gritas, gritamos ponto os decibéis, o eco e a ressonância vão crescendo ponto, confundem-se, se comunicam, se mesclam e se tecem com outros gritos – com todos os gritos do mundo e desde baixo – incluindo os gritos dos outros seres, com os da água, os rios e o mar, as montanhas, as árvores os pássaros e animais, os gritos e as gritas dos ancestrais cuja presença e memória seguem vivas. São gritos de horror, bravura raiva e indignação, gritos contra o projeto de guerra morte. Mas também são gritos de, desde, por e pela vida por e para re-sistir, re-viver com-viver com justiça e dignidade. São gritos que chamam imploram e exigem um pensar-sentir-fazer-atuar, que clamam por práticas não apenas de resistir, mas também de in-surgir práticas, como pedagogias metodologias de criação, invenção, configuração co-construção – do que fazer e como fazer – de lutas, caminhares e semeares dentro das fissuras ou gretas do sistema capitalista moderno/colonial-antropocêntrico-racista-patriarcal (Walsh, 2013, p. 104).

São sujeitos que participam do grito coletivo, comunicam-se na ressonância comum dos problemas que são acometidos. São aqueles e aquelas que revelam seus gritos presentes na intersubjetividade da ação de gritar coletivamente, a partir da aproximação que significa uma relação para além de ontológica, aquela que possibilita as mediações associadas ao horizonte da compreensão do ser. Aproximar como epifania na "[...] revelação do oprimido, do pobre, do outro" [...] (Dussel, 1977, p. 22).

Para Dussel (1977), o conceito de aproximação no sentido que estamos atribuindo privilegia a espacialidade ou o lugar dos sujeitos no processo de submissão da dominação na sociedade e, portanto, é aproximar na justiça, encurtando distâncias para uma liberdade distinta;

é também surgir além da origem do mundo, principalmente ao que se denomina mundo; é sentir e ir em busca da anterioridade anterior a toda anterioridade; "[...] do significado significante, da própria origem da significação; [...] é agir para o outro como outro" (Dussel, 1977, p. 9).

Enfim, é encurtar distâncias como práxis, como uma ação dirigida para a proximidade e com ela o ponto de partida de toda a responsabilidade pelo outro, pois "aquele que vive a proximidade na justiça e na alegria assume sua responsabilidade pelo pobre, a quem deseja a proximidade dos iguais" (Dussel, 1977, p. 26). Nesse sentido, as entrevistas narrativas, para além de se apresentarem como um recurso metodológico nessa pesquisa, representam um procedimento dialógico de exercício da reciprocidade originária da aproximação de um tempo não distante, consolidado no contexto de lutas e enfrentamentos realizados.

3.4 AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

O debate implicado que evidencia como é significativa a participação dos sujeitos para a descrição de realidades se fundamenta no exercício de mediatizar o conhecimento empírico a partir da escuta sensível, do olhar, observar e ver o que está posto e descrito como realidade. Torna-se necessário que o pesquisador perceba o mundo dos atores e atrizes, a fim de poder identificar e compreender suas ações e intenções (Coulon, 1995).

Nas feituras do desenvolvimento de uma pesquisa, quando se evidencia a realidade de investigação a partir da apropriação das condições em que essa realidade se apresenta no âmbito do campo empírico, há, neste ínterim, um interacionismo fenomenológico "que procura conduzir a pesquisa [...] através da descrição e análise dos conceitos e raciocínios utilizados pelos próprios atores sociais" (Coulon, 1995, p. 62). Sendo assim, as narrativas das lideranças em organizações populares no território Itaparica-BA/PE elucidaram conhecimentos que se apresentaram aos sentidos como de fato existem. Essas lideranças, em seus depoimentos, legitimam um poder popular de luta por meio da organização e manifestação dos povos nas esferas das classes sociais, da participação comunitária e da mobilização na sociedade.

Do ponto de vista da estrutura filosófica e metodológica desta pesquisa, consideramos a presença do conhecimento advindo das narrativas dos sujeitos como uma articulação de copresenças de pontos de vista, direcionados a entender a subjetividade com a objetividade sistemática da pesquisa, porque esses sujeitos estão "envolvidos em um tempo histórico que se projeta do presente vivo em direção a um passado e a um futuro" (Merleau-Ponty, 1999, p. 446). Esta existência presente e reveladora da perspectiva ontológica e representativa considera os sentidos e interpretações plurais contidos no reconhecimento do outro e da diversidade na

interpretação das evidências da realidade investigada. Essas narrativas materializaram uma linguagem de poder e participação popular, de luta e resistência, tendo em vista a defesa dos direitos de classe e outras pautas agregadas na preocupação e responsabilidade com as condições de vida dos seres humanos na sociedade.

Os conhecimentos das narrativas das lideranças resultaram em um estudo consubstanciado de uma realidade narrada pontualmente como origem, processos educativos, trabalho, participação na luta, percepções de sociedade e religião. Tais conhecimentos evidenciaram, nas existências reveladas, conteúdos categorizados como discussão, caracterizando o envolvimento participativo dos agentes sociais militantes na cultura de participação no território. Nesse sentido, as entrevistas narrativas representaram a aproximação com a realidade de estudo e fonte para a descrição desta realidade, consolidando-se como um instrumento em representar "experiências e interpretações de indivíduos [...] na qual estão inseridos, no nível de complexidade em que elas se apresentam, sem cerceamento ou constrangimento [...]" (Ravagnoli, 2018, p. 3).

As experiências adquiridas com a realização das entrevistas narrativas traduzem-se em lugares estruturados de possibilidades do exercício da livre expressão das memórias históricas e das identidades construídas. Trata-se de narrativas, denominadas aqui "narrativas livres", porque no curso do seu desenvolvimento foram realizadas sem interrupções na comunicação da linguagem narrada.

Em relação aos procedimentos relevantes adotados na realização das entrevistas narrativas, é importante salientar a ausência de interferência e interrupções na fala dos sujeitos por parte da pesquisadora, bem como o controle do tempo dos narradores em cada ponto. Para melhor detalhamento, após as explicações dos objetivos da pesquisa, os sujeitos eram orientados no sentido de que não haveria nenhuma interferência da pesquisadora no momento da comunicação, principalmente sobre o tempo de finalização de cada ponto, disponibilizado em folha de papel A4, com fonte visível.

Na intenção de analisar as características das entrevistas narrativas em seus aspectos históricos, Ravagnoli (2018, p. 4) define-as como instrumentos de construção de análises e dados narrativos desenvolvidos por Fritz Schutze na década de 1970, voltados ao interesse, assim como este estudo, "por abordagens interpretativas nas ciências sociais, tais como o Interacionismo Simbólico, a Etnometodologia, a Etnografia da Comunicação e a Antropologia Cognitiva" e por pesquisas de fenômenos sociais de difícil investigação por meio de procedimentos metodológicos convencionais. Para essa autora, Schutze desenvolveu esse recurso porque acreditava que os procedimentos tradicionais para a obtenção de conhecimento

empírico não davam conta de entender os fenômenos sociais e por isso não era possível proceder a leitura da realidade pretendida como estudo.

Segundo Ravagnoli (2018), a característica principal da entrevista narrativa é a ausência de interferência do pesquisador durante o relato do entrevistado. O papel do pesquisador é apresentar ao entrevistado uma questão gerativa não direcionada a oferecer perguntas pontuais, tendenciosas e, principalmente, que encorajem uma narração extemporânea. No entanto, se houver necessidade de perguntas ou esclarecimentos, este momento se realiza apenas nos intervalos das falas sinalizadas pelos sujeitos como finalizadas. Nesse momento, intercalam-se blocos de falas. Cabe ressaltar que nas entrevistas narrativas "[…] o pesquisador não formula perguntas indexadas, com referências explícitas e, assim, propõe um tema acerca da realidade sob investigação para que o entrevistado o desenvolva […] como considerar conveniente, no momento de seu relato" (Ravagnoli, 2018, p. 2).

Essas orientações prevaleceram na maior parte das entrevistas narrativas, muito embora tenham havido situações em que as interrupções foram realizadas porque se percebeu certa timidez no relato de alguns narradores. A partir desta percepção, a mediação com pequenas interferências teve efeito positivo no sentido da ampliação da comunicação, entusiasmo em narrar, e o resultado foi visualizado com informações ricas para além das expectativas vivenciadas até o momento.

Outra questão que carece ser relatada foi a realização de entrevistas narrativas coletivas. Este fato ocorreu com uma certa imprevisibilidade, pois, durante a realização de um procedimento, outra liderança que atuou em tempos remotos adentrou o recinto e de forma espontânea envolveu-se na prosa. Foi possível perceber nesse momento a potencialidade das informações, e o mais importante foi a ocorrência de um debate ampliado em relação ao conhecimento da realidade investigada. Depois dessa experiência, esse procedimento foi repetido e constatou-se a relevância desta metodologia de trabalho no campo, a qual se define em dois tipos: entrevistas narrativas livres de interferência: individual ou coletiva. Na comunidade indígena dos Kariri-Xokó, esse procedimento foi realizado coletivamente e houve fluência na comunicação, e alguns indígenas sentiram o desejo de contribuir com o debate.

Em relação ao tempo de realização de cada narrativa, estima-se entre 28 e 90 minutos, respectivamente os intervalos de menor e maior duração. Em média, cada 60 minutos de fala narrada geraram 15 laudas de texto transcrito, e o nosso trabalho totalizou quase 120 laudas de um tempo presente. Reconhecemos, como Ricoeur (2010), que a narrativa representa um recurso implicado na relação com o verdadeiro tempo humano, haja vista que ela se torna acessível à experiência humana, ou seja, o tempo se torna humano através da narrativa.

A discussão de tempo e narrativa de Ricoeur (2010) apresenta uma fenomenologia do tempo a partir da concepção agostiniana,[2] por evidenciar uma consistência conceitual nessa concepção. Nas compreensões desse autor, o tempo consiste em uma abstração construída pelos seres humanos e a ideia de tempos presente, passado e futuro evidencia como reflexão filosófica "o não ser do tempo". Com isso entendemos que a existência do tempo está implicada na presença humana nos acontecimentos. Esta presença permite evidenciar, através da ação e da narrativa, o tempo de existir como realidade, ou seja, a história tem existência na narratologia humana e o tempo se alimenta desta capacidade de ação, linguagem, pertencimento e mediação. Como afirma Ricoeur (2010), os sentidos da linguagem, em seus aspectos dinâmico e criador, permitem a síntese da história, a criação de sentidos e, consequentemente, a formação do conhecimento, pois a linguagem das narrativas revela a mediação entre um ponto de partida e outro, entre uma determinada configuração do mundo e outra.

O questionamento apresentado chama-nos a atenção pela dimensão filosófica e fecundidade que este debate propõe e, nessa dimensão, acrescenta Ricoeur (2010, p. 17): "[…] como pode o tempo ser, se o passado já não é, se o futuro ainda não é e se o presente não é sempre?" Para esse autor, é notável que o uso da linguagem narrada sustenta, provisoriamente, a resistência à tese do "não ser" do tempo por ser na linguagem da experiência e da ação que o tempo de existir se revela como passado na memória, presente como passagem e futuro como expectativa.

A linguagem da experiência, para esse autor, consiste na narrativa, visto que:

> Narramos coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como antecipamos. Portanto, é ainda a linguagem, assim como a experiência e a ação que ela articula, que aguentam firme contra o assalto dos céticos. Ora, predizer e prever, e narrar é discernir pelo espírito (Ricoeur, 2010, p. 21).

Desse modo, compreendemos que as narrativas são registros do tempo de existir e este procedimento de pesquisa demonstrou a abertura de novos significados no estudo. As narrativas realizadas com os sujeitos da investigação representam a conexão ao campo intersubjetivo, por isso não podem ser consideradas simplesmente como um procedimento para fonte de dados, mas sim como uma condição de interação e troca de conhecimentos em que se reconhece nas informações dos sujeitos um caminhar em direção a análises das categorias fundantes deste

[2] Paul Ricoeur (2010), em *Tempo e Narrativa*, no capítulo 1, elabora compreensões sobre "As Aporias da Experiência do Tempo a partir de reflexões do livro XI das Confissões de Santo Agostinho".

estudo. Participar desta práxis é entender que “as narrativas produzem um conhecimento do mundo e, ao mesmo tempo, participam de sua configuração em particular da sua dimensão temporal” (Ricoeur, 2010, p. 12).

Por meio das entrevistas foi possível perceber que no ato de narrar as pessoas lembram o que aconteceu, colocam as experiências em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 96).

É importante registrar que as experiências com as narrativas proporcionaram um “leque” de aprendizados vivenciados na caminhada da pesquisa empírica, e esses saberes antropológicos construídos revelaram-se como uma mística de interação com esses sujeitos que, incorporados na materialidade da pesquisa em seus ciclos, etapas próprias, desafios e limites, delimitaram o território do conhecimento e a mobilização da práxis. No desenvolvimento dessas entrevistas narrativas foi possível fazer autoavaliação sobre quais os melhores procedimentos adotados, o diálogo que melhor se adapta, a forma de comunicar sobre os objetivos da pesquisa e, assim, construir um espaço de confiança, tranquilidade e disponibilidade para a realização do trabalho de campo.

Foi possível constatar que as poucas interrupções durante as entrevistas narrativas foram avaliadas negativamente e por mais necessárias que fossem, os cortes da comunicação poderiam colocar os sujeitos em um lugar de responder a perguntas para alguém, o que não era a proposta. Frente a esta constatação reforçou-se o procedimento, na sequência das entrevistas narrativas realizadas, de evitar totalmente quaisquer intervenções, assegurando a defesa desse elemento importante no procedimento metodológico adotado nesse formato, garantindo que os sujeitos pudessem se “[...] guiar por suas próprias lembranças e utilizar seu meio particular de reproduzir e sequenciar a sedimentação de suas experiências e ações” (Ravagnoli, 2018, p. 8).

No curso da realização das narrativas foi possível evidenciar maior disponibilidade das lideranças do campo em relação às lideranças da cidade. Aspectos singulares como estes colaboram para evidenciar diferenças nas especificidades territoriais e culturais, e estas tipologias existenciais dos sujeitos do campo e da cidade comprovam que estes elementos idiossincráticos interferem na pluralidade de comportamentos.

Constatamos, também, inseguranças de alguns sujeitos no relato das origens, e as orientações no sentido de parar e/ou realizar as entrevistas narrativas em outros momentos foram reforçadas como preocupação, mas não houve casos de gravidade e interrupção.

Por conseguinte, as entrevistas narrativas, realizadas entre 2020 e 2023, período de execução desta pesquisa, constituem campos empíricos da investigação fenomenológica na

pesquisa com lideranças de organizações populares que narraram suas histórias de luta, apresentando universos de conhecimentos das memórias e experiências vividas no tempo de existência. Vistas como mediações, cujo conteúdo completo está disponibilizado no Apêndice A deste estudo, as narrativas foram conhecimentos adquiridos em fontes primárias para a discussão que trataremos nas partes e seções deste trabalho. O exercício da escuta sensível, a construção teórica e a sistematização de informações mostraram que as narrativas não são apenas uma simples técnica de investigação, constituem um princípio epistemológico implicado na descrição de realidades por meio dos sujeitos, tornando-os epicentros do estudo.

Sionek, Assis e Freitas (2020, p. 5) apresentam a relação entre sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido e afirmam que as entrevistas narrativas não podem ser entendidas como algo entre um sujeito que "busca conhecer e um objeto que se apresenta para quem conhece, uma vez que seu objeto é um sujeito. Estabelece-se, pois, uma relação entre dois sujeitos, abrindo-se um campo intersubjetivo e socialmente delimitado". As entrevistas narrativas subsidiam os conhecimentos deste estudo sobre as diversas tipologias de organizações populares, espaço, lugar, território, territorialidade, Educação Popular, as lutas sociais no território e muitos outros. São extratos das subjetividades, e "[…] a principal fonte de dados é o diálogo entre pesquisador e informante, sendo que o pesquisador provoca o informante a descrever as experiências vividas, procurando entrar no mundo dele para ter acesso às suas experiências" (Zeferino; Carraro, 2013, p. 829).

É importante registrar que as cópias das entrevistas narrativas foram entregues a todos(as) os(as) narradores(as) desta pesquisa, de modo que estes sujeitos pudessem ler, revisar e alterar se assim julgassem necessário. Não registramos nesta tarefa nenhuma mudança de sentido nas estruturas das narrativas. Todos os sujeitos foram submetidos à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado como modelo no Apêndice B deste trabalho.

3.5 INTERSUBJETIVIDADE DO SER PESQUISADORA E FAZER PESQUISAS

A trajetória desta investigação revela muitas situações de resistências, privações e obstáculos nas quais o tempo apresenta-se como refém em uma linha tênue entre escrever, revisar e finalizar o estudo que em parte será concluído, mas jamais acabado. Os resultados são inumeráveis e se consolidam na subjetividade do processo formativo da pesquisadora que conseguiu, diante de tantos limites e desafios, a realização deste trabalho que passa a fazer parte como roteiro de vida.

Dessa forma, fazer a pesquisa e o construir subjetividades como pesquisadora apresentam-se fundamentais para a atuação acadêmica realizada com o cumprimento da docência na Educação Superior e para a vida em outros campos de atuação. Nesta linha, a participação na organicidade política local em espaços de mobilização, a partir do exercício da subjetividade coletiva e mobilizadora, é subsídio presente e intensificado, consolidando uma práxis condicionada ao que denominamos de pesquisa militante. Esta organicidade existe como perspectiva epistemológica quando a intersubjetividade se torna relevante e consolida-se em sabedorias através do envolvimento direto como sujeito da própria realidade, no processo investigativo e significativo do avançar "[...] para a origem originária, para a própria arqueologia do discurso metafísico, filosófico, mas ainda histórico e político" (Dussel, 1977, p. 23)

Muitas inspirações deste estudo estão relacionadas ao lugar da existência identitária da autora, a partir das experiências e vivências em espaços políticos de sindicatos de classe, no movimento social do campo, bem como em frentes populares nesse território. Essas atuações demonstram uma participação em espaços de mobilização como práxis, e representam o exercício orgânico que se projeta como sujeitos da realidade investigada. Nessa condição, é possível refletir os modelos de racionalidade positivista que predominam no cenário, admitindo um pensamento e uma prática contrários a este modelo hegemônico que faz prevalecer a neutralidade, negando os conhecimentos intersubjetivos – aqueles vivenciados, experienciados na ação.

Dessa feita, a discussão que segue aborda o conceito de práxis e as relações de objetividade e subjetividade estabelecidas para a compreensão da dinâmica conceitual.

3.5.1 Práxis: objetividade e subjetividade

É importante evidenciar a concepção de práxis de uso frequente neste trabalho, assim definida como "[…] reflexão e ação dos homens [seres humanos] sobre o mundo para transformá-la, sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido […] esta superação exige inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora […] (Freire, 1987, p. 22). Quando falamos em práxis, entendemos a existência de uma teoria implicada na prática consciente e transformadora que permite dar sentido a essa existência. Na práxis, há um movimento de reflexão, ação e transformação implicados como desejo de mudanças, mesmo que utópica ou real. Sem este movimento não há práxis, tampouco sujeitos da práxis.

O engajamento na realização como práxis dos princípios ideológicos nos quais acredito dão sentido a uma existência, e este sentido existencial tem importância como conhecimento implicado, tornando essência vivencial de modo a entender "[…] como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos" (Larrosa Bondía, 2002, p. 25).

Posto isso, assume-se nessa vivência cotidiana consigo e com o outro um tipo de sujeito que se define como "sujeito da experiência",

> […] não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura. Trata-se, porém, de uma passividade anterior à oposição entre ativo e passivo, de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura à essência (Larrosa Bondía, 2002, p. 25).

E assim, a compreensão de conhecimento através da percepção da ação nas vivências cotidianas é passível de reflexões, e por isso auxilia pesquisadores em circunstâncias de atuação. Convém frisar que muitas interpelações no texto estão implicadas a acreditar que

> […] todos os pesquisadores trazem consigo valores pessoais para um estudo, porém os pesquisadores qualitativos permitem que os seus valores sejam conhecidos em um estudo. Este é o pressuposto axiológico que caracteriza a pesquisa qualitativa e fenomenológica (Creswell, 2014, p. 33).

Para Freire (1987), a objetividade está implicada na subjetividade e há um movimento dialético permanente para a sua manutenção. Estes dois elementos envolvidos na ação têm em vista, na concepção desse autor, a busca pela transformação social ao afirmar que "confundir subjetividade com subjetivismo, com psicologismo, é negar-lhe a importância que tem no processo de transformação do mundo, da história e cair num simplismo ingênuo" (Freire, 1987, p. 20). Corroboramos com o autor sobre o compromisso político do conhecimento com os saberes interculturais dos sujeitos presentes nas leituras das subjetividades. Na dialética freireana, em que a subjetividade assume participação na ação, a intersubjetividade está implícita como estágio da presença que se faz presente em corpo e alma, pois "A união entre a alma e o corpo não é selada por um decreto arbitrário entre dois termos exteriores, um objeto, outro sujeito. Ela se realiza a cada instante no movimento da existência" (Merleau-Ponty, 1999, p. 131).

As representações intersubjetivas são entendidas como instrumentos que colaboram na fundamentação direta ou indireta deste estudo e justificam-se como realização de uma essência presente na existência da autora, oferecendo sentidos às práxis emancipatórias que se ampliam na esfera do desejo de viver uma subjetividade coletiva como mulher, nordestina, que se considera campesina e valoriza esta presença em espaços diversos de diálogos nos campos acadêmicos e nos movimentos populares. Esta mobilidade orgânica é significativa para o debate e enfrentamento das pautas da sobrevivência e manutenção da vida, diante do sistema capitalista colonial, escravocrata e genocida que historicamente se instituiu na organização societária no mundo. Sistema este que extermina seres humanos com o direito soberano de matar, diante da regulação social do biopoder e da supremacia autoritária que se apresenta no estigma da dominação, presente em várias instâncias das relações sociais dos sujeitos e das sociedades.

O biopoder faz parte de um diálogo foucaultiano no qual o poder se apresenta como um elemento centralizador nas relações de sujeitos e sociedades no processo histórico das sociedades capitalistas. Seu exercício legítimo se dá através do disciplinamento dos corpos, direcionados a submissão às normativas construídas e estabelecidas socialmente nesse sistema cultuado pelo modelo de disciplina e soberania.

Para Foucault (1999, p. 127), o soberano exerce o direito de causar a morte ou de deixar viver, e este direito tem o sentido de "[...] apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la". O exercício do poder soberano sobre as vidas na história da humanidade nas guerras coloniais, holocaustos e nos massacres resulta no ato da morte de pessoas e populações. Ao se afirmar com o princípio estratégico do Estado de matar para poder viver, "São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros" (Foucault, 1999, p. 127).

Diante dessa realidade de desumanização do Estado, a presença das organizações populares e suas lideranças têm papel significativo na mobilização da sociedade, e essa presença colabora para o fortalecimento das identidades das minorias negadas no sistema. Em proporção, quanto mais saímos do imobilismo e publicizamos ou denunciamos as mazelas e violências sociais, maior é a repercussão coletiva e as chances de reparar ou não se repetir aumentam. Neste processo de atuação e mobilização, estas organizações coletivas e populares colaboram para a formação das consciências individuais e coletivas no sentido de refletir as condições locais, a partir do entendimento de uma geopolítica, atuando no estabelecimento de políticas de direitos para a permanência da vida. Nas leituras da memória histórica, verificamos muitos desafios que impediram as condições de viver e ainda teremos muitos enfrentamentos para a

garantia da manutenção do seu ciclo natural, social e político no planeta. Em face a esta questão, as organizações populares com as categorias de luta, ordenadas em espaços formais e informais, são essenciais e precisam de reconhecimento, valorização e legitimidade.

Sobre as diversidades de pautas na representação de categorias, consideramos importante o reconhecimento das interseccionalidades, visto que são intersubjetividades contidas nas pluralidades identitárias dos sujeitos na sociedade. Estes interceptores da existência revelam-se na luta das mulheres, homens, transgêneros, negras e negros e tantas outras identidades que subsidiam e fortalecem as ações e intenções de busca da liberdade de ser, ao se assumirem nas insurgências latentes e manifestas da luta subjetiva individual e coletiva.

A atuação dos sujeitos representando a coletividade perpassa pelo entendimento sobre subjetividade coletiva, primariamente pelo conceito de classe, porque

> Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante eles se defrontam como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe torna-se autônoma em relação aos indivíduos, de maneira que estes últimos têm suas condições de vida predeterminadas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal definidos pela sua classe (Marx; Engels, 2009, p. 88).

Diante do exposto, a formação de classe em luta é influenciada pela existência de situações de enfrentamentos entre segmentos de oprimidos e estes grupos podem ser visibilizados nos espaços públicos de ação e atuação; nutrem-se da posição de estrutura antagônica em relação às outras classes para combater as injustiças e assim apresentam projetos diferenciados, ideias contrárias e concepções ideológicas antagônicas nas quais se afirmam como diversidades de princípios ideológicos opostos de poder, enfrentamentos e práxis.

Os antagonismos de classe e suas consequências na vida dos trabalhadores e trabalhadoras são naturalizados no sistema capitalista, que se alimenta da dominação social e da supremacia do poder. No entanto, essa estrutura burguesa é combatida e subsidia a organização de luta contra ela, na tentativa de garantir direitos e melhores condições de vida dessas categorias. É importante retratar que a mesma condição de classe pode apresentar oposições, projetos de poder contrários, diversos ou mesmo antagônicos na própria classe. Muitas organizações populares citadas nesta pesquisa, a exemplo dos sindicatos do campo e da cidade, pautam as suas condições de classe trabalhadora. O MST e o movimento indígena estão

ligados às ocupações, distribuições e sobrevivência na terra. Outras estão associadas à defesa dos oprimidos, no caso das pastorais sociais.

O debate sobre objetividade e subjetividade remete à concepção de Freire (1987, p. 33), quando afirma que "só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros". Esta reinvenção de si acontece como práxis e centrada na Fenomenologia, assume característica que se evidencia na ação e reinvenção da existência, diante do cumprimento do papel social protagonizado por sujeitos que, ao descreverem suas realidades, produzem e reproduzem conhecimentos que se afirmam como bases metodológicas implicadas com o observável e o relatável. A inserção nas vivências e experiências dos sujeitos e suas subjetividades é um campo de percepção dessa realidade, uma vez que:

> O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não 'habita' apenas o 'homem interior', ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, e é no mundo que ele se conhece (Merleau-Ponty, 1999, p. 6, grifo do autor).

Dado que o mundo é um campo de pensamento e percepções explícitas, a compreensão desse mundo pode ser obtida através da reflexão sobre os campos de pensamento e percepções subjetivas dos sujeitos e suas experiências. A representação dos sujeitos da experiência não determina o tempo, uma vez que está em um estado de existência e persistência, o que significa que ele permanece na ação como experiência (Larrosa Bondía, 2002, p. 25). Para Dussel (1977), o mundo é compreendido como um processo dialético em mobilidade que continuamente está ultrapassando seus limites ou fluindo, fugindo sem descanso. A totalidade do mundo nunca se fixa, mas se desloca histórica ou espacialmente.

Trata-se de refletir o mundo como percebem os atores sociais, e nessa perspectiva de investigação as lideranças fazem parte como sujeitos que viabilizaram a compreensão de realidades quando narraram suas memórias e os seus mundos e evidenciaram o exercício da retidão ética a partir do "[…] respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente […]" (Freire, 2011, p. 18). Nesta essência perceptiva, a compreensão de mundo social e cultural acontece a partir dos fenômenos investigados nas experiências vividas dos sujeitos e sociedades que estão em luta contínua, segundo Freire (2011), para expulsar os opressores dentro de si em condições constantes de libertação. Esta incessante busca de compreensão de si e do outro tem a dimensão aparente de compreender o mundo e, assim, o local e o global. Somente quando os oprimidos descobrem o opressor e se engajam na luta

organizada pela libertação subjetiva desse opressor começam a crer em si e superam a conivência com a opressão. Freire (1987) afirma que a descoberta não pode ser apenas em nível puramente intelectual, mas da ação diante do risco de mero ativismo. O empenho da reflexão se associa à ação para ser práxis.

Faz-se presente um conhecimento dialógico na dimensão freireana da ação e reflexão como uma interação da existência perceptiva com posição deliberativa que permite pronunciar o mundo e também modificá-lo como ato de criação.

O debate segue com a abordagem sobre os limites e desafios do processo de realização da pesquisa vivenciados na trajetória do seu desenvolvimento.

3.5.2 Circunstâncias da Pesquisa

As circunstâncias que impactaram a realização deste estudo têm relevância na denotação dos limites e desafios experienciados na trajetória do seu desenvolvimento. Assim, o primeiro desafio aborda aspectos sociais e conjunturais, como a pandemia que ocorreu nos anos 2020, 2021 e 2022, e a necessidade de isolamento social associada às incertezas em relação ao contato físico para a realização das entrevistas narrativas, mesmo com a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras. Sendo assim, não foi fácil agendar os encontros e este fato gerou inseguranças, impossibilitando maior aproximação com as entidades e as lideranças, embora em outro momento, de maior estabilidade sanitária, a pesquisa seguiu seu curso.

A ausência de políticas para a concessão de bolsas de estudos nas universidades estaduais baianas a pesquisadores e pesquisadoras, docentes e funcionários representa descaso com a promoção do conhecimento que tende a retornar como efeito bumerangue do ponto de vista da desqualificação dos serviços. Estas circunstâncias adversas limitam e dificultam o desenvolvimento de pesquisas, como esta, que poderia ter sido realizada em contexto mais favorável e, assim, confortável.

Sobre essas condições pontuadas como limitações e em face do grande volume de textos transcritos das narrativas, não houve condições suficientes para ampliar o campo empírico, principalmente a fim de favorecer a participação de um número maior de mulheres e outras lideranças da cidade. As questões que envolvem gênero, embora tenham relevância para a temática apresentada, só se tornaram uma lacuna na sistematização e não houve possibilidades de inclusão delas na pesquisa, porque não foram pensadas como categorias no projeto ou mesmo porque não houve “fôlego” para incluí-las, tendo em vista o tempo determinado e as

condições para finalização deste trabalho. A perspectiva de gênero pode ser inserida em outros momentos de estudos e pesquisas para além deste, da pesquisadora, que planeja continuar o debate dessa realidade de investigação como linha de atuação nos processos atribuídos ao lugar da docência e de pesquisadora.

Os programas de pós-graduação, de modo geral, precisam ter políticas que permitam o fortalecimento das pesquisas e repercussão destas na sociedade. O engavetamento de uma maioria de temas imobiliza o conhecimento, inserindo-o em uma inércia sem sentido. Grande parte dos estudos no campo das humanidades projetados em programas de pós-graduação em todo o país estão voltados muito mais para atender à titulação do estudante do que para pensar uma sociedade do ponto de vista da práxis com vistas à sua transformação.

De modo específico, diante de um contexto de pandemia com sequelas graves na vida das pessoas, os problemas se agravaram com o isolamento social, e a organização dos componentes disciplinares do programa de pós-graduação (PPGEduc) foram ministrados sem presencialidade. A ausência da interação entre corpos na correspondência coletiva foi substituída pela virtualidade do olhar sem ver, do ouvir sem escutar direito, do estar juntos sem tocar, compartilhar as dificuldades, as alegrias e somar na caminhada desta etapa.

Outra circunstância refere-se ao teste de proficiência exigido como pré-requisito para a conclusão do curso de doutoramento e mestrado em programas de Pós-graduação. O formato da proficiência e o seu desenho tem limitações em razão da ausência de propostas políticas pedagógicas para este campo. Este formato carrega um modelo capacitista presente, segregando e excluindo estudantes que não tiveram oportunidades de, além da sua formação Básica e Superior, adquirir habilidades em outras línguas, por diversos motivos envolvendo as políticas de inclusão. A etapa representa também uma realidade de persistência em que muitos se submetem a horas, dias e meses de estudos para aquisição de conhecimentos em formas de senhas, atalhos e caminhos com a finalidade de apenas obter a aprovação, atestando o analfabetismo funcional adquirido para realizar a prova.

Os testes de proficiência na pós-graduação cumprem uma visão meritocrática ao carregar, no significado da palavra proficiência, "qualidade do que é proficiente; competência, capacidade, maestria para a comunicação em outra língua e cultura" (Dicionário Online de Português, 2024). O contraditório desta definição perece de estigmas de inferioridade entre aqueles(as) que não se enquadram. O formato da proficiência deve adotar caráter de formação curricular e disciplinar que permita inclusão e construção de processo formativo e avaliativo, como compete a Academia. A proposta consiste em disponibilizar como componente disciplinar específico e obrigatório a construção de outras habilidades linguísticas, com o

objetivo de potencializar a comunicação em outras línguas e culturas, favorecendo a interculturalidade e o intercâmbio entre elas.

4 FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TERRITÓRIO ITAPARICA–BA/PE

Esta abordagem apresenta como objetivo descrever a formação histórica, cultural e populacional do Território Itaparica, que abrange os estados da Bahia e Pernambuco (Itaparica-BA/PE), considerando sua configuração política e espacial, os limites naturais e históricos, o controle, a dominação, a apropriação e produção do espaço, as relações sociais e de poder, o pertencimento ao local, a constituição do território e territorialidades.

O estudo interage com diversas concepções de pensadores como Dussel (1995), Saquet (2007), Touraine (2009), Quijano (2005), Mbembe (2018) e outros, bem como com as narrativas de lideranças de organizações populares, sujeitos da pesquisa e escritores locais. A fim de compreender as características históricas, culturais e econômicas que estão presentes na memória da ocupação do lugar, analisa as informações que determinaram a formação do território em questão.

A seção compõe parte da pesquisa sobre Educação Popular no Território, Narrativas sobre Lutas e Subjetividades no Vale do São Francisco e assim cumpre a tarefa de entender a constituição territorial, material e imaterial, consolidada historicamente da qual resultou a formação do território Itaparica-BA/PE. Como procedimento de investigação empírica, o trabalho realizado de entrevistas narrativas com as lideranças de organizações populares do campo e da cidade presentes no território representa um campo de conhecimento que fundamenta o estudo, com relevância nas reflexões conceituais temáticas apresentadas nas seções e subseções que envolvem esta abordagem em particular, em sua totalidade. Tais campos temáticos, desenvolvidos na sistemática deste estudo, têm em vista a perspectiva fenomenológica implicada no exercício de compreender as subjetividades destes sujeitos da pesquisa através das suas narrativas de origem, processos educativos, relações com o trabalho, a sociedade, religião e as lutas sociais no território. O trabalho empírico realizado com entrevistas narrativas foi representativo para compreender e descrever a realidade proposta para esta investigação.

Ainda à guisa do processo inicial desta seção, abriremos a discussão apresentando as condições legítimas e historicamente determinadas que viabilizaram a institucionalidade do termo Território de Cidadania Itaparica-BA/PE.

A denominação de Território Identidade Cidadania Itaparica-BA/PE ganhou legitimidade institucional no governo da Bahia de Jaques Wagner, no ano 2007, a partir da implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) deste Estado. Esta ação legitimou o reconhecimento de 27 territórios regionais baianos, tendo em vista "[…] identificar

prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões […]" (Bahia, 2022). Embora as relações de poder, apropriação e produção do espaço geográfico sejam componentes para a definição do território, e a legitimidade do Estado da Bahia evidencia esta realidade, o território é visto como "o lugar de todas as relações a partir tanto da apropriação e produção como das relações subjetivas" (Saquet, 2007, p. 34). Com isso, o território apresenta representação em campos diversos de vivências relacionais, caracterizando a vida dos indivíduos e a essencialidade política implicada na dinâmica social.

Sendo assim, ainda que o termo tenha se tornado institucional do Estado baiano no ano de 2007, ele representa uma diversidade intercultural, vivencial e histórica de representação do lugar entre as comunidades e povos tradicionais presentes com seus legados de ancestralidade, identidades étnicas reconstruídas na desterritorialização e reterritorialização dos seus territórios. Entendemos este processo como reconstituição, pois o que se desterritorializa de um lado, se reterritorializava do outro como novas territorialidades constituídas, diante da invasão colonial e depois com a implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)[3] (Saquet, 2007).

Do ponto de vista institucional, o território de Itaparica é formado por 13 municípios, sendo seis (6) no Estado da Bahia: Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas, e sete (7) no Estado de Pernambuco: Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu.

Para este estudo, Glória e Paulo Afonso foram representados na fundamentação da historiografia do território, porque são espaços geográficos que sediaram o pioneirismo ocupacional desde o processo colonial, sendo "palco" da instalação e intensificação do projeto das usinas hidroelétricas da CHESF. Este aspecto favoreceu o caráter desenvolvimentista do Estado brasileiro e do território, na ótica do capitalismo e seus efeitos espoliativos do capital. A CHESF centralizou sua atuação no território a partir da concepção de poder econômico e político, construindo uma multidimensionalidade de processos de dominação, disputas e controles dos espaços delimitados para a construção das usinas (Saquet, 2007).

O modelo de desenvolvimento em questão estabelece relações de ocupação através da exploração e exclusão dos povos em grupos menos favorecidos de trabalhadores e trabalhadoras, aumentando a desigualdade social criada pelo projeto de sociedade capitalista,

[3] Na gramática portuguesa existem formas gráficas variantes em palavras com significados iguais, mas prefixos diferentes. Apenas a expressão "hidroelétrica" foi utilizada no texto, embora em algumas citações os autores tenham utilizado a expressão "hidrelétrica".

colonial e escravocrata em curso no Brasil. Tendo em vista a face cruel desta perspectiva de desenvolvimento, o território passa a se constituir como "[…] produto de gestão efetivada por agentes políticos dominantes numa determinada área", bem como expressão de dominação econômica e política (Saquet, 2007, p. 96).

A história oficial do território Itaparica segue o modelo adotado no Brasil, a partir da colonização europeia e das relações coloniais centradas no poder e na dominação. O processo de organização deste espaço social foi orientado pela legitimidade das práticas de exclusão, expropriação e genocídio, tendo em vista o projeto de dominação burguesa e supremacista sobre os povos e suas etnias no Brasil neste período. As ciências do espaço e do território, até a década de 1960, condicionaram o entendimento de território

> […] em abordagens sobre a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como forma de controle na vida cotidiana e nas próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (Saquet, 2007, p. 53).

O processo de colonização europeia, tanto em sua dimensão política quanto ideológica, criou uma cultura de relações sociais que se conciliam com a perpetuação da colonialidade imposta pelo sistema imperialista e totalitário, que se tornou eurocêntrico. Estas relações desenvolvidas do Brasil Colônia, Império e República prevaleceram de forma contínua e descontínua nos desenhos societários e formatos da administração pública e privada de instituições e organizações nas sociedades nas instâncias federal, estadual e municipal; local e global.

Essa realidade evidenciada no território em questão com a construção das usinas hidroelétricas pela CHESF tem em vista a legitimidade das relações de poder, dominação e disputa desigual do espaço conquistado e apropriado. Com isso, as demarcações territoriais no sistema colonial e as legitimidades da exploração e, consequentemente, das opressões vivenciadas condicionaram os povos e as etnias a um lugar de minoria subalterna na trama da conquista colonial e no desenvolvimento da colonialidade. O desenvolvimento territorial no formato de acumulação para o capital pela institucionalização das desigualdades sociais com o método da exploração, escravização e marginalização dos povos originários e tradicionais foi desenvolvido com especificidade na extensão da América Latina e atende à geopolítica mercantil eurocêntrica. Este desenvolvimento tem efeito na perspectiva de alcançar a modernidade com a

> [...] centralidade da Europa (o eurocentrismo nasce quando a Europa consegue cercar o mundo árabe, que até o século XV tinha sido o centro do mundo conhecido). Aquele 'Eu', que se inicia com o 'Eu conquisto' dos Cortés ou de Pizarro, praticamente anterior por um Século ao *ego cogito* de Descartes, é causador do genocídio do índio, da escravidão do negro africano e das Guerras coloniais da Ásia (Dussel, 1995, p. 47, grifo do autor).

Esse modelo colonial implantado na América Latina, o qual legitimou as invasões europeias aos povos ameríndios, se expandiu como dispositivo institucional dominante a partir do exercício do direito à dominação e tem "construído um mundo sem atores, dominado por lógicas implacáveis que se infiltram por toda a parte, em todas as categorias do conhecimento e da organização social" (Touraine, 2009, p. 28).

O processo de implantação da CHESF, nas décadas de 1940 a 1990, representa um marco histórico que se realizou nesse território, determinando e modificando as dinâmicas relacionais internas e externas ao território, bem como os formatos ocupacionais e populacionais do espaço, do lugar de sobrevivência e da vida na existência territorial. Nas dinâmicas ocupacionais externas, é importante destacar que a divulgação acerca do processo de formação hidroindustrial da CHESF levou aqueles(as) que ouviam a notícia de longe a se arriscarem a abandonar seus locais de origem, tendo em vista a possibilidade de emprego remunerado nas indústrias, grantindo com essa atitude melhores condições de vida.

Sobre as dinâmicas internas, sentiam-se os efeitos da implantação do complexo industrial entre os povos vulneráveis do campo e da cidade que, submetidos às violências históricas do modelo societal de colonialidade escravocrata, foram desterritorializados literalmente em um processo de desocupação dos seus lugares de origem e sobrevivência para a construção das barragens. O desenvolvimento do complexo hidroelétrico provocou uma territorialidade urbanocêntrica, tendo em vista a desterritorialização dos diversos espaços sociais existentes entre comunidades indígenas, agricultores e agricultoras, ribeirinhos e tantos outros e outras que viviam como povos e comunidades tradicionais com as suas culturas encarnadas no campo.

No decorrer das relações de colonialidade estabelecidas na geopolítica imperialista ao modo brasileiro e suas influências na organização das sociedades, e assim no território em estudo, a implantação das barragens pelas CHESF foi realizada tendo como política a desterritorialização submetida aos povos atingidos, trazendo consequências irreparáveis nas subjetividades, deixadas nas memórias dos(as) "inundados(as)" no projeto de barramento pela empresa estatal.

Saquet (2007) se refere ao processo de constituição de territórios, e estão presentes a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização (TDR), sendo que a territorialização implica em um conjunto de relações construídas. A desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território ou a supressão dos limites, das fronteiras. A reterritorialização ocorre sobre qualquer coisa, viabilizada através do espaço que se delimita como lugar, a propriedade ou o dinheiro.

Em decorrência das práticas dominantes imperialistas e da invasão dos territórios coloniais, o crescimento das áreas conquistadas ocorreu por meio da expulsão e genocídio de diversos povos originários e tradicionais em seus territórios. Diante desta realidade, em todos os períodos históricos houve uma luta constante e ininterrupta para a reconquista dos territórios pelos povos, tendo em vista que "Na história, as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam-se, resultando em uma sucessão de diferentes territórios, tanto materiais quanto imateriais" (Saquet, 2007, p. 79). É importante salientar que essa dialética de ocupação e desocupação, no sistema capitalista, é perversa e conduzida de forma violenta.

Compreendemos que "[…] todo território supõe talvez uma desterritorialização prévia; ou então tudo ocorre ao mesmo tempo, […] no entanto, na atuação do Estado, muitas experiências de territorialidades são neuróticas, perversas e psicóticas" (Saquet, 2007, p. 110). Nesse sentido, a iniciativa do Estado de instalar o complexo hidroindustrial no território Itaparica-BA/PE estabelece uma conexão entre economia e território, considerando o espaço natural como um produto de forças produtivas, como recurso de valor e favorecimento dos mecanismos de poder estatal para o modelo de concentração do capital. Com essas implantações estatais, ocorreram deterritorialidades perversas, considerando a territorialidade como um elo social de uma comunidade na multidimensionalidade inerente à vida em sociedade, na qual, mesmo como exercício do desejo do sujeito, é complexo o processo de reterritorialização (Saquet, 2007).

Na intenção de estabelecer uma relação conceitual entre colonialidade e territorialidade, a discussão a seguir, na ótica de Quijano (2005, p. 73), apresenta o conceito de colonialidade como

> [...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

A descrição atribuída por esse autor à colonialidade consolida uma interpretação de poder capitalista mundial, desenvolvida como padrão estrutural de dominação/exploração, controle da autoridade política dos recursos de produção e de trabalho de um grupo determinado que domina outro de diferentes identidades. Nesta autoridade política, para esse autor, há uma imposição classificatória racial/étnica a qual se apresenta contrária aos dominadores. De um lado, indígenas, negros, trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e campesinas, proletários e proletárias e demais minorias despossuídas dos seus modos de produção e, assim, de suas sobrevivências. Do outro, burgueses, brancos, heteronormativos, patrimonialistas, detentores dos modos de produção, da propriedade e do capital.

Dussel (1995), nutrindo-se do ideário marxiano, afirma que a escravidão é injusta para o sistema burguês ou socialista, mas será justa para o sistema escravista. O trabalho assalariado é injusto para o regime socialista enquanto institucionalidade que rouba do trabalhador uma parte do fruto do seu trabalho (a mais-valia). Nesse sentido, temos caminhos percorridos do conhecimento histórico que viabilizam explicações para a existência social de projetos políticos de poder que percorrem realidades diferentes; estruturas e conjunturas que consolidam territórios e territorialidades diversas e subjetividades plurais.

No sentido geral, a dimensão da formação do território implica em territorialidades construídas a partir de modelos de relacionalidades societárias que se intensificam, ou seja, "Não há território sem uma trama de relações sociais; o território é um lugar substantivado por estas relações ou territorialidades […]" (Saquet, 2007, p. 81). Sendo assim, entendemos que nas condições de relacionalidades atribuídas à territorialidade, a colonialidade é um princípio que fundamenta as relações identitárias dos sujeitos no sistema e colabora para a formação da consciência social, tendo em vista as trajetórias percorridas nas interpretações históricas das existências.

O condicionamento da colonialidade, do poder, do ser e do saber resultam em territorialidades que ocultam e negam os processos identitários, políticos, econômicos e de pertencimentos das culturas, comunidades e povos tradicionais. Estes povos constroem outras territorialidades com capacidade de resistência e muita luta contra o sistema de dominação que oprime e exclui as subjetividades originárias. Encontramos um lugar nesta abordagem para apresentar a narrativa da indígena Yatanã, sujeito desta pesquisa, e ela nos ensina sobre o que é ser indígena neste país da colonialidade legitimada e das territorialidades negadas.

> Aprende com uma anciã, um ancião e a gente vai se fortalecendo, vai encontrando espaço, que é importante para o índio ele ter o seu direito de fala,

> o seu direito de ir e vir e botar um basta nos preconceitos que existe contra os indígenas tanto dentro como de fora de uma aldeia. Muita gente diz assim, mas o Brasil inteiro é indígena. O Brasil inteiro foi usurpado, como todo mundo sabe, e quando um indígena pega um pedacinho de terra, aí o indígena é errado, não tem direito, o indígena não tem direito, ele não tem direito de ter seu espaço. Ninguém entende que foi tirado tanto dele, foi tirado, têm tantas piadas que tem na internet, essas coisas aí, e o indígena abaixou a cabeça com a bíblia na mão e abriu os olhos sem nada ler, não é isso que nós temos a nossa ancestralidade (YATANÃ – liderança do Movimento Indígena Kariri-Xocó, 01/03/2023).

A estrutura de poder, dominação e conflito do projeto colonial capitalista mundializou com as invasões europeias na América, estabelecendo o eurocentrismo, tendo a Europa como centro das relações econômicas e culturais no mundo. De acordo com Mbembe (2018), o eurocentrismo está relacionado à expansão e ao desenvolvimento de um modelo de sociedade no qual o ideário de dominação europeia predomina nas relações e se estrutura favorecendo o "[…] mito da superioridade racial […]", tendo em vista a necessidade de a cultura ocidental consolidar tais mitos para fundamentar seu poder, pois consideram-se "[…] o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade" (Mbembe, 2018, p. 29). O déficit desta estrutura imposta para as nossas culturas originárias foi de uma negatividade na qual, muitas vezes, inexistem expressões que conseguem adjetivar.

A cultura dominante ocidentalizada, ao se sobrepor como supremacista às outras culturas colonizadas, promove a colonialidade nas relações de territorialidade, condicionando o modelo de organização societal à manutenção do sistema de poder político e ideológico sobre os povos e etnias. A promoção deste modelo, que tem como foco o capital imperialista de monopólios e a exploração dos(as) trabalhadores(as), é representativa de legitimidade, com um discurso alicerçado no "progresso e desenvolvimento civilizatório" das sociedades.

Dessa maneira, a colonização europeia nas Américas atende a um modelo antigo das tradições ocidentais e a essência deste processo se diluiu "na intersubjetividade do mundo" ocidentalizado por meio da cultura de mercantilização. Do mesmo modo, a colonialidade ou as territorialidades coloniais perversas colaboram para a intensificação das relações de padrão mundial de poder/dominação/exploração capitalista, resultando em "novas identidades societais (índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos e mestiços)" (Quijano, 2005, p. 73), tendo em vista a permanência do condicionamento histórico de naturalização do poder colonial.

No Brasil, as relações coloniais de poder se desenvolvem com um modelo de organização social de dominação capitalista, que impõe padrões normativos, reguladores de mando e obediência, resultando em relações de subalternidade e servilidade de indígenas,

negros, pobres: comunidade e povos tradicionais; trabalhadores e trabalhadoras deste país. Esses padrões, que foram criados nos campos das vivências relacionais das instâncias públicas e privadas, foram se materializando nas condições de vida e, com isso, ganham a normalidade nas práticas autoritárias, centralizadoras dos sujeitos e sociedades. Sendo assim, torna-se comum convivermos com a centralidade do homem que manda, do(a) professor(a) que ensina, da cor branca que inspira pureza, beleza e supremacia e tantas outras.

O modelo de constituição de territorialidades promovido pela cultura branca, burguesa e heteronormativa, condicionada ideológica e politicamente por estas culturas estabelecidas, reforça as violências simbólicas deixadas pelas marcas irreversíveis cometidas e registradas na historiografia mundial. Tais marcas são: genocídios, escravização dos povos originários e tradicionais, degradação da imagem da mulher na sociedade e tantas outras. As identidades assimiladas pelas territorialidades coloniais são formadas na incorporação de relações ideológicas de princípio colonialista, que se agregam em designações étnicas que limitam e reduzem a condição de indígena para a denominação de índio e as formas de se referir ao negro como mulato, moreno, caboclo e outras. Estas formas reconstroem os preconceitos e as discriminações, tendo em vista a ótica do colonizador.

No processo de constituição histórica, a territorialização é vista como construção de pluralidade de territórios que concretiza a existência e a desterritorialização como interrupção ou abandono dos territórios originais, ou de pertencimento. Estes dois mecanismos da natureza humana são concomitantes e fundamentam a compreensão das vivências e prática sociais na sociedade. Neste debate, o entendimento do dilema que relaciona a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos, os questionamentos sobre os componentes que justificam este abandono e sua intensidade, tem relevância neste estudo. Este diálogo nos interessa porque a pesquisa, ao referir-se à desterritorialização sofrida pelos sujeitos atingidos pelas barragens da CHESF, encontra uma realidade em que se compreende as intensidades de componentes deste fenômeno e, principalmente, as razões que justificam a sua existência entre os sujeitos. Esta realidade de ajustamento normativo político-institucional, representada pelo poder do Estado através da CHESF, visa à acumulação de capital por homens e mulheres, à expansão das forças produtivas e ao exercício do biopoder, dando forma a procedimentos sobre os corpos dos sujeitos, que não desejavam o abandono dos seus territórios de origem (Haesbaert; Bruce, 2002).

A conquista das terras brasileiras, as condições de exploração e o desenvolvimento das relações centradas no modelo de colonialidade colaboram para a formação dos territórios capitalistas de exclusão em suas dimensões materiais e subjetivas, reforçando as classificações

étnicas/raciais e o *modus operandi* de discriminação destas etnias. As imposições ideológicas destes modelos burgueses e elitistas colaboram para a definição de políticas de classes sociais entre os trabalhadores e trabalhadoras, realizadas pela via das legitimidades subalternas a partir da crítica e do diálogo com as territorialidades coloniais ou colonialidades.

O grande projeto que envolveu o aproveitamento das quedas d'águas do Rio São Francisco foi consolidado em atenção às prerrogativas desse modelo de territorialidade colonial de poder, tendo em vista o domínio do espaço natural, a apropriação dos seus recursos e a intensificação de relações de dominação para a sustentação do grande capital, e com ele a materialização das desigualdades sociais, bem como o exercício da segregação étnica e de classe.

É evidente no ideário de desenvolvimento capitalista atrelado à lógica do "progresso civilizatório" e da acumulação do capital, efetivado a partir da estruturação da desigualdade social de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, a consolidação de uma estrutura socioeconômica de classe de pobres e desvalidos deste sistema; são subjetividades vulnerabilizadas porque impedidas politicamente de desenvolvimento por muitas vezes, o que colabora para o apoio e o fortalecimento da própria exclusão.

A discussão de território após as décadas de 1960 e 1970 nas Ciências Geográficas ganhou uma frente política de redefinições conceituais entre vários autores, para ampliar a sua compreensão. O território perde uma conotação apenas política de dominação, controle pelo Estado na estrutura administrativa e passa a se constituir a partir de elementos sociais, relacionais e existenciais presentes nas realidades locais. Para Saquet (2007, p. 87), os territórios são individuais, coletivos, subjetivos, existenciais, micropolíticos, e o espaço é alisado, homogeneizado, padronizado, pois "a gente se constitui […] até debaixo de uma ponte, territórios existenciais, em tais condições de desterritorialização ou de padronização […]".

Nessa redefinição conceitual, percebemos a diferença de termos e a introdução de outros no conceito de território, com a aparição de novos elementos representativos como: espaço, região, lugar, territorialidade, territorialização, desterritorialização, subjetividade, agir local, relações sociais, identidade, rede de circulação de sujeitos, pertencimento e muitos outros que completam o sentido político do conceito. Os elementos da mobilização e da luta contra o Estado opressor são incorporados como uma possibilidade de reconstrução do próprio conceito de território. Com isso, a sobrevivência e a liberdade de existir, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento, valorização e promoção das diversidades, das identidades originárias e tradicionais, são marcas que ampliam a definição.

Assim, em síntese, o território é visto como relações sociais, materiais e imateriais, éticas, espirituais, simbólicas e afetivas; territorialidade como sentimentos de pertencimento; identidade como um lugar estratégico de existências subjetivas; etnicidade na perspectiva das práticas, mediações e particularidades dos indivíduos em grupos culturais; participação, ação de mobilização e organização coletiva como cultura e capital social. Estas categorias aparecem como elementos de descrição de um contexto de enfrentamentos e conquistas dos direitos de ser, viver e sobreviver no território pertencido. A conquista desses direitos está diretamente ligada à organização da luta, tem caráter educativo que contribui para a formação de identidades coletivas e territórios plurais que congregam as subjetividades diversas entre os atores e atrizes sociais em suas vivências e aprendizados culturais. A mobilização e a disposição de participação coletiva constituem elementos importantes para a dinâmica histórica de existência e pertencimento dos sujeitos em qualquer território.

O conceito de território se apresenta como uma construção subjetiva de múltiplas existências sociais nas relações políticas, culturais e históricas dos povos que participam da luta constante pelo direito à vida digna, revelando um espaço comum e intersubjetivo de existência de mulheres, homens, indígenas, quilombolas, camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade em suas existências condicionadas pelo projeto capitalista "orgânico, sistêmico, mecânico de poder e dominação social (Quijano, 2005).

Para Saquet (2007), cada território deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e de suas articulações, a partir das suas territorialidades e temporalidades com suas naturezas interior e exterior e com o seu outro. Segundo esse autor, "somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território" (Saquet, 2007, p. 131).

Nesse sentido, a história do território Itaparica-BA/PE apresenta sua singularidade estrutural: econômica, cultural e histórica sistematizada nesta abordagem, a partir de informações de várias fontes que incluem observações gerais e pontuais das vivências da pesquisadora neste lugar, as leituras diversas de escritores locais e, principalmente, do trabalho de campo empírico através das dezoito (18) entrevistas narrativas realizadas com as lideranças de organizações populares atuantes neste território, colaboradores desta pesquisa.

Fontes, sujeitos e autores estão presentes na fundamentação deste estudo, colaborando para pensar melhor e ampliar o campo temático que se aborda. O conhecimento deste universo da investigação constitui uma realização da escuta sensível como prática de procedimento metodológico da pesquisa fenomenológica.

Diante da intenção de se distanciar dos ranços do disciplinamento positivista a que somos submetidos, este estudo assume-se contra a representação linear do tempo como forma de "cronologizar" as leis ou os modelos históricos. Em Ricoeur (2010, p. 55), a temporalidade humana é desvendada segundo níveis de temporalização "cada vez menos distendidos e sempre mais estendidos"; nesta pesquisa ela se dá através dos enunciados descritivos e, principalmente, das narrativas dos sujeitos da pesquisa. A ordenação temporal cronológica dos modelos da historiografia verticalizada estabelece um tempo estanque para os acontecimentos, no entanto, há a descontinuidade na qual não é fixa, mas processual. Priorizar as narratividades e as descrições é construir uma temporalidade de acontecimentos humanos contrários das intertemporalidades, "[…] nivelada pela representação linear do tempo como simples sucessão de agoras abstratos […]" (Ricoeur, 2010, 108-109).

Momentos significativos relacionados aos processos metodológicos da pesquisa fenomenológica podem ser descritos, contudo, um dos mais impactantes foi o exercício da escuta sensível por meio das narrativas dos sujeitos, lideranças em organizações populares do campo e da cidade no território Itaparica-BA/PE. São agentes atuantes no exercício da representação coletiva, e a escuta destes sujeitos tornou-se fundamental para compreender a realidade histórica e cultural do território que vamos apresentar como parte deste trabalho. A participação das lideranças e as expressões de suas subjetividades narradas estão nas linhas e entrelinhas deste texto, pois seus depoimentos permitiram evidenciar, em cada existência, os modos de vida, os anseios, as dificuldades de viver, as utopias, as distopias concebidas na compreensão das singularidades individuais e coletivas, as quais compõem a realidade do território.

A seguir, o destaque sobre a formação do território Itaparica-BA/PE permite compreender a história da ocupação, o desenvolvimento demográfico, a questão agrária no Brasil e os reflexos do sistema colonial de divisão de terras através das capitanias hereditárias, com as sesmarias. Também os dilemas na implantação do paradigma totalitário capitalista moderno e o hidronegócio delimitando fronteiras e impondo condições de vida. Neste contexto, abordaremos a implantação do complexo energético da CHESF e o desenvolvimento das cidades e do campo. A referência às intervenções coloniais e às invasões culturais eurocêntricas são fundamentos políticos e ideológicos que determinaram as condições da estrutura social capitalista imposta nas colônias e sesmarias brasileiras, conduzindo a formação dos territórios neste país.

4.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO TERRITÓRIO ITAPARICA: ANÁLISE DA ORIGEM DE PAULO AFONSO-BA E GLÓRIA-BA

A formação histórica e cultural do território Itaparica-BA/PE está ligada à ocupação dos povos indígenas, diante da existência cultural dos primeiros habitantes originários desta terra. As invasões europeias representam um marco do processo de expulsão e marginalização, com o genocídio dos povos no exercício do projeto de poder liderado pela Europa no curso da colonização e intervenção do modelo hegemônico desenvolvido por Portugal no Brasil. A permanência indígena no território sempre foi sinal de resistência

Há diversas comunidades indígenas aldeadas e não aldeadas no território Itaparica-BA/PE, todas vivem em constantes lutas para o reconhecimento legal dos seus territórios e das suas identidades culturais; são elas: Pankararé, Kantaruré e Xucuru-Kariri, pertencentes ao município de Glória-BA; Kariri-Xocó e Tupan-Truká, pertencentes a Paulo Afonso-BA; Tuxá, de Rodelas-BA; Tumbalalá, de Abaré-BA; Pankararu, nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, em Pernambuco; e Pankará ,em Carnaubeira da Penha-PE. Estima-se que neste território, na região que envolve o São Francisco, existiram "[…] mais de 72 mil indígenas e cerca de 32 etnias distribuídas […]" (Santos, 2008, p. 59).

O modelo de organização colonial no Brasil se realizou tendo em vista as diversas faces e consequências da dominação capitalista; uma ordem política associada a um Estado soberano europeu, liberal, moderno, com características que se associam à imagem e semelhança do dominador, patriarcal e heteronormativo. Este modelo atua na regulação da legitimidade de práticas conservadoras, relacionando-as à subordinação a uma ética burguesa de exploração e exclusão dos povos.

As violências cometidas contra os povos originários e tradicionais existentes nessas terras foram irreparáveis. Castigados com o desfecho da colonização, a conquista colonial "[…] revelou um potencial de violência até então desconhecida. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos 'selvagens', aos povos 'civilizados' da Europa" (Mbembe, 2018, p. 32, grifo do autor).

Com o monopólio português, a divisão das terras brasileiras foi determinada para a administração do território conquistado, inicialmente com as capitanias hereditárias, depois a Lei de Terras, a questão agrária brasileira prevalece consolidada com uma classe de latifundiários que movimentam o agronegócio e o hidronegócio, atendendo ao capital exportador internacional. Silva (1981, p. 9-10) discute a questão agrária no Brasil e afirma que

> O início da colonização do território brasileiro se faz com a doação de grandes extensões de terras particulares. Denominadas de sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas a necessidade de cortar em grande escala a escassez de mão de obra na colônia, uniu-se a existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. Todas as atividades produtivas da Colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. O latifúndio escravista produzia para exportar, […] primeiro açúcar e, no fim da escravidão, o café

De acordo com Silva (1981), no início do século XIX, com a extinção do regime de sesmarias e a ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, os pequenos produtores começaram a se expandir e o regime escravocrata começou a declinar devido à pressão da Inglaterra, que buscava um mercado consumidor para os seus produtos manufaturados. O Brasil proíbe o tráfico negreiro em 1850 e neste mesmo ano cria uma nova legislação, definindo o acesso à propriedade. A lei de terras rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda e o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa.

Diante da realidade do sistema colonial brasileiro, as violências sofridas pelos povos originários e tradicionais, indígenas e negros, foram de todas as ordens, provocando consequências para os primeiros, com a desterritorialização dos seus próprios territórios, e para os negros vindo da África, a reterritorialização em condições de escravidão e, assim, de extrema violência. A reconquista destes lugares de identidade se renova continuamente através da mobilização e luta pelo reconhecimento dessas identidades e o direito da posse dos territórios, consequentemente, o fortalecimento étnico. Andrade (2000, p. 8), ao afirmar sobre a conquista das terras brasileiras com o processo de colonização, destaca a violência, o aprisionamento e a expropriação do indígena, "a quem o conquistador, o homem branco, considerando-se superior, transformava em sua propriedade".

O modelo de organização europeu reserva o exercício da ocupação colonial à legitimidade da exploração das riquezas naturais da colônia, dividindo espaços, bem como delimitando fronteiras naturais ou impondo outras políticas e culturas. Assim, a conquista do poder e a acumulação do capital fortalece o monopólio hegemônico, imperialista e totalitário no mundo. Resistir a esta lógica de superioridade na organização das sociedades e na construção das subjetividades dos agentes sociais representa uma luta constante contra o condicionamento da cultura colonial hegemônica existente nas relações entre os sujeitos e as coletividades. Dentre os países que sofreram com o processo de colonização por exploração no mundo, o Brasil ocupa um lugar neste quantitativo de relações de subalternidades estabelecidas pela

soberania do colonizador. Esta realidade é refletida nas relações sociais e nas identidades dos sujeitos em seus territórios de pertencimento.

Mbembe (2018), em sua obra denominada *Necropolítica*, faz referência a Frantz Fanon, sobre a percepção dos colonizadores na ocupação do espaço colonial e na definição de limites e fronteiras internas, regulamentadas pela presença de uma força externa/colonial. Assim, menciona que esta força está subsidiada por um projeto de poder que impõe e opera com violência contra a vida e, consequentemente, a morte de pessoas, comunidades e etnias. Assim, mostra nessa referência a cidade do colonizado, remetendo a pensar em lugar de má fama, povoados de homens de má reputação. Segundo Fanon (1991 *apud* Mbembe, 2018, p. 41), sobre a referida cidade, "[…] lá eles nascem, pouco importam onde e como; morrem lá, não importa onde e como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz".

Na mesma linha desses argumentos considerados por Fanon (2008), dialogamos com a história do território Itaparica-BA/PE na tentativa de compreender uma realidade de investigação que se percebe como espaços colonizados, construídos no modelo capitalista escravocrata e liberal de poder. Neste território assistimos, através desta pesquisa, a consolidação de lugares de "fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz" (Mbembe, 2018, p. 41) historicizados no ínterim deste estudo.

Muitas marcas da subjetividade dos sujeitos do território Itaparica-BA/PE foram adquiridas nas relações de colonialidade em que se formaram. Desta forma, são evidenciadas como reflexo do projeto hegemônico de colonização/modernização territorial através da construção das usinas hidroelétricas da CHESF. Os donos da produção construíram um legado materializado no senso comum com a narrativa de favorecimento ao desenvolvimento da região Nordeste. Silva (2014, p. 447) refere-se a este cenário afirmando que "O rio impetuoso foi domado e a sua força transformada em energia elétrica que iluminou, deu vida, levou progresso, gerou a redenção do Nordeste. Mas as cachoeiras, todas elas, minguaram, reduziram-se a filetes de água deslizando sobre as rochas nuas".

Todavia, é importante refletir sobre a citação desse autor e compreender a quem o progresso deu vida. É improvável estar se referindo àqueles e àquelas que tiveram seus territórios e suas culturas invisibilizadas, pois a crescente marginalização e espoliação de trabalhadores e trabalhadoras, assim como daqueles que não tinham trabalho, foi intensificada com o estabelecimento da CHESF no território Itaparica-BA/PE. Esta realidade colabora para a promoção da desigualdade social com a pobreza vivenciada por estes sujeitos neste território. Considerando a análise do caderno do Ministério de Desenvolvimento Agrícola da Secretaria

de Desenvolvimento Territorial (MDA) na descrição dessa realidade dos atingidos pelas barragens:

> Foram atingidas diretamente cerca de 10,5 mil famílias, das quais 4,6 mil (aproximadamente 21 mil pessoas) na zona urbana e 5,9 mil (em torno de 19 mil pessoas) na área rural, entre estas, 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. Além disso, determinou o surgimento do município de Jatobá, originado a partir da expansão do aglomerado urbano formado nas proximidades do acampamento instalado para a construção da barragem (Brasil, 2009, p. 16).

A reprodução desses números e dessas realidades, confirma que "a fatia do bolo" não era para ser dividida pelo número das existências, mas para poucos que dispunham o poder político da propriedade. A empresa, à época, CHESF, era totalmente estatal, desenvolvendo-se como economia mista, e na vigência desta pesquisa, a Eletrobras está com a privatização em curso.

Na concepção pós-colonial, há a crítica sobre a formação e a organização das sociedades a partir de uma lógica que impõe as relações e práticas sociais do modelo de dominação, dependência e transferência de uma cultura dita "civilizada" para outras "não civilizadas". Assim, a formação subjetiva dos sujeitos na sociedade, condicionada a estas relações, sustentam práticas que fundamentam a continuidade deste processo subserviente de poder e domínio do outro, cabendo à Europa a hegemonia cultural, econômica e política (Dussel, 1995).

A ocupação e povoamento de territórios representou o protagonismo do paradigma colonial de dominação totalitária. Analogamente, a sustentação deste paradigma incorpora as relações de subserviência na formação das diversas identidades consolidadas. O território Itaparica-BA/PE, especificamente os municípios de Paulo Afonso-BA e Glória-BA, lócus desta pesquisa, foram estruturados nessa realidade de dominação e segregação com a implantação da CHESF.

No curso do processo de desenvolvimento da colonização brasileira, as riquezas naturais foram alvos de exploração e transferências para o capital internacional, tendo em vista o "progresso civilizatório" incorporado pela dominação eurocêntrica no mundo. As práticas desta política de dominação, pautadas no desenvolvimento econômico burguês, se mantêm na dinâmica do processo histórico com a implantação das políticas liberais no Brasil, e estas atendem a um grupo específico, uma elite privilegiada, dirigente e soberana que responde pelas mazelas cometidas a favor do capital e da espoliação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Para a maioria do povo atingido nesse processo histórico, a existência está associada à luta por direitos à sobrevivência, ou seja, para a existência é sempre necessário a organização da resistência a essa dominação social. No conflito entre colonizadores e indígenas durante o processo de ocupação colonial, a apropriação tecnológica de armas de fogo pelos dominadores europeus se apresenta como um recurso que sustentou a dominação pela força, contra estes povos. Andrade (2000, p. 8) cita que esse processo histórico sucedido no litoral e no Vale do São Francisco ocorreu "[…] por meio de guerras sangrentas em que morreram muitos brancos e muito mais índios".

A seguir apresentaremos o desfecho do projeto colonial de poder no território Itaparica-BA/PE, a ocupação e o povoamento, as capitanias hereditárias, a influência do Rio São Francisco e a instalação da CHESF, na formação do território.

4.1.1 A Invasão Colonial no Território

Por meio de informações obtidas em pesquisa de diversas fontes primárias e secundárias com uma bibliografia voltada para compreender a história da formação do território Itaparica-BA/PE, o trabalho no campo empírico, com as entrevistas narrativas de lideranças, é fonte utilizada para sistematizar a história de ocupação do território Itaparica-BA/PE. Para tanto, trata-se de uma história de invasão e ocupação das classes dominantes neste território.

Em 1545, o governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, entrega uma sesmaria ao fidalgo Garcia D'Ávila, que passa a ter domínio de todo sertão, incluindo este território. Esta extensão de terras doadas, na época, representava o maior latifúndio do mundo, em poder deste português e seus descendentes. Algumas fontes atestam ligação de paternidade com Tomé de Souza e Garcia D'Ávila, que chegou a este território como membro-chefe dos bandeirantes, visando à exploração de minérios.

O grupo de bandeirantes portugueses chegou a essas terras nas imediações dos atuais municípios de Glória-BA e Paulo Afonso-BA, em comitiva formada por padres católicos e várias outras categorias de exploradores. Esta ocupação favoreceu o povoamento, que passou a ser denominado inicialmente de "Curral dos Bois", posteriormente "Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois" e, atualmente, Glória-BA.

4.1.2 O Rio São Francisco

Em seguimento ao percurso da história da ocupação do Itaparica-BA/PE, há registro na literatura em relação ao encantamento com a exuberância das quedas d'águas do rio avistado, que logo seria chamado de Rio São Francisco. A abundância das suas águas provocou visibilidade ao território e favoreceu a ocupação humana. O referido rio colabora para a afirmação simbólica das subjetividades e das identidades consolidadas entre aqueles ou aquelas que são favorecidos(as) pela presença deste importante rio integralmente brasileiro.

Figura 1 – Cachoeira de Paulo Afonso – 1952



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023).

No entanto, o Rio São Francisco, presente na história da ocupação deste território, foi alvo de exploração no seu curso natural e sofreu grandes impactos em sua estrutura em consequência das dinâmicas e transformações societárias ocorridas com a dominação capitalista, principalmente com a construção da CHESF. Estima-se que há atualmente "504 municípios ao longo do Rio São Francisco, com uma população superior a 15 milhões de habitantes" (Santos, 2008, p. 137), que sobrevivem em consequência dos recursos proporcionados pelo rio.

Como é um símbolo marcante da história do território, os povos originários cultuam o rio como sagrado, reconhecem a sua importância para a manutenção da vida e de suas identidades étnicas. Do outro lado, os colonizadores o vislumbravam como um potencial de riqueza para exploração no curso do desenvolvimento do projeto colonial de poder e dominação no território. No conflito de interesses contrários, da preservação do ecossistema e sua depredação, a dominação colonial se sobressai cumprindo com os impactos negativos sofridos

no seu ecossistema. Há duas percepções diferentes para o Rio São Francisco: "[…] da água como pulsão de vida, de subjetivação, que contribuem para produzir e reproduzir a vida material e simbólica" (Costa, 2021, p. 212), e outra percepção de sentido, pensada

> […] com a pulsão de morte, de objetificação e apropriação pelo capital: a água como mercadoria ou commodity. As águas domadas se caracterizam pela artificialização de cursos d'água por barramentos para acúmulo em reservatórios, como os açudes, barragens, hidroelétricas e a artificialização de rios, como os canais e as transposições de bacias hidrográficas. As águas capturadas são as apropriadas pelo capital (Costa, 2021, p. 112).

Frente a essas diferentes percepções, o rio São Francisco representou um potencial para o projeto de exploração devido à abundância de suas águas, atendendo às proposições hegemônicas capitalistas de poder, propriedade e dominação social no território. São águas objetificadas e coisificadas pelo capital como hidronegócio, tornando-se objeto de valor, tendo em vista a construção do complexo energético e a produção de energia. Devido às relações de espoliação de trabalhadores e trabalhadoras, bem como os impactos sociais e ambientais provocados pela construção do complexo, a CHESF, consequentemente, colaborou para a promoção da desigualdade social e a exclusão dos povos. No percurso de desenvolvimento da história do território Itaparica-BA/PE, esse recurso natural aparece como alvo principal, implicado nas dinâmicas ocupacionais coloniais e nas relações econômicas, políticas e culturais dos sujeitos.

Em lugares de presença do rio São Francisco há sobrevivência na pesca, na agricultura, lazer, entretenimento e, principalmente, na formação identitária de ribeirinhos. O rio constitui privilégio, enaltecido nas saudações poéticas dos cordéis, das prozas, das músicas, contos e narrativas regionais. O Velho Chico, como é carinhosamente apelidado, é lugar de culto com a presença das águas sacralizadas pelos sujeitos, diante da exuberância e a riqueza das suas propriedades vitais. Tão grandioso em essência, tem a nobreza de florir o sertão seco, mantendo-se vivo nas simbologias existenciais daqueles(as) que se fortalecem na luta em defesa da sua existência. A convivência com o Velho Chico, no território Itaparica-BA/PE, é uma marca histórica de referência cultural, ocupacional, palco das interculturalidades existentes de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tantas outras resistências culturais que representam a diversidade no Brasil.

4.1.3 A História da Ocupação

É importante salientar que durante a história da ocupação colonial do Brasil e do território Itaparica-BA/PE, o modelo agrário de divisão das terras brasileiras no sistema de capitanias hereditárias legitimava a transferência de grandes áreas de terras para fidalgos portugueses que viriam ao Brasil apoiados no modelo supremacista de poder, para explorar as riquezas minerais, a produção agrícola e a pecuária no modelo escravista, pois

> Para proteger e desenvolver o seu novo território, a Coroa portuguesa estabeleceu, a partir de 1530, uma rede de 'capitanias' e passou o controle dessas subdivisões a uma classe de nobres de sua total confiança. Esses 'donatários' se comprometiam a povoar, desenvolver, defender e administrar os territórios em nome da Coroa, sob pena de perder as terras (Welch, 2012, p. 144, grifo do autor).

O sistema de doações e transferências de títulos de terras prevaleceu na estrutura colonial por um período significativo na história brasileira, determinando uma concessão de terras para sesmeiros. Esta norma implantada colaborou para a formação da máquina de poder da classe de latifundiários de terras demarcadas, mas ocupadas pelos indígenas que sofreram com a desterritorialização. Os colonizadores, verdadeiros invasores, expulsaram os indígenas nativos da terra, marginalizaram suas etnias e interferiram em suas relações culturais, causando consequências graves no desenho social brasileiro.

A desapropriação das terras indígenas, a inserção ao trabalho forçado, o genocídio e o etnocídio foram as principais violências sofridas. Para tanto, são pautas da luta e resistência desses povos a essa estrutura, visando à afirmação da identidade étnica, da sobrevivência cultural na história que resultou na sobrevivência de um número significativo de povos em suas etnias, sendo que neste período colonial "[…] havia no continente americano aproximadamente 10 milhões de indígenas" (Santos, 2008, p. 59).

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que esses povos foram alvos de ataques com mortandade em grandes proporções, mas mesmo assim "[…] trataram de defender suas terras e sua liberdade com os meios, com as armas de que dispunham" (Andrade, 2000, p. 8). Assim, na história do capitalismo colonial mundial, moderno e burguês, a existência social de sujeitos e sociedades se forma na convivência com as relações de exploração/dominação/conflito (Quijano, 2005), e neste curso a perspectiva do "moderno e do colonial" se apresentam como extensão destinada a uma "permanente posição subalterna" (Mignolo, 2002 *apud* Maldonado-

Torres, 2009, p. 355). A vulnerabilidade imposta aos indígenas diante da resistência desta estrutura social de dominação resultou no seu extermínio em massa e na sua diáspora.

Nas brechas dessa história, no dia 03 de outubro de 1725, é concedida a Paulo Viveiros Afonso uma sesmaria localizada à margem esquerda do Rio São Francisco. De posse destas terras, ocupou e administrou se desenvolvendo como fazenda e logo se tornou um povoamento, inicialmente chamado de Tapera, depois Ilha da Tapera de Paulo Afonso e, mais tarde, avançou como povoado do município de Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, criado através da Lei Provincial n. 2553, de 08 de abril de 1886.

Santos (2008, p. 61, grifo do autor) contextualiza esse processo histórico e acrescenta que

> Após a expulsão dos jesuítas, as aldeias foram entregues aos sacerdotes menos interessados na obra catequética e depois a ofícios civis. Decretada a falsa liberdade indígena, estas aldeias foram primordiais à Vilas e administradas pelos 'vizinhos' dos índios que sempre cobraram suas terras, ou seja, os donos de grandes latifundiários de terra. Aos poucos, submetidos às constantes humilhações e vexames, os povos indígenas iam deixando suas aldeias ou refugiando-se em núcleos marginais das vilas.

Na ocupação do território e na exploração das riquezas, o projeto de Portugal para o Brasil se consolidava nas relações coloniais de poder e exploração das riquezas, incluindo a intensificação dos *plantations* de cana-de-açúcar em circunstâncias, inicialmente, de guerra colonial indígena e escravidão negra. No entanto, registra-se "conflitos esparsos, de pequenos grupos ou indivíduos que sucediam de todas as áreas da região nordestina, durante o período colonial. [Comunidades indígenas] migraram para áreas mais distantes e menos acessíveis para se livrarem da terrível dominação" (Andrade, 2000, p. 9).

No ciclo dessa história, as comunidades e povos indígenas passam a ser expropriados de suas terras e dos instrumentos de trabalho que garantem a sobrevivência. Na guerra colonial, "os vencedores decapitavam os guerreiros indígenas e recolhiam em aldeias os velhos, mulheres e crianças, [...] entregavam aos missionários [...] formando um exército de reserva para a ocasião em que as fazenda e engenhos necessitassem […] (Andrade, 2000, p. 9).

Nas conquistas de territórios e no exercício da colonialidade do ser e do poder, institui-se a escravidão no mundo "moderno", e com o tráfico atlântico era comum que homens e mulheres originários da África fossem transformados em "homens-objeto", "homens-mercadoria" e "homens-moeda" (Mbembe, 2018).

A resistência às imposições colonialistas de poder e à desconstrução da subalternidade surge nas lutas pela existência, pois, na imposição das condições sociais, econômicas e políticas do projeto eurocêntrico de desenvolvimento, a subserviência, a vulnerabilidade, a escravidão e o genocídio se consolidam como marcas que simbolizam violências, mas práticas comuns do exercício da colonização. Neste projeto evidenciam-se os condenados da terra, os espoliados, os excluídos e excluídas do sistema, a classe pobre, campesina, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade; homens, mulheres, crianças, afrodescendentes e indígenas com suas identidades diversas e interseccionalidades existenciais.

Nessa trilha de fundamentos da analogia histórica global e local do capitalismo, o território Itaparica-BA/PE é representado como uma determinação geográfica espacial de aspectos peculiares, significativos e coerentes com o projeto de colonização e colonialidade que apresentaremos a seguir. Destes aspectos peculiares, registra-se na trajetória desta história a presença de Delmiro Gouveia.

4.1.4 Presença de Delmiro Gouveia

Dentre os fatos significativos registrados como parte da história desse território, evidencia-se a presença de Delmiro Gouveia, cearense que, por volta de 1903, vindo de Recife, chega a estas terras e fixa residência nessas imediações, especificamente nas terras alagoanas em Vila da Pedra, distrito de Água Branca-AL, que atualmente foi desmembrada e passou a se chamar Delmiro Gouveia. Na convivência com o território, percebe nas cachoeiras do Rio São Francisco a possibilidade de geração de energia através das quedas d'água. Em 1913, inaugurou uma pequena usina chamada Angiquinho, com a finalidade de geração de energia, levando água encanada e energia elétrica para a cidade e sua fábrica de linha de costura. Além disso, abriu estradas e construiu cinema, e mantém-se no legado da história dos estados de Alagoas e Bahia como um empresário visionário, para além do seu tempo. Nesta memória, registra-se uma vida curta de sonhos e realizações, uma morte traiçoeira, misteriosa, e uma trama que ficou na história local.

No trabalho de campo realizado, a história de Delmiro Gouveia ganha originalidade na percepção de Alcides Modesto, reconhecido como uma das mais relevantes lideranças do sacerdócio da Igreja Católica nas décadas de 1970, 1980 e 1990 no território Itaparica-BA/PE. Em sua narrativa, visamos preservar e valorizar as informações narradas que respondem ao caráter subjetivo da história deste território, contada por seus sujeitos pertencentes. Modesto, no seu exercício de sacerdote, desenvolve um legado de luta em favor da vida dos excluídos e

excluídas da cidade e do campo, como agente da teologia da libertação. É considerado, por quase todos os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, referência de uma atuação popular, solidária e revolucionária.

O depoimento abaixo revela a história oral narrada por Alcides Modesto sobre a importância de Delmiro Gouveia para a implantação da CHESF e o desenvolvimento do território Itaparica-BA/PE.

> Essa história toda daqui vem em termos de produção de energia, da experiência de Delmiro Gouveia. Ele foi o pioneiro que, fazendo uma viagem lá à Europa, pensou em botar uma indústria de linha para produzir aqueles novelinhos […]. Naquela época, tinha os novelinhos de linha e aí ele, lá em Delmiro, […] naquela época era Pedras. Ele começou essa história da primeira usina piloto, […] Delmiro é o pioneiro que demonstrou o potencial da cachoeira para produzir a energia […]. O governo Federal, já de posse da experiência de Delmiro, que deu certo, tanto assim que ele conseguiu produzir energia e levou para a cidade do lugar chamada Pedras, esta cidade que se chama hoje de Delmiro Gouveia. Então, Delmiro, que não tinha esse valor todo que tem hoje na história, ele fez esta primeira experiência que era viável […] ele fez uma viagem à Europa, lá despertou para a coisa […], experiência com quedas d'águas, aí ele voltou e fez a experiência dele que deu certo. Com esta fonte de energia ele levou lá para o lugar onde ele pretendia montar uma fábrica de linhas e tecidos, […] porque todo o algodão do Nordeste ia para o Sul, do Sul voltava em forma de tecidos e linhas para ser vendido no Nordeste. Então ele fez a experiência de produzir primeiro linhas e daí vem todos históricos, merecem, é um personagem que merece um foco muito importante, tem muita coisa escrita por aí de Delmiro Gouveia (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social– 13/09/2021).

Os moradores desse território consideram Delmiro Gouveia um grande aventureiro por projetar a ideia de uma usina de energia com a força das águas, mesmo com as dificuldades de infraestrutura e tecnologia na época. Esse pioneirismo deixou um grande legado pela extravagância dos seus projetos e, nesta perspectiva, apresentaremos a continuidade do depoimento de Alcides Modesto, que, ao narrar suas próprias vivências e memórias, nos presenteou com informações significativas sobre este personagem da história do território:

> Quando chego aqui já encontro este personagem de Delmiro Gouveia, eu começo a estudar e vejo que ele realmente merece um destaque na inversão já da cachoeira, que passa a ser a primeira experiência para produzir energia, e essa energia mover a primeira indústria de tecidos e linhas daqui de Delmiro Gouveia na cidade de Pedras. Daí nasce este lado de Alagoas, eu não vou entrar neste mérito daqui porque meu lado é da Bahia, apenas estou contextualizando porque tem que ter clareza que a história de Sergipe e Alagoas é uma, a da Bahia é outra, tem que ter bem clareza disso para não cruzar um com o outro, nem Sergipe com Bahia, nem Bahia com Sergipe, nem Bahia com Alagoas e Alagoas misturado com Bahia. Esse miolo Alagoas,

> Sergipe e Bahia é o núcleo, assim, em termos de estados brasileiros, que é a plataforma geográfica de toda esta história (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A seguir, a narrativa prossegue, evidenciando visibilidade do potencial energético das cachoeiras em tempos do Império brasileiro, a relação de exploração estabelecida, o olhar para a exuberância das águas com suas caudalosas quedas e a experiência pioneira de Delmiro, bem como a sua credibilidade como realizador de um grande projeto de engenharia hidráulica de geração energética para a época:

> O que vai acontecer é que desde o tempo do Império havia uma vontade de explorar o potencial energético de Paulo Afonso. A cachoeira de Paulo Afonso era caudalosa, enorme, todo mundo que chegava tinha medo de fazer um projeto, a cachoeira tinha desafios bastantes grandes, mas Delmiro conseguiu fazer uma experiência piloto para mover a indústria. Aí o pessoal começou a perceber que o cara não era nem formado e nem nada. Organiza isso, constrói uma usina que dá certo e move a indústria dele, [...] despertou os interesses internacionais do potencial que era viável, porque já tinha uma experiência piloto que deu certo naquelas condições bem difíceis que ele teve que enfrentar, que eram até piores, só que o lado de cá da Bahia. Aí vem todo este contexto, você não pode deixar de estudar sem aprofundar um pouco o papel de Delmiro Gouveia, um aventureiro, não era formado, não era nada, que faz uma experiência que dá certo. Então, quando a engenharia vem agora para montar uma outra etapa que vamos chamar agora de Companhia Hidroelétrica de São Francisco – CHESF [...] É importante esta CHESF, que eu chamava de Besta Fera [...] (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A ideia pioneira empreendida mostrou as oportunidades reais do projeto de geração de energia elétrica que viria a acontecer 32 anos após, em 1945, quando o então ministro da agricultura Apolônio Sales entrega ao presidente Getúlio Vargas a exposição de motivos para a construção da usina piloto de Paulo Afonso e, diante disso, a obra foi iniciada neste mesmo ano.

Entendemos que os processos que envolvem a colonialidade do poder estão implicados no exercício das práticas dos agentes sociais e essas práticas são orientadas através do modelo capitalista que "sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal" (Quijano, 2005, p. 73).

Sobre essas práticas incorporadas de dominação colonialista de poder totalitário, analisaremos a dinâmica de formação e organização do que viria a se tornar Acampamento Chesf, no território.

4.1.5 O Acampamento Chesf[4]

Em 1948, o engenheiro Antônio José Alves de Souza, de origem do estado do Rio de Janeiro, é nomeado o primeiro presidente da CHESF pelo presidente vigente do Brasil Eurico Gaspar Dutra, e a partir desta data instala-se no povoado Tapera, município de Santo Antônio de Glória dos Currais, o Acampamento Chesf.

Quando o governo federal legitimou o complexo hidroelétrico, concedeu ao engenheiro em exercício os mecanismos estatais de poder, controle do espaço geográfico e a gestão dos recursos materiais e imateriais para este gerenciamento. Esta autonomia e legitimidade do poder afetou as dimensões políticas, culturais, econômicas, ambientais e as relações entre os povos no território, diante da apropriação e exploração do espaço natural, principalmente as construções das barragens, do acampamento e outros. Frente a esta realidade, podemos conceituar o acampamento como uma área espacial demarcada, inicialmente, por uma cerca de arame farpado e depois por um muro de pedra, construído no limite entre o acampamento e o que se tornou, dos efeitos às causas, uma vila. Esta separação foi mantida por um longo período.

O muro separava a população que morava no interior do acampamento daqueles que moravam fora. Do lado de dentro, os chesfianos: engenheiros e operários; do lado de fora, na margem, uma população numerosa que crescia diariamente atraída pela construção do complexo hidroelétrico, pois "[…] milhares de nordestinos começaram a buscar este destino como solução para os seus problemas e sofrimento com a estiagem" (Silva, 2014, p. 43).

O Acampamento Chesf consiste em uma iniciativa de naturalização de uma cultura da "[…] colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial" (Quijano, 2005, p. 75). Esta cultura, incorporada às relações estabelecidas nas distâncias dos espaços sociais delimitados pelo muro que dividia o interior e o exterior, representou um "[…] núcleo da colonialidade/modernidade eurocêntrica; uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diversificava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos" (Quijano, 2005, p. 75).

[4] A sigla Chesf, na expressão denominada Acampamento Chesf, aparece escrita de forma distinta para diferenciar dos sentidos atribuídos à empresa CHESF.

Torna-se perceptível que os mecanismos de articulação de poder pela segregação social, reforçada pela estrutura social autoritária, são passíveis de gerar outros mecanismos ideológicos similares de dominação. Voltados à manutenção desta estrutura de dominação, favorecem grupos específicos no mesmo sistema que os oprimem. Significa afirmar que os oprimidos podem defender a normalização da opressão que lhes atinge.

E, assim, a continuidade dessa política de dominação fundamenta a organização da sociedade, fortalecendo a colonialidade como prática de indivíduos e sociedades que se apropriam da cultura colonial nas instâncias relacionais. A gestão da CHESF no território, principalmente no princípio das atuações, implantou uma política segregacionista que restringia e marginalizava as pessoas nativas/originárias de seu território. Esta realidade nos remete à compreensão da cidade do colonizado, vista anteriormente, conceituada por Fanon como uma cidade de "[…] fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz […]. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada" (Mbembe, 2018, p. 41). A fala do sujeito de pesquisa, diretora da APLB no território, revela a realidade da vila:

> [...] o esgoto era a céu aberto, as carnes eram aquele mosqueiro, então mamãe não comprava carne na feira da Vila Poty, na época chamada assim; minha mãe comprava carne com chesfiano, a gente tinha uma carteira de autorização para ir entrar, ia para a guarita, entrava, apresentava a carteira e de madrugada nós íamos pegar uma fila no açougue [...] (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

A justificativa da CHESF que explica a existência do muro está associada à segurança da empresa, e isso legitima o descaso subestimado pelo Estado brasileiro, através da empresa, àqueles e àquelas que seriam os futuros habitantes deste território. Considerados selvagens e sem índole, a população da Vila Poty era separada por uma cerca ou muro, simbolizando a distância real entre as condições de inclusão e exclusão social no sistema, na qual institucionalizava-se a desigualdade social, projetando a segregação. E, ao mesmo tempo, este sistema alimenta, no senso comum, o discurso preconceituoso e discriminatório de julgamento ao povo sofrido como violentos, inferiores e irracionais.

Silva (2014, p. 43) colabora para compreender esta realidade, ao afirmar que:

> Para delimitar sua área onde seriam construídas as casas do acampamento e ficariam os galpões de material e o canteiro de obras, a Chesf decidiu cercar todo o terreno e para tanto fez uma grande cerca de arame farpado separando as áreas da Chesf da estrada e do povoamento que se formava rapidamente do outro lado da cerca.

A cerca, aprimorada com a construção do muro em seu lugar, reforçava o policiamento e a vigilância das guaritas construídas. Este atributo, que representa o distanciamento dos sem direitos, atingia a população de fora do muro, invisibilizando a vida com dignidade. No acampamento existiam: mercados, escolas, clubes sociais, igreja, bancos, correios. No entanto,

> [...] a cerca de arame farpado, que depois foi substituída por um muro de pedra era, para a CHESF, o marco divisor de suas terras e meio de segurança dos moradores do acampamento. Para os moradores da Forquilha era 'muro da vergonha' que separava os moradores criando uma segregação social inaceitável (Silva, 2014, p. 44, grifo do autor).

O capitalismo constrói mecanismos de manipulação ideológica e os resultados colaboram para a sustentação do poder dominante e das condições desfavoráveis dos dominados por este poder. Dessa forma, é comum encontrarmos pessoas no território que defendem a existência do muro, atribuindo à organização da CHESF zelar pela segurança das usinas, o que não justifica situações vexatórias, como inspeções realizadas na população pelos guardas das guaritas, impedimentos de acesso por questões políticas e outras situações que reforçam as discriminações enfrentadas pelo povo da Vila Poty no território. O Acampamento Chesf, a construção do muro e o contingente populacional que foi crescendo no seu entorno evidenciam uma situação de exclusão social na política hegemônica que se consolidou no percurso histórico do Brasil e no território Itaparica-BA/PE, mantendo-se redimensionada, mas vigente até a atualidade.

Assim, Silva (2014) apresenta em sua análise a historiografia da cidade de Paulo Afonso e Glória, evidenciando realidades como historiador, originário deste território. Desta forma, traz informações que revelam a memória do antigo povoado Forquilha, atualmente conhecido como Paulo Afonso, e também a construção da CHESF e do Acampamento e a predominância da Caatinga como bioma no território. Segundo esse autor,

> [...] quando a CHESF chegou a Forquilha, no início de 1948 para organizar o canteiro de obras e construir o Acampamento para a moradia dos empregados, a região era só Caatinga. Não havia nada. A construção existente era a casa de hóspede que era o apoio para a construção da usina Piloto, iniciada em 1945 pela divisão de águas do Ministério da agricultura (Silva, 2014, p. 43).

É importante retratar que a expressão desse autor "não havia nada", em referência ao bioma caatinga, revela a pobreza inventada, a desqualificação programada no dito pronunciado na comunicação entre as pessoas originárias do território e também na narrativa dos guias em

visitações no complexo hidroelétrico da CHESF, que presenciei como experiência. A alusão de que antes do complexo hidroelétrico "nada existia" é entendida a partir da ótica que relaciona a paisagem natural do bioma e o *modus operandi* de vida no campo, como inexistente, para o modelo capitalista de desenvolvimento econômico em curso.

Essa visão estereotipada da ideologia hegemônica, fortalecida no modelo urbanocêntrico como ideal de desenvolvimento, compreende a cultura dos povos e comunidades tradicionais: agricultores, pescadores ribeirinhos, comunidades e povoados como irrelevante, portanto, involutiva a este modelo. Para tanto, compreendemos que a redação de Silva (2014) pode estar incompleta, pois não há referência de significados para a expressão referida e, por isso, foi reproduzida de forma generalizada.

A relação com o paradigma de desenvolvimento incorporado na sociedade hegemônica capitalista promove núcleos industriais e comerciais, centralizando a urbanidade no ideário dominante. A valorização do espaço urbano, nesse paradigma, contribui para a visão pejorativa de periferia e de campo, reforçando as ideias de subalternidade e de inferioridade concedidas a esses espaços. Dessa forma, está implícita a ignorância e desqualificação atribuídas aos seus habitantes, que sofrem com o estigma da inferioridade; prevalece no senso comum e nas intenções políticas a ideia da cidade como espaço social ideal e o campo como inferior.

A conexão estabelecida com a urbanidade faz parte de

> [...] uma lógica de desenvolvimento que desterritorializa comunidades e culturas e desloca, completamente, o lugar de produzir e viver do lugar de consumo. Os fluxos que ligam os espaços rurais ao mundo são os complexos globais [...] e sustenta [...] a expansão do modelo de produção e de consumo urbano-industrial (Silva, 2012, p. 731).

Existe uma centralidade hegemônica urbana em relação aos espaços não urbanos, determinando a homogeneização do pensamento e do comportamento que acolhe o que se assemelha e rejeita o antagonismo. Este processo consolida a dominação de um projeto de poder em relação ao outro, de uma classe, uma identidade, uma subjetividade também. A intolerância à diversidade dos povos e suas culturas faz parte do colonialismo presente nas relações de dominação étnica branca, liberal e civilizatória. Na contra-hegemonia há a luta pelo reconhecimento das identidades culturais e das subjetividades dos povos e comunidades tradicionais, demarcando territórios plurais importantes de fortalecimento da memória histórica originária e ancestral.

A negligência das políticas públicas destinadas ao campo é demonstrada pelos boicotes dos direitos à educação, saúde, trabalho e outros. As consequências deste processo precarizam

a vida dos sujeitos no território, e esta realidade contribui para fortalecer a concepção de que a cidade consegue construir o modelo de organização ideal, enquanto o campo representa a simbologia do atraso. E, nesta realidade, o sistema conservador e autoritário, favorecido pela acumulação do poder e do capital, reforça as condições de inferioridade das minorias que se projetam como estruturantes dos espaços de subalternidades nas relações institucionais, consolidando situações de violência simbólica em todos os campos das vivências humanas.

Arroyo (2012) discute o campo como um lugar de luta dos sujeitos por uma Educação do Campo por terra, território, trabalho e escola. O campo é carregado de marcas históricas e lutas sociais, em que a diversidade faz parte de um contexto de representação simbólica de sujeitos coletivos em movimentos sociais que se coletivizam, a partir de um ideário de organização popular por um outro projeto de campo e de sociedade, que inclui o reconhecimento do espaço e dos seus sujeitos:

> Um dos traços marcantes na nossa história social, política e cultural tem sido a produção de coletivos diversos em desiguais; têm sido, ainda, a produção dos diferentes em gênero, em raça, em etnia, e também dos trabalhadores do campo como inexistentes, segregados e inferiorizados como sujeitos de história. As tentativas de mantê-los à margem da história hegemônica e à margem da história social, econômica, política e cultural têm sido uma constante (Arroyo, 2012, p. 232).

Esse autor afirma que os sujeitos do campo são vistos como inexistentes, segregados e inferiorizados, e há tentativa de mantê-los à margem da história social. Nesta divisão espacial nas fronteiras do rural e do urbano é perceptível a valorização política da cidade como espaço de realização do progresso em todos os sentidos. O discurso afirmativo desta diversidade está pautado nas lutas "dos movimentos sociais indígenas, negros e quilombolas, tem sentido especial, por afirmarem identidades positivas e desconstruírem hierarquias, lugares e papeis sociais inferiorizantes e segregadores" (Arroyo, 2012, p. 235).

O Acampamento Chesf e a construção do muro representam o poder segregador e desigual em relação à população da Vila Poty. Simbolizou uma demarcação econômica social e tornou-se um problema de segregação urbana para aqueles e aquelas que buscavam um espaço com melhores condições de trabalho. Registra-se uma grande mobilização com o anúncio da chegada da companhia; famílias migravam dos seus locais de origem em busca de oportunidades de trabalho, atraídas pela possibilidade de emprego. Este fato impulsionou a ocupação da vila, gerando territorialidades perversas de aglomerados desassistidos, que buscavam a sobrevivência e a esperança de dias melhores. Segundo Silva (2014), "a chegada

da CHESF na região e a abertura de empregos para a construção da barragem e da usina causou um grande reboliço no Nordeste".

O povo, estigmatizado, sofria o processo de inferiorização com tratamentos discriminatórios, pois a Vila Poty se organizava como espaço social desprezado pelas administrações políticas, sem garantias de necessidades básicas como: água encanada, energia elétrica, saneamento básico, escolas, hospitais e outros. Ao tempo em que estes serviços públicos foram se estabelecendo em um processo lento, no Acampamento Chesf existia uma infraestrutura com esses serviços para os funcionários e seus familiares. A narrativa de Esmeralda, liderança da APLB, evidencia esta situação:

> […] chamavam a gente de cata osso da Poty, a gente ficava muito chateado […] enfim, a gente ficava triste porque essas pessoas, que estudavam com a gente, essas pessoas moravam em casa da Chesf, mas a gente tinha a nossa casa. Quando papai recebeu lá, era uma casa muito pequenininha, não dava nem os filhos dentro. Então a gente vinha meio triste. Aí numa certa vez minha mãe me viu muito triste, eu tinha chorado porque eu já fiquei chateada […] pegava as castanholas, atirava nos colegas, coisas de menino, né? (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

A população que chegava, inicialmente, se abrigava em barracos construídos com o reaproveitamento dos sacos de cimento da marca Poty, utilizado pela CHESF na construção das barragens. Este cenário, marcado na vila que se estava formando, colaborou para a produção desse espaço social, também denominado, pejorativamente, pelo senso comum à época, de "ilha do rato". A população da vila se tornou mais numerosa em comparação à cidade de Glória-BA, à qual pertencia. Com a emancipação política de Paulo Afonso, a Vila Poty integra este município recém-formado.

Silva (2014) relata o percurso desta história com

> […] o crescimento espantoso do lugarejo Forquilha, que ficou mais conhecida como Vila Poty, cuja população já era muito maior que a de todo município de Glória, a quem pertencia, fez com que o governo do Estado sancionasse a lei Estadual n. 62 de 30 de dezembro de 1953, passando Forquilha ou Vila Poty a distrito de Glória (Silva, 2014, p. 40).
>
> A dos seus moradores da área da CHESF, o tratamento discriminatório entre os que moravam do lado de fora, apelidados maldosamente de cata osso da Vila Poty e os que moravam dentro da área conhecida como Acampamento da CHESF (Silva, 2014, p. 42).
>
> Os moradores da Vila Poty não tinham acesso aos principais serviços que estavam dentro da área do Acampamento da Chesf, só podiam chegar através das guaritas montadas […] (Silva, 2014, p. 65).

A problemática social relacionada ao contraste de realidades entre a Vila Poty e o Acampamento CHESF foi tema de matérias na imprensa nacional que denunciavam as condições insalubres e extrema pobreza das pessoas que viviam na vila. Periódicos de circulação na época, a exemplo das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, documentavam este contraste, noticiando em rede nacional. Nos parágrafos seguintes, dialogaremos com a percepção dessas revistas sobre a CHESF com base em pesquisa realizada nos seus acervos.

As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* eram os periódicos de maior circulação no Brasil. Ambas de periodicidade semanal, com sede na cidade do Rio de Janeiro. *O Cruzeiro* existiu no Brasil entre os anos de 1928 e 1985, e a *Manchete*, entre 1952 e 2007. Numa pesquisa documental realizada em seus acervos, encontramos matérias escritas com conteúdos que nos interessam sobre a realidade da Vila Poty, com denúncias no gerenciamento dos recursos do governo federal destinados à CHESF.

Na revista *O Cruzeiro*, matéria datada de janeiro de 1953, ao noticiar processo de execução das obras da CHESF, mostra a precarização dos equipamentos e maquinários, a morosidade para finalização e cita as condições da Vila Poty. Segundo a matéria, as obras, alvo da denúncia, foram: a ponte metálica, a rodovia de Recife a Paulo Afonso e um hotel, todos sendo construído à época:

> Decorridos cinco anos e consumidos, só de verbas orçamentárias, uns 50 milhões de cruzeiros, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem limitou-se a adquirir a ponte de aço, fabricada na França, e a pôr em tráfego a estrada para Glória. […] A ponte de aço está jogada em ambas as margens do rio, sendo que só agora […] está sendo para ali transportada. Durante uns três anos ficaram as peças expostas […], sendo a oxidação de tal ordem que [...] algumas talvez tenham de ser substituídas. […] A estrada […] traçada e desmatada está abandonada. […] O pouco que foi feito, nessas condições dispersivas, está também abandonado e terá, provavelmente, que ser começado de novo (DESVIADO..., 1953, p. 90).

Mais adiante chama a atenção para a destruição do espaço natural do bioma caatinga, onde estava localizado o hotel que seria construído, servindo de lenha para os moradores da Vila Poty, denominados pela matéria, pejorativamente, de favelados.

> O maciço em que está o hotel, que era coberto por uma caatinga relativamente espessa, que florava lindamente nas épocas da chuva, está completamente desnudo. Serviu de lenha para os moradores da favela que se deixou formar ao lado do acampamento da companhia, a notória Vila Poty, que

> essencialmente serviu de pouso aos que se agruparam na folha de pagamento semanal da CHESF [...] (DESVIADO..., 1953, p. 90).

Enquanto avançava a pesquisa pelos acervos das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, novas descobertas chamavam a atenção, e com isso a importância de inserir nesta pesquisa a percepção dos jornais e dos jornalistas sobre a realidade em que se deu a instalação da CHESF no território. Nesse sentido, a matéria da edição 233 do ano de 1956, intitulada "A Cidade da Miséria", relata o início das obras de represamento do Rio São Francisco, afirmando que "[…] abriu no Nordeste um mercado de trabalho para a gente a quem a seca roubava todas as maneiras de viver" (Freitas, 1956, p. 58). A ideia de que a escassez é a principal causa da pobreza é uma questão ideológica fundamentada no determinismo regional, uma vez que não há uma compreensão, da revista, sobre a estrutura social, política e cultural que determina as condições sociais de classe.

A visão meritocrática, que sustenta a ideia de que o sujeito é responsável pelas suas condições de existência, consiste presente nas entrelinhas dos artigos das revistas. Esta visão é reforçada pela elite burguesa que se aproveita da inferioridade dos indivíduos para se beneficiar e por isso colabora para edificar uma estrutura social de fortalecimento do projeto desigual de poder. Na continuidade, a matéria mostra a história da origem da Vila Poty,[5]

> A notícia de emprego, porém, rápido espalhou-se e por conta própria os homens deixavam suas terras e tomavam os caminhos no rumo de Paulo Afonso. Até completar seus quadros, a CHESF os aceitou e abrigou. Depois, não. Os homens, rebocando as imensas famílias, chegavam a Paulo Afonso para ver esboroar-se o que lhes parecia sua última oportunidade: emprego já não havia. Mas, ficavam. Não por esperança, que esperança aquela gente nunca pôde ter. Ficavam porque seria inútil seguir — que caminho tomar, se a fome os acompanharia como bagagem fatal? Se a terra seria seca em toda parte onde seus pés pisassem? (Freitas, 1956, p. 58).

Acrescenta-se a riqueza de detalhes, na visão do jornalista que esteve no local, e vale a pena destacar. A matéria retrata a origem da vila que se formou e do seu nome, Poti.

> Vila Poti foi nascendo assim, as famílias chegavam, não tinham onde abrigar-se, punham-se à cata de material para erguer um barraco. A região, porém, é despida e árida, de vegetação apenas rasteira, de modo que nem madeira era possível encontrar, além de gravetos. Um homem, no entanto, encontrou a solução, logo por todos adotada: os sacos vazios de cimento, preso uns aos outros, seriam a melhor cobertura para a armação do barraco. A CHESF jogava fora esses sacos, e os barracos foram nascendo deles. Ao bater-se com

[5] Encontramos duas formas de escrita do nome: Poty e Poti, prevalecendo a versão com "y" nesta abordagem, embora em algumas citações seja grafada com "i".

> os olhos naquela favela piorada, dava-se com milhares de inscrições 'Poti', que era o nome do cimento, gravado nos sacos. Logo depois a favela recebia o nome de Vila Poti. Aos poucos os sacos foram substituídos pelo sapê, folhas de latão, palmas, porém o nome ficou (Freitas, 1956, p. 58).

Expõe-se ainda que "Vila Poti resigna-se com ser a mais autêntica representação da desgraça humana" (Freitas, 1956, p. 58) e deixa evidente as condições de infraestrutura no processo inicial do seu surgimento, com a composição de seus habitantes que sempre chegavam.

> Luz não há na Vila Poti, com exceção de algumas casas ainda do tempo em que a Companhia Hidrelétrica estendeu os seus cabos elétricos. Três sanitários existem na Vila, todos construídos pela Companhia. A água para toda a população é distribuída por três bicas instaladas uma diante de cada sanitário. Um pequeno posto de saúde, também construído pela CHESF, está de portas fechadas, porque o governo da Bahia, a que coube manter o posto, até hoje não designou sequer um servente para servi-lo (Freitas, 1956, p. 58).

Outra matéria da revista *Manchete* que chamou atenção foi "São Francisco, um pomar no sertão" (Guimarães, 1972), do ano de 1972, edição 1047, por mostrar um verdadeiro anúncio convidativo, apresentando o programa de irrigação da Bacia do Vale do São Francisco, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Vale de São Francisco (PROVALE). O teor do texto é um incentivo ao processo migratório como forma de investimento e acumulação de riquezas.

A última referência da revista *Manchete* que apresentaremos, datada do ano de 1955, edição 144, p. 5-7, traz o título "Paulo Afonso: redenção do Nordeste". Trata-se de uma matéria que expressa elogios à companhia hidroelétrica, afirmando surgir como exemplo de ordem e trabalho. Retrata também o conforto dos trabalhadores que, alojados no acampamento CHESF, teriam clubes à disposição para os dias de descanso:

> Ali se ergue hoje a cidade particular da CHESF. É um exemplo de ordem e trabalho. Os seiscentos técnicos e empregados na administração, e os 1.200 operários fixos (em certas épocas o número ascende a 6.000) se encontram confortavelmente alojados. Há um Clube Operário e um Clube Social para os dias de descanso. Há uma igreja, única no seu estilo rústico, plantada sob o sol inclemente (PAULO AFONSO..., 1955, p. 6).

A sequência de julgamentos pejorativos favoráveis ao discurso da matéria remete a pensar sobre o que se quer dizer realmente com conforto do alojamento. Também com a divisão dos clubes: um operário e outro social? Sobre o conforto referido, pouco se confirma. Há relatos

sobre as casas concedidas pela CHESF para os operários como pequenas, não havendo condições de uma família média com três filhos habitarem. Sobre os clubes, destacamos que a palavra "social" não se acrescenta, por um ato falho ou não, ao clube operário como adjetivo qualificador. É certa a distância de infraestrutura entre eles, pois, ainda existentes atualmente, o Clube Operário de Paulo Afonso (COPA) e o Clube de Paulo Afonso (CPA) atendem a situações de classes diferenciadas e, com certeza, o primeiro padece do título de social.

Para tanto, na pesquisa ao acervo dos periódicos referidos, notificamos 125 ocorrências na revista Manchete e 70 na revista O Cruzeiro, utilizando como descritor de busca a palavra "CHESF". Diante deste rico material encontrado, ficou o desejo de aprofundar, todavia houve impossibilidades, por motivos diversos, que limitaram o trabalho, e seria fundamentação para outra pesquisa.

Ressaltamos, na leitura e interpretação das matérias das revistas, a manutenção de um teor determinista geográfico/regional e, portanto, discriminatório sobre a compreensão da pobreza e, principalmente, dos sujeitos. Estes, são responsabilizados pelas condições de vida devido à seca do Nordeste, e nunca pelo sistema capitalista e as políticas de exclusão desenvolvidas pelos Estado, governos e mercado para manter o poder através do capital. A motivação do Estado brasileiro para o investimento e construção da CHESF está voltada ao desenvolvimento do progresso industrial almejado, no entanto, este desenvolvimento não beneficia a população que mais precisa de auxílio nem para o mínimo necessário à sobrevivência.

Na sequência, as mobilizações dos moradores da vila e de políticos, bem como de pequenos comerciantes do local, eram motivadas por denúncias de negligência, abandono, preconceitos e discriminações vivenciadas por aquelas(es) que viviam na Vila Poty. A pauta referente à emancipação política de Paulo Afonso, principal reivindicação do movimento, estava voltada ao entendimento de que a problemática em torno da Vila Poty podia ser enfrentado como política administrativa local, mas não foi bem isso o que aconteceu. Com efeito de evidenciar as discriminações sofridas, é importante afirmar que as pessoas da vila eram inspecionadas ao passarem pelas guaritas de acesso ao Acampamento Chesf.

> O fechamento de toda a área e a colocação de guarita com vigilância em três pontos — Guarita principal, guarita da rua D e guarita da Escola Murilo Braga […] o controle da entrada e saída das áreas da hidrelétrica era rigoroso, em cada uma das guaritas estavam afixadas fotografias de pessoas que estavam impedidas de ter acesso à área da Chesf, e nelas, especialmente na principal todas as bolsas, pacotes eram revistados pelos guardas que às vezes até ficavam constrangidos com essa medida com pessoas conhecidas, colegas de

> trabalho, mas precisavam cumprir ordens dos delegados da Chesf (Silva, 2014, p. 44-45).

O poder e a soberania conduziam as ações práticas de gestão, organização e controle da CHESF no interior do espaço delimitado como território da companhia e também no exterior, a Vila Poty. A segregação de classe entre operários e engenheiros era evidente no interior do acampamento, diante da localização das residências e dos clubes na cidade, sendo o CPA destinado à elite, com os altos cargos, e o COPA, de infraestrutura inferior, frequentado pelos operários, menos favorecidos.

Marx e Engels (2014) sustentam que, em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela resulta constituem a base da história política intelectual desta época. Além disso, desde a dissolução da antiga posse em comum da terra, toda a História tem sido uma história de lutas de classes, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios do progresso social. Essa luta ela tem estágios nos quais a classe explorada e oprimida não permite se libertar da classe exploradora e opressora.

Diante disso, o desenvolvimento do Brasil atende a uma matriz econômica, política e cultural capitalista de origem colonial, escravocrata e eurocêntrica. A implantação da CHESF e as relações estabelecidas no território estão centralizadas nessa matriz e implicada na história de luta de classes, dos conflitos entre explorados e exploradores, entre dominantes e dominados, e com isso o processo de emancipação torna-se difícil diante do controle, do monopólio ideológico do poder, resultando uma sociedade da exploração, da opressão, das distinções de classes e das lutas de classe (Marx; Engels, 2014).

Diante desse contexto estrutural, os "condenados do sistema" (Fanon, 1991 *apud* Mbembe, 2018) e dos "esfarrapados do mundo" (Freire, 1987), os povos do acampamento e da vila, são tratados como sujeitos da desumanidade capitalista. Na condução desta história, encontramos explicação para as altas estatísticas de analfabetismo, a pobreza e a miséria que assolam as realidades contemporâneas que ainda não conseguimos vencer.

Na história do território registra-se a presença de Abel Barbosa, liderando grupos de movimentos em prol da emancipação política das vilas Forquilha e Poty, que pautavam contra a construção do muro e as condições sociais de vulnerabilidade dos moradores que viviam em estado de calamidade pública. Denominado pelos críticos desse sistema como "muro da vergonha", simbolizava a separatismo social, o "[…] contraste entre a farta iluminação da cidade da CHESF, e a Vila Poty às escuras. As ruas calçadas e praças arborizadas de um lado,

e os esgotos correndo pelas ruas empoeiradas […]" (Silva, 2014, p. 63). A Figura 2 traz fotos que ilustram a realidade em que se evidencia o contraste social.

Figura 2 – Acampamentos CHESF e Vila Poti



Fonte: Lima (2023).

Em outubro de 1956, a Assembleia Legislativa da Bahia aprova a emancipação política de Paulo Afonso, e mesmo diante desta realidade, pouca coisa mudou. A CHESF se isentava de pagamento de impostos fiscais e prediais, mesmo sendo proprietária de dois mil imóveis. E assim,

> [...] as condições degradantes da Vila Poty continuaram a persistir por muitos anos, mesmo depois de Paulo Afonso se tornar município. O fornecimento de água encanada demorou ainda alguns anos para chegar, mesmo parcialmente e sem tratamento. A água só passou a ser tratada em 1982, após luta desenvolvida pelos estudantes. A energia elétrica levou anos para beneficiar a Vila Poty, até a década de 1980, do século passado, existiam bairros e povoados sem o serviço. Até 1986, a Prefeitura Municipal só dispunha de 10 dez salas de aula na zona urbana e alguns grupos escolares na zona rural (Silva, 2014, p. 148).

A emancipação de Paulo Afonso, em 28 de julho de 1958, foi uma pauta urgente por envolver questões voltadas à dimensão política do "problema" Vila Poty, no que diz respeito ao número populacional e às precariedades das condições de vida do povo. Com as denúncias da imprensa nacional, assim como as mobilizações dos políticos na esfera municipal, estadual

e federal em todo país, a sociedade passa a enxergar esta realidade como um caso de calamidade pública. Com o progresso da cidade emancipada, o muro persistiu por algumas décadas. Durante a administração do prefeito Abel Barbosa, morador da vila que se elegeu vereador, depois indicado pelo governo militar para prefeito de 1979 a 1985, o muro foi derrubado em um ato simbólico pelo próprio Abel. Até hoje, ainda existem fragmentos do muro na cidade, mas sem cumprir a função que o originou.

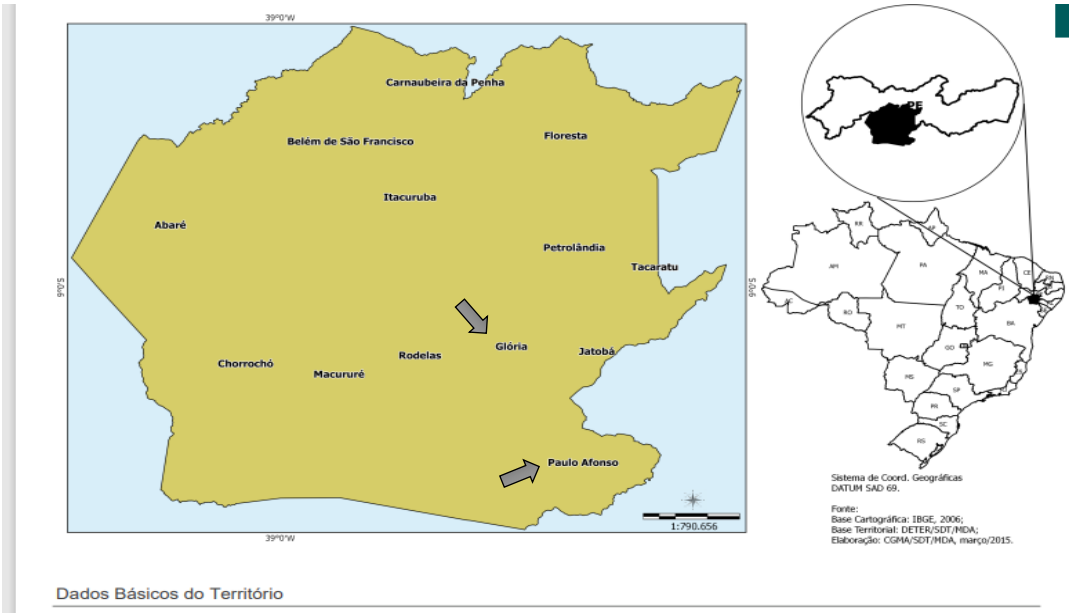
Os desmandos da CHESF no território não param por aqui, entretanto, nesta trégua apresentaremos a caracterização socioambiental e econômica do território Itaparica-BA/PE, sua localização espacial geográfica e os limites com as ocupações na cidade e no campo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL, ECONÔMICA E OCUPACIONAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE ITAPARICA-BA/PE

O Território Itaparica-BA/PE, localizado no Vale do Submédio São Francisco, está situado na região sertaneja entre o leste de Pernambuco e o norte da Bahia. Inclui municípios destes dois estados do Nordeste brasileiro, possuindo uma grande diversidade cultural, típica de regiões de fronteiras.

A Figura 3 mostra a localização espacial, na configuração atual desse território, composto por 13 municípios entre os estados de Pernambuco e Bahia, com aproximação a Sergipe e Alagoas, inseridos na região semiárida, com predomínio de clima árido, sem excedente hídrico.

Figura 3 – Localização espacial Território Itaparica-BA/PE (TI)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006).

Na representação espacial do território Itaparica-BA/PE evidenciamos a sua proporção ocupacional em relação ao estado da Bahia de aproximadamente 2,9%. A formação do território no processo de colonização é datada no final do século XIX e Glória-BA foi o primeiro município a ser criado (ver seção 3.1), sendo sede das vilas Forquilha e Poty que, posteriormente, se tornaram o município de Paulo Afonso-BA, que teve sua emancipação em 1958. As demais cidades que compõem este território surgiram nas décadas de 1950 a 1960 (Brasil, 2009, p. 43).

Sobre a localização do território Itaparica-BA/PE,[6]

> O Território Itaparica está localizado na região do Submédio São Francisco e sua base geográfica foi assim constituída: seis municípios situados no Estado da Bahia, quais sejam, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas, e sete no Estado de Pernambuco: Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu [...] A parte pernambucana situa-se na margem esquerda do Rio São Francisco, faz divisa com o Estado de Alagoas e limita se com os Territórios Sertão do Médio Moxotó, Sertão Central e Sertão do São Francisco/PE; a parte baiana encontra-se na divisa com o Estado de Sergipe e extrema-se com os territórios

[6] Informações retiradas de documento em formato de caderno produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), CHESF, CODEVASF, EBDA, IPA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Polo Sindical do Submédio São Francisco, AGENDHA, Comissão Estadual Quilombolas/PE, APOINME, Dioceses BA/PE, IRPAA, Representantes dos 13 Municípios: 03 por município (39): 02 da Sociedade Civil e 01 da Prefeitura Municipal Comitê gestor: Polo Sindical do Submédio São Francisco BA/PE STR Abaré / BA AGENDHA / BA STR Carnaubeira da Penha / PE COOPERCAPRI / PE e outros.

> Semiárido Nordeste II e Território do Sertão do São Francisco/ BA (Brasil, 2009, p. 12).

Inserido completamente na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é um território de contrastes com regiões extremamente secas e outras de populações ribeirinhas que se favorecem das águas deste rio.

No que diz respeito à distribuição do espaço geográfico em km^2, o território Itaparica-BA/PE possui 22,012,911 km² de área continental. O município de Floresta-PE representa a maior área espacial do território, com 3,644,169 km². Em sequência, Chorrochó-BA, com 3,005,319 (segundo), Macururé-BA, com 2,545,856 (terceiro), Rodelas-BA, com 2,207,159 (quarto), Belém de São Francisco-PE, com 1,830,797 (quinto), Glória-BA, com 1,566,609 (sexto); Paulo Afonso-BA, com 1,544, 388 (sétimo); Tacaratu-PE, com 1,264,532 (oitavo); Abaré-BA, com 1,056,589 (nono); Carnaubeira da Penha-PE, com 1,004,667 (décimo); Jatobá-PE, com 591,616 (décimo primeiro); Itacuruba-PE, com 430,038 (décimo segundo) e Petrolândia-PE, com 306,760 (décimo terceiro). A Tabela 2 é uma representação das respectivas áreas geográficas que compõem o território.

Tabela 2 – Áreas do Território Itaparica-BA/PE

ORDEM	MUNICÍPIOS	ESTADOS	ÁREA (Km²)
1	Floresta	Pernambuco	3,604,948
2	Chorrochó	Bahia	3,005,319
3	Macururé	Bahia	2,545,856
4	Rodelas	Bahia	2,207,159
5	Belém de São Francisco	Pernambuco	1,830,797
6	Glória	Bahia	1,566,609
7	Paulo Afonso	Bahia	1,544, 388
8	Tacaratu	Pernambuco	1,264,532
9	Abaré	Bahia	1,056,589
10	Carnaubeira da Penha	Pernambuco	1,004,667
11	Jatobá	Pernambuco	591,616
12	Itacuruba	Pernambuco	430,038
13	Petrolândia	Pernambuco	306,760
Total	13	7 - PE e 6 - BA	19,102,130

Fonte: Elaborado pela autora desta tese com base em dados do IBGE.

O território de Itaparica-BA/PE tem uma grande variedade de culturas representadas pelos povos, comunidades originárias e tradicionais que se mantêm em aldeamentos e ainda

lutam pelos seus territórios. Tem representação do MST que se denomina Regional Nordeste, tendo em vista a conquista e distribuição da terra e constituição de territórios de resistência, contra a ordem da propriedade privada e do capital.

Em razão da localização de fronteira e o limite com quatro Estados brasileiros – Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia –, apresenta características marcantes de uma interculturalidade que se estabelece nas relações sociais e étnicas. Nestas simbioses de lugares culturais que se encontram, constroem-se territórios e territorialidades de identidades, onde se percebem a origem, o pertencimento nas práticas de grupos culturais, intermediando "[…] valores não só materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos" (Almeida, 2012, p. 149-150). A territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, variando no tempo e ligada a três mundos: do real, das sensações e da representação (Saquet, 2007).

O clima é caracterizado como quente semiárido mediano, de vegetação caatinga, típica de climas áridos e semiáridos. A hidrografia tem como referência o Rio São Francisco, com formações de riachos, intermitente (Sá; Sá; Silva; Silva, 2009). Este recorte do espaço natural é comum em outras regiões da América Latina, pois

> Existem na América do Sul três grandes áreas semiáridas: a região Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do cone sul, que envolve muitas nuanças de aridez ao longo de Argentina, Chile e Equador; e, por fim, o Nordeste seco do Brasil, província fitogeográfica das caatingas, onde dominam temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes (Ab'sáber, 1999, p. 7).

A predominância da caatinga, como vegetação de temperaturas elevadas ao longo do ano, constitui característica que marca a paisagem do território e representa o principal bioma que cobre o semiárido brasileiro. Entendemos como uma vegetação que traz história e cultura de resistência e resiliência nos lugares de sua predominância. Sua formação remonta aos processos históricos de mudanças climáticas que trouxeram a essa parte do Brasil o clima semiárido, por isso torna-se um aspecto relevante que colabora para a caracterização de uma realidade de dificuldades para a cultura de certos produtos da agricultura, mas favorece a plantação de outras que se destacam, como produção de melancia, milho, extrativismo vegetal, mandioca, feijão, caju e outros. Na pecuária, há criação de caprinos, galinhas, ovinos e suínos. E nesse sentido, corroboramos com a afirmação de que "a própria origem da Caatinga já é resultado de adaptação, resiliência, sabedoria e resistência" (Trovão; Costa, 2021, p. 165).

As dificuldades da vida da maioria da população pobre no sertão, que convive com os sofrimentos da aridez do solo, se apresentam como realidade do povo do campo que luta pela

sobrevivência com o plantio na agricultura familiar de subsistência e a criação doméstica. Sem políticas que asseguram melhor assistência, constroem diariamente a convivência com o semiárido.

A convivência com o semiárido é um movimento político com a perspectiva de elevar "as potencialidade e saberes locais […] [como] reconhecidos e valorizados, e se busca estar atento ao movimento da natureza, dos animais e do próprio povo […]" (Batista; Pires; Barbosa, 2021, p. 266). A presente proposta contempla os currículos escolares e atende a contextualização das escolas do campo, nas ações de ONG no território e outras voltadas à valorização do semiárido brasileiro. Representa uma contra-hegemonia, ao contrariar a visão que trata o bioma como improdutivo, justificando as causas da pobreza social como "culpa na natureza, especialmente na falta de chuvas para justificar a fome e a mortalidade infantil" (Batista; Pires; Barbosa, 2021, p. 266).

Ao longo dos tempos, a caatinga vem passando por processos de degradação predatória em consequência da ação antrópica, com a intensificação da pecuária extensiva, a queimada dos solos e, principalmente, a formação de pastagens em alguns lugares significativos. Ainda que resiliente, pois vista como bioma improdutivo para o capital, é suscetível a práticas de depredação como desmatamentos ou caças predatórias. Seu nome foi adotado pelos povos originários, compreendido etimologicamente nas línguas nativas como: "*caa* significa mato e *tinga*, cor esbranquiçada e acinzentada dos caules lenhosos" (Trovão; Costa, 2021, p. 163). Apresenta algumas singularidades, principalmente nos aspectos como clima, fauna e flora, embora não exista "uma única caatinga e sim o resultado de várias associações que consubstanciam múltiplas vegetações e seus organismos associados, com características similares e distinguíveis quando comparadas entre si" (Trovão; Costa, 2021, p. 163).

Na hidrografia, a existência do Rio São Francisco tem importância na formação cultural do território e na representação como mecanismo de sobrevivência, de construção identitária e permanência da vida. Desta forma, a preservação do ambiente, e em particular do rio, é uma pauta política de grande mobilização no território. A apologia ao rio faz parte de uma comoção coletiva, pois a intenção de defender sua existência é voltada para a necessidade de favorecer a vida. Assim, ele ocupa um lugar especial entre os sertanejos em diversos aspectos e dimensões, como: o espiritual para rituais sagrados; o econômico; e o lazer, dentre outros.

Os indicadores populacionais serão analisados a partir da análise da ocupação em perímetros denominados, campo e cidade.

4.3 INDICADORES DEMOGRÁFICOS: CIDADE E CAMPO

Em relação aos indicadores populacionais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), a cidade de Paulo Afonso está em primeiro lugar em número populacional no Território Itaparica-BA/PE. A razão para esse fato é o crescimento populacional, associado à construção de um grande complexo hidroenergético, o que contribuiu para o incentivo à migração, uma vez que recebia grandes quantidades populacionais provenientes de diversos lugares, resultando em uma população predominantemente urbana, com 86%, conforme a Tabela 3 e o Gráfico 2 a seguir. Este impulso migratório histórico, vivenciado no processo de formação do território, foi acolhido com negligência nas políticas sociais em nível municipal, estadual e federal, permitindo a segregação da população que chegava ao entorno do Acampamento Chesf em busca de sobrevivência.

A Tabela 3 evidencia o número, a concentração populacional e sua ocupação em relação à cidade e ao campo no território Itaparica-BA/PE.

Tabela 3 – Universo demográfico campo e cidade

ORD.	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	CIDADE (%)	CAMPO (%)
1	Paulo Afonso-BA	112.870	86	14
2	Petrolândia-PE	34.161	72	28
3	Floresta-PE	30.137	68	32
4	Tacaratu-PE	23.902	41	59
5	Belém do São Francisco-PE	18.301	62	38
6	Abaré-BA	17.639	52	48
7	Glória-BA	15.524	18	82
8	Carnaubeira-PE	12.239	16	84
9	Chorrochó-BA	10.579	24	76
10	Rodelas-BA	10.308	84	16
12	Macururé-BA	7.256	35	65
13	Itacuruba-PE	4.284	84	16
14	Jatobá-PE	7.471	43	57

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023).

A Tabela 3 é uma representação que permite evidenciar o universo populacional que caracteriza o campo e a cidade, no território Itaparica-BA/PE. Assim, evidenciamos a predominância desses aspectos populacionais e com isso constatamos que Paulo Afonso-BA

tem a maior concentração populacional na cidade, com 86% no perímetro urbano, seguido de Rodelas, 84%; Jatobá, 84%; Itacuruba, 84%; Petrolândia, 72%; Floresta, 68%; Tacaratu, 41%; Belém do São Francisco, 62%; Abaré, 52%; Glória, 18%; Carnaubeira da Penha, 16%; Chorrochó, 24%; Macururé, 35%.

A Tabela 4 retrata a ocupação em porcentagem no campo, caracterizando a predominância que ocupa o perímetro rural no território Itaparica-BA/PE.

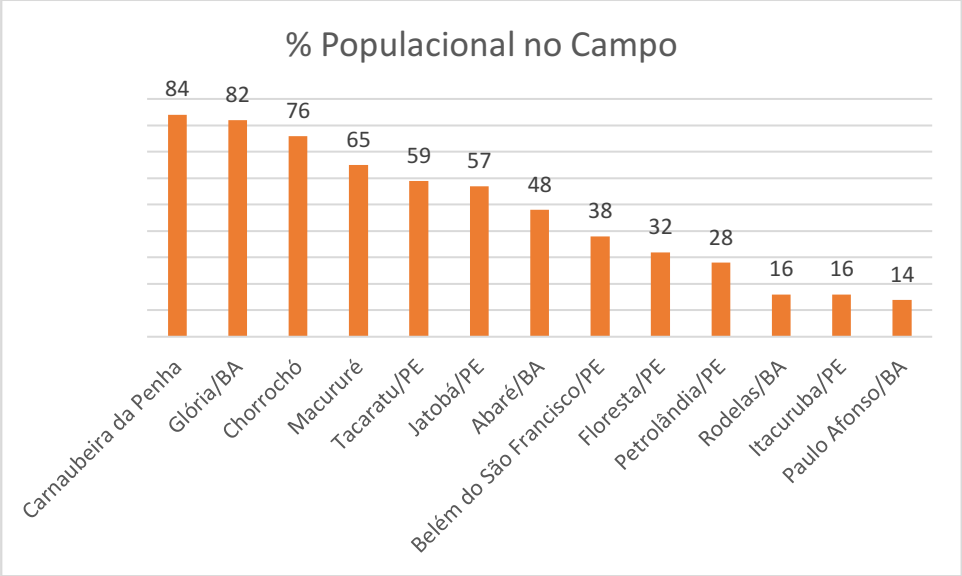
Tabela 4 – Predominância populacional no campo (%)

ORDEM	MUNICÍPIOS	%
1	Carnaubeira da Penha	84
2	Glória/BA	82
3	Chorrochó	76
4	Macururé	65
5	Tacaratu/PE	59
6	Jatobá/PE	57
7	Abaré/BA	48
8	Belém do São Francisco/PE	38
9	Floresta/PE	32
10	Petrolândia/PE	28
11	Rodelas/BA	16
12	Itacuruba/PE	16
13	Paulo Afonso/BA	14

Fonte: Elaborado pela autora desta tese com base em dados da pesquisa.

A predominância populacional dos sujeitos no campo em relação à cidade mostra que Carnaubeira da Penha representa 84% das ocupações de pessoas que residem no campo, seguida de Glória com 82%; Chorrochó, 76%; Macururé, 65%; Tacaratu, 59%; Jatobá, 56%; Abaré, 48%; Belém do São Francisco. 38%; Floresta, 32%; Petrolândia, 28%; Rodelas, 16%; e Itacuru, 16%. Para efeito ilustrativo, o Gráfico 2 permite maior visibilidade.

Gráfico 2 – Predominância da população no campo



Fonte: Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

A Tabela 4 e o Gráfico 2 evidenciam cidades no território com maior concentração populacional no campo em relação à cidade. Em se tratando da dimensão urbana do território Itaparica-BA/PE, Paulo Afonso tem 14% de ocupação populacional no campo, ao passo que Itacuruba tem 15% e Rodelas, 16%; são realidades implicadas na história do povoamento com a implantação da CHESF. O complexo hidroelétrico foi fator de atração para a migração de pessoas vindas de vários lugares, resultando na predominância populacional dessas cidades atingidas na perspectiva urbana. O município de Paulo Afonso-BA possui 14% da população residindo no campo, enquanto Glória-BA, que sediou Paulo Afonso no processo inicial da ocupação e sofreu com a inundação no seu território, apresenta 82%. A configuração desta realidade, envolvendo o hidronegócio, a formação da Vila Poty, o Acampamento Chesf e a emancipação de Paulo Afonso, encontra-se sistematizada na subseção 4.1.5 deste estudo.

Na sequência, outros municípios no território apresentam ocorrência expressiva de ocupação no campo, como: Carnaubeira da Penha, Chorrochó, Macururé, Tacaratu, Jatobá etc., como evidencia o Gráfico 2.

A realidade, demonstrada numérica e imageticamente através de gráficos e tabelas, apresenta uma dimensão populacional do campo, e com isso evidenciamos a importância de políticas em todos as áreas para promover a existência de sujeitos nesse espaço social. No processo de desenvolvimento da sociedade, com o avanço da industrialização, a cultura urbana ganha centralidade e hegemonia com a incorporação de uma visão da cidade como espaço de "evolução e progresso" social. O urbanocentrismo como culto ao urbano, historicamente,

produz a vinculação da cidade na perspectiva da inclusão social e da cidadania, ao passo que o campo se ausenta de políticas públicas que garantem direitos sociais. Muitos lugares no perímetro rural são privados de água tratada, luz elétrica, escola, lazer, saúde, segurança pública e outros. Os sujeitos do campo, negligenciados dos seus direitos, são estigmatizados, no senso comum, como inferiores.

Diante de uma realidade de tensões, o movimento acadêmico e político da Educação do Campo tem na década de 1990 a 2000 um marco do seu protagonismo e legitimidade, pois colabora com essa ascensão a promulgação para a Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, sendo a primeira diretriz de 1º de abril de 2002 e a sua complementação em 28 de abril de 2008. Participaram dessa conquista, dessa luta, as lideranças do campo, acadêmicos, universidades, comunidades eclesiais de base, movimentos sociais e outros atores e atrizes sociais que sobrevivem enfrentando as resistências e conseguem garantir verdadeiramente uma vida no campo contextualizada com a realidade dos sujeitos, afastando o modelo urbanocêntrico burguês, tido como aquele que:

> [...] querem fazer Educação do Campo sem o campo: sem considerar, como dimensão indissociável desse conceito, a práxis social dos sujeitos camponeses, a materialidade de suas condições de vida, as exigências às quais estão submetidos os educandos e suas famílias no processo de garantia de sua reprodução social, tanto como indivíduos quanto como grupo (Molina, 2012, p. 592).

Assim, a defesa do projeto da Educação do Campo tem implicações relacionadas ao projeto de sociedade que precisamos construir e muitas vezes permanece como pauta das organizações populares nas brigadas de luta. Diante disso, essas utopias e práticas de resistências voltadas a dar significado às existências, ao serem reconhecidas historicamente, tendem a permitir a significação da vida com equidade social, trazendo sentidos e exemplos vivenciais de liberdade e promoção de todos e todas na sociedade.

Arroyo e Fernandes (1999, p. 15), ao retratarem a cultura urbana hegemônica e predominante como modelo ideal, afirmam que no campo os valores, as crenças, os saberes são entendidos de "[...] maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos[...]". Para esses autores, esse modelo de desenvolvimento urbano-industrial moderno, predominou sobre a cultura do campo, elevando à condição de ultrapassado e pertencente a um passado esquecido e superado. Pois, é como se

> [...] os valores, a cultura, o modo de vida, o homem e mulher do campo fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem mais sentido a ser superada pela experiência urbano-industrial moderna. Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para cidade, para a produção industrial urbana, e apenas lembram do campo quando lembram de situações 'anormais', das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas 'anormalidades' (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 15).

Contudo, há um enfrentamento na luta pelo reconhecimento e pelos direitos sociais que denuncia, defende e conquista a sobrevivência cultural, econômica e ideológica desses povos através do movimento político e pedagógico da Educação do Campo, presente nas iniciativas das lideranças, nas organizações populares e/ou nas experiências das práxis de sujeitos em diferentes dimensões e lugares. Esta realidade resulta em debates, com pesquisas e enfrentamentos na sociedade da militância que ocupa os espaços das universidades, do parlamento e das ruas; da atuação participativa dos movimentos sociais do campo, das pastorais sociais, dos sindicatos rurais e tantas outras formas de organizações do povo contra a exclusão dos povos originários, comunidades tradicionais, agricultores familiares, ribeirinhos, caiçaras, assentados de reforma agrária, ciganos, extrativistas, marisqueiras que, ao vivenciarem suas ancestralidades, colaboram para a reafirmação das memórias históricas e, assim, da cultura brasileira.

Em suma, consideramos que a formação histórica e cultural do território Itaparica-BA/PE, implicada na organicidade incorporada ao modelo colonial de poder e dominação, se caracteriza no exercício da colonialidade do ser, do saber e do poder, realizado no território com a implantação da CHESF. Este projeto capitalista burguês e totalitário definiu as relações subjetivas de dominação e subalternidade, vinculando as práticas de exclusão social entre os sujeitos, Estado e sociedade de forma a normalizar as desigualdades históricas e vigentes.

O modelo colonial de poder se reafirma como herança social, sendo naturalizado nas relações sociais dos países que sofreram as invertidas colonizadoras. A sua incorporação interferiu na configuração dos limites geográficos, nas fronteiras materiais e imateriais dos povos e culturas, delimitando espaços de poder e propriedade com negligências das interculturalidades dos povos originários e tradicionais neste território. Na pretensão de consolidar o patrimônio acumulativo, impuseram a superioridade, cometendo violências diversas contra a vida.

5 AS INTERFACES: HISTÓRIA, ORIGEM, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES AGREGADAS NA LUTA POR DIREITOS

A presente abordagem discute as múltiplas interfaces das narrativas sobre a origem das lideranças atuantes em organizações populares no território Itaparica-BA/PE, na intenção de entender as perspectivas dos lugares e espaços de vivências, os pertencimentos construídos, a constituição de um povo e a construção de uma multidimensionalidade de territórios consolidados pelos sujeitos nas relações estabelecidas com as existências sociais, no percurso da vida. A origem remete a lugares de existência social que se materializam e imaterializam na cultura como legado ou patrimônio histórico salvaguardado pela sistematização do conhecimento objetivo produzido.

O debate se fundamenta em pensadores que reforçam a temática e, principalmente, nas narrativas de lideranças de organizações populares, sujeitos da pesquisa, como trabalho de campo que permitiu analisar, nas percepções de origens destes sujeitos, categorias de análises que remetem a entender o conceito de território, as expressões de territorialidades, a desterritorialização como fenômenos consolidados na trajetória existencial histórica e cultural de seres humanos no mundo. Nestes diálogos narrados, foi possível perceber a realidade que pauta esse debate, considerando as relações intersubjetivas destes sujeitos, as multiterritorialidades das lutas e enfrentamentos que foram desenvolvidas como legado de participação relevante para entender a história deste território.

A perspectiva deste estudo, em seu campo de protagonismo, assegura o entendimento da realidade a partir da descrição dos sujeitos. A realidade se conecta a partir das análises da percepção do lugar de existir, identificar, pertencer e lutar por direitos no território. Ao fazer referência aos sujeitos como fonte de compreensão de realidades, o estudo abre espaço político atento às subjetividades na descrição da realidade como fenômeno de estudo, preservando a objetividade do conhecimento. Assim, os significados atribuídos às narrativas dos sujeitos são como vozes que reforçam a existência de um fenômeno diretamente ligado à compreensão dos territórios de enfrentamentos, que expressam a consciência política, os direitos assegurados e, consequentemente, as territorialidades como expressão da luta, na trajetória das organizações populares, que se consolidaram na dinâmica societária.

Nesse debate de territórios, com ênfase nas dinâmicas política, cultural, simbólica e identitária, incluem-se as representações sociais, e está subsidiado pela fenomenologia (Saquet, 2007).

Nesse sentido, o que se evidencia como origem dos sujeitos, se destaca para a compreensão sobre a constituição dos espaços-tempos-territórios, das territorialidades distintas, plurais e múltiplas do ponto de vista político, econômico e cultural, as desterritorializações, entendidas como desocupação do território em consequência de políticas sociais que envolvem os sujeitos em suas distintas realidades.

O entendimento dos territórios, das territorialidades e das desterritorializações, a partir das experiências agregadoras na linguagem narrada dos depoimentos, reflete sobre a memória, os sentimentos de pertencimento e despertencimento os quais resultam na constituição de territórios subjetivos e plurais. Dessa feita, corroboramos com a visão que remete a pensar no ser humano e suas realidades, pois se apresenta superficial "[…] enquanto não remontarmos a essa origem, enquanto não reencontrarmos, sob o ruído das falas, o silêncio primordial, enquanto não descrevermos o gesto que rompe esse silêncio. A fala é um gesto, e sua significação um mundo" (Merleau-Ponty, 2018, p. 250).

Na referência à origem descrita nas entrevistas narrativas, constatamos a existência de espaços de pertencimento e lugares plurais com territórios diversos, e assim as reflexões sobre estas categorias nos conectam a pensar que "Vivemos no espaço [...]. O lugar é segurança e espaço é liberdade: estamos ligados no primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria" (Tuan, 2013, p. 11).

Neste estudo, a origem descrita implicada ao lugar de familiaridade e interação na infância relaciona-se como princípio da vida e das experiências de sociabilidades. Estas relações vividas e compreendidas como "integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões" e tantas outras consolidadas nos territórios e territorialidades (Saquet, 2007, p. 25).

A conceituação de território é ampla e complexa, e consiste, nesta pesquisa, em um lugar de relações sociais, conexão em redes, também produto socioespacial, condicionando à construção de lugares de existência, habitar, viver e produzir, a partir das relações e interações experienciadas. Para além da produção multidimensional do espaço, o território implica relações sociais de pertencimento, resultando na consolidação de espaços em diversas escalas: econômica, política, religiosa, ideológica e tantas outras relações sociais estabelecidas. Compreende-se o território de forma dinâmica, condicionando-o às especificidades de cada realidade. Enfim, nas manifestações do território se compreendem as identidades e as territorialidades que se conectam como produto histórico de relações culturais.

As acepções de território e territorialidades, como perspectivas de discussão, corroboram com a ideia de que estes conceitos resultam das relações que os seres humanos

estabelecem consigo (identidade), com o outro (pertencimento) e com o meio (espaço social), e assim compreende-se nas dimensões estabelecidas em torno de "[…] si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem" (Saquet, 2007, p. 162). Há uma relevância individual e coletiva para os conceitos implicados por entender que a coletividade consiste em interindividualidades agregadas, impossível de dissociação. Para tanto, a dialogicidade que envolve identidade, pertencimento e espaço social está implicada e se relaciona como produto das subjetividades e, assim, dos territórios e territorialidades construídos como agregações da existência, de pertencimento e da ação, como práxis.

As memórias que remetem ao lugar de origem e das relações sociais estabelecida são imagens do passado trazidas dos vestígios deixados pelos acontecimentos que permanecem fixos na mente. Estas memórias são simbolizadas como lembranças de pertencimento e se apresentam em revelações da casa, o rio, a praça, o bairro, o povoado, a roça, a cidade e as lutas vivenciadas na trajetória de constituição do território e das diversas territorialidades. Compreendendo territorialidade como "[…] relações diárias momentâneas, que os homens [seres humanos] mantém entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente" (Saquet, 2007, p. 129). Estas relações impactam na constituição de territórios diversos, tendo na cultura o acolhimento da memória, da ancestralidade, permitindo continuidade e descontinuidade da existência de estruturas étnicas originárias e tradicionais e constituição da vida em sociedade.

Para Halbwachs (1990, p. 14, grifo do autor), a lembrança da memória aparece como um ponto de referência que nos permite situar nos quadros sociais das nossas experiências individuais e coletivas e com isso percebemos que "[…] a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na interseção de várias correntes do 'pensamento coletivo'. Eis por que experimentamos tanta dificuldade para lembrar dos acontecimentos que nos concernem". Estas dificuldades estão associadas, em muitos casos, ao desconforto ao lembrar de momentos que não foram positivos e por isso é possível entender aquilo que não se deseja retratar, sem dificuldades.

Fundamentada nas vozes das lideranças que atuam como representação coletiva no campo da luta e enfrentamento contra o sistema que viola os direitos dos indivíduos, o curso desta abordagem permite refletir a representação do espaço, do lugar, do território, territorialidades e da desterritorialização como categorias implicadas nas relações dos sujeitos na sociedade, e respondem como patrimônio cultural material e imaterial, no território.

5.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: ANÁLISES DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES ATUANTES COMO TERRITÓRIO DE LUTAS

O diálogo apresenta a perspectiva da existência do contexto histórico e das condições que estruturam a implantação e intensificação das organizações populares, presentes no território Itaparica-BA /PE como representações de territorialidades e, assim, de pertencimento dos sujeitos. A existência das organizações populares está diretamente relacionada à atuação da práxis das lideranças que se disponibilizam a constituir a coletividade como fundamento da luta por direitos. A proposta de discussão a seguir assume a seguinte sequenciação: primeiro as pastorais, e a discussão da teologia da libertação; em seguida o MST e a luta pela terra; depois os sindicatos na cidade e no campo, com a participação do SINTRAF, Sindicato dos Trabalhadores de Glória-BA, SINERGIA, Polo do Submédio São Francisco, APLB; e por último o movimento indígena.

5.1.1 Igreja Católica e as pastorais

A Igreja Católica (IC) é uma instituição secular, com abrangência na dimensão física e espiritual de natureza complexa; se estrutura como representação religiosa e política com a finalidade principal de pregação e expansão da doutrina católica. Ao longo do processo histórico, fez parte da dominação social, estabelecendo condições impostas de injustiça social. A sua atuação na história da humanidade passa por processos de ascensão, declínios e redefinições que permitiram repensar posições ideológicas relacionadas às práticas do clericalismo de doutrina cristã/católica, inicialmente de pretensão tradicionalista e conservadora contrária aos dilemas do povo e apoiadora de uma estrutura de classe hegemônica, supremacista.

No entanto, nas grandes rupturas econômicas, políticas e ideológicas da história da humanidade, a exemplo da quebra do Antigo Regime, a ascensão dos Estados Modernos liberais, o desenvolvimento das ideias iluministas de democracia e participação foram fatos marcantes que impulsionaram a Igreja a buscar autoavaliação nas estruturas ideológicas e na atuação, implantando e intensificando mudanças no modo de ser, pensar e agir da religião. Para compreender a geopolítica dessas mudanças, os primeiros sinais destas transformações surgem, inicialmente, na condução do Concílio Vaticano II pelo papa João XXIII (1958 a 1962).

O Vaticano II "encerrou a longa etapa da Contra-Reforma e da neocristandade, modificando profundamente o clima da Igreja […]" (Libânio, 2005, p. 5). Nesse clima de

mudanças, consolida-se a opção de fazer um encontro entre fé religiosa, igreja atuante e contexto político, e com isso institucionalizar uma igreja flexível, contextualizada, do povo, que valoriza a subjetividade, as diferenças e a participação popular. A Teologia da Libertação teve sua origem nesse contexto.

Sofiati (2009) apresenta uma análise relevante sobre as tendências do cristianismo católico, trazendo importantes reflexões para o debate que ocorre em diferentes cenários da igreja, com base nas ideias de Libanio, Boff, Gramisci e Lowy. Segundo esse autor:

> O teólogo J. B. Libanio (1999) identifica quatro cenários presentes no interior da IC: uma Igreja da Instituição, uma Igreja carismática, uma Igreja da pregação e uma Igreja da práxis libertadora. Na mesma direção, Boff (1994) elenca quatro modelos: igreja como totalidade, igreja mãe e mestra, igreja moderna e igreja a partir dos pobres. Já Gramsci (2001) e Löwy (2000) utilizam o termo tendência para descrever as diferenças existentes no interior da Igreja Católica: tradicionalistas, modernizadores conservadores, reformistas e os radicais. Enquanto Libanio (1999) e Boff (1994) enfatizam as diferenças eclesiais, Gramsci (2001) e Löwy (2000) identificam essas tendências a partir das relações sociais, principalmente as relações dos católicos com as várias formas de poder presentes na sociedade (Sofiati, 2009, p. 123-124).

Sofiati (2009), ao abordar a organicidade institucional da Igreja Católica, apresenta a sua estrutura como: a Cúria, a Diocese e a Paróquia, em um contexto do Direito Canônico, da lei, das normas e das regulamentações. Afirma que na doutrina predomina a tradição, o catecismo e a figura da autoridade hierárquica do Clero como uma categoria ligada ao exercício doutrinário que acontece no altar, ao sacramento, às celebrações e às organizações paroquiais. Esta organicidade perpassa por momentos históricos diferentes.

Outro cenário descrito por Sofiati (2009) refere-se à igreja carismática, a qual preza o carisma, a individualidade e a emoção. Para esse autor: "[…] a teologia fica em segundo plano, havendo forte influência do espírito" (Sofiati, 2009, p. 123). É uma tendência assistencialista que desvaloriza o ecumenismo e sustenta a celebração como epicentro das práticas, sendo que a dimensão político-econômica não tem relevância, prevalecendo a compaixão e o amor sem contextualização com a realidade.

Sofiati (2009, p 124) apresenta outro cenário, a igreja da pregação, definida como "uma igreja que se baseia na palavra, no conhecimento, na pregação e no ensino que dialoga entre a fé e a razão […]". O último cenário é a igreja da práxis libertadora, na qual a opção pelos pobres é um eixo estruturante e há um deslocamento para o campo social: "[…] denomina-se igreja da práxis, dos pobres e da libertação" (Sofiati, 2009, p. 124). Para esse autor, esta igreja é

caracterizada pelo exercício que liga fé e vida, com a participação das lutas populares, e reforça uma visão da popularização da bíblia.

Sofiati (2009) analisa o conceito de tendências orgânicas do catolicismo para compreender os processos internos da IC, conforme Löwy e Gramsci, e são definidas como:

> 1) Tradicionalistas: compostas pelos movimentos Opus Dei, Tradição Família e Propriedade e Arautos do Evangelho; 2) Modernizadores conservadores: setor no qual se insere o Movimento de Renovação Carismática Católica; 3) Reformistas: no qual predominam as congregações que trabalham diretamente com educação como, por exemplo, os lassalistas, redentoristas e maristas; 4) Radicais: composta pelos setores ligados à Teologia da Libertação como as CEB´s, Pastorais Sociais, Pastorais da Juventude (Sofiati, 2009, p. 127).

As pastorais são exemplos da atuação da Igreja Católica no exercício sacerdotal preocupado com as problemáticas da sociedade e consistem em ação social da Igreja Católica, considerando elementos importantes como pilares de aproximação entre a fé religiosa e os problemas decorrentes do sistema capitalista (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2023). Tais pilares se desenvolvem como presença testemunhal das condições de marginalização da sociedade **(testemunho)**, tendo como prioridade alertar sobre a existência dessas condições **(denúncia e anúncio)**, como subsídios para a ação social prática ligada à conscientização, organização e transformação social **(serviço)**. O trabalho social das pastorais é realizado através da articulação-parceria com os organismos locais, reforçando a importância do **diálogo** no trabalho de base comunitária. Ao todo, estão especificadas no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (2023) como pastorais: social, afro-brasileira, migrantes, pescadores, povo de rua, AIDS, operária, saúde, carcerária, mulher marginalizada, da criança, da pessoa idosa, da sobriedade, do menor, surdos e pastoral indígena.

A igreja da práxis libertadora, presente nesse território nas décadas de 1970, 1980 e 1990, se organizava em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e seu processo ideológico de atuação se movimentava como práxis transformadora e uma configuração em rede. Apresenta-se comprometida com a libertação dos empobrecidos, tendo em vista que a "[…] experiência de Deus será vivenciada no interior da opção pelos pobres, no compromisso com sua libertação" (Sofiati, 2009, p. 125).

Essa parte da abordagem contempla as contribuições de dois agentes das pastorais que estão presentes como representantes dessa organização popular, afirmando as territorialidades existentes e colaborando neste estudo para a compreensão do território de lutas e enfrentamentos existente na cultura do território.

A análise das narrativas neste estudo revela a tendência de uma igreja popular e voltada para a compreensão do sofrimento do povo. Esteve presente nos exercícios sacerdotais da atuação dos padres Alcides Modesto, Mário Zanetta, Lourenço Tori e muitos outros. É importante registrar que a maioria das entrevistas narrativas enfatizou o legado representativo desses padres, evidenciados na memória das lideranças entrevistadas, e com isso torna-se significativo apontar estas representações para entender as simbologias da cultura de participação que contribuíram para a constituição desse território. O primeiro dessas referências de lideranças sacerdotais é um dos sujeitos desta pesquisa, brasileiro, natural de Remanso-BA; o segundo é falecido, de origem italiana; e o último, também italiano, teve sua vida ceifada em 1973, ainda jovem, nesse território, em decorrência de grave acidente de motocicleta. Efetivamente serão recorrentes neste estudo.

Conforme a narrativa da liderança da Pastoral Social, a origem como ponto de abordagem não revela lugares, espaços de nascimento e desenvolvimento nas fases da vida, mas o princípio do engajamento em trabalhos nas pastorais, o que pode ser interpretado como expressão de uma memória que revela uma vida repleta de caminhadas de lutas, resistências e muita participação popular. Observa-se no seu relato uma existência marcada de vivências e experiências de ação comunitária que associa a sua disponibilidade de estar e ser presente como resistência atualmente no território.

Dessa forma, expressa a participação de uma igreja da libertação ainda atuante no território, destacando práticas e apontando líderes teóricos e teólogos, como o Papa Francisco, Paulo Freire e D. Helder Câmera:

> Comecei desta vertente da igreja católica, comecei na pastoral da juventude, uma pastoral bem discreta aqui, pastoral da diocese de Paulo Afonso né, aí comecei participar das pastorais sociais. As pastorais sociais ela vem dessa linha de uma igreja mais libertadora, a igreja também ela tem vários caminhos, essa linha mais social, essa igreja que o Papa Francisco até aponta, essa linha mais que no final da década de oitenta e noventa, chamada da Teologia da Libertação, o próprio Paulo Freire pregava, o D. Helder Câmera […]. Depois da Pastoral da juventude comecei participar da pastoral carcerária, pastoral também ligada à igreja católica, fazer a visita no cárcere, trabalho de evangelização e acompanhamento também deste problema social que é o problema dos cárceres no Brasil, problema dos encarcerados são pessoas excluídas e que precisam também desta atenção (Izael – liderança da Pastoral Social – 04/04/2022).

A afirmação de pertencimento da liderança é uma expressão de territorialidade e compreendemos como um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos ou coletivos que interagem entre si, mediados pelas problemáticas e pautas locais, mas também

se envolvem intersubjetivamente em redes em outros lugares do mundo como um agir social, local e territorial (Saquet, 2007).

A atuação da Igreja Católica no território, segundo a descrição da liderança, está ligada à Teologia da Libertação e são muitas as ações desenvolvidas pelas pastorais no território. Assim evidencia nosso sujeito sobre a atuação da pastoral carcerária:

> A pastoral carcerária tem um trabalho bem maior que só evangelizar no cárcere, é um trabalho muito forte de segurança pública porque perpassa os muros do presídio, as grades, vai para o campo do social, uma vez que a pastoral carcerária tem acompanhamento às famílias, no processo junto ao fórum, fazer este acompanhamento, isto falando da pastoral carcerária […] é fazer a visitação […], é escutar. Eu digo que a pastoral carcerária é a pastoral da escuta, não dá para fazer muita coisa porque não temos o poder de fazer tanta coisa, a gente vai escutar, vai visitar a família […], termina também, quando saem, procuram a gente porque muitos não têm referência de família. A gente também corre atrás de trabalho de alguma coisa para dá uma assistência a estas pessoas. (Izael – liderança da Pastoral Social – 04/04/2022).

A compreensão do contexto que gerou, nos cenários da Igreja Católica, a preocupação com a atuação popular e a defesa das injustiças sociais torna-se imprescindível para este estudo, pois esta atuação representa fundamento para a dimensão afirmativa das identidades como lideranças no território. Nesse sentido, a identidade compreendida "[…] para além de pertencimento a um lugar, […] deriva de um agir coletivo dos sujeitos como portadores de práticas e de conhecimento 'construtores do território'" […] (Saquet, 2007, p. 118).

O integrante da pastoral confirma que na diocese de Paulo Afonso as pastorais em atuação são: pastoral social, ligada à frente popular do grito dos excluídos;[7] a carcerária, citada anteriormente nesta abordagem; a pastoral da criança, presente no trabalho de assistência às crianças vulneráveis socialmente; a pastoral rural, com sede no município de Cícero Dantas-BA, que atende a este território; e, por último, a pastoral da AIDS.

Para o nosso sujeito, a pastoral realiza um trabalho solidário de percepção das injustiças e inquietação consciente que move uma ação prática direcionada a enfrentar os problemas que envolvem a vida do outro:

> Este é o trabalho que as pastorais fazem, é um trabalho solidário, um trabalho de se preocupar com a vida do outro, de gastar a vida com a vida do outro […]. Eles são um pouco distantes da questão política partidária e eu digo que

[7] Frente popular do grito dos excluídos consiste em um grupo formado pelas lideranças das organizações populares no território que se juntam para fazer a luta da resistência em formato de atos de rua e outros eventos. Seu início se deu a partir da motivação de organizar o grito dos excluídos – ato ecumênico de denúncia que acontece todo ano, dia 07 de setembro, após os desfiles cívicos.

> existem outros caminhos, outros embates de rejeição da política partidária, e eu acredito muito na solidariedade, eu acredito muito neste papel das pastorais, das pessoas e dos movimentos, é um trabalho voluntário […] é um trabalho também político, mas ás vezes ele não passa pelo campo da ideologia partidária (Izael – liderança da Pastoral Social – 04/04/2022).

Ao expandir a narrativa que retrata a sua atuação como agente da pastoral, a liderança disponibiliza informações sobre a participação em outros organismos da Igreja, descrevendo sua disposição e envolvimento como práxis que auxiliam na efetivação dos territórios e das territorialidades, entendendo que ambos são sobrepostos, múltiplos, históricos e relacionais, em tempos, ritmos diferentes, no processo histórico (Saquet; Sposito, 2008).

> Eu participo, eu sou um pouco animador de comunidade. Na Cáritas chama-se agente de mobilização. Na rede que chamamos de rede Cáritas, tem pessoas interligadas a esta rede de organização, que é a Cáritas. Eu me considero um animador de comunidade, eu estou presente nas comunidades, animando com a minha música, sou músico também, cantando, animando as comunidades, os movimentos populares, fazendo esta parte da animação, é isso. Trabalho na articulação, na animação e, de certa forma, algumas vezes eu faço isso como trabalho. Por exemplo, na Cáritas trabalhei no projeto, estava em um projeto financiado pelo Banco do Brasil, desenvolvido no município de Canudos-BA, Antas-BA, Nordestina-BA e Euclides da Cunha-BA. Trabalhei como fiscal da Cáritas nacional pelo projeto por algum tempo, em trabalho voluntário […] tenho outras formas de me virar, este trabalho das pastorais é um trabalho que a gente faz voluntariamente, de certa forma preenche a gente [...] (Izael – liderança da Pastoral Social – 04/04/2022).

É importante salientar que a disposição do nosso sujeito é resultado da consolidação de um processo identitário presente na cultura de mobilização como territorialidades agregadas nas práxis de enfrentamento que se desenvolveu ao longo da história deste território. A realidade apresentada nesta pesquisa revela a formação de dispositivos culturais de participação, responsáveis por protagonizar iniciativas que são reflexos da atuação histórica que se encontra ainda presente em ações que podem impactar a transformação social. Estas iniciativas colaboram para a definição das dinâmicas espaciais e territoriais, pois seus impactos afetam direta ou indiretamente na formação identitária dos sujeitos, têm caráter educativo e extensivo para o fortalecimento da solidariedade como princípio, relevando a espontaneidade ou a institucionalidade da luta.

A seguir, a narrativa de origem de Alcides Modesto, outra liderança da pastoral que construiu uma caminhada de vivências sacerdotais como padre neste território, saiu do sacerdócio, atuou como político e vive atualmente com sua esposa em um sítio cercado de plantas e animais. É notável sua altivez, alteridade, mobilidade e o legado da atuação quando

menciona as problemáticas sociais, visto a indignação com que denuncia as mazelas da sociedade capitalista.[8] A narrativa de origem desta liderança é reveladora de detalhes de uma personalidade forte, insurgente e desafiadora dos limites da obediência no âmbito da Igreja Católica e se tornou uma marca de representação da teologia da libertação durante a sua atuação neste território.

> […] minha origem não tem vinculação nenhuma com Paulo Afonso, nem com essa banda de cá. Eu nasci em Remanso. Remanso é um dos municípios que foi inundado pela barragem de Sobradinho, está bem consciente desse grande desastre ecológico que a CHESF também fez. Fez aqui e também foi fazer lá em escala bem maior e mais desastrosa. Chama-se Remanso […]. Para cá eu só vim quando o bispo me transferiu de Senhor do Bonfim para vim trabalhar em Paulo Afonso como padre, vigário de Paulo Afonso, substituindo Pe. João Evangelista, que ia para Paripiranga e ia deixar Paulo Afonso aqui vacante. Cheguei quando tinha uma missão de São Damião, este foi o primeiro nó cego na minha garganta, ia fazer uma missão de Frei Damião? A primeira coisa que eu perguntei a Frei Damião foi quem programou, foi Pe. João Evangelista comigo, comigo? Disse, olhe Pe. João Evangelista, sabia que eu iria tomar posse, eu tomo posse hoje e você vem aqui dizendo que tem um programa que começa amanhã de uma missão sua. Eu acho que Pe. João Evangelista ultrapassou o direito dele de servir porque já sabia que eu iria tomar posse hoje, não sabia o que eu queria ou não queria, aí suspendi. Foi o primeiro impacto violento que tive que assumir, não por causa que tenho uma coisa contra Frei Damião, mas pela irresponsabilidade de Pe. João Evangelista, que sabe que eu vou tomar posse e me deixa para começar amanhã uma missão de Frei Damião. Ele sabe que eu quero a missão de Frei Damião ou não? Não me perguntou, não me disse nada. Pois suspende. Foi o primeiro impasse que começou um zum, zum, zum dentro de Paulo Afonso, porque mexer com Frei Damião é mexer com santo na terra, mas eu achei uma irresponsabilidade. Não, Pe. João Evangelista não tinha o direito de programar uma hora sequer da minha vida dentro de Paulo Afonso a partir da posse que eu estou tomando. Ele me perguntou se eu queria? Não me perguntou. Pois bem, eu vou suspender, vixe Nossa Senhora, foi um nó cego que não teve tamanho, não vai ter missão de Frei Damião. Falei com Frei Damião: 'O senhor me perdoe, eu sei que é muito santo, é muito querido das missões, mas o padre que programou isso não tinha direito de programar em meu nome e nem sequer me consultou. Eu tomei posse hoje.' Eu venho na linha do Vaticano II e tudo aqui ainda no Concílio de Trento? Deus me livre (Alcides Modesto – liderança da Pastoral – 13/09/2021).

Ao adentrar na compreensão da origem da liderança da pastoral, a sua narrativa revela um traço de personalidade, inteligência singular e autônoma. Relata a origem com referência à cidade onde nasceu, no entanto, associa imediatamente a questão da inundação pela barragem

[8] Na caminhada do trabalho de campo, tive a honra de conhecer o sítio onde reside Alcides Modesto e a sua esposa, onde fui bem recebida e ficou a impressão da pessoa forte que ele representa. Um agente social destemido, inteligente e uma mobilidade que o impede de ficar parado, sempre realizando alguma atividade. O interessante foram as suas opiniões sobre o nosso estudo, no sentido de mudanças no foco.

de Sobradinho realizada pela CHESF e denomina de “grande desastre ecológico que a CHESF fez”. Sobre esta questão discutiremos mais adiante.

Sobressai de forma perceptível uma personalidade autêntica e com atuações emancipatórias no curso do desenvolvimento do seu papel de sacerdócio. Modesto revela, nas entrelinhas, o seu *modus operandi* como padre neste território. As marcas desta singularidade estão presentes como territorialidades no legado construído de uma práxis popular, libertadora, desafiadora e de rupturas com a própria Igreja Católica, ainda carregada dos ranços de uma igreja tradicionalista, totalizadora, conservadora e assistencialista. Na narrativa, se identifica como tendência nos processos eclesiásticos do Vaticano II, colaborando na constituição de territórios insurgentes e uma práxis voltada à produção de territorialidades cíclicas, e como territórios construídos na dissidência de práticas espaciais multifacetadas e o “território (a territorialidade) é uma dessas faces” (Saquet; Sposito, 2008).

Para Sofiati (2009), o Concílio Vaticano II (1962–1965) possibilitou o surgimento de novas formas de eclesialidades no interior da Igreja Católica, além de contribuir para a consolidação de uma prática colegial e ecumênica que resultou na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), incentivando o pensamento católico progressista e suas práticas pastorais. Esse autor prossegue afirmando que a igreja latino-americana, no período deste concílio, teve presença comprometida na luta contra o subdesenvolvimento pela educação de base e pelo processo de sindicalização. Sofiati (2009) apresenta, nas contribuições de Beozzo, o fundamento para a compreensão de que a Igreja trabalhava pela consolidação de uma prática colegiada de seu episcopado como trabalho em equipe. Além disso, o papado de João XXIII, idealizador do Concílio Vaticano II, refletiu no Brasil, provocando crescimento das dioceses em todo o país, acentuado por uma forte preocupação voltada às problemáticas sociais dos povos da América Latina, e criou no Brasil 32 dioceses e 6 províncias eclesiásticas, além de nomear 67 novos bispos (Sofiati, 2009).

Ainda para Sofiati (2009), no debate sobre o catolicismo brasileiro, o Vaticano II construiu uma nova autoconsciência, desenvolvendo a concepção de Igreja comunidade como sendo uma igreja – povo de Deus. Esta nova concepção estava centrada em uma igreja missionária, aberta ao mundo, ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Em relação à presença da liderança neste território, a atuação de Modesto como agente do sacerdócio é ancorada na concepção do Concílio Vaticano II, e para tanto na práxis da Teologia da Libertação, como revela sua chegada em Paulo Afonso:

> [...] quando me ancorei aqui eu disse: 'Eu não vim aqui falar do vaticano primeiro, vim falar do vaticano segundo, que está ainda se realizando.' Chego aqui, a missão naquela semana que eu tomo posse. Não saiu ainda do Concílio de Trento, falando agora em pleno Vaticano II. você me diga!, não… essa missão não vai sair, eu não programei, vocês sabiam que eu iria tomar posse, me consultaram? Não. Então não tem autorização minha porque estou começando o primeiro dia da minha vida em Paulo Afonso e a primeira coisa que eu vou fazer é suspender esta missão. […] todo mundo: 'Este bicho é bravo. A besta fera chegou.' Bom, aí vem (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social –13/09/2021).

A Igreja Católica se manteve na história, em tempos remotos, como parte de grupos hegemônicos de poder e dominação, todavia sua caminhada permitiu a redefinição de práticas com linhas revolucionárias e a Teologia da Libertação é representativa desta mudança. Esta linha horizontalizada confere às ações católicas, nessa ótica libertadora, o desenvolvimento de um ideal de atuação comunitária, que colabora para a formação de grandes lideranças com ações que impactam no desenho territorial, material e imaterial.

Na narrativa de Alcides Modesto compreende-se uma identidade afirmada como "agente de pastoral que virou uma personalidade de liderança sindical, de liderança política, de organização de partidos do PT […]". (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021). Quando explica o caráter da libertação relacionada a esta tendência teológica, Sofiati (2009, p. 129) afirma que:

> […] essa teologia propõe uma libertação total que abarca três dimensões: política, humana e religiosa. A libertação política consiste na libertação das situações econômicas e sociais de opressão; libertação humana significa libertação interior, transformação pessoal; e a libertação religiosa é a libertação do pecado.

E nesse sentido, Sofiati (2009) apresenta três níveis para o termo libertação. O primeiro diz respeito às classes sociais e aos povos oprimidos, significando uma libertação econômica, social e política; o segundo é voltado à aspiração pessoal, libertação dos homens e mulheres que assumem conscientemente o seu destino; e o terceiro refere-se à aspiração religiosa, libertação que vai contra o projeto do Reino. Com isso, afirma esse autor que essa tendência "parte do compromisso de abolir a situação de injustiça vivida pelo povo da América Latina" (Sofiati, 2009, p. 129).

Ainda na narrativa de Modesto, tendo em vista a compreensão da origem, a citação a seguir evidencia o nascimento prematuro, o relato das práticas da medicina tradicional, comum à época no Brasil. Também a história do seu nome, a descendência de quilombo e o destaque

do trabalho do avô como escrivão de tropeiros. Narra evidências de fragilidade na infância, associa a algumas crenças populares e deixa uma marca de resistência biológica, política, ideológica e social como um seminarista focado, um sacerdote revolucionário e depois um deputado federal comprometido com as causas dos assentados de Itaparica. Atualmente, compartilha seu cotidiano com a esposa em um sítio, onde mantém um acervo de memórias, arquivos, simbologias materiais em forma de arquivos com documentos importantes que precisam ser tombados como patrimônio histórico pelos organismos presentes no cenário local, como a UNEB-Campus VIII/Paulo Afonso.

> […] eu sou prematuro de sete meses […] nascido em Remanso. Sou o terceiro filho da minha mãe, tinha o primeiro Alcides que faleceu pequeno, eu sou o Alcides que minha mãe tinha que colocar o nome por causa do Alcides que tinha morrido com dois ou três anos, e por conta disso este Alcides na hora que eu nasci de sete meses […], mas a parteira interveio antes e disse: 'Se não colocar Manoel, morre, não vive de jeito nenhum.' Então este quilo e cem gramas começou a sobreviver a partir deste trabalho da parteira com meu avô, […] meu avô foi criando as condições, […] a cultura do meu avô me salvou. […] meu avô era descendente de quilombo negros daqui de Sergipe, Alcides Modesto de Souza. Ele tinha todo uma cultura ligada aos quilombos […] aqui em Sergipe. E ele tinha ido por acaso a Remanso com quinze anos porque o pai dele faleceu e era um professor, e ele tinha todo um conhecimento que o pai dele tinha ensinado para ele e para os outros também. Então os tropeiros chamaram meu avô […] para fazer a escrita da viagem porque eles não sabiam escrever […] e ele aproveitou esta oportunidade para conhecer este lugar que eu não conheço, saiu de Simão Dias, aqui em Sergipe, Alcides Modesto de Sousa, filho único de Maria Joana Modesto, minha bisavó. Ele vai para Remanso acompanhando estes tropeiros que o convidaram para fazer a escrita da viagem, as contas, o que gastou, o que não gastou. Ele que tinha o conhecimento de matemática, […] escrevia muito bem, foi sendo escrivão dos tropeiros e chega a Remanso. Quando ele chega em Remanso, a paisagem […] é linda. Tem a serrania do outro lado, aí ele ficou encantado com o Rio São Francisco e paisagem em frente de Remanso. […] filho único, aí veio buscar a mãe e foi para Remanso com ele e nunca mais voltou. Se encantou com os olhos de mamãe Iaiá, papai Alcides é meu avô. Mamãe Iaiá é minha avó, e aí veio buscar a mãe que já era viúva. Essa é a razão por ser Alcides, o Manoel foi para não morrer, que a parteira alertou, porque o primeiro tinha morrido […] sobrevivi com um mês […] sou uma resistência do ponto de vista da saúde, com várias limitações, tive asma, sempre fui muito fragilizado na saúde, na idade adulta fiquei mais duro […] (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

O relato da origem representa um retrato da existência subjetiva dos sujeitos, pois o exercício de relembrar tem sentido quando atribuímos relevâncias simbólicas aos fatos que fundamentaram a realidade que induziu a lembrança, marcando presença na passagem da vida em seu ciclo.

Sobre a narrativa da origem de Alcides Modesto, refletimos o quanto pode existir a força de um cognitivo que sustenta e resiste às limitações físicas de um corpo biologicamente sem resistência, levando à permanência longa de uma existência altiva. A maioria das entrevistas narrativas realizadas nesta pesquisa refere-se à atuação de Alcides Modesto ligada à práxis sacerdotal atenta aos problemas do povo oprimido, denominada Teologia da Libertação. Dessa forma, ficou registrado na memória histórica e nas lembranças das lideranças o legado que o liga às lutas sociais no território.

É importante registrar que a Teologia da Libertação teve um papel primordial e essencial na configuração territorial das lutas e enfrentamentos nesse território. Esta consideração tem tanta relevância para esta pesquisa que ganha subseção neste trabalho.

5.2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA DOS POVOS CONTRA A CHESF

A participação da Igreja Católica no exercício de uma práxis na representação da Teologia da Libertação consiste em uma realidade, vivenciada no território, que colaborou para a estruturação da luta dos reassentados da CHESF, diante da problemática que se estruturou sobre as implantações das barragens e a desocupação de famílias em seus lugares de origens e moradias.

A Teologia da Libertação, representada pelos padres Alcides Modesto, Mário Zanetta, Lourenço Tori e outros citados, como Pe. Lívio, esteve presente nas ações e mediações das práxis destes agentes da libertação como uma tendência incorporada na prática da fé. Consolidada como eixo estruturante da ação católica após o Concílio Vaticano II, é vista por Libânio (1999) como um campo social denominado Igreja da práxis, dos pobres e da libertação. Aquela que cultiva a solidariedade, o espírito comunitário voltado para os excluídos.

Essa teologia, descrita como expressão de um movimento social que surge nos anos 1960, no âmbito da Igreja Católica, se manifesta com a tomada de posturas diferenciadas daquelas tradicionalmente praticadas, em que a organização religiosa católica fazia parte da estrutura burguesa de dominação social de classe. A quebra deste paradigma tradicional permite projetar uma igreja flexível, que define uma atuação práxis com críticas à idolatria, ao dualismo tradicional, moral e social do capitalismo. Reconhece e permite a "utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade e o desenvolvimento de comunidades de bases" (Lowy, 2000, p. 124).

O que se observa nesse território é a atuação de agentes do sacerdócio na representação da igreja da libertação outrora praticada e contemporaneamente protagonizada como legado de

referência histórica das lutas sociais. Há uma realidade apresentada pelos sujeitos nas narrativas como desterritorialização, o que significou abandono dos territórios em virtude das modificações geológicas e sociais implantadas pela CHESF, configurando descaso com as vidas, as memórias e as ancestralidades.

A abordagem a seguir está organizada em dois momentos para discutir a atuação da Teologia da Libertação, tendo em vista os embates e os enfrentamentos contra as imposições da implantação da CHESF: o primeiro mostra a história de Alcides Modesto, a chegada ao território e a afirmação diferencial de uma postura ideológica e teológica; o segundo consiste em uma análise das outras lideranças nas diversas trajetórias de vida e caminhada, pois na convivência com as influências de um sacerdócio da libertação, revolucionou a sociedade a partir das experiências de lutas incessantes contra as injustiças sociais no território.

5.2.1 Primeiro momento: a história de Alcides Modesto

Alcides, natural de Remanso-BA, sai da cidade de origem para estudar em Senhor do Bonfim-BA e, por problemas de saúde, foi aconselhado pelo médico a mudar de cidade. Por influência de familiares, consegue uma bolsa de estudos em um colégio particular confessionário nessa cidade do interior baiano, faz amizade com D. José Trindade, bispo de Senhor do Bonfim-BA, e recebe um convite para estudar no seminário, sem compromisso de assumir a eucaristia. Dirige-se à cidade de Crato-CE para fazer o seminário menor e depois o seminário maior em Salvador-BA.[9] Nossa liderança nos conta a história de como entrou para a eucaristia:

> [...] num bate-papo tomando café com ele eu disse: 'Olhe, D. José, eu estou triste, eu vou ter que voltar, meu pai não vai poder pagar a segunda série aqui.' 'É mesmo!' – ele disse. 'Se você não topar estudar em seminário, se você quiser ser padre, você será padre. Se você não quiser, você vai ser outra coisa, o ensino do seminário é melhor que o ginásio.' Aí eu disse: 'Sabe de uma coisa, eu vou fazer uma carta para meu pai.', porque eu não ia voltar para a segunda série. Se não é esta dica que ele deu... olhe, a segunda série no seminário vale por duas séries no ginásio, você vai ficar internado, vai aprender um latim de verdade, porque você tem esse latim muito de pé quebrado e essa coisa faz com que eu saia de Bonfim e vá parar no seminário do Crato, Ceará. Bati no Ceará, tinha andado por lá, mas estava curioso porque minha vó era cearense, minha avó, mãe do meu pai, lá no Piauí, era cearense,

[9] A formação eucarística sacerdotal na Igreja Católica é realizada em etapas: seminário menor, para jovens no Ensino Médio ou no nono ano do Ensino Fundamental; seminário propedêutico, que consiste em aprofundamento doutrinal para aqueles que finalizaram o Ensino Médio; e seminário maior, a etapa mais longa, composta por estudos filosóficos e teológicos.

> então vou conhecer o Ceará. Aí eu fui, o bispo fez uma carta para meu pai, aí disse: 'Não, não é obrigado ele ser padre, [...]ele vai fazer o curso do seminário que vale por um ginásio muito bom, e fazendo o curso no seminário ele estará preparado mais do que qualquer um aí fora para fazer vestibular.' [...] eu peguei do segundo até o sexto, de lá vim para Salvador fazer o seminário maior. Foi aí que tornei eclesiástico, eu fiz muitas amizades com os padres, era estudioso e tudo, aí os padres me 'paqueravam' para ser padre. Como meu pai não ia poder, do jeito que eu estou agora com este prestígio, eu tomei esse caminho, eu me destacava porque cheguei no seminário, e às vezes tinha algumas coisas que me prestigiava, eu cheguei com curso de música, eu tocava violino, que eu aprendi lá em Remanso com D. Mariquinha. Aí eu sabia datilografia, era formado em datilografia desde pequeno, fiz datilografia lá em Remanso, e o reitor era péssimo com aqueles dedão. Eu disse: 'Se quiser, eu bato este documentos aí tudim, você tem uma dificuldade, catando.' Fui secretário do reitor lá. Aí, vixe Maria, entrar no quarto do reitor, só eu entrava. Isso fazia ao mesmo tempo uma pessoa assim, muito dado por todos os colegas e muito respeitado pelos professores, os professores tinham o maior respeito, e era um tampinha de nada [...] (Alcides Modesto – liderança da Pastoral SSocial – 13/09/2021).

Em 1958, Alcides Modesto deixou o seminário menor no Crato-CE, indo para o seminário maior, em Salvador, período em que a ditadura militar se instala no Brasil. Vivencia uma experiência da migração da família para o interior de Minas Gerais, em razão dos impactos das barragens de Sobradinho, pela CHESF, em sua cidade de origem. É o que nossa liderança afirma:

> Em 1958, saí do seminário menor, cheguei em 1954 e fiquei até 1958, já saí fazendo a primeira série e passei cinco anos no Crato. Quando acontece a ditadura militar no Brasil, estou no seminário em Salvador, porque Salvador é quem vai pegar a minha cabeça do Crato, o Crato me deu boa formação clássica, que chama a clássica uma base boa das matérias grego, latim. Como o bispo me botou no seminário no Crato, D. José, aqui de Bonfim, ele foi ser arcebispo de Montes Claros, saiu daqui e foi para Montes Claros. Minha ligação com Montes Claros foi consequência do deslocamento da minha família para Minas por causa da barragem de Sobradinho. Uns ficam em Januária, lá foi para onde minha mãe pegou a reta de tudo e disse que é aqui que vou ficar (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

Com a ordenação em Januária-MG, interior de Minas Gerais, não existia convivência nesta paroquia, ao contrário de Senhor do Bonfim, município a que estava totalmente vinculado. Modesto explica a ligação com Bonfim e a vinda para Paulo Afonso-BA.

> Eu passei dois anos em Bonfim. Quando ordenei, era diretor espiritual do seminário e, ao mesmo tempo, professor de algumas matérias. No seminário menor, de Bonfim, capelão do colégio onde fui aluno quando saí de Remanso. Foi uma alegria para mim, voltar lá como capelão no mesmo colégio em que eu estudei. Esta fase de Bonfim, é que vem agora a minha vinda para Paulo

> Afonso, tem a ver com a criação da diocese, porque aqui Pe. João Evangelista começou os primeiros trabalhos de preparação da diocese, mas ele não tinha muito jeito, aí ele pediu para voltar para a terra dele, Paripiranga, e D. Antonio me mandou como vigário de Paulo Afonso para organizar a futura diocese de Paulo Afonso. Já vim com esta missão, não apenas de ser vigário de Paulo Afonso, mas para organizar a diocese, inclusive integrando os futuros municípios que iam participar da diocese de Paulo Afonso. Eu tive muito trabalho naquela época e não imaginava ter que preparar toda organização da futura diocese eu sozinho, e com uma paróquia grande como era Paulo Afonso, junto com Rodelas até Tarrachil, dando conta dessa aqui todinho como vigário e organizando a futura diocese (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

Alcides Modesto apresenta informações sobre os processos ideológicos adotados na igreja com o Concílio Vaticano II e o papa João XXIII; a ebulição com os grandes debates sobre essas mudanças e transformações que ocorreram com a tendência da Teologia da Libertação, assumindo a liderança de uma igreja revolucionária.

> Quando eu comecei, era o Papa Pio XII, quando comecei essa ligação eclesiástica: seminário, essas coisas, ainda era Pio XII, era o fim do pontificado dele. Aí veio a eleição, João XXIII, e é uma revolução dentro da igreja. Na hora que anuncia este concílio, começa a efervescência dentro da Igreja. Quando vou sair do Crato para Salvador, fazer o seminário maior, estou em plena efervescência do Concílio, então peguei este período dos grandes debates lá em Roma. Quatro anos de Concílio, durou quatro anos do Concílio de João XXIII, e depois Paulo VI vai dar uma reorganização da Igreja já com base no espírito de João XXIII, que era aberto. Aí o Paulo VI vai sistematizar um pouco essa abertura ecumênica chamada o Vaticano, convocando as igrejas evangélicas representantes lá no Concílio, essa coisa toda, todo um outro viés da história eclesiástica. Tudo isso faz parte um pouco dessa minha memória, que foi formada na efervescência da igreja de Trento, do Concílio de Trento. Ainda para o Vaticano II, eu estava na linha de frente da chamada igreja revolucionária, progressista (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A definição identitária para a representação da Teologia da Libertação é revelada com entusiasmo e firmeza para nosso sujeito, diante das mudanças ocorridas no âmbito da Igreja Católica, o que concretizou, futuramente, como práxis no exercício do sacerdócio na atuação nesse território. É o que afirma Alcides Modesto sobre a igreja do Vaticano II:

> Eu vou para a linha de frente dessa igreja do Vaticano II, puxada agora as diretrizes que foram lançadas por João XXVIII e Paulo VI tomou o Concílio, segundo as bases de João XXIII. Tinha colocado um Concílio para enfrentar os desafios do mundo moderno, aí, para nós, jovens, estudantes de seminário, foi assim, o máximo (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

Em um momento a narrativa de Alcides Modesto relembra como se deu a chegada de outros padres, D. Mário Zanetta e Pe. Lourenço, a interação e a sintonia com a nova teologia, ainda em construção. Este encontro histórico marca uma parceria estabelecida e reconhecida no território como exercício da práxis dessa teologia. A sincronia ideológica resultou na representação e transmissão de novas abordagens pastorais, com a intenção de "[...] construir um novo modelo de igreja de baixo para cima e a longo prazo, já que o modelo tridentino apresentava grande estrutura e poder, mas pouca doutrina e Espírito, limitando-se a papa, bispos e párocos" (Sofiati, 2009, p. 136).

> D. Mário, prefiro chamar Padre Mário, e Pe. Lourenço é outra história […] Eles vêm da Itália, saíram da Itália para uma diocese do Nordeste, mas não tinha definido lá na Itália qual diocese. Eles queriam descer lá em São Paulo de ônibus, conhecer aquela estrada de São Paulo até Bonfim e chegando em Bonfim iam conhecer o bispo para vê se agradava ou não. Eles ficaram em Bonfim, se não, iam mais adiante. O que vai acontecer: quando chegam em Bonfim, procuram D. Antônio e D. Antônio diz a eles: 'Olhe, antes de vocês escolherem, vão a Paulo Afonso e procure Pe. Alcides.' Eu já estava aqui como vigário, preparando a futura diocese de Paulo Afonso. E como vocês são jovens, e como Paulo Afonso é uma cidade muito bonita, com uma cachoeira linda, grande, a curiosidade deles era conhecer essa cachoeira muito bonita porque eles eram lá dos Alpes, cheios de cachoeiras, e gostavam. Não deu outra, eu chego um dia dos trabalhos aqui nessa área da Malhada do Sal, Caruaru, até chegar em Rodelas, e quando chega na casa paroquial encontro os dois padres lá (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A presença desses padres e as atuações no território Itaparica-BA/PE tem um legado visto como campo do fenômeno das missões católicas. Pe. Mário Zanetta e Lourenço Tori chegam ao Brasil, precisamente no Rio de Janeiro, no ano de 1969, seguindo para Senhor do Bonfim e depois Paulo Afonso, lugar que escolheram atuar como missionários. Segundo Barreto e Araújo (2021), a Igreja Católica de Paulo Afonso tinha como vigário o baiano Manoel Alcides Modesto Coelho, praticamente sozinho num vasto território de trabalhos pastorais e sociais. Nessa época, Paulo Afonso pertencia à diocese de Senhor de Bonfim e nesse período o território vivenciava a triste realidade da segregação social da Vila Poty, descrita na terceira seção deste estudo, e precisamente dez anos depois vivenciará os embates dos atingidos da barragem de Itaparica. Para Modesto, a presença dos padres recém-chegados representava "[…] aglutinar a luta que nós tínhamos que enfrentar contra a CHESF para obrigá-la a fazer o reassentamento das populações atingidas pela barragem de Itaparica" (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A caminhada desses padres faz parte da história do território, deixada como legado que se encontra na memória daqueles e daquelas que vivenciaram direta ou indiretamente. Modesto, na narrativa sobre o desfecho de sua vida como padre, nos oferece sua contribuição sobre o celibato ao afirmar que:

> Não deixei a liderança, sou católico, não tenho nenhum problema com a igreja, agora, eu resolvi me casar com Conceição e a igreja não aceitou eu ser padre casado. Ainda está com isso atravessado, é ela quem perde, que perdeu um ótimo padre. Tem tanto padre casado nesse Brasil que queria continuar e o casamento era um empecilho, preconceito de celibatário, não tem nada a ver a vida pessoal e o ministério, mas criasse o clericalismo, colocou o celibato acima do sacerdócio e uma inversão de valores do ponto de vista teológico, um absurdo. Uma disciplina passa a ser agora a essência do sacerdócio. Que limitasse, não pode ser bispo, galgar os cargos hierárquico da Igreja, mas o sacerdócio? (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

A seguir apresentaremos o segundo momento em que os sujeitos da pesquisa retratam a atuação da teologia, voltada à formação política de agentes sociais e pastorais da fé e da luta organizada para a defesa dos direitos sociais.

5.2.2 Segundo momento: a atuação das pastorais vista por outras lideranças

Na sequência, a narrativa de Melo evidencia a participação de Alcides Modesto,[10] a repressão do regime ditatorial de 1964, as reuniões secretas, a mobilização pela nova constituição, que seria promulgada em 1988, e a perspectiva das eleições diretas do presidente da república, pós-ditadura. Fala também sobre a política na Bahia neste período militar e a violência sofrida neste duro contexto do Brasil.

> No final da década de 1980, quantas reuniões eu participei escondido. Alcides Modesto chamava 30 pessoas na Casa da Criança, tem que ser dez horas da noite, lá no colégio tal, escondido. A gente não tinha ainda nem a nova constituição. Estamos preparando uma luta que vai, no final, nós vamos conseguir eleger o presidente da nossa época, na década de 1980, quando a gente veio eleger, já no século XXI. Já amenizou, mas na Bahia era um governo ditador […]. A gente era monitorado pelo exército. No dia que invadiram a sede do nosso sindicato eu estava lá na sede, cheguei a ganhar uma coronhada do mosquetão, que eu queria passar e passei na polícia, na barreira na rua. Eu tomei porrada, estava em um barzinho em frente da sede do sindicato (Melo – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

[10] Alcídes Modesto participa da nossa pesquisa como sujeito representando a pastoral social, sendo citado por quase a totalidade de sujeitos desta pesquisa como uma grande liderança pastoral, padre – atualmente deixou o sacerdócio – neste território nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Carlos, do Sinergia, retrata a militância ainda jovem, afirma a existência de uma concepção de luta adquirida com o movimento das comunidades eclesiais de base, que alertavam a juventude sobre a importância dessas lutas no campo e na cidade.

> Então, assim, eu não sei, assim, muito de fatos, porque, assim, minha militância, apesar de ser jovem na época, na década de 1980 eu ainda era de menor, mas tinha uma compreensão de luta por sempre participar do movimento da igreja das Comunidades Eclesiais de Base e sempre alertava a juventude para essa luta do campo e a luta da cidade. Eu vim dos grupos da igreja, do grupo eclesial de base, e depois de muito tempo na frente, eu me aproximei do SINERGIA também porque a gente se aproxima daqueles que lutam (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Jaildo, do Sinergia, destaca D. Mário como uma figura notável, lutadora, responsável por incentivar a discussão de temas como a paz, em meio a um contexto de intensas violências diante do quadro social de desigualdades e injustiças sociais. Destaca, no depoimento a seguir, a relevância de participar de passeatas pela paz, se identificando no desejo de continuar nesse lugar de realização da luta.

> Eu tenho um exemplo, uma pessoa que eu sempre admirei. Hoje ele não está mais entre nós, é o bispo D, Mário, ele é um guerreiro, em todas as lutas ele estava presente. Eu lembro que na época final dos anos 1980 e 1990 a gente vivia em Paulo Afonso uma situação de muita violência, Paulo Afonso era uma cidade muito violenta. Lembro que D. Mário começou a fazer um movimento de rua com essa luta, essa bandeira de D. Mário, esse enfrentamento com D. Mário. Comecei a gostar e a participar de passeatas pela paz, e foi um movimento vitorioso, que trouxe resultados. Isso foi o que basicamente motivou, porque chegou uma situação em Paulo Afonso, em 1990, que estava insustentável, estava assustador o nível de violência, a milícia que se instalou em Paulo Afonso na época. E uma das pessoas que fez esta luta, este enfrentamento, foi o bispo na época de D. Mário, e eu sempre tenho D, Mário como exemplo. D. Mário tem ajudado muito, às vezes a gente tá querendo não desistir mais, se apegar no cansaço, dizer não dá mais, e aí a gente lembra de D. Mário, com mais de 70 anos, fazendo a luta, esse enfrentamento com a disposição de um garoto, e com isso faz com que a gente renove a energia (Jaildo – liderança do SINERGIA – 29/09/2021).

Ademar, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Paulo Afonso-BA (SINTRAF), narra que o processo inicial de formação política pela fé cultuada através da Teologia da Libertação não foi fácil, pois não existia conhecimento sobre o que vinha a ser um sindicato. Relata esse processo de formação, os encontros secretos no contexto de ditadura militar em 1979, no ano de fundação, o convite para a representação de diretor, a participação

de Alcides Modesto e a concretização de uma atuação sindical no campo que permanece até o momento atual da pesquisa, com 44 (quarenta e quatro) anos de existência.

> Eu, na verdade, entrei no sindicato sem saber o que era. Eu participava da igreja, dos movimentos bíblicos, e era na época professor, antes ensinava segunda até a quarta série, era em uma sala só, agora está separado, ensinava à noite no MOBRAL, trabalhava na roça também. À tarde ensinava na prefeitura e à noite no chamado MOBRAL. Em 79, Alcides, que era padre, começaram este movimento na comunidade para fundar um sindicato aqui e em Glória. Saía da escola às nove horas, não poderia passar de nove horas, e aí, quando cheguei em frente da igrejinha chamada capela, estava a assembleia e o pessoal disse: 'Olhe,você que vai ser o diretor do sindicato.' E eu disse: 'Agora que o negócio pegou, não sei nem o que é isso.' 'Não tem jeito, procuramos aqui, você é a única pessoa que pode desenrolar alguma coisa.' Depois de um tempo para cá, na escola, casa da criança, no auditório, um medo desgraçado do exército, mas como era a igreja, havia certo respeito, e aí começou, e basicamente o meu professor foi Alcides. E daí para cá de 1979, eu venho participando, na época como presidente, agora é coordenador. E aí saí da presidência e ainda fico ajudando o pessoal com as discussões políticas, fomos continuando, as pessoas ajudando. Ajudo nas discussões políticas, do que está acontecendo (Ademar – liderança do SINTRAF – 04/09/2021).

A liderança do SINTRAF, reafirma sobre a formação política, a adesão de alguns professores no movimento, a igreja católica como linha de frente na organização da luta no território.

> Quando iniciou basicamente a igreja fazia formação política. Pegando por aí, muitos profissionais, professores que estavam na época do movimento apoiavam, se não tivessem apoio dos colegas, se não tivesse apoio de alguns professores, o movimento […] não existia. Nessa época eu acho que existia porque a linha de frente da própria igreja, todas as comunidades ela tinha a sua liderança, se ela precisasse fazer qualquer movimento, nem sempre ela estava lá, mandava fulano de tal participar, a liderança fazer a discussão com aquela comunidade (Ademar – liderança do SINTRAF – 04/09/2021).

A constituição de um processo formativo para a organização da luta e dos enfrentamentos é uma ação da práxis, pois como homens e mulheres, "o seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo […] o quer fazer é teoria e prática. É reflexão e ação" (Freire, 1987, p. 70). Ademar, do SINTRAF, afirma a atuação construída no processo político de formação sindical, não sendo um movimento partidário, mas político. Entende ser necessário realizar o evangelho, não só com a palavra, mas com ações consolidadas com a escuta à comunidade e seus problemas, na tentativa de garantir direitos coletivos.

> Mesmo que não sejam partidários, são movimentos políticos. Aí depende muito do pastor, do bispo que acredita nestas coisas. Tem aquele que pensa que é só rezar, rezar, e que a palavra é a solução, que rezar vai resolver. O padre Alcides Modesto, os cultos que ele fazia na missa, era em cima dos problemas existentes da comunidade, não tinha essa de fazer evangelho só com a palavra, mas voltava para a comunidade e o que as comunidades vão esperar para acontecer, mas tinha que fazer acontecer (Ademar – liderança do SINTRAF – 04/09/2021).

Dionísio, diretor do Polo do Submédio São Francisco, também reconhece a pessoa de Alcides Modesto e a atuação da Igreja Católica no território como iniciante desse processo de alertar a população, mesmo enfrentando um regime ditatorial. Sua fala evidencia uma realidade sofrida pelas vítimas da CHESF, vivenciada "na pele" pelos atingidos da barragem de Itaparica.

> Na época, baseado nos históricos dos acontecimentos dramáticos […] com outras barragens construídas pelos governos, não havia nem um reassentamento, não havia nada disso, simplesmente eles enchiam os lagos e os agricultores cada um que se virasse. Com isso, através de pessoas da igreja católica como, por exemplo, Alcides Modesto, grande iniciante deste processo, passou a alertar os sindicatos nos municípios […] a igreja católica foi a grande pioneira, digamos assim, foi a grande puxadora desta história […] (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2021).

Esse olhar sobre o legado remetido em diversas compreensões apresenta-se como realidade frente às evidências dos protagonistas que promoveram o cenário da práxis da libertação, experienciado em tempos remotos no território Itaparica-BA/PE. Vanaílza, sujeito da pesquisa, aponta a participação do agente popular da Igreja Católica, Alcides Modesto, no fortalecimento da luta do território contra a CHESF. Alerta a população sobre uma realidade em que muitos, por desconhecerem, não acreditavam.

> […] o padre Alcides começou a orientar aquele povo daquele lugar, e a gente quando ia para missa, eu era criança, mas a gente vivenciou tudo isso e aí o padre começava alertar para aquele povo que aquela comunidade iria ser inundada pelo Rio São Francisco, pela barragem, o rio ia inundar aquele lugar tudo e tinha que sair dali. Aí foi um desespero, eu lembro dos meus pais desesperados, sair do lugar deles da beira do rio, onde ele tinha a sobrevivência deles. Para onde eles iriam? (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/02/2021).

Vanaílza[11] relata as consequências da CHESF no povoado onde vivia, destacando a mudança de local provocada pela inundação das barragens em seu povoado, a separação da

[11] O trabalho de campo com as lideranças, sujeitos(as) da pesquisa, levou a escolher Vanaílza ,do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Glória-BA. Entretanto, no diálogo surgiu a necessidade de ouvir Helena (sua mãe) e

família em diferentes lugares, as orientações sobre a organização sindical, a fundação do sindicato em 1979 e as reparações sociais, na triste aceitação de que a família teria que deixar o seu local de origem.

> Toda a preocupação deles [pais] também era a separação da família, um indo para um lugar e outro para outros. O padre sempre orientando a se organizar, porque na época Alcides era padre, ele ficava orientando aquele povo do lugar a se organizar. Eu lembro muito bem essa luta dos meus pais, eu cresci vendo isso. Quando eles se organizaram, foi aí, foi onde fundaram o sindicato dos trabalhadores rurais em 1979, no intuito dessa luta, de lutar para que eles tivessem uma garantia de terra, de alguma coisa quando saísse daquele lugar, já que eles iam sair dali (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/11/2021).

As atuações relacionadas à defesa de direitos de reassentados e à garantia de recursos suficientes para reerguer na vida com as perdas advindas da intervenção da CHESF no território fizeram parte de um processo político de atuação dos agentes da Teologia da Libertação, permitindo uma relação de diálogo e acordos contratuais com os trabalhadores e trabalhadoras atingidos pelas barragens.

> Naquela época foi a pessoa que apareceu no nosso meio para nos orientar, procurar, assim, a gente se organizar, nossas famílias. Quando o padre orientou o pessoal que estavam construindo esta barragem, que eles iam mudar deste lugar, aí eles precisaram se organizar. E aí, quando eles se organizaram, fundaram o sindicato e se organizaram com o povo e foram lá, estava construída essa barragem de Itaparica que hoje chama a barragem de Luiz Gonzaga (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/11/2021).

Helena, outra agente social desta pesquisa, destaca as práticas sacerdotais da Igreja Católica voltadas para os menos favorecidos e contra as injustiças sociais. A realidade difícil enfrentada por esses sujeitos em razão da construção da CHESF levou os atingidos a uma necessidade crescente de organização sindical para se defenderem, como afirma a nossa protagonista dessa história.

> Todas as missas que ele ia celebrar, ele falava: 'Vocês precisam fundar um sindicato para defender o que é seu para não acontecer o que aconteceu com o povo de Sobradinho.' E ele falava, assim, constante, toda missa a homilia dele era essa parte. Ele falava: 'Vocês precisam se organizar para que vocês não sejam jogados nos bancos de areia, debaixo de lona, como aconteceu com

Jorge (seu tio). Todos participam do sindicato, que se mantém, mesmo com dificuldades, até o momento da pesquisa.

> o povo da minha região.' Ele era de Remanso de Sobradinho, e umas pessoas acreditavam, ainda hoje existem pessoas, assim, né, com a cabeça equilibrada, e outros dizia, uns acreditavam e outras pessoas não, e ele sempre insistia. (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Helena fala também sobre a participação da Igreja na formação política de base para a organização sindical. Afirma que os momentos da fé colaboravam também para a percepção da realidade e a formação política que fomentou a existência de vários sindicatos entre o final da década de 1970 e o início da de 1980.

> As pessoas às vezes até fazia mangação do padre. Quando o padre ia chegando o povo falava assim: 'O padre já vem falando em barragens.', achando que aquilo não ia acontecer, era uma brincadeira, e ele sempre insistia: 'Vocês precisam, sim, se organizar, fundar um sindicato para que possam garantir o direito de vocês.' Ele dava muitos exemplos e um deles eu lembro como era engraçado, ele pegava, assim, um monte de fósforo e falava assim: 'Se a gente pegar um monte de palitos de fósforo e a gente tentar quebrar ele, a gente não vai conseguir; agora, se a gente só pegar um, rapidinho ele vai quebrar. Era isso que ele dizia, tem que formar força, se organizar para enfrentar aquela fera que vinha em nossa frente para inundar as nossas terras, tirar aquele direito de nós morar naquela beira de rio. E a gente tinha que garantir a nossa insistência, a nossa sobrevivência de vida. Como era que nós ia viver para criar nossos filhos? E por aí a gente foi se organizando, eu e meu marido. Umas pessoas se empenhou muito nessa luta na época. Como nossas crianças eram pequenas, mas era ele que viajava para as manifestações, aquele momento todo e a gente sempre se empenhou nessa luta (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Outra liderança colabora neste estudo apontando para a existência da práxis libertadoras na atuação da pastoral, representada pela pessoa de Alcides Modesto. E acrescenta a contribuição desse processo na formação dos sindicatos no território, entendido como ações de semeadura ou multiplicação, ou mesmo cultura de participação. O envolvimento dos genitores da narradora, na Igreja e no sindicato, e algumas poucas conquistas diluídas na espera de 32 anos pelo direito a terra para o plantio e a sobrevivência na agricultura familiar, transformaram sua família, e outras envolvidas, em verdadeiras reféns dos descumprimentos da CHESF.

> […] aí eu era criança ainda e vivenciando toda a luta da minha mãe e do meu pai. Eles se envolveram completamente no movimento, e aí meu pai foi para o sindicato e tudo, minha mãe engajada na igreja. A Igreja Católica ajudou muito com o padre Alcides. Ele depois deixou, foi ser deputado e tudo, mas ele sempre ficou nas organizações. Aí eles lutaram, depois veio o sindicato, teve a oportunidade de ter estudo na sede de Glória-BA e a CHESF arcou com toda a responsabilidade de dá transporte, ajuda de custo para a nossa família e terra, mas a terra até hoje eles não conseguiram, ainda estamos lutando até

> hoje, 32 anos depois. Ea mudança foi em 1988, que a gente mudou para a agrovila e aí ficou essa CHESF, que o pessoal sempre comenta, dessa CHESF que nunca cumpriu seu compromisso. Eu acabei chegando no sindicato através de vê a minha mãe lutando, minha mãe organizada, engajada, e eu também fui para este caminho do movimento e hoje estou na diretoria deste sindicato (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/11/2021).

Assim como em Vanaílza, e todas e todos que disponibilizaram suas narrativas, ampliando as memórias de evidências dos efeitos negativos sentidos diante da intervenção da CHESF nos lugares de moradias, de identidade e pertencimento, ficam as marcas simbolizadas nas lembranças. Externalizadas na linguagem narrada, as experiências pontuadas foram vivenciadas "na pele" e assim sentidas, permanecem na história e nas memórias de cada agente social existente no território Itaparica-BA/PE.

É importante pontuar a frequência constante com que Alcides Modesto aparece nas narrativas dos entrevistados como referência de atuação. Assim, o exercício de sua práxis permanecerá no legado da história deste território, na atuação da Teologia da Libertação praticada nas décadas de 1970 a 1990. Esta realidade colaborou para a afirmação de uma cultura de participação no território que se mantém como legado até a atualidade em diversos formatos de associações, movimentos sociais, sindicatos vigentes até o momento.

A seguir apresentaremos análise da narrativa da liderança do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras sem Terra, atuante com articulador político regional no território.

5.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES AGREGADAS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM TERRA (MST) NO TERRITÓRIO DE LUTAS

As invasões europeias nas terras indígenas brasileiras em 1500 foram o marco inicial do processo de subdesenvolvimento e exclusão social neste país, primeiro dos povos originários habitantes deste território, depois da sociedade, ao longo dos anos e até os dias atuais. O legítimo sistema colonial implantou as capitanias hereditárias e estabeleceu o sistema de donatários das terras brasileiras doadas para fidalgos portugueses, favorecendo a constituição da classe proprietária de latifundiários das grandes fazendas no Brasil. Seguindo o modelo colonial europeu de produção escravista, no Brasil a tentativa da escravização indígena resultou em genocídio das nossas etnias, e entre os negros, o tráfico negreiro proporcionou para este país

o consentimento com as relações de extrema violência cometida contra os seres humanos, negros africanos e suas etnias.

É importante registrar que o nome da cidade de Paulo Afonso, referência territorial desta pesquisa, trata-se de uma homenagem ao sesmeiro Paulo Afonso Viveiros, o qual consiste em um representante da estrutura colonial e, assim, das capitanias hereditárias. Recebe de Garcia d'Ávila, "dono" do maior latifúndio do Brasil colonial, uma sesmaria situada à margem esquerda do Rio São Francisco, abrangendo parte das terras atualmente demarcadas como Território Itaparica-BA/PE, área geográfica desta pesquisa.

Diante dessa realidade e tendo em vista a necessidade de consolidar o formato colonial e societal de exploração, a extração dos recursos naturais do território brasileiro seguiu à risca o modelo de colonização implantado, e com isso devastou nossas paisagens naturais, nosso povo originário e nossa dignidade como primeiros habitantes a ocupar esta terra. Corroboramos como Rosa (2012, p. 511) ao afirmar que: "Inicialmente ocupadas por diversos povos indígenas, as terras que constituiriam o território brasileiro foram tomadas pelos colonizadores portugueses, que, ao roubarem a terra daqueles que nela viviam, instauraram o latifúndio como forma social e política."

Alentejano (2012, p. 355) aponta que no Brasil, apesar das inúmeras lutas e revoltas camponesas, resultado da resistência indígena, quilombola e muitas outras, o latifúndio prevaleceu e impôs ao país a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra. Para esse autor, a distribuição de terras no país,

> […] iniciada com o instrumento colonial das sesmarias – que dava aos senhores de terras o direito de exploração econômica das mesmas e poder político de controle sobre o território – e intensificada pela Lei de Terras de 1850 – que transformou a terra em mercadoria e assegurou a continuidade do monopólio privado, ainda que sob outras bases jurídicas –, a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro (Alentejano, 2012, p. 355).

A estrutura fundiária do Brasil se apresenta desfavorável na distribuição equitativa da terra em razão da ausência de uma política de Estado para a reforma agrária popular, e por isso essa problemática é geradora de profundas desigualdades sociais. Dentre milhões de hectares de terras concentradas entre grandes latifundiários, uma parte produtiva é utilizada para a cultura de exportação com o avanço do agronegócio. Esta realidade impacta na sociedade criando abismos sociais para a população do campo, que, desprovida de direitos, convive com a política elitista e desigual na distribuição de terras, mas resiste, provocando grandes conflitos

no campo. Sem terra para plantar nem sobrevivência, os sujeitos expulsos de seus lugares de origens e da possibilidade de sobrevivência na presença legítima do Estado tendem a se constituir posseiros ou ocupantes diante do direito de viver na terra.

Diante dessa realidade de vulnerabilidade, a persistência do trabalhador na terra implica uma vida de sacrifícios, difícil de suportar, pois sem garantias de trabalho, educação, habitação e tantos outros direitos essenciais à existência, viver torna-se uma resistência cotidiana. Esta dura realidade intensifica a miséria social, a insegurança alimentar, o uso desregulado de agrotóxicos nocivos à saúde, bem como o aumento da contingência populacional periférica vulnerável, da fome, do analfabetismo de e tantas outras violências sociais que culminam em uma extrema desigualdade social à brasileira.

Com a negligência do Estado nas políticas de distribuição fundiária, existe um povo que luta para sobreviver no campo; são guerreiros e guerreiras que tentam resistir na histórica desigualdade social vivenciada no Brasil, construindo outros territórios de poder e novas territorialidades agregadoras que visam facilitar o acesso a políticas populares de distribuição da terra e de renda. Esta reexistência, em parte, está implicada também na existência das organizações populares, a exemplo do MST, e significa a conquista de direitos à posse da terra, pois explícita na lei, os sujeitos do referido movimento sem-terra lutam para o cumprimento desse direito voltado ao exercício da sua função social. A ineficiência de políticas de distribuição pelo Estado representa a indiferença aos povos do campo, mesmo diante do que assegura o Cap. III, Art. 184 da carta magna brasileira:

> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (Brasil, 1988, p. 113).

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, o Título II – dos direitos e garantias fundamentais, art. 5, alínea XXII e XXIII – reza que "é garantido o direito de propriedade; A propriedade atenderá a sua função social;" (Brasil, 2016, p. 14). No Brasil há violação desse direito por existir uma grande extensão de terra que não cumpre a sua função social em uma estrutura de Estado classista que favorece grandes latifundiários, permanecendo historicamente proprietários de extensões de terras improdutivas, o que direciona a refletir a existência de descumprimento da lei.

Diante da injusta distribuição de terras, consequência da inexistência de uma reforma agrária popular, a CF no mesmo artigo 5, nas alíneas XVII e XVIII, dispõe que:

> É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (Brasil, 2016, p. 14).

Diante da legitimidade apresentada, é possível afirmar que em razão das disparidades das políticas de divisão agrária, do descumprimento da função social da terra, associado à lei que assegura a liberdade de associar, há a justificativa racional e legal para a existência do MST. Compreender que no campo, onde o Estado não atua, o movimento social precisa aparecer, afasta forças ilegais que podem gerenciar outros poderes de uma dinâmica difícil de conviver.

O MST é um movimento social do campo que tem em vista a distribuição da terra, a consolidação dos territórios produtivos, as políticas de produção agroecológica, o uso social da terra para viver e alimentar o povo, prevalecendo no âmbito do movimento ações com o objetivo da transformação social. Tal processo de intervenção deveria ser garantido pela União, Estados e Municípios, e na ausência de iniciativas políticas governamentais que acolhem e assistem à população, surgem os dispositivos da luta através das práxis dos sujeitos nas associações e movimentos sociais, como territorialidades que auxiliam na construção de espaços sociais de luta, dinamizando, em muitos casos, acesso, segurança e assistência social aos sujeitos. A partir das reflexões sobre a distância do Estado nas demandas da sociedade, Elenaldo Teixeira (2001, p. 24), no debate sobre o Local e o Global, afirma que

> O Estado em crise não consegue dar respostas às demandas da sociedade, sobretudo àquelas dos segmentos mais empobrecidos e dos que sofrem vários tipos de discriminação, aglutinando em torno das suas carências e da defesa de seus direitos. Num processo de reivindicação, expressão e luta, estes constroem suas identidades e autonomia com uma nova maneira de encarar o Estado e de agir coletivamente, expressando aspirações e necessidades.

Diante dessa realidade, o MST se consolidou como um movimento camponês de identidade diversa por reunir pessoas de todas as regiões do Brasil. Suas ações têm contribuído para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país (Fernandes, 2012).

A atuação do MST nas ocupações de terras do latifúndio é vista por uma parcela da sociedade brasileira com discriminação, por atribuir às ocupações realizadas o termo invasão. Essa denominação pejorativa se justifica porque consideram as ocupações práticas ilegais

relacionadas ao direito público da propriedade, emitido pelo Estado. Tendo em vista a capacidade de interpretações de fatos, realidades históricas e a conexão de sentidos desta realidade, o uso do substantivo "ocupação" indica outro cenário.

> Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura 'a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social' (Rosa, 2012, p. 513).

Na continuidade dessa abordagem sobre o MST, a cena é protagonizada através da narrativa da liderança que, inserida na representação desse movimento social do campo, revela a sua origem e atuação no território Itaparica-BA/PE. A respectiva liderança teve sua origem na cultura camponesa e atuava nos grandes latifúndios. No curso de sua história, com a participação no movimento, tem em vista a conquista das próprias condições de vida e da sobrevivência no campo. Eis o que afirma Antônio Marcos, do MST, mais conhecido como Marquinhos do MST:

> […] sou Antônio Marcos, venho de origem camponesa, sou do Baixo Sul da Bahia, precisamente da cidade de Wenceslau Guimarães, onde tem uma cultura muito camponesa do homem do campo. Eu venho de uma família de três irmãos e com muita dificuldade, sempre trabalhando na roça, juntamente com meus pais. Em 1998 eu ingresso nesse movimento, onde a gente saiu desse meio de trabalhar para os grandes latifúndios no sonho de ter nossa própria condições de vida, tirando o nosso sustento dos nossos esforços. Então, a vida no campo sempre foi pra mim uma vivência bem presente [...]. Então, a nossa origem é a origem de pessoas simples e sempre batalhou pra construir uma vida melhor (Marquinhos – liderança do MST – 17/02/2023).

A liderança destaca a sua atuação como articulador político no âmbito organizativo, levando as reivindicações dos acampados e assentados para os órgãos competentes em níveis municipal e estadual, garantindo as diretrizes do movimento. Ressalta também a relação com outros movimentos sociais no Território Itaparica-BA/PE e também no Território Sisal, de sua responsabilidade no acompanhamento regional. É importante se referir à s associações, movimentos, entidades de classe e tantas outras organizações populares de luta por direitos na sociedade, como coletivos incorporados em um cenário social amplo e composto por vários segmentos da sociedade que impulsionam e assim fortalecem esta existência organizativa.

É representativo o reconhecimento da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como organismo da Igreja Católica propositor do fortalecimento das lutas pela terra. A CPT é uma comissão pastoral ecumênica, vinculada a outras linhas de atuação cristã como: a igreja

evangélica de confissão luterana no Brasil, a igreja Anglicana e a igreja Metodista. A CPT atua como apoio institucional à conquista da terra pelos sem-terra, e do ponto de vista do histórico dessa atuação, é importante registrar que "[…] a primeira reunião dos sem-terra convocada por essa comissão, se realizou em Goiânia em 1982. Dois anos mais tarde, surgiu o MST" (Canuto, 2012, p. 132). E, assim, afirmamos a ligação estritamente próxima entre a atuação do cristianismo da libertação na formação e a intensificação dos movimentos sociais do campo e da cidade.

A atuação do MST no Território Itaparica-BA/PE, ou em qualquer outro território onde o movimento se faz presente, representa práticas de redefinição socioespacial que colaboram para a materialidade de outros territórios de poder ocupados e, assim, das territorialidades contra-hegemônicas. Retira a terra como patrimônio do capital latifundiário e redistribue para trabalhadores e trabalhadoras do campo. O movimento preza pelo cumprimento da função social da terra, atuando na produção de alimentos saudáveis através da agroecologia, tendo em vista as garantias na proteção do ambiente a partir de técnicas de manejo menos agressivas, com resultados na saúde da população e na proteção do meio ambiente. Nesse sentido, e em direção a esse diálogo, compreendemos que "O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s)" (Saquet, 2007, p. 163).

Nesse sentido, destacamos que o MST como um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – "como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira" (Fernandes, 2012, p. 498).

Para essa liderança, articulador desse movimento no território Itaparica-BA/PE, o MST proporciona dignidade para as pessoas à margem da sociedade, porque "leva para um terreno produtivo, conquista a terra e estabelece um campo de produção para gerar subsistência para as famílias, pois tira as pessoas que não têm a oportunidade de sustentar suas vidas" (Marquinhos – liderança do MST, Regional Nordeste – 17/02/2023). A referência à dignidade que a liderança cita tem relação com a vida no campo, o trabalho para a sobrevivência, os processos educativos e muitas outras políticas negadas no histórico de negligências das atuações governamentais para o campo.

Para a compreensão dos aspectos da organicidade do MST, a liderança, sujeito da pesquisa, evidencia que

> […] as ações são desenvolvida a partir de um planejamento […] anual que é feito nos encontros estadual. A gente tem todo ano, e a partir desse planejamento nós volta para as regiões e vai desenvolvendo dentro de um calendário de luta. Então, essas ações tanto de formação, tanto no campo da produção, tanto no campo da proteção ao meio ambiente das lutas reivindicatórias, entrega de pautas nos âmbitos municipal e estadual e também em doações solidárias, e assim sucessivamente (Marquinhos – liderança do MST –17/0/2023).

Na historiografia das lutas sociais no Brasil, o campo foi seu palco principal, a exemplo das ligas camponesas. No entanto, no período de 1964 a 1984 a ditadura militar reprimiu e aniquilou os movimentos sociais do campo e da cidade. Com isso, torna-se significativo registrar que o surgimento do MST em 1982 marcou o renascimento dos movimentos camponeses e da redemocratização no Brasil, que se associa às reivindicações pela reforma agrária e ao desenvolvimento do Brasil na perspectiva socialista. Tem como epicentro a ocupação de terras, que se "reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra e multiplicação de espaços de resistência e dos territórios camponeses" (Fernandes, 2012, p. 501). Para esse autor, a atuação do MST tem dimensão em vários setores no âmbito organizativo do movimento, abrangendo: educação, cultura, saúde, formação política, produção e comercialização, contribuindo para o desenvolvimento territorial do Brasil.

O MST possui uma estrutura considerada de totalidade no âmbito do movimento em nível nacional, pois todas as regiões seguem uma única organicidade, todavia, cada regional possui especificidades próprias, diferenças culturais peculiares e maneiras diferenciadas de atuar. Nossa liderança explica detalhadamente esta organicidade:

> [...] sobre essa questão da organicidade, o nosso movimento, principalmente porque o MST, ele tem uma organicidade, como é que se diz, universal. Nós temos um princípio que pode ser no Rio Grande do Sul, pode ser no Paraná, pode ser em Sergipe, pode ser em qualquer estado do Brasil, é único, a metodologia de colocar esses princípio que às vezes as pessoas coloca diferente, mas os nossos aqui, nós trabalha com coordenações, principalmente quando a gente ocupa a terra. A gente faz a formação de grupo de família através desse grupo de família. Tem uma coordenação em cada 10 grupos de família, 10 famílias, tem um coordenador de grupo dentro de uma comunidade que a gente chama que é um acampamento, pode ser de 10, de 20, de 30 ou 40 pessoas, tem um coordenador de assentamento para reunir aquelas famílias. Nós se organiza aqui através de regional e brigadas, hoje a Regional Nordeste [...] que tem hoje um território aqui que pega quatro território da identidade. Itaparica, Nordeste II, Sisal, que pega Serrinha pra cima, onde a gente tem aí a responsabilidade de coordenar. Temos três brigadas, onde tem um coordenador estadual que é o, aqui precisamente a gente tem 2 aqui em Paulo Afonso que pega essa região toda. E tem o dirigente político, e que sou eu que ajuda nessa questão de pauta do governo do Estado, dialoga com os prefeitos, com os outros movimentos sociais. Nós temos dois dirigentes nacional que

> pega toda a demanda nacional e a gente traz as informações do estado [...]. Hoje na Bahia tem 96 integrantes do estado, que tem 12 dirigentes regionais que a gente alinha aí as políticas de desenvolvimento dos assentamentos. Então, o nosso movimento é um movimento político-ideológico, mas sim com decisões coletivas. Então, não são dois ou três que mandam. A gente chama que manda no MST, mas, sim, a gente tem um coletivo de mulheres e homens que, sim, sempre está engajado na organicidade das áreas de assentamento e acampamento (Marquinhos – liderança do MST – 17/0/2023).

Entre regionais em nível estadual, os acampamentos e assentamentos organizados, as brigadas, coordenações estaduais e dirigentes regionais, nacional e uma ampla militância, o MST possui uma atuação orgânica na sociedade para, segundo nosso sujeito, "mobilizar e contrapor este sistema que está dado na sociedade Brasileira e também no mundo, […] em que os grandes têm muitos e os pequenos […] em maioria têm a menor condições de ter o sustento da sua família […] (Marquinhos – liderança do MST – 17/0/2023). A ideia de contrapor a sociedade que oprime e exclui é um ponto forte no movimento, que tem em vista ações específicas no âmbito das regionais e também na sociedade, como entrega de cesta básica, a questão ambiental, o foco na agroecologia e muito mais.

As diferenças existentes entre acampamento e assentamento, em sentido geral, são conceituadas como vínculos orgânicos constituídos para impulsionar a luta pela terra/habitação no Brasil, a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Estes conceitos fazem parte dos territórios de enfrentamentos do movimento e as ações são desenvolvidas para superar o problema social da moradia e da sobrevivência de sujeitos excluídos de direito à existência. Esta organicidade "pressupõe não apenas o ingresso a uma luta, mas o potencial de rompimento com uma posição passiva frente à situação de pobreza e marginalização vivida pelos sem-terra" (Gasparin; Witcel; Santos, 2021, p. 25).

Os aspectos práticos e políticos destacados na atuação do MST são vários, desde estabelecer moradia e iniciar a plantação até vivenciar momentos de rupturas dos indivíduos que dele participam; enfrenta coletivamente difíceis condições nos barracos de lona preta nas beiras das estradas e/ou na ocupação dos latifúndios improdutivos, diante da injusta divisão agrária, historicamente consolidada neste país.

De acampamento para assentamento há um processo político constante relacionado à simbologia e à prática implicadas em romper as cercas do latifúndio para ocupar a terra, na tentativa de fazer a luta por transformações sociais, mudanças no sistema e nas relações estabelecidas entre sujeitos e sociedades. Do ponto de vista da legitimidade de assentados, aguardam a liberação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que, normalmente, pode levar muitos anos:

> O acampamento é reconhecidamente um espaço privilegiado de formação dos futuros assentados de projeção de como será o assentamento, partindo da organização da produção e chegando aos aspectos sociais, de moradia, na educação, da organização dos espaços comunitários (Gasparin; Witcel; Santos, 2021, p. 25).

A referência desses autores ao processo inicial de ocupação denominado acampamento tem o caráter formativo, construído como espaço privilegiado de preparar as lideranças, de qualificá-las para as diferentes tarefas que terá de conduzir. Os assentamentos são resultado das conquistas de luta no acampamento, com as ocupações de terra realizadas para produzir o alimento da agricultura familiar. Tem em vista as orientações das jornadas educativas nos encontros regionais, estaduais e nacional, as mobilizações que geram pressões políticas para que se atenda a pauta dos sem-terra, a partir da legalização da posse da terra.

Assim entendemos, a partir das andanças da autora nesse movimento, que essa organicidade atende ao aspecto formal do movimento, mas as relações políticas internas estabelecidas são vivenciadas localmente pelos integrantes em cada regional. São trabalhadores e trabalhadoras, os filhos destes, simpatizantes do campo acadêmico que se juntam como militantes para trabalhar colaborativamente em apoio ao movimento. Essas relações existentes e vivenciadas como experiências auxiliam nos conhecimentos sobre o movimento e ao mesmo tempo ampliam os sentimentos de participação e pertencimento coletivo solidário experienciados entre conflitos e contradições internas. Entre o bom e o ruim, o alerta é que o movimento social, este e muitos outros, não pode se fundamentar na perspectiva de consolidar práticas que não se agregam à proposta ideológica de construção coletiva, dialógica e popular, pois, como em toda construção em grupo, não podemos nos valer de autoritarismos e de imposições, mas de sentimentos pautados na sensibilidade incansável com as questões sociais e políticas que envolvem as condições do viver de cada um.

Necessário prevalecerem ações implicadas em auxiliar a sustentabilidade do povo que sofre cotidianamente as ausências do alimento que sustenta a vida, da educação que forma sujeitos conscientes para lutar contra este sistema opressor. Em sentido geral, há preocupações no processo de atuação e práticas das lideranças do ponto de vista das subjetividades, principalmente as grandes lideranças, que estão no topo da representação. Para estas, as contradições sempre irão existir, todavia precisam ser as menores possíveis. Não se pode reservar a oferecer banquete aos grandes e reduzir o alimento para aqueles e aquelas que não têm o que comer; profetizar a agroecologia e consumir cotidianamente o alimento do agronegócio; plantar em abundância e não alimentar os “nossos” que mais precisam; manter

relações de trabalho remunerado para quem não é orgânico no movimento; e não garantir a sobrevivência com a remuneração digna da militância que trabalha aguerrida e presente. As implicações destas tristes contradições estão na subjetividade de algumas lideranças que atuam com o diálogo contrário ao sistema capitalista, mas reproduzem similarmente as opressões nas práticas que conduzem.

5.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: UMA ANÁLISE DO SINDICALISMO NA CIDADE E NO CAMPO NO TERRITÓRIO ITAPARICA-BA/PE

No contexto histórico da cultura de participação, os territórios de lutas e enfrentamentos, no campo e na cidade, apresentam-se como uma realidade complexa e multifacetada em diferentes formas e atuações organizacionais, fundamentada na educação popular, e apoiam-se em princípios dialógicos e coletivos de lutas de classe.

Para analisar o contexto histórico dos movimentos sindicais no Território Itaparica-BA/PE, tanto no campo quanto na cidade, é relevante apresentar uma linha do tempo que evidencia fatos, datas e realidades nas quais, em determinado momento, o diálogo tem sentido de mostrar avanços substanciais das organizações populares, em particular dos sindicatos no país. As organizações populares na sociedade se territorializam na defesa de pautas contra as opressões, exclusões, violências, autoritarismos e tantas outras mazelas do sistema, relacionando-se às estruturas históricas consolidadas que permitem legitimidade das desigualdades sociais. São iniciativas que colaboram para desmistificar as condições de naturalização em que são tratadas as questões de classe, gênero, etnia e suas interseccionalidades, tendo em vista a manutenção e permanência das relações de dominação.

A realidade da desigualdade social, ao provocar disparidades de condições humanas, concede privilégio de classe a uma elite mantida no poder através das relações subumanas de trabalho, de gênero e etnia, os espoliados do sistema. Diante da legalidade do modelo desigual e do sofrimento humano, a formação e a intensificação das territorialidades das organizações e coletivos populares em vários formatos (movimentos sociais, sindicatos, frentes populares, associações diversas, polos, federações) ganham relevância para a existência humana na conquista de direitos fundamentais à vida. Essas entidades e grupos de indivíduos possuem legitimidade no âmbito educacional/pedagógico, político e cultural no contexto social e muitas vezes colaboram para a construção da dinâmica territorial, tanto material quanto imaterial.

O Brasil se caracterizou historicamente pela concentração de riquezas produzidas e boa parte dessas riquezas estão distribuídas desigualmente, sendo que a questão agrária, com a

distribuição de terras, atende a essa dimensão desigual. Diante da formação colonial com as capitanias hereditárias e a posterior doação de sesmarias pela Coroa portuguesa, a propriedade da terra encontra-se ainda concentrada entre grandes latifundiários e com isso constata-se que

> […] a questão agrária desde muito cedo esteve no centro das lutas de emancipação no Brasil, fossem elas abolicionistas, republicanas ou separatistas, e atravessou os séculos até os dias atuais – como é o caso de movimentos tão díspares e importantes quanto a Revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem ou a Revolta de Canudos, e que redundaram em organizações como as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) ou o antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), já no século XX, interrompidas pelo Golpe de 1964 (Garcia 2012, p. 460).

Historicamente, a presença do anarco-sindicalismo trazido pelos imigrantes italianos no trabalho assalariado no Brasil, mais tarde a constituição sindical do Estado Novo e o chamado "novo sindicalismo" na complexa redemocratização do país, foram acontecimentos que marcaram a política das organizações de classe, do ponto de vista da sua constituição, revelando primeiramente como patronal, uma extensão do Estado ou da empresa.

No breve histórico de parte das lutas sociais instituídas na sociedade brasileira como contextualização das revoltas populares ocorridas no Brasil no período regencial, destacamos, entre guerras e rebeliões, os primeiros conflitos de indígenas e negros, as organizações em quilombos Depois as revoltas populares com: as guerras dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas, em 1835-1840; a Balaiada no Maranhão, em 1838-1841; a revolta dos Malês na Bahia, em 1835; os cangaceiros e fanáticos e tantos outros não citados (Andrade, 2000). Também as organizações de classe pós-Anos 30 no Brasil, e com isso todos os formatos de resistência são marcas de territorialidades registradas na historiografia das lutas, dos enfrentamentos, identificando-se com uma cultura de "[…] participação cidadã, organização da sociedade civil, esfera pública e poder local, e efetiva inserção na realidade […]" (Teixeira, 2001, p. 19).

Por outro lado, a origem dos sindicatos, de uma forma geral, tem relação com o processo de industrialização, consolidação do capitalismo no mundo e a formação da classe trabalhadora assalariada vivendo precárias condições de vida em intensas jornadas de trabalho. O Brasil viveu sua industrialização tardia em relação a outros países capitalistas, no entanto, com a "abolição da escravatura" e a vinda de imigrantes da Europa, forma-se um proletariado agrário e a transposição da ideia pioneira de organização de classe na cidade e no campo.

A mobilização do sindicalismo rural brasileiro foi impulsionada por estruturas partidárias de esquerda, com o envolvimento direto de alguns setores da Igreja Católica. As

ligas camponesas representaram um levante que deu fundamentos à formação de uma resistência, na época. O destaque é para o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, realizado em Itabuna-BA, em maio de 1962, que contribuiu para o reconhecimento dos 22 primeiros sindicatos dos trabalhadores. Este reconhecimento era resultado de mobilização política entre 1955 e 1964 e "houve um despertar geral da consciência nacional da necessidade de reforma agrária, e conquistou-se a extensão dos direitos trabalhistas para a área rural por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei n. 4.214, promulgada em 2 de março de 1963" (Nascimento, 2010, p. 25).

Assim, no sindicalismo dos trabalhadores rurais há legitimidade de alguns sindicatos na década de 1930, muitas iniciativas conseguiram sobreviver ao clima do anticomunismo no Brasil durante a ditadura Vargas. No entanto, no período desenvolvimentista de Kubitschek, retomaram as tentativas de mobilização do campo com as Ligas Camponesas impulsionadas pela Igreja Católica, tendo em vista a proteção do trabalho no campo e a reforma agrária. Somente no início dos anos 1960 é regulamentado o direito à sindicalização da categoria, numa conjuntura emergente de protagonismo de outros atores e atrizes, lideranças da cena política (Medeiros, 2008).

O destaque de legitimidade favorável ao(à) trabalhador(a) do campo foi o Estatuto do Trabalhador Rural (02/03/1963), interrompido após o país passar por uma ditadura militar que se inicia em 1964 e com ela a repressão aos partidos e movimentos sociais do campo e da cidade. As repressões destinadas a provocar o falecimento das organizações populares do povo em luta eram constantes e as condições legais, inviabilizadas nesta época.

Um fato inusitado que merece destaque foi a implantação, nesse mesmo ano de 1964, do sistema de confederação nacional e federações estaduais. Registra-se que a presença da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e as FETAGs, Federações dos Trabalhadores da Agricultura, mesmo inicialmente blindadas com a estrutura militar, representaram, tempos depois, forças políticas globais e locais implicadas no fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos. Assim, evidenciamos na historiografia a corroboração de partidos e da Igreja Católica como agentes de intermediação da organização dos trabalhadores do campo e da cidade.

> O Partido Comunista Brasileiro (PCB), diferentes vertentes da Igreja Católica, Ação Popular (AP), Ligas Camponesas –, elas concorriam pelo controle dos sindicatos, de forma a obter a direção das federações, e da confederação nacional que seria criada posteriormente (Nascimento, 2010, p. 25).

A tendência de organização de abrangência global e local instituída inicialmente na abordagem federativa e no surgimento da confederação nacional em 1964, ainda no governo de João Goulart, representou o exercício de uma organicidade instaurada como modelo de atuação de organizações populares: movimentos sociais do campo e da cidade, sindicais, entidades religiosas, gestão educacional e muitos outros organismos instituídos como conselhos e fóruns. O formato organizacional a que estamos referindo prevalece nas organizações populares e está implicado na existência de instâncias de comunicação em níveis nacional e estaduais. Este modelo engessado determina a atuação nas pautas políticas nesses âmbitos e instrumentaliza o alcance nas pautas internas e externas da geopolítica dos enfrentamentos.

O modelo federativo presente na organização dos Estados, consolidado na perspectiva sindical, está presente nas intenções associativistas dos(as) trabalhadores(as) deste país. Bobbio (2008) conceitua federação como constituição de um regime de união de estados que se funda no voto. O Estado (União) se organiza em estruturas federativas e assim distribui poderes em outras instâncias (estados e municípios). As frentes sindicais rurais se consolidam neste modelo, com a presença da CONTAG como instância nacional e das FETAGs estaduais, tendo as organizações populares dessa tipologia sindical como expressão local. Outro exemplo é o movimento docente da Educação Superior, no qual o ANDES, Sindicato nacional, tem extensões federativas estaduais e locais (seções sindicais). O MST também possui inspirações organizativas nas instâncias nacional, estadual (regionais) e local.

No entanto, em sentido genérico, a federalização pode representar a tentativa de junção de organizações populares com a mesma tipologia de luta, atuando no fortalecimento coletivo, com impactos nas pautas enfrentadas, consolidando uma estrutura mobilizatória de grandes proporções e alcance.

A história da consolidação das organizações populares, passando pela repressão do regime militar em 1964, representou a extinção de muitas outras que passaram a viver na clandestinidade. A repressão e a censura limitavam a liberdade de resistência e algumas passaram a se submeter à intervenção do governo Federal "[…] nos sindicatos dos trabalhadores rurais, incluindo as federações estaduais e a própria CONTAG" (Nascimento, 2012, p. 25).

> […] após as diversas categorias de trabalhadores rurais anteriormente separadas, em sindicatos distintos, de pequenos agricultores, posseiros, meeiros e rendeiros, foram agrupadas sob o governo militar, dentro de uma única categoria, a de trabalhadores rurais, para propósito de enquadramento sindical (Nascimento, 2010, p. 25).

Essa restrição impactou na quantidade e diversidade de organizações sindicais possíveis de existir do ponto de vista legal, provocando a sua extinção, mas não a luta e a participação que permaneceram nos bastidores do regime militar. Apenas uma federação poderia existir, sendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) mantida como representante nacional dos trabalhadores rurais. Esta estratégia do aparato estatal repressor no contexto militar, de federar os sindicatos, consistiu em uma forma de repressão às organizações que contrariavam o regime estabelecido e se encontra presente direta ou indiretamente na organicidade de muitas organizações populares. Outras realidades apareciam neste contexto, como: "membros das diretorias dos sindicatos estavam ligados aos militares e aos latifundiários […]" (Nascimento, 2010, p. 25).

Nesse cenário, o Estado de Pernambuco foi protagonista na ascensão do sindicalismo de trabalhadores(as) rurais, a partir da reativação dos movimentos sociais camponeses, mesmo na repressão militar. Fatores como a reação independente dos trabalhadores da cana, com greves organizadas pela FETAPE, reivindicando o acordo salarial de 1965, o do Estatuto dos Trabalhadores Rurais e o envolvimento da Igreja Católica marcam este contexto (Nascimento, 2010).

Segundo esse autor, com o fracasso da greve, a FETAPE reforçou o programa educacional, que consistia em formar lideranças locais sobre leis específicas de interesse dos trabalhadores rurais, tais como as leis de terra, direitos civil e trabalhista, e sobre a organização política social brasileira.

Para Nascimento (2010), a proposta de um programa educativo desenvolvido na Federação dos Sindicatos de Pernambuco como mecanismo de formação de lideranças foi incorporada na CONTAG, após ter rompido como a política de acomodação com o governo militar. Este rompimento está fundamentado nas intensas mobilizações populares que aconteceram mundialmente no ano de 1968, e duramente sufocadas pelo AI-5 no Brasil. O referido período tem como marco inicial as eleições desta confederação, vencidas pela liderança da FETAPE, encabeçada por José Francisco da Silva. A nova gestão da CONTAG é, assim, "[…] representada por líderes rurais nordestinos, preocupados com o aumento da violência contra os trabalhadores rurais, em diversos estados brasileiros" (Nascimento, 2010, p. 27).

A influência da FETAPE na gestão da CONTAG provoca a implantação do programa educativo. Assim, "[…] a proposta foi aprovada pela assembleia realizada em Araruama, no Rio de Janeiro em 1968 (Silva, 1991) e "[...] a CONTAG investiu uma quantidade considerável de recursos […] na capacitação dos funcionários e suas afiliadas […]" (Nascimento, 2010, p. 27).

Muitos acontecimentos peculiares desse período impactaram em mudanças no cenário da organização federativa que Nascimento (2010) retrata, e não podemos deixar de mencioná-los. A crise institucional nos anos 1970, consumada em 1972, a destituição sumária da diretoria da FETAG, elegendo uma nova diretoria com manutenção de velhas práticas, mas com "[…] uma nova identidade […] voltado para a defesa dos trabalhadores rurais, […] caracterizado por um programa social e pela descentralização da assistência jurídica" (Nascimento, 2010, p. 27). A partir de 1972, há mudanças no relacionamento do sindicalismo com suas bases, pois os conflitos com os trabalhadores rurais se espalhavam e intensificavam cada vez mais:

> […] foram eleitas algumas áreas, durante os encontros regionais realizados no final de 1973, como prioritárias para intensificar-se a atuação dos sindicatos e da FETAG a partir de 1974. A primeira delas foi o Oeste do estado, a segunda foi a região do Submédio São Francisco e a terceira foi a região produtora do sisal (Nascimento, 2010, p. 27).

A escolha dessas áreas foi feita conforme os dados dos dirigentes sindicais nos encontros regionais realizados no ano de 1972. A partir deles veio a informação de que

> [...] trabalhadores rurais estavam sendo despejados de suas terras pela companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para a construção da barragem do Sobradinho, como parte do programa nacional de produção de energia elétrica. Uma grande proporção destas pessoas não recebeu qualquer indenização pela perda das terras onde moravam e plantavam, uma vez que eram consideradas de propriedade estatal, a despeito de terem sido ocupadas por elas por muito tempo, passando de geração a geração (Nascimento, 2010, p. 31).

Para esse autor, tais informações alcançaram a opinião pública através dos meios de comunicação da época, chegando ao Poder Executivo, no sentido de cobrar medidas para a reparação. Assessorias regionais foram organizadas para assegurar a organização administrativa dos sindicatos segundo o plano de ação concebido no início de 1973. Novos encontros foram organizados pela federação regional e em cada momento desses os dirigentes levantavam ideias para facilitar o planejamento e a atuação das ações propostas no plano de 1974. E

> [...] quatro delas foram apontadas como prioridade: a primeira relacionada ao programa educacional; a segunda, a situação patrimonial da FETAG; a terceira, assistência jurídica e contábil; E a quarta, assistência previdenciária […]. A descentralização das assessorias contábeis e jurídicas, por sua vez, foram os objetivos mais difíceis de serem realizados. Todavia, conseguiu - se

> no início, instalar 22 assessorias regionais que mais tarde consolidarão se algumas delas em polos sindicais (Nascimento, 2010, p. 33-34).

Essa discussão remete ao entendimento do processo de contextualização das lutas locais, do ponto de vista da representação política, as agregações ideológicas e de poder que permitiram seu surgimento, consolidação e intensificação no território Itaparica-BA/PE. As referências do contexto apontado identificam uma estrutura de acontecimentos ocorridos que respaldam o surgimento das organizações populares neste estudo, a saber: SINTRAF, Polo do Submédio São Francisco, Sindicatos dos trabalhadores de Glória-BA e SINERGIA, implantadas no ano de 1979.

A década de 1980 foi representativa de acontecimentos que impactaram no desenho societal brasileiro, marcado profundamente pelas relações de dominação eurocêntrica e pela herança colonial escravocrata. Foi uma era propícia à manifestação e organização da sociedade de trabalhadoras e trabalhadores em suas classes de lutas, surgindo assim várias associações de todos os tipos, sindicatos, movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST, em 1982. Este capital social protagonizado deixou legados que permanecem vivos na história brasileira como característica da cultura.

As lutas sociais e a cultura de participação no território Itaparica-BA/PE tem caráter histórico, memória de representação e de consolidação da cultura de resistência existentes e presentes no tempo, como legado social simbólico e relevante para a história do território. Para a concepção de cultura, diante da recorrência e pertinência dessa acepção neste estudo, entendemos como

> […] todos os conhecimentos adquiridos oriundos de uma criação social e implicados no uso individual, e transmitidos por uma tradição: a linguagem, as técnicas, as artes, as atitudes e crenças religiosas ou filosóficas, na medida em que estas diversas funções estão incluídas na herança social dos indivíduos que vivem numa sociedade particular […] (Ricoeur, 2010, p. 322).

Não por acaso, a cultura de participação e o engajamento na resistência contra o sistema são iniciativas orgânicas de conhecimentos adquiridos historicamente como uma criação social, resultado de implicações participativas individual e coletiva incluídas na herança social dos sujeitos e sociedades, a partir da gestão do papel de lideranças de organizações populares diante do enfrentamento em diversas lutas realizadas, datada desde o momento em que a vida humana se constituiu em grupo.

A cultura são marcas e marcos históricos integrados, que simbolizam as vivências e territorialidades coletivas, resultado da inter-relação que se estabelece entre o local e o global, o sujeito e a sociedade. Este debate reforça a intenção de afirmar a existência de uma cultura da participação, mobilização e constituição de territórios de resistências como legado registrado dos sujeitos, contra o sistema dominante e de exclusão social. Com isso, os ícones construídos no protagonismo das lideranças, a partir dos enfrentamentos realizados, consolida um memorial dessas lutas e representam a cultura de participação no território. Têm caráter político, ideológico e educativo e colaboram para a afirmação da história e das territorialidades no campo da existência social.

Na sequência, apresentaremos as narrativas de origens das lideranças, e com elas o diálogo sobre as expressões de territorialidades das organizações populares, no formato sindical, como territórios de lutas e enfrentamentos no campo e na cidade. Neste bloco estão o SINTRAF, o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA, o Polo Sindical e a APLB.

5.4.1 Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura familiar de Paulo Afonso (SINTRAF)

Na história do território Itaparica-BA/PE, o SINTRAF, fundado no ano de 1979, tem acima de 1.000 associados. Com sede e funcionamento nesta cidade de Paulo Afonso-BA, atua assegurando direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo em relação à aposentadoria, licença maternidade e demais políticas que asseguram a proteção da classe trabalhadora no campo. Sua estrutura administrativa em funcionamento mantém atendimentos aos sujeitos do campo que precisam recorrer a direitos trabalhistas.

Nesse sentido, apresentaremos as narrativas de origem de duas lideranças atuantes da referida organização popular, intercalando na discussão a compreensão de território, de territorialidades e da desterritorialização. Com estas narrativas, registramos as simbologias existenciais e representativas associadas à caminhada como camponeses e na expressão do campesinato. Verifica-se nesses sujeitos elevado pertencimento, valorização e identificação com o lugar de origem, com efeito, do território de existência, que consiste em "ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação" (Saquet, 2007, p. 110).

A liderança do SINTRAF narra a história do seu lugar de origem, pertencimento e atuação no trabalho na roça como uma realidade em que se evidencia o percurso de sobrevivência como agricultor. Na vivência das relações familiares, o trabalho na agricultura, realizado no âmbito da interação de um arranjo familiar numeroso, foi a garantia do sustento da

família, e neste contexto descreve o trabalho infantil, bem como a definição do papel da mulher como cuidadora dos filhos e responsável pelos trabalhos domésticos.

> A minha história, para começar eu nasci e criei dentro da roça [...], vim de uma família [...] de 15 irmãos. Filho de pai e mãe, os mesmos, né, e assim, sempre fui agricultor desde este período, dessa época, né. Eu nasci em 61, e nos anos 60 pra cá, hoje já está mais mudado, mas naquela época nós criança já ia para a roça antes de começar a caminhar, a gente já ia para roça. Minha mãe botava um jeguinho, botava um no caçuá, outro no outro, um na cangaia e ela ia puxando na frente. O meu pai já estava lá, amanhecia o dia, a primeira coisa meu pai já ia para roça, mãe ficava preparando o nosso café (Edésio – liderança do SINTRAF – 21/07/2021).

A construção social do espaço e do lugar de origem, evidenciada nos sentimentos de pertencimento da roça onde nasceu e cresceu, é um destaque que marca o curso da existência dessa liderança, que não vivenciou outra profissão a não ser a de agricultor, a partir da experiência precoce no trabalho, ainda na infância, realizado para ajudar seus pais na agricultura familiar. Posto isso, o lugar de origem, o espaço de vivências, a construção das experiências de vida e das identidades consolidam-se como o percurso de uma caminhada de sobrevivência no território, pautadas nas relações sociais que se projetam como espaço de luta pela sobrevivência socioeconômica. A afirmação "a minha história, para começar, eu nasci e criei dentro da roça" mostra a roça como lugar de identidade incorporada na materialidade do espaço de vivências sociais.

As concepções de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra, pois a segurança e a estabilidade, como expressões de sentidos vividos no lugar, ampliam a concepção de espaço "[…] como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar" (Tuan, 2013, p. 14).

O espaço construído a partir do pertencimento a lugares de identidades se consolida com a satisfação das necessidades materiais e espirituais, individuais e coletivas, daí a importância da luta na defesa dessas necessidades negadas. Contudo, diante das políticas que reforçam o processo histórico de exploração dos recursos naturais voltados para o capital, a exemplo desse território, com a construção das hidroelétricas, bem como a espoliação do trabalho humano no campo e na cidade, o espaço se volta a atender o ideário capitalista industrial, agroexportador e urbanocêntrico.

Ao conceituar as categorias, reunimos afirmações pertinentes, porém a possibilidade de refletir o contraditório do conceito também se torna relevante para entender as arestas do próprio conceito. Dito isso, compreendemos por lugar um espaço fixo ou não de vivências

interativas, pertencimento individual e coletivo e de construção de identidades, resultado do processo de sociabilidades entre os sujeitos no meio social. Na contradição do conceito, com as consequências do sistema capitalista e o desenvolvimento das grandes cidades, o espaço perde a perspectiva de se consolidar como um lugar de existência afirmativa e aproximativa e se vivenciam lugares vazios de interação, alteridade e construção de identidade. Sobre os não lugares, definimos como:

> Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados as favelas destinadas aos desempregados à perenidade que apodrece) onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, onde o frequentador das grandes superficies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio 'em surdina' um mundo assim prometido à individualidade solitária à passagem ao provisório e ao efêmero […] (Augé, 1994, p. 73-74, grifo do autor).

Em um espaço composto de pessoas, mas vazio de existências, não há interação com a alteridade de pertencer, solidarizar e identificar como lugar de vivências e experiências dos sujeitos entre si. No espaço vazio de pertencimento se vivencia o abandono das existências coletivas, aquelas que se aproximam pela solidariedade, pelo pertencimento, pela identidade. Um desterritório de sujeitos na desumanidade capitalista. Corroboramos com a compreensão de que "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar" (Augé, 1994, p. 73). Quantos não lugares existem nos lugares que interagimos? Eis uma indagação sem respostas precisas, apenas para refletir o nosso estar no mundo.

Na referência de lugar consolida-se um processo de territorialidade diante dos sentimentos de pertencimento e identificação vivenciados no percurso da história do sujeito. O espaço se fixa com a construção de territórios de vivências e experiências políticas diversas e plurais, como: território educativo, religioso, econômico, político, de luta e tantos outros que representam os estágios das interações humanas consolidadas no tempo de existir de forma singular e plural. Entendemos que os territórios se tornam práticas passageiras de sujeitos que transitam, atuam e reconstroem coletivamente as ações de territorialidades participativas, insurgentes e integradoras de processos espaço-temporais. O território é o resultado das multiterritorialidades que se relacionam coletivamente e formam espaços fixos, construídos e pertencidos.

Seguiremos com as narrativas dos sujeitos desta pesquisa com a categorização de lugar, espaço, território e as variações que se relacionam entre elas, concretizando interpretações conceituais importantes para este estudo.

O lugar que a nossa liderança pontua como de origem é representativo de pertencimento, cheio de encontros de existências, de identidades territoriais que se aproximam pela solidariedade e interação com a luta por direitos. A liderança do SINTRAF de Paulo Afonso explica a seguir como ocorreu a condução de um processo formativo de participação que se iniciou na Igreja Católica, à época, com a prática evangélica, viabilizando a formação de lideranças dispostas a juntarem ideias e organizar ações voltadas a atender uma demanda da classe de trabalhadores(as) do campo. Na voz do nosso sujeito:

> Hoje, ainda não é o necessário que a comunidade devia estar cobrando, mas já existe, porque desse período pra cá, então, foi criado a liderança, uma liderança foi criada dentro da Igreja Católica. A igreja tem muita participação com tudo isso que […] estou falando, igreja das associações. Foi criado o sindicato junto da igreja, aí começou um trabalho de base. Por exemplo, as nossas questões lá na nossa comunidade, como acabei de falar, [...] esse ensino dos jovens foi criado através do grupo de jovens que começaram a fazer parte da igreja, Alcides, D. Mário. A gente tinha, […] por ano, três eventos dados pela igreja lá no centro comunitário de Glória. Toda a área rural, os jovens da área rural tinham esta participação, a gente juntava duas ou três vezes por ano. Estávamos lá fazendo um trabalho bíblico de igreja, mas de luta de direitos que a gente tinha que começar a cobrar […] (Edésio – liderança do SINTRAF – 21/07/2021).

Com isso, compreendemos e por vezes defendemos a existência de dispositivos institucionais ou outras formas de organicidades restritas aos territórios de luta, que dialogam com as práticas coletivas, participativas e populares. Esta participação na construção de espaços de luta se estende como segmento da vida na sociedade e tem em vista a inserção de sujeitos como representantes do processo político-administrativo/público, conectado com a possibilidade de luta por direitos, na tentativa de superação das problemáticas sociais (Teixeira, 2001).

Observamos, na análise da liderança do SINTRAF, o exercício do evangelho da libertação popular, agregando fé e formação política de classe construídas no reconhecimento identitário como categoria de luta por direitos a ter direitos, e esse contexto estrutural colaborou para viabilizar muitas iniciativas orgânicas de participação coletiva. A contribuição da liderança evidencia essa estrutura de participação e engajamento.

> Como a gente fazia parte da igreja, né, e a coisa veio ali dos padres, e a gente dava tempo como participante do grupo de jovens da igreja, essas coisas [...]. Então foi aí que os próprios padres da época, tanto padre Alcides como D, Mário, na própria liturgia deles eles dizia o que deveria fazer, que não era só colocar a bíblia debaixo do braço e dizer amém, a gente precisava fazer ação. E aí foi onde tocou em cada um de nós, para a gente começar fazer ação, tentar uma forma de melhorar sobre nós, termos os direitos. Somos agricultor? Somos. Moramos na zona rural? Moramos. Se a cidade tinha já alguns direito, por que nós do campo não tem? Aí foi a motivação da gente criar o sindicato, as associações foi motivado dessa forma, foi vindo dessa forma. Na época de Alcides e D. Mário, a missa era um mínimo, quando tinha uma missa ele chegava de manhã e durante o dia fazia tarefas com jovens, com casais, com adultos, não era só como hoje, rezar a missa. A missa era na comunidade, faziam o almoço para eles, ficavam o dia todo ali fazendo discussões com o que estava acontecendo. Não discussões de partido, não de política partidária, mas discussões políticas do país, dos governos, como as pessoas nas eleições vão participar, colocando os prós e os contra as pessoas começaram a raciocinar. Era completamente diferente […] puxado pela própria igreja, tinha movimentos da juventude, de casais, pastoral da criança, pastoral da terra. Na época, a discussão sobre a questão de grilagem, na época, em todo o país os fazendeiros tomavam a terra dos agricultores, dos pequenos da agricultura familiar. Então tinha a Pastoral da Terra na época, que tem enfrentado muitas lutas contra a grilagem dos fazendeiros agricultores perto do Juá, Macururé e Chorrochó. Toda essa região aqui a gente fazia a discussão e aí com Alcides, quando fazia o movimento no sindicato, daqui de Paulo Afonso até Juazeiro da Bahia, toda essa região aqui era feita reunião (Edésio – liderança do SINTRAF – 21/07/2021).

A liderança faz referência às discussões políticas realizadas como participante da igreja, aos problemas sociais do campo, a exemplo da grilagem, às lutas realizadas e à formação do sindicato. Outra liderança do SINTRAF colabora com mais detalhes sobre a presença de Alcides Modesto e o envolvimento da igreja popular.

> A partir daí, quando eu estava já dando aula, apareceu uma discussão na época puxada pela Igreja, que era Pe. Alcides e toda discussão de fundação do sindicato em 1979. Na região tinha alguns sindicatos que a gente sabia, mas era meramente um posto de assistência de saúde do estado. E aí veio toda discussão que aqui em Paulo Afonso não tinha, Glória não tinha na época, junto com Alcides. E a Igreja fez toda a discussão, e como eu era professor, tinha uma certa liderança na comunidade, […] e a partir daí a comunidade me escolheu para ser e fazer parte da direção, e eu vim nesse tempo todo dividindo o meu tempo, fazendo até hoje (Ademar – liderança do SINTRAF – 04/09/2021).

Ademar, liderança pioneira na criação do SINTRAF, narra sua origem apontando as características consolidadas de um lugar de afirmação e pertencimento à comunidade de nascimento, localizada no campo de Paulo Afonso-BA.

> Eu nasci em uma localidade chamada povoado Juá, uma das comunidades primeiras aqui do município de Paulo Afonso, talvez a maior daqui do município. Há um tempo atrás, 25 ou 26 anos, eu fiquei no Juá. Eu fazia de tudo um pouco, trabalhava na roça, depois trabalhei como professor na comunidade. E na época, meus estudos, minha formação, fiz até a quinta série, só que a quinta série de antigamente é, como é que se diz, se tem mais aprendizado do que hoje até da pessoa que faz faculdade […] nunca me envergonhei de dizer que fui da roça, peguei na enxada, plantei feijão, plantei mandioca, enfim, foi essa a minha origem (Ademar – liderança do SINTRAF – 04/09/2021).

De origem relacionada ao povoado onde nasceu, atualmente reside na cidade de Paulo Afonso, e a identidade construída desse lugar revela sentimento de orgulho que evidencia pertencimento, caracterizando o percurso como trabalhador da roça, professor e outras atividades laborais desenvolvidas. Apresenta a identidade de camponês de existências outrora vividas, tem como referência o trabalho de professor com a formação escolar até a 5ª série, uma denominação, na época, das etapas de escolarização, mas atualmente denominado de Ensino Fundamental 01, 9º nono ano. Esta mudança de nomenclatura atende à disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB93/96), que institui, no Art. 4.º, como "[…] dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio" (Brasil, 2017, p. 9).

A liderança declarou-se qualificada para o exercício da docência e justifica como uma bagagem suficiente para a função, na época. Evidentemente esta realidade sofre mudanças a partir da implementação da mencionada lei, que normatiza os requisitos básicos exigidos para a ocupação da docência na Educação Básica e Superior, como reza o Art. 64, que afirma:

> A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 2017, p. 43).

No que diz respeito à Educação Superior, o Art. 66. estabelece que "A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado" (Brasil, 2017, p. 44). Esses formatos tradicionais, caracterizados por pouca ou nenhuma formação escolar na atuação profissional docente, eram comuns e pertinentes à época, merecendo respeito pela resistência em garantir o direito, mesmo

que limitado, à leitura e à escrita, e também a referência de educação e aprendizagens socializadoras para os povos do campo. Nesse sentido, reconhecemos a caminhada árdua da legalidade dos processos educativos escolares e a ampliação, intensificação e implantação de uma educação pública integralizada entre municípios, estados e união, vigente atualmente. Sem dúvidas, a lei representa uma conquista merecidamente comprovada, no entanto, a realidade da educação escolar brasileira ainda pauta inúmeras problemáticas e, com elas, a certeza de que muito ainda há de se fazer.

Dessas problemáticas destacamos o gerenciamento deficitário e corrompido da educação pública por administrações governamentais locais e nacional, provocando o distanciamento do texto da lei e o exercício pedagógico de fato, o que resulta na ausência de garantia de permanência e qualidade da Educação Básica para os estudantes. Na Educação no Campo as condições são mais agravantes e têm consequências que afastam os sujeitos da escola e do campo.

Seguiremos com as análises das narrativas de origem das lideranças do Sindicato dos trabalhadores(as) rurais de Glória-BA, com sede na cidade desde a década de 1979, colaborando com ações e serviços que permitem a garantia de direitos trabalhistas dessa categoria, no campo.

5.4.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Glória-BA

O sindicato dos(as) trabalhadores(as) rurais de Glória surgiu na década de 1979 como possibilidade de organização da classe trabalhadora do campo, diante das intervenções da CHESF para a construção das barragens. Este fato impulsionou a desocupação de povoamentos no campo para a formação dos lagos, especificamente o lago de Itaparica, atualmente Usina Luiz Gonzaga. Nota-se na desocupação dos povoados pela CHESF uma realidade de desterritorialização forçada e gerada pela imposição da companhia hidroelétrica no território a agricultores e ribeirinhos que residiam com suas famílias e, consequentemente, a reterritoralização em outros lugares.

Embora o processo de produção do espaço envolva sempre e concomitantemente a desterritorialização e a reterritorialização, este movimento dinâmico dessas existências precisa acontecer subsidiado pela estrutura das políticas públicas, diante das necessidades e anseios dos seres humanos às garantias de sobrevivência em todos os lugares de vivências. A reterritorialidade, resultado da acomodação e pertencimento ao “novo” território, não pode representar uma problemática nem para os sujeitos, nem para o espaço social que os acolhe. Como a ordenação sistêmica impõe a condição de explorar, excluir e espoliar trabalhadoras(es)

para sustentar a disparidade de realidade e de poder estabelecida nas classes, o enfrentamento desta problemática se realiza na luta e resistência pela terra, pelo lugar de pertencimento, pelo território, e possui relevância para a garantia das existências de sujeitos e sociedades (Haesbaert, 2004).

A narrativa de origem da liderança Vanaílza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória, evidencia a comunidade onde nasceu, acrescentando esse pertencimento a uma comunidade atingida pela barragem de Itaparica. Para essa liderança, "A minha origem, ela de é uma comunidade bem simples e humilde, chamada Malhada do Sal. Ela foi atingida pela barragem de Itaparica, e aí que começou toda a nossa trajetória de luta e organização" (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/11/2021). Na associação estabelecida pela liderança entre a origem, a vivência em uma realidade de retirada do território e a organização da luta, compreendemos que estes elementos estão carregados de simbologias marcantes de uma história de desterritorialidade perversa, diante das perdas de territórios para a CHESF, o que implica entender que, neste caso, houve consequências graves provocadas pela estrutura social na vida e subjetividade dos sujeitos no território em estudo, que determinaram seus destinos pelo resto das vidas atingidas.

A seguir, a narrativa de Helena, genitora de Vanaílza, mostra o desfecho da sua vida, o casamento, os filhos, o trabalho na agricultura, as dificuldades com a sobrevivência e a percepção de felicidade em realidades outrora vivenciadas.

> Eu sou Helena, nasci no município de Rodelas-BA, morei nesse lugar com os meus pais por 20 anos, depois me casei e fui morar em outro povoado, que se chamava Malhada do Sal. Ali foi quando a gente foi fazer a nossa vida, veio nossos filhos, tive quatro filhos, meus quatro tesouros […]. A gente sempre trabalhava para a gente construir a nossa família, criar nossos filhos com muitas dificuldades, porque naquela época a situação, como a gente trabalhava longe de casa, tinha aquelas dificuldades, mas muitas vezes, eu penso assim, a gente era feliz em alguma etapa, algum momentos, mas não percebia que era tão feliz (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Outra liderança, do mesmo sindicato dos trabalhadores rurais, narra, no relato a seguir, a identidade como agricultor e pontua sobre a mudança com o casamento e o envolvimento com os movimentos sociais ainda jovem, nas pastorais sociais, e se define católico.

> Eu me chamo Jorge de Melo Silva, sou agricultor familiar, nascido numa comunidade chamada de Malhada do Sal, município de Glória, onde convivi meus aproximadamente 20 anos de idade. Depois que eu me casei, fui morar numa outra comunidade chamada Umburanas, também no município de

> Glória, nesse estado da Bahia. E minha vida, o que eu costumo a dizer, é que grande parte da minha vida envolvida, participando dos movimentos sociais, principalmente o sindicato dos Trabalhadores Rurais. Desde os meus 19 anos que eu já militava nesse movimento sindical, inicialmente como representante de base. Participava também das pastorais da igreja da Igreja Católica, sou católico por natureza, minha formação é católica (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Toda identidade social é uma identidade territorial, "definida fundamentalmente através do território" (Corrêa; Rosendahl, 2009, p. 172). E este sentido conceitual possui significado na compreensão da origem dos sujeitos, pois apresenta-se relacionado ao lugar de vivências e afirmação do pertencimento a este lugar espacial e territorial. Assim, "[…] podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes" (Corrêa; Rosendahl, 2009, p. 172).

Reconhecemos nas narrativas anteriormente apresentadas a relação imbricada entre a origem e a identidade territorial e social nas afirmações do lugar de pertencimento, embora neste estudo outro elemento significativo aparece nesta definição: o envolvimento com as lutas e enfrentamentos. Corrêa e Rosendahl (2009), quando afirmam que as identidades são carregadas de subjetividade e objetividade, compreendemos com esses autores que os sujeitos são construtores dos seus diversos territórios, pois "O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence […] é a base do trabalho da resistência das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ela influi" (Santos, 2002, p. 96).

5.4.3 Polo Sindical do Submédio São Francisco

O Polo Sindical do Submédio São Francisco é uma frente composta por sindicatos agregados a pautas comuns, e a principal envolvia, em tempos do surgimento, as revindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo diante da imposição que determinava a retirada destes sujeitos dos lugares que escolheram para partilhar suas relações comunitárias, para a implantação da CHESF, especificamente a usina de Itaparica.

A população diretamente atingida pelas instalações dessa usina sofreu o processo de desterritorialização, entendido como perda de territórios, e depois de reterritorialização, no sentido da ocupação ou mesmo readaptação direcionada à reterritorialidade como possibilidade de construção de novos territórios de luta e pertencimento. Os reassentados de Itaparica movimentaram uma estrutura de lutas e reivindicações por direitos negados, vivenciando as

conquistas, desafios e limites de uma pauta existente e unificada no território de enfrentamento como únicas perspectivas de recorrência aos direitos a assistências desses reassentados para muitas famílias.

As organizações populares presentes no território de Itaparica são ícones que fundamentam a história deste território, pois, protagonizadas pelas lideranças em espaços sociais de atuação, possuem formatos específicos e diversos de enfrentamento ao sistema capitalista e assim conduzem a luta e a resistência. A dimensão das lutas e dos enfrentamentos, bem como as estratégias de resistência organizadas contra elas, estão diretamente relacionadas às intensidades das problemáticas sociais vivenciadas pelos seres humanos na sociedade, pois, se há tentativas de ferir as existências humanas, terá que haver inúmeros formatos de resistências para enfrentar, minimizar ou superar as razões que provocam estes ferimentos. O debate dessa dimensão tende a se afirmar como perspectiva metodológica na dialogicidade estabelecida entre sujeitos e sociedades, consolidando objetividade na condução das ações realizadas e direcionadas à defesa da sobrevivência e da existência dos povos na terra.

Em suma, a formação de uma frente ampla de fortalecimento da luta entre sindicatos do campo associados, denominada polo sindical, foi um fenômeno ocorrido no final da década de 1970, no cenário amplo das lutas e insurgências. Neste território, essa frente foi impulsionada diante das resistências dos(as) trabalhadores(as) do campo e suas famílias aos ataques violentos vivenciados em consequência da construção da barragem de Itaparica pela CHESF. Esse contexto de mobilização se expandia no Brasil nessa época, favorecendo o surgimento de organizações populares na luta pela redemocratização e por direitos. Outro fator que se agrega a esse contexto consiste nas atuações dos agentes sociais da Igreja Católica com práxis voltadas à Teologia da Libertação, voltadas a defender e promover os pobres excluídos do sistema. Tais fatores associados culminaram na existência de iniciativas de favorecimento à implantação e à intensificação de organizações populares nos formatos de sindicatos, movimentos sociais, associações, movimento indígena, pastorais sociais e polo sindical.

O Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco-PE/BA (2023) é uma instituição sem fins lucrativos, formada em 1979 para lutar e garantir os direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais da região, especialmente aqueles e aquelas que foram atingidos pela construção da Barragem de Itaparica, atualmente Luiz Gonzaga. A instituição é fruto da articulação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STRs) da microrregião do Submédio São Francisco, que abrange os estados da Bahia e de Pernambuco, e conquistou, através da paralisação das obras de construção da barragem, o "Acordo de 1986", ou melhor, a garantia de reassentamento e lotes irrigados para cerca de 6 mil famílias atingidas pelas águas

da hidroelétrica, o que é considerado, através das informações da pesquisa, um quantitativo pouco razoável diante da quantidade de famílias desterritorilizadas pela CHESF na construção das usinas.

O Polo Sindical faz parte da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) desde a criação dessa articulação, em 1999, na cidade de Olinda-PE, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP3). A ASA é o resultado da luta de vários atores sociais como sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs, igrejas, associações comunitárias e conselhos de desenvolvimento sustentável municipais, e ainda congrega federações, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional, públicos e privados.

Na narrativa de origem do diretor desse polo sindical, nesta pesquisa, evidenciamos as dificuldades sofridas diante das ausências de condições de sobrevivência econômica da sua família, que sobrevivia da agricultura. Utilizavam, segundo a liderança, técnicas agrícolas tradicionais para a área de sequeiro,[12] com irrigação por motor bomba, denominada valeto. Relata a profissão do pai como vaqueiro e compreende a mudança do lugar de origem, ocorrida em 1977, para viver à beira do rio São Francisco como grande marco, pois mesmo adolescente, aos 14 anos, não tinha ainda visto um rio daquela magnitude. Segundo essa liderança, ouvia-se que a construção da barragem de Itaparica iria inundar cidades e povoados, mas não se tinha a noção de como seriam as inundações. Cita a presença de Alcides Modesto como precursor da luta das mobilizações contra a forma que se deram as negociações dos assentados da barragem de Itaparica.

A referência da pastoral se fundamenta, para essa liderança, a partir das experiências vivenciadas de Alcides como morador de Remanso-BA, área atingida pela barragem de Sobradinho. É o que narra o sujeito da pesquisa do polo do Submédio São Francisco:

> Sou José Dionísio da Silva, sou filho de agricultores, pequenos agricultores, sou natural de Chorrochó, estado da Bahia. Eu tenho lembranças da minha vida desde pequeno, quando vivia... a gente vivia em área de sequeiro, meus pais sofreram muito, ele vivia e trabalhava de vaqueiro e, graças a Deus, no ano de 1977, para mim foi um grande marco na minha vida, quando meu pai resolveu se mudar do lugar que vivíamos e viemos morar na beira do rio São Francisco, que para nós era uma surpresa. Até então eu já tinha 14 anos de idade e eu nunca tinha visto um rio. Via lago, pequenos tanques que se fazia braço de homem, mas um rio eu nunca tinha visto. Então, para mim foi um grande marco. Outubro de 1977 e a gente começou a trabalhar de fato na agricultura. Naquela época a agricultura arcaica irrigava-se por motor bomba, por exemplo, o sistema de irrigação chamava-se por valeto ou por sulco. E a gente explorava cebola, arroz em um tipo de irrigação, sistema de irrigação, e

[12] Técnica agrícola para cultivar terrenos onde há escassez de chuva; deriva da palavra “seco”, que significa plantação em solo firme.

> as culturas de subsistência, feijão, milho. Quando nós chegamos, em 1977, na localidade chamada ilha do Coité, que era município de Itacuruba-PE, a gente já ouviu falar da história da barragem de Itaparica que estava por vir. Esta barragem iria inundar tudo aquilo, mas a gente não tínhamos a maior noção do que significava aquilo. Por sua vez a barragem de Sobradinho já estava em pleno vapor no sentido de construção, em 1977, praticamente construída. Pelo histórico, em 1979, já acontece o enchimento da barragem de Sobradinho e aí o grande desastre que aconteceu já começou-se a preocupação por parte de pessoas da Igreja Católica. Pelo conhecimento que eu tenho, com muita ênfase, a pessoa de Padre Alcides Modesto foi um dos grandes iniciantes desta luta da barragem de Itaparica, para que não acontecesse os inundados, os agricultores inundados, como aconteceu com a barragem de Sobradinho (Dionísio – Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2021).

Observa-se no depoimento de Dionísio, e em outros também, o reconhecimento pela corroboração de agentes da Igreja Católica nas frentes de resistência, somando-se à luta coletiva para que ela aconteça. O destaque da presença de outros organismos, como o partido de esquerda (PCB) e parte da Igreja Católica popular, tem sentido para compreender que a luta e a resistência têm contexto social e político, ou seja, têm geopolítica de participação e aspectos locais peculiares. Partilhar desses conhecimentos torna-se relevante para entender o percurso da história das lutas no Brasil.

5.4.4 Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA

Os trabalhadores e trabalhadoras da companhia de energia da Bahia iniciaram com o trabalho de organização sindical em 3 de fevereiro de 1932, quando parte desta classe profissional reuniu-se para discutir a fundação de um sindicato. Anteriormente, surgiu com a denominação de Sindicato dos Operários e Empregadores das Cias. Linha Circular e Energia da Bahia, atualmente com o nome de Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA). Segundo o site do SINERGIA-BA (2023), em meados de 1937 muitos sindicatos foram perseguidos e tiveram seus arquivos destruídos; este sindicato compõe essa estatística.

Sobre o contexto reconhecido como ditadura militar, evidenciamos que diversos sindicatos de trabalhadores(as) foram extintos e outros submetidos a intervenção federal até o ano de 1966. Muitos movimentos populares, inclusive de camponeses, se “tornaram alvo do aparato repressor, já que eram considerados politicamente vulneráveis à subversão (Nascimento, 2010, p. 25).

O SINERGIA, em sua história, passou por gestões antidemocráticas sob tutela do Estado e do controle dos patrões, inclusive no processo de fundação, e assim afirma-se que “através do peleguismo, pouco poderia fazer pela classe”. Foram muitas lutas e resistência na tentativa de

desarticular a direção pelega das gestões sindicais. Houve a primeira greve após o golpe militar de 1964 no Brasil, depois da derrota nas urnas deste projeto de gestão instaurado, ressurgindo em 1980 o "novo" e "justo" sindicalismo.

Em 1982, aprova-se uma nova greve, abrangendo os polos de Paulo Afonso, Sobradinho, Salvador, Funil na Bahia e Recife. Em 1984, há fortalecimento do modelo de sindicalismo patronal no exercício de algumas gestões, ainda que, neste mesmo período, deflagraram-se várias greves por tempo determinado e várias paralisações ocorreram na tentativa de enfrentar as perdas de direitos da categoria. As condições dos(as) trabalhadores(as) eram de descaso, diante de uma realidade de atrasos nos pagamentos, sucateamento e desmantelamento do setor elétrico, crescimento das terceirizações, resultando, atualmente, na privatização de parte significativa do setor elétrico no país.

Na década de 1990, o setor elétrico vive a maior greve nacional contra a privatização e as demissões em massa que estavam acontecendo. Em 1997, registra-se queda significativa de associados em virtude da privatização da Coelba, pauta de muita luta dessa categoria, que teve que aceitar a política entreguista do governo neoliberal de FHC/ACM. De 2004 a 2009, com a ascensão da globalização pelo avanço da tecnologia, vivencia-se a restruturação produtiva do trabalho e com ela a precarização das condições trabalhistas, com perdas de direitos conquistados historicamente.

Diante dessas condições, em 2008, a categoria realiza grande greve após a privatização da Coelba. Em 2015 toma posse uma nova gestão, com maioria de 96% dos votos válidos, mas sofreram investidas da oposição e em uma nova eleição é assegurada e reeleita com maioria dos votos. O sindicato vem resistindo contra os setores reacionários da própria empresa e da sociedade, em defesa da democracia. Atuou decididamente contra o golpe na presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, em 2016, e assumiu uma postura colaborativa com as frentes de luta na Eletrobras, principalmente da CHESF, que vive ameaçada com a privatização de seus setores. O SINERGIA, neste território, segue presente e junto à sociedade, apoiando os movimentos sociais na luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

A narrativa de origem da liderança do SINERGIA em atuação no território Itaparica-BA/PE apresenta as simbologias de pertencimento construídas a partir do sentido imbricado de nascer em um lugar e viver em outro, tendo em vista o trabalho e as agregações da participação na luta no movimento de classe. A sua narrativa sobre a família transparece sentimentos atribuídos de desejo e satisfação prolongada em proporção com a existência pessoal. Apresenta fatos que evidenciam um movimento de transição da saída do estado de Pernambuco para a Bahia, para a formação profissional e o trabalho na CHESF precocemente. Nesse sentido, a

conexão que mostra o interesse pelo movimento sindical, construído na caminhada como trabalhador na empresa, caracteriza o percurso dessa caminhada, afirmando positivamente o desejo de conviver com o movimento de luta por direitos. Narra sobre sua família e expõe a felicidade com sua filha envolvida no movimento sindical, remetendo a um sentimento de orgulho.

> Eu nasci na cidade de Arco Verde, vim para Paulo Afonso com 13 anos de idade, vim morar com uma tia e comecei a fazer curso no SENAI, de torneiro mecânico. Aos 18 anos fui trabalhar na CHESF. A chegada na CHESF, comecei a interessar pelo movimento sindical e fazendo a luta com os companheiros no sindicato com a base. E hoje estou com 54 anos de idade, continuo na empresa, continuo na CHESF, hoje estou cedido para o movimento, continuo na luta. Isto é a minha vitória. Tenho família, minha filha também gosta do movimento, hoje faz o movimento em Alagoas, faz o movimento com os companheiros do sindicato. Dizer que sou realizado por fazer o que gosta, estou na empresa, estou até hoje cedido para luta, estou aqui no SINERGIA. Essa é minha história. Dizer da satisfação de estar na luta, na batalha do dia a dia, não sei até quando, quando tiver força tarei fazendo este trabalho (Jaildo – liderança do SINERGIA – 29/09/2021).

As lideranças em coletividades organizadas no campo e na cidade narraram a luta por direitos trabalhistas, pela terra, pela sobrevivência identitária e cultural no território Itaparica-BA/PE. Suas trajetórias foram compreendidas através das percepções de seus espaços e territórios de origem, desenvolvimento de vivências, constituições de territorialidades partilhadas na coerência e no desejo de aproximarem-se da luta para a conquista de direitos de uma categoria da qual se faz parte, e também de outras pautas que acolhem diante da atuação no território.

O lugar de existência e a constituição do espaço de vivências em sociedade é um direito político assegurado constitucionalmente, todavia, na realidade, poucos participam desse direito em condições de igualdade. Para além do caráter político e jurídico do processo de condicionamento social do lugar de pertencimento e identidade, há necessidade de demarcação espacial e, consequentemente, de defesa para a garantia das necessidades básicas relacionadas a comida, água, descanso e procriação de forma satisfatória (Tuan, 2013).

Territorializar é pertencer e associar é lutar na tentativa de garantir a existência, tendo em vista a busca da sobrevivência pela satisfação das necessidades humanas básicas e essenciais. Assim, nos conceitos implicados de lugar e espaço, reconhecemos as duas categorias como correlacionadas, porque ao se fazer referência ao espaço, o lugar aparece como criação e recriação de territórios plurais e de lutas. Então, pertencer é um verbo que se movimenta em vários campos da subjetividade na definição: da classe social, do gênero, da etnia, do espaço,

da luta de classe, território e tantos outros sentidos atribuídos que orientam as identidades afetivas e relacionais dos sujeitos e coletividades. Nesta pesquisa, a revelação dos lugares de nascimento e pertencimento sugere evidenciar as existências de territórios subjetivos construídos na caminhada como liderança. Ao que se apresenta do conceito de território como espaço de identidade, há uma extensão no significado incluindo os aspectos biológico, econômico, social e político, compreendidos como "[…] parcela do espaço enraizada numa mesma identidade que reúne indivíduos com o mesmo sentimento" (Rosa, 2012, p. 218).

No entanto, o território, ao se consolidar como lugar de intermediação entre seres humanos, representa o lugar da luta, da defesa do direito de viver e sobreviver na terra, da construção do espaço pertencido, de identidades, legados e memórias ancestrais. Defender o território de pertencimento por coletivos organizados que se estabelecem através da participação dialógica está ligado à consolidação de projetos de vivências coletivas como "[…] uma certa modulação da existência, exatamente como um comportamento de meu corpo investe os objetos que me circundam, para mim e para o outro, de uma certa significação" (Merleau-Ponty, 1999, p. 256). É o que anuncia a narrativa a seguir:

> O que a gente tem muito de Itaparica são essas lutas e essas resistências, porque não foi respeitado cultura de ninguém […]. Eu lembro, na época, a diocese de Paulo Afonso, através D. Mário, que na época era padre, pediu apoio aos jovens para que também entrasse nessa luta. Não só os jovens como toda a diocese entrou nessa luta através de padre Mário, né, porque era uma luta onde a coisa era desigual, era superpoder econômico que a CHESF via, superpoder econômico, mas não via as pessoas. Não olhava para as pessoas, o que fazer com elas, né, que agressão essas pessoas iriam sofrer (Carlos – liderança do SINERGIA – 03-11-2021).

Outra liderança do SINERGIA nos conta a triste realidade da desterritorialização, como a desapropriação de famílias na cidade em alguns pontos estratégicos para a implantação das usinas. As indenizações injustas e a falta de perspectiva de sobrevivência dos indenizados sobressaem, em muitos momentos, nas vozes narradas desses sujeitos, fundamentando a realidade deste estudo.

> A gente não pode falar da história de Itaparica sem rever um pouco atrás antes, a história da barragem da PA4, é agregado uma coisa a outra, PA4 aqui e Itaparica lá, onde muitas famílias também aqui foram desativadas, […] jogada para fora de suas casas. Nessas cláusulas incluem também na rua, que é hoje Pedro Alves Cabral. A CHESF chegou lá e disse: 'Você tem aqui o valor, tantos contos de réis para você. Quer de fatia ou em voucher, como é que é? Que ir para o BTN? Como é que é?' Alguns receberam o dinheiro e se virou (Cabral – liderança do SINERGIA – 03-11-2021).

> Eu presenciei naquela época a CHESF irresponsavelmente na época pegando as famílias colocando em cima de um caminhão e deixando embaixo de um pé de pau lá do Bairro Tancredo Neves. Eu alcancei isso vi com os meus próprios olhos isso aí, no início da década de 1970 isso aí. Eu ainda era pivete naquela época, criança naquela época (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Os depoimentos anteriores elucidam uma realidade inferida como debate que ocorre nas linhas de frente da abordagem a seguir, nas discussões decorrentes desta pesquisa. Muitos desses depoimentos compreendidos nos remetem a entender com mais ênfase as consequências cruéis da matriz estrutural do poder dominante instituída na existência social dos sujeitos, determinando seus destinos, constituindo realidades e se desenvolvendo na classificação de estigmas de classe de excluídos do sistema. Um poder que coloniza, invade, explora as riquezas naturais, expulsa o povo, cerca a terra e constrói latifúndios, escraviza, mata, espolia e, para responder sobre o seu monopólio, naturaliza e normaliza as desigualdades sociais.

As estruturas organizativas criadas para a reparação de direitos negados, contrários a esse sistema, são conduzidas por agentes sociais de representação nas dinâmicas organizacionais populares para realização de processos empenhados na defesa inconteste da categoria de espoliados do sistema, no sentido de reparar direitos, rever atitudes, implementar e aumentar políticas de requalificação profissional e qualidade de vida.

A seguir, a discussão do sindicato da Educação Básica, a partir da narrativa da liderança, nos transmite sentimentos de militância, superação de desafios como sentidos atribuídos que permitem a formação de territorialidades e constituição de territórios multiescalares de enfrentamentos.

5.4.5 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação da Bahia – APLB – Delegacia Hidroelétrica de Paulo Afonso

A análise reflete sobre a atuação da APLB em nível regional no estado da Bahia, intercalando com a narrativa da origem da liderança, trazendo para o diálogo a história de constituição da delegacia regional no território Itaparica-BA/PE.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia, a APLB-SINDICATO, iniciou a sua história de luta em 1952 como Associação dos(as) Professores(as) Licenciados(as) do Brasil/Seção Bahia – APLB/BA. Somente em 1989 ganhou legitimidade de sindicato, "contudo, por reivindicação da própria categoria, a sigla APLB foi mantida, pela história de

luta já construída no estado e também no território nacional" (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia, 2023).

A APLB-Sindicato, do ponto de vista organizacional, é formada por regionais, delegacias e núcleos. Santos e Machado (2022, p. 962) apresentam a história da APLB e registram que, até a presente data, possui 71 anos de existência na atuação sindical no estado da Bahia, e conceituam a organização como uma

> [...] entidade sindical que representa trabalhadores/as em educação no estado Bahia, sendo uma das maiores entidades de representação de educadores/ as do Brasil, com 90 mil filiados […]. Com grande capacidade de capilarização, a APLB-Sindicato está estruturada de maneira a possibilitar o seu enraizamento no estado. […] atualmente tem sede própria […] e conta com '417 núcleos, 79 delegacias sindicais e 18 regionais em todo o Estado da Bahia'. A APLB esteve presente em diferentes lutas nacionais e tornou-se sindicato em nove de junho de 1989).

Esses autores apresentam informações sobre a atuação desse sindicato e apresentam a proporcionalidade existente entre a quantidade de municípios (417) no âmbito do Estado, distribuídos em 27 territórios de identidade com uma população de aproximadamente 13 milhões de habitantes, sendo que a APLB se encontra presente com 417 núcleos e 79 delegacias regionais. Esta realidade se fundamenta nas condições socioculturais diversificadas dos povos nesses territórios e nas referências de diversidade espacial distribuídas em uma enorme faixa litorânea. Além disso,

> […] possui 70% do seu território em região semiárida, cujas condições de vida e trabalho são desafiadoras a boa parte da sua população. Entretanto, todos esses municípios têm em comum a existência de escolas públicas. Em cada uma dessas escolas, municipais e estaduais, há trabalhadores/as em educação da rede pública de ensino que seguem as normas estabelecidas pelo sistema de ensino estadual ou pelo respectivo sistema municipal (Santos; Machado, 2022, p. 964).

Santos e Machado (2022) afirmam que a maioria desses(as) trabalhadores(as) da educação são professores(as) que se unem em diferentes lutas e enfrentam juntos(as) os(as) gestores(as) municipais e estaduais pela reparação e constituição dos direitos da categoria. A APLB-sindicato representa boa parte desses(as0 trabalhadores(as), e para a entidade, "[…] é desafiador estar presente em cada município defendendo os/as professores/as, sejam da rede municipal de ensino, sejam da rede estadual" (Santos; Machado, 2022, p. 963).

Com esse cenário, há muitos desafios e limites na atuação da APLB como instituição de representação das lutas e resistências da educação na Bahia e no território Itaparica-BA/PE,

todavia não cogitamos ampliar esse debate neste estudo, para evitar distanciar dos seus objetivos. Continuaremos com as narrativas de origem, e nesta escalada de diálogos apresentaremos a participação de uma mulher na liderança, a qual a pesquisa não hesitou em encontrá-la.

> Eu sou Professora Esmeralda Bezerra Patriota, filha tem um casal de agricultores que vem de Pernambuco, que veio pra melhorar a vida no ano de 60, pra Paulo Afonso, como vieram tantas outras famílias dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte. Nasci e criei em Paulo Afonso, na mesma casa que morei, que nasci, me tornei adulta, saí pra estudar e estudei na escola da CHESF. Realidade completamente diferente das escolas públicas à época […] nasci em 1965, tenho 57 anos, sou baiana, tive uma formação religiosa muito, assim, firme, consolidada pelos meus pais da religião católica, onde meu pai já era vicentino, foi fundador da sociedade São Vicente de Paula aqui em Paulo Afonso, onde ele era guarda da CHESF, veio trabalhar na CHESF. Meu pai era um homem inquieto com essa questão da exclusão, assim, das pessoas viverem nas calçadas, jogadas na rua. E eu me lembro, assim, vagamente, que era muito menina, mas ele não deixava a gente lá pra trás da casa, que era um senhor que trabalhou na CHESF na época, Manuel da Perna Torada. Seu Manoel veio trabalhar e teve um acidente, atropelamento em uma rural, que na época o médico administrador da CHESF, ele teve sua perna amputada. Meu pai trabalhou nas guaritas do paredão, que é um muro que divide a cidade, e tinha a guarita dele, a guarita do Murilo Braga (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

A liderança, na narrativa de origem, se apresenta como filha de agricultores vindos do estado de Pernambuco para morar em Paulo Afonso, pela via do processo migratório ocorrido em uma etapa da história deste território, em consequência da implantação do complexo hidroelétrico da CHESF. Evidencia a formação católica da família, sendo o genitor membro da sociedade dos Vicentinos,[13] e assim a liderança relata seu entendimento sobre a preocupação do pai com as problemáticas da exclusão social. Era trabalhador da CHESF, vigilante das guaritas do paredão/muro construído pela referida empresa no gerenciamento deste complexo hidroelétrico no território.

A APLB tem presença no território Itaparica-BA/PE como delegacia regional, e a história do seu surgimento, bem como as principais pautas e projetos desenvolvidos, foram narrados pela liderança de legitimidade atual. Dessa maneira, a associação de professores e professoras no território foi uma iniciativa de um grupo de docentes no ano de 2001, que inclui a professora Quitéria Maria Lira e o professor Genivan. Eles faziam parte e tinham interesse

[13] A sociedade de São Vicente de Paulo é uma organização internacional formada por leigos católicos que buscam o crescimento pessoal e espiritual através do serviço aos que mais necessitam. Tem como missão uma rede de amigos que busca a santificação através do serviço assistido e da defesa da justiça social (Confederação Internacional da Sociedade de São Vicente de Paulo, 2023).

em organizar a categoria em nível Municipal. Essas pessoas foram convidadas a participar porque "[...] éramos militante do movimento social da igreja e também pelo conhecimento que existia" (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

Também destaca a participação de Humberto a própria Esmeralda e mais outra de nome Gilnaide, os coordenadores Jucileide, Fátima Neri, Ana Santos, Marivanda, Ângela e Elza Brito, atualmente secretária da Educação da rede municipal. Segundo Esmeralda, os sete ou nove coordenadores pedagógicos da rede Municipal formavam o grupo que atuou como comissão provisória, antes de legitimar a seção sindical. Então, para a liderança, apesar de a rede ter mais professores do que coordenadores, quem efetivamente, majoritariamente, iniciou, dos 11 associados, 9 eram coordenadores. Atualmente a APLB regional de Paulo Afonso-BA é composta de sete polos locais na Bahia, nas cidades de Glória, Rodelas, Chorrochó, Macururé, Santa Brígida, Pedro Alexandre e Paulo Afonso.

Esmeralda afirma que, com a comissão provisória formada, iniciou a luta. Depois desse momento, a APLB executiva esteve presente para legitimar as regras, auxiliando na composição de um núcleo no território. As orientações eram no sentido de organizar três cidades.

> Nós começamos com Paulo Afonso, paralelamente fomos fazendo um trabalho em Glória-BA, pois tinham professores da rede aqui que também era da rede de Glória-BA. Depois fizemos um trabalho em Santa Brígida. Então, paralelamente, iniciamos, organizando as três cidades (Esmeralda - APLB, entrevista narrativa, em: 24/02/2023).

Para a liderança, as principais pautas vigentes atualmente giram em torno do plano de carreira do(a) professor(a), e isso implica não só na reestruturação e revisão, como também a implementação dos respectivos planos. Esmeralda afirma que outro desafio muito importante, e ausente em toda a base sindical no território, é o plano de carreira de funcionários do apoio e do administrativo. Dos projetos desenvolvidos, destaca a "APLB cuida", pois consiste em um projeto no campo da saúde para a categoria, envolvendo o cuidado com a voz, exercícios físicos, respiração, alongamento e postura, com a presença de profissional de educação física e de língua e uma especialista em psicologia.

Atuam também com processos jurídicos, requerendo judicialmente a reparação de direitos da categoria. Outro ponto destacado por Esmeralda, de muito impacto atualmente, é a greve. A liderança narra que em algumas cidades os prefeitos temem as mobilizações de greve da APLB.

> A greve de 30 dias, ocorrida em tempos atrás, foi histórica para a gente, foi uma greve que abrangeu Glória-BA, Paulo Afonso-BA, teve em Santa Brígida. Isso repercutiu de forma positiva e eu faço uma avaliação que, na luta, a mobilização da categoria traz também ensinamentos, e estes ensinamentos traz uma certa polinização da categoria da classe trabalhadora, do modo de como ela pode perceber como o sistema de dominação do poder se comporta diante de uma reação que o trabalhador faz quando não é alcançado os seus direitos na lei (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

Essa liderança ratifica a existência da luta por direitos da categoria, atribuindo a esta luta as conquistas da autoestima, o protagonismo dos(as) trabalhadores(as), também o processo emancipatório de formação da consciência crítica, reconhecimento, respeito da organização e da atuação sindical na sociedade, acrescentando a importância do serviço público. Para Esmeralda:

> Então, na sociedade, quando você vai para a rua para buscar um direito, isso impacta para o gestor público principalmente. Isso reverberou muito positivamente, é tanto que a APLB tem assento em todos os conselhos de controle social. A mobilização de luta em si, ela traz para a classe trabalhadora uma autoestima do seu protagonismo enquanto trabalhador, enquanto sujeito, e também traz uma coisa muito importante, pois vê-se o quanto é importante para aquele setor e para a sociedade. Isso traz uma responsabilidade para cada um e para a sociedade. O serviço público é algo que traz relevância e importância para o setor econômico, o setor de consumo que a gente tem na sociedade capitalista. Nós somos frutos dessa economia e também produzimos a riqueza, além dos serviços que a gente produz, essa riqueza, somos contribuintes dessa riqueza através dos impostos que nós pagamos. Do jeito que nós prestamos o serviço também produzimos riquezas para a sociedade, para esse Estado. Isso é muito importante dentro do que é a luta (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

Em relação a capacidade de mobilizar, de chegar a cada um para a formação de uma delegacia regional como espaço de luta construído, com infraestrutura em funcionamento na cidade de Paulo Afonso-BA, a nossa liderança assim se manifesta:

> Outro ponto para chegar essa capacidade de mobilizar, foi de chegar em cada um, convencer, sensibilizar cada trabalhador da importância dele lutar em conjunto pelos seus direitos. Isso foi algo que a gente trabalhou por muito tempo para convencer essa categoria dos seus direitos e que deveria lutar. Mesmo sofrendo ameaça de perseguição, redução de carga horária, alguns se revelaram no desejo de lutar pelos direitos. Essa capacidade emancipadora, da cidadania, é algo extraordinário, uma riqueza do que éramos e do que somos hoje. Éramos caladinhos e hoje qualquer coisa vamos para a rua. Isso é de uma maturidade emancipada, cidadã (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

Ainda acrescenta a unicidade, a consciência crítica, o protagonismo e a emancipação como preceitos importantes no processo formativo sindical. No diálogo, a liderança menciona a tensão que se estabelece entre o individual e o coletivo no transcurso da formação política desenvolvida nas ações sindicais, implicadas na mudança da realidade.

> A unicidade da classe. A consciência crítica e política que cada um deve ter na sua estrutura de formação de cidadão. Considero importante para manter justamente esse protagonismo emancipador do trabalhador, parte logo do pessoal do indivíduo para depois para o coletivo. Se não tem individualmente, como você constrói o coletivo? A unicidade de classe perpassa por essa estrutura individual de criticidade das coisas. Não é ser partidário, é ser político, preocupado com todas as coisas que ocorrem na sua sociedade. Isso para mim é um ser político e crítico. Se você se preocupa, você pensa, e se você pensa, você conseguirá fazer análise da crítica e do elogio (Esmeralda – liderança da APLB – 24/02/2023).

Na realidade da existência das organizações populares e da atuação das lideranças nos territórios de enfrentamentos, alguns fatores são caracterizados como relevantes para as simbologias culturais desses territórios de luta e podem ser vistos como aprendizagens formativas. Destacamos, dentre esses fatores, o caráter popular, político e pedagógico. Para o caráter popular, apresentamos a necessidade de agregação coletiva de sujeitos em condições de negação de direitos; o pedagógico transita por todos os outros fatores, mas se evidencia na formação das identidades e subjetividades coletivas como aprendizagens nutridas pela importância da participação coletiva. Por fim, o caráter político consiste na atuação das classes organizadas e das lideranças na busca, conquista de direitos e políticas de inclusão à cidadania dos sujeitos. O protagonismo da luta em relação a sua permanência na dinâmica temporal, presente nos territórios de pertencimento como territorialidade, tem significação para a história das sociedades e, portanto, para as existências sociais, quando potencializa o fechamento do seu ciclo, colaborando para afastar a negação do seu direito e de sua desqualificação como banalização.

5.4.6 Movimento Indígena: o povo Kariri-Xokó e a luta permanente pelo reconhecimento do seu território

O movimento indígena tem expressão e influência no território de Itaparica-BA/PE, diante do caráter da luta pela demarcação do seu território, o *modus operandi* de viver as

ancestralidades e demarcar as identidades carregadas de simbologias culturais. A representação desse movimento no presente estudo se direciona à comunidade Kariri-Xokó da Bahia, apresentando no relato das origens marcas fortes de simbologias identitárias que demonstram a relação de pertencimento etnicamente estabelecida na identificação como povo. O teor forte das vozes oprimidas pelo sistema colonialista de poder e dominação sobre os sujeitos e seus territórios ressoa e responde como fortalecimento da resistência, tão cara nesse limiar da contemporaneidade. Nesse percurso, a história desses indígenas é evidenciada a partir de suas próprias memórias, narradas e compreendidas através das entrevistas narrativas como recurso metodológico da pesquisa.

As narrativas a seguir evidenciam a realidade narrada pelos indígenas e a partir dessas narrativas compreendemos as condições de vida, os principais desafios vivenciados por um povo marcado por um processo diaspórico na sua caminhada. Possuem consolidados sentimentos de pertencimento, se definindo como de origem Pankararu – Brejo dos Padres Tacaratu-PE que mesmo desaldeados não distanciaram da participação nos rituais sagrados dessa comunidade indígena, o que permitiu lutar pela conquista do direito legítimo e constitucional de viver como Kariri-Xokó em seu território. As citações a seguir demonstram os sentimentos desses sujeitos diante da situação de desaldeamento vivenciada, assim como na chegada do território.

> Sou Yatanã, a minha etnia é Pankararu. Eu estava desaldeada aqui em Paulo Afonso. Em 2016 foi fundada esta aldeia aqui, a Kariri-Xocó da Bahia, e as famílias que viviam desaladeada na cidade se juntaram aos que estavam aldeado. E como aqui nessa área é uma área que pertencia aos nossos antepassado há muitos anos atrás, aí a gente recebeu um chamado para ocupar esta área, mas é quando você tem uma ancestralidade e a área pertence aos seus antepassados, a sua ancestralidade, então você tem aquele chamado, e nessa área aqui a gente foi chamado pra cá, e aí em 2016, no mês de julho, a gente retomamos esta área. Retomamos porquê? Muita gente chama de invadir, nós retomamos porque pertencia ao nosso povo. Essa área, há muitos anos atrás, era um encontro das etnias pra fazer seu ritual sagrado na cachoeira, bem antes da CHESF tomar de conta e aos poucos expulsando os indígenas. Então a gente tem os nossos direitos de estar aqui porque a gente tem que buscar e resgatar a nossa cultura, a nossa ancestralidade, e essa área nós tem toda nossa ancestralidade, estamos aqui para vivenciar (Yatanã – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).

> Meu nome é Anahy, eu sou da etnia Pankararus. Hoje estou residindo aqui nos Kariri-Xocó de Paulo Afonso. Eu era desaldeada também em um bom tempo, mas a gente não deixava de aproximar as nossas raízes Pankararus, né, a gente sempre saía, ia assistir os trabalhos lá em Pankararus, o que a gente sentia, assim, falta, né, de tá dentro da aldeia, ficar ali participando dos trabalhos. Então, não tinha hora pra gente, a hora que dissessem que tava tendo trabalho, podia ser de dia, de noite, a gente estava saindo daqui para ir para lá. Foi

> quando, em 2016, teve aquele chamado, né, pra gente vim retomar aqui. E a gente veio, né, com nossos parentes pra cá, pra começar uma luta aqui, né, pra resistência aqui nessas terras que hoje a gente tá, né. Não foi fácil, mas graças a Deus nós estamos hoje aqui com fé em Deus, vamos continuar aqui, né, nessa luta que é a luta do indígena, nunca para em cada lugar (Anahy – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).
>
> Meu nome é Tarcísio, sou do estado de Pernambuco, sou dos Pankararu [...] (Tarcísio – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).
>
> [...] eu sou Ubiratã, vou contar um pouco da minha vida de Pankararu para cá. Eu vim para os Kariri-Xocó de Paulo Afonso. Eu vim de lá para cá em Paulo Afonso, para dá um suporte aos Kariri-Xokó, né, aí vim, tava nessa retomada que retomemos para este território, e hoje nós tamo aqui, firme, e aí falando das origens, né. Sou Pankararu, né, e hoje estou como Kariri-Xokó de Paulo Afonso (Tarcísio – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).

A origem dos Kariri-Xokó da Bahia é uma parte do povo Pankararu, outra Kariri-Xokó de Alagoas e outra de Jeripankó de Alagoas. E no processo de afirmação, a ancestralidade representa um elo de pertencimento étnico, resultando na ideia de território, mesmo sem a sua materialidade física. Para além de um espaço fixo que ainda não existe, o povo Kariri-Xokó da Bahia se nutria de um território cultural imaterial presente nas agregações espirituais, nas artes, estética, nos ritos e mitos, determinando as idiossincrasias desse povo que vivia de pertencimento. A luta pelo território fez esse movimento indígena se destacar em virtude da persistência aguerrida de uma etnia que resiste para existir e persistir no seu território.

Nesse sentido, Denise (Yatanã) afirma existirem muitos indígenas que não vivem em aldeias nesse território. Segundo ela, muitos do povo indígena desaldeado estão morando na cidade e "[...] almejando ter um espaço para que eles possam vivenciar uma cultura [...]" (Yatanã – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023). Reforça a luta na vida do indígena e a alegria por estar aldeada depois de ter sofrido situações difíceis com o processo de reintegração de posse deferido em favor da construtora UZi no seu território ocupado com casas e construções, o que legitimou o mandado oficial para a expulsão da comunidade indígena no território. Em sua narrativa, notamos, em vários momentos, a importância que atribui ter iniciado a vivência da etnicidade indígena como aldeada, pois pontua suas relações com os antepassados ao afirmar que "A minha mãe, ela nasceu em Pankararu, mas eu já nasci perto de Jiripankó, próximo de Alagoas [...] não fui criada dentro da aldeia, [mas] na cidade [...] quando você [...] tem o seu chamado [...], deixa trabalho [...] a gente tem que estar mesmo" (Yatanã – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023). A nossa liderança vai mais a fundo, afirmando que "[...] o índio fora da aldeia é como passarinho preso na gaiola [...] ele sempre fica no sofrimento naquela angústia de viver a sua cultura [...] eu fiquei muitos anos desaldeada, [...]

mas graça ao nosso Deus Tupã e aos nossos encantados hoje estamos aqui lutando nessa luta" (Yatanã – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023). A caminhada histórica dos Kariri-Xocó da Bahia e a reterritorialização como comunidade indígena estão implicadas na conquista do território para o culto aos rituais sagrados e os comportamentos idiossincráticos da comunidade. Diante desse contexto, a aldeia representa um cenário significativo que permite organicidade cultural à comunidade indígena, e como território sagrado é representativo de luta cotidiana para a sua legitimidade, pois representa a permanência da cultura entre gerações, e essa perspectiva da ancestralidade se torna vital para o processo identitário e de pertencimento étnico.

As narrativas a seguir reúnem com mais detalhes a história de constituição do povo Kariri-Xokó, a ocupação do território, depois seu processo de desapropriação, a desterritorialização e as condições da reterritorialização vivenciadas por esta comunidade indígena.

> No ano de 2016, a gente, essa área aqui, ela era um galpão cheio de matos, um galpão sem telhas, matos, e a gente veio retomar este espaço. Aqui, antes da gente entrar, era um local de criminalidades, onde os bandidos se escondia, onde eles vinham treinar armas porque o galpão era todo cheio de tiros. E a gente chegou neste território com muito esforço, muita luta mesmo, pra desmatar, pra hoje está do jeito que está [...]. Tiramos os matos que tomavam as casas, os galpão e as barracas armadas. Houve muita gente que chegava aqui dizendo que era dono, mas teve uma certa feita que um senhor chegou aqui, aí chamou o pessoal dizendo pra ter uma conversa com eles, ele do outro lado do arame; não foram. Ficaram desconfiados, né, e chegou aqui um mototáxi com um papel e entregou, e esse papel já era uma audiência que tinha para o dia seguinte. Ele entregou umas 3 ou 4 horas da tarde e a audiência era no outro dia pela manhã, e a gente ficou todo mundo desesperado e a gente foi para essa audiência. Quando chegou lá, era uma construtora que falou que era dona daqui, que aqui dentro tinha firma e que a gente quebrou o muro, entrou, fizemos ele desocupar a firma para ficar aqui. Coisa que não foi, e a gente não teve apoio na época. Como foi em cima, nem advogado a gente tinha, aí a gente recebeu uma proposta de R$10.000,00 (dez mil reais) para sair daqui, mas a gente não aceitou. Aí meu esposo falou, conversou com o juiz e ele disse que a caneta era, o poder da caneta estava na mão dele, e assinou dando tantos dias para a gente sair, 30 dias para a gente sair daqui. Aí a gente... foi na época que correu atrás de ajuda de advogado e entrou Dr. Bruno para nos ajudar e nós conseguimos ficar, mas aí ele não se deu por vencido, entrou outro processo e nesse segundo, aí a gente já recebeu outra ordem para sair com tantos dias na data que tinha pra gente sair. Aí a gente lutando para ficar e aí, quando pensa que não, está cheio de federal aqui; era ônibus, caminhão para tirar as nossas coisas e a gente, o processo correndo pra ver se o desembargador assinava pra gente ficar aqui. Mas nesta época que a gente estava lutando aqui, Brasília foi invadida e não deu tempo dele assinar nada, na verdade não é que não deu tempo. Daqui ligaram para ele dizendo que a gente já tinha saído e já a gente estava locado, não tinha local nenhum para a gente, aí a gente tudo esperando quando desse umas 3, 4 a 5 horas que a gente

> ia receber a notícia que a gente iria ficar aqui. Mas quando veio a notícia, foi já para desapoderar a gente: vamos sair, não vamos sair, foi um sofrimento muito grande a nossa retirada daqui, e a gente tendo que tirar as coisas às pressas porque a nossa alegria de que mais uma vez o desembargador ia assinar para a gente ficar, ele assinou ao contrário porque um juiz ligou para ele dizendo: 'Não se preocupe, o indígenas já foram retirados, já estão no local.' E a gente olhava e dizia: 'Onde vamos ficar?' E aí foi tirando as coisas nas pressas e a procuradora ligou para um monte de gente aqui e conseguiu a escola e a igreja para a gente ficar. Só que na escola não tinha telha, não tinha água, tinha sido deteriorada por ficar muitos anos sem ninguém, sem uso. As pessoas paravam um caminhão lá, tirava as telhas, tirava as portas e levava. Então a gente foi para esta escola e umas coisas ficou na igreja [...] a pior dor que a gente sentiu foi quando viu os galpão, que a gente não estava mais dentro das barracas, tinha limpado os galpão, tinha colorido, outros colocado lona, outros já tinha comprado até madeira nova, telha, cobrindo os galpão para entrar. Foi quando viu sendo derrubado, a nossa oca sendo tocada fogo. Quando aquilo ali aconteceu, foi uma dor muito grande para todos nós que estavam aqui, [...] porque aqui pertencia aos nossos antepassados, que a gente ia voltar e continuou o processo, né. Quando foi um ano certinho, a gente saiu daqui, no mês de maio, dia 25 de maio. Quando foi 25 de maio do ano seguinte, aí a gente recebeu, teve uma audiência aí. Dessa audiência que teve, o juiz deu o direito pra gente voltar pra cá, [...] e quem teve condição de construir, construiu; quem não teve ainda está lá na escola, como eu [...]. Então a gente se sente vitorioso no nosso território, porque quando foi feito o geoprocessamento, então até depois da escola pertence à união. Então, se pertence à união, é território da gente também, nós considera assim. Aí o nosso território sagrado, a gente pode fazer a nossa cultura, a nossa religião, que a nossa religião aqui, ela é baseada na cultura e lutar, cantar o nosso toré e ser feliz neste território sagrado (Yatanã – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).

Outra indígena relembra as dificuldades vivenciadas no processo de ocupação, a resistência para a defesa do território e as ameaças de uma invasão ou violência que poderia ser cometida por muitos que passavam na comunidade para se apropriar do território indígena.

> No começo dessa luta eu estava grávida e a gente ficava tudo debaixo de lona. Tinha pessoas como eu, minha irmã, minha tia, a nossa barraca era bem perto da cerca, e nesse começo era muitos carros que apareciam jogando a claridade na gente, a gente não dormia, os homens fazia rondas, ficava até de madrugada acordados, alguns deles tinham que trabalhar. Ficavam andando aqui, o medo deles entrar aqui dentro e fazer alguma coisa com a gente, porque era muito ameaça. Era carros que paravam, clareava pro lado da gente, fazia ameaça. Nesse dia mesmo que o carro parou do outro lado da cerca, me chamou, as pessoas aqui ficaram tudo assustado e eu não sei como veio aquela força, eu fui pra perto da cerca. Eu disse: 'Venha o senhor pro lado de cá.' E ele disse: 'Não, é uma coisa que vai ser pro bem de vocês.' E eu disse: 'Então venha entregar o senhor, desse lado.' Ele disse: 'Não vai vim não?' Eu disse: 'Não, que nós não é doido de entrar aí, vem o senhor fazer entrega.' Ele entrou dentro do carro e saiu. E era sempre eles que vinha à noite, pelo dia, na madrugada e ficavam clareando aí e fazendo ameaças. Quando a gente foi, no outro dia, quando a gente foi chamada, que eu até chorei na hora, que disse que iam tirar a gente daqui, eu disse: 'Você não tem pena de mães grávidas? E vai botar

> essas mães onde? No meio das pista?' Ele disse que ele não queria nem saber, até fez a proposta de dar casas pra gente, foi Minha Casa Minha Vida. Aí a gente disse que não queria, porque a gente não queria morar na cidade. E ficou aquele debate quando a gente chegou debaixo da oca, era onde a gente fazia as reuniões, onde a gente conversava e acendia fogueira, dançava e cantava nosso Toré pra poder dar a fortaleza pra gente, porque tava muito grande essa luta e a gente sabia que ou a gente lutava ou a gente perdia (Anahy – liderança do Movimento Indígena – 01/03/2023).

Os Kariri-Xokó da Bahia estavam espalhados há 30 anos em virtude da ausência do Estado no reconhecimento e, consequentemente, no tratamento destinado aos povos originários desse país. Afirmam que já vislumbravam o território nos rituais sagrados, mostrados pelos guias espirituais em encontro com as forças dos ancestrais nos rituais em que participavam nas comunidades de origem. O Território Itaparica-BA/PE, rico em diversidade e resistência, tem uma luta incessante para a inclusão das interculturalidades indígenas, e a UNEB-Campus VIII, presente neste território, cumpre seu papel na promoção de Licenciaturas Indígenas em nível de graduação e pós-graduação e outros projetos de extensão desenvolvidos através do centro estratégico Opará, muito embora haja limitação na participação de algumas comunidades indígenas como essa, em virtude da ausência de uma política que amplie o trabalho desenvolvido nesse campo.

6 ENTRE GRITOS E GRETAS: OS IMPACTOS DA BARRAGEM DA CHESF E AS SEMEADURAS DAS LUTAS DE ITAPARICA, NO TERRITÓRIO

Esta seção discute os impactos da CHESF no Território Itaparica-BA/PE, tendo como referência a instalação da barragem de Itaparica e suas problemáticas sociais advindas das condições estruturais das políticas de reassentamento mal conduzidas e adotadas pela empresa estatal para a população atingida. Colaboram nesse debate os autores que pensam a temática e também as lideranças, sujeitos desta pesquisa, nos depoimentos das entrevistas narrativas realizadas no trabalho de campo. A presente abordagem, sequência da discussão tema deste estudo, que trata da cultura de participação, as lutas, a Educação Popular e de libertação e a (re)construção de territórios e territorialidades, apresenta-se necessária, uma vez que diversos depoimentos especificaram uma realidade de lutas históricas e enfrentamentos marcantes registrados nas narrativas, que não poderíamos deixar de discutir.

Dessa forma, os impactos da CHESF no território, especificamente através da implantação da usina de Itaparica, serão externalizados analogicamente como gritos, gretas e semeaduras dos atingidos pelas barragens, a partir da representação de linguagens proferidas nos depoimentos das lideranças de organizações populares que atuam em sindicatos, movimento social do campo, as pastorais, movimento indígena e polo sindical, contribuindo para pensar categorias como organização popular, luta social, dominação e poder e muitas outras, com vistas a permitir melhor entendimento desta proposta de discussão.

O processo de implantação e construção das usinas de Itaparica, denominado projeto Itaparica, e seus efeitos nas subjetividades daqueles(as) que conduzem a luta no território se consolidam no diálogo implicado no movimento político insurgente na representação de categorias de resistências. Sistematizar as histórias e suas caminhadas faz parte do exercício da arte da escuta sensível, do diálogo com as representações de memórias como "objeto cultural que vai desempenhar um papel essencial na percepção de outrem" (Merleau-Ponty, 2018, p. 474), e com isso da sociedade. As experiências da escuta e a transcrição dos diálogos narrados, constituem-se um terreno comum entre "outrem e mim, meu pensamento e o seu formam um só tecido, meus ditos e aqueles do interlocutor são reclamados pelo estado de discussão" (Merleau-Ponty, 2018, p. 75). Daí percebe-se o caráter teórico e metodológico deste estudo fenomenológico, no qual sujeitos e subjetividades são representativos de essências para o entendimento de uma realidade investigada, descrita por atores sociais.

As reflexões da percepção desses sujeitos oportunizou entender a existência do desejo de narrar o processo que envolveu a construção da usina de Itaparica entre os reassentados ou

desterritorializados e reterritorializados. É importante registar que não havia este destaque de investigação, e com a escuta sensível este espaço significativo foi ocupado, diante da dimensão que se tornou realidade nesta pesquisa. O lugar de fala possibilitou entender os desfechos de pertencimento dessa história narrada a partir de revelações mediadoras da memória das lideranças. Essa reflexividade de elementos significativos designa um campo para entender o mundo e seu outro, como atestado da alteridade na linguagem que versa sobre o ser (Ricoeur, 2010).

No modelo de desenvolvimento adotado nos países de herança colonial, escravocrata, centrado nas relações de naturalidade da dominação e do dominador, é pertinente afirmar que a existência de povos originários, comunidades tradicionais, movimentos sociais, sindicatos constitui ameaça a este modelo. Nessa direção, estruturam-se nas relações de colonialidade as práticas de destruição a esses povos no formato de genocídio, etnocídio, perseguição e destruição de suas culturas, sobretudo suas vidas. E diante dessa realidade, há relevância no envolvimento militante na defesa e representação das minorias, para afirmação e fortalecimento das lutas e resistências que acontecem com o grito da unidade daqueles e daquelas que gritam coletivamente.

A Filosofia da Libertação e a ética da alteridade fundamentam as reflexões sobre as lutas pela existência das essências emancipadoras da resistência dos indígenas, quilombolas, das mulheres, LGBTQP+, PCD, pretos, os direitos das crianças, dos idosos, dos sujeitos do campo e toda a diversidade que envolve essas essências, e com elas a consolidação de uma razão aberta à razão do outro; uma razão crítica, histórica e, mais do que isso, uma "razão ética" (Dussel, 1995).

> […] todos esses temas não são afirmados a partir da autenticidade atomizante, mas a partir do direito à dignidade, negado às pessoas de comunidades majoritárias da humanidade, as classes oprimidas, a mulher oprimida pelo machismo, a criança sem direito perante a cultura adulta, etc. É algo do mais profundo, mais intenso em quantidade mais importante eticamente sem querer tirar a importância dessa autenticidade [...] (Dussel, 1995, p. 106).

Sustentado no modelo da homogeneidade das culturas, o sistema capitalista concebe o debate das autenticidades interculturais com estranhamento, diante das dinâmicas que envolvem trabalho, espoliação, inferiorização, subalternidade, classe social, exploração e destruição do ambiente e outras práticas utilizadas para manutenção desse sistema que não prioriza a vida humana e o planeta. Subtrai-se nessa realidade as existências, mas elas estão consolidadas no movimento de insurgências necessário para a continuação da vida e da

dignidade. De acordo com Walsh (2013, p. 114), "[…] a destruição está relacionada à acumulação de capital global e sua lógica e sistema de guerra-morte, desenvolvimentista, ocidental, modernizante e patriarcal/moderno/colonial". Considerando a matriz ideológica e econômica do capitalismo, a questão energética consiste em prioridade em atenção à perspectiva de desenvolvimento das sociedades capitalistas, e no Território Itaparica-BA/PE se materializa com a implantação do Complexo Hidroelétrico da CHESF.

A implantação da CHESF deixa marcas irreversíveis nos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, provocando alterações na dinâmica societária e do território. Com efeito de localizá-lo no cenário da pesquisa que estamos tratando, este complexo industrial possui 12 hidrolétricas no país, sendo oito no Rio São Francisco, duas no Rio de Contas-BA, uma no Rio Parnaíba-PI, no Rio Piancó-PB e no Rio Aguiar-PB. Além das hidroelétricas, a empresa atualmente possui catorze parques eólicos em operação (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 2023).

Dessas usinas, a Itaparica foi projetada através do represamento de um lago que se estende por 150 km, cobre uma superfície de 83.400 hectares e envolve dois estados: Bahia e Pernambuco. A construção desta usina, segundo dados da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, 2023), teve impacto na vida de 10,5 mil famílias que moravam na área inundada, cerca de 21 mil pessoas na zona urbana e 19 mil na zona rural, entre estas 200 mil famílias da comunidade Indígena Tuxá. Das áreas urbanas inundadas e para a reterritorialização desta população afetada, foram reconstruídas as cidades de Petrolândia e Itacuruba, no estado de Pernambuco, e Rodelas, Barra de Tarrachil (distrito de Chorrochó) e Glória no estado da Bahia.

A barragem de Itaparica consiste em um dos projetos da usina do complexo hidroelétrico da CHESF e está localizada na parte que envolve o estado de Pernambuco, 25 km à jusante da cidade de Petrolândia-PE, região Nordeste do Brasil. Atualmente a usina passou a ser chamada de Luiz Gonzaga, em homenagem ao cantor e compositor nordestino que, em suas letras, refere-se à história do território e das hidroelétricas. No entanto, não usaremos esta denominação atual porque entendemos que o projeto Itaparica tem um contexto que vai além da construção dessas usinas, pois se estende aos problemas causados pelo descaso da população atingida e, consequentemente, aos enfrentamentos na luta contra-hegemônica.

Registros atestam o início das obras em julho de 1979 e a produção começa em 13 de junho de 1988, ou seja, nove anos de instalação para iniciar a produção. Esse período consta no registro das narrativas como início de um tempo de insurgências, de enfrentamentos e mobilizações diversas realizadas pelos sujeitos do campo e da cidade, denunciando as injustiças

sofridas diante das intervenções da CHESF para a construção e implantação das usinas referidas. O cenário em que se consolidou essas lutas no território Itaparica-BA/PE se resume na consolidação de uma base composta por uma frente de organização sindical, movimentos sociais, pastorais, partidos políticos de esquerda que se organizaram, enfrentando com luta os desmandos da CHESF. Com a resistência organizada, fundaram organizações sindicais; pararam máquinas e obras; acamparam por longos dias; e organizaram grandes mobilizações nos canteiros de obras e nas ruas. Esse processo envolvendo a construção das usinas e a des/re-territorialização[14] dos atingidos teve consequências nas vidas dos envolvidos, estimulando a organização do povo que denunciava a exclusão de direitos, pelo Estado brasileiro, daqueles(as) que precisavam de apoio. Esse contexto político remete a reflexões sobre a desigualdade social e sua presença nas circunstâncias do sistema, como matriz de fundamentação do poder do capital e da dominação capitalista.

Na construção das barragens pela CHESF, as políticas de reassentamento para a população atingida eram insuficientes, diante da dura realidade dos povos originários e comunidades tradicionais que tiveram seus territórios inundados pela construção do barramento, acarretando perdas sociais e insustentabilidade destas populações. É importante registrar a parceria entre o Banco Mundial e o Estado brasileiro na condução das políticas dos reassentamentos, mediante a implantação dos projetos de irrigação, sendo a Codevasf, órgão Federal, responsável pelo gerenciamento deste apoio. No entanto, foram vários impasses ocorridos que envolvem descumprimento, negligência, prevaricação e tantos outros problemas presentes nas memórias daqueles e daquelas que sentiram na "pele" o desfecho desta história que registramos nesta abordagem. Por hora, o que podemos falar até o momento consiste em

> […] uma desestruturação da base de sustentação da economia familiar dos atingidos. Essa desestruturação se refletiu na incapacidade, frente às condições gerais do patrimônio supostamente produtivo, de manterem a subsistência da própria família, que por sua vez se refletiu desde o início do reassentamento, na desestruturação social de suas vidas (Lima, 2017, p. 22).

Sendo assim, essa realidade demonstrada potencialmente pelas vozes dos nossos sujeitos e compreendidas nesta abordagem como gritos, no sentido conceitual de Walsh (2013, p. 93), significa o expressar de mecanismos, estratégias e ações de luta diante do sistema patriarcal-moderno/colonial, contra as condições de "[…] desesperança que desespera".

[14] A des/re-territorialização, consiste no processo de perdas e reconquistas do território, isto é, a cada desterritorialização existe uma reterritorialização implicada e independe das condições para que esse processo aconteça.

Contudo, paralelas aos gritos, as dores estavam marcadas nas subjetividades de uma geração de famílias, pessoas que se ausentaram de suas ambiências naturais e, portanto, culturais, sendo des/re-territorializadas e sofrendo com as ausências de diálogos, escuta aos envolvidos ou outras formalidades também contratuais pela CHESF, que pudessem viabilizar os recomeços das vidas dos reassentados. Nesta realidade de desamparo, essas pessoas não contendo "[…] o chiado que nasce de muito dentro e que sai por todos os poros e orifícios […] liderados pela alma e pelo coração, gritaram NÃO! Gritam DIGNIDADE! E gritam VIDA" (Walsh, 2013, p. 93).

Com esse sentido, este debate colabora com a representação e o fortalecimento do grito dos povos, aquele que sai do peito por sentir na escuta de homens e mulheres suas lutas por mudanças e transformações sociais em suas duras realidades. São escritos, descritos por aguerridos e aguerridas que "desafiam, transgridem, interrompem e deslocam o sistema dominante, nas fissuras que vêm de baixo, onde se encontram, se constroem e caminham formas de estar-fazer-ser-sentir-pensar-sobre-viver muitas outras e nas próprias possibilidades de fazer" (Walsh, 2013, p. 97).

Entre gritos, gretas e semeaduras, esta seção considera as vozes dos sujeitos, insurgências, afirmação de re-existência, re-humanização e libertação, e com isso, "ações sociais, políticas, epistêmicas, artísticas, poéticas, performáticas, espirituais -todas pedagógicas- que empregamos para quebrar e fissurar para insurgir [e] construir, assim como para alargar e aprofundar estas gretas" (Walsh, 2013, p. 106). O grito é uma forma de divulgar as dores, mas também de protestar contra a gravidade das problemáticas sociais, suas causas e consequências na estrutura de sujeitos e sociedades. É a publicidade do eu, evidenciando uma forma de sair de si e encontrar o nós, e este encontro consiste no fortalecimento do coletivo de forças uníssonas. Organizado, o grito se evidencia na tomada de passos necessários para o exercício de uma práxis que liberta através do (auto)reconhecimento dos(as) sujeitos das amarras de uma sociedade capitalista, nazifascista, desigual, desumana e injusta.

Em vários formatos e sentidos, expostos neste trabalho, o grito pode ser entendido como som de voz ou vozes de modo que se possa ouvir de longe para chamar atenção, ou socorro; pode ser expressão e sensação de dor, espanto, raiva, alegria ou qualquer outra emoção forte, como afirmam os dicionários básicos. Todavia, também pode ser o silêncio ensurdecedor daqueles(as) que, ao se ausentarem da coragem de gritar, respondem com o silenciamento da linguagem e o conforto do anonimato, podendo realizar em esferas da publicidade em rede. Pode ocorrer um grito sem a voz de quem grita, pois, marcado pelas expressões no corpo de sofrimento, carrega o flagelo cotidiano da vida. Ocorre também nas entrelinhas das falas

proferidas, pois, escrita com este teor sentimental, transparece nas interpretações em que são evidenciadas. Gritar de todas as formas é um exercício que pode curar as feridas acumuladas da alma nas relações de subalternidades a que estamos submetidas como pessoas, bem como nas condições de desumanidade na sociedade.

Entretanto, são as gretas que dão luz às esperanças pequenas, "elas revelam a irrupção, o começo, a emergência, a possibilidade e também a resistência do muito outro que faz vida apesar das […] condições de sua negação" (Walsh, 2013, p. 106). As gretas são as utopias que levamos para a luta diária contra o sistema. As construções destas utopias, suas edificações de realidade, fazem parte das lutas das resistências e das persistências em colaborar atuando na garantia dos direitos básicos e elementares para o bem viver de muitos sujeitos nas sociedades. São "modos-muito-outros de pensar, saber estar, ser, sentir, fazer e viver que são possíveis e, ademais, existem, através do sistema, desafiando-o, transgredindo-o, fazendo-o fissurar" (Walsh, 2013, p. 105).

As semeaduras são ações organizadas de resistência ao capitalismo, e as consequências dessa organicidade são fortalecidas, também representadas nas conquistas e legitimidades dos direitos sociais em muitos campos. Semear, nessas circunstâncias, é trilhar um caminho e um horizonte que se multiplica com as intenções práticas de defesa da vida no planeta. É fundamento potencial das insurgências e resultados de resistências e re-existências de povos e coletividades que mesmo enfrentando as violências deste sistema desigual e perverso que se instalou no mundo, conseguem sobreviver e existir como identidade no sentido étnico, de gênero, classe social e outras (Walsh, 2013). Semear a luta é pedagógico, é continuar insurgindo para manter-se na vida, quando o projeto de sociedade se direciona para o extermínio da diversidade e dos povos.

Trazer como estudo a ancestralidade dessa luta contra a CHESF, vista como "a Besta Fera" (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021) e evidenciada nos depoimentos analisados na presente seção como gretas, gritos e semeaduras (Walsh, 2013), colabora para a construção das linhas e entrelinhas deste texto. Seguiremos com a presença dos sujeitos e a história da luta de Itaparica.

6.1 OS GRITOS DECOLONIAIS DE ITAPARICA

Os grandes erros cometidos pela CHESF em relação às políticas de reassentamento do projeto de Itaparica levaram a população, que estava desamparada e completamente abandonada, a organizar levantes populares, mobilizações diversas e plurais. A história dos

enfrentamentos do projeto Itaparica nas décadas de 1970 e 1980 inspirou o legado sobre a importância dos movimentos sociais, sua organicidade para as conquistas de direitos dos espoliados do sistema: trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

Como mencionado, as usinas de Itaparica iniciaram a construção em 1979, no mesmo tempo em que as mobilizações e enfrentamentos dos reassentados ganharam corpo, frente e legitimidade. As consequências desta história estão presentes como legado das lutas das organizações populares no território, que ainda sobrevivem neste território nas fissuras do sistema capitalista, vivenciando limites e desafios na atualidade.

Para a liderança popularmente conhecida como Melo, do SINERGIA, o desfecho do projeto Itaparica mobilizou os movimentos sociais no território.

> É importante falar um pouco sobre os movimentos sociais daqui de Paulo Afonso e região […]. A barragem de Itaparica deu muito trabalho para nós dos movimentos sociais. A gente conseguiu unir os movimentos sociais, urbano com a área rural, e isso foi um movimento muito bom. A gente não parava naquela época, não parava (Melo – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

À época, as promessas da CHESF de proporcionar progresso e desenvolvimento à região Nordeste não se materializaram nas vidas da maioria da população, que depois de muito tempo, e aos poucos, alcançou alguns benefícios desse desenvolvimento. Contudo, o que se consolidou como consciência coletiva foi a relação que a empresa estabelecia com os atingidos, reassentados, trabalhadores do campo e da cidade. Segundo a narrativa de Cabral, "[...] a CHESF era como se fosse assim a dona de tudo, né, ela não respeitava. Quer desapropriar uma rua desta aqui? Você tem tantos dias para sair da casa. Era assim que era feito, dessa forma realmente que fazia" (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021). Diante dessa dura realidade que envolve a negação dos direitos de estabelecer e sobreviver na terra, houve movimentos de enfrentamento, compreendidos como greta pela rebeldia às imposições autoritárias e o abandono aos atingidos, a exemplo do projeto Itaparica. Os acontecimentos que fazem parte dessa realidade representaram um marco de lutas no território, diante da participação de uma grande frente que envolve organizações populares da cidade e do campo.

Marquinhos, do MST, se refere ao Território Itaparica-BA/PE como historicamente marcado pelas lutas sociais populares e questiona a participação do pequeno trabalhador nos projetos de irrigação, objeto da conquista destes trabalhadores:

> [...] aqui é um território que historicamente as pessoas lutam pelos seus objetivos, é [...] uma luta histórica sobre Itaparica, né. A ocupação de Itaparica [...] originou todo o perímetro de irrigação que as pessoas têm hoje aí, até Rodelas, de forma ainda que precisa de políticas públicas. Que esse perímetro [...] possa servir para os pequenos tanto do campo e da cidade, [...] na minha concepção, o grande e o médio agronegócio dentro do perímetro da ocupação que foi originada dos trabalhadores (Marquinhos – liderança do MST – 17/02/2023).

A luta conhecida de Itaparica foi intensa, diante da gravidade dos fatos ocorridos envolvendo a vida e a sobrevivência dos atingidos do campo e da cidade, pois a des/re-territorialização forçada em consequência da construção das barragens e o descaso da CHESF em relação aos reassentados representou o grande mote para a formação de um movimento forte na época. Dos enfrentamentos realizados, destacamos a formação de uma base militante e aguerrida na formação de uma frente sindical, na presença de outros movimentos sociais. Registra-se um movimento popular orgânico de exercício da Educação popular que ficou presente como memória histórica das lutas, representando a cultura de participação existente no território. A narrativa de Melo se apresenta como uma voz que expressa as singularidades desse processo:

> No final da década de 80, entrou a década de noventa, onde a gente teve um embate muito grande com a questão dos reassentados. Teve uma vez que a gente invadiu uma sala lá em Itaparica, onde tinha lá o encarregado chefe [...]; e a gente até hoje não esqueço, umas dez pessoas do polo sindical e a gente dava retaguarda. Entrou na sala, pegou a chave da porta e fechou a porta e botou a chave no bolso, e eu não sabia de nada, eu sabia que era uma reunião, até este cidadão chefe lá já faleceu. Aí um dos diretores do polo, que também já é falecido, ele disse: 'Olhe, nós só vamos sair daqui quando resolver o problema da gente, de reassentado, e nós estamos aqui com cinco litros de gasolina.' – e tava mesmo. 'Se não resolver daqui para 5 horas da tarde nós derrama este combustível aqui e vai todo mundo morrer queimado porque a gente não vai abrir a porta.' [....] só sei que a gente saiu de lá às 9 horas da noite [...]. A gente era nessa beira de rio do lado da Bahia, conversando com os sindicatos para organizar a luta (Melo – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Dionísio descreve o sistema Itaparica, listando os projetos de assentamento existentes no modelo de classificação da CHESF:

> O sistema Itaparica foi classificado pela CHESF como dois modelos: o projeto bordas do lago Pernambuco e Bahia e os projetos especiais. Por que isso? Porque eles entenderam que os projetos que ficaram distantes da borda do lago Itaparica, eles deram nomes especiais […] ficavam em áreas especiais por conta de todo um processo de realocação. O projeto Brígida é um dos três projetos especiais. O projeto Caraíbas, que hoje é conhecido e denominado

> por projeto Fulgêncio, isso em Pernambuco, e do lado da Bahia o projeto Pedra Branca. E dos projetos especiais, o projeto Brígida foi o primeiro a entrar tanto na questão do início do desmatamento manual, como também no início da irrigação de fato, que foi a data que já citei, fevereiro de 1994 (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022).

O resultado da intervenção da CHESF no território para a construção das usinas, principalmente a de Itaparica, demonstrou uma realidade de descaso que envolve o processo de desterritorialização e reterritorialização dos atingidos, implicando, do ponto de vista conceitual dessas categorias, um tempo de abandono e outro de adaptação aos novos territórios. Saquet e Sposito (2008) refletem sobre o tempo como um movimento contínuo, quando presente, passado e futuro indicam processualidade e, também, simultaneidade. Para esses autores, as dimensões das vivências das diferentes temporalidades e territorialidades resultam em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que geram sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades.

Como exemplo neste estudo, esse movimento de natureza humana e social implicado na des e re-territorialização foi causado em virtude da construção das barragens da CHESF no Território Itaparica-BA/PE. O processo ocorreu de forma negligente, irresponsável e sem o devido cuidado com as vidas humanas, suas histórias, memórias, ancestralidades e sobrevivências, o que resultou em uma mobilização nacional das estruturas organizativas dos movimentos populares em níveis local e global e, consequentemente, no fortalecimento da Educação popular diante das resistências consolidadas nas participações dos sujeitos diretamente atingidos pelo projeto de dominação instituído pelo sistema estatal de poder.

Cabral evidencia a supremacia da CHESF ao afirmar que:

> Sobre a CHESF, era uma deusa que fazia e desfazia como queria a mando do governo federal. O governo federal era o maior, ele tinha poderes no congresso e no senado, os governos eram todos dele e ele fazia o que queria, então nós não tínhamos uma base política para dar sustentação (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Jorge, ao relatar suas vivências no movimento popular de Itaparica, aponta para o processo que envolveu a construção das usinas e as mobilizações realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras no contexto da época. Menciona a existência de uma teologia popular e libertadora, vista nas atuações dos agentes sociais presentes, na época, no território. Essa práxis

é compreendida como greta no sentido da "pauta, espaço, posição, realização e razão, as práticas pedagógicas decoloniais" (Walsh, 2013, p. 96).

A contribuição de Nascimento (2010) sobre a experiência relacionada à construção das usinas de Sobradinho contempla a discussão e nos revela que,

> […] no caso de Sobradinho, mais de 70 mil pessoas tiveram de romper bruscamente a sua relação construída há séculos com o Rio São Francisco [...] quatro cidades e onze vilas foram submersas [...] uma verdadeira operação militar para remover toda a população indefesa das terras que deveriam ser cobertas pelas águas (Nascimento, 2010, p. 32).

O complexo de Sobradinho, localizado entre os municípios de Sobradinho-BA e Casa Nova-BA, a 40km de Juazeiro e Petrolina e 470km do complexo em Paulo Afonso-BA, beneficiou latifundiários da região que negociaram melhores terras e outras facilidades. Diante dessa realidade, os desmantelos da CHESF e a ausência de políticas favoráveis à população já era visto como *modus operandi* da empresa, por trazer circunstâncias terríveis para a população atingida, que necessitava de assistência, levando os atingidos de Itaparica à resistência e à busca de organização para defesa dos seus direitos.

No paradigma capitalista – o projeto ideológico centrado nas relações colonialistas de poder e, portanto, na legalidade das subalternidades –, a construção da CHESF é relevante para o desenvolvimento e o progresso na óptica burguesa. O intervencionismo exploratório, sobretudo negligente por não assegurar ao povo atingido assistência e sobrevivência, responde como consequência de um estado neoliberal globalizado que institui as desigualdades sociais, legitimando preconceitos e discriminações por aqueles e aquelas sujeitos do sistema. Os atingidos, mesmo tendo os seus territórios inundados, eram tratados como sem valor, pois suas vidas não importavam para o ideal de desenvolvimento que estava sendo projetado. Este paradigma, segundo Walsh (2013, p. 96), marca uma forma de conceber a humanidade, o conhecimento, a ordem e as relações sociais centrais do mundo-vida moderno, "que ao planejar permear as modulações dos comportamentos, conflitua com as possibilidades diversas de viver, estar, ser, saber, pensar e atuar", e esse conflito garante o fracasso das tentativas de homogeneizar e naturalizar as diferenças.

Segundo Lima (2007), o projeto de Itaparica tem uma particularidade em relação aos projetos criados anteriormente, a exemplo de Sobradinho, na Bahia, pois neste caberia à CHESF apenas indenizar as famílias atingidas, resultando em fracasso para os atingidos. Foi justamente em razão desta tragédia que a barragem de Sobradinho significou para as famílias que "despertou a desconfiança da população acerca do projeto de Itaparica, também tinha como

objetivo pagar apenas as indenizações dos bens às famílias, sem nenhum compromisso com o destino das mesmas" (Lima, 2017, p. 3).

Jorge narra a história do projeto Itaparica:

> E assim, um pouco da história de Itaparica [...]. Aqui nós tinha outra experiência, embora a barragem muito menos que foi a barragem de Moxotó, inundou a cidade de Glória, cidade natural de glória, a velha Glória, Curral dos bois, como era chamada no início, a barragem de Moxotó inundou ela. Hoje nós temos a chamada Nova Glória e uma pequena parcela de área agricultável das famílias ribeirinhas. Itaparica inundou um contingente bem maior, acho que 180km de extensão, salvo engano, eu acho que é isso (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

A CHESF, instalada no território, impactou a definição geográfica e territorial quando provocou inundações de cidades, povoados e ecossistemas, atingindo os sujeitos e suas subjetividades, as culturas e interculturalidades. Essa devastação afetou etnias, indígenas e quilombolas, comunidades originárias e tradicionais de agricultores, pescadores e tantos outros pertencentes à Educação do Campo, o que resultou na luta permanente pelo reconhecimento dos seus territórios ameaçados pela ausência de políticas sérias de reassentamento do Estado no território.

Para Caldart (2021), a Educação do Campo é o nome na atualidade que identifica e reúne diferentes lutas realizadas pelo povo que vive e trabalha no campo, na garantia do acesso à educação pública e outros direitos historicamente negados ou atendidos de forma precária. É também expressão de movimento prático que define finalidades e dinâmicas, reflete a análise de quem participa desse movimento que vincula origem da Educação do Campo e história real de identidades, memórias, territorialidades e reconstituição de territórios implicados nas relações sociais de territorialidades estabelecidas. Essa autora acrescenta, nesta definição, os sujeitos coletivos, suas formas associativas de lutas coletivas, cujo foco é a educação como construção e, assim,

> [...] trata-se de um modo de lutar, de pensar e de fazer a educação que se enraíza no trabalho do campo e em seu sujeito, suas lutas, sua cultura, seu modo de produzir e respeitar a vida se fundamenta na compreensão das determinações sociais das ações que seu sujeito protagonizam e em uma concepção de educação com finalidades emancipatórias (Caldart, 2021, p. 356).

É importante ressaltar que o movimento de luta de Itaparica foi uma expressão de resistência especificamente dos povos do campo, protagonizado pelos(as) trabalhadores(as), não existindo, nos limites desta pesquisa, outra realidade similar de mobilizações de insurgência contra a CHESF, principalmente na cidade. Embora o território de Itaparica-Ba/PE tenha destaque nacional com denúncias das condições precárias em relação aos desmandos da CHESF contra o povo, a exemplo do descaso da Vila Poty, os embates foram no campo, e com isso relevamos o protagonismo do campo nas lutas.

A constatação que evidencia esse protagonismo do campo se funda no entendimento sobre o descaso político desse espaço social, historicamente inferiorizado e condicionado à subalternidade. Para a concepção dessa lógica de dominação, Marx e Engels (2014), ao afirmarem sobre a submissão da burguesia no campo ao domínio da cidade, colocam como consequência a criação de cidades enormes, aumentando imensamente a população urbana em relação à rural e assim subordinando o campo à cidade, pois de maneira geral essa sujeição se manifesta analogicamente nos "[...] países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados os povos camponeses aos povos burgueses o Oriente ao ocidente (Marx; Engels, 2014, p. 45). Assim, é importante pontuar a existência do processo de inferiorização mais acentuado no campo, por isso os enfrentamentos naturalmente são maiores neste território, como evidencia a história de embates contra a legitimidade estrutural da dominação no Brasil.

Como se pode ver na narrativa de Helena, mulher do campo, integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA, ao relembrar a sua vida no passado, antes das intervenções da CHESF no povoado em que residia com sua família, ela expõe seu grito como consequência das dores sentidas por ser obrigada a deixar seu espaço de vivência. Seu lugar de identidade ribeirinha foi interrompido para a construção das barragens nas usinas da CHESF.

> Quando a gente deixa tudo para trás, que depois vai lembrar do passado, muitas coisas boas. A gente morava, por exemplo, em uma beira de rio. Que gostoso aquele banho do rio São Francisco, morar no lugar que tenha pesca. Então meu marido gostava muito de pescar e aí, depois de muitos anos, vem a história de que nós tínhamos que sair daquele lugar [...]. Naquela época, quem foi a pessoa que apareceu no nosso meio para nos orientar a procurar, assim, a gente se organizar, nossas famílias, foi Alcides Modesto. E nessa época ele era um padre da paróquia (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

O grito, entendido como uma prática e intervenção política, epistemológica, ontológica e existencial (Walsh, 2013), aponta para caminhos e atitudes decoloniais de denúncia da

subordinação de classe, consequências reais vividas pelas pessoas atingidas. Vanaílza, em sua narrativa, relata as tristezas da família diante da mudança do lugar de pertencimento.

> A mudança foi um pouco triste, a gente estava tão acostumado com o nosso lugar, a cultura da gente e tudo. Tivemos que levar animais domésticos. Eu lembro muito bem, eu tinha oito para nove anos e eu lembro tão bem como se estivesse hoje, a mudança, o nosso caminhar de lá para cá (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Face às histórias das lutas sociais no território no contexto favorável à formação da consciência política dos sujeitos por influência, dentre outros fatores, da atuação da igreja popular da libertação conduzida nas práxis de Alcides Modesto, D. Mário Zanetta e Lourenço Torri, se processava continuamente a necessidade urgente de organizar os embates para enfrentar a realidade que estava por vir. As influências desse contexto proporcionaram o fortalecimento de uma Educação Popular e, com ela, a emergência do movimento sindical dos trabalhadores do campo, com reflexos na cidade no Território Itaparica-BA/PE. Os encontros para discussão, o planejamento das propostas e agendas de enfrentamentos das organizações populares representadas, vistos como gretas, têm na narrativa de Jorge, liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA, um destaque particular, pois nos conta que

> [...] essa história começou a alertar as pessoas da necessidade de se organizarem. Naquele tempo nós tínhamos apenas dois sindicatos regionais, um em Pernambuco, em Petrolândia, e Paulo Afonso, aqui na Bahia. Mas eram sindicatos muito atrelado aos patrões, não fazia movimentos sociais, não eram reivindicatórios. Teve aí uma primeira ação, um primeiro trabalho de tomar este sindicato para que ele fizesse seu papel de fato de receber a demanda dos agricultor, suas reivindicações, e começar a se organizar os movimentos. É tanto que muita gente de outros municípios terminou inicialmente que filiando a esses sindicatos. Na Bahia, o segundo sindicato filiado foi em Rodelas. Me lembro que meu pai foi filiado por um longo tempo a esse sindicato e muitas outras famílias de Glória. E em Glória veio ser fundado um sindicato no final dos anos de 1979 [...], dois anos depois houve outra assembleia que se formou um sindicato de fato. A partir daí começou a organizar alguma coisa no sentido da reivindicação. Bom, essa é uma história que começa aí no ano de 1979, que foi a fundação do sindicato. Nos anos 1980 ou 1981, eu me lembro, a gente já participava da criação do chamado Polo Sindical (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

O contexto social e político de uma ditadura militar no Brasil limitava a atuação dos trabalhadores(as) e organizações populares nas mobilizações sociais e, assim, na luta e defesa dos direitos. Entretanto não impedia a integralidade do processo de participação coletiva, que resistia como pauta política favorecida na construção de proximidades como "raiz da práxis e

o ponto de partida de toda a responsabilidade pelo outro [...] pelo pobre, a quem deseja a proximidade dos iguais" (Dussel, 1977, p. 26).

6.2 NAS GRETAS E SEMEADURAS DA LUTA DE ITAPARICA

Entre reuniões diversas realizadas, a organização do movimento de mobilização contra as intervenções da CHESF não parava, na época. Para muitos atingidos, os problemas nunca foram resolvidos, embora a luta tenha sido realizada com o empenho e o desejo de mudanças. Cabral, do SINERGIA, relata como aconteceram as mobilizações e chama atenção para o descaso, pois, para ele, se a CHESF tivesse negociado, respeitado os(as) trabalhadores(as) com a implantação e a intensificação de políticas sérias para proteger aqueles e aquelas que perderam seus territórios, não teriam acontecido tantos problemas.

> Se tivesse feito diferente, não teria acontecido tudo isso. Reunir os trabalhadores, conversado o que era melhor para eles, era assim que deveria ter feito, pois a terra era deles, nasceram e criaram ali, na beira do rio, talvez não tivesse acontecido tantos conflitos que teve nessa época. Teve invasão no prédio sede em Recife, em Itaparica, aqui e em Alagoas. Foram vários conflitos porque não houve um diálogo. Para a CHESF, eu faço o que eu quero porque sou dono, eu mato, eu enforco. Se tivesse havido um diálogo para que pudesse conversar, as lideranças, os políticos […] (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Muitos dos depoimentos confirmam a total ausência de diálogo da CHESF, como narra Cabral ao dizer que "[…] nem negociar a CHESF queria […]". Diante dessa situação, não restava outra alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras atingidos pelas barragens de Itaparica, a não ser "[...] fazer essas negociações, esses ataques para obrigar que a CHESF viesse negociar com os trabalhadores" (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Os enfrentamentos eram intensos e em diversos formatos, e os agentes mobilizadores da luta de Itaparica contra a CHESF ouviam afirmações no senso comum de que os manifestantes queriam parar o progresso. Carlos responde a esta questão e afirma que

> […] alguns diziam que a gente tava querendo parar o progresso, mas não era parar o progresso, a gente queria conciliar o progresso com as situações. E não ouve isso, e não deu tempo para ver isso porque simplesmente era um massacre o poder econômico contra o povo. E aí essa luta foi uma luta muito grande, muito árdua, mas que deixaram marcas até hoje e vai ficar marca para o resto da vida por uma falta de sensibilidade da CHESF de ver as pessoas como as pessoas são, de dever respeitar a cultura das pessoas, que não foram respeitadas, não respeitar o ser humano enquanto pessoa. Assim, a gente sente

> muito o que aconteceu no Lago de Itaparica, por isso por essa luta desigual do poder econômico contra o ser humano, contra o trabalhador rural, contra trabalhador urbano que não foi respeitado nada (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

E assim, para Carlos, deveria ser possível conciliar o progresso com a assistência, a segurança, o respeito e a sensibilidade aos atingidos, mas não foi isso o que aconteceu, pois a CHESF deixou marcas irreversíveis de negligência nos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade. Touraine (2009) reflete sobre a ideia do progresso como uma apologia que se apresenta na condução da felicidade na humanidade, o que para esse autor está muito longe de uma reflexão do indivíduo sobre ele mesmo e sobre a afirmação de seus direitos. O referido autor afirma que "todas as formas de 'progressismo' levaram à criação de poderes totalitários da mesma maneira como outrora a sociedade foi submetida a um projeto divino" (Touraine, 2009, p. 62, grifo do autor).

Diante dessa realidade, Zen e Ferreira (2012) afirmam que na década de 1970 intensifica-se no Brasil a política energética para a construção das barragens, e no contexto, na época, do milagre econômico na ditadura militar, um ideal desenvolvimentista estava em curso. A demanda por energia e a crise do petróleo verificada a partir de 1973 formavam um cenário econômico favorável para a busca por fontes energéticas, seguindo o modelo capitalista em um país de heranças históricas marcado pela escravização negra e genocídio dos povos originários e tradicionais. Essa realidade resulta em consequências vivenciadas na intensificação histórica da desigualdade social, em um sistema que se posiciona como onipotente, global e totalizador (Walsh, 2013).

A demanda desenvolvimentista favoreceu as elites, mas para o povo, principalmente os atingidos pelas barragens, restava as imposições de poder, as modificações negativas que alteravam o ecossistema, a espoliação do trabalho, a exclusão dos atingidos e descasos com as vidas dos sujeitos e os seus territórios. Sobre os efeitos negativos das hidroelétricas, afirmamos com os autores que

> […] a construção de barragens traz consequências negativas para as regiões em que são construídas, tanto pelo alagamento de grandes áreas quanto pelos desvios de rios e barramentos, que diminuem a vazão em alguns trechos. O paredão que transforma rios em lagos retém sedimentos e nutrientes, impede a migração e reprodução de espécies de peixes, modifica a fauna aquática e inviabiliza a atividade pesqueira por longos anos. Há destruição de florestas e terras agricultáveis, e milhares de pessoas são expulsas de seus territórios e perdem a fonte de sustento ligada ao rio e às áreas alagadas. Ao mesmo tempo, contingentes de migrantes atraídos pela construção da obra alteram

> repentinamente o perfil demográfico das regiões atingidas, sobrecarregando os serviços públicos e a infraestrutura local (Zen; Ferreira, 2012, p. 489).

O impacto das políticas energéticas com a construção dos complexos hidroelétricos no modelo de sociedade desenvolvido no percurso histórico favorece mais ao ideal capitalista de poder e dominação e menos aos trabalhadores e trabalhadoras marginalizados no sistema. Não imaginamos como seria a vida sem energia elétrica e os equipamentos eletrônicos que fazem parte do nosso existir cotidiano, no entanto, não havendo proporcionalidade entre desenvolvimento e desigualdade social, ambos não devem estar imbricados, sendo inaceitável essa dependência proporcional.

É importante retratar o valor das indenizações que eram calculados pelos setores de patrimônio da própria empresa, seguindo "[…] a lógica do menor custo possível, na qual se aplica inclusive a depreciação dos materiais das construções, ou seja, dificilmente com o dinheiro recebido alguém conseguiria reconstruir sua vida em outro lugar com condições similares" (Zen; Ferreira, 2012, p. 490).

A ocupação dos espaços pelos sujeitos, consolidando territórios de origens, foram lugares interrompidos para a construção das hidroelétricas com a inundação de povoados e cidades onde viveriam as pessoas e suas interculturalidades. Perante esta realidade, a narrativa da liderança Vanaílza, ao empregar os advérbios "aqui", para se referir ao local onde chegaram após a construção das barragens, e "lá", o de origem, diante da desterritorialidade e a desocupação do lugar perdido com a construção do complexo, revela um movimento de des/re-territorialização que compreende como desaparecimento subjetivo de territórios.

> Quando a gente chega nesse lugar aqui, a agrovila, totalmente diferente. Lá era na beira do rio, aqui não é. É longe do rio, é uma vila, uma fileirinha de casas, agora as casas bem estruturadas que a CHESF deu em troca das que a gente tinha lá. Aí a gente veio morar nas agrovilas, algumas famílias foram para outros lugares, [...] a gente era vizinhos de alguns e acabou se distanciando. Alguns irmãos da minha mãe foram para outros lugares, outros projetos, a gente se distanciou [...]. Eles sentiram muita dor nisso. Hoje já se acostumaram, mas na época sentiram muito essa questão da mudança e divisão da família. As agrovilas são numerados, tem a 6, 7, 8, a estrutura é uma fileirinha de casa. Até que é bem feitinha. A gente ficou muito tempo vivendo muito tempo só com a ajuda de custo que a CHESF pagava. Até hoje paga a ajuda de custo porque não deram a terra (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Não por acaso, o movimento da subjetividade que ocasionou o despertencimento forçado do espaço de origem, narrado pela liderança, causou sofrimento perante a transferência

do lugar de ausência do rio, gerando a desagregação do elemento natural e social das identidades ribeirinhas, sem falar que a garantia da sobrevivência das famílias ficou ainda mais difícil; até o momento da pesquisa, a CHESF mantém uma ajuda de custos para algumas famílias reassentadas que não foram contempladas pelo projeto de irrigação e nem com a terra para plantar.

É importante afirmar que há evidência da legitimidade da luta e da resistência como mecanismos de garantia da existência e da liberdade, e nessa legitimidade da resistência deve existir o respeito à diversidade cultural, às pluralidades, às identidades em distintas realidades. Outra totalidade é possível quando atentarmos de forma prioritária para a incorporação de uma cultura da participação como simbologia representativa, envolvendo o campo das aprendizagens em espaços plurais, formais e informais. A cultura direciona a pensar em saberes e conhecimentos apreendidos como criação, herança, tradição, técnicas, artes, atitudes, crenças e tantos outros atributos que relacionam os sujeitos e suas subjetividades nas sociedades. Diante disso, o projeto dominante de poder capitalista é parte de uma cultura existente que admite e legitima a exclusão e com ela a negação de direitos elementares à vida com dignidade, gerando a convivência desigual em sociedade. Esse projeto é comprometido com a negação do acesso e a falta de oportunidade de educação, concilia com naturalidade as desigualdades sociais existentes e se volta para promover o distanciamento dos sujeitos, construindo labirintos sociais de classe. Outra cultura e totalidade necessitam de existência ao resistirmos e enfrentarmos os horrores de uma totalidade semântica da linguagem dominadora. Para uma nova totalidade, consideramos a "semiótica da libertação ao descrever o processo da passagem de um sistema determinado de signos para uma nova ordem que só irá interromper quando a velha ordem for suprimida" (Dussel, 1995, p. 148).

Sempre há aqueles e aquelas que conduzem a luta e a resistência contra os desmandos do Estado e do mercado que estruturam um sistema de apropriação da mais-valia, da espoliação do trabalho no exercício legal da desigualdade social instituída no sistema. Diante da realidade desta abordagem, que trata dos impactos da CHESF no território Itaparica-BA/PE, com a des/re-territorialização dos reassentados, principalmente do projeto das usinas de Itaparica, é válido afirmar que

> […] fez florescer organizações locais de atingidos por barragens, como organizações autônomas ou integradas a sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais sociais e organizações não governamentais (ONGs). As organizações de atingidos nas barragens de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco, de Tucuruí, no rio Tocantins, de Itaipu, no rio Paraná, e de Itá e de

> Machadinho, na bacia do rio Uruguai, foram as de maior destaque nesse período (Zen; Ferreira, 2012, p. 491).

Nas narrativas das lideranças que participaram como protagonistas da história do território neste estudo, os relatos das aflições vivenciadas nesses tempos são revividos na exposição da memória, apontando e revelando nas entrevistas narrativas as resistências de momentos singulares para a história desse território. É o que estamos destacando como grito, visto nas citações dos fragmentos a seguir,

> [...] foi nos anos 1980, início da luta, com enchimento do lago tanto na parte de Pernambuco, como na parte da Bahia, foram atingidos com o enchimento do lago de Itaparica, [...] e tivemos muita luta, muita resistência, até porque a CHESF, como hoje tem a questão social [...] O que a gente tem muito de Itaparica são essas lutas e essas resistências, porque não foi respeitado cultura de ninguém (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Compreendemos que as resistências que Carlos narra são gretas decoloniais no caminhar das possibilidades existentes de fazer os enfrentamentos entre coletivos de sujeitos que buscam nessas gretas "[…] construir, diariamente e a partir de diferentes espaços, geografias e tempos, formas de estar, fazer, sentir, pensar, saber, existir e viver muitas outras" (Walsh, 2013, p. 107). Para essa autora, torna-se necessário alargar um pouco mais a greta que habita o muro das impossibilidades econômicas e políticas, e só assim se tornará mais profunda a rachadura no grande muro do capitalismo.

6.3 A FORMAÇÃO DE SINDICATOS E FEDERAÇÕES E O PROTAGONISMO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES NA LUTA DE ITAPARICA

No final da década de 1970 e início da década de 1980, as grandes greves do ABC paulista, lideradas pelo Sindicato das Indústrias de Metalurgia, tornou operário Luiz Inácio da Silva (Lula) protagonista como liderança política nacional, força representativa da contra-hegemonia que se tornou presidente com o voto popular por duas vezes consecutivas e, no momento da pesquisa, mantém-se em mais uma administração política federal, na luta pela democratização das forças ameaçadas pela ascensão do fascismo do presidente antecessor.

Esse contexto histórico foi favorável à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua central sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que, consequentemente, estimulou o crescimento e o fortalecimento de organizações populares (sindicatos, polos, associações diversas), que resiste até a contemporaneidade, mesmo entre crises e rupturas

políticas. O PT, com a personificação de sua liderança maior, ao longo de sua trajetória como partido político foi braço direito das lutas sociais, e neste território é fato evidenciado, pois a maioria das lideranças tem o líder metalúrgico como ícone de sustentação do movimento. Lula, como é identificado, consolidou-se como uma das lideranças de notoriedade internacional, comparando-se, do ponto de vista dos princípios, a líderes mundiais que contribuem para refletir e atuar nas fissuras do sistema capitalista, como Pepe Mujica, Fidel Castro, Hugo Chávez, Nelson Mandela e outros. É relevante registrar a participação de outros partidos de esquerda no fortalecimento da luta no sistema capitalista, como PCB-70/80, PCdoB e, mais atual, PSOL; o que se realiza contrário a esse entendimento faz parte de práticas individuais ou de grupo, mas não dos princípios.

Na década de 1980, as organizações populares cresceram no campo e na cidade, contribuindo para a abertura do sistema em direção à redemocratização e à interrupção do regime ditatorial, em curso nestes tempos. Há uma realidade de formação dos sindicatos de base patronal, no entanto, a importância destes espaços de luta como mediadores dos direitos trabalhistas e defensores de pautas que sustentam o combate por uma sociedade justa, equitativa e participativa torna-se imprescindível. A liderança do SINERGIA colabora para entender esse contexto:

> [...] as primeiras manifestações de organizações dos trabalhadores na década de 70 onde tivemos, a primeira e maior greve do Nordeste em 79, aqui no Nordeste, a greve da CHESF, e São Paulo, a greve do ABC Paulista, chama até aqui na época do ABC paulista de São Paulo era [...] aqui, aquela... naquela luta em Paulo Afonso, onde paralisamos a CHESF, mais de 97% da CHESF paralisou, ficou parte dos engenheiros da usina, o resto parou tudo. E aí veio a luta, inicia a questão de Itaparica, da barragem de Itaparica (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Em relação à geopolítica dos enfrentamentos nos cenários global e local, destacamos as estruturas de mobilização existentes de promoção das organizações populares no Brasil. O momento apontado, como as décadas de 1960, 1970 e 1980, registrado anteriormente em outras partes deste trabalho, é favorável à ascensão de organizações populares diante de uma estrutura ampla de fortalecimento do exercício da práxis da teologia da libertação, crescimento da organização sindical, a participação das FETAGs, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com destaque para o programa educacional das federações, implantado para buscarem apoio nos sindicatos (Nascimento, 2010).

A liderança do Sindicato dos Trabalhadores de Glória-BA narra o início dos enfrentamentos de Itaparica, a fundação dos sindicatos em 1979 que, segundo ele, nessa época,

"já participava da formação do polo sindical" (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022). Entendemos essa formação do Polo Sindical do Submédio São Francisco como uma greta necessária dessa trama que estamos retratando, e sobre isso afirma Jorge:

> O Polo Sindical foi um fórum das organizações dessa região, e aí organizava os sindicatos da Bahia e Pernambuco. Nós tínhamos experiência vivida pelas federações e da formação de polos regionais, e acho que foi um pouco dessa luz que trouxe pra Itaparica. Itaparica foi pela necessidade que se tinha, foi um polo diferente porque organizou dois estados. É o único que a gente conhece na história do Brasil. Bom, em 1981 já se fazia – acho que não estou equivocado na data não –, me parece, salvo engano, em 1981 a primeira concentração de pessoas no município de Petrolândia, juntou-se. A história conta de 7.000 famílias (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Sobre esse contexto de desfechos da institucionalização da luta e a participação de sujeitos como agentes mobilizadores, Nascimento (2010, p. 33) colabora no sentido de apresentar as demandas que provocaram o consenso sobre a urgência da organização dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade:

> Intensificou-se um fluxo de demandas não somente aos sindicatos, mas também à FETAG e à CONTAG. Dessa forma, sob a pressão dos trabalhadores rurais de cada região do estado, o sindicalismo teve que procurar alternativas para atendê-los. Ainda que os dirigentes sindicais hesitassem diante dessa pressão social massiva, e não obstante as contradições internas ao sindicalismo de trabalhadores rurais, as lideranças alcançaram um consenso mínimo. Tanto em termos de encaminhamentos judiciais, como de pedidos de audiência às autoridades do Poder Executivo para cobrar medidas de reparação.

Para esse autor, a necessidade de assessorias regionais dos órgãos estaduais e federal, CONTAG e FETAGs, assegurava a organização administrativa dos sindicatos implicada em ampliar a consciência dos trabalhadores na conquista dos seus direitos. Nos encontros regionais realizados nessas instâncias, a atuação fundamentada no plano de ação concebido no início de 1973 era sugestão de enfrentamentos da prática coletiva. Das ações propostas, destacamos: "assistência; a situação patrimonial da FETAG; [...] assistência jurídica e contábil; […] e assistência previdenciária" (Nascimento, 2010, p. 32). Sendo assim, "[…] conseguiu-se […] instalar 22 assessorias regionais que, mais tarde, consolidaram-se algumas delas em Polos Sindicais" (Nascimento, 2010, p. 34).

Em meio às turbulências ocorridas com as inundações das áreas em que seriam construídas as barragens de Itaparica, as denúncias sobre o terror que estavam passando os(as) trabalhadores(as) do campo, diante da ameaça real de retirada dos seus territórios, a união de força das organizações populares fez muita diferença. Sobre a estrutura do polo, Dionísio, atual diretor, retrata este acontecimento significativo:

> [...] os sindicatos nos municípios que foram atingidos por barragens, eles não conseguiam espaço para reivindicar estes direitos junto ao poder público. Foi quando, através de orientações, por exemplo, da Igreja Católica, que se criasse uma instituição unificada para agregar estes sindicatos e formar uma força única representando Bahia e Pernambuco, e aí surgiu a ideia de se criar esta instituição com o nome Polo. Porém, na época, não teve como criar uma instituição jurídica e aí criou-se então a comissão com o nome Polo, que era a agregação de todos os sindicatos dos municípios que foram atingidos por esta barragem (Dionísio – liderança do Polo Sindical do Submédio São Francisco – 08/03/2022).

Foram muitos enfrentamentos organizados para conseguir uma comunicação com a CHESF. Enfrentando as irregularidades cometidas pela empresa, o movimento tinha a finalidade de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e das famílias que viviam como ribeirinhos, agricultores, indígenas e outras identidades singulares de uma ecologia humana, onde o Rio São Francisco era o principal elemento de viabilidade dessa existência. Desvincular-se de um cenário da natureza onde a vida se originou como sentido existencial não era intenção do povo atingido pelas barragens. Impedidos de prosseguir com os seus modos de vida, foram retirados das suas territorialidades vivenciais para reconstruir outros territórios e territorialidades. Sobre esta realidade, Vanaílza diz:

> [...] meu pai hoje, eu vejo que ele é meio desgostoso com tudo que aconteceu, porque ele tinha a terrinha dele lá, plantava, ele vivia na beira do rio, tinha as coisinhas dele. E aqui a CHESF prometeu, prometeu e até hoje meu pai não teve o prazer de ter a sua terrinha e plantar. Ele tem 75 anos e mesmo assim ele quer trabalhar, quer estar na roça […] (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Glória-BA – 17/02/2022).

Registramos outros acontecimentos que envolvem prisões de lideranças, ocupações, paradas de máquinas na tentativa de provocar um diálogo com a CHESF. Tais fatos narrados são importantes evidenciar, para compreendermos, nessas especificidades, detalhes de uma realidade ocorrida. É o que propõe a próxima subseção deste trabalho.

6.3.1 Fatos ocorridos na Luta de Itaparica

Jorge recorda os tempos duros da ditadura militar, as violências cometidas contra a militância contrária a esse sistema, a assistência jurídica da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e registra um fato ocorrido, a prisão do delegado desta federação:

> Esse ato, como sendo um dos primeiros, é importante a gente lembrar que a gente vivia os resquícios de uma ditadura militar, onde as ações eram de represália, era truculenta, era difícil. Nesse ato nós teve um advogado da federação de Pernambuco e um diretor do sindicato de Petrolândia preso por algumas horas, mais ou menos duas ou três horas. E só por conta da grande organização de pessoas que tinha naquele dia se conseguiu […] resgatar, retirar, fazer com que ele fosse solto, essas duas pessoas. E aí o ato aconteceu (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Outro momento marcantes de prisões de lideranças, relatados por Helena, foi evidenciado no acontecimento denominado "parada das máquinas". As reivindicações dos trabalhadores do campo, atingidos pelas perdas dos plantios em consequência das poeiras levantadas por máquinas que construíam as barragens, davam sentido ao grito emitido por todos e todas que participavam da mobilização contra as irresponsabilidades da CHESF. A história narrada a seguir foi vivenciada por nossa liderança; eis o grito coletivo:

> Um belo dia, a gente tava em casa à noite e chegou uma pessoa, vizinho, que era uma pessoa articulador, que articulava o pessoal para ir quando tinha o movimento, assim, forte, chamando Cícero para ir para a parada das máquinas […]. O primeiro passo foi a parada das máquinas pela destruição dos plantios por conta da poeira das máquinas, e ele foi e eu fiquei, fui dormir com os meus meninos. Quando foi de manhã, às quatro horas da manhã, chegou uma pessoa em casa e chamou. Aí eu falei: 'Não, ele foi para a parada das máquinas, uma manifestação que tinha, e não chegou ainda não.' Aí ele falou: 'Então ele foi um dos que desapareceram lá da greve, porque desapareceu quatro companheiros.' Eita! Aquele momento aí eu me levantei, peguei as crianças, fui, levei na casa de uma vizinha e fui chamar pessoas pra nós ir pro ponto do manifesto. E quando a gente chegou lá, aí exatamente era verdade, faltava ele e mais três companheiros. E a gente já junto com o advogado Celso, que era o advogado muito empenhado nesse movimento também, e a gente foi pra Paulo Afonso [...] aí fomos direto para Paulo Afonso. Quando chegamos lá, encontramos todos os quatro, tava preso por defender uma causa justa, né?, que era nossos direitos. Mas graças a Deus, naquele momento eles falaram que eles não maltrataram eles, não bateram, simplesmente pegaram, jogaram no carro e, então, o delegado daquela época era Dr. Antônio, e aí, quando foi por volta do meio-dia, conseguiram liberar eles (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Esse mesmo fato, narrado por Vanaílza, mostra o trauma vivido quando criança, que assistiu a prisão do pai e a aflição da mãe, e agora relembra fatos vivenciados que marcaram sua memória, ratificando que nunca acreditou que seu pai estava fazendo algo que justificasse a prisão.

> Meus pais foram para um movimento, isso marcou muito a minha infância. Minha mãe ficou com a gente, meu pai foi e lá foi preso, um agricultor, trabalhador, honesto, sendo preso porque ele foi para a parada da barragem, para não deixar construir aquela barragem, eles não queriam que fosse construído de jeito nenhum. Meu pai foi preso, minha mãe teve que deixar a gente, socorrer para vê o que ia fazer para soltar ele. Aquilo marcou muito a vida dele, porque nunca aconteceu nada de errado na vida dele, ele foi sempre um homem honesto. E acontecer isso porque ele estava lutando, mas naquela época sabíamos que era manifestação (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 04/11/2021).

Sobre a prisão das lideranças, Helena e Jorge fizeram questão de reforçar que essa situação, ao contrário do que muitos acreditavam, permitiu mais ânimo para lutar. Fortalecidos, mantiveram-se no movimento, não deixando se abater e amedrontar, pois a iniciativa da prisão tinha este objetivo.

> A gente voltou para as nossas casas mais assim, com mais ânimo, com mais disposição de lutar. Ainda mais voltemos em casa, fomo vê as crianças como estavam na casa da vizinha. A gente voltou de novo para o movimento, a gente foi cada vez mais, cada ano deu mais ânimo para lutar, valia a pena, a gente não podia era se abater por pequenas coisas. Coisas piores poderia vim, mas a gente não podia desistir, a nossas vidas e a vida de nossos filhos era que estava em jogo e a gente tinha que lutar pela sobrevivência dessas famílias. E aí foi muitos momentos que a gente passou nessa luta, e quando chegou o ponto principal, que foi a greve maior, que foi a das paradas das máquinas [...], naquele momento a população teve que entrar mesmo, de parar as máquinas e fazer com que tudo acontecesse, a negociação. E a gente conseguiu até aí, voltando para casa com a disposição, e a expectativa era essa, de se não acontecer o que foi negociado, voltaremos novamente a fazer. Podia ser até pior, e foi, quando eles resolveram fazer essa mudança na gente, foi construído essas casas correndo, né, e escolheram um lugar, assim, que talvez não fosse o melhor, que foi o caso nosso, fiquemos no projeto jusante e deu nessa história toda (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Para Jorge,

> [...] não foi ato que conseguiu desanimar a população. A população continuou organizada, continuou resistindo cada vez mais, quer dizer, esses atos só

> faziam era aumentar a coragem, e a força e a vontade da população, até porque tinha uma questão que era de fundo: a necessidade de sobrevivência. Se a gente não se organizasse, o que a gente esperava, a expectativa era de que acontecesse a mesma coisa de sobradinho ou pior (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Jorge continua sua narrativa sobre a prisão das lideranças, anteriormente citada, acrescentando o viés político, as estratégias de ação adotadas visando restabelecer o movimento, trazendo uma interpretação do caso sucedido de forma a fortalecer as gretas dessa caminhada, pois elas "[...] requerem um refinamento do olho, dos sentidos e da sensibilidade para poder ver, ouvir, escutar e sentir [...] e para reconhecer [nele] a esperança [...] [de não apenas gritar, mas afirmar a caminhada pela vida] (Walsh, 2013, p. 107, grifo nosso).

> Esse cascalho era um material essencial para a construção da concretagem da barragem de Itaparica, né, e a retirada dele levantava nuvem de poeira que estava atingindo as plantações dos ribeirinhos ali próximos. E, evidentemente, aproveitando desse ensejo, a gente fez uma grande movimentação para fazer valer a nossa reivindicação, de toda Itaparica, é claro. Então a greve foi nesse sentido. E numa avaliação que a gente fez, que no final da greve, no décimo sexto dia, houve uma invasão policial ao acampamento e conseguiu desmobilizar a população que estava acampado. E aí tinha uma comissão que aceitou discutir com a CHESF em Recife, e aí o acampamento ficou desprovido das liderança porque escolhemos as principais lideranças para mandar para a mesa de negociação. E aí isso terminou que a polícia ficou sabendo disso e aproveitou o ensejo para tentar e conseguir evacuar o acampamento (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Carlos conta sua experiência, ainda jovem, como funcionário de uma empresa terceirizada a serviço da CHESF. Lembra dos embates que presenciou no movimento conhecido como "parada das obras":

> Eu lembro da invasão à obra de Itaparica em 1987. Foi quando houve também uma invasão e pararam a obra. Eu era recém-chegado enquanto trabalhador lá, na obra de Itaparica. Eu fui funcionário pela TENENGE, eu era fiscal, recebia o pagamento pela TENENGE, mas trabalhava para a CHESF pela terceirização [...]. Eu vinha de uma maratona de trabalho porque lá em Itaparica eles queriam acelerar a obra. E aí houve essa invasão dos trabalhadores, nós passamos três dias ou cinco dias, a obra parada por conta dos trabalhadores terem invadido, cercado lá, não deixavam ninguém nem sair, nem entrar e a grande confusão foi por conta disso. Houve embates, inclusive a polícia bateu em pessoas, em trabalhadores na época, porque eles queriam desobstruir para poder o pessoal passar (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

A liderança continua com a sua narrativa sobre o movimento que ficou conhecido como "parada das máquinas", que consistia em acampamentos realizados no local das instalações das usinas de Itaparica para impedir a sua construção.

> Eu lembro disso. Na época eu estava num caminhão para entrar e aí o caminhão vinha, retornava e a gente voltava. Eu, jovem, achava que era bom, voltávamos para a casa de novo. Foi uma semana de embates em 1987, eles pararam a obra lá de Itaparica, os trabalhadores reivindicando a questão dos lotes do assentamento. Isso foi um fato que aqui lembrei (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Alcides Modesto relata um fato ocorrido, em que a CHESF tentou passar um trator no barraco de famílias em comunidade periférica de Paulo Afonso-BA. As máquinas foram interrompidas com a presença do agente da pastoral. O fato envolveu outro sacerdote, Pe. Lourenço, e também Apolônio Sales, o engenheiro a serviço da CHESF:

> Então eu começava a conscientizar o pessoal nessa linha. A mesma coisa foi lá no bairro do Alagoas, se a gente não se organizar, vocês não vão ser indenizados. Eu fui lá parar um trator que já queria derrubar o barraco da mulherzinha, pobrezinha, lá com a família dentro do barraco. Tinha vários barracos e aí já foi a primeira briga, porque eu parei os tratores, fui lá pra frente e disse: 'Passe por cima.' E eles tiveram que parar. 'Vai lá denunciar lá a seu chefe que eu parei a máquina e que ele venha ligar, mas você não liga não, porque nós não vamos deixar.' Aí foi um um zum, zum, zum danado. Aí fui lá, fiz um bilhete para Pe. Mário e Pe. Lourenço e denunciei a CHESF, esta barbaridade, que está fazendo assim, assim… na missa. Foi um fuá dentro da igreja. Todo mundo: 'Mas isso é mesmo? É mesmo? Eu não sabia.' Vai lá Pe. Alcides, era para estar celebrando a missa aqui, e quem está celebrando é Pe. Lourenço, não era eu não. Aí Pe. Lourenço lascou com a CHESF, aí foi um fuá danado. Conheci nessa missa Apolônio Salles, que estava nessa missa porque ele não perdia missa nos domingos quando ele estava aqui em Paulo Afonso. Foi direto para a sacristia: 'Pe. Lourenço, o senhor disse isso, tem certeza?' 'Tanta certeza que eu não era para está celebrando esta missa, era Pe. Alcides, ele está lá na frente das máquinas, parando as máquinas que vocês, se o senhor quiser saber vai lá.' 'Não, eu vou agora mesmo telefonar para tomar providência e que pare tudo. Às dez horas da manhã vocês podem ir lá na casa da diretoria que estou esperando vocês para conversar sobre isso.' Foi assim. Pe. Lourenço terminou a missa e pegou a moto e foi lá dizer: 'Alcides, vamos nos preparar agora porque...' Aí me contou o que aconteceu na catedral Nossa Senhora de Fátima. Para o povo, a igreja lotada, uma denúncia dessa da CHESF, foi uma bomba atômica, Apolônio ficou preocupado e foi lá e falou: 'Olha, pode dizer a Pe. Alcides que pode ir para casa tranquilo que nós vamos nos reunir às dez horas da manhã lá na casa da direção.' Mário, Pe Lourenço e assim parou (Alcides Modesto – liderança da Pastoral Social – 13/09/2021).

Outra circunstância relevante, transmitida por Jorge, revela como foram as reivindicações ocorridas e as mobilizações realizadas que resultaram no acordo de 1986.

> [...] ou a gente fazia ou a gente iria ser derrotado de alguma forma, porque não ia ser atendida a nossa reivindicação. Então a gente... inclusive foi uma questão interessante, a gente previu entrar na barragem uma meia-noite e choveu esta noite que os riachos impediu que muita gente chegasse no ponto acertado. Enfim sei que terminou, que as pessoas iam chegando ao amanhecer do dia e aí se reunimos em Petrolândia e, no final do dia, acho que foi no dia 1º de dezembro, é que formou-se a carreata em direção à barragem e aí estrategicamente a gente acampou em um espaço bem próximo da usina, e no quinto dia é que a gente terminou invadindo mesmo a parte da construção da concretagem da usina e aí foi paralisado totalmente toda a construção da barragem, e a partir desse momento os poderes públicos do governo federal, porque aquela história que eu contei, não confiavam mais no que dizia, no que assina, nos relatório da CHESF. A exigência nossa era que o acordo fosse assinado por gente do governo federal representando o Ministério de Minas e Energia e aí, nesse dia, [...] quando a gente paralisou totalmente as obras de construção é que o governo federal manda seu representante e aí foi finalizado o acordo de 1986 (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Fatos como esses narrados especificam a realidade dos conflitos provocados pelo povo, em face da instalação da companhia hidroelétrica, e a dimensão dessa conjuntura nas vidas dos sujeitos no território, que pode ser analogicamente interpretado como gritos de aflição, efeito das angústias sentidas pelos atingidos que se tornaram ainda mais vulneráveis, diante do poder dominante da empresa estatal. Esse sistema investe em forças poderosas e colossais, subestimando as ordens da natureza com a produção de maquinarias, da química, da indústria no campo da agricultura, navegação a vapor, ferrovias, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras brotadas do solo (Marx; Engels, 2014).

6.4 O ACORDO DE 1986, A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E O PROJETO JUSANTE

Após muitas mobilizações em níveis nacional, estadual e local, com atos que contavam com a presença numerosa de trabalhadores(as), os acampamentos e enfrentamentos organizados impedindo o funcionamento das máquinas, a CHESF aceita o diálogo e acontece a primeira negociação que permite alguns direitos para os(as) trabalhadores(as) atingidos(as) pelas construções das barragens. Jorge relata as gretas e as semeaduras desta história:

> Foi aprovado a primeira reivindicação dos agricultores atingidos pela barragem de Itaparica. […] todo ano, quase semestralmente, haveria pequenas ações, movimentações, reuniões. Foram centenas de reuniões, tanto de

> comunidade, para organizar a população, para discutir os problemas com a população e depois discutir no Polo encaminhamentos que tinham que ser feito. Eu sei que em 1985 a greve no cascalho, a gente fez uma grande greve, talvez a greve mais longa da história de Itaparica, a gente passou de (16) dezesseis dias acampado no cascalho que era retirado de uma comunidade chamada de Caruru (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

O movimento dos reassentados teve seus momentos de crescimento e amadurecimento, pois mesmo com os poucos diálogos com trabalhadores, a CHESF mantinha sempre os privilégios para a empresa em detrimento daqueles e daquelas que tiveram suas vidas "inundadas" em consequência da construção do barramento das águas do Rio São Francisco. "Semear a vida onde está a morte", declara Walsh (2013, p. 113), lembrando de Olivera Salinas como chamamento dos "*pueblos en camino*". O sentido atribuído por essa autora colabora para entender que no significado de semear existe o

> [...] fundamento central das insurgências, resistências e re-existências, de muitos povos, comunidades e coletividades, enfrentando, a partir de e com os de baixo, a violência, o desmembramento, o despojo, a desterritorialização e a destruição relacionados com a acumulação do capital global e sua lógica e sistema de guerra-morte, desenvolvimentista ocidentalizante e patriarcal-moderno e colonial (Walsh, 2013, p. 113).

Vanaílza esteve presente, vivenciando as primeiras sementes do movimento de Itaparica em sua infância. Ela nasceu no berço da luta política popular, formou-se em Pedagogia pela UNEB/Campus VIII e atualmente está no exercício da docência na Educação Básica em Glória-BA. Participa da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA desde 2008 e retrata a importância dos movimentos sociais como instrumentos fundamentais para a sua formação. Reconhece que não saberia dizer o que seria se não tivesse participado e vivenciado a organização em prol dessa luta, que ela cita como "a luta das gentes por terra". Para Vanaílza, o movimento colabora para a formação da vida, e assume que

> [...] estamos até hoje, a gente vê a juventude que participou comigo também, foi muita gente das agrovilas também. A gente se organizava e tinha grupos de jovens, e hoje a gente vê que esse pessoal são mais organizados, são mais críticos, sabem lutar, sabem reivindicar porque tiveram essas vivências com os movimentos (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Como movimento insurgente, a liderança apresenta exemplos de conquistas, como uma pequena ajuda de custos (cesta básica) da CHESF para reparar as condições precárias nas quais

se encontravam muitas famílias ao perderem suas propriedades e sobrevivências, e precisaram dessa concessão para amenizar a situação que estavam vivenciando. Vanaílza narra as semeaduras da luta.

> Se hoje a gente conseguiu ter formação, ter uma ajuda de custo por luta deles, a CHESF queria tirar eles do nada, assim, sem direito a nada. Tirava, pagava por aquela parte para ela ali e pronto, vocês se viram onde vocês quisessem. E aí foram quando se organizaram para a parada de obra, e aí a CHESF precisou foi ouvir eles aí, eles se organizaram. Se não tivessem organizados, a CHESF não tinha ouvido, não foi uma só parada de obra que fizeram, fizeram várias, muitas reuniões (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Helena versa sobre a sua história, exteriorizando a tragédia vivenciada, e se refere às intervenções da CHESF, sinalizando que o tempo de espera não é proporcional ao ciclo de vida que se encerra. Lembra de muitos que se foram sem gozar do direito e afirma que estão na memória e no reconhecimento como participantes que fizeram a exposição pública de suas vidas para defender direitos negados. Externaliza uma informação importante, referindo-se à compensação financeira como outra concessão da CHESF oferecida em contextos diferentes. Para Helena, consiste em uma forma de a empresa justificar que o direito pode ser vendido. No momento da entrevista narrativa ela estava se preparando para uma reunião com a companhia hidroelétrica e anunciava resumidamente: "novamente?", pois, até o momento, a empresa não restituiu a sua família as terras que lhe pertenciam por direito. Nas palavras pronunciadas, Helena refere-se à luta, à história, à resistência e aos direitos das pessoas no mundo, principalmente dos atingidos pelas barragens. Segundo ela, essa história comprida sempre volta, principalmente do momento em que chegaram em uma nova morada, com certeza, totalmente indesejada. Para a nossa protagonista:

> Aí, o que acontece, a gente já dessa idade, meu marido já vai fazer daqui a pouco é 70 anos, eu 69, e então, o que acontece, o que a gente imagina? Esperar mais dez anos? Não vamos viver com quantos muitos aí já se foram e não viram essa história. Quantos não tiveram lá nas greves, lutando, dando suas vidas para defender seus direitos? Hoje não estão mais aqui, então tomou a decisão de receber essa tal de compensação. e isso não justifica, o nosso direito, a nossa luta, para mim, não paga. Estávamos conversando aqui, agora à tarde vamos em uma reunião com a CHESF, novamente, né. Falamos sobre isso, nada que a CHESF paga nós, não paga. Uma grande luta, uma história, uma história de resistência que a gente fez para defender os direitos nossos, dos filhos, das famílias, de todo esse mundo, de todo esse povo, de todo esses municípios que foram atingidos por essa barragem (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Sobre o acordo de 1986, Jorge resume toda a questão do direito dos reassentados, e isso representa uma conquista da grande greve que aconteceu no final deste mesmo ano, finalizando na assinatura do acordo. Nossa liderança especifica com detalhes tais fatos:

> Bom, aí, em 1986, a gente fez uma das greves mais organizadas, mais bonita em Itaparica, que surgiu dali o acordo, que até hoje é a lei que define toda a questão do direito de reassentamento. Essa ação, essa greve, aconteceu no final de ano, ela terminou no dia 06. Então a gente iniciou no dia último de novembro e terminou no dia 06 de dezembro, com a assinatura do acordo, como eu disse, que dá direito até hoje ao reassentamento. Esse acordo foi uma das questões de fundo nossa, é que a gente não tinha mais confiança no que dizia a CHESF (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Algumas lideranças atuantes na negociação de Itaparica não acreditavam nos diálogos que aconteciam com a empresa, pois diante das perdas de credibilidade, esperavam sempre o descumprimento. Então, a greve de 1986 foi planejada diante dessa realidade, o que possibilitou o acordo, equivalendo, neste estudo, à semeadura da luta. Carlos também explica a luta dos reassentados e denuncia o fato de terem sido retiradas as famílias dos seus lugares sem nenhuma negociação:

> A diretoria da CHESF tinha feito centenas de reuniões, relatório muito bonito, decisões muito importantes assinada nos seus relatórios, nas suas correspondências e nas atas de reunião, e nenhuma cumprida. E quando a gente avaliava a partir de junho, porque demorou 5 meses a organização desse ato, a gente analisava aqui aquele ato que a gente precisava fazer era o chamado tudo ou nada (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

> [...] a gente sempre participou disso porque era uma coisa muito dura você vê tantas pessoas tiradas de suas terras que produziam como barreira, produzia muito alimento, e depois ser retirados e ser jogados onde eles não queriam, né. Se houvesse uma negociação, o fato dessas barragens, o que nunca existiu foi um diálogo para que pudesse é ver onde melhor alocar as pessoas. E não ouve este diálogo, a CHESF simplesmente pegou, tirou o povo, né, à força, e botou lá onde ela quis. É tanto que hoje, até hoje, tem problema nesses lotes, exatamente porque não houve um estudo antes para poder ver a viabilidade desse lote, não houve isso (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Ainda sobre o acordo de 1986, a liderança protagoniza essa história, abordando as estratégias de luta utilizadas, a exemplo da parada das máquinas, das greves e outras. Narra a vinda do representante do governo federal, o que possibilitou a assinatura do acordo, diante das incertezas nos diálogos com a CHESF. Discorre também sobre o tempo de 11 meses estipulado no calendário da empresa para o fechamento das comportas e o enchimento do lago, sem

nenhum resquício de políticas de reassentamento para as famílias, resultando em um processo acelerado para resolver as questões referentes à construção de casas e realocação das pessoas. Muitos problemas ocorreram em consequência desse processo, como casas com infiltrações, e outros mais graves, pois tiveram que fazer, em 11 meses, 5 mil residências, para depois iniciar os projetos de reassentamentos. Essa história prossegue:

> Esse é um pouco a história para a conquista. Depois da conquista vem, como eu disse, a CHESF não vinha cumprindo o que acordava e aí a gente chegou no final de dezembro de 1986 com uma seguinte situação: tinha 11 meses o calendário de fechamento das comportas e o enchimento do lago e o reassentamento não tinha nada feito, era zero. Resultado: o governo teve que fazer uma ação para resolver em tão pouco tempo tudo que não fez em tempo hábil, o que deveria ser feito. Resultado: nós tivemos construção de casas que eram feitas numa máquina, amontoava os tijolos em uma plataforma e levantava através de guindaste para em três dias conseguisse fechar uma casa e deixar pronta. Isso teve problemas sérios, porque muitas coisas não deram certo, tiveram casas que racharam, teve problemas muito grande, e aí ela teve que fazer em 11 meses 5 mil casas, 5 mil residências espalhadas por quantidade de projetos que existem, né. É importante relatar a quantidade de projetos que existem, porque, na Bahia, nós temos: o Jusante, onde nós somos reassentados, ou éramos reassentados; a borda do lago de Glória; a borda do lago de Rodelas; e Pedra Branca, nos municípios de Curaçá e Abaré, também na Bahia, todos esses na Bahia (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 07/02/2022).

Dionísio também narra o acordo de 1986 e as intervenções autoritárias e negligentes da CHESF com os reassentados:

> [...] em dezembro de 1986, em 06 de dezembro de 1986, acontece o grande ato de conquista do reassentamento de Itaparica [...] foi tido a conquista, mas ainda não tinha nada definido de acordo com a agilidade da necessidade de transferir as pessoas, porque teriam que retirar as pessoas das localidades que seriam inundadas de imediato, porque no acordo de 1986 dizia que as pessoas deveriam ser inundadas assim que as suas residências e os lotes já tivessem em funcionamento. Porém, a CHESF, ela deu uma certa sacanagem com as lideranças e começou a encher o lago. Eles concluíram e começaram a encher o lago, e com isso eles tiveram que, as lideranças, tiveram que aceitar estas mudanças aí. Foi uma nova luta para se conseguir, então, que a CHESF ficasse bancando que [...], ficaram chamando de cesta básica as pessoas até que o lote fosse construído (Dionísio – liderança do Polo Sindical do Submédio São Francisco – 08/03/2022).

Jorge faz referência à vida no projeto Jusante, onde vive com a família como reassentado, tendo que passar pela falta de água por anos consecutivos: "para ter uma ideia, nós vivemos no Jusante 15 anos, em torno disso, com água servido de carro pipa. Agora, de uns tempos para cá, pouco tempo atrás, de 15 anos para cá, temos água encanada nas torneiras"

(Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 07/02/2022. A liderança detalha a compensação financeira citada por Helena, que consiste em um valor pago para as famílias que não tiveram assistência nas políticas de assentamentos adotadas pela empresa. Tal valor é incompatível com as dificuldades vivenciadas pelas famílias que perderem suas terras e também o acesso ao rio como fonte de sobrevivência. A liderança explica o desfecho do projeto Jusante:

> A CHESF propôs uma indenização chamada compensação financeira, e terminou aí muita gente [...] acatando, aceitando. E aí, hoje o projeto Jusante, que era inicialmente destinado a 463 famílias, exatamente na época de Fernando Henrique, o governo veio com uma proposta de compensação financeira que levou mais ou menos 60% do Jusante, indenizou. Para ter uma ideia, sobrou 198 famílias, de quatrocentos e pouca, sobraram 198, e agora mais de 80 famílias foram indenizadas, e agora o projeto está resumido em 100 famílias. É o que está sobrando no sentido de continuar, boa parte desse, exatamente 28, estão produzindo há 7 anos no jusante. E tem o restante, 70 e alguma coisa, aguardando a conclusão do projeto para poder produzir 34 anos depois (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 07/02/2022).

Jorge acrescenta outra questão sobre o financiamento e acompanhamento do Banco Mundial nos projetos de irrigação. Segundo ele, se desenvolvia melhor do que outros que não eram financiados por cooperação internacional, mas pelo Estado brasileiro.

> Foi um pouco isso, e aí as coisas foram. No reassentamento tem uma coisa que é importante citar, que os projetos que foram atendidos pelo dinheiro do Banco Mundial tinham uma questão muito forte, que era o acompanhamento do Banco Mundial em relação à conclusão dos objetivos que estava contratado. Então, essa relação, o Brasil sempre teve, sei lá se posso dizer que é medo, mas, enfim, cuidava um pouco melhor, bem melhor dos projetos que eram financiados pelo Banco Mundial (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 07/02/2022).

No grito de indignação, Jorge releva os anos da luta dos reassentados de Itaparica no Projeto Jusante, as dificuldades na realocação das famílias e o projeto de irrigação, como foi acordado no acordo de 1986. No entanto, há 34 anos que essas famílias aguardam assistências para continuar suas vidas. Muitas desistiram de lutar por não acreditarem, outras aceitaram a compensação financeira como forma de se livrar do engodo que sempre foi a negociação dos reassentados do projeto jusante, coincidentemente onde vivem Jorge, Vanaílza, Helena, Cícero e tantas outras lideranças que foram linha de frente nas mobilizações de Itaparica, em que muitas famílias foram indenizadas. Jorge e Melo falam sobre o projeto Jusante:

> [...] para ser exato, estamos há 34 anos de mudança, e o projeto, quer dizer, depois de mais de três décadas e você está discutindo conclusão de um projeto de reassentamento para as famílias que foram atingidas e transferidas pelas barragens, e viver em uma situação dessas de esperanças durante tanto tempo. E por último a CHESF propôs, porque muita coisa que veio acontecendo no projeto Jusante, as famílias que foram atingidas pela construção do projeto, foi norma em todos os projetos que eu citei aqui, elas ser atendidas também por um projeto de irrigação com reassentamento, porque não tinha sentido você resolver um problema criando outro. Quem tá ali foi atingido, teria que ter, essa foi a reivindicação do movimento sindical nesta região, teria que ser atendido do mesmo modo dos atingidos por barragem na construção do projeto (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 07/02/2022).

> O projeto Jusante ainda não está concluído. A gente conseguiu já no final do governo Lula, fez 50% do projeto, mas o restante não fez [...]. No município de Glória mesmo, ninguém foi indenizado. A CHESF encheu o lago e disse: 'Quem não sair vai morrer afogado.' A Glória velha não escapou debaixo d'água [...] (Melo – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

Entre gritos, gretas e semeaduras, é urgente caminhar atuando contrário às estruturas de poder e dominação (Walsh, 2013), pois é nosso o grito de todos e todas que resistem aos processos que conjecturam a exclusão social e retiram direitos que viabilizam as existências. Somos nós que gritamos o grito, e a emissão desses ruídos, altos, baixos ou em silêncio, é multiplicador de semeaduras, resistências e conquistas de direitos. Por isso não podemos parar. O grito de Carlos e todas as lideranças aqui representadas diz muito sobre a imposição de poder e dominação da CHESF, que "tinha apoio político enorme, colocava a polícia, o exército [...]. Então o trabalhador foi um guerreiro [...] estavam enfrentando o poderio político e econômico [...] em uma luta desigual, [...] como se diz a luta de Davi e Golias" (Carlos – liderança do SINERGIA – 03/11/2021).

6.5 OUTRAS LIDERANÇAS DA LUTA DE ITAPARICA

Esta subseção é dedicada a todos(as) os(as) agentes sociais da luta da resistência que foram citadas pelos sujeitos nas entrevistas narrativas. Representa o reconhecimento e a valorização desses agentes, que ocuparam o tempo de viver para a participação de levantes contra as estruturas do poder capitalista, que ao priorizar a dominação do capital, colocam em risco e ameaça a existência das minorias subalternizadas pelo sistema. São lideranças altruístas, solidárias, que compreendem que a constituição da vida está além de si.

A seguir, as citações serão identificadas pelos respectivos sujeitos da investigação que, em suas narrativas, evidenciaram essa relevante participação. Algumas dessas pessoas citadas, no geral, são recordadas, outras, pouco mencionadas e muitas foram esquecidas, mas todas as presenças têm simbologias próprias que, lembradas, estão salvaguardadas como patrimônio imaterial do território, por isso todas vivem entre nós.

6.5.1 Breve Museologia das Lideranças no Território

Cabral aponta para D. Mário Zanetta e Pe. Lourenço, citados em outras partes deste estudo:

> [...] graças à coragem, à atitude do nosso querido Alcides Modesto, que era padre, **Alcides,** na época, junto com **D. Mário Zanetta**, que era **Pe. Mário** e **Pe. Lourenço** foram até Brasília colocar a situação, como é que estava aqui, e que depois disso aí obrigaram a CHESF a fazer umas casinhas bem pequenininha, centenas de casinhas lá. Dava o lote à pessoa, fazia a casinha, dois compartimentos, e as famílias pegavam as casas (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021, grifo nosso).

> Então nós, que participamos, estivemos na frente de tudo isso, desta luta: companheiro **Raimundinho**, **Maciel**, **Ademar Fagundes** do sindicato rural, a companheira **Ivanildes** do sindicato rural também, e todos aqueles movimentos sociais de rua, associações e tudo engajados nessa luta para resolver estes problemas (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021, grifo nosso).

A liderança Jorge também aponta os protagonistas Pe. Alcides e Josefina na luta de Itaparica, contra as intervenções da CHESF.

> E assim, um pouco da história de Itaparica, ela surge trazida principalmente por duas figuras regionais que eram **Pe. Alcides**, que foi padre na época, era padre na época, e **Josefina**, que era outra pessoa irmã da igreja, era freira. Estas duas pessoas faziam um trabalho, um do lado mais de Pernambuco, Josefina, e Alcides Modesto fazia pelo lado da Bahia, fazendo as pregações nas missas que acontecia nas comunidades. Isso principalmente porque ele é natural da área da barragem de Sobradinho, viveu na pele toda a problemática acontecida naquela barragem, que foi uma trágica história, 72 mil pessoas atingidas. Grande parte dessa população não tiveram direito sequer de uma indenização justa, muito menos se falou de assentamento. Então, essa história era trazida no sentido de alertar as famílias aqui a se organizar e fazer com que isso não acontecesse nessa mesma região (Jorge – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022, grifo nosso).

Dionísio destaca a participação de várias lideranças em uma importante contribuição para as suas histórias. Participação de Heraldo:

> O **Heraldo** foi incrível, [...] se envolveu nessa história do reassentamento de Itaparica por fazer parte da direção do sindicato lá do seu município, Jatobá, que não foi atingido por estas barragens. Mas entendeu ele que a causa era importante e necessária [...] e que se tornou de fato o primeiro coordenador dessa instituição, [polo] quando na época era ainda comissão, ele foi o primeiro coordenador. [...] Ele se dedicou durante toda a sua vida a esta instituição, até praticamente os últimos momentos de sua vida [...]. Um grande representante, reconhecido nacionalmente e internacionalmente, fez parte também da direção da Federação do Estado, FETAB. Foi vereador na sua cidade e, por fim sofreu no seu habitat natural, com as suas famílias, uma situação que tiveram que ser deslocado por uma outra situação e não por barragens. Lamentavelmente, neste período ele veio a óbito (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Destaque a Zé Preá:

> [...] o projeto Brígida [...] recebe o nome de Projeto **Zé Preá**, pois Zé Preá foi um grande destaque no seu município, ele foi um dos que brigou para tomar o sindicato da Velha Itacuruba dos pelegos, como ele dizia. Ele praticamente se doou na sua vida para este grande movimento. Para você ter uma ideia, tentaram pela CHESF, no sentido de se vender, tentaram oferecendo para ele mansões na praia, fazendas particulares e ele não aceitou. Então é muito merecedor o nome que hoje recebe o projeto Brígida. José Preá já veio a óbito, morreu na luta, reassentado, mas para ele o sindicato foi parte da vida dele, segunda família dele (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Vitinho, de Itacuruba-PE:

> [...] não posso esquecer de **Vitinho**, tá vivo ainda entre nós, graças a Deus, mas foi um dos grandes fundadores, tanto do sindicato, como da Velha Itacuruba, como do Polo sindical. Ainda hoje se doa ao movimento sindical, claro, com restrições por questão de saúde. Mas se falar em termos de movimento de Itaparica, ele fica doido para participar disso (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Fulgêncio, do Projeto Caraíbas:

> No projeto Caraíbas, que também é em Pernambuco, hoje tem o nome de Projeto Fulgêncio. [...] **Fulgêncio** [...] não era um pequeno agricultor, ele era um proprietário de terra na beira do rio, então ele era tido, na época, como patrão. Porém, ele saiu da condição de patrão [...] por decisão própria, se enquadrou como pessoa sem-terra mesmo, para entrar na luta por este movimento. Ele acreditou e foi um grande personagem, a ponto de merecer o

> nome que tem hoje o projeto Caraíbas, que é o seu nome, Projeto Fulgêncio. Lamentavelmente ele veio perder a sua vida, foi assassinado, exatamente por defender a classe trabalhadora, covardemente, ele foi assassinado por pessoas inclusive do projeto que recebe o nome dele hoje (Dionísio – liderança do Polo Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Batista, Vicente, Januário, Jorge Melo (sujeito deste estudo):

> Na Bahia, tivemos grandes lideranças que já vieram a óbito, por exemplo, **Batista**, grande Batistão, conhecido lá no projeto Pedra Branca, foi também liderança daquela localidade. Na Borda do Lago tem várias lideranças que se destacaram, por exemplo, **Vicente**, **Januário**, que receberam lotes também, muitos se destacaram. Temos na Bahia **Jorge Melo**, que ainda está vivo entre nós. Vicente está vivo, Januário veio a óbito, né, mas o grande Jorge Melo [...]. Jorge Melo que reside hoje no projeto Jusante, que fica na Bahia. Ele foi fundador disso aqui e, por incrível que pareça, o projeto dele ainda não foi concluído, ele sobrevive porque teve condições razoáveis para ele ir irrigando da maneira deles, por condições próprias (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Participação das mulheres na liderança: Josefina, Zefa de Arsênio, Elita, D. Rita e Penha:

> Vamos falar um pouco também das grandes lideranças femininas, desde aquela época e até hoje [...] teve uma importância, uma participação importante de mulheres naquela época, apesar de que na época era entendido que mulheres não deveriam participar deste tipo de evento, por várias restrições, né. Inclusive uma delas o machismo ainda reinava, ainda existe o machismo, mas naquela época reinava mesmo [...]. Não podemos esquecer de grandes lideranças, por exemplo, **Josefina**. Ela era uma grande puxadora, ela foi praticamente quem motivou as mulheres a se mobilizar para a luta. E aí eu me recordo de **Elita**, de Petrolândia, de **Zefa de Arsênio**, do Projeto Brígida, **D. Rita**, do projeto Brígida. Estas mulheres, elas foram 'aptas' tão, não só cozinhar, mas elas foram também lá para frente. Por exemplo, **Penha** aparece no filme da televisão TV Viva com uma pedra no colo, grávida quase no mês de dá a luz, com uma pedra [...] destinada a jogar em quem vim inventar de passar por cima da interrupção que foi feita, isso na parada da barragem, em 1986. [...] esta pedra foi destaque internacional [...]. Então, entre estas mulheres, tem outras que fizeram parte naquele momento da parada da barragem que foi importantíssima. Me recordo de **Leda**, aqui em Rodelas. **Eusilene**, inclusive já veio a óbito, mulheres, assim, que se apareceram com coragem naquela época, com grandes dificuldades, mas se destacaram no movimento. Então estas personagens fizeram e fazem parte desta história (Dionísio – liderança do Polo do Submédio São Francisco – 08/03/2022, grifo nosso).

Vanaílza expõe a participação de Messias e Zé Cícero como grandes lideranças:

> [...] foi uma grande liderança, hoje é falecido. Foi uma grande liderança, urgente para aquele povo. Ele que liderou tudo. Hoje tem um filho dele que ainda está vivo, ele também brigou muito, e era aquelas brigas mesmo de enfrentar para a obra, para parar [...]. **Zé Cícero**, ele também fez Pedagogia na UNEB, ele tem uma participação enorme nessa liderança da comunidade, minha irmã também, ela mora em São Paulo [...] eram líderes do grupo de jovens (Vanaílza – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA – 17/02/2022).

Helena mostra, além de Alcides Modesto, Pe. Lívio:

> [...] nessa nova morada, chegou um padre muito dedicado à luta, e esse padre chamava **Pe. Lívio**. E ele tinha, assim, uma visão, a vida dele era formar as pessoas nos movimentos, ele fez um bom trabalho no nosso município, na nossa paróquia de Santo Antônio da Glória, onde ele fazia muita formação com os jovens, onde meus filhos, os quatro, foram engajados nesses movimentos com este padre, né! Agradeço muito a Deus, primeiramente a Deus, né, segundo, de toda a nossa história, ao Alcides, que era padre, depois foi deputado, que hoje é um homem casado, e a **Pe. Lívio**, que foi um professor, foi um pastor, foi um amigo, foi um pai para a nossa família, e toda aquela formação que a gente teve, que os nossos filhos cresceram pisando com o pé direito na frente, nunca foram desviados os caminhos. Agradeço muito o trabalho desse padre, 11 anos de formação que a gente teve, eu, junto com os meus filhos e outros (Helena – liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA –17/02/2022, grifo nosso).

Cabral manifesta a ausência de apoio político e afirma a participação de Fernando Ferr. Para essa liderança, "Não tinha deputado, senador. O apoio que a gente contava mesmo era dois ou três de Pernambuco, e aqui na Bahia era **Fernando Ferro**. Alcides Modesto era o deputado que estava 24 horas lá com a gente, então faltou apoio político" (Cabral – liderança do SINERGIA – 03/11/2021, grifo nosso).

Marquinhos, do MST, revela as organizações populares presentes na atualidade no território que fazem a luta da resistência nas feituras das discussões coletivas das pautas e na organização do movimento de entidades populares, citadas neste estudo, vigentes, atualmente, como frentes de representação para a organização e promoção das insurgências no território. Colaboram para o fortalecimento de um processo educativo popular, levando para os sujeitos envolvidos a compreensão das estruturas geopolíticas e as interferências locais. São agentes populares, na sua maioria, que não produzem conhecimentos acadêmicos, mas transitam pelas experiencias vivenciadas de formação política em conexão com um diálogo em nível estadual, o que favorece a adoção de conhecimentos de pautas externas importantes de rupturas com o capitalismo. Organizam atos de rua como: o Grito dos Excluídos; Ele Não (em 2018); Fora Bolsonaro, em 2019/2020, e assim produzem alarmes e denunciam as injustiças ocorridas na

sociedade. Para essa liderança, "É o MST no campo da agricultura, é o **SINERGIA** na parte […] dentro da questão dos eletricitários, o pessoal da **APLB** […] da educação onde não tem um salário adequado para o professor, uma forma de um contexto mais que tenha respeito por aqueles que nos educam" (Marquinhos – liderança do MST – 17/02/2023). E assim, "[...] defendemos o percurso revolucionário como ação cultural dialógica que se prolongue em revolução cultural como chegada ao poder [...] com que [...] [seres humanos], através da práxis, [...] superem o estado de objetos e assumam o de sujeitos da história" (Freire, 1987, p. 91).

Nesse caminhar de sentidos, neste estudo, sintetizamos muitas compreensões. E no percurso dessas marchas, evidenciamos a Educação Popular como uma episteme da resistência dos povos e suas ações orgânicas que acontecem em espaços políticos, onde o esperançar se movimenta como verbo pronunciado nas trincheiras dos embates e das resistências. A Educação Popular existe com e para a luta, e neste campo ela se define e se fortalece em ciclos desse esperançar. É fundamento filosófico que estrutura e fundamenta a resistência, exercício da razão que equivale ao exercício da liberdade como elemento-chave para a conquista da autonomia. Cumpre entender que o conceito de autonomia está relacionado a como gerir as próprias vidas, os próprios meios, vontade e princípio. Na política, sobressai a soberania. Na Filosofia, o autogoverno. Há contradições nesse tipo de direcionamento conceitual dicotômico, pois tendemos a pensar que gerimos nossas vidas, vontades e princípios a partir de normas de condutas estabelecidas coletivamente, sujeitando-nos à aprovação de um sistema de ética que entrelaça diversos campos: político, ideológico, religioso e tantos outros. Vejamos que pensar de forma autônoma tem limites e recai em incorporar parâmetros de coletividade como algo externo, o outro ao indivíduo, campo próximo do conceito de heteronomia. Com isso entendemos que autonomia e heteronomia se encontram conceitualmente, e esse núcleo simbiótico tem sentido associativo e complementar.

7 POR UMA EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS E PEDAGOGIAS INSURGENTES

> Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mais, sobretudo, com eles lutam (Freire, 1987, p. 14).

A Educação Popular como tema de discussão se apresenta como consequência da pesquisa que trata da cultura de participação em organizações populares no Território de Itaparica-BA/PE, com lideranças que lutam em prol dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, sujeitos da pesquisa, diante de um cenário de resistências forjadas a partir de uma realidade de dominação imposta pelas intervenções da CHESF nesse território. Ela tem sentido de produto ou resultado ao encerrar um ciclo de discussões temáticas propostas neste estudo, contribuindo para a redefinição das bases de atuação da práxis dessa autora.

A proposta de abordagem consiste em analisar a educação popular na perspectiva conceitual, histórica, também como pressuposto epistemológico, teórico, filosófico e possibilidades de metodologias que subsidiam o exercício da práxis em diversos campos da ação educativa e no âmbito das relações societárias. Dialogar sobre lutas e resistências requer confirmar o lugar da Educação Popular como subsidiária de um campo epistêmico que inclui, no debate, as perspectivas teóricas, metodológicas, e como práxis nas direções que se alcançam.

Os processos educativos, nas instâncias formais e escolares de aprendizagens, estão mergulhadas em fundamentos ideológicos de uma visão que acolhe o projeto político eurocêntrico, neoliberal e da exclusão social; matriz de organização do Estado burguês, centrado na legitimidade das sociedades de classes e suas disparidades política e econômica, condicionando a existência de relações societárias extremamente desiguais. A inferiorização dos povos, a escravização e outras formas de subalternidades como consequências do processo de dominação sistêmica, vista como "[…] ato de pressão, de força, […] temor, [ou] costume" (Dussel, 1977, p. 61), ganha legitimidade nas circunstâncias de naturalização em que essas consequências são conduzidas no plano cognoscitivo do ambiente escolar.

Diante da realidade de dominação e legitimidade dos conhecimentos que formalizam uma estrutura ideológica a favor dessa supremacia como pensamento abissal, a Educação Popular representa a realização de um processo educativo contrário à dominação do conhecimento, colocando o ser humano em uma centralidade na construção da práxis, tendo em

vista as dimensões antropológica, biológica, política, sociológica, psicológica e espiritual em um contexto estrutural.

A importância do reconhecimento de uma linha de pensamento pós-abissal como forma de expressão, comunicação e protagonismo através da arte, da língua, da literatura, da religião, educação, saúde, política, arquitetura, enfim, todos os campos representados, garante a legitimidade de uma pedagogia do povo oprimido. Trata-se de um campo teórico-metodológico que considera as lutas e resistências dos sujeitos, compreendendo as condições políticas e culturais que colaboraram para a formação dessas existências. Essas condições de gênero, etnia, classe social e suas interseccionalidades são estruturais e definidoras de elementos que tipificam os seres humanos na sociedade no processo de sociabilidade.

A Educação popular prioriza a participação democrática, a luta e a resistência como resultados da formação consciente dos sujeitos, e essa realidade pouco acontece nos espaços escolares e acadêmicos, mas sim no exercício de uma práxis que releva o envolvimento coletivo, a ação de dialogicidade ou outras características adquiridas na caminhada do envolvimento em organizações populares e também em muitos espaços de afirmação das identidades historicamente negadas. Não por acaso os espaços escolares e acadêmicos são organizações institucionais incorporadas ao aparelho ideológico do Estado neoliberal burguês e por isso, certamente, negam a Educação Popular como pressuposto teórico metodológico, embora haja atuações contra-hegemônicas no meio acadêmico como campo de conhecimento que se encontra presente em algumas pesquisas e práticas docentes.

No percurso deste estudo, a discussão sobre dominação e liberdade se faz necessária como reflexão, pois estas categorias implicadas dialogam entre si, tendo em vista que a negação da dominação pode implicar afirmação da libertação e vice-versa. O conceito de Educação Popular se encontra envolvido na matriz histórica do surgimento das lutas na América Latina, diante das intervenções europeia e norte-americana. Ele acompanha a conotação de libertação como sentido atribuído ao processo educativo que acontece a partir da formação da consciência crítica e o envolvimento nas lutas em defesa de direitos negados. A abordagem, ao discorrer sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Educação Popular, trata da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, de modo a ressaltar a importância desse debate para refletir sobre o campo educacional e seus direcionamentos na construção de relações sociais para a humanização.

7.1 DOMINAÇÃO E LIBERTAÇÃO

A abordagem, fundamentada na compreensão histórica da dominação dos povos e na resistência a esse processo, discute libertação como expressão categórica construída nas aprendizagens dos sujeitos, a partir do conhecimento sobre o sistema de opressão social para a formação da consciência dos indivíduos que se realiza por meio de leituras críticas, políticas e engajamento em organizações populares. A expressão "libertação" se apresenta como polissêmica e assim direciona a vários significados e diversos contextos. E nesse horizonte, a semântica da palavra remete a uma construção social dos sujeitos ligadas à perspectiva histórica, envolvendo a existência cultural e originária. Este conhecimento, subsidiado na atuação crítica, se coloca contrário ao projeto político pedagógico do colonialismo, do liberalismo, da dominação, do poder autoritário e eurocêntrico sobre as culturas e etnias.

Na compreensão desses processos e políticas estruturais, conjunturais, locais e da geopolítica envolvendo as relações de dominação existentes, a libertação se torna um elemento-chave quando os sujeitos entendem que, nas particularidades dessas relações, todos e todas estão envolvidos(as) e, com isso, a luta passa pelo plano da subjetividade da participação e se concretiza na coletividade do envolvimento. Não por acaso, a dominação "se transforma em repressão, quando o oprimido tende a libertar-se da pressão que sofre diante do gesto ou pretensão de fugir da situação de dominador, este redobra a sua pressão dominadora" (Dussel. 1977, p. 63). Sendo que "Não há libertação sem economia e tecnologia humanizada, e sem partir de uma formação social histórica" (Dussel, 1977, p. 69).

A libertação consiste em um movimento sociopolítico do sujeito, que ao despertar diante da formação de uma consciência de classe para a luta política e contra as injustiças sociais do projeto colonialista eurocêntrico de poder, impulsiona a presença (do corpo) a se constituir nos espaços de participação e engajamento.

No modelo estrutural de dominação admite-se a supremacia do dominador na manutenção e satisfação de classes e elites como segmentos fortes politicamente, que se beneficiam desse processo. Do ponto de vista da subjetividade, a dominação figura-se naqueles(as) que se nutrem de tiranias praticadas para controlar pessoas e realidades de forma estratégica, que subsidiadas no discurso da aplicabilidade de leis, normas e orientações, se escondem no metadiscurso da legalidade ou da legitimidade, não conseguem gerenciar realidades em suas essências relevantes, aplicam o autoritarismo para se livrar da culpa pelos efeitos negativos dessas realidades. Os abismos provocados afetam a estrutura totalitária de sujeitos, processos e produtos. A contestação política do grupo nega a cumplicidade e

desnaturaliza esta realidade, por acreditar que "quem inaugura a tirania, não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio, não são os odiados, mas os que primeiro odiaram (Freire, 1987, p. 43).

Do ponto de vista da objetividade e subjetividade, a compreensão sobre as relações imperialistas agregadas ao nacionalismo etnocêntrico, diluem-se no condicionamento em que se manifestam estas relações estabelecidas de manutenção e legitimidade das opressões. Assim, direcionado à não aceitação da diversidade de povos e culturas, o poder colonial convenciona "[…] a acumulação primeira do capitalismo que nos oprime! Sua origem foi o ouro dos índios e a carne dos escravos negros!" (Dussel, 1977, p. 63).

O eurocentrismo colonial e escravocrata, presente como modelo de racionalidade, construiu um sistema mundo como expressão da expansão, invasão e conquista europeia na África, Ásia e América Latina. Para Dussel (2012), a implantação do sistema mundo põe em questão a práxis da dominação conforme as exigências de eficácia da factibilidade tecnológica de rendimento econômico deste sistema, embora tenha expandido a racionalização do mundo da vida e do ideal de modernidade, tendo em vista a promoção dessa factibilidade. Segundo esse pensador, as simplificações modernas, centradas no dualismo de um ego-alma sem corpo, impõe uma razão instrumental como último uso da razão e legitima-se o racismo da superioridade da própria cultura, semelhando com a simplificação que o escravismo grego produziu em outros sistemas.

De acordo com Mbembe (2018, p. 40), o eurocentrismo representa a ascensão de uma pequena província do planeta chamado Europa, que, ao longo do século XVIII, alcançou uma posição de liderança sobre o resto do mundo "com os discursos de verdade produzidos a respeito da especificidade e das formas de vida, das qualidades, traços e características dos seres humanos de populações inteiras diferenciadas em termos de espécies, gêneros ou raças, classificadas ao longo de uma linha vertical".

Em Quijano (2005, p. 117), a definição se apresenta como "[…] a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial". Esse autor afirma que um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial conforme a ideia de raça. Essa construção mental, para o referido autor, expressa a experiência básica da dominação colonial e permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecida.

Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (Quijano, 2005, p. 117).

Em relação ao paradigma eurocêntrico no diálogo com os autores Mbembe e Quijano, destacamos alguns pontos comuns e outros complementares que, pontuados, se apresentam elencados como marcadores que colaboram para a definição desse modelo, como: a Europa como centro do comando; os discursos de verdade; um processo que iniciou com a constituição da América e do capitalismo/colonial/moderno e eurocentrado; elemento da colonialidade no padrão de poder, hegemônico; como "novo" padrão de poder mundial; o caráter colonial provando ser mais duradouro e estável que o colonialismo cuja matriz foi estabelecida e por fim o elemento da colonialidade no padrão de poder, hegemônico.

Com esses sentidos conceituais entendemos que a centralização europeia, estabelecida como padrão cultural do sistema mundo, promove e reforça o desenvolvimento social a partir de uma perspectiva baseada na ideia de modernidade, dominação e práxis como uma realização ôntica do ser, cujo efeito alienante está associado à defesa de um único processo civilizatório, atrelado à reprodução de um modelo de classes de dominantes e dominados(as). Dussel (1977, p. 60), ao afirmar que "O senhor exerce seu poder atual sobre o servo por meio do agir opressor" e que "É na mediação do sistema como formação social, por meio da qual sua estrutura resiste e persiste", reflete sobre o caráter dessas relações de poder e subserviência do agir opressor sobre as massas vulneráveis, favorecendo a sua manutenção e com isso corrobora com este debate.

A centralização das práticas de dominação, como parte do projeto político e ideológico de poder, contribui para a criação de mundos competitivos e autodestrutivos. O fenômeno da mundialização elimina a participação de outras culturas e manifestações da diversidade, atribuindo um poder super hegemônico aos colonizadores invasores, favorecendo a centralidade dessas relações entre os países-alvo da colonização, que perderam partes de suas identidades originárias e se tornaram periféricos, alvos das relações de dependência do centro do mundo: a Europa. Afirmamos com Dussel (1977, p. 61) que "[…] a dominação é o ato pelo qual se coage o outro a participar do sistema que o aliena. É obrigado a realizar atos contra a sua natureza, contra a sua essência histórica".

Com o processo de dominação colonial nas culturas, a análise do contexto social das lutas na América Latina que segue nessa abordagem tem a intenção de evidenciar a matriz histórica das resistências e apresenta-se como fundamento do processo educativo popular, o qual retrata a realidade de opressão, buscando no diálogo formas de enfrentamentos dessa realidade e a construção de práxis subsidiada em uma pedagogia dos povos oprimidos.

7.2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS NA AMÉRICA LATINA

Na perspectiva histórica, a Educação Popular tem sua origem na década de 1960 na América Latina e Caribe, através da disseminação de conceitos que se enquadram em vertentes das ciências filosóficas, teológicas e culturais, resultando em uma linha de pensamento que incorpora consciência social e política como elementos utilizados na construção da libertação de indivíduos e sociedades (Jara, 2020).

O debate da Educação Popular como campo de análise aborda os contextos social e político dos povos latinos, relacionando-os conceitualmente ao tema da libertação, diante da estrutura de intervenção da dominação norte-americana, o que promoveu violências ameaçadoras a sobrevivência dos povos, comunidades originárias e tradicionais. Este processo de dominação fundamentado no ideário supremacista de poder imperialista, vigente até o momento atual, se nutre da teoria política da dependência econômica, reforçada pela "assimetria econômica Centro-Periferia, existente entre o desenvolvimento do norte como causa do desenvolvimento do Sul" (Dussel, 1995, p. 17). E também do entreguismo das riquezas, o subdesenvolvimento das economias locais e a governabilidade de grupos políticos de poder com as alianças internacionais na defesa da estrutura social desigual.

7.2.1 Realidades de dominação na América Latina

O histórico do processo da dominação social a partir da colonização europeia, empreendida como conquista do território e o colonialismo como processo político ideológico implicado na sociabilidade de povos e etnias na América Latina, resulta na construção de uma realidade social centrada na opressão, exclusão e genocídio de povos e etnias. É importante retratar que guerras e revoluções de independência contra as invasões hispânicas, inicialmente, depois as intervenções norte-americanas e inglesas, estão na história das nações latino-americana, estabelecendo alguns de seus traços principais (Barros, 1988).

Emir Sader (1992), na obra *Socialismo na América Latina*, apresenta uma breve análise da realidade que envolve esses países, o que é relevante para compreender a dominação política e as lutas recorrentes, pois as sucessões insurgentes marcaram, no tempo da existência, as lutas pela libertação da dominação consolidada no processo histórico.

A expansão da dominação colonial, mantida na afirmação do poder imperialista, tem, inicialmente, a Europa como centro e a América Latina como periferia, sendo cenário de

grandes movimentos populares e insurgentes. Sader (1992, p. 2) diz que "Rebeliões diversas marcaram as resistências indígenas à colonização, passando pela revolta dos negros escravizados, chegando aos movimentos frustrados na luta pela independência". Para esse autor, diferente do Brasil, a independência se realizou na maior parte da América Latina mediante movimentos que podem ser caracterizados como revoluções, desenvolvidos por meio de guerras populares contra o exército colonizador.

Em diversos momentos da história latino-americana, a palavra revolução ganha um cenário típico (Sader, 1992), e as semelhanças de uma historicidade do colonialismo Ibero-hispânico e das intervenções norte-americanas e inglesas são marcas da história desses povos explorados, saqueados e impedidos de viver a sua soberania. A exemplo do México, um país de Pancho Villa e Zapata, cuja mobilização radical e armada do campesinato feriu mortalmente o sistema patriarcal de poder, reduzindo, naquele momento, as classes latifundiárias a sua mínima expressão econômica e política. A Nicarágua e sua geografia favorável ao canal interoceânico, com uma economia exportadora primária, atraiu a cobiça dos Estados Unidos e da Inglaterra, após ter vivido o extermínio de sua população originária pela colonização espanhola e a independência em 1821. Além disso, a liderança de Augusto César Sandino trouxe consigo o ideal de libertação, especialmente após o golpe ditatorial militar de Somoza. Com o assassinato de Sandino, houve tentativas de boicotar o movimento sandinista, assim como outros movimentos latinos e lideranças, o que não sucedeu, pois se mantém vivo na memória das inspirações daquele(as) que lutam, e assim resistem ao projeto de poder e dominação.

O governo norte-americano financiou e organizou a dominação patrimonial e oligárquica, aliando as tropas mercenárias contra os governos latinos, e com essas alianças produziu ditaduras e práticas militares de poder, vistas nas políticas intervencionistas, econômicas, educacionais, liberais, burguesas, populistas, militares, de dependência bilateral promovidas pelo imperialismo institucionalizado. Nessa realidade, a questão nacional é um dilema marcado pelas desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais (Barros, 1988), diante das tiranias e dos tiranos que marcaram as histórias de crimes, guerras e revoltas contra o povo. Os Estados Unidos e a Inglaterra, aproveitando da vulnerabilidade das nações latinas, segmentadas por séculos seguidos de colonialismo ibérico, lançam os tentáculos de uma política segregacionista e imperialista, voltada à submissão desses países e, consequentemente, para atender apenas a seus interesses econômicos.

Nesse Sentido, é certo que "a utopia de Bolívar, Martí, Betances, Sandino, [Allende, Fidel Castro, Che Guevara] e muitos outros, ilumina a história de resistências e libertação"

(Barros, 1988, p. 27). Todas elas lançam desafios e abrem horizontes, e sendo assim "[...] sintetizam lutas e façanhas de grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos" (Barros, 1987, p. 27), e assim dialogam com outras possibilidades de aprendizados sobre a vida social, construindo outros sujeitos e outras pedagogias (Arroyo, 2014).

A reflexão a seguir versa sobre as realidades cubana e chilena, e tem o intuito de ilustrar e exemplificar as condições estruturais desses países que se assemelham a outras nações latinas, pois vivenciaram similares processos políticos de dominação e movimentos de libertação, desenvolvendo uma conexão entre formas de trabalho e vida; as lutas, conquistas e sonhos, de modo a estabelecer uma identidade latina comum.

Cuba consiste em outra realidade de consolidação da dominação hispânica e a imposição da dependência colonial. Ela foi empobrecida nessa relação pela via da transferência de sua produção econômica para a colônia espanhola e para os impérios europeus totalitários erguidos. As guerras coloniais ocorridas e o contexto separatista permitiram a desvinculação legal, no entanto, a vulnerabilidade de uma cultura da dominação concebe aos Estados Unidos livre passagem para a manutenção do domínio conciliador com as elites políticas e proprietárias dos meios de produção daquele país. No entanto, a Revolução Cubana, em 1959, representou a resistência à submissão de Cuba às relações econômicas da cultura de exportação de açúcar para os Estados Unidos, nesse momento histórico. Os países se distanciam pouco mais de 150km (Sader, 1992).

Esse autor destaca o elemento figurativo de Cristóvão Colombo e sua difusão na Europa, da imagem do novo mundo, referindo-se especificamente a Cuba. Para ele, "foi em Cuba que partiram para o continente os conquistadores coloniais comandados por Hernán Cortés" (Sader, 1992, p. 6). E também foi

> […] naquela ilha do Caribe que se deu o primeiro genocídio das populações indígenas da América e foi por lá também que se iniciou o tráfico de escravos para o nosso continente […] combinavam-se assim, em Cuba, a sobrevivência da escravidão e das correntes de pensamento muito progressista da América (Sader, 1992, p. 6).

O processo histórico de dominação vivido por Cuba resultou em um salto direto da dependência espanhola para a norte-americana, sem a presença de outras nações. E essa acentuação era favorável em razão, sobretudo, da situação geográfica. Todavia, o que intencionamos afirmar corresponde ao legado dessa nação ao mundo, equivalendo como exemplo de lutas que se encontram na memória da resistência em prol da soberania dos povos

e da realização das possibilidades de consciência política, combatendo a ciência da dominação e propondo uma pedagogia da libertação.

Chile, outro exemplo de experiências de rupturas e mudanças com a política socialista de Salvador Allende. Uma das características típicas da sociedade chilena, em épocas anteriores, é o fato de a economia, ainda que exportadora de produtos primários, como em todo o continente, concentrava a exportação em produtos minerais como a prata, o salitre ou o cobre. O país, favorável à ideologia do movimento operário europeu, incluía, nessa variante, o anarquismo e o socialismo, integrando-se ao movimento das internacionais operárias, à democracia, ao socialismo, ao movimento operário e suas formas coletivas de luta e de organização desde as últimas décadas do século XIX (Sader, 1992).

Para Sader (1992), a ideia de um governo socialista não era estranha na história do Chile, diante da existência de uma estrutura popular ligada a partidos de esquerda socialistas e comunistas com muitas décadas de existência. Registra-se, em 1920, a representação do partido comunista chileno na presidência da república e, em 1932, após a crise provocada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, o Chile reconhece o governo socialista. No entanto, os efeitos dessa crise atingiram o país já afetado pela queda da exportação do salitre no mercado, diante da introdução da versão sintética na Alemanha (Sader, 1992).

A ditadura do General Ibáñez estava vigente, mas o levante popular liderado pelos estudantes, com apoio geral no país, inclusive dos operários, fez cair o regime militar em julho de 1931. Grupos organizados de trabalhadores e de intelectuais levantaram plataformas socialistas e fizeram intensas propagandas, chegando a se conectar com o descontentamento existente entre jovens da oficialidade das Forças Armadas chilenas. Nesse cruzamento, surge o movimento revolucionário que tomou o poder em 4 de junho de 1932, após grande instabilidade social nos meses precedentes. Esse movimento, liderado por um brigadeiro chamado Marmaduke Grove, proclamou a República socialista do Chile (Sader, 1992).

Novas políticas governamentais foram adotadas, visando à transformação do sistema capitalista no Chile, algumas delas implantadas também em Cuba. Dentre as medidas, as principais foram: a reforma agrária, a nacionalização das minas de salitre, o controle do comércio exterior e interior, o imposto sobre as grandes fortunas, uma reforma educacional, o pleno emprego para todos os chilenos. Não por acaso, uma coalisão de partidos burgueses e suas entidades classistas, apoiadas pelas empresas internacionais afetadas pelas medidas do novo governo, se formou em oposição à experiência socialista na tentativa de finalizar com ela, o que em parte saiu vitoriosa, apenas nesse contexto político (Sader, 1992).

O Triunfo da Revolução Cubana em 1959 e sua transformação no regime socialista a partir de 1969 foi modelo a seguir, impulsionando a proliferação de outros movimentos revolucionários em forma de guerrilha para tentar deter a atuação dos agentes contrarrevolucionários. Já o governo de Allende foi marcado por enfrentamentos diretos com a oposição, em meio a grandes agitações sociais. O programa da unidade popular sofreu investida norte-americana com ações terroristas, e nessas tentativas de boicote à atuação popular, o próprio Allende, percebendo o esgotamento do seu governo, suscitou um plebiscito em que se submeteria a uma decisão popular. Consciente de que a resposta seria positiva, porém, ele apresentou o plano político ao General Pinochet, cujas tendências golpistas eram desconhecidas. No dia 11 de setembro de 1973, o Chile amanhece cercado por tropas do exército e da Aeronáutica com ultimato para que o governo eleito democraticamente abandonasse seu posto, do contrário seria submetido a um bombardeio aéreo. A ofensiva golpista conseguiu assumir o controle do país e o golpe liquidou a democracia chilena, instalando uma ditadura militar similar à brasileira, com o rompimento não apenas da experiência do governo socialista, mas com a própria democracia política (Sader, 1992).

A luta contra o capitalismo sugere uma organização sistematicamente objetiva e organicamente praticada a partir de ideologias que incorporam mudanças na subjetividade dos passivos e ativos da resistência, pois as inconsistências, contradições e realidades distorcidas são experiências que comprovam muito mais a adesão ao projeto de poder totalitário do que afirmação de práticas revolucionárias, o que proporciona acreditar que transformar consiste em uma retórica esquecida nas velhas utopias.

As histórias das lutas nas iniciativas intencionadas a provocar mudanças no sistema capitalista permeiam com dificuldades de acontecer a transformação devida, pois, seguramente, nos esforços pela realização dessas mudanças há boicotes planejados, frentes de coalizão golpistas, com a promoção das forças internacionais que se juntam com as representações locais para asfixiar as organizações populares e as grandes lideranças. Tais fatos, direcionados à promoção e valorização da estrutura capitalista, promovem o distanciamento das intenções socialistas de governar o sistema. Assim, as mudanças que seriam possíveis de uma caminhada, são interrompidas por outras estruturas e conjunturas que promovem a sua derrocada. Para quem outro mundo não é possível? É evidente a existência de forças maiores em uma intensidade talvez não imaginada, que impedem a transformação social.

Os exemplos da história de luta dos povos latinos colaboram para entender que a Educação Popular representa o fundamento educativo da resistência em um campo não restrito apenas aos processos escolares, e por ter sua origem na resistência, se estende a qualquer

processo ideológico/pedagógico implicado na construção de aprendizagens significativas como elemento agregador, interativo, socializador, tendo em vista a construção de sociabilidades importantes para as vivências culturais, resultando em atuações nos movimentos sociais. Incorporar a Educação Popular como fundamento da práxis pedagógica, democrática, participativa, coletiva tem significado para a objetividade e a subjetividade das lutas e resistências, como perspectiva de valorização e protagonismo dos povos, das existências, subjetividades, interculturalidades de sujeitos e sociedades.

7.2.2 Perspectiva Conceitual da Educação Popular

A educação popular reconhece os saberes originários, as culturas tradicionais e as etnias como matrizes em que se desenvolvem as forças sociais, as atividades econômicas, os arranjos políticos, as produções culturais, as diversidades regionais e as multiplicidades raciais. São aspectos que evidenciam a existência de uma nação que protagoniza a memória das tradições culturais, evidenciando a soberania como um valor agregado à existência emancipatória. Nesse sentido, uma nação independente é resultado de práxis que valorizam as origens e seus elementos simbólicos como o hino, a bandeira, os heróis, a moeda, o mercado, o território, a população em contextos das relações e forças que configuram uma nação (Barros, 1988).

No caso brasileiro, a bandeira, mesmo constituída como símbolo nacional nos termos da CF, tem pouca ou nenhuma representação para a história das lutas sociais. Símbolo da República Federativa do Brasil, evidencia as riquezas ambientais, sendo réplica da bandeira imperial. Sem a representação das lutas de indígenas, dos negros, do campesinato, dos populares e tantas outras que fizeram parte da constituição desse país, a bandeira nacional não apresenta representatividade de uma nação que presa por sua história originária e, portanto, verdadeira do seu povo.

Barros (1988) conceitua nação e nos permite refletir sobre os processos educativos populares, sejam eles disciplinares, interdisciplinares ou como instâncias informais, pensados, construídos e executados de forma contextualizada com a cultura originária e tradicional dos povos e nações. Esses processos são fundamentais para a compreensão das interculturalidades e da formação do pertencimento dos atores e atrizes sociais que resistiram em grupos de luta, resistência e enfrentamento para manter suas ancestralidades fortalecidas, nas esferas em que se realizam.

É relevante, nesse diálogo, rever a perspectiva de educação oficial enfatizando que ela sobrevive a partir de elementos fundamentais para a manutenção da sociedade capitalista. Ao

contrário, a Educação Popular é tida como uma proposta alternativa à oficial e respaldada em reflexões na perspectiva filosófica, política e pedagógica de um paradigma educacional que orienta os esforços para a transformação social e a formação integral de consciência as políticas. Para isso, torna-se necessário a criação de novas estruturas sociais e relações, baseadas na justiça, na igualdade, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente (Jara, 2020).

Corroboramos com o conceito de Educação Popular apresentado por Jara (2020), como um fenômeno sociocultural vinculado à história latino-americana, e refere-se a uma diversidade de práticas e pedagogias libertadoras que têm em comum uma intencionalidade transformadora. Nesse sentido, a transformação, para esse autor, é vista como um processo de admissão da passagem das relações de produção do capitalismo produtivista, informacional e calcado em disparidades de classes para outro sistema, o socialismo, baseado na equidade social e promoção das subjetividades dos sujeitos e sociedades. A Educação Popular prima por mudanças nas relações de classes, de poder e dominação, condicionadas a corresponder com as desigualdades e as polarizações de um histórico consolidado nas estruturas sociais que violentam a subjetividade diante da vigência normativa da exclusão social. As ideias pautadas de transformação atuam como mecanismos implicados em mudanças da organização política e dos fatores culturais

A Educação Popular como concepção educativa, para Jara (2020), não possui um corpo categorial sistematizado em todos os seus extremos e em toda sua extensão, no entanto, há o exercício da flexibilidade implicado na contextualização da realidade estrutural e conjuntural, lançando elementos necessários para a construção de um novo paradigma educacional, que se encontra confrontado com o modelo de educação autoritária, reprodutora, predominantemente escolarizada e eminentemente dissociada a teoria da prática.

Todo o processo de operacionalização da práxis na Educação Popular tem em vista construir relações equitativas justas, respeitosas, da diversidade e da igualdade de direitos para todas as pessoas (Jara, 2020). Nesse sentido, se apresenta como um processo educativo articulado com a concepção freireana de entender uma educação realmente libertadora como arte literária e revolucionária, política e pedagógica, que se faz presente junto ao verbo esperançar, conjugado coletivamente, com a utopia de outro mundo possível.

Um aspecto relevante para compreender a Educação Popular é considerar a sua dimensão política em todos os sentidos. Enquanto partidários de uma sociedade justa e inclusiva, as relações de poder estabelecidas “constituem um tecido plural e disperso, transversal a todas as relações humanas, e estão diretamente ligadas às possibilidades ou não

de nos constituirmos como sujeitos sociais e históricos de transformação" (Jara, 2020, p. 40-41).

É importante retratar que a educação jamais pode ser neutra, pois, partidária da defesa de uma sociedade justa, equitativa, solidária e politicamente organizada, assume a humanização como apologia e fundamento da práxis.

7.2.3 Perspectiva epistemológica da Educação Popular

A discussão sobre base epistemológica que envolve a Educação Popular, nesta abordagem, está implicada em entender, do ponto de vista teórico, a perspectiva da libertação como dimensão categórica que se agrega à Filosofia, à Teologia e à Educação, partilhando sentidos similares, no entanto, com diferentes especificidades. Entender essas dimensões permite consolidar um campo epistêmico para essa área de conhecimento. Nesse sentido, abordaremos esses campos específicos em autores como Dussel (1977, 1995), Freire (1987) e Jara (2020).

A Filosofia da Libertação como uma ética da libertação, para Dussel (1995), consiste em uma prática que toma como ponto de partida uma realidade regional própria, com a pobreza crescente da maioria da população latino-americana. A vigência de um capitalismo dependente com a transferência de valores para o capitalismo central, para esse autor, estrutura uma condição de vida para os povos, determinando a sua existência histórica. Voltada para a tomada de consciência da existência de tipos de opressão, a Filosofia da Libertação se propõe como forma de ação na qual o ponto de partida é a liberdade, "cuja meta a atingir é a libertação já indicada, por exemplo, no machismo ancestral enquanto opressão da mulher" (Dussel, 1995, p. 46).

O "eu penso, logo existo" é uma expressão do individualismo positivista e da liberdade econômica, cultuada sob a perspectiva filosófica do cartesianismo que reproduz, enquanto um pensar epistemológico do outro distante, as marcas das diferenças e condições sociais consolidadas no processo histórico de promoção do capitalismo e da exclusão dos povos. Na filosofia da Libertação, a anterioridade do outro é interpelada como compreensão consciente, diante da impossibilidade do eu próprio atuar como representação do mundo que pensa, age, institui e organiza o mundo. Enquanto ente, a reflexividade constitui fundamento valioso para a tomada de consciência como ato de justiça no reconhecimento desse outro, considerando as razões históricas de violências e exclusões como determinantes para afirmar significativamente a necessidade de uma pedagogia dos povos excluídos como fundamento necessário para a

aproximação de outra totalidade. Esse compromisso ético com a formação de uma Filosofia que parte da compreensão da exclusão do outro se sustenta do ponto de vista teórico, metodológico e como práxis, daí o caráter epistemológico.

Para Dussel (1995), a filosofia da Libertação inspirou-se no pensamento de Emanuel Lévinas, e a define como

> [...] a posição de exterioridade (como filosofia, cultura popular e economia latino-americana em relação aos Estados Unidos e a Europa), considerando enquanto pobres [...] em referência de totalidade hegemônica, político, autoritária, econômico, capitalista, erótico machista pedagógico ilustrada, cultural-Imperial publicitária, religião fetichista (Dussel, 1995, p. 46-47).

O reconhecimento do outro representa a valorização das autenticidades culturais interpeladas com a defesa dos direitos humanos e da existência dos povos africanos, asiáticos, indígenas, negros norte-americanos e latino-americanos, e nessa interpelação trava-se uma luta histórica de vida e morte ou libertação e dominação, tendo em vista em que lugar essas simbologias se encontram em presença, como projeto de organização social, da dominação, da morte e da libertação da vida. No sentido da exemplificação conceitual, o outro é descrito como:

> O pobre, o dominado, o índio massacrado, o negro escravo, o asiático das guerras do ópio, o judeu nos campos de concentração, a mulher objeto sexual, a criança sujeita as manipulações ideológicas, também a juventude, a cultura popular e o mercado subjugado pela publicidade não conseguirão tomar como ponto de partida pura e simplesmente a 'estima de si mesmo'. O oprimido, o torturado, o que vê se destituída a sua carne sofredora, todos eles simplesmente gritam, clamando por justiça (Dussel, 1995, p. 18-19, grifo do autor).

Assim, a libertação como práxis é resultado da consciência crítica ao estabelecido, fixo, normalizado, cristalizado e morto. Ela se consolida na capacidade formativa da consciência ética e no exercício de escutar a voz do outro como uma transontologia que transita com a negação do sistema vigente, o apelo à cultura do outro mediante as relações de aproximação ontológica desse outro na justiça (Dussel, 1977).

Diante dessa discussão, o próximo segmento de abordagem considera relevante e inesgotável a discussão da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987), diante da autenticidade dos processos educativos voltados à formação da consciência crítica e libertadora das amarras sociais e culturais do sistema opressor que forma os sujeitos. A criação clássica consiste em um legado no debate de uma pedagogia libertadora, por isso a referência como obra de arte revolucionária.

7.2.4 Por uma Pedagogia do oprimido como práxis da libertação

Na educação pela libertação, a *Pedagogia do Oprimido* é uma referência que tem nas ideias de Paulo Freire (1987) um pensamento voltado à emancipação dos sujeitos. O fundamento epistemológico freireano possibilita a reflexão de um processo educativo como prática de liberdade, postulado necessariamente por uma pedagogia libertadora diante da conscientização da história, direcionada ao reconhecimento das realidades de opressão.

Freire (1987) reflete a conscientização como meio de inserir os sujeitos no processo histórico em busca de sua afirmação, e ela consiste em resultado de leituras ancoradas em situações concretas. Para esse autor, é preciso considerar as reações dos oprimidos e a partir dessas reações restabelecer uma relação de radicalização criadora mediante a criticidade vista como elemento dessa radicalização que se assume libertadora. O enraizamento, o engajamento e, principalmente, o esforço de transformação da realidade dos atores e atrizes tem sentido "[…] estrito, como radical, num processo de libertação, não [podendo] ficar passivo diante da violência do dominador" (Freire, 1987, p. 13).

É importante registrar que os aspectos subjetivo e objetivo, em Freire, tomam corpo como unidade dialética e estas dimensões consideram as ações pedagógicas que retratam a realidade atos cognoscentes e, assim, de aprendizagens. A educação libertadora considera a subjetividade e a objetividade como elementos que se encontram nos resultados de um conhecer solidário de quem "luta para a transformação da realidade objetiva que os faz 'ser este ser para o outro'" (Freire, 1987, p. 20, grifo do autor).

Os radicais, sujeitos comprometidos com a libertação, ao se inscreverem na realidade para melhor conhecê-la buscam formas de transformação dessa realidade. Como radicais não temem o enfrentamento, o desvelamento, e não temendo o povo, estabelecem o diálogo próprio do revolucionário. O reconhecimento da desumanização como realidade histórica é essencial para a libertação das amarras da naturalização dessa desumanização decretada pela sociedade e vista, nesta abordagem, como prisão. Como viabilidade, o pensamento freiriano adota a humanização, "[…] afirmada no anseio de liberdade, de Justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação da sua humanidade roubada" (Freire, 1987, p. 16).

Para Freire (1987), a Pedagogia do Oprimido não pode ser elaborada pelos opressores, pois estes violentam e proíbem que os outros sejam, não podendo igualmente ser. Entre os oprimidos, a luta consiste em "ser", diante da retirada da humanidade perdida com a opressão, e somente os oprimidos no processo de libertação podem libertar os opressores que existem em si. Os opressores, enquanto classe, não libertam, nem se libertam, e na sua ânsia de posse,

desenvolvem a convicção materialista de que é possível transformar tudo em seu poder de compra. Constata-se que a libertação se realiza primeiro no plano subjetivo, para depois se instituir objetivamente.

Enfim, a Pedagogia do Oprimido lança mão da ação libertadora como um processo educativo, problematizador, e tem como essência a consciência mediatizada pelo sujeito, com críticas à concepção oficial de educação, denominada como bancária a partir da alusão ao banco e à relação mecânica do depositar. Freire (1987) faz alerta a esse modelo, denunciando a inoperância da ação de conhecimento transmitido como algo em que se deposita, e este modelo legal, a serviço da desumanização, representa instrumento de opressão. Na relação entre educador e educandos, há um vínculo implícito entre conhecimento e aprendizagens, protagonizando um campo de ação pedagógica dialógica que reflete a realidade do sujeito, narrada por ele, no exercício de uma criticidade construída primeiro sobre a sua realidade e depois, da geopolítica.

A Pedagogia do Oprimido subsidia a práxis do sujeito radical, dialógico e problematizador a partir do reconhecimento da inconclusão dos seres humanos, pois a consciência dessa inconclusão se realiza em permanente busca de si, do outro e, assim, do processo contextual e histórico que está implicado na formação de sujeitos e sociedades. É uma pedagogia dialógica e aberta ao mundo, intencionada a entender seu desenvolvimento mediante o conhecimento e a valorização da história de lutas identitárias e valorização das ancestralidades presentes como sentidos da vida. Ela tem como princípio metodológico a dialogicidade como elemento essencial da práxis que se funda no amor, "na humildade, na fé nos homens, no diálogo se faz uma relação horizontal, na qual a confiança de um polo no outro é consequência óbvia" (Freire, 1987, p. 45).

É uma pedagogia que propõe como mediação para a alfabetização de adultos a investigação dos temas geradores, dando ênfase a uma situação existencial, na prática, decodificada e descrita da situação. No processo de formação, os indivíduos exteriorizam as temáticas explícitas na consciência real adquirida com a objetividade, assumem aprendizagens realizadas em círculos de leituras. A consciência crítica é formada introjetando-se, pela força catártica da metodologia, uma série de sentimentos provocados pela prática revolucionária como uma unidade proporcionada pela liderança e sua responsabilidade coordenadora e dialógica com as massas populares, pois, para Freire (1987), a educação é mediatizada pela coletividade e ela em si não muda o mundo, a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo. Enfim, a Pedagogia do/para/com o Oprimido precisa ser incorporada

para além dos discursos, pois como práxis resulta na formação para a libertação e emancipação dos sujeitos e sociedades.

Na continuidade da discussão, a definição de educação, no sentido geral, em muitos autores consagrados academicamente está centrada em uma visão capacitista e meritocrática, ao negar a participação das políticas sociais como segmento que proporciona oportunidades e inclusão e assim viabiliza a inserção de sujeitos na sociedade do conhecimento e da qualificação profissional. Nota-se que a educação direcionada à promoção da sociedade do desenvolvimento se volta a formar seres humanos com competência técnica e operacional, com isso segrega outras inteligências que não são especificamente para este fim. Na Educação Popular, a práxis educativa centralizada nos sujeitos constrói intersubjetividades com o conhecimento que se revela na busca e reconhecimento da cultura, das tradições e das sabedorias ancestrais. O conhecimento presente nos sujeitos se desenvolve na objetividade da reflexão com a condução do processo formativo popular e inclusivo em que a objetividade e a subjetividade de uma pedagogia das subalternidades se caracterizam como essência das sabedorias existenciais. Além disso, as situações de aprendizagens em que educação burguesa avalia como erro, ausência ou limitação; a Educação Popular compreende como uma questão política viabilizada pelo contexto que projeta a sociedade da exclusão.

A Educação Popular, fundamentada nos processos de aprendizagem que asseguram relações interativas e socializadoras, libertadoras e emancipatórias, condena as relações verticalizadas, priorizando a horizontalidade problematizadora e dialógica como procedimento de mediação das aprendizagens adquiridas do ponto de vista individual e coletivo, tanto de educandos quanto de educadores.

Jara (2020) elenca proposições relevantes que possibilitam a compreensão de princípios e aprendizagens na Educação Popular e colabora para pensar em resultados da práxis a partir do seu exercício. São conhecimentos adquiridos por docentes e discentes na caminhada da mediação formativa em espaços de aprendizagens diversos. Os sujeitos radicais da consciência libertadora podem ser

> Capazes de fazer ruptura com a ordem social imperante que nos é imposta como única possibilidade histórica (o modelo de globalização neoliberal); [...] de questionar os estereótipos e padrões ideológicos e éticos vigentes como verdades absolutas (o individualismo uma competição do mercado como regulador das relações humanas); [...] capazes de aprender e desaprender permanentemente, apropriar-se de uma capacidade de pensar e de uma propedêutica e metodologia mais que de conteúdos acabados; [...] de imaginar e de criar novos espaços e relações entre os seres humanos concretos com quem vivemos em nosso lar, comunidade, trabalho, país, região; capazes de

> suscitar uma disposição vital solidária com o entorno Social e o Meio Ambiente com uma afirmação cotidiana e estilo de vida; capazes de se afirmar como pessoas autônomas, mas não autocentradas, e sim seres dialógicos superadores do antagonismo, eu e outro; capaz de desenvolver potencialidades racionais, emocionais e espirituais como homens e como mulheres superando a socialização de gênero patriarcal e machista e construindo novas relações de poder na vida cotidiana e no sistema social (Jara, 2020, p. 35).

Esses marcos conceituais podem constituir referências metodológicas para entender a Educação Popular como um modelo de ciência reflexiva que se contrapõe ao modelo de ciência positiva (Dussel, 1977). É importante retratar que a formação da consciência de classe como etapa de desenvolvimento de uma educação realmente popular, aparece em todos os campos teóricos nos quais a ideia da Libertação está agregada.

A Educação Popular auxilia uma práxis que se forma como pensamento crítico do sistema social e suas injustiças cometidas contra os sujeitos nas sociedades, por isso ela permite a formação da consciência a partir de leituras do local e do global. É incorporada em sujeitos da práxis na condição de lideranças multiplicadoras, dotadas de interpretação crítica dos processos e contextos históricos, atuam na realidade de luta de classes, aquela que institui os processos organizacionais para o combate das relações desiguais que condicionam a formação de minorias.

Presente como fundamento das lutas sociais históricas e atuais, a exemplo da resistência dos atingidos pelas barragens da CHESF, à realidade de investigação conduzida neste estudo, a Educação Popular colabora para objetivar e subjetivar um pensamento decolonial e descolonial a partir de ações e atividades ativas, criadoras, libertadoras e enraizadas na valorização e no protagonismo das matrizes culturais originárias e tradicionais indígenas e quilombolas, ribeirinhos, agricultores, enfim, povos da Educação do Campo.

Além de desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade do projeto de sociedade instituído que deve ser enfrentado, a Educação Popular promove a autonomia política e ideológica dos indivíduos, assegurando seus princípios fundamentais. Colabora também para a elaboração de um currículo voltado à formação das insurgências, com vistas à atuação dos sujeitos com consciência ética, visando à humanização dos povos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade social como resultado da construção individual e coletiva precisa envolver a legitimidade política de um parâmetro básico de qualidade de vida, elevando as pautas das identidades, das interculturalidades de povos e etnias. Nesse sentido, o bem viver, ao se fazer presente como normatividade na sociedade, tem efeito na vida de todos(as) os seres humanos no planeta, podendo concretizar em possibilidades de outro mundo. No entanto, a consciência dessa irrealidade se apresenta como mote da luta pela existência cultural e fundamento da cultura de participação materializada nas iniciativas que organizam a luta da resistência.

A existência de desumanidades nas diversas realidades nas quais vivem sujeitos em condições de vulnerabilidades e exclusão caracterizam e estigmatizam a população, restringindo oportunidades de acessos à educação, ao trabalho e à vida digna, condicionando o ser humano aos limites da classe social. Os sem acesso à terra, ao conhecimento, ao trabalho, à segurança alimentar e nutricional, à saúde biopsicossocial e espiritual, são os Sem Terra, Sem Teto e, assim, sem direitos à inclusão social. Nessa condição, o projeto de participação na luta cotidiana pelo direito negado está no exercício da práxis transformadora, pois, inserida na organicidade de lideranças e/ou agentes de transformação em organizações populares, colabora para as mudanças das sociedades pela inclusão de direitos. Na linha tênue entre o local e o global se encontram também o individual e o coletivo, o sujeito e a sociedade, e na formação desse modelo binário, centrado nas particularidades ou nas generalidades, há limitações nesses campos que deveriam se admitir interligadas.

Nesse sentido, o presente estudo descreveu a realidade de participação narrada pelas lideranças que atuam em organizações populares de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, tendo em vista o desenvolvimento de uma Educação Popular no território Itaparica-BA/PE. E com esse direcionamento problematizado, apresentamos um contexto social local e geopolítico demonstrado como uma realidade compatibilizada na matriz social do capitalismo na qual as práticas de segregação, marginalização e desumanização fazem parte, dando logicidade institucional às desigualdades sociais. Em contraposição, as lutas populares deram razão à existência, denunciando as mazelas projetadas e fortalecendo a anterioridade originária dos povos e comunidades tradicionais.

As diversas realidades apresentadas das condições sociais do território estudado nos levaram a refletir sobre as inúmeras injustiças consolidadas contra a vida humana no planeta, e muitas delas ainda persistem, e tantas outras estão por vir. A serviço de uma legitimidade na

qual prevalecem as relações desiguais como projeto de poder, estas realidades, submersas à margem da estrutura de exclusão, são abismos sociais que buscam diferentes formas de existências, e a luta da resistência consiste em uma dessas.

No projeto que legitima a vulnerabilidade da vida humana, o enfrentamento coletivo das organizações populares e das lideranças atuantes tem sentido de contradição e direção política complexa e plural, pois envolve nesse enfrentamento quebras de paradigmas com o sistema opressor com as quais o mundo do capital e dos capitalistas não suportaria conviver. Essas organizações, ao se constituírem parte de uma realização coletiva presente na sociedade, muitas vezes perdem a razão principal da luta por abandonarem a práxis transformadora e se voltarem ao egocentrismo da promoção narcisística, autoritária, distorcida, específica do capitalismo, e assim se aproximam desse projeto que vulnerabiliza a vida humana, realidades presentes em muitas atuações de lideranças em organizações populares. Essa luta ideológica de princípios se defronta com a necessidade de um modelo orgânico e fortalecido de associativismo que deveria permanecer como *modus operandi* nas organizações populares as quais tendem a buscar na coletividade uma unidade política de representação da diversidade factual pela realização democrática, representativa, dialógica, participativa e como esferas de poder.

Nos desfechos da pesquisa apresentada, compreendemos a história do território Itaparica-BA/PE, o processo de ocupação de Glória-BA e Paulo Afonso-BA a partir dos conhecimentos de realidades extraídas nas memórias das lideranças em entrevistas narrativas. E nessa realidade apresentada, destacamos um contexto de impactos e resistências consequentes das instalações da CHESF no território. Para aqueles e aquelas que partiram dos seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida, restava conviver com instalações sub-humanas em realidade de fome e miséria. Para os originários do território, a des/re-territorialização dos atingidos foi perversa, pois seus lugares foram invadidos pelas águas e tiveram que travar uma luta árdua contra o Estado por assistência e garantia de continuidade da existência como reassentados.

A presença do Estado em ações deliberadas através da CHESF resultou na intensificação de práticas segregacionistas e na marginalização dos sujeitos no território, materializadas por um muro existente até a década de 1980, que separava pessoas que se diferenciavam em condições de classes sociais. “O muro da vergonha”, assim denominado, tem sua simbologia existencial, encontra-se vigente como estrutura ideológica capitalista ligada à promoção de elites que se sustentam e ostentam na legitimidade das opressões, diante da estrutura de desigualdades sociais instituídas no sistema. O muro poderia não existir, mas a segurança e proteção comunitária de todos os seres humanos, em alusão à Cidade do Sol, com igual

"distribuição das artes, empregos, dividindo as horas entre o trabalho e o descanso, a leitura, as discussões científicas, o escrever, a conversação, os passeios, enfim, a toda sorte de exercícios agradáveis e úteis ao corpo e à mente" (Campanella, 2005, p. 39).

Verificamos acontecimentos históricos em depoimentos relevantes, que corroboram e solidificam uma compreensão das lutas, especificamente contra a instalação de um dos complexos de usinas implantados: Itaparica. O processo de resistência se estabeleceu diante da formação da consciência política, principalmente em razão da atuação da práxis da Teologia da Libertação. A cultura de participação no território se caracteriza mediante o movimento de organização sindical do campo e da cidade, com a participação ativa de padres engajados na luta em prol dos menos favorecidos e injustiçados. As reuniões secretas, ainda no regime militar, as trajetórias de mobilização de rua, as batalhas realizadas, as ocupações e acampamentos e as paradas das máquinas foram fatos vivenciados na luta ocorrida em Itaparica.

Os relatos dos sujeitos da pesquisa atestam as negligências da CHESF na ausência de assistência aos reassentados no território. Frente a esse descaso, os "atingidos" pelas barragens mobilizaram-se e organizaram os enfrentamentos em diversos formatos de lutas, denominados no estudo como gritos, gretas e semeaduras, que permanecem redimensionados como legado da cultura de participação no território.

Constatamos que a participação dos sujeitos nas lutas e enfrentamentos tem consequências no desenvolvimento de uma consciência crítica, identitária e de pertencimentos que colabora para a definição do território, construído nas relações sociais, e se vinculam à emancipação dos sujeitos e coletivos diante das injustiças e dos direitos negados. O Estado burguês e a governabilidade que atende às elites se opõem aos anseios dos povos e suas etnias, impondo formas autoritárias de poder e dominação sobre os corpos e as almas que sofrem com as violências, as vidas ameaçadas, sendo tratadas como insumos no sistema, diante da implantação de empresas estatais, como a CHESF. Dessa forma, as consequências das políticas intervencionistas liberais contra a vida de trabalhadores e trabalhadoras confirmam uma realidade de abandono e negligência, que se consolida em perdas de territórios, na desterritorialização perversa e em novas territorialidades adaptadas como reterritorialidades destes atingidos, com uma luta empenhada e recorrente por direitos. Realidade vista na reconstrução histórica e política da luta de Itaparica no território, como tentativas de superar outra configuração política de espaço social e sociabilidades, na cidade do colonizado.

A origem como categoria de análise remeteu ao entendimento dos lugares de pertencimento como registros da simbologia existencial, cultural; princípio *sui generis* que

remete a entender as subjetividades, as territorialidades e a participação social como expressões de comunicação da natureza humana na construção de espaços sociais de vivências.

Dessa forma, as análises deste estudo dedicadas à compreensão da Educação Popular na perspectiva conceitual e como fenômeno sócio-histórico consideram a luta da resistência elemento relevante, que remete ao exercício da consciência social dos sujeitos dispostos a formar frentes de enfrentamentos como alternativas, se não única, para a recorrência de direitos negados, incluindo, ainda que de forma utópica, a perspectiva de viver com dignidade, respeito às culturas, às identidades e às subjetividades.

A libertação, como um campo de recorrência das teorias que se agregam à Educação Popular, significa "deixar a prisão (negar a negação) e a afirmação da história que foi anterior e exterior à prisão" (Dussel, 1977, p. 67). Libertar é constituir a consciência da realidade originária na anterioridade da existência, contestando e possivelmente impedindo a presença dos fragmentos de tiranias da colonialidade existente nas relações sociais. É esta consciência sensível e flexível que rompe o latifúndio do eu e se constitui como outro em coletivo uníssono de expressão e linguagem direcionada ao diálogo, à comunicação, ao grito que não se grita só, simplesmente por encontrar no grito coletivo a força para continuar a dedicar-se à práxis, ao exercício da consciência subjetivamente coletiva e coletivamente necessária para a realização do percurso e da caminhada a favor da vida, contra as injustiças sociais, os preconceitos e as discriminações do projeto capitalista da exclusão, que ao favorecer a subalternidade, consolida o poder e a supremacia sobre os povos e nações.

A educação, como campo favorável à formação de aprendizagens, carece de relevância nas viabilidades políticas, compreendendo, como Freire (1987), que ela sozinha não muda o mundo, a educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo. Como ato coletivo e mediatizado pela participação dos sujeitos conscientes do seu papel social e da sua anterioridade frente à desumanidade do mundo opressor, a Educação Popular precisa ser incorporada como demanda que se direciona para a organicidade criativa, para a motivação inesgotável das insurgências incansáveis por uma sociedade da humanização.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/SJtzrMvDKVPTZ7svpZzFWJM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 abr. 2022.

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura fundiária. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 355-359.

ALMEIDA, Maria Geralda. Diáspora: viver entre territórios e entre-culturas. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 175-196.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzales. Diversidade. *In:* CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 2).

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BAHIA. Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater). **Territórios de Identidade**. Disponível em: http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade. Acesso em: 9 abr. 2022.

BARRETO, E.; ARAÚJO, M. **A vida e a obra de Pe. Lourenço**. 3. ed. Paulo Afonso, BA: Editora Fonte Viva, 2021.

BARROS, Edgard Luiz de. Octavio Ianni e Agustín Cueva: interpretações contemporâneas da América Latina. **Estudos Avançados** [online], v. 2, n. 1, jan. 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/RdKb4hfKTmGW34jJF8j7mKt/?lang=pt#. Acesso em: 02 mar. 2024

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Trad. João Ferreira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto

Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, Território Itaparica – Bahia e Pernambuco**. Paulo Afonso, BA: Fórum do Território Itaparica, 2009.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. Brasília, DF: Senado Federal , 2017.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo e agroecologia. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 355-360.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 130-135.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (Codevasf). Linhas de Negócio. Irrigaçao. **Itaparica**. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/sistema-itaparica. Acesso em: 26 jun. 2023.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). Disponível em: https://www.chesf.com.br/Pages/default.aspx. Acesso em: 22 jun. 2023.

CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Sobre nós**. Disponível em: https://www.ssvpglobal.org/sobre-nos/. Acesso em: 30 jun. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastorais**. Disponível em: https://cnbbs2.org.br/pastorais-sociais. Acesso em: 10 maio 2023.

CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

COSTA, André Monteiro. Água. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 112-118.

COULON, Alain. **Etnometodologia e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia**. 32. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

DESVIADO o rio para a construção da barragem. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, Edição 12, p. 88-95, 3 jan. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/003581/84614. Acesso em: 10 set. 2023.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Proficiente**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/proficiente/. Acesso em: 01 mar. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Tradução Georges I. Maissiat. São Paulo, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação na América Latina**. São Paulo: UNIMEP, 1977.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 143-151.

FERREIRA, José Ivaldo de Brito. **A invenção dos royalties de hidroelétrica**: impactos provocados por barragens e a luta por compensação em Paulo Afonso-BA. Assis, SP: Seike & Monteiro, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

FREITAS, Jânio de. A cidade da miséria. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 233, p. 88-95, 7 out. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/15876. Acesso em: 12 set. 2023.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da luta pela terra. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 460-467.

GASPARIN, Geraldo; WITCEL, Rosmeri; SANTOS, Mariana dos. Acampamentos e assentamentos. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA,

Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 23-28.

GATTI, Bernardete; ANDRÈ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 139-151.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

GUIMARÃES, Irineu. São Francisco, um pomar no sertão. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 1.047, ano 20, p. 58-66, 13 maio 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/004120/123501. Acesso em: 12 set. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da multiterritorialidade**. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geo Graphia**, Niterói, RJ, v. 4, n. 7, 2002. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619. Acesso em: 30 set. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Bases cartográficas contínuas. Bahia. **Território Itaparica**. 2006. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/paulo-afonso.html. Acesso em: 5 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Catálogo. Bahia. Paulo Afonso. **Quedas d'água**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411820. Acesso em: 29 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 16 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. **Paulo Afonso**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 29 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE /cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 27 set. 2021.

JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana**: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo: Ação Educativa, 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagens e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

LIBÂNIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBÂNIO, João Batista. **Contextualização do concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. Universidade do Vale dos Sinos**. São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas - Unisinos, 2005.

LIMA, João de Sousa. **Lembranças de Paulo Afonso**. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/400116221164773/?hoisted_section_header_type=recently_seen&multi_permalinks=846797109830013. Acesso em: 09 ago. 2023.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **Barragem de Itaparica**: vinte anos após o programa de reassentamento – (des)envolvimento e (des)estruturação de vidas. Instituto Geográfico e Histórico de Petrolândia, 2017. Disponível em: https://ighpetrolandia.wordpress.com/publicacoes/ota-outros-trabalhos-academicos/ota-10-lima-sergio/. Acesso em: 25 jun. 2023.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento, modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 337-382.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo d eun concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial.** Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATTA, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva: SEGATA, Jean (org.). **Impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MBEMBE Achille. **Crítica da Razão Negra**. 4. reimp. Paris: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 9. reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço e identidade. *In*: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 217-228.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto de Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto de Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MILLS, Chales Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução à metodologia de pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 81-142. (Coleção Saúde em Debate, 46).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas públicas. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão; o caso da Bahia nos idos dos anos 1972 a 1990. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 34, p. 23-37, jan./jun. 2010.

NASCIMENTO, Antônio Dias. O difícil caminho da ética na contemporaneidade: uma leitura de Zygmunt Bauman. *In*: PALMEIRA, Maria José de Oliveira; ROSEIRA, Nilson; FERREIRA, Antonio (org.). **Educação e democracia**: fundamentos teóricos para abordagem dos valores. Salvador: Eduneb, 2008. p. 19-40.

OLIVEIRA, Juliana. Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. **Ministério da Saúde**, 28 mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19. Acesso em: 01 ago. 2023.

PAULO AFONSO: redenção do Nordeste. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 144, p. 5-7, 22 jan. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20195&pesq=CHESF&pagfis=9448. Acesso em: 12 set. 2023.

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO-PE/BA. **Institucional**. Disponível em: http://polosindicalsubmediosaofrancisco.blogspot.com/p/historico.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RAVAGNOLI, Neiva Cristina da Silva Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na linguística aplicada. **The Especialist**, v. 39, n. 3, 2018. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/esp. Acesso em: 10 fev. 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Claudia Berline. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 511-514.

SÁ, Iêdo Bezerra; SÁ, Ivan Ighour Silva; SILVA, Aderaldo de Souza; SILVA, Davi Ferreira da. Caracterização ambiental do Vale do Submédio São Francisco. *In*: LIMA, Maria Auxiliadora Coelho de; *et al* (ed.). **Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco**: uva de mesa e manga. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2009. p. 8-15. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/178150/1/Iedo.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua**: socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O discurso sobre as ciências**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Juracy Marques dos. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens**: um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil. 2008. 94 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnicas e tempos, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Weslen Sandro Moreira; MACHADO, Celia Tanajura. Movimento sindical docente na Bahia: a luta contra a precarização na rede pública de ensino na pandemia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 36, p. 959-983, set./dez. 2022. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde. Acesso em: 30 jun. 2023

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo; Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Antônio Galdino da. **De forquilha a Paulo Afonso**: história e memórias de pioneiros. Paulo Afonso, BA: Fonte Viva, 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Sustentabilidade. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 730-734.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA BAHIA (APLB – SINDICATO). Delegacia Costa do Descobrimento. **APLB**. Disponível em: https://www.aplbportoseguro.com.br/aplb#:~:text=A%20APLB%2DSINDICATO%20nasceu%20em,e%20tamb%C3%A9m%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional. Acesso em: 30 jun. 2023.

SINERGIA-BA. **História**. Disponível em: https://sinergiabahia.com.br/institucional/historia/. Acesso em: 21 jun. 2023.

SINÔNIMOS. Dicionário de sinônimos. **Objeto**. Disponível em: https://www.sinonimos.com.br/objeto/. Acesso em: 10 ago. 2023.

SIONEK Luiza; ASSIS, Dafne Thaissa Mineguel; FREITAS Joanneliese de Lucas. "Se eu soubesse, não teria vindo": implicações e desafios da entrevista qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/88csRhmNGynh6X63TgKp9mD/?lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOFIATI, Flávio Munoz. Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, v. 14, n. 26, p. 121-140, 2009. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1320. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOLINÍS, Germán. O que é território ante o espaço? *In*: RIBEIRO, Maria T. F; MILANI, Carlos R. S (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 265-285.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TOURAINE, Alain de. **Pensar outramente**: o discurso interpretativo dominante. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TROVÃO, Dilma; COSTA, Jonas Duarte. Bioma Caatinga. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 162-168.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Lívia Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico e lo decolonial: entretejiendo caminos. *In*: WALSH, Catherine (ed.). **Pedagogias decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 23-68.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 143-151.

WELLER, Wivian. Aportes hermenêuticos no desenvolvimento de metodologias qualitativas. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 287-304, jul./dez. 2010.

ZEFERINO, Maria Terezinha; CARRARO, Telma Elisa. **Alfred Schutz**: do referencial teórico-filosófico aos princípios metodológicos de pesquisa fenomenológica. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 826-834, jul./set. 2013.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 489-493.

APÊNDICE A – Entrevistas Narrativas

Entrevista Narrativa 01 – Pastoral Social

Izael

04/03/2021 – 15h30

Comecei desta vertente da igreja católica, comecei na pastoral da juventude, uma pastoral bem discreta aqui, pastoral da diocese de Paulo Afonso né, aí comecei participar das pastorais sociais. As pastorais sociais ela vem dessa linha de uma igreja mais libertadora, a igreja também ela tem vários caminhos, essa linha mais social, essa igreja que o Papa Francisco até aponta, essa linha mais que no final da década de oitenta e noventa, chamada da Teologia da Libertação, o próprio Paulo Freire pregava, o D. Helder Câmera [...]. Depois da Pastoral da juventude comecei participar da pastoral carcerária, pastoral também ligada à igreja católica, fazer a visita no cárcere, trabalho de evangelização e acompanhamento também deste problema social que é o problema dos cárceres no Brasil, problema dos encarcerados são pessoas excluídas e que precisam também desta atenção.

A pastoral carcerária tem um trabalho bem maior que só evangelizar no cárcere, é um trabalho muito forte de segurança pública porque perpassa os muros do presídio, as grades vai para o campo do social, uma vez que a pastoral carcerária tem acompanhamento às famílias, no processo junto ao fórum fazer este acompanhamento, isto falando da pastoral carcerária. Existem outras pastorais em Paulo Afonso, a Pastoral da Criança, muito forte, muito bonita, trabalha justamente no acompanhamento das famílias e crianças [...], existe aqui a pastoral da juventude, bem mais fraco, mas ainda existe [...] Eliene do BTN [...].

Existe a Pastoral do Aidético também, o pessoal do câncer, tem gente que não sabe destes trabalhos aqui em Paulo Afonso. Existem estas instituições que fazem o trabalho social, a própria AGENDHA a que é uma associação de Valda Arrocha junto com Maurício, instituição que faz estes trabalhos de tecnologia com o semiárido eu também faço parte de uma associação regional de combate à seca, a ARCAS, com faz parte da diocese eu trabalhei lá por dois anos, têm outras instituições que fazem trabalho social, como é o caso da CÁRITAS aqui no município. Eu me tornei um membro da cáritas aqui no município, a cáritas que faz um trabalho muito forte com a questão da economia solidária, com a questão associativismo, o cooperativismo, trabalhar com pessoas [...] juventude, crianças, pessoas que estão abandonadas, nas ruas é um trabalho muito bonito [...]. Deixe-me ver mais aqui [...]. Tem muitos trabalhos sociais que são realizados junto com a frente popular do grito dos excluídos. A Frente popular é um grupo de pessoas de várias instituições, de vários movimentos que sentam e preparam os momentos fortes da luta da resistência, a princípio chamava Frente Popular do Grito dos Excluídos porque a gente sentava para preparar o ato que é o grito dos excluídos, aquele ato democrático, solidário, social, público, civil que é o grito dos excluídos [...]. Aí criou-se este grupo, Frente Popular Grito dos Excluídos, você também fez parte. Karine, Luíza, Toni, Humberto essa turma aí que são de caminhada, também a participação do SINERGIA, sindicato do comércio com Jurandir também faz parte dessa luta, são várias instituições, várias pessoas de vários segmentos da sociedade, o pastor Sidney também. Então é isso, as pastorais sociais, os trabalhos tem muitos aí que não aparecem muito, mas são elas os pilares que sustentam esta igreja, as obras sociais

Falei um pouco da pastoral Carcerária, que é a visita no cárcere, é fazer a visitação né, é escutar. Eu digo que a pastoral carcerária é a pastoral da escuta, não dá para fazer muita coisa porque não temos o poder de fazer tanta coisa, a gente vai escutar, vai visitar a família [...],

termina também quando saem procuram a gente porque muitos não tem referência de família, a gente também corre atrás de trabalho de alguma coisa para dá uma assistência a estas pessoas.

O trabalho da pastoral da juventude é de organizar a juventude, organizar a celebração, se reunir [...] a gente se reúne conversa sobre temas vivos, temas ligados a sociedade, temas diretamente ligados a juventude sexualidade, drogas estas coisas.

A pastoral da AIDS faz muitos trabalhos também de mapeamento das pessoas, fazer este contato, esta assistência, este trabalho da pastoral da AIDS. A pastoral da criança, ela trabalha acompanhando as famílias, cadastram algumas famílias que têm crianças pequenas e eles acompanham estas crianças, crianças que moram na periferia a questão do peso, alimentação, fazem o suplemento natural, fortalecimento da alimentação com produtos naturais, salvam tantas vidas.

Este é o trabalho que as pastorais fazem, é um trabalho solidário, um trabalho de se preocupar com a vida do outro, de gastar a vida com a vida do outro [...] Eles são um pouco distantes da questão política partidária e eu digo que existem outros caminhos, outros embates de rejeição da política partidária, e eu acredito muito na solidariedade, eu acredito muito neste papel das pastorais, das pessoas e dos movimentos, é um trabalho voluntário [...] é um trabalho também político, mas as vezes ele não passa pelo campo da ideologia partidária, né.

Na pastoral carcerária eu fui coordenador de 4 a 5 anos. Eu participo, eu sou um pouco animador de comunidade. Na Cáritas chama-se agente de mobilização, na rede que chamamos de rede cáritas tem pessoas interligadas a esta rede de organização que é a Cáritas. Eu me considero um animador de comunidade, eu estou presente nas comunidades animando com a minha música, sou músico também, cantando, animando as comunidades, os movimentos populares fazendo esta parte da animação é isso, trabalho na articulação, na animação e de certa forma algumas vezes eu faço isso como trabalho, por exemplo na cáritas trabalhei no projeto estava em um projeto financiado pelo Banco do Brasil, desenvolvido no município de Canudos, Antas, Nordestina e Euclides da Cunha. Trabalhei como fiscal da Cáritas nacional pelo projeto por algum tempo em trabalho voluntário [...] tenho outras formas de me virar, este trabalho das pastorais é um trabalho que a gente faz voluntariamente, de certa forma preenche a gente, né.

Estas organizações são feitas por pessoas como eu, são pessoas simples, muito simples, muitas pessoas que de uma certa forma o sentido da vida é fazer algo. E assim, alguém tem que fazer, as vezes fico pensando, poxa eu queria fazer outra coisa e não posso fazer, por que tenho que fazer para a pastoral, queria fazer isso para mim, para a minha família, mas se eu não fizer isso fica um vazio muito grande, é prazeroso também sentir que estar fazendo algo também pelo meio que vivemos, é a minha contribuição.

Todos nós temos que fazer algo pela sociedade, nós somos responsáveis também pelas outras pessoas, pelo meio em que vivemos. Eu acho muita covardia, muita omissão viver no nosso mundinho, diante de uma realidade tão cruel em que muitas pessoas não têm oportunidade que eu tive, que você teve oportunidade de ir mais além. É covardia não poder doar mais. Isso dá sentido à vida da gente também e a gente vai entrando, vai fazendo, vai fazendo, acha que não vai ser capaz de fazer certas coisas, mas a necessidade exige, vai ocupando estes espaços, vai fazendo, é isso.

Tem muito, se não existisse as pastorais sociais, a luta, a presença de instituições e organizações não governamentais na nossa sociedade eu acho que não teria muita coisa de bom [...] na política partidária a gente encontra essa coisa, a gente vê a sujeira na política, não é só agora, é desde longe já, essa coisa essa tomada de posição de poder que é a política a tomada de posição de poder, em nome disso as pessoas fazem barbaridade né, em nome desse poder e se não fosse estes trabalhos sociais não só pela igreja católica né, para não dizer que falo isso para não parecer que que estou "puxando a sardinha para o nosso lado", eu acho que a igreja católica que tem muitas prerrogativas, tem muitas linhas que eu não concordo, mas existe

muitos grupos, muitas instituições [...] que ainda salva, talvez, esta nossa sociedade capitalista, extremamente desumana, preconceituosa que nós vivemos.

Os sentimentos nesse sentido, o lado bom das pessoas são estas instituições educacionais, estas instituições como a caritas, caritas que está lá na índia, cáritas que está lá na África fazendo um trabalho, cáritas que está apoiando os refugiados na fronteira da Venezuela, a cáritas que está nas favelas, a cáritas que está presente aí no sertão, na luta pela terra, juntos aos povos ribeirinhos, nas comunidades quilombolas, o povo de rua. Eu não estaria fazendo se eu não acreditasse nessa transformação social, a partir daí. O que move a gente, o que move nossa vida são estes ideais, estas utopias mesmo, eu digo a você o que move, o que dá sentido à vida são estas instituições. A gente cresce né, o fazer da vida não está nos bens materiais, nas coisas materiais, não estar nestas coisas que o capitalismo prega para gente [...] o cristianismo diz isso para gente, diz que o sentido da vida está quando a gente se dá, a gente ganha quando a gente se dá, é mais prazeroso dá do que receber. Então assim, eu acredito que por conta do cristianismo que a gente aprende o que a ele prega, ele só tem sentido quando a gente doa, quando a gente faz algo, é nesse sentido, sem ela não saberia dizer o que seria da nossa sociedade, iria prevalecer justamente o que o sistema capitalista prega o bem acima de tudo, a divisão de classes. Cada vez mais não se preocuparia com a vida do outro.

Nesse trabalho social em todas as esferas da luta social seja nas pastorais sociais da igreja, seja nos movimentos dos sindicatos associações sempre tem espaço né, para voluntariado para as pessoas de certa forma sempre tem um tem alguma coisa a se fazer, eu sinto que a minha importância justamente nessa forma da animação uma vez que eu sou músico né que levo essa coisa do canto, do violão nos momentos seja dentro do cárcere, na pastoral carcerária, seja nas comunidades por onde venho andando, nas comunidades das paróquias da diocese, seja no trabalho junto a cáritas também, e até nos movimentos, nos movimentos fortes aqui, o grito dos excluídos, movimento contra as privatizações, enfim, toda a luta estou presente sempre, na animação, nos carros de som, sempre fazendo com a minha música, levando um pouco de esperança, né, de sonhos, de utopias alimentando essa esperança através da música, eu estou atento a essas músicas mais ligada a vida, a resistência, aos sonhos é nessa linha.

Então assim eu sinto sim, que eu tenho o espaço é que ocupo um espaço bem nesses movimentos assim, através da minha participação como animador e também porque na discussão ainda consegue entrar né, consegue também de certa forma discutir, ponderar né, eu acho que é por aí. E assim eu sinto que eu me sinto gente, me sinto importante por fazer parte disso, eu sinto que eu tenho importância, que eu sou valorizado dentro desse movimento e assim eu sinto que fora dessa luta, desse movimento eu não sei muito como me sinto peixe fora d'água porque foi tudo que aprendi a fazer na minha vida, foi caminhar junto das comunidades, junto às pastorais sociais, sempre eu vou estar nessa luta porque faz parte da minha, é para preencher mesmo essa minha vida é mais ou menos isso. Eu mexo com música e na parte de comunicação, sou músico, radialista. Então assim, eu cresci dentro dessa linha, na publicidade. Eu não sei como seria minha vida. Eu sei que eu. Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco sem parentes importantes.

Entrevista Narrativa 02 – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Paulo Afonso-BA (SINTRAF)

Edésio

21/07/2021 – 10h

A minha história, para começar eu nasci e criei dentro da roça né, vim de uma família muito pequena que somos 15 irmãos. Filho de pai e mãe os mesmos né e assim, sempre fui agricultor desde este período, dessa época né. Eu nasci em 61 e nos anos 60 pra cá, hoje já está mais mudado, mas naquela época nós criança já ia para a roça antes de começar a caminhar, a gente já ia para roça. Minha mãe botava um jeguinho botava um no caçoa, outro no outro um na cangaia e ela ia puxando na frente. O meu pai já estava lá, amanhecia o dia a primeira coisa meu pai já ia para roça, mãe ficava preparando o nosso café.

A escola eu só tenho até a quarta série, para terminar esta quarta série eu já vim terminar no MOBRAL, porque o primeiro dia que eu fui para a sala de aula eu já tinha na idade de 14, 15 anos que na época não tinha escola. Aí esse vereador na época que era meu padrinho da borracha e aí junto com meu pai fizeram junto com o prefeito da época que eu nem lembro mais, se não me engano era doutor Edson. Uma pessoa que foi prefeito aqui Dr. Edson, e aí eles criaram uma escola, criaram uma professora, pegaram uma professora da comunidade que já tinha a quarta série e aí botaram lá para ensinar as crianças, para ensinar as pessoas e aí depois futuramente eles compraram uma casa e fizeram uma casa de escola e botaram lá.

A escola foi influência do vereador, junto do meu pai que era fazia parte da comunidade, liderança na comunidade, junto com o prefeito da época começou a pagar esta professora, era pelo município que pagava para ela começar a ensinar. As primeiras aulas ela dava na casa dela, ensinava na casa dela, antes de comprar esta casa, o município comprou a casa, a prefeitura comprou a casa, aí nessa época tinha o ABC, do ABC foi para a cartilha era da cartilha que começava o primeiro ano. Só que a professora lá devido ao estudo dela não, não tinha, como é que se diz, ensino, não tinha estudo para acima do primeiro ano, e aí fomos obrigados a gente arrumar outra professora do outro povoado que era Salgadinho para ensinar segunda, terceira e quarta série lá na escola e assim deu o início. Só que o que é que ocorria. Como eu nasci e criei da roça e eu estou dentro dos mais velhos, a gente sobrevivia da roça eu tinha que ir para a roça com o meu pai, tinha que cuidar dos animais, quando eu ia para a escola era um dia ou dois por semana, a escola ficava a duzentos metros do bebedor que os animais iam beber só que estava na sala de aula e tinha que ir ao bebedor encher o cocho dos animais para puder quando os animais chegassem tinha água para beber, eu fazia as duas coisas no mesmo tempo um dos motivos que eu, o meu estudo só chegou a quarta esta quarta série, certo?.

Hoje eu tenho dois filhos não deram continuidade para fazer faculdade, mas o básico eles têm e aí dum período pra cá, dum certo tempo para cá a área rural pode se dizer que tem tudo em termo de escola não é lá essa mil maravilha, mas tem um ensino por que inicia lá até o primeiro ano e depois vem pra cá [Paulo Afonso] pra terminar né. Alguns que querem podem até fazer a faculdade, como a senhora acabou de ver Denise e os irmãos dela faz referência a sobrinha que foi estudante da UNEB/Campus VIII].

Foi ali no ano de 1986 começou melhorar a escola, no governo de Zé Ivaldo. Todos estes ensinos da área rural era assim, alguma casa é que tinha lá alguma coisa. No período do governo de Zé Ivaldo, aí sim todas as comunidades ele fez, pequenininho mas fez, um colégio, até a quinta série no Juá, Várzea, São José, Riacho os povoados que era maior tinha professores até a quinta série, próxima do Juá, do foi daí que foi começando a melhorar, quando ele saiu os outros tiveram que dá continuidade por que, porque a comunidade já estava mais, como é que

se diz, ciente, já tinha um estudo melhor ciente, dos seus direitos e aí a própria comunidade começou a exigir dos governantes ensino para os filhos.

Hoje, ainda não é o necessário que a comunidade devia estar cobrando, mas já existe, porque desse período pra cá então foi criado a liderança, uma liderança foi criada dentro da Igreja Católica, a igreja tem muita participação com tudo isso que eu estou falando, igreja das associações, foi criado o sindicato junto da igreja aí começou um trabalho de base, por exemplo as nossas questões lá na nossa comunidade como acabei de falar, por exemplo esse ensino dos jovens foi criado através do grupo de jovens que começaram a fazer parte da igreja, Alcides, D. Mário a gente tinha, como é que se diz, por ano três eventos dados pela igreja lá no centro comunitário de Glória, toda a área rural, os jovens da área rural tinha esta participação, a gente juntava duas ou três vezes por ano, estávamos lá fazendo um trabalho bíblico de igreja, mas de luta de direitos que a gente tinha que começar a cobrar, foram criados dentro destas questões, deste período em diante aí começou a melhorar do ensino.

Não existia, por exemplo, minha mãe teve 15 filhos e nunca recebeu um salário maternidade, porque na época não existia. Tudo isso hoje se tem o direito trabalhista, direito do trabalhador, foi criado nesta luta aí, se iniciou aí em 79, 80, 86 foi a luta que a gente iniciou. Como falei para você, a história do sindicato inicial, foi ele [Alcides Modesto] quem iniciou. Na época para iniciar, mas a polícia foi bater na casa dele sorte que não encontrou o exército daqui na época da ditadura militar para tomar a documentação que tinha criado o sindicato. Aí ele estava em uma reunião em Petrolina ou Salvador, não sei, e não encontraram ele em casa, senão ele tinha ido para a cadeia também, tinha apanhado da polícia na época.

A questão profissional, este período que eu trabalhei em empresa, na minha carteira tem uma profissão na verdade. Só que a minha profissão antes e hoje, toda essa questão depois desta luta a minha profissão foi a agricultura. Vivia antes da agricultura e hoje vivo da agricultura. Meu pai faleceu e vivia da agricultura. Meu pai quando iniciou a CHESF ele foi convidado para trabalhar na CHESF e ele não foi trabalhar na CHESF, ele criou 15 filhos ele nunca deu um dia de serviço pra ninguém, meu pai, pra não dizer que me deu um dia de serviço porque na época nossos avós, nossos pais lá eles trabalhavam de mutirão que era batalhão que chamava. Quando era na época da safra para preparar a terra, juntava um batalhão da comunidade iam arrancar o mato, hoje na roça de um, amanhã na roça do outro, aí era feito de batalhão, a plantação vamos plantar o feijão hoje, aí era feito batalhão, naquela época era de enxada, não exigia o maquinário. Aí juntava aquele batalhão de homens e mulheres, um batalhão. Era assim que nossos antepassados sobreviviam, era dessa forma.

Como a gente fazia parte da igreja, né, e a coisa veio ali dos padres e a gente dava tempo como participante do grupo de jovens da igreja, essas coisas né. Então foi aí que os próprios padres da época, tanto padre Alcides como D, Mário, na própria liturgia deles eles dizia o que deveria fazer, que não era só colocar a bíblia debaixo do braço e dizer amem, a gente precisava fazer ação. E aí foi a onde tocou em cada um de nós, para a gente começar fazer ação, tentar uma forma de melhorar sobre nós termos os direitos. Somos agricultor? Somos. Moramos na zona rural? moramos na zona rural? Moramos. Se a cidade tinha já alguns direito, porque nós do campo não tem? Aí foi a motivação da gente criar o sindicato, as associações foi motivado foi motivado dessa forma, foi vindo dessa forma.

Na época de Alcides e D. Mário a missa era um mínimo, quando tinha uma missa ele chegava de manhã e durante o dia fazia tarefas: com jovens, com casais, com adultos, não era só como hoje rezar a missa. A missa era na comunidade, faziam o almoço para eles, ficavam o dia todo ali fazendo discussões com o que estava acontecendo, não discussões de partido, não de política partidária, mas discussões políticas, do país, dos governos, como as pessoas nas eleições vão participar, colocando os prós e os contra as pessoas começaram a raciocinar, era completamente diferente. Na igreja puxado pela própria igreja, tinha movimentos da juventude, de casais, pastoral da criança, pastoral da terra, na época a discussão sobre a questão de

grilagem, na época em todo o país os fazendeiros tomavam a terra dos agricultores, dos pequenos da agricultura familiar, então tinha a Pastoral da Terra na época que tem enfrentado muitas lutas contra a grilagem dos fazendeiros agricultores perto do Juá, Macururé e Chorrochó toda essa região aqui a gente fazia a discussão e aí com Alcides, quando fazia o movimento no sindicato, daqui de Paulo Afonso até Juazeiro da Bahia toda essa região aqui era feita reunião. Tem muito um pouco de amor próprio, agente que faz o movimento a gente faz a gente continua com questão desse amor ao próximo, a gente passa por momentos que a gente chega a dizer assim: eu vou desistir eu vou largar, mas quando você vê o próximo passando e precisando dessa ajuda é difícil você parar, você vai fazer alguma coisa para poder ajudar aquele próximo e isso que a gente tá vendo hoje, a situação que está hoje de nós do sindicato dos professores de vocês, porque eu acho que a gente está precisando neste momento, arrotar aquilo que a gente fez no passado, porque se não futuramente ninguém sabe se tudo isso que a gente conquistou, se não vai acabar por que o que a gente está vendo em termo até do ensino nosso brasileiro como este poder que está aí, que eles não se conformaram que, os nossos agricultor pudesse fazer a faculdade. Minha sobrinha o primeiro trabalho dela foi aqui dentro ela tem muito de um aprendiz daquilo que ela é, já da escola aqui dentro do sindicato. Então a gente tá vendo que se a gente não fizer alguma coisa, a gente perca isso, aí perdemos futuramente a nova geração vai ter que fazer o que nós fizemos para poder ter os seus direitos. Na época o que obrigou nós foi a nossa necessidade, a gente precisava fazer isso por amor ao próximo e a nós mesmos que era nosso direito para que tivéssemos este direito que hoje nos tem. Só que a gente tá vendo que hoje ou nós volta para a batalha daquela época ou nós corremos o risco de perder isso que a gente conquistou.

São perguntas que a gente faz todos os dias, por que a gente tá vendo a defasagem não só o sindicato como associações, como grupos de lideranças...

A mesma pergunta eu pergunto a senhora, que está se preparando para o doutorado aí eu te pergunto, dentro deste trabalho da senhora, dentro desta faculdade da senhora o que a senhora acha no futuro dessa juventude que está hoje, dessa situação que está futuramente, por que o que a gente vê, eu citei como exemplo, eu participei de um evento antes da pandemia, infelizmente os direitos humanitários como chamam, e ele dizia que esta nova geração, só vai começar a participar, nós temos uma geração de 30 anos para cá, que estudaram, fizeram faculdade, alguns tem até um bom trabalho, mas eles não fizeram para chegar onde está, o que foi que aconteceu, tomara que não, mas o que a gente tá vendo, a recessão em que o país está entrando agora eu não sei se daqui a 15 anos a 20 anos se estas pessoas vão ter que passar pela mesma situação que os antepassados passaram para poder, por que seus filhos, seus netos tiveram estes pouquinhos de direitos que tem.

O que eu acho são estas questões assim, o eu acho é isso, é vocês formadores, o que vocês acham que estas pessoas que vocês estão formando, vocês sentem que estas pessoas futuramente elas vão ter esta capacidade de lutar pelos seus filhos, pelos seus netos no futuro? O sindicato na minha vida é amor próprio, porque financeiro não existe é amor próprio, na minha vida, se eu não der essa a minha participação o sindicato não vai existir, o sindicato não existindo não tem quem lute nós vamos perder todo estes direitos, estas conquistas que já existiam, pessoas nossas apoiou, comprou, que pessoas nossas morreu, então isso a gente vai seguindo. A existência do sindicato na minha vida é isso é mais amor ao próximo. Financeiramente aqui nós não temos dinheiro. Eu falei do que eu trabalhei fora, se eu não entro no movimento da associação do sindicato, talvez hoje eu tivesse aposentado, com uma profissão melhor, fui carregado de turma de uma firma grande como Xingó, daí para cá das pessoas que trabalhavam comigo já estão aposentados como encarregado, como estas coisas, e eu se conseguir como agricultor é com um salário mínimo, ainda se conseguir. E estou aqui até hoje, então a questão de toda a importância do sindicato em minha vida é para mim amor ao próximo.

Entrevista narrativa 03 – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Paulo Afonso (SINTRAF)

Ademar

04/09/2021 – 9h10

Eu nasci em uma localidade chamada povoado Juá, uma das comunidades primeiras aqui do município de Paulo Afonso, talvez a maior daqui do município, há um tempo atrás 25 ou 26 anos eu fiquei no Juá. Eu fazia de tudo um pouco, trabalhava na roça, depois trabalhei como professor na comunidade e na época meus estudos, minha formação, fiz até a quinta série, só que a quinta série de antigamente é, como é que se diz, se tem mais aprendizado do que hoje até da pessoa que faz faculdade. Eu vejo aí quem sentar comigo perde longe, que era completamente diferente. A partir daí, quando eu estava já dando aula apareceu uma discussão na época puxada pela igreja que era Pe. Alcides e toda discussão de fundação do sindicato em 1979, na região tinha alguns sindicatos que a gente sabia, mas era meramente um posto de assistência de saúde do estado e aí veio toda discussão que aqui em Paulo Afonso não tinha, Glória não tinha na época, junto com Alcides e a igreja fez toda a discussão e como eu era professor, tinha uma certa liderança na comunidade, na época professor era mais respeitado do que o prefeito nas comunidades hoje não, professor na comunidade e nada é a mesma coisa e a partir daí a comunidade me escolheu para ser e fazer parte da direção e eu vim nesse tempo todo dividindo o meu tempo, fazendo até hoje. Estou meio desligado por falta de tempo, a idade vai chegando essa coisa toda, mas sempre contribuindo aqui com o pessoal e participando de algumas coisas, sou do Juá nunca me envergonhei de dizer que fui da roça, peguei na enxada, plantei feijão, plantei mandioca, enfim, foi essa a minha origem

A minha escola graças a Deus meus pais não eram ricos, mas tinham suficiente o para se alimentar a família e o velho pai nunca foi daqueles de deixar tudo porque você tem que ir para a roça graças a Deus, não. Na roça, só tinha até a quarta série lá no povoado eu fiz a quarta série, aí parei na época não tinha as facilidades que tem hoje de transporte aí depois de algum tempo tive que parar aí depois de algum tempo na época do prefeito Zé Ivaldo que fez o colégio aí veio a quinta série, eu fiz a quinta série e aí parou por que não tinha condições de estudar fora na época para estudar fora tinha que morar aqui [Paulo Afonso] tinha uma série de questões de dificuldades e hoje graças a Deus as facilidades são outras. Aí teve um curso na época na casa da criança na igreja, a prefeitura estava precisando de um professor chamado de professores leigos para ficar nas comunidades, aí vem gente pessoas viam para fazer este curso, depois era avaliado se continuava ou não, aí a gente conseguiu fazer na época formado pelo Ginásio D. Mário eu participei do curso, no curso tinha a chamada aula prática na minha aula a diretora de educação na época, passou da minha época, ela chamou outros professores lá do Juá e aí disse tem que Ademar vai ser contratado para trabalhar e aí comecei, fiquei lá quatro a cinco anos aí foi quando entrou Adelmo, se não me falhe a memória, como eu jovem já vinha participando do sindicato, nesta época participar do sindicato era visto como a besta fera e a primeira coisa que ele fez foi me botar para fora, mesmo assim enquanto isso o governo do estado teve um curso que era de formação de professores e aí eu participei, foi no ano de 1978 e aí a gente fez o curso que equivalia a oitava série na época e a gente recebia um diploma, eu tenho um diploma de de professor leigo para a área rural que dava direito a ensinar e aí fiquei até quando a prefeitura me colocou para fora. Minha educação foi essa eu não fiz a educação no banco dos colégios, mas fiz educação no dia a dia, fiz várias formações no movimento sindical fiz curso de advogado leigo muitos pensam que tem muitas coisas que só o advogado pode fazer, depois a gente percebe que nós como cidadãos tem muitas coisas que você pode fazer, habeas corpus, independente de advogado ou não você pode fazer ou coisa assim que

podemos fazer. A partir do momento no dia a dia em que as coisas acontecia de certa forma era um aprendizado, uma formação que não tive no banco da escola, mas no dia a dia fui aprendendo.

Comecei na agricultura e de certa forma eu fazia de tudo um pouco na comunidade, além da agricultura, trabalhava como professor, trabalhava de pedreiro, não era um profissional profissão de carteira assinada a única que eu tenho é de professor, eu tinha que sobreviver, na comunidade eu fazia de tudo um pouquinho. Eu tinha que trabalhar, na comunidade eu dividia meu horário na sala de aula dando aula e trabalhando na diária na roça, na diária como pedreiro, porque pedreiro era com hora marcada, o cara tinha tempo de dar às 8 horas por dia eu dava as horas que pudesse depois ficava sabendo quantos dias eu tinha feito para o dono da propriedade me pagar e era assim eu trabalhei muito no Juá era um produtor de farinha, na época tinha nove casas de farinha na época de julho a outubro era 24 horas precisava de mão de obra para trabalhar na prensa, pegar a massa e colocar no recipiente para secar. Minha formação foi essa e aí você colocar profissionalmente de carteira só como professor, mas na formação do movimento sindical desde 79 fui diretor do estado do movimento da CUT, principalmente a questão de Itaparica são dois estados, Bahia e Pernambuco eu trabalhei por muito tempo como diretor de lá. Sou aposentado e devido as minhas convivências e experiências eu trabalhei na assessoria de deputados como Josias, como Bassuma, eu me aposentei no ano passado prestei serviços na prefeitura, não com carteira, mas como cargo comissionado. O sindicato foi fundado em 1979. Foi no ano de 1970. Em 1986, teve todo o movimento de abaixo assinado com a questão da constituição e aí foi direito dos trabalhadores e foi daí que veio a questão da aposentadoria, direito à maternidade. Todas essas coisas foram colocadas na constituição de 1986 [constituição de 1988].

Eu na verdade entrei no sindicato sem saber o que era. Eu participava da igreja, dos movimentos bíblicos, e era na época professor, antes ensinava segunda até a quarta série era em uma sala só, agora está separado, ensinava a noite no MOBRAL, trabalhava na roça também, à tarde ensinava na prefeitura e a noite no chamado MOBRAL. Em 79 Alcides que era padre começaram este movimento na comunidade para fundar os sindicato aqui e em Glória, saia da escola as nove horas, não poderia passar de nove horas e aí quando cheguei em frente da igrejinha chamada capela estava a assembleia e o pessoal disse olhe! Você que vai ser o diretor do sindicato, eu disse, agora que o negócio pegou não sei nem o que é isso, não tem jeito, procuramos aqui você é a única pessoa que pode desenrolar alguma coisa. Depois de um tempo para cá, na escola casa da criança, no auditório, um medo desgraçado do exército, mas como era a igreja havia certo respeito e aí começou e basicamente o meu professor foi Alcides e daí para cá de 1979, eu venho participando, na época como presidente, agora é coordenador. E aí saí da presidência e ainda fico ajudando o pessoal com as discussões políticas, fomos continuando as pessoas ajudando. Ajudo nas discussões políticas, do que está acontecendo.

Uma coisa que hoje está voltando, já existia na época a discussão que todo político, todo político é ladrão, todo político é a mesma coisa a discussão começava por aí o que não é verdade; cada um é cada um e cada um faz a sua parte. Hoje infelizmente está voltando tudo isso. Foi neste período do país que de certa forma a esquerda aumentou, se criou o PT, PCdoB essa coisa toda, existia a discussão nacional em cima dessa questão política, das necessidades de botar gente parecido com a gente foi assim que nasceu o partido, toda essa coisa. Agora está voltando tudo de novo e corre o risco de julgar a pessoa pelo viés político herege que ele é. Na comunidade hoje na discussão de vereadores, qual a discussão que ele diz: vota quem pagar minha energia, pagar minha água e aí cada dia vai se elegendo uma câmara cada uma pior do que a outra representante do trabalhador mesmo, não existe mais. A discussão era um pouco em cima disso. Eu faço parte de X, Y Z, vai mostrando a diferença quem vive de sair do trabalho, suado e aquele que está lá se elegendo em cima do dinheiro, essa coisa toda e nessa discussão como podemos observar está voltando isso, por que de certa forma os movimentos

tinha igrejas evangélicas que faziam também e hoje não as igrejas evangélicas apoiando Bolsonaro, pelo amor de Deus, é vergonhoso, se dizem evangélicos e apoiam um cara que quer armar os brasileiros para se matar. Não pode comprar a vacina porque é negacionista e a igreja evangélica infelizmente apoiando um cara desse, vai fazer o que?

A gente ia participando da própria igreja e a discussão era essa: não se pode ficar de braços cruzados, como diz a música, esperando a morte chegar, tem que ir onde a luta está. Quantas vezes a gente saiu daqui em caravana e fomos ocupar em Brasília, os trabalhadores rurais aqui da região. Esse movimento foi o que fez, ainda se conquistar o pouco de direitos que o trabalhador rural tem, não tinha nada. Infelizmente a luta é isso, enquanto uns vai para a linha de frente, tem outros ficam os braços cruzados; eu ouvir muito falar: eu não vou não, se eles conquistarem, se eles conseguirem vem para mim, se a gente fosse parar por causa disso não aconteceria nada, infelizmente você ia com quem queria, você achava alguém que tinha a coragem de sair daqui para Brasília com um carro caindo aos pedaços, botava uma coberta debaixo dos braços para dormir na grama, ai as pessoas as vezes fica imaginando que nessa época o pessoal passeava muito, mas não imaginam como era a situação você ia para lá não sabia se ia comer não, esperava que alguém aparecesse e dissesse alguma coisa. Estes congressos, quando tinha congresso em Minas Gerais da CUT, quando iniciou a CUT essas coisas, no congresso em Minas gerais, quando iniciou a CUT, a polícia foi lá para bater.

Tem um problema, eu sempre questiono que é esse negócio avançou em umas coisas, mas em outras eu não sei se ajuda [está referindo as tecnologias da comunicação]. Hoje aquela coisa de olho no olho, cara a cara, passar o recado não tem mais, hoje você abre o celular, eu não quero saber que diabo é isso não, aí passa batido, antes não o cabra gostando ou não, na medida e que ele sentava em uma sala de reunião ele tinha que ouvir, não tinha para onde correr, agora as coisas acontecem como por exemplo, vai ter um ato contra Bolsonaro e antes o que você via as pessoas de porta em porta entregando um panfleto um convite para você participar, hoje não está tudo nas redes sociais se você não abrir e não lê, quer dizer o cara que está lá na área rural que dificilmente chega, não vai saber o que acontece, então eu defendo que as categorias, tem algumas coisas que infelizmente se continuar como está não sei se continua muita coisa, aquela coisa do olho no olho, do dia a dia, de você bater, analisar e questionar acabou.

A comunicação é importante. Estão fazendo um ato contra Bolsonaro, não fazem um panfleto dizendo por isso, por isso, deixa Bolsonaro terminar o mandato dele. Tem algumas coisas que não gosto muito não, tem que existir melhora mais. Você via no nosso tempo, queira ou não que as escolas, os próprios estudantes, tinhas suas organizações, seus movimentos.

Quando iniciou basicamente a igreja fazia formação política. Pegando por aí, muitos profissionais, professores que estavam na época do movimento apoiavam, se não tivessem apoio dos colegas, se não tivesse apoio de alguns professores o movimento estudantil não existia. Nessa época eu acho que existia por que a linha de frente, a própria igreja, todas as comunidades ela tinha a sua liderança, se ela precisasse fazer qualquer movimento, nem sempre ela estava lá, mandava fulano de tal participar, a liderança fazer a discussão com aquela comunidade, então tinha aparecido outra pessoa na direção do sindicato, na época a direção do sindicato era doze (12) pessoas e já tinha estas doze pessoas como lideranças do sindicato e da comunidade, fazendo a discussão do dia a dia, você não tinha condições de atender toda a comunidade, eu acho que a igreja, como tinha o movimento ativo na época tinha surgido outras pessoas, independente da gente ou não agora claro que, claro que a gente sacrificou um pouco, eu era professor como eu falei se eu não tivesse, estaria aposentado em outro patamar até econômico tinha um cara chamado Abel, quando soube que eu era professor e participava do sindicato a primeira coisa que ele fez foi cortar o meu contrato, e aí tudo isso influencia.

Fui diretor da CUT por vários anos, basicamente só vinha aqui finais de semana, segunda estava em Salvador e rodava a Bahia, essas coisas queiram ou não, sempre quando eu

ia, durante a semana estava lá, saia daqui com dois ônibus de agricultor para ir para as lutas, não iria ser do nosso jeito mais tinha outras pessoas para substituir, é diferente de hoje. Eu fico pensando, tem um deputado, se pode chamar aquilo de deputado, que fazer um projeto de lei pra se eleger aquele cara que tem maiores votos, isso quer dizer que os partidos pequenos vão deixar de existir, porque dificilmente um partido pequeno um deputado se elege só com o voto dele, tem que somar todos os votos daqueles candidatos que votaram no partido para eleger um para eleger dois, se passa estas coisas de eleger, quem vai se eleger? Quem tem dinheiro para comprar voto e aí os partidos pequenos, o pessoal que vai para linha de frente contra um Bolsonaro da vida ou coisa parecida, acabou. Estas questões que a juventude, o povo têm que começar acordar.

E tinha uma coisa, as conquistas do agricultor tipo, na época da ditadura o governo dizia, que já tinha recurso no banco para o agricultor, tinha, só quem pegava este recurso eram as pessoas que tinham, era doutor agricultor. O trabalhador rural não tinha condições nem de chegar perto do banco, essa roça aqui não dá e depois veio a discussão do PRONAF, aí já foi com juros de quatro, cinco por cento ao ano, antes era quatro e cinco era por mês e aí o trabalhador começou a entrar a participar para fazer empréstimos e começaram a melhorar, mas antes?

Para a minha vida eu pensava mais na situação do próprio trabalhador que eu via na minha comunidade todo final de semana, tinha gente de outras comunidades com uma sobrinha e uma imagem de um santo pedindo esmola para sobreviver, que era para festa do santo, só que não, o santo não ia precisar daquela ajuda. Graças a Deus com os movimentos, acabou, hoje as pessoas dificilmente você vê uma pessoa pedindo, mas está acontecendo de novo, infelizmente com esta cabra que está aí. Se eu não pensasse nisso [no sindicato] eu tinha continuado um professor, na época trabalhava além de professor, era pedreiro, ganhava o suficiente para de certa forma está seguro, mas você pensa nas coisas que você vê acontecer ao seu redor e eu vou ficar de braços cruzados esperando a morte chegar? foi aí que fez eu entrar, participar justamente estas questões e aí é aquela coisa é um vírus que depois que entra em você, não sai mais, não sai mais.

Posso dizer que fez parte da minha formação foi da igreja católica. A igreja sempre foi dividida com aqueles de esquerda e com o pessoal de direitona. Eu aprendi que a religião é como a do meu tempo, isso serve para a católica como as demais, eu não vejo a religião simplesmente como uma questão de você pegar a bíblia e fazer o que faziam antigamente, a minha religião é o dia a dia, é você participar das comunidades, é você sentar e discutir como, é pensar em como fazer, é resolver os problemas, tanto é que na época que eu participava da comunidade da igreja, me chamavam de padre, porque eu participava do coral, participava das missas e de certa forma eu participei de várias atividades na equipe diocesana de Glória que acabou e não existe mais. Então a minha vida na igreja era participando das atividades, participando das discussões sociais. Religião é isso não é você ficar orando, rezando e as coisas acontecendo ao seu redor e você faz de conta que você não é parte daquilo.

Eu não sei como é que os pastores de agora consideram um Bolsonaro da vida como um religioso, na medida que ele causa sofrimento ao povo, na medida em que ele fala de revólver na medida em que ele diz que as pessoas têm que se armarem para se defender, para matar gente. Não sei que religião é essa. Essa religião com estes pastores ai, eu não acredito, acho que religião é sentar discutir e tentar ver os problemas que estão ao seu redor da comunidade, queriam ou não, falam, mas eu não sou político, tudo o que você faz hoje é político, se você defende seu pão você está fazendo um ato político, não existe essa coisa se você fala em termos partidário, aí é uma outra discussão, políticos todos somos, se você vê a religião dentro de quatro paredes, eu vejo que é um ato político, vejo a política dessa forma e vejo a religião dessa forma. Não acho que tem religião melhor ou pior, melhor ou pior são os participantes, as pessoas que estão lá para a religião, a religião se você acredita no Deus, defende religião A ou B para

mim não me interessa. Hoje estou revoltado com a minha igreja que eu participei, o bispo que tem aí, o movimento que eu participei, tudo que tem de movimento social aqui em Paulo Afonso acabou. Não consigo enxergar que religião é essa.

Mesmo que não sejam partidários, mas são movimentos partidários, mas são movimentos políticos, aí depende muito do pastor, do bispo que acredita nestas coisas, tem aquele que pensa que só rezar, rezar e que a palavra é a solução, que rezar vai resolver. O padre Alcides Modesto, os cultos que ele fazia na missa era em cima dos problemas existentes da comunidade, não tinha essa de fazer evangelho só com a palavra, mas voltava para a comunidade e que as comunidades não esperar para acontecer, mas tinha que fazia acontecer.

Na época nós tínhamos aqui na diocese a pastoral da terra, na época que existia no Brasil, tinha um movimento chamado grilagem e a pastoral era para trabalhar em cima desta questão da terra com o agricultor por que não tinha. Tinha o SINE pessoal que trabalhava com o pessoal dos índios, pastoral da saúde deixou de existir, pastoral da criança que aqui já foi premiada das melhores, na época tinha uma comida famosa, como era que chamava? multimistura, que para dar para as crianças desnutridas, acabou isso. Os grupos de casais, passava um tempo os casais discutindo a convivência e todas essas organizações sociais você não vê mais, quer dizer, que igreja é essa? Será que os problemas acabaram? Se você analisar tá cada dia crescendo mais e aí nós estamos vendo hoje a situação em que está o país, o agricultor trabalhador em si, todos os trabalhadores não pode mais fazer uma feira porque os preços estão lá em cima e aí você pergunta, por que subiu os preços? porque não existe o produto? não, o produto existe. Agora infelizmente a nossa moeda é real e eles querem que trabalhem com o dólar e aí o que acontece? vai beneficiar quem? o agronegócio e a globo passa todo a hora, os grande, os empresários e o consumidor "que vai para aquele lugar". Na época a igreja fazia esta discussão que era para a sociedade, o trabalhador, as pessoas entender o porquê disso, não tem mais, quer dizer as pessoas acham que a carne subiu é porque não tem boi, tem boi só que a carne do boi vai para o exterior para depois voltar pra gente. A ração subiu, por que subiu? Quer dizer, a soja do Brasil todo já está vendida, claro que vai para lá para depois voltar para cá. A gasolina subiu porquê? por que estão fechando as refinarias do Brasil, mandaram para fora para refinar, pelo amor de Jesus.

ENTREVISTA 04 – Pastoral Social

Alcides Modesto

13/09/2021

Eu tenho minha origem não aqui, não tem vinculação nenhuma com Paulo Afonso, nem com essa banda de cá. Eu nasci em Remanso. Remanso é um dos municípios que foi inundado pela barragem de Sobradinho, está bem consciente desse grande desastre ecológico que a CHESF também fez. Fez aqui e também foi fazer lá em escala bem maior e mais desastrosa. Chama-se Remanso. Para saber um pouco de minhas origens tem que mergulhar em Remanso, não é aqui. Para cá eu só vim quando o bispo me transferiu de Senhor do Bonfim para vim trabalhar em Paulo Afonso como padre, vigário de Paulo Afonso, substituindo Pe. João Evangelista ia para Paripiranga e ia deixar Paulo Afonso aqui vacante e por sinal cheguei quando tinha uma missão de São Damião este foi o primeiro nó cego na minha garganta, ia fazer uma missão de Frei Damião. A primeira coisa que eu perguntei a Frei Damião foi quem programou, foi Pe. João Evangelista comigo. Disse, olhe Pe. João Evangelista sabia que eu iria tomar posse, eu tomo posse hoje e vê vem aqui dizendo que tem um programa que começa amanhã de uma missão sua, eu acho que Pe. João Evangelista ultrapassou o direito dele de servir porque já sabia que eu iria tomar posse hoje, não sabia o que eu queria ou não queria, aí suspendi. Foi o primeiro impacto violento que tive que assumir não por causa que tenho uma coisa contra Frei Damião, mas pela irresponsabilidade de Pe. João Evangelista que sabe que eu vou tomar posse e me deixa para começar amanhã uma missão de Frei Damião. Ele sabe que eu quero a missão de Frei Damião ou não? não me perguntou, não me disse nada, pois suspende. Foi o primeiro impasse que começou um zum zum zum dentro de Paulo Afonso, porque mexer com Frei Damião é mexer com santo na terra, mas eu achei uma irresponsabilidade. Não, Pe. João Evangelista não tinha o direito de programar uma hora sequer da minha vida dentro de Paulo Afonso a partir da posse que eu estou tomando, ele me perguntou se eu queria? não me perguntou. Pois bem, eu vou suspender, vixe Nossa Senhora foi um nó cego que não teve tamanho, não vai ter missão de Frei Damião. Falei com Frei Damião, o senhor me perdoe, eu sei que é muito santo, é muito querido das missões, mas o padre que programou isso, não tinha direito de programar em meu nome e nem se quer me consultou. Eu tomei posse hoje. Eu venho na linha do Vaticano II e tudo aqui ainda no Concílio de Trento? Deus me livre.

Só para dizer que salta de uma coisa para a senhora pegar o gancho do lado de cá como se tivesse ancorando seu barco, até chegar nessa âncora tem coisa do arco da velha, muita coisa, mas que tem a ver com esta ancoragem, quando me ancorei aqui eu disse, eu não vim aqui falar do vaticano primeiro, vim falar do vaticano segundo que está ainda se realizando. Chego aqui a missão naquela semana que eu tomo posse. Não saiu ainda do Concílio de Trento, falando agora em pleno Vaticano II segundo. você me diga, não... essa missão não vai sair, eu não programei, vocês sabiam que eu iria tomar posse, me consultaram? Não, então não tem autorização minha porque eu estou começando o primeiro dia da minha vida em Paulo Afonso e a primeira coisa que eu vou fazer é suspender esta missão. Foi aquele zum zum zum, todo mundo, este bicho é bravo. A besta fera chegou. Bom aí vem.

Primeiro eu quero saber o caráter do seu trabalho, a seriedade onde a senhora quer chegar. -Você quer que vá mesmo nessa raiz? Eu vou falando e você vai começando a entender que minha preocupação é um resgate de memória fora desses esquemas acadêmicos, embora todos os acadêmicos tem um interesse muito grande de ver a minha experiência. Eu não me enquadro em um trabalho acadêmico, eu me enquadro em um agente de pastoral que virou uma personalidade de liderança sindical, de liderança política, de organização de partidos do PT, essa coisada toda. Quer dizer é um viés da história e isso que está sendo estudado, pesquisado, analisado, guardado, documentado aqui de maneira sistemática por um grupo é isso que

interessa preliminarmente lhe colocar que você chega não num trabalho novo, pesquisadores têm dezenas, este histórico das lutas dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco que vai desde de Delmiro Gouveia até chegar lá no final da barragem de Sobradinho na divisa com Carinhanha por aí você vê o alcance geográfico pelo lado da Bahia e pelo lado de lá de Pernambuco, tem toda este trecho que interliga com a Bahia, lá em Remanso e assim por diante, pega ai e vai longe. O problema da raiz, eu acho que você tem que mudar seu foco para dizer eu estou mergulhado até o cabelo, este cabelo branco nas barragens. Qual foi o papel das barragens para produzir energia e quais as consequências dessas barragens em cima do povo? Então quem quer tomar o caminho técnico de produzir energia vai lá na CHESF. Quem quer a memória das lutas e resistências com a bandalheira da CHESF em cima do povo ai vem aqui no polo sindical que tem uma documentação muito rica em Petrolândia, pois é lá que está assentada [...], aqui eu tenho a minha pessoal porque trabalhei em uma equipe, construímos equipe, mas o polo sindical é o contexto mais amplo que você tem que fazer primeiro, por isso chama polo sindical, por que é o desdobramento de um nível de organização de luta dos trabalhadores totalmente desorganizado porque não tinha sindicato e nos constituímos um polo sindical unindo dois estados Pernambuco e Bahia e enfrentamos a CHESF.

Já tem muita coisa escrevendo por aí, se você tivesse paciência de ler os trabalhos e um deles eu estou lendo agora de um menino em Paulo Afonso, de João da Universidade Estadual Feira de Santana. Eu procurei e nunca deram importância às minhas preocupações. Quem foi que mobilizou lá em Feira de Santana para fazer este trabalho e estão fazendo ainda. Estou entendendo, você quer ir lá na raiz do por que e do como desde que nasci aconteceu que este menininho vem crescendo e por um acaso chega a Paulo Afonso. Não é por caso, tem muitos casos, acasos não tem nenhum.

Primeiro caso é o seguinte, eu sou prematuro de sete meses de um quilo e cem gramas nascido em Remanso. Sou o terceiro filho da minha mãe, tinha o primeiro Alcides que faleceu pequeno, eu sou o Alcides que minha mãe tinha que colocar o nome por causa do Alcides que tinha morrido com dois ou três anos, e por conta disso este Alcides na hora que eu nasci de sete meses pesando um quilo e cem gramas, por aí você vê cabia na palma da mão da parteira, a minha mãe quis botar o nome do primeiro Alcides do meu irmão mais velho que havia falecido, quando ela disse isso a parteira falou que teria que colocar Manoel antes de Alcides para ele não morrer. E minha mãe disse: é? Então bota Manoel Alcides, porque era para ter sido Alcides Modesto Neto no lugar do Alcides Neto que tinha falecido, mas a parteira interveio antes e disse, se não colocar Manoel morre, não vive de jeito nenhum.

Então este quilo e cem gramas começou a sobreviver a partir deste trabalho bem da parteira com meu avô, meu avô foi criando as condições, o umbiguinho colocar para dentro, botar um pedacinho para empurrar para colocar uma faixa, tudo aquilo que a cultura do meu avô me salvou. É aí que boto minha primeira questão, meu avô era descendente de quilombo negros daqui de Sergipe, Alcides Modesto de Souza. Ele tinha todo uma cultura ligada aos quilombos negros daqui em Sergipe. E ele tinha indo por acaso a Remanso com (15) com quinze anos por que o pai dele faleceu e era um professor e ele tinha todo um conhecimento que o pai dele tinha ensinado para ele e para os outros também, então os tropeiros chamaram meu avô que era Alcides Modesto de Sousa para fazer a escrita da viagem porque eles não sabiam escrever aqueles tropeiros e aí convidaram e ele aproveitou esta oportunidade para conhecer este lugar que eu não conheço, saiu de Simon Dias aqui em Sergipe, Alcides Modesto de Sousa, filho único de Maria Joana Modesto minha bisavó ele vai para Remanso acompanhando estes tropeiros que o convidaram para fazer a escrita da viagem, as contas, o que gastou o que não gastou. Ele que tinha o conhecimento de matemática, de problema de escrever, escrevia muito bem, foi sendo escrivão dos tropeiros e chega a Remanso. Quando ele chega em Remanso a paisagem de Remanso é linda. Tem a serrania do outro lado, aí ele ficou encantado com o Rio São Francisco e paisagem em frente de Remanso. Eu acho que eu vou buscar minha mãe, sou

filho único, aí veio buscar a mãe e foi para Remanso com ele e nunca mais voltou. Se encantou com os olhos de mamãe Iaiá, papai Alcides é meu avô, mamãe Iaiá é minha avó e aí veio buscar a mãe que já era viúva.

Essa é a razão por ser Alcides o Manoel foi para não morrer, que a parteira alertou, porque o primeiro tinha morrido, aí sou terceiro no lugar do primeiro. Todos chamavam de Alci para diferenciar do Alcides meu avô. A parteira falou esse bichinho aqui, parece um ratinho. Aí sobrevivi com um mês eu dobrei o peso, virei uma bolinha e daí para cá sou uma resistência do ponto de vista da saúde, com várias limitações, tive asma, sempre fui muito fragilizado na saúde, na idade adulta fiquei mais duro, não tenho muitos problemas não.

Minha escola foi lá em Remanso grupo escolar Getúlio Vargas ou então comecei as primeiras letras aprendendo com uma professorinha antiga, já ensinou na minha mãe essa coisa toda, uma velhinha, ensinou a tabuada, escrever as primeiras letras aquelas coisadas todas com uma professora que não era formada, depois foi o tempo em que entrei para fazer o primeiro ano no grupo escola Getúlio Vargas, sempre fui um bom aluno, sempre desfrutei o primeiro lugar, sempre fui muito estudioso. Bom e daí para cá começa todo este histórico lá em Remanso que você precisaria primeiro fazer uma viagem a Remanso, lá tem um museu, muito interessante. Uma senhora que era filha de um integralista, meu pai era integralista. Naquela época Plínio Salgado era o líder, aí esse é um aspecto da história política. Porque, aí onde está a raiz, todas essas tendências vêm pela influência de congregações religiosas que vieram nessas regiões e trouxeram o salazarismo, como é o outro de Portugal? Franco que é espanhol. A Espanha e Portugal, os dois. Mussolini, foi a época dos ditadores daquela Europa. A gente vê, eu estou fazendo essas considerações porque, acho que interessa saber que você vai encontrar aqui no nosso acervo tudo que meu pai guardou do meu avô, Alcides Modesto ele juntou tudo e mandou para mim antes de morrer está tudo aqui, agora eu ainda não consegui mexer muito nesse acervo porque ele está sendo feito muito criteriosamente por esta equipe do Departamento de História de Feira de Santana por que aqui nunca se interessaram, essa que é a verdade. Ai, Eloy que foi meu colega de seminário que era do Departamento de História veio aqui me visitar e disse: pois eu venho com minha turma lá de Feira de Santana e vamos fazer o seu trabalho e começou a fazer este trabalho.

Isto aqui já é resultado do trabalho de aluno João, daqui de Paulo Afonso que está lá em Feira de Santana escreveu isto daqui João Vitor [mostrou a dissertação de mestrado do referido pesquisador]. Depois da escola, eu venho com a bolsa de estudos que meu tio Zezé conseguiu lá com Manoel Novaes, conseguiu uma bolsa de estudos para estudar lá em Senhor do Bonfim porque o médico eu era asmático, o médico aconselhou que o clima de Bonfim era muito bom, que meu pai botasse para eu estudar em Bonfim, mas meu pai não podia pagar o colégio, mas meu tio que era amigo de Manoel Novaes, por causa do partido que ele era correligionário, conseguiu uma bolsa para estudar lá em Bonfim, fiz a primeira na série ginasial lá em Bonfim. Fiz exame de admissão, assim cheguei o normalista disse assim: será que você pega a primeira série, eu disse assim: -bom, faça um teste comigo aí ele fez um teste. Sair muito bem no teste e aí ele falou: - você vai para a primeira série. Não precisa fazer exame de admissão, fui fazer a primeira série que é uma bolsa de estudos que meu tio tinha conseguido para estudar em Senhor do Bonfim, é lá em Bonfim que eu faço amizade com D. José Trindade o bispo de Bonfim e todo domingo quando eu saía do colégio eu ia jogar vôlei com eles, os padres da diocese de senhor do Bonfim na casa que eles moravam todos juntos em Bonfim, passava domingo com eles que gostavam da minha companhia. Aconteceu que quando fiz a primeira série, aconteceu que meu pai, só tinha bolsa de estudos na primeira série, não podia pagar da segunda série e eu fui ajudar a missa do bispo José Trindade naquela época a missa em latim [pronunciou algumas palavras em latim], de costa para o povo, aquele latinório todo, aí o bispo D. José escutou eu responder em um latim bem bom, ai terminada a missa ele disse "vai tomar café comigo que eu gostei do seu latim!". Ele brincou assim comigo, você respondeu aí a reza da missa toda em

latim bom mesmo, nesse bate papo tomando café com ele eu disse olhe D. José, eu estou triste, eu vou ter que voltar, meu pai não vai poder pagar a segunda série aqui. É mesmo, ele disse. Se você não topar estudar em seminário, se você quiser ser padre você será padre, se você não quiser você vai ser outra coisa, o ensino do seminário é melhor que o ginásio, aí eu disse, sabe de uma coisa eu vou, faz uma carta para meu pai por que eu não ia voltar para a segunda série. Se não é esta dica que ele deu, olhe a segunda série no seminário vale por duas séries no ginásio você vai ficar internado, vai aprender um latim de verdade, porque você tem esse latim muito de pé quebrado e essa coisa faz com que eu saia de Bonfim e parar no seminário do Crato, Ceará. Bati no Ceará, tinha andado por lá, mas estava curioso por que minha vó era cearense, minha avó mãe do meu pai lá no Piauí era cearense, então vou conhecer o Ceará, aí eu fui, o bispo fez uma carta para meu pai aí disse não, não é obrigado ele ser padre, ele vai fazer o curso do seminário que vale por um ginásio muito bom e fazendo o curso no seminário ele estará preparado mais do que qualquer um aí fora para fazer vestibular. Tinha o seminário menor de seis anos que era quatro anos de ginásio e dois de científico por que os quatro anos de ginásio no seminário valia por um curso bem bom, você se preparava muito melhor nos seminários do que nos colégios, principalmente as línguas clássicas e assim já saio de lá do Ceará, da segunda série do seminário menor que era seis anos eu peguei do segundo até o sexto, de lá vim para salvador fazer o seminário maior. Foi aí que eu tomei eu eclesiástico, eu fiz muitas amizades com os padres, era estudioso e tudo, aí os padres me "paqueravam" para ser padre. Como meu pai não ia poder, do jeito que eu estou agora com este prestígio, eu tomei esse caminho, eu me destacava por que cheguei no seminário, e às vezes tinha algumas coisas que me prestigiava, eu cheguei com curso de música, eu tocava violino que eu aprendi lá em Remanso com D. Mariquinha, ai eu sabia datilografia, era formado em datilografia desde pequeno, fiz datilografia lá em Remanso e o reitor era péssimo com aqueles dedão, eu disse: - se quiser eu bato este documentos ai tudim, você tem uma dificuldade, catando. Fui secretário do reitor lá. Ai vixe Maria, entrar no quarto do reitor, só eu entrava. Isso fazia ao mesmo tempo uma pessoa assim, muito dado por todos os colegas e muito respeitado pelos professores, os professores tinham o maior respeito e era um tampinha de nada. Bom, fui atravessando, sofri muito no Crato porque era muito pobre o seminário e no período de seca comíamos muito mal, e eu era enjoado para comer e sofri de asma. Passei um seminário menor muito difícil, mas eles tinham muito cuidado comigo, quando tinha crises tinha família lá, ainda hoje foi uma família que me criou praticamente lá no Crato. Nas férias do mês do ano que eu não vinha, ia passar férias com os filhos delas que era seminarista também é a minha vida foi assim me adaptando e ao mesmo tempo convivendo muito bem em todos os lugares que passava. Nunca fui uma pessoa para criar caso, apesar da preocupação porque era muito frágil, sofria de asma muito franzino muito ruim para comer, muito magrinho. Foi assim minha adolescência, é de lá que saí no científico ginasial para fazer Filosofia e Teologia em Salvador. Aí já é outro departamento, o seminário maior, curso de Filosofia, de Teologia.

Quando eu comecei era o Papa Pio XII, quando comecei essa ligação eclesiástica: seminário essas coisas, ainda era Pio XII, era o fim do pontificado dele, aí veio a eleição João XXII e é uma revolução dentro da igreja. Na hora que anuncia este concílio, começa a começa a efervescência dentro da igreja, quando vou sair do Crato para Salvador fazer o seminário maior, estou em plena efervescência do concílio então peguei este período dos grandes debates lá em Roma, quatros ano de concílio, durou quatro anos do concílio de João XXIII e depois Paulo VI e vai dá uma reorganização da igreja já com base no espírito de João XXIII que era aberto aí o Paulo VI vai sistematizar um pouco essa abertura ecumênica chamada o vaticano convocando as igrejas evangélicas representantes lá no concílio essa coisa toda todo um outro viés da história eclesiástica. Tudo isso faz parte um pouco dessa minha memória, que foi formado na efervescência da igreja de Trento do concílio de Trento ainda para o Vaticano II, eu estava na linha de frente da chamada igreja revolucionária, progressista. Eu vou para a linha

de frente dessa igreja do vaticano II puxada agora as diretrizes que foram lançadas por João XXIII e Paulo VI tomou o concílio, segundo as bases de João XXIII tinha colocado um concílio para enfrentar os desafios do mundo moderno aí para nós jovens estudantes de seminário, foi assim o máximo.

A minha formação vem toda acompanhando, aí é que Eloy entra porque eu era da diocese e era para ter terminado meu curso de teologia lá em Roma mais S. Antônio [pai] era escrupuloso com essas inovações aí e não quis que eu fosse para Roma estudar lá, como Eloy foi. Eloy não se ordenou, eles voltaram e foram ser professores aí em Feira de Santana. Já estão aposentados, são eles que estão trabalhando comigo na organização desse acervo meu. Só para encerrar isso, são pessoas que estão me acompanhando na organização do acervo. Porque meu pai tinha o hábito de guardar muita coisa, moedas antigas e eu era um colecionador por natureza e ficava pedindo a meu pai, meu pai ia me dando o acervo que ele gostava e aí comecei a conhecer os selos da Espanha, prelazia onde meu pai morava São Raimundo Nonato, o bispo mora em São Raimundo apesar de ser Bom Jesus, mas é tão difícil o acesso, a sede em Roma era lá a real era em São Raimundo Nonato que era mais perto de Remanso. São Raimundo Nonato é o Piauí na divisa com a Bahia. A serra dos dois irmãos e Remanso de um lado e São Raimundo Nonato de outro. É bem em cima da serra Dois Irmãos a fazenda do meu avô, a gente chegava em cima da serra e colocava o pé, estou com o pé na Bahia e outro no Piauí, o divisor de águas.

Este mundo no Piauí é que vai ser o nó cego da minha história, por que o meu pai vem lá de Piauí e é lá em São Raimundo que meu pai ver minha mãe pela primeira vez e eles se namoram e noivam e casam e aí vem a minha história familiar, desse encontro casual. Meu avô veio de Sergipe, que vai ligar essa história de Sergipe que por acaso ele foi a Remanso como escrivão, com a história de meu pai que vem de São João do Piauí que vai trabalhar na farmácia de S. Álvaro aqui em Petrolina, por conta disso é chamado lá por Júlio Paixão que era o grande comerciante que ia botar farmácia, que ia botar tudo que era exploração aqui no comércio e chamou meu pai para tomar conta da farmácia por que meu pai tinha tido uma experiência com Álvaro Rocha na farmácia de Petrolina, aí soube disso da experiência do meu pai na farmácia de Álvaro Rocha e foi buscar meu pai para tomar conta da farmácia aqui em São Raimundo Nonato. Aí vem a história dessa ligação do meu pai de volta novamente, por que ele era de São João saiu para Petrolina tem essa experiência de farmácia, que daquela época os remédios eram feitos na farmácia todo no laboratório, tinha aqueles produtos. Era chamado drogaria e tinha outro nome.

O meu berço então vai novamente aos poucos cruzando, a história do Piauí meu pai vem, volta e um belo dia D, Sinhá, minha mãe Maria, era conhecida como D. Sinhá a mocinha de 18 anos que se encanta lá com S. Antônio Coelho com vinte anos se namoram, noivam e se casam. Se viram uma primeira vez e aí nasceram o namoro, o noivado e o casamento e aí ficaram em São Raimundo um tempo, os primeiros filhos de meu pai nasceram dois lá e faleceram também, a Iracema e o Alcides, chamava de Alcides por causa do meu avô.

Depois de cinco anos de seminário no Crato, vou me ordenar padre, sai do colégio Marista na segunda série, o curso de seminário menor foi seis anos, fiz a primeira série no colégio e ganhei um ano lá, fiz cinco anos no Crato, completei o seminário menor e vim para Salvador e fiz os sete anos. A ordenação pode ser escolhida onde o bispo pode ordenar. Em 1958 saí do seminário menor, cheguei em 1954 e fiquei até 1958, já saí fazendo a primeira série e passei cinco anos no Crato. Quando acontece a ditadura militar no Brasil estou no seminário em Salvador, porque Salvador é quem vai pegar a minha cabeça do Crato, o Crato me deu boa formação clássica, que chama a clássica uma base boa das matérias grego, latim. Como o bispo me botou no seminário no Crato, D. José aqui de Bonfim, ele foi ser arcebispo de Montes Claros, saiu daqui e foi para Montes Claros. Minha ligação com Montes Claros foi consequência do deslocamento da minha família para Minas por causa da barragem de Sobradinho, uns ficam

um Januária, lá foi para onde minha mãe pegou a reta de tudo e disse que é aqui que vou ficar. Minas tinha ligação por causa da cachaça, Januária, inclusive tem uma cachaça chamada Januária.

A minha ordenação foi em Januária só por motivos da família, mas nunca tinha ligação nenhuma como vinculado à diocese de Januária eu apenas conhecia muito bem os padres, o bispo. Quando vinha de férias fazia esse contato de amizade, mas minha vida foi toda vinculada em Senhor do Bonfim e aí que Senhor do Bonfim sendo a minha base, não perdi a vinculação com a diocese de Bonfim. Eu trabalhava no seminário dando aula e ao mesmo tempo no final de semana dava assistência em Jaguarari como vigário sábado e domingo. Eu passei dois anos em Bonfim quando ordenei era diretor espiritual do seminário e ao mesmo tempo professor de algumas matérias, no seminário menor de Bonfim capelão do colégio onde fui aluno quando sair de Remanso. Foi uma alegria para mim voltar lá como capelão no mesmo colégio em que eu estudei. Esta fase de Bonfim, é que vem agora a minha vinda para Paulo Afonso tem a ver com a criação da diocese porque aqui Pe. João Evangelista começou os primeiros trabalhos de preparação da diocese mas ele não tinha muito jeito, aí ele pediu para voltar para a terra dele, Paripiranga e D. Antônio me mandou como vigário de Paulo Afonso para organizar a futura diocese de Paulo Afonso, já vim com esta missão, não apenas de ser vigário de Paulo Afonso, mas para organizar a diocese, inclusive integrando os futuros municípios que iam participar da diocese de Paulo Afonso, eu tive muito trabalho naquela época e não imaginava ter que preparar toda organização da futura diocese, eu sozinho e com uma paróquia grande como era Paulo Afonso, junto com Rodelas até Tarrachil dando conta dessa aqui todinho como vigário e organizando a futura diocese, para castigo nosso o bispo que não deu certo em Vitória da Conquista, não deu certo em Feira de Santana agora manda para Paulo Afonso, eu digo, é castigo mesmo, o primeiro bispo, é um atraso demais. O bispo é uma história, não vou falar do bispo sou suspeito. Ele foi bispo de Vitória da Conquista, transferiram para Feira de Santana e para castigo nosso veio parar em Paulo Afonso. Não sei se você já ouviu falar na história eclesiástica de TSP - tradição família e propriedade; é um grupo da extrema direita com a cabeça D. Vigor e aquele outro maluco que chegava aqui em Paulo Afonso com aquela bandeirinha dele não sei o que contra a reforma do concílio, de vez em quando ele aparecia fazendo patacoada. Eu não me importava, não deixava para lá, ninguém dava muita bola para ele. Eu não me metia nessas coisinhas miúdas da sacristia da igreja. Bom, o que foi importante foi que eu fui o organizador no sentido de D. Antônio me confiou preparar depois que D. João saiu para preparar a futura diocese.

D. Mário preferiu chamar Padre Mário e Pe. Lourenço é outra história… até aí eu vou falar de Pé. Mario e Pe. Lourenço eles vem da Itália e saíram da Itália e com uma diocese do Nordeste mas não tinham definido lá na Itália qual diocese por que eles queriam descer lá de São Paulo de ônibus, conhecer aquela estrada de São Paulo até Bomfim e chegando em Bonfim iam conhecer o bispo para ver se agradava ou não eles ficarem em Bonfim, se não iam mais adiante, o que vai acontecer, quando chegam em Bonfim e procuram D. Antônio e D. Antônio diz a eles: - olhe, antes de vocês escolherem vão a Paulo Afonso e procure Pe. Alcides eu já estava aqui como vigário preparando a futura diocese de Paulo Afonso, como vocês são jovens como Paulo Afonso é uma cidade muito bonita com uma cachoeira linda, grande, a curiosidade deles era conhecer essa cachoeira muito bonita por que eles eram lá dos Alpes, cheios de cachoeiras gostavam. Não deu outra, eu chego um dia dos trabalhos aqui nessa área Malhada do Sal, Caruaru até chegar em Rodelas e quando chega na casa paroquial encontro os dois padres lá.

Nós tínhamos interesses para aglutinar a luta que nós tínhamos que enfrentar contra a CHESF para obrigá-la a fazer o reassentamento das populações atingidas pela barragem de Itaparica. Nós sabíamos que ia ser um fim de mundo, ia desalojar milhares e milhares de pessoas, famílias. Nós já é, os trabalhadores que nós víamos organizando com os seus sindicatos

na área que sabíamos que era atingida pelas águas da futura barragem de Itaparica. Então esse conjunto de Sindicato se agregou num trabalho coletivo, cada um no seu município, mas tinha em Petrolândia um grupo de advogados e assistentes sociais que juntavam lá em Petrolândia para discutir e organizar a luta com os trabalhadores para enfrentar a besta fera, era a besta fera chamada CHESF. Eu já tinha uma experiência de enfrentamento com a CHESF na barragem de Alagoas onde passa aquele canal perto da ponte para entrar em Paulo Afonso, então era o bairro de Alagoas que era uma periferia de Paulo Afonso muito pobre e o canal ia passar como de fato passou bem em cima desse bairro mais pobre e a CHESF queria fazer de conta que não existia ninguém lá e foi botar um tratou lá e o pessoal foi me acordar às cinco da manhã para me pedir socorro eu era o vigário.

A origem não é o sindicato, a origem é o problema concreto, temos que nos organizar para enfrentar porque sozinhos ninguém vai resolver ou nós nos organizamos ou nós não enfrentamos a luta e vamos perder a guerra. Então eu começava a conscientizar o pessoal nessa linha a mesma coisa foi lá no Bairro do Alagoas se a gente não se organizar vocês não vão ser indenizados eu fui lá parar um trator que já queria derrubar o barraco da mulherzinha, pobrezinha, lá com a família dentro do barraco, tinha vários barracos e aí já foi a primeira briga por que eu parei os tratores, fui lá para frente e disse passe por cima e eles tiveram que parar - Vai lá denunciar lá a seu chefe que eu parei a máquina e que ele venha ligar, mas você não liga não por que nós não vamos deixar aí foi um zum, zum, zum danado. Aí fui lá, fiz um bilhete para Pe. Mário e Pe. Lourenço e denuncie a CHESF esta barbaridade que está fazendo assim, assim… na missa. Foi um fuá dentro da igreja, todo mundo: – mas isso é mesmo? – é mesmo? – eu não sabia." Vai lá Pe. Alcides era para está celebrando a missa aqui e quem está celebrando é Pe. Lourenço, não era eu não, ai Pe. Lourenço lascou com a CHESF aí foi um fuá danado, conheci nessa missa Apolônio Salles estava nessa missa porque ele não perdia missa nos domingos quando ele estava em aqui em Paulo Afonso foi direto para a sacristia: - Pe. Lourenço o senhor disse isso, tem certeza? Tanta certeza que eu não era para está celebrando esta missa, era Pe. Alcides, ele está lá na frente das máquinas, parando as máquinas que vocês, se o senhor quiser saber via lá. – Não, eu vou agora mesmo telefonar para tomar providência e que pare tudo. Às dez horas da manhã vocês podem ir lá na casa da diretoria que estou esperando vocês para conversar sobre isso, foi assim. Pe. Lourenço terminou a missa e pegou a moto e foi lá dizer: - Alcides vamos nos preparar agora porque… aí me contou o que aconteceu na catedral Nossa Senhora de Fátima. Para o povo, a igreja lotada uma denúncia dessa da CHESF, foi uma bomba atômica, Apolônio ficou preocupado e foi lá e falou - Olha pode dizer a Pe. Alcides que pode ir para casa tranquilo que nós vamos nos reunir às dez horas da manhã lá na casa da direção, Mário, Pe. Lourenço e assim parou. Você está vendo que as coisas que aconteceram têm duas versões: apresenta como a boazinha porque se preocupou com isso, se preocupo com aquilo, merda de nada. A partir daí ela tinha que respeitar cada trabalhador. Como você quer fazer uma obra e não indeniza as pessoas? Era assim, muitas obras públicas foram feitas na mão dessas empresas, passado por cima das populações, se não tivesse organização, se nós não fizéssemos o sindicato, se não criássemos o polo, ela não pensou em ninguém, foi tudo na marra, era ditadura. Ninguém poderia falar que milícia era feio.

Essa história toda daqui, vem em termos de produção de energia da experiência de Delmiro Gouveia ele foi o pioneiro que fazendo uma viagem lá a Europa pensou em botar uma indústria de linha para produzir aqueles novelinho para vender naquela época, tinha os novelinhos de linha e aí ele lá em Delmiro, tinha o nome hoje, naquela época era pedra, ele começou essa história da primeira usina piloto que nós temos experiência produzindo integrada em um possível... Delmiro é o pioneiro que demonstrou o potencial da cachoeira para produzir a energia, quando quiser pegar a raiz desta história, vai lá primeiro do lado em Alagoas para estudar o papel de Delmiro Gouveia. O governo Federal já de posse da experiência de Delmiro

que deu certo tanto assim que ele conseguiu produzir energia e levou para a cidade do lugar chamada Pedras esta cidade que se chama hoje de Delmiro Gouveia.

Então Delmiro que não tinha esse valor todo que tem hoje na história ele fez esta primeira experiência que era viável porque ele fez uma viagem à Europa lá despertou para coisa, a experiência á na Europa experiência com quedas d águas aí ele voltou e fez a experiência dele que deu certo e com esta fonte de energia ele levou lá para o lugar onde ele pretendia montar uma fábrica de linhas, tecidos etc., por que todo o algodão do Nordeste ia para o Sul do Sul voltava em forma de tecidos e linhas para ser vendido no Nordeste, então ele fez a experiência de produzir primeiro linhas e daí vem todos histórico merece é um personagem que merece um foco muito importante, tem muita coisa escrita por aí de Delmiro Gouveia. O filme é dentro do projeto de filme não é um filme histórico, mas existem muitas histórias hoje, documentadas e fotografias etc. Aí você tem que abrir seu leque para ver quem é que chegando aqui começa a se interessar pelo resgate desta memória histórica do São Francisco, é desse contexto que eu vou deixar Delmiro você depois procure este viés. Quando chego aqui já encontro este personagem de Delmiro Gouveia, eu começo a estudar e vejo que ele realmente merece um destaque na inversão já da cachoeira que passa a ser a primeira experiência para produzir energia e essa energia [neste momento ouve-se o canto do galo] mover a primeira indústria de tecidos e linhas daqui de Delmiro Gouveia na cidade de Pedras, daí nasce este lado de Alagoas eu não vou entrar neste mérito daqui por que meu lado é da Bahia, apenas estou contextualizando porque tem que ter clareza que a história de Sergipe e Alagoas é uma a da Bahia é outra, tem que ter bem clareza disso para não cruzar um com o outro, nem Sergipe com Bahia, nem Bahia com Sergipe, nem Bahia com Alagoas e Alagoas misturado com Bahia. Esse miolo Alagoas, Sergipe e Bahia é o núcleo assim em termos de estados brasileiros que é a plataforma geográfica de toda esta história.

O que vai acontecer é que desde o tempo do Império havia uma vontade de explorar o potencial energético de Paulo Afonso. A cachoeira de Paulo Afonso era caudalosa, enorme todo mundo que chegava tinha medo de fazer um projeto, a cachoeira tinha desafios bastantes grandes mas Delmiro conseguiu fazer uma experiência piloto para mover a indústria, aí o pessoal começou a perceber que o cara não era nem formado e nem nada, organiza isso constrói uma usina que dá certo e move a indústria dele ai despertou os interesses internacionais do potencial que era viável, porque já tinha uma experiência piloto que deu certo naquelas condições bem difíceis que ele teve que enfrentar que eram até piores só que o lado de cá da Bahia. Aí vem todo este contexto, você não pode deixar de estudar sem aprofundar um pouco o papel de Delmiro Gouveia um aventureiro, não era formado não era nada que faz uma experiência que dá certo, então quando a engenharia vem agora para montar uma outra etapa que vamos chamar agora de Companhia Hidroelétrica de São Francisco – CHESF aí você vai demarcar outro campo. É importante este CHESF que eu chamava a besta fera, a CHESF. Você vai pegar documentos aqui deste período, desta história e tem teses aí que coloca o nome Besta Fera.

Pe. Mário e Pe. Lourenço já batem em relação à situação específica de Paulo Afonso ali no bairro de Alagoas, aqui não é mais antigo.

Eles fizeram esta placa [leitura da placa] “nossa organização [polo sindical] não teria alcançado tantos sucessos sem a sua essencial organização e colaboração e as novas gerações tenham como inspiração, o seu talento, bom caráter e profissionalismo. Obrigado por tudo.” É o polo sindical daqui da reunião toda que organizou por conta deste todo nosso trabalho, eu digo que somos nós porque não sou eu sozinho é um coletivo que trabalhava. Reorganização dos documentos, se tudo está disperso começa agora catalogar de uma maneira que tem uma organização de guardar os documentos, codificar quem foi o responsável pela caixa. É um trabalho de equipe de alunos etc., que vem de Diego, Celso, João. Eloy e Coelho quem supervisionam e vai trazendo a luz, vai criando um grupo de convivência com este acervo.

Aqui foi um calendário que na época publiquei, Olavo foi o idealizador e eu assumi a publicação deste calendário. Canudos 1897/1987. É um calendário muito rico. Olhe aqui a inundação de Canudos, D. Francisca de 89 anos, ele teve como base aqui no Nordeste, aquilo que chamamos de Polo Sindical do Submédio São Francisco que funciona até hoje lá em Petrolândia e aqui nós éramos porque Josefina trabalhava em Petrolândia e eu aqui então ela ficava responsável por esta coordenação lá em Petrolândia e eu dava todo apoio para ela lá, depois foi que ela saiu, mas ainda tem o polo sindical. Eu tenho aqui o meu acervo, lá tem o acervo do polo. Aqui tenho o lado da Bahia que ajudou com a Josefina, é uma ex-freira de lá em Petrolândia e eu padre aqui. Destes dois feixes que era pastoral da terra, ela lá e eu aqui é que vem todo o esforço de organização desse polo sindical. Nós éramos ainda ligados a igreja, ela como freire e eu como padre e depois ela reduziu ao estado leigo, saiu da ordem da congregação e eu saí das minhas ligações com o clero, com a igreja. Não deixei a liderança, sou católico, não tenho nenhum problema com a igreja agora eu resolvi me casar com Conceição e a igreja não aceitou eu ser padre casado. Ainda está com isso atravessado é ela quem perde, que perdeu um ótimo padre. Tem tanto padre casado nesse Brasil que queria continuar e o casamento era um empecilho, preconceito de celibatário, não tem nada a ver a vida pessoal e o ministério, mas criasse o clericalismo colocou o celibato acima do sacerdócio e uma inversão de valores do ponto de vista teológico, um absurdo. Uma disciplina passa a ser agora a essência do sacerdócio. Que limitasse, não pode ser bispo, galgar os cargos hierárquico da igreja, mas o sacerdócio?

31/10/2021

8:00h

Sabe aquela folha, não nasceu verde, nem criou raiz, nem absorveu água e não se transformou em uma floresta amazônica. A nossa consciência tateando a nossa consciência, mas no muito desse mistério da luz que o sol produz, até agora nós conhecemos desse mistério é o sol que em muitos desses fenômenos que até agora a gente tem conhecimento diferencia a terra de qualquer outro que é o verde. Não é a água que faz a vegetação é a vegetação que faz a água, o sol todo mundo tem o mesmo fenômeno que está acontecendo aqui na terra, o sol bate forte em um corpo em uma esfera cívica que se chamou Terra e que a diferenciou de todos outros visitados pelo homem que se chama aquele que giram em torno um dos outros a começar pelos satélites, nós temos um satélite chamado Terra e é satélite de outros sistemas da astronomia mas diferencia aqui um fenômeno em que você está olhando aquelas nuvens lá, por que aquela é branca e aquela é escura? Aquilo é uma esponja na medida em que a água se avoluma e a temperatura petrifica e vai gerando o fenômeno da chuva e a chuva é agora porque explica todo este verde. O segundo mistério maior depois da água é o verde, não é por acaso que é verde. Ali [mostrando a flor] é amarelo porque é uma flor em cima do verde e assim por diante. Então, todos os segredos aqui da terra são explicáveis a partir desse fenômeno, a água produziu o maior milagre na terra. É a Terra que precisa ser zelada para receber bem a água para fazer o mistério do vento. Agora o que é que vai acontecer? o homem começa a descobrir que este verde, a inteligência humana, este verde é o mais importante porque é o verde que sustenta o fruto e o fruto sustenta a barriga da humanidade. Não é tão simples assim. Ali você está vendo o pau brasil, é um pau brasil aquele das florezinhas amarelas [mostrou a árvore] ele aqui não se adaptou muito bem, mas ele é tão velho quanto aquela mangueira e aquele coqueiro, mas não se desenvolve porque aqui não é clima, ele se desenvolve mais no Sul da Bahia. Aqui ele não se desenvolveu muito, mas também não morreu. Mas ali já tem em cima do verde o amarelo em que você vai convencionar e ali são flores. O que é a flor? o início de um processo

da vida. Tudo agora vai girar a vegetação caminhando para dar, agora o desenvolvimento do ser animal, o reino vegetal, estou falando dos três reinos agora para chegar neste terceiro estágio que é a chegada do animal, seja ele micro, seja ele o elefante. Então, estou fazendo um retrospecto para a gente retomar certas bases do porquê que você veio e que me entrevistou. Nós não ficamos repetindo coisas que já foram faladas.

Meu acervo está dividido em quatro dimensões, é o quadrado que pode ser o dado, que pode ser 1,2,3,4,5,6. Deixando a vida eclesiástica, me engajo no sindicalismo [...] eu estou aqui no último estágio que desejei da minha vida. Vamos começar por aí? serve para você? não estou me omitindo. Você vai beber daqui [mostrou o trabalho escrito] quero que leia a dissertação de João Vitor, quero valorizar, aluno, porque é uma pessoa de Paulo Afonso, tem Eloy, Coelho professores da UEFS em Feira de Santana que coordena todo este trabalho de resgate de memória, eles são os coordenadores, que espontaneamente se ofereceram porque a UNEB de Paulo Afonso e a UNEB de juazeiro e as merdas todas que estão por aí espalhadas só queria de mim as informações para fazer as teses deles. Não estou censurando, estou apenas registrando.

Eu sou um personagem dentro desta história, por isso tenho dificuldades de fazer este tipo de abordagem de referência porque de vez em quando estou dentro da briga, da luta, da situação, do erro, do acerto e assim por diante.

Os tropeiros - vamos deixar nesse ponto, porque vai me remeter a uma das experiências mais maravilhosas da minha da minha infância que foi exatamente, passar três noites e três dias no meio desses tropeiros em cima daquelas malas de couro, tropeiros de jumentos. O sertão preferiu o jumento ou o burro, a mula, mas a mula é mais fraca. O ideal que eles acharam foi o jumento, porque era mais baixo, mais fácil de domesticar, não tinha muito valor e com isso eles ocuparam o sertão utilizando mais as tropas de jumentos quem usavam o cavalo era os proprietários, os patrões que tinham aquele animal que adquiriram fora, colocava num pedestal mulático, jumentável. O jumento passou a ser aos poucos o ideal, porque eles demonstravam que apesar de pequeno, bem menor do que uma mula ele tinha uma adaptação ao sertão com muito mais facilidade, não adoeciam, era Pequeno, era mais maleável para amansar e ao mesmo tempo ele não tinha valor. Então os tropeiros deixaram aquela experiência trazida do litoral e das minas gerais que usavam os animais grandes e começaram a preferir os animais já dessa raça que aos poucos foram vindos do tamanho grande para o pequeno do jegue, jumento. Este jumento deu uma demonstração de apensar de pequeno, ele tinha desempenho que correspondia ao da mula, do cavalo, do burro e ele era muito mais resistente, não adoecia tanto, era mais fácil de amansar, ele se adaptava a vida junto da tropa nos caminhos difíceis do sertão, nas estradinhas dos sertões. Então o jumento pouco a pouco substituiu o cavalo. O cavalo era do dono da fazenda que tinha.

Os tropeiros evoluíram no sertão de uma maneira que eles passaram a utilizar o jumento porque o jumento era barato, e não tinha valor. Os tropeiros era essa tropa de animais que tinha um dono, o dono da tropa que chefiava e tinha aqueles agregados que viajavam com ele para descarregar e carregar a tropa e tirar aqueles fardos, aquelas malonas, das cangalhas, o jumento usou cangalha. Eles não eram comerciantes. Tinham o dono da fazenda, que tinha vaqueiros. Você tem toda a cultura do vaqueiro. Tem toda a cultura do, o vaqueiro era exatamente uma criação do adestramento para o sertão da cultura que vem da Europa e chegou no litoral etc. e migrou para o sertão e principalmente a margem do Rio São Francisco e aí tem o foco da importância do Rio São Francisco ligando de Minas Gerais, serra da Canastra até chegar a Alagoas, Sergipe escoando para o mar. Tenho uma figura das carrancas do São Francisco.

As carrancas era uma cultura da navegação que veio da África daquele mundo todo, da Palestina e adentrou no sertão por um fenômeno bastante explicável, da presença do padre. Você vai ligar agora com os eclesiásticos, estou falando do geral, a história das igrejas, as igrejas vêm depois da Reforma Protestante, essa coisada toda, mas naquela época era o cristianismo que migrava da Europa para a América e depois para Brasil e descobrem que o Brasil vale mais

do que toda América. Os portugueses descobriram isso e como navegantes me experimentaram e disseram só quero o Brasil o resto pode ficar. Estou pontualizando para mostrar a importância também dessa história geográfica e geológica e aí tem muitos caminhos sobre os rios, as riquezas dos rios e principalmente o Rio São Francisco.

Entrevista 05 – Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA)

Jaildo

29/09/2021 – 09h

Eu nasci na cidade de arco verde, vim para Paulo Afonso com 13 anos de idade, vim morar com uma tia e comecei a fazer curso no SENAI de torneiro mecânico. Aos 18 anos fui trabalhar na CHESF. A chegada na CHESF comecei a interessar pelo movimento sindical e fazendo a luta com os companheiros no sindicato com a base e hoje estou com 54 anos de idade, continuo na empresa, continuo na CHESF, hoje estou cedido para o movimento, continuo na luta. Isto é a minha vitória. Tenho família, minha filha também gosta do movimento hoje faz o movimento em Alagoas, faz o movimento com os companheiros do sindicato. Dizer que sou realizado por fazer o que gosta, estou na empresa, estou até hoje cedido para luta, estou aqui no SINERGIA. Essa é minha história. Dizer da satisfação de estar na luta, na batalha do dia a dia, não sei até quando, quando tiver força tarei fazendo este trabalho.

A minha experiência com a escola até os 13 anos quase não tive oportunidade, porque até os 13 anos precisei muito trabalhar para ajudar a família, para ajudar minha mãe, meu pai. Quando vim para Paulo Afonso tive a oportunidade de estudar na escola pública CIEPA, conclui o Ensino Médio no colégio do estado, fiz curso no SENAI de torneiro mecânico foi isso que me direcionou e ajudou e fez com que chegasse até onde cheguei, um emprego em que estou até hoje. A minha vida foi assim, não foi fácil quando vim para Paulo Afonso, vim através de uma tia ela via a situação minha família grande, uma família com muitos filhos e aqui tivemos a felicidade de aprender uma profissão pelo menos o Ensino Médio, isso eu agradeço a minha tia que considerava como mãe, agradeço a oportunidade aqui em Paulo Afonso constitui família aqui em Paulo Afonso e estou até a data de hoje.

A realidade da escola pública, trabalhava e estudava à noite, a escola era o retrato que se tem hoje eu acredito que na minha época era bem mais difícil, a gente não tem esse movimento, essa luta que se tem hoje, essa cobrança, cobra do estado e do município melhoria para as escolas. A vontade se a gente for apegar, não conseguiria nada a própria escola não ajudava, situação não era fácil, precisava trabalhar e estudar em escola pública em que as condições não era boa, não tinha transporte e ai a gente tinha que se virar era isso era no peito, a vontade de vencer e isso eu uso muito como exemplo para as minhas filhas, hoje as condições não é das melhores, estamos vivendo uma situação com um ensino sucateado, mas eu acredito que na época era um governo militar uma ditadura eu acredito que a situação das escolas na minha época era bem mais difícil que na época de hoje. Com determinação, força e vontade concluir o ensino Médio e os cursos técnicos.

Quando eu comecei eu comecei em uma empresazinha pequena chamada empresa de ponta de rua, mas era conhecida em Paulo Afonso. Comecei a trabalhar como torneiro mecânico, comecei fazendo esse trabalhos e aí surgiu uma oportunidade em 1986 uma vaga para trabalhar na usina não era pela CHESF mas uma empresa terceirizada da CHESF e surgiu esta oportunidade e aí eu fui convidado por um colega, um companheiro que trabalhava lá perguntou se eu tinha interesse, lógico que tinha interesse, sai de uma oficina de ponta de rua para prestar serviço em uma deste porte, mesmo que seja só contratado isso já era um… fui fiz o teste, fui aprovado fiquei nesta empresa por cerca de 3 anos quando foi 1989 através de um decreto na época, os funcionários terceirizados entraram tudo para CHESF a hidrelétrica de São Francisco e aí estou lá até hoje. Foi uma luta essa mudança nossa não foi uma coisa que caiu do céu, foi uma luta também, já era uma bandeira do sindicato para que os companheiros terceirizados fossem pela empresa pela companhia.

Em 89 continuei trabalhando com a mesma atividade de torneiro mecânico e nos últimos dez anos fui para outra atividade, fazer outra atividade que foi na área de segurança de barragem

e trabalhei até abril de 2021, o último trabalho na CHESF. Entrei na CHESF em 1989 na atividade de torneiro mecânico, com muito orgulho da profissão porque o presidente Lula sempre fala da profissão de torneiro mecânico, aí 2011 fui trabalhar, um incentivo que a CHESF criou surgiu uma oportunidade em outras áreas da CHESF também em segurança de barragem, eu tinha essa vantagem de fazer este trabalho de segurança de barragem fui para o setor de segurança de barragem, acompanho o movimento de barragem, das usinas. trabalhei até 2021 quando fui cedido para o SINERGIA para a luta. Já fazia o movimento como delegado de base, que eu sempre gostei desde quando vim para CHESF fazia essa luta e acompanhava as pessoas, sempre tinham como companheiro da direção sempre viam me questionar e sempre vinha com informações para ver as demandas dos trabalhadores da base no SINERGIA e aí fui para eleição quando houve a eleição para delegado de base, companheiro Raimundinho, Melo, Cabral falavam venha fazer o trabalho aqui, você tem perfil, você gosta e isso me motivou fazer este trabalho no SINERGIA como delegado. Fiquei em dois mandatos como delegado de base que é um trabalho muito importante, talvez as pessoas não tem conhecimento da importância, mas é um trabalho muito importante que é delegado de base, é ele que está na base no dia a dia ouvindo os descontentamentos, as queixas da base dos companheiros para trazer para a direção e aí fiquei em dois mandatos e esta última eleição que teve agora em 2015 para a direção, os companheiros convidaram para vim fazer parte da direção por que o companheiro Melo já não tinha mais a vontade de continuar por problemas de saúde também queria cuidar da vida dele ter um tempo para a família e para ele mesmo por que você sabe que a luta aqui a brimos mão de muitas coisas para fazer a luta e aí eu aceitei o desafio e estou aqui fazendo, colaborando com os companheiros da CHESF para este mandato até 2024.

O que motivou foi a minha passagem de uma empresa terceirizada e eu sentia muito assim da importância de ter um sindicato organizado que fizesse a luta por que a gente sabe que estas empresas quanto mais ela explorar ela quer mão de obra barata, quer explorar e por ter passado um período em empresa terceirizada isso na época começou a motivar porque vim da empresa terceirizada a gente via o sofrimento a prática do pagamento era direito retirado e nem sabia que tinha direito, isso foi uma motivação para mim, entender que sindicato é trabalhador organizado para tá junto com os companheiros fazendo a luta e sempre buscando melhorias isso foi o que motivou para vim para o movimento, sabe se o trabalhador não tiver organizado para lutar e tá junto não vai chegar a lugar nenhum. Eu comecei não tinha sindicato organizado, era terceirizado e a gente sempre buscava apoio dentro do SINERGIA. O SINERGIA não tinha direitos legais de representar os terceirizados, mas os sindicatos, mas nos abraçava quando precisávamos de um apoio jurídico, fazer mobilização, nos orientar, fazer pressão para a empresa era no SINERGIA acrescentava legalmente os eletricitários, CHESF E COELBA. Comecei em 1986 o movimento na terceirizada que prestava serviço para a CHESF, os companheiros cobravam "vamos fazer uma pressão no SINERGIA. Então é isso essa vontade de estar lutando com os companheiros já vem de muito tempo, desde 1986 que eu já vinha tinha a simpatia pela luta, pelo movimento, mas tive que trabalhar fiquei um pouco ausente, depois sentir à vontade quando entrei na CHESF e aí até hoje. Isso é que me faz quando a gente faz a luta a satisfação dos companheiros a vitória, quando lutamos e fazemos a luta a gente tá satisfeito porque lutar é que faz com que as conquistas apareçam e faz melhorar a sociedade.

Eu tenho um exemplo, uma pessoas que eu sempre admirei hoje ele não está mais entre nós é o bispo D, Mário, ele é um guerreiro, em todas as lutas ele estava presente, eu lembro que na época final dos anos 1980 e 1990 a gente vivia em Paulo Afonso uma situação de muita violência Paulo Afonso era uma cidade muito violenta lembro que D. Mário começou a fazer um movimento de rua com essa luta, essa bandeira de D, Mário esse enfrentamento com D. Mário comecei a gostar e a participar de passeatas pela paz e foi um movimento vitorioso que trouxe resultados isso foi o que basicamente motivou, porque chegou uma situação em Paulo Afonso em 1990 que estava insustentável, estava assustador o nível de violência a milícia que

se instalou em Paulo Afonso na época e uma das pessoas que fez esta luta este enfrentamento foi o bispo na época de D. Mário e eu sempre tenho D, Mário como exemplo. D. Mário tem ajudado muito, as vezes a gente tá querendo não desistir mais se apegar no cansaço, dizer não dá mais e aí a gente lembra de D. Mário com mais de 70 anos fazendo a luta esse enfrentamento com a disposição de um garoto e com isso faz com que a gente renove a energia.

D. Mário tem uma importância em tudo aqui em Paulo Afonso, a gente não via nenhum segmento daqui de Paulo Afonso passar por dificuldades não ser atendida, uma pessoa procurar uma orientação era D. Mário. Ele era uma pessoa que as pessoas enxergavam uma luz em D. Mário. Aqui os companheiros que a CHESF demitiu em massa, as pessoas juntavam e "vamos conversar com D. Mário" D. Mário não media esforços, falava com a CHESF ia em Recife se fosse preciso, ia discutir com a empresa. Tinha um coração, os movimentos dos companheiros reassentados não se fazia um movimento aqui sem se ouvir D. Mário, quando se tratava de qualquer movimento social que fosse, o MST D. Mario, tinham um muito grande nessa população de Paulo Afonso por isso que hoje é admirado até hoje e temos muito respeito por D. Mário.

A minha disposição é a cada vez que você se sente assim sem os seus direitos retirados a gente vê que está em um governo, principalmente um governo deste sem compromisso com o trabalhador a gente só vê querer retirar direitos, as conquistas isso faz com que a gente tenha vontade, vai para a luta, a gente sabe que as coisas não caem do céu não vem nada de mão beijada, qualquer conquista a gente sabe que é na luta, as coisas não aparecem de uma hora para outra porque tem que aparecer, ela aparece por conta justamente desta luta, da importância de estar brigando de estar fazendo a luta, é isso que motiva que faz com que encontre uma força junto com os companheiros porque admiro muito os companheiros, companheiros como Raimundinho, como Paulo de Tácio que já estão na luta a quase 40 anos cabelinho branco, mas tem uma energia de 18 anos parece hoje a gente vê que tem mais empolgação hoje do que quando começou, por que cada dia que se está fazendo a luta você sente a necessidade de tá, se você não estiver motivado, como é que você vai conseguir? Não é fácil você está mobilizando você trazendo companheiros para fazer a luta e se você não tiver empolgado com cara de quem quer desistir, aí a luta não vai ser feita.

Eu me vejo fazendo o trabalho, eu acredito que esteja fazendo um trabalho que esteja agradando, com certeza dou o melhor que faço gostaríamos de ter aqui nesta casa pessoas jovens companheiros que gostasse de fazer a luta por que a gente entende que não estaremos mais aqui para sempre, precisa está se renovando se oxigenar de novo mas a gente não consegue ver esta disposição essa companheirada mais jovem que vem para a empresa que poderiam tá vindo aos poucos aprendendo preparando para substituir companheiros que vai chegar um dia ele vai dizer que não dá mais, mas enquanto a gente não consegue está renovando como a gente queria na velocidade, tem que tá motivado, fazendo o trabalho e entendendo que estamos fazendo um trabalho com certeza importante de certa forma não tenho dúvida que cada um destes companheiros e companheiras que estão aqui na luta, aqui na casa estão dando o melhor de si a gente sabe que não somos uma máquina temos sentimentos, temos família que temos que dá atenção, mas com certeza está se fazendo o melhor do que se pode.

Não é o que a gente gostaria que tivesse, gostaria que tivesse categoria mais comprometida, mas infelizmente a gente sente cada a vez que a gente começa a perder companheiros da base seja estes companheiros que estão com a aposentadoria e estão se desligando, são aqueles companheiros que tinham na sua veia e no seu sangue aquela vontade de luta e cada vez mais estamos ficando sem estes companheiros achando que deu , não é só o movimento, não é só o sindicato todos os movimentos estão com esta dificuldade de mobilizar para trazer estes companheiros para luta, fazer eles entenderem que é a luta que as melhores conquistas que hoje eles tem, a gente tem um quadro de funcionário de companheiros deste novo concurso encontraram muitas conquistas, salários melhores e eles acham que isso não

custou luta, não teve suor até sangue, pensam que toda a vida existiam estas conquistas e estavam quando a CHESF iniciou e não sabem que foi através de uma luta. Os companheiros mais antigos de cabelos brancos e por isso a gente sente a acomodação entre o trabalhador. Não sei se não acreditam na luta ou espera para pagar o preço para poder acordar e vim para o movimento.

Não tenha dúvida que no passado a gente conseguia mobilizar e consegui parar no chão de fábrica mesmo. Como falei anterior os companheiros que chegavam e encontravam tudo pronto, encontraram plano de saúde bom, encontraram salário razoável, alimentação e eles acham que tudo isso não foi de luta, mas naquela época era necessidade, a gente fazia o movimento porque sabia do sofrimento, do salário de fome e precisava muito avançar na política então a gente fazia o movimento aqui de botar 2000 a 3000 pessoas em uma greve, quando a gente conseguia fazer o piquete tinha que companheiros que fechavam tudo e enfrentava a polícia como já houve greve com polícia como a grande greve de 1982 foi greve histórica, por que houve derramamento de sangue e os companheiros não abriam, estavam juntos diziam estamos juntos e paravam tudo e não entravam ninguém. Era empresa que vinham, entravam nesta casa para negociar, o movimento era forte a gente via as pessoas com vontade, hoje infelizmente não vemos disposição nenhuma destes companheiros novos, a gente ainda encontra quando fazemos assembleia, o movimento encontra companheiros antigos das greves de 1990.

Eu acredito que falta alguma coisa, mas não me pergunte o que porque não sei, mas que falta, falta, não é só na nossa categoria, sabe dessa dificuldade de mobilizar para a luta.

O sindicato, o SINERGIA tem importância muito grande, direta na vida do trabalhador chesfiano, não só chesfiano, mas o SINERGIA pega também COELBA, graças a luta organizada pelo SINERGIA pelos companheiros que conseguimos barrar muitas coisas que queriam implantar de retirada de direitos, privatizações. A gente vê, a gente fala de privatização mas essa luta de privatizar não vem de hoje ela não começou depois do golpe de 2016 para cá, ela é desde do início dos anos 1990 no governo Collor e já fizemos essa luta este enfrentamento de contra a privatização foi 1990 todo estávamos fazendo essa luta, fazendo este enfrentamento e este sindicato atuante no enfrentamento e com isso até hoje a empresa continue[...] graças a luta do sindicato, não só deste mas o sindicato de Pernambuco todos os sindicatos fez grandes lutas e para barrar a privatização e na vida do trabalhador, hoje se o trabalhador está na situação menos sofrida foi graças a luta a o SINERGIA atuando, cobrando e brigando sempre em busca de melhoria para a categoria, é como disse nada veio porque o diretor da empresa com o coração aberto e disse vamos dar isso para a categoria, não isso foi fruto da luta e essa luta sempre foi liderada pelo SINERGIA. Então o sinergia tem importância muito grande e as conquistas veio porque era e é um sindicato grande e a sociedade SINERGIA sempre foi um sindicato, quando se falava sindicato SINERGIA sempre tem na ligação com outras categorias sempre foi referência para a sociedade na luta, o SINERGIA teve escola, teve convênio, SINERGIA sempre foi muito importante é um sindicato grandioso ainda e na época em Paulo Afonso tinha mais de 3000 funcionários a CHESF , quando se falava em sindicato, qualquer coisa sobre sindicato ou orientação jurídica a referência era o SINERGIA, sempre teve na luta com o MST movimento indígena, movimento de reassentado quando vinham em Paulo Afonso qualquer movimento e a primeira porta que batiam era do SINERGIA . E diziam: - Olhe está acontecendo isso precisamos de apoio. Até hoje, porque este é o papel, esta é a finalidade não é só está brigando muitos ainda imaginam que o papel do sindicato é está brigando por 10 reais de reajuste salarial, não é isso. O sindicato tem mais importância na sociedade.

São grandes principalmente neste momento em que o país vive hoje. O que o país vive hoje é sucatear as empresa retirar direitos do trabalhador é demissão tudo isso são desafios tem a intenção de acabar com o próprio movimento sabe que essa conjuntura que se instaurou desde de 2016 a ideia dele [presidente atual do Brasil] é justamente acabar com o sindicato, aquela

questão quando acabou com imposto sindical fechou muitos sindicatos que não tinham como sobreviver sem as verbas teve que fechar as portas outros teve que reinventar isso tudo é a tentativa de acabar com o sindicato, ainda no governo de Michel Temer proibiu as empresas de fazer o recolhimento das mensalidades dos associados pela folha isso tudo foi desafio para o sindicato, mas com os companheiros estamos enfrentando estes desafios, não é fácil. Tudo isso está acontecendo com os sindicatos, não só o nosso sindicato, mas todos estão passando por esta situação para se tornarem mais fortes. Estes desafios vieram para nos ensinar muito.

Percebe que a sociedade está precisando de dar uma sacolejada e por tudo que está se passando, por tudo que está servindo aí a gente não consegue ter uma reação, a gente está sentindo as coisas, estamos vendo tudo acontecer os ataques e a gente vê que as pessoas, a gente fica sem saber por que esta sociedade ainda não reagiu com tantas injustiças, com tantas barbaridades que estão por aí no país, na nossa cidade e a gente vê pessoas em sua zona de conforto, a fome batendo uma coisa que a gente não via muito tempo, ficamos um período sem você, tantas misérias, tantas gentes que não tem o que comer e a sociedade tá vendo assim como uma coisa natural se apega com coisas pequenas e não reage a gente fica até sem entender essa aceitação , aceitar tudo isso sem reagir acredito que uma hora reage, como diz o companheiro Melo é por que estão fazendo as refeições na hora que não tiver mais formas de se alimentar reagem, estão esperando queimar a última gordura que acumulou.

Não sou uma pessoa mais adequada para falar em religião, quando eu vim para Paulo Afonso, minha tia era evangélica ela era adventista e eu na época sempre andava mais depois com o tempo tinha essa ligação com D. Mário, como falei comecei na igreja católica e a importância que a igreja católica tem feito tem prestado a comunidade, comecei a frequentar. Não sou aquela pessoa que frequenta acredito no Deus superior mais assim, deveria ser mais, mas vejo a importância muito grande nas vidas das pessoas que precisam muito disso, mas eu acredito que deveria dar mais atenção, minha família é católica outros evangélicos.

Na verdade, aqui fundou em 1979 quando surgiu as primeiras greves em São Paulo no ABC quando Paulo Afonso foi histórico com uma greve que mobilizou foi uma das maiores greves em 1979, é tanto que na época o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva esteve na greve de Paulo Afonso.

Lázaro era um grande personagem aqui do sindicato, um grande lutador. Outro dia um companheiro que esteve com Lula já presidente e quando falou de Paulo Afonso ele perguntou por Lázaro por que foi um que fez a luta, que veio dar apoio trazer forças para o movimento aqui, então este sindicato tem história. Lázaro se desviou na época do governo de Fernando Henrique e depois assumiu a chefia na CHESF e a categoria se sentiu traída. Mas ele tem história, é bonita a história dele. A gente chega em Salvador, nos movimentos de 1979 governo da Bahia na época Antônio Carlos Magalhães mandou polícia de choque para bater no povo e justamente este companheiro Lázaro na época presidente teve que sair pelo telhado da igreja na época com D. Mário. História de luta muito importante e tem outros Vavá na luta de 1979 ficou conhecido. Ele era caminhoneiro e pegou a carreta, travou ela na guarita da entrada da CHESF e ninguém conseguiu tirar nem o exército conseguiu tirar esta carreta impedindo a entrada para trabalhar, por conta disso esses companheiros vieram para o sindicato ficaram muitos anos. Primeiras greves do SINERGIA em 1979 e as grandes greves no Brasil em 1981.

Entrevista 06 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA

Vanaílza Paiva

04/11/2021 – 15h

A minha origem ela de é uma comunidade bem simples e humilde, chamada Malhada do Sal ela foi atingida pela barragem de Itaparica, e aí que começou toda a nossa trajetória de luta e organização. A gente tinha uma escolinha lá, estudava as crianças aquele tempo dos professores leigos, mas tinha essa comunidade e aí o padre Alcides começou a orientar aquele povo daquele lugar e a gente quando ia para missa eu era criança, mas a gente vivenciou tudo isso e aí o padre começava alertar para aquele povo que aquela comunidade iria ser inundada pelo Rio São Francisco, pela barragem, o rio ia inundar aquele lugar tudo e tinha que sair dali. Aí foi um desespero eu lembro dos meus pais desesperados, sair do lugar deles da beira do rio onde ele tinha a sobrevivência deles, para onde eles iriam? Toda a preocupação deles também era a separação da família um indo para um lugar e outro para outros , o padre sempre orientando a se organizar, porque na época Alcides era padre ele ficava orientando aquele povo do lugar a se organizar eu lembro muito bem essa luta dos meus pais, eu cresci vendo isso quando eles se organizaram foi ai foi onde fundaram o sindicato dos trabalhadores rurais em 1979 no intuito dessa luta de lutar para que eles tivessem uma garantia de terra, de alguma coisa quando saísse daquele lugar, já que eles iam sair dali.

Meus pais foram para um movimento, isso marcou muito a minha infância, minha mãe fico com a gente, meu pai foi e lá foi preso, um agricultor, trabalhador, honesto sendo preso porque ele foi para a parada da barragem, para não deixar construir aquela barragem, eles não queriam que fosse construído de jeito nenhum. Meu pai foi preso, minha mãe teve que deixar a gente, socorrer para ver o que ia fazer para soltar ele. Aquilo marcou muito a vida dele, porque nunca aconteceu nada de errado na vida dele, ele foi sempre um homem honesto e acontecer isso porque ele estava lutando, mas naquela época sabíamos que era manifestação.

Enfim, acabou que a gente teve que mudar sair daquele lugarzinho humilde na beira do rio onde meu pai tinha as rocinhas dele e plantava a gente veio para um lugar que a CHESF ficou sempre prometendo entregar terra e até hoje estamos nessa luta, né para contar a trajetória nós viemos para este lugar que chamam agrovilas e ai em vim era criança ainda e vivenciando toda a luta da minha mãe e do meu pai eles se envolveram completamente no movimento e ai meu pai foi para o sindicato e tudo, minha mãe engajada na igreja, a igreja católica ajudou muito com o padre Alcides ele depois deixou foi ser deputado e tudo, mas ele sempre ficou nas organizações ai eles lutaram, depois veio o sindicato teve a oportunidade de ter estudo na sede de Glória/BA e a CHESF arcou com toda a responsabilidade de dá transporte, ajuda de custo para a nossa família e terra, mas a terra até hoje eles não conseguiram ainda estamos lutando até hoje 32 anos depois e a mudança foi em 1988 que a gente mudou para a agrovila e ai ficou essa CHESF, que o pessoal sempre comenta, dessa CHESF que nunca cumpriu seu compromisso, eu acabei chegando no sindicato através de ver a minha mãe lutando, minha mãe organizada engajada e eu também fui para este caminho do movimento e hoje estou na diretoria deste sindicato, desde 2008 eu sou do sindicato e ai por uma oportunidade na luta eu acabei me formando em Pedagogia até meu TCC foi nessa área por que foi o que eu vivenciei a vida da minha família foi essa e assim o que eu posso dizer dos movimentos sindical, dos movimentos sociais é que eles contribuem tanto com a formação que minha cabeça hoje não seria o que é hoje se não tivesse participado vivenciado de tudo isso, toda essa organização em prol dessa luta da gente por terra e acaba que ficamos formadas nessa vida de movimento e estamos até hoje e a gente vê a juventude que participou comigo também, foi muita gente das agrovilas também agente se organizava e tinha grupos de jovens e hoje a gente vê que esse pessoal, são

mais organizados, são mais críticos, sabem lutar sabem reivindicar porque tiveram essas vivências com os movimentos.

Quando o padre orientou o pessoal que estavam construindo esta barragem, que eles iam mudar deste lugar, ai eles precisaram se organizar e ai quando eles se organizaram, fundaram o sindicato e se organizaram com o povo e foram lá, estavam construído essa barragem de Itaparica que hoje chama a barragem de Luiz Gonzaga, então eles foram para lá para fazer a parada mesmo da obra, foi aquela briga, colocaram pedras, eu sei da história, eu era criança mas meu pai sempre contava tudo e a gente viveu isso e ai eles colocaram as pedras e eles levaram a polícia, a CHESF, o governo federal jogou a polícia para parar o povo eles queriam parar a obra e a polícia em cima, por isso que meu pai foi preso meu pai estava de frente e algumas pessoas quando viram que a polícia ia atacar eles correram, mas meu pai estava bem de frente e ele foi um deles que foi preso e ai imagine, né? como foi para o movimento vê aquelas pessoas, as lideranças sindicais ver aquele povo preso por causa da parada da obra, minha mãe e meu pai ainda estão vivos.

Meus pais falariam até melhor do que eu porque foram eles que vivenciaram, a vida deles é essa, meu pai hoje eu vejo que ele é meio desgostoso com tudo que aconteceu, porque ele tinha a terrinha dele lá, plantava, ele vivia na beira do rio, tinha as coisinhas dele e aqui a CHESF prometeu, prometeu, prometeu e até hoje meu pai não teve o prazer de ter a sua terrinha e plantar ele tem 75 anos e mesmo assim ele quer trabalhar, quer estar na roça, mas ele foi um homem que lutou muito para que tivesse os direitos dele. Se hoje a gente conseguiu ter formação, ter uma ajuda de custo por luta deles, a CHESF queria tirar eles do nada assim, sem direito a nada, tirava pagava por aquela parte para ela ali e pronto, vocês se viram onde vocês quisessem e ai foram quando se organizaram para a parada de obra e ai a CHESF precisou foi ouvir eles ai eles se organizaram se não tivessem organizados a CHESF não tinha ouvido, não foi uma só parada de obra que fizeram, fizeram várias, muitas reuniões, Zé Messias que foi uma grande liderança hoje é falecido, foi uma grande liderança urgente para aquele povo.

Ele que liderou tudo, hoje tem um filho dele que ainda está vivo, ele também brigou muito, e era aquelas brigas mesmo de enfrentar para a obra, para parar, foi aí quando eles fizeram reuniões e muitas reuniões eles conseguiram ajuda de custo que era no valor de uma cesta básica e direito a reassentamento e até hoje eles ainda lutam, está chegando no fim, mais não é do jeito que a gente quer, eles conseguiram diante de muita luta, né, e também do nosso direito de estudar a gente estava saindo do lugar, viemos para outra área e tínhamos o direito de estudar, não foram eles que deram para gente, eles lutaram para que a gente conseguisse esse direito de estudar ir para sede de Glória/BA para estudar com transporte e tudo, era uma luta deles com a CHESF este transporte disponibilizado, sobre esta parada foi isso. Com esta organização da parada da obra eles sentiram a necessidade de organizar e fundaram o sindicato e o sindicato foi fundado em 1979 e nós saímos em 1988, imagina a luta como foi grande, né nós saímos de lá em 1988 então essa organização sindical ajudou muito para contribuir para conseguir alguns direitos conquistados e ainda estamos lutando.

Que eu saiba dos movimentos, não tinha outros movimentos envolvidos, só os sindicatos rurais não me lembro se tinha, agora a grande liderança foi a igreja católica e o padre Alcides, eles tem este testemunho que o Padre Alcides deu uma contribuição enorme para essa organização porque ele alertou e nos orientou como se organizava e ai através de Zé Messias eles foram atras e conseguiram se organizar, fundaram o sindicato e fizeram o movimento dele na barragem também só com a colaboração de algumas lideranças, tinham alguns sindicatos que estavam envolvidos não era só de Glória, Petrolândia, as cidades onde tinham sindicatos, tem o polo sindical que foi fundado através desse sindicato, eram os sindicatos rurais, tinham das cidades Rodelas, Chorrochó. Lutaram juntos, né.

O que está só faltando resolver ainda é o projeto jusante em Glória é onde meu pai vive e ainda está faltando, ainda tá na briga. O movimento está desmotivado, já está cansado a gente percebe uma desmotivação no movimento, mas ainda eles estão nessa luta.

Onde morávamos, antes das barragens, lá a gente criança só tinha até a quarta série era uma escolinha simples com uma professora leiga que a prefeitura colocava para que as crianças não ficassem sem nada era só alfabetização, aprender a ler, a contar, aquela educação bem tradicional, né. Depois disso era ir para a roça quando terminava a quarta série, se tivesse um pai que tivesse condições levava para algum lugar, mas era muito raro acontecer isso a maioria iam para a roça só aprendia ler e escrever e depois iam trabalhar na roça não tinha muita oportunidade naquela época, quando a gente teve a mudança é que através da luta, já que a gente vai, né, exige que o nossos filhos tenham direito de estudo foi ai que eles colocaram transporte para a gente vim para sede para a gente estudar, da quinta série em diante a gente estudava em Glória, né. A formação da escola, básico era isso alguns ainda seguiam, depois que a gente veio para a agrovila, ficava até a quarta série na agrovila e da quinta em diante era em Glória, mas alguns preferiam ainda preferiam ficar roça porque era aquela tradição outros não como a gente mesmo se formou a gente se viu nos estudos, a escola lá era bem básica. Eu tinha nove anos quando vim para cá eu tive ocorrência lá pouca também, quando a gente entrava era com seis, sete anos. Quando eu vim para cá estava na terceira era com uma professora, a minha professora era maravilhosa era uma professora leiga com ensino tradicional, estas coisas a gente tinha a amizade da gente com nosso grupinho e tudo nossa formação também na escola, a missa era realizada lá nós também ia para as missas era uma educação católica que a gente tinha, o padre lá e tinha as freiras e quando a gente veio para cá tinha a escola na agrovila e quando fui para o CEAF[1] essa formação de organização não nos deixou porque pegamos esse jeito dos nossos pais ensinou de brigar, nós, eu, meus irmão e aquele grupinho que a gente se mudou foram os primeiros que fundaram o grêmio estudantil no CEAF, quando a gente chegou no CEAF a gente veio com essa formação de se organizar e a turma das agrovilas foram os primeiros a fundar o grêmio estudantil no CEAF, tem isso na história através de professora Josefa foi orientando a gente se organizar e gente fundou o primeiro grêmio estudantil, a gente brigava pelos direitos da gente lá, a gente até percebia uma diferença dos jovens que vinham das agrovilas para os jovens que estavam na sede na questão da organização e a gente brigava até atraso dos salários atrasados dos professores por que a gente queria muito estudar. Quando a gente chegava e não tinha aula porque os professores estavam de greve a gente ia parar a prefeitura, só para ver com a gente era com esse espírito de organização formos até ameaçados até, o prefeito não gostou que a gente foi parar lá, e quando tinha problemas com o transporte a gente ia para Itaparica, pedia o motorista "vai para Itaparica", a gente não passava na agrovila não, da escola íamos até Itaparica para reivindicar os nossos direitos de transporte, essa formação da gente, a gente trouxe da nossa vida, essa vivencia que a gente teve com os nossos pais, na luta levou essa organização para a escola a gente reivindicava melhoria para ela também. Na minha trajetória, eu terminei o Ensino fundamental e dei uma parada no ensino médio porque tive que casar, depois que meu filho estava maior terminei o ensino médio, eu terminei aqui em Paulo Afonso, não teve essa trajetória lá em Glória depois que eu vim para cá para a UNEB, terminei o curso de Pedagogia.

A diretora atual do CEAF é da agrovila se formou junto com a gente, conhece um pouco da nossa história também dos movimentos ela e a irmã é professora também do CEAF tivemos essa vida de organização foi um tempo muito bom também que no ensinou, eu acho que nós deixamos isso um pouco para outros alunos que não pensava muito nessa questão de reivindicar brigar, a gente quando chegou lá se organizou e que eles viessem para o nosso lado, se organizasse e reivindicasse melhorias da escola também.

A mudança foi um pouco triste, a gente estava tão acostumado com o nosso lugar a cultura da gente e tudo, tivemos que levar animais domésticos eu lembro muito bem, eu tinha

oito para nove anos e eu lembro tão bem como se estivesse hoje a mudança nosso caminhar de lá para cá. Quando a gente chega neste lugar aqui a agrovila totalmente diferente, lá era na beira do rio aqui não é rio é longe do rio é uma vila uma fileirinha de casas, agora as casas bem estruturadas que a CHESF deu em troca das que a gente tinha lá ai a gente veio morar nas agrovilas algumas famílias foram para outras alguns a gente era vizinhos de alguns e acabou se distanciando, irmãos, alguns irmãos da minha mãe foram em outros lugar, outros projetos a gente se distanciou, família também, eles sentiram muita dor nisso, hoje já se acostumaram mais na época sentiram muito a essa questão da mudança e divisão da família as agrovilas são numerados, tem a 6, 7, 8 a estrutura é uma fileirinha de casa até é que bem feitinha, a gente ficou muito tempo vivendo muito tempo só com a ajuda de custo que a CHESF pagava, até hoje paga a ajuda de custo porque não deram a terra tiveram que se virar procurar a terra em algum lugar eu tenho três irmãos, meus pais tiveram quatro filhos e todos os quatros eram participativos inclusive um que enfrentou muito, que é Zé Cícero ele também fez Pedagogia na UNEB ele tem uma participação enorme nessa liderança da comunidade, minha irmã também ela mora em São Paulo, mas também teve eles eram líderes do grupo de jovens e ai quando chega na agrovila o padre que chegou foi Pe. Lívio ai foi outro padre que não nos deixou de mão ele veio para contribuir muito com a nossa organização mais ainda, se a gente estava organizado, com o Pe. Lívio a colaboração foi bem maior ele era uma padre do social, gostava muito da questão social tanto que foi perseguido porque ele se envolvia mesmo ele denunciava formou nos quatro, formos formados por ele, quando ele chegou ainda tinhas as pendencias e ele teve uma grande participação e contribuição nessa parte de nós organiza e nos formar, tivemos muita formação na igreja católica, sobre a questão de organizar de lutar e reivindicar. Hoje a gente percebe uma desmotivação, mas a gente teve uma trajetória de organização enorme que hoje afeta as nossas vidas, até hoje a gente sabe que o pensamento que temos hoje é devida a formação que a gente teve, inclusive com o padre Lívio. Depois do Pe. Lívio teve o Pe. Alberto que seguiu um pouco o caminho dele, foi ótimo também, ele tentou continuar o trabalho de Pe. Lívio. Com a saída dele, hoje eu faço uma avaliação que a igreja católica não está envolvida e fazendo os movimentos como era antes, não tem essa formação mais, não tem essa preocupação em está formando jovens e está puxando mais para a questão do social eles estão mais no caminho mais igreja, mais religioso e o social, eu faço essa avaliação, não tem esse trabalho social. Uma pena porque os jovens que é formados nesses movimentos sociais têm um pensamento tão diferente saber reivindicar, saber brigar, saber correr atras dos seus direitos, né. A igreja tem seus trabalhos hoje em Glória, mas é um caminho diferente é um trabalho bom também, mas que deixa a desejar nessa parte de organização, essa é a minha avaliação de hoje, é tanto que eu não participo muito lá, mas fico observando como é que está lá. Minha mãe sente muito, ela percebe a diferença enorme, da época do Pe. Lívio, Pe. Alberto como era, teve mudança as pessoas mudaram ele é a pessoa que mais sente.

Depois que eu fiz Ensino Médio fui fazer pedagogia quando finalizei o curso de pedagogia, a gente percebeu as mudanças que houve no Brasil, teve mudança de presidente veio para destruir. A minha trajetória como pedagoga, eu estava até desanimada já estava entrando no empreendedorismo porque não tinha oportunidade, tudo é dificultado. De 2018 eu não consegui nada, como em 2018 não consegui nada eu continuava lá no sindicato neste movimento e desmotivada por muita coisa, por tudo que está acontecendo no Brasil, desmotivou mesmo. Agora este ano, tive uma oportunidade na educação especial, eles precisavam de uma sala de recurso, estão iniciando agora comigo, para a gente começar a organizar a sala de recurso e começar a fazer o atendimento especializado educacional (AEE). Essa é a primeira oportunidade depois que eu terminei pedagogia, é a primeira oportunidade que eu tenho nessa área. Enquanto não tinha nada estava lá no sindicato fui para uma área para ver se fazíamos alguma coisa porque na pandemia ficamos muito parados, a desmotivação veio com esse novo governo, com essa pandemia tudo junto, eu não fiquei parada, estudava em casa,

fazia cursinhos grátis não fiquei o ano todo parado não. Lá no sindicato fechou e ficamos quase um ano em casa, eu estudava e estava seguindo esta área. Agora eu fiz pós, mas eu fiz na área de artes e história, não aparecia oportunidade e aí veio esta oportunidade na educação Especial e aí estou tentando me especializar mais nessa área, dá um ânimo mais quando a gente tem uma oportunidade, que a gente vai assumir uma escola, vai ter oportunidade de atuar onde a gente estudou, se dedicou. Estou tentando na educação especial por que é uma área que eu gosto também, a disciplina com Dilma [2] foi uma área me encantou também.

O sindicato dos trabalhadores rurais de Glória/Ba, ele foi fundado com o intuito da luta dos reassentados por que tinha essa necessidade de se organizar e precisava de uma instituição organizada e aí foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais neste intento. Até hoje é atuante nessa área da luta dos reassentados porque não foi resolvido ainda, inclusive tem um acordo na CHESF assinado através do sindicato e CHESF, um acordo entre as duas instituições até hoje é obedecida este acordo de 1988, até hoje quando vai resolver alguma coisa a CHESF diz resolva com o sindicato junto, a gente vê, percebe o quanto a organização sindical é importante e hoje apesar da desmotivação, está bem enfraquecido; este novo governo ele veio para acabar com os sindicatos quando ele entrou afirmou que iria acabar com os sindicatos e veio a fake new que o sindicato iria acabar, quando veio a conversa que o sindicato iria acabar a gente sentiu e o pessoal se afastou os próprios sócios não nos procuravam tanto por eu disse que não precisavam mais do sindicatos e se afastaram. Hoje a gente está tentando dá uma renovada ir para a federação, não estamos com nenhuma federação por causa dessas confusões políticas estamos tentando ir para a FETRAB, tentando reanimar esse movimento fazemos os trabalhos previdenciários, apesar da CHESF, o governo, ter retirado aquela parte da declaração no intuito de enfraquecer o sindicato a gente continua fazendo diretamente no site, temos também as declarações do INCRA, é através da gente, passa por lá, são trabalhos internos, burocráticos, declaração do INCRA, previdenciários. Estamos lutando agora lutando agora para conseguir para assinar a ata dos agricultores vamos ver se a gente consegue né teve um probleminha. Então e mais um grande problema que o sindicato enfrenta e a luta dos reassentamentos, ainda continua nessa luta;

Hoje o grande desafio que a gente enfrenta é essa questão da desvalorização da gente, das instituições, do sindicato, temos que resgatar a mente, as pessoas os sócios para vim e entender que o movimento que o sindicato é importante. O grande desafio é essa questão das pessoas, a gente trazer de volta, de formar mais a mente. Estávamos fazendo essa avaliação na reunião com a FETRAB dessa motivação que teve dos próprios diretores, as próprias pessoas que fazem os movimentos e os sócios se desmotivaram não sei nessa questão que o sindicato não existe mais é um grande desafio da gente trazer de volta, formar novamente pessoas para vim para estar no movimento, eu acho que p desfio é esse. E com relação aos reassentamentos a gente está triste porque chegaram ao ponto de dizer que no nosso não vai fazer mais e que vai dar em dinheiro e o dinheiro é desvalorizado e não dá para fazer nada de uma luta tão grande e hoje estamos vendo que não conseguimos o que a gente queria, mas nossos desafios são as pessoas vim de novo para a luta, vim querer lutar, querer terra, querer se organizar de novo, esse é o nosso desafio lá por que as pessoas estão meio que afastadas sabe? tentam fazer um movimento e as pessoas não querem então uma menina até falou assim tá precisando de formação de novo voltar para as comunidades formar de novo porque teve na época minha se eu tenho essa informação porque eles formaram teve a igreja católica deu uma contribuição enorme, hoje não tem a contribuição da a Igreja Católica de formar este é o desafio trazer este povo de novo para a organização.

Tem outros setores que podem também, as universidades poderiam contribuir. As universidades poderiam ter uma contribuição enorme, a igreja católica sabemos que é histórico, mas não está mais atuando também eu acho que a gente vê, eu vejo agora as universidades, as escolas, os estudantes a gente vê na escola poucos grêmios estudantil, não sei se estou por fora

mais não vejo muita atuação desse lado, né, eu acho que a escola tem um papel fundamental para formar os estudantes na organização.

Eu também sinto uma desmotivação do meu lado, você fazer tanto, tanto não vê nada mudar a gente começa a entristecer e desmotivar apesar, além dessa desmotivação eu ainda estou lá não deixo não abandono né. E quando sair a gente sente que vai faltar algo a gente nunca deixa né é a mesma coisa do movimento de igreja, às vezes sabe mas depois quer voltar então movimento sindical a mesma coisa eu sinto um pouco desmotivada pelo tudo que tá acontecendo mas ao mesmo tempo eu volto e penso se a gente abandonar é pior né? então a minha disposição nisso eu tentando sempre me renovar sempre não ficar parada não deixar, não abandonar por que motivos tem desmotivados muitos, questões pessoais mesmo eu vejo eu sei às vezes eu te policio um pouquinho né, nessa desmotivação, se estou desmotivada como é que eu vou motivar os outros.

Apesar de todos os problemas que a gente tem de falta de pessoas de querer participar da chapa, apesar de dizerem que a minha participação é importante e não queriam que eu saísse dali, mas meu trabalho está mais nas questões burocráticas e isso me desmotiva um pouco, poderia ter fazer outras coisas, mas eu acho que continuaria tem outras pessoas que poderia assumir eu tento até correr atrás de outras pessoas para ver se integra na gente, uma hora a gente vai sair, o movimento a gente não deixa mas a questão da diretoria em que eu ainda estou, a questão burocrática sou eu, fazer declaração eu mais na parte de outros trabalhos também outras pessoas que possam fazer também só falta motivaçãozinha né, que tá todo mundo desmotivado na questão dessa organização.

Eu não sei, tem hoje uma política tão suja que eu não sei a sociedade tem um lado tão estranho assim diferente que a gente percebe e já por outro lado tem pessoas também que ainda corre atrás, luta que não parou né, mas é preocupante o futuro né, o que vai ser dessa nova geração eu vejo uma preocupação né. Apesar de que alguns jovens eles estão despertando para algumas coisas, eu ainda percebo alguns questionando fazendo alguns questionamentos por outro lado tem outros que querem muito então é um pouco preocupante se a juventude não participa, vai precisar renovar né? pessoas na sociedade para lutar, para reivindicar, eu acho que esse novo governo que tá aí ele veio na tentativa de destruir isso e calar as pessoas as pessoas aí eu por outro lado lá na época da eleição ficava muito triste porque tinham alienados, uma visão de direita mas aí eu vejo do outro lado as pessoas tem outros jogos também então se despertando para esse lado né que eu vejo assim com meu filho não teve uma formação tão grande no movimento viu só em vivências dos pais e avós e ele é uma cabeça muito aberta de não querer preconceitos de querer lutar para ter igualdade e se a juventude tivesse uma formação dessa nos seriamos uma sociedade diferente hoje, também no futuro.

A religião hoje eu ainda sou católica praticante, tem que ser praticante né como tem umas coisas na religião que é diferente da nossa formação que a diferença do tempo da nossa formação e a gente fica meio um pouco assim querendo sair às vezes porque não concorda com algumas coisas, mas estou ainda tentando no momento não estou em nenhum grupo assim. Pe. Alberto me perguntou se eu estava em algum grupo de oração aí nossa não tem nada a ver com o seu espírito, sua formação, mas é assim mesmo padre a gente vai na época que eu fiquei no grupo mas para participar mesmo eu acho muito diferente. Minha religião é católica e eu não deixo, não saio, estou participando de uma certa forma diferente do que fui formada, mas eu estou lá ainda participando. No geral eu vejo que tem um movimento interessante ainda tentam levando jovens da igreja nos grupos e tudo mais ainda falta essa parte do Social da igreja sinto falta desse social, essa parte de trabalho social que é importantíssima é lá onde está o público que você poderia estar levando para reivindicar e transformar a nossa realidade.

---

[1] CEAF (Centro Educacional Professor Adelino Mártir de São José Ferreira)
[2] Carmem Dilma foi uma professora substituta da UNEB/Campus VIII

Entrevista 07 – Sindicatos dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA – Polo Paulo Afonso-BA)

Melo

03/11/2021 – 16h11

É importante falar um pouco sobre os movimentos sociais daqui de Paulo Afonso e região por que a nossa entidade é protagonista nessa questão porque foi a partir do SINERGIA que tudo se organizou na construção da barragem de Itaparica. A barragem de Itaparica deu muito trabalho para nós dos movimentos sociais, a gente conseguiu unir os movimentos sociais, urbano com a área rural e isso foi um movimento muito bom. A gente não parava naquela época, não parava. No final da década de 80 entrou a década de noventa, onde a gente teve um embate muito grande com a questão dos reassentados. Teve uma vez que a gente invadiu uma sala lá em Itaparica onde tinha lá o encarregado chefe do GEI; e a gente até hoje não esqueço, umas 10 pessoas do polo sindical e a gente dava retaguarda. Entrou na sala, pegou a chave da porta e fechou a porta e butou a chave no bolso e eu não sabia de nada, eu sabia que era uma reunião até este cidadão chefe lá já faleceu. Aí um dos diretor do polo que também já é falecido ele disse: olhe nós só vamos sair daqui quando resolver o problema da gente, de reassentado e nós estamos aqui com 5 litros de gasolina e tava mesmo. Se não resolver daqui para 5 horas da tarde nós derrama este combustível aqui e vai todo mundo morrer queimado porque a gente não vai abrir a porta. Onde foi que o SINERGIA se meteu! mas mesmo assim foi um auê da bexiga. Aí Edson Moura era o chefe lá, começa a ligar para Recife para ver o que fazer e foi aquela confusão, só sei que a gente saiu de lá às 9 horas da noite e a gente não parava, fim de semana? A gente era nessa beira de rio do lado da Bahia, conversando com os sindicatos para organizar. Esse aqui foi um baluarte (apontando para Carlos), Cabral foi um baluarte.

Nessa época eu não pertencia, pertencia não, eu não era nada do SINERGIA era somente um soldado da luta. Paulo Rangel era o presidente na época, mas foi uma luta árdua né, a nossa assessora política Catarina fez um bom trabalho naquela época e assim se vai uma história longa, mas sim os outros também Carlos tem também a participação importante, Cabral, eu já vim de dentro do movimento puxado por Cabral, eu não sabia nem o que era sindicato nem sabia, eu era uma abelha tonta, mas quando chamava para as lutas eu ia. O nosso chefe, naquela época Coronel (risos) Cabral, foi um baluarte. Desde 1979 que a gente vem nessa luta e aí a gente organizou a luta, é trabalhosa é. Eu acho interessante, bonita ainda tem pessoas que sabe mais do que a gente, por exemplo Severino, que a gente teve agora a pouco fazendo uma visita lá em Barra de Tarrachil ali é uma história viva, pena que ele não sai mais de casa Severino e Batista. E assim se vai. Ademar Fagundes do sindicato rural, vice-presidente do sindicato rural e está um pouco apagado. Teve uma discussão rapidinha sobre o vigésimo sétimo aniversário da ARPA e a gente fazia seminário. eu passei aqui dois fins de semana lá depois de Jeremoabo no seminário da ARPA organizando o movimento, o trabalho das cisternas na zona rural ainda bem que o SINERGIA fornecia o carro, o combustível e a gente fazia o trabalho porque a gente não tinha carro dependia dos outros e assim a luta até hoje

Um ato muito importante foi a invasão do prédio administrativo aqui em Paulo Afonso a gente conseguiu, final de semana de sexta para sábado, conseguimos botar 10 ônibus aqui de pessoa, de reassentado para invadir o prédio da APA (ADMINISTRADOR REGIONAL DA CHESF) aqui. No final da década de 1990 a gente ajudou a criar o Movimento Atingidos por Barragens (MAB). Em 2010 no congresso que fui em Salvador tinha lá pessoas do MAB, eu quero vocês para irem para dentro do MAB. Vou convidar vocês para irem no seminário da gente lá. No final da década de 1980, quantas reuniões eu participei escondido, Alcides Modesto chamava 30 pessoas, na Casa da Criança, tem que ser dez horas da noite, lá no colégio tal, escondido. A gente não tinha ainda nem a nova constituição. Estamos preparando uma luta que vai no final, nós vamos conseguir eleger o presidente da nossa época, na década de 1980

quando a gente veio eleger já no século XXI. Já amenizou, mas na Bahia era um governo ditador, não avançava muito. O projeto Jusante ainda não está concluído. A gente conseguiu já no final do governo Lula, fez 50% do projeto, mas o restante não fez ainda não deu tempo, aí o pessoal está começando a produzir mais um pouco em baixa escala ainda.

No município de Glória mesmo, ninguém foi indenizado. A CHESF encheu o lago e disse quem não sair vai morrer afogado. A Glória velha não escapou de baixo d'água. Onde chamávamos Ilha do BOB, onde era o paiol da CHESF, onde guardava pólvora.

A gente era monitorado pelo exército. No dia que invadiram a sede do nosso sindicato. Eu estava lá na sede, cheguei a ganhar uma coronhada do mosquetão que eu queria passar e passei na polícia, na barreira na rua. Eu tomei porrada, estava em um barzinho em frente da sede do sindicato.

Entrevista 08 – Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA – Polo Paulo Afonso-BA)

Cabral

03/11/2021 – 16h11

A gente não pode falar da história de Itaparica sem rever um pouco atrás antes a história da barragem da PA4 é agregado uma coisa à outra PA4 aqui e Itaparica lá, onde muitas famílias também aqui foram desativadas, né jogada para fora de suas casas nessas cláusulas incluem também na rua que é hoje Pedro Alves Cabral, a CHESF chegou lá e disse você tem aqui o valor tantos contos de réis para você quer de fatia ou em voucher como é que é? que ir para o BTN? Como é que é? Alguns receberam o dinheiro e se virou. Eu presenciei naquela época a CHESF irresponsavelmente na época pegando as famílias colocando em cima de um caminhão e deixando embaixo de um pé de pau lá do BTN, eu alcancei isso vi com os meus próprios olhos isso aí, no início da década de 1970 isso aí. Eu ainda era pivete naquela época, criança naquela época.

Acontece que graças a coragem, a atitude do nosso querido Alcides Modesto que era padre Alcides na época junto com D. Mário Zanetta que era Pe. Mário e Pe. Lourenço foram até Brasília colocar a situação como é que estava aqui e que depois disso aí obrigaram a CHESF fazer umas casinhas bem pequenininha, centenas de casinhas lá, dava o lote a pessoa fazia a casinha, dois compartimentos e as famílias pegavam as casas.

Então a gente não pode lembrar contar a história de Itaparica sem começar por aí, que sempre na época a CHESF era como se fosse assim a dona de tudo né, ela não respeitava. Quer desapropriar uma rua desta aqui? Você tem tantos dias para sair da casa. Era assim que era feito, dessa forma realmente que fazia. Vamos em frente, né, mas aí veio as primeiras manifestações de organizações dos trabalhadores na década de 70 onde tivemos a primeira e maior greve do Nordeste em 79 aqui no Nordeste a greve da CHESF e São Paulo a greve do ABC Paulista né chama até aqui na época do ABC paulista de São Paulo era Chefe aqui, aquela naquela luta em Paulo Afonso onde paralisamos a CHESF mais 97% da CHESF paralisou, ficou parte dos engenheiros da usina, o resto parou tudo. E aí veio a luta, inicia a questão de Itaparica, da barragem de Itaparica onde o SINERGIA sempre foi protagonista nesta questão, porque como tinha como referência SINERGIA - Sindicato dos Eletricitários da Bahia que era um dos maiores sindicatos do Brasil na Bahia, que pela sua história, pela sua luta e as pessoas vinham buscar apoio com a gente aqui, nessa época só tinha o sindicato rural e o SINERGIA.

Nessa época até o comércio quem ia fazer homologação do pessoal do comércio era o SINERGIA. Eu e Melo fizemos muitas homologações porque não tinha, sindicato a favor dos vigilantes a luta a favor dos vigilantes, dos comerciários, dos transportes coletivos, da Saúde. Tudo isso foi iniciado pelo SINERGIA e a gente fez parte de tudo isso na época, inclusive meu departamento na entidade era a terceirização que abrangia as questões sociais né, e aí junto do movimento social de Paulo Afonso nós criamos aqui muita coisa, um conselho popular de Paulo Afonso, criamos comissão de transporte de Paulo Afonso, muitas associações de moradores, Conselho Popular Regional de Paulo Afonso e aí vem o pessoal do ribeirinho já tinha esse vínculo com esse nome SINERGIA, procurava o SINERGIA para ajudar na luta das terras em defesa das terras, em defesa da aberração que a CHESF estava fazendo com o pessoal em Itaparica, prometeu o céu, nuvens e estrelas e não chegaram nem perto das nuvens, na época era dado um salário às famílias até construir o reassentamento deles, das pessoas e passou mais de 20 anos e nunca houve essa questão de reassentamento, não foi concluído de todo mundo e cortaram o subsídio que foi dado para eles e começou aquela confusão.

Diante dos fatos, várias reuniões foram feitas em Brasília, o pessoal do ribeirinho, o pessoal lá de Itaparica, o polo sindical de Itaparica, nasce o MST, fizemos várias vezes invasões na CHESF, em Itaparica aqui [Paulo Afonso], invadiram com mais de 5.000 pessoas o pessoal

de Itaparica invadiram para que a CHESF resolvessem os problemas e nunca resolveu, tem pessoas que nunca receberam indenização, já teve outras pessoas que receberam, aconteceu tudo isso, falta de fiscalização, de organização e quando se fala na cultura alguém quis saber de cultura? queriam saber nada disso; para a CHESF a terra de pessoas que nasceram bisavô, tataravô várias gerações na beira do rio e ser retirados para fora, você tem que sair agora! você não ter o direito de escolher onde quer ficar.

Se tivesse feito diferente não teria acontecido tudo isso, reunir os trabalhadores, conversado o que era melhor para eles, era assim que deveria ter feito, pois a terra era deles nasceram e criaram ali na beira do rio, talvez não tivesse acontecido tantos conflitos que teve nessa época. Teve invasão no prédio sede em Recife, em Itaparica, aqui em SE3 em Alagoas, foram vários conflitos porque não houve um diálogo. Para CHESF eu faço o que eu quero porque sou dono, eu mato, eu enforco, se tivesse havido um diálogo para que pudesse conversar, as lideranças, os políticos o Rangel deu um apoio nessa questão.

A igreja foi superimportante demais D. Mário mudou muito na época, o Alcides Modesto que era padre, foi uma luta incansável, depois foi deputado estadual, deputado federal e a luta de Alcides Modesto foi tamanha que quatro anos que ele passou como deputado estadual, 8 anos que ele passou como deputado federal em Brasília a luta era 24 horas em defesa dos trabalhadores dos assentamentos em Itaparica, mas que nada foi feito. Era só promessa, vinha um na política, entrava outro, saia um presidente e entrava outro. A única que teve uma melhorazinha, algum um fato melhor foi no governo Lula, mesmo já no final de tudo isso aí, da barragem, teve uma melhora. Aí depois veio este maluco aí…. Resumindo, essa é uma luta que não acabou e que não vai acabar aqui. Quantos daqueles já morreram, quantos? um monte de gente já morreu, uns estão aleijados, outros estão cegos e outros paralíticos. Seus filhos que eram bebês naquele tempo, estão tomando frente hoje na luta e não vão ver seus direitos ser resolvidos, ser equacionados, ser reconhecidos.

Então nós que participamos estivemos na frente de tudo isso desta luta: companheiro Raimundinho, Maciel, Ademar Fagundes do sindicato rural, a companheira Ivanildes do sindicato rural também e todos aqueles movimentos sociais de rua, associações e tudo engajados nessa luta para resolver estes problemas, mas no momento é o que estamos vendo hoje. Eu não sei ainda se isso vai ser resolvido, os mais novos que estão ocupando os lugares de pais e seus avós, a luta valeu a pena porque mesmo sem resolver todos os problema, a luta continua. E o SINERGIA foi importante por que sempre foi protagonista nestas questões, sempre teve junto 24 horas, fizemos caminhada sábado, domingo e feriado, de noite e de madrugada estávamos juntos, aos trabalhadores que estavam lá. Fizemos arrecadações para o pessoal, quantas vezes? naquela época tínhamos uma estrutura melhor do que hoje, em todo o sentido, garantíamos passagem para Brasília. O SINERGIA foi um sindicato, e temos um sindicato hoje que também tem sua história e essa história tem que ser contada um dia. Contar a história do SINDICATO, Gilberto Santana tem essa ideia de contar a história do sindicato. Seria importante porque este sindicato foi o pai, a mãe de todos os trabalhadores, qualquer situação no SINERGIA dentro de Paulo Afonso e região, nós chegamos a tomar a frente das terceirizações, as empresas do Rio Grande do Norte fugiam para não pagar os direitos do trabalhador, trazia para aqui para auxiliar a pagar os direitos dos trabalhadores

Então esse sindicato tem uma história, se fosse pegar dava um filme, precisa ser registrado mais ou menos um pouco da história da luta da gente e continuamos ainda firmes nessa luta, não abriremos mão. A associação de moradores, juntavam essas pessoas para lutar contra a CHESF em apoio aos trabalhadores. Chegou ao ponto de determinado momento de deixar o APA aí, e ele se viu apertado. Teve que ligar lá para Recife para vir negociar por que nem negociar a CHESF queria negociar com o pessoal, eram obrigados a fazer essas negociações, esses ataques para obrigar que a CHESF viesse negociar com os trabalhadores. Com o apoio do SINERGIA, o MST invadiram o prédio da APA, no final da década de 1990.

Teve também o apoio dos índios, os índios sabendo dessa história no ano 2000 para cá, os índios chegou no SINERGIA e fizemos movimento em defesa dos índios também. No SINERGIA fizemos vários movimentos. Não precisava nem ser chamado onde estava trabalhador com problemas, estávamos lá. o SINERGIA é um sindicato a nível de Bahia, mas em Paulo Afonso tem uma história marcante, desde 1979 até hoje.

O que mais dificultou a luta foi uma questão de apoio político na época. Tinha pouco. Não tinha deputado, senador. O apoio que a gente contava mesmo era dois ou três de Pernambuco e aqui na Bahia era Fernando Ferr, Alcides Modesto, era o deputado que estava 24 horas lá com a gente, então faltou apoio político. Sobre a CHESF era uma deusa que fazia e desfazia como queria, a mando do governo federal, o governo federal era o maior, ele tinha poderes no congresso e no senado, os governos eram todos dele e ele fazia o que queria, então nós não tínhamos uma base política para dá sustentação. Foi a luta dos trabalhadores para os trabalhadores, sem apoio político porque o apoio político que a gente teve foi muito pouco. Nós não tínhamos assim uma bancada, nós tínhamos Alcides lutando que nem um maluco com dois ou três lá. É tanto que o último mandato dele ele dizia que não aguentava mais a hipocrisia, aquilo não era para ele e caiu fora e a gente ficou sem apoio, não tinha apoio aí eu considero realmente para estivesse alcançado êxito, uma base política sólida a favor dos trabalhadores e não tivemos. Foram muitas lutas. Tem uma coisa, hoje eu sinto saudades daquelas lutas quando parava assim era 10, quando eu entrei na CHESF em 1983 minha matrícula era 26547 minha primeira matrícula que era o número de trabalhador, hoje é a terceira matrícula da gente.

Lázaro saiu, o presidente do sindicato saiu em uma canoa, ele saiu botaram num carro, botaram ele numa canoa perto de Glória para ele sumir de lá, desbandou por lado quatro dias depois voltou com D. Avelar Brandão uma grande passeata que teve este dia em Paulo Afonso. Gilberto Santana foi preso e não morreu por que D. Mário Zanetta foi lá tirar ele no quartel e disse: eu vim aqui tirar Gilberto Santana porque soube que ele está aqui. Disseram que estava batendo um papo com Gilberto.

Eu sinto saudade daquelas lutas porque era muita gente, era bonito, passava na rua, era dez mil a treze mil pessoas. Hoje você não consegue fazer mais nada. No estado da Bahia o SINERGIA tinha, na época, mais de 10 mil filiados, hoje tem 2600 fazíamos assembleia com mais de 1500 pessoas hoje a gente faz com menos de 200, a pulso. Acabou, esse cidadão que está no lugar, sentado na cadeira, brincando de ser presidente, sabe que eu admiro nesse cidadão tiro o chapéu para ele quantas vezes, sempre digo isso, comecei a participar da política nos grêmios estudantis em classe primário na década de 1970 e de lá para cá o único político que eu vi se eleger honestamente, sem enganar ninguém chama-se Bolsonaro ele disse tudo de ruim que ia fazer e se elegeu, não prometeu nada de bom para ninguém, nada. Vou acabar com isso, vou acabar com aquilo, vou acabar com os sindicatos, vou acabar com o ministério do trabalho, vou acabar com a FUNAI, com a FUNASA vou acabar com tudo, vou vender as estatais tudo e se elegeu. A Eletrobras mesmo só tem isso aqui ele acabou com ELETROBRAS todinha.

Entrevista 09 – Sindicato dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA – Polo Paulo Afonso-BA)

Carlos

03/11/2021 – 6h11

[...] no início foi nos anos 1980, início da luta com enchimento do lago tanto na parte de Pernambuco como na parte da Bahia foram atingidos com o enchimento do lago de Itaparica, né, e tivemos muita luta, muita resistência até porque a CHESF como hoje tem a questão social apesar do governo que temos hoje mais sempre eram conversados.

O que a gente tem muito de Itaparica são essas lutas e essas resistências por que não foi respeitado cultura de ninguém né. Eu lembro na época a diocese de Paulo Afonso através D. Mário que na época era padre né pediu apoio aos jovens para que também entrasse nessa luta não só os jovens como toda a diocese entrou nessa luta através de padre Mário né porque era uma luta onde a coisa era desigual era super poder econômico que a CHESF via super poder econômico, mas não via as pessoas. Não olhava para as pessoas o que fazer com elas né, que agressão essas pessoas iriam sofrer. Então nós tivemos assim a gente ressalta, eu ressalto a diocese o sinergia que foram as coisas que eu militei né as duas os dois Baluarte que também estava nessa luta né e aí a gente também não pode esquecer de Alcides Modesto também era uma pessoa política mas também era da igreja né ele tinha esse essa forma de trabalhar essa política partidária, mas também igreja por ele ter sido padre, ele tinha relação muito boa com Pe. Mário, todas as lutas a igreja também fazia parte em defender as pessoas em defender os mais pobres né então assim desse desses quatro lembro do dos índios Tuxá, lembro também do dos das famílias né que receberam seus lotes mas que a CHESF fez promessas e não cumpriu.

Os índios Tuxá até hoje não conseguiram suas terras, as famílias que teve problemas com seus lotes até hoje não foram resolvidos imagina nós estamos em 2021 e não foram resolvido esse problema desses lotes então assim a CHESF tem uma dívida enorme com esse povo por ter tirado ele de suas terras e não resolver os problemas até hoje. No caso dos índios ela pagou as indenizações agora não prometeu o principal que eles queriam que não eram dinheiro, eles queriam era a terra deles, que fosse demarcada e não foi demarcada. Hoje tem uma família lá em Itaparica eles disseram, olhe o que a gente queria é que a CHESF reparasse o meu lote porque eles têm um problema lá de drenagem que até hoje a CHESF não resolveu este problema dos drenos dos lotes da área de Itaparica/PE e também aqui de Glória de nossa cidade vizinha.

Existe estes problemas tanto lá de Pernambuco como lá da Bahia não foram resolvidos, então o SINERGIA juntamente com Polo sindical, a igreja pelo lado da Bahia eu estou dizendo assim, por que eu acompanhei mais do lado da Bahia a nossa iniciação, nossa luta não podemos esquecer de Catarina que foi uma pessoa articuladora nas lutas populares né o próprio Paulo Rangel que teve a frente do SINERGIA, mas que foi uma pessoa também da luta em relação a este lado de Itaparica. Então assim todas as lideranças né se preocuparam em estar ao lado do povo a defender o povo né como nós aqui né Cabral mais antigo nessa luta aí eu digo assim porque assim minha luta começou década de 1980, mas do lado da igreja né eu vim para o SINERGIA depois que José de Moura aí Cabral José Cabral de Moura foi uma das pessoas primeira que chegou nessa luta né depois eu cheguei Melo chegou e a gente sempre participou disso por que era uma coisa muito dura você vê tantas pessoas tiradas de suas terras que produziam como barreira produzia muito alimento e depois ser retirados e ser jogados onde eles não queriam né se houvesse uma negociação, o fato dessas barragens o que nunca existiu foi um diálogo para que pudesse é ver onde melhor alocar as pessoas e não ouve este diálogo, a CHESF simplesmente pegou tirou o povo né a força e botou lá onde ela quis é tanto que hoje

até hoje tem problema nesses lotes exatamente porque não houve um estudo antes para poder ver a viabilidade desse lote não houve isso.

Então assim a gente na época como diz Melo, não tinha domingo nem feriado porque era uma luta justa é uma luta que alguns diziam que a gente tava querendo parar o progresso mas não era parar o progresso, a gente queria conciliar o progresso com as situações e não ouve isso e não deu tempo para ver isso porque simplesmente era um massacre o poder econômico contra o povo e aí essa luta foi uma luta muito grande muito árdua mas que deixaram marcas até hoje e vai ficar marca para o resto da vida por uma falta de sensibilidade da CHESF de ver as pessoas como as pessoas são, de dever respeitar a cultura das pessoas que não foram respeitadas, não respeitar o ser humano enquanto pessoa assim a gente sente muito o que aconteceu no Lago de Itaparica por isso por essa luta desigual do poder econômico contra o ser humano contra o trabalhador rural contra trabalhador urbano que não foi respeitado nada né trabalhador tava travando contra a CHESF que aí. Então assim eu não sei assim muito de fatos porque assim minha militância apesar de ser jovem na época na década de 1980 eu ainda era de menor, mas tinha uma compreensão de luta por sempre participar do movimento da igreja das Comunidades Eclesiais de Base e sempre alertava a Juventude para essa luta do campo e a luta da cidade. Eu vim dos grupos da igreja do grupo eclesial de base e depois de muito tempo na frente eu me aproximei do SINERGIA também porque a gente se aproxima daqueles que lutam. Essa luta é constante e a gente vai sempre lutar; tivemos a luta de Itaparica hoje temos uma luta contra um governo que não condiz com nada com o trabalhador a não ser só tirar o direito de fazer com que a gente daqui a pouco só comece já estamos vivendo e vai ficar mais fortemente a questão da desigualdade social por conta de um governo que não respeita as pessoas e não vê as pessoas como elas são.

Essa é a minha narrativa como eu disse eu não participei assim na verdade a gente sempre foi da luta né é tanto que agora antes da pandemia, a gente voltou lá né em Itaparica voltamos lá a CHESF cortou o subsídio da energia dos Agricultores e os agricultores invadiram Itaparica/PE de novo em 2019 no ano de 2019 houve invasão novamente os trabalhadores da usina de Itaparica por isso por ela não mais uma vez não discutir não discutir e simplesmente impor, e ter retirado o subsídio da energia que que foi dado, que foi prometido, foi dado aos trabalhadores dos projetos de Itaparica. Toda a estrutura o SINERGIA botava a disposição: carro, aquela sede lá, quantas vezes estava cheio e o pessoal arrecadava alimento para poder dar suporte.

Eu lembro da invasão a obra de Itaparica em 1987 foi quando houve também uma invasão e pararam a obra eu era recém-chegado enquanto trabalhador lá, na obra de Itaparica eu fui funcionário pela TENENGE, eu era fiscal recebia o pagamento pela TENENGE, mas trabalhava para a CHESF pela terceirização, no caso depois teve muita gente que passou para a CHESF. Eu vinha de uma maratona de trabalho por que lá em Itaparica eles queriam acelerar a obra e aí houve essa invasão dos trabalhadores nós passamos três dias ou cinco dias a obra parada por conta dos trabalhadores terem invadido, cercado lá não deixavam ninguém nem sair nem entrar e a grande confusão foi por conta disso, houve embates, inclusive a polícia bateu em pessoas em trabalhadores na época por que eles queriam desobstruir para poder o pessoal passar, só houve negociação, quem estava dentro saia entrar não. Eu lembro disso, na época eu estava num caminhão para entrar e aí o caminhão vinha, retornava e a gente voltava. Eu jovem achava que era bom, voltávamos para a casa de novo. Foi uma semana de embates em 1987 eles pararam a obra lá de Itaparica, os trabalhadores reivindicando a questão dos lotes do assentamento. Isso foi um fato que aqui lembrei. Foram muitos fatos e sinceramente eu fiquei com a sequela da COVID que afetou minha memória.

O que Cabral colocou evidente que todo o esforço do trabalhador e do sindicato como polo, o SINERGIA nós tivemos no sentido do apoio a essas lutas, apoio material, todo apoio, também o que a gente fez, os trabalhadores fizeram contribuíram para parte dessa luta.

Você sabe que a luta não é fácil, é árdua, imagino você botar cinco mil pessoas aqui para você alimentar né? transporte, alimentação tanto em Itaparica como em Recife, várias invasões em Brasília eram tudo custo do trabalhador então que Cabral colocou foi muito correto o que faltou foi um apoio político que pudesse fortalecer mais a luta a luta era forte porque estava ali na flor da pele o ganho que eles queriam para poder suas famílias continuarem vivas e tendo seu sustento mas por outro lado a gente não conseguia esse apoio político mas foi feito com garra, suor do próprio trabalhador essa luta como ele colocou o que nós tínhamos era do que? o polo, o SINERGIA, a igreja, Alcides coisas pontuais mas a luta era muito grande e muito pesada precisava de muito recurso e nós não tínhamos os trabalhadores deram aquilo que eles tinham para luta. A CHESF tinha apoio político enorme, ela colocava a polícia, o exército aqui em Paulo Afonso era área nacional era área de segurança nacional e colocava o exército. Então assim o trabalhador foi um guerreiro sofreu muito por conta que estavam enfrentando o poderio econômico e também em contrapartida nós estávamos numa luta muito desigual onde que além do Poder econômico eles tinham todo poder político todo aparato e nós era os soldados, as formigas é como se diz é a luta de Davi e Golias.

Eram os trabalhadores com foice, enxada e facão e o governo com rifles, mocetão, metralhadora, a luta era essa. Não tínhamos em nosso lado um político forte para tomar frente. Nós tínhamos o apoio da igreja com D. Mário Zanetta, tinha apoio dos demais sindicatos e apoio de Alcides Modesto que foi deputado estadual, depois federal não tinha assim uma equipe, uma bancada, um governo, um prefeito. Nem o prefeito daqui era a nosso favor na época. O prefeito daqui era contra, era apoiado por Antônio Carlos Magalhães (ACM). O prefeito da época era Abel Barbosa. Não era votado, era indicado pelo governador.

Entrevista 10 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-BA

Jorge

17/02/2022 – 13h22

Eu me chamo Jorge de Melo Silva, sou agricultor familiar, nascido numa comunidade chamada de Malhada do Sal, município de Glória, onde convivi meus aproximadamente 20 anos de idade, depois que eu me casei fui morar numa outra comunidade chamada Umburanas também no município de Glória nesse estado da Bahia.
E minha vida o que eu costumo a dizer é que grande parte da minha vida envolvida, participando dos movimentos sociais, principalmente o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, desde dos meus 19 anos que eu já militava nesse movimento sindical, inicialmente como representante de base, participava também das pastorais da igreja da igreja católica, sou católico por natureza, minha formação católica.

E assim, um pouco da história de Itaparica, ela surge trazida principalmente por duas figuras regionais que eram Pe. Alcides que foi padre na época, era padre na época e Josefina que era outra pessoa irmã da igreja, era freira. Estas duas pessoas faziam um trabalho um do lado mais de Pernambuco, Josefina e Alcides Modesto fazia pelo lado da Bahia, fazendo as pregações nas missas que acontecia nas comunidades, isso principalmente porque ele é natural da área da barragem de Sobradinho, viveu na pele toda a problemática acontecida naquela barragem que foi uma trágica história, 72 mil pessoas atingidas, grande parte dessa população não tiveram direito sequer de uma indenização justa, muito menos se falou de assentamento. Então essa história era trazida no sentido de alertar as famílias aqui a se organizar e fazer com que isso não acontecesse nessa mesma região.

Aqui nós tinha outra experiência, embora a barragem muito menos que foi a barragem de Moxotó inundou a cidade de Glória, cidade natural de glória, a velha Glória, Curral dos bois como era chamada no início, a barragem de Moxotó inundou ela, hoje nós temos a chamada Nova Glória e uma pequena parcela de área agricultável das famílias ribeirinhas. Itaparica inundou um contingente bem maior, acho que 180 km de extensão, salvo engano eu acho que é isso. Bom, essa história começou a alertar as pessoas da necessidade de se organizarem, naquele tempo nós tínhamos apenas dois sindicatos regionais, um em Pernambuco em Petrolândia e Paulo Afonso aqui na Bahia, mas eram sindicatos muito atrelado aos patrões não fazia movimentos sociais, não eram reivindicatórios. Teve aí uma primeira ação um primeiro trabalho de tomar este sindicato para que ele fizesse seu papel de fato de receber a demanda dos agricultor, suas reivindicações e começar se organizar os movimentos é tanto que muita gente de outros municípios terminou inicialmente que filiando a esses sindicatos, ne. Na Bahia o segundo sindicato filiado foi em Rodelas, me lembro que meu pai foi filiado por um longo tempo a esse sindicato e muitas outras famílias de Glória e Glória veio ser fundado um sindicato no final dos anos de 1979 era fundado ainda como não sei se chamou de delegacia, só sei que tinha, teve uma primeira ação do sindicato era muito incipiente, dois anos depois houve outra assembleia que se formou um sindicato de fato a partir daí começou a organizar alguma coisa no sentido da reivindicação. Bom, essa é uma história que começa aí nos anos de 1979 que foi a fundação do sindicato. Nos anos 1980 ou 1981 eu me lembro a gente já participava da criação do chamado Polo Sindical.

O Polo Sindical foi um fórum das organização dessa região e aí organizava os sindicatos da Bahia e Pernambuco nós tínhamos experiência vivida pelas federações e da formação de pólos regionais e acho que foi um pouco dessa luz que trouxe pra Itaparica. Itaparica foi pela necessidade que se tinha, foi um polo diferente porque organizou dois estados. É o único que a gente conhece na história do Brasil. Bom, em 1981 já se fazia (acho que não estou equivocado na data não) me parece salvo engano em 1981 a primeira concentração de pessoas no município

de Petrolândia, juntou-se, a história conta de 7.000 famílias. Esse ato como sendo um dos primeiro, é importante a gente lembrar que a gente vivia os resquícios de uma ditadura militar, onde as ações eram de represália era truculenta, era difícil. Nesse ato nós teve um advogado da federação de Pernambuco e um diretor do sindicato de Petrolândia preso por algumas horas mais ou menos duas ou três horas e só por conta da grande organização de pessoas que tinha naquele dia se conseguiu naquele dia resgatar, retirar fazer com ele fosse solto essas duas pessoas e aí o ato aconteceu.

Foi aprovado a primeira reivindicação dos agricultores atingidos pela barragem de Itaparica. Bom, todo ano quase semestralmente haveria pequenas ações movimentações, reuniões foram centenas de reuniões tanto de comunidade para organizar a população para discutir os problemas com a população e depois discutir no polo encaminhamentos que tinham que ser feito eu sei que em 1985 a greve no cascalho, a gente fez uma grande greve, talvez a greve mais longa da história de Itaparica, a gente passou de (16) dezesseis dias acampado no cascalho que era retirado de uma comunidade chamada de Caruru. Esse cascalho era um material essencial para a construção da concretagem da barragem de Itaparica, né e a retirada dele levantava nuvem de poeira que estava atingindo as plantações dos ribeirinhos ali próximos e evidentemente aproveitando desse ensejo a gente fez uma grande movimentação para fazer valer a nossa reivindicação de toda Itaparica é claro. Então a greve foi nesse sentido e numa avaliação que a gente fez que no final da greve no décimo sexto dia houve uma invasão policial ao acampamento e conseguiu desmobilizar a população que estava acampado e aí tinha uma comissão que aceitou discutir com a CHESF em Recife e aí o acampamento ficou desprovido das liderança por que escolhemos as principais lideranças para mandar para a mesa de negociação e ai isso terminou que a polícia ficou sabendo disso e aproveitou o ensejo para tentar e conseguir evacuar o acampamento, mas não foi ato que conseguiu desanimar a população, a população continuou organizada continuou resistindo cada vez mais, quer dizer esses atos só faziam era aumentar a coragem e a força e a vontade da população até porque tinha uma questão que era de fundo a necessidade de sobrevivência se a gente não se organizasse o que a gente esperava a expectativa era de que acontecesse a mesma coisa de sobradinho ou pior.

Bom, aí em 1986 a gente fez uma das greves mais organizadas, mas bonita em Itaparica que surgiu dali o acordo, que até hoje é a lei que define toda a questão do direito de reassentamento. Essa ação essa greve aconteceu no final de ano, ela terminou no dia 06 então a gente iniciou no dia último de novembro e terminou no dia 06 de dezembro com a assinatura do acordo, como eu disse, que dá direito até hoje ao reassentamento. Esse acordo foi uma das questões de fundo nossa é que a gente não tinha mais confiança no que dizia a CHESF. A diretoria da CHESF tinha feito centenas de reuniões, relatório muito bonito, decisões muito importante assinada nos seus relatórios, nas suas correspondências e nas atas de reunião e nenhuma cumprida. E quando a gente avaliava a partir de junho porque demorou 5 meses a organização desse ato a gente analisava aqui aquele ato que a gente precisava fazer era o chamado tudo ou nada.

Ou a gente fazia ou a gente iria ser derrotado de alguma forma por que não ia ser atendida a nossa reivindicação, então a gente inclusive foi uma questão interessante a gente previu entrar na barragem uma meia noite e choveu esta noite que os riachos impediu que muita gente chegasse no ponto acertado, enfim sei que terminou que as pessoas iam chegando ao amanhecer do dia e ai se reunimos em Petrolândia e no final do dia acho que foi no dia 1º de dezembro é que formou-se a carreata em direção a barragem e ai estrategicamente a gente acampou em um espaço bem próximo da usina e no quinto dia é que a gente terminou invadindo mesmo a parte da construção do concretagem da usina e ai foi paralisado totalmente toda a construção da barragem e a partir desse momento os poderes públicos do governo federal, por que aquela história que eu contei, não confiavam mais no que dizia, no que assina, nos relatório da CHESF a exigência nossa era que o acordo fosse assinado por gente do governo federal

representando o Ministério de Minas e Energia e ai nesse dia, como eu falei, quando a gente paralisou totalmente as obras de construção é que o governo federal manda seu representante e aí foi finalizado o acordo de 1986.

Esse é um pouco a história para a conquista, depois da conquista vem, como eu disse, a CHESF não vinha cumprindo o que acordava e aí a gente chegou no final de dezembro de 1986 com uma seguinte situação: tinha 11 meses o calendário de fechamento das comportas e o enchimento do lago e o reassentamento não tinha nada feito, era zero. Resultado o governo teve que fazer uma ação para resolver em tão pouco tempo tudo que que não fez em tempo hábil o que deveria ser feito, resultado: nós tivemos construção de casas que eram feitas numa máquina, amontoava os tijolos em uma plataforma e levantava através de guindaste para em três dias conseguisse fechar uma casa e deixar pronta, isso teve problemas sérios por que muitas coisas não deram certo tiveram casas que racharam teve problemas muito grande e aí ela teve que fazer em 11 meses 5 mil casas cinco mil residências espalhadas por quantidade de projetos que existem, né. É importante relatar a quantidade de projetos que existem porque na Bahia nós temos: o Jusante onde nós somos reassentados ou éramos reassentados, a borda do lago de Glória, a borda do lago de Rodelas e Pedra Branca nos municípios de Curaçá e Abaré também na Bahia todos esses na Bahia.

Em Pernambuco a gente tem o Petrolândia, quatro blocos de reassentamento, temos Manga de Baixo no Belém de São Francisco, o Brígida no município de Orocó, o Santa Maria o maior projeto de 1200 e poucas famílias e Santa Maria da Boa Vista no total disso foram mais ou menos 5000 famílias reassentadas. Então teve problemas de toda ordem devido exatamente a sensação de ter que fazer algo, ter deixado de fazer em tempo hábil para fazer nas carreiras às pressa, para ter uma ideia nós vivemos no Jusante 15 anos, em torno disso com água servido de carro pipa. Agora de uns tempos para cá, pouco tempo atrás de 15 anos para cá, temos água encanada nas torneiras. Foi um pouco isso e aí as coisas foram, no reassentamento tem uma coisa que é importante citar que os projetos que foram atendidos pelo dinheiro do Banco Mundial tinham uma questão muito forte que era o acompanhamento do Banco Mundial em relação a conclusão dos objetivos que estava contratado, então essa relação o Brasil sempre teve sei lá se posso dizer que é medo, mas enfim cuidava um pouco melhor, bem melhor dos projetos que eram financiados pelo banco Mundial.

O nosso que nunca foi financiado foi um projeto meio decidido, meio a pulso que a CHESF nunca quis de fato fazer é um projeto um pouco do ponto de vista econômico meio caro e aí não houve financiamento do Banco Mundial e aí está atrasado para ser exato estamos há 34 anos de mudança e o projeto, quer dizer depois mais de três décadas e você está discutindo conclusão de um projeto de reassentamento para as famílias que foram atingidas e transferidas pelas barragens e viver em uma situação dessas de esperanças durante tanto tempo e por último a CHESF propôs porque muita coisa que veio acontecendo no projeto Jusante as famílias que foram atingidas pela construção do projeto foi norma em todos os projetos que eu citei aqui elas ser atendidas também por um projeto de irrigação com reassentamento por que não tinha sentido você resolver um problema criando outro quem tá ali foi atingido teria que ter, essa foi a reivindicação do movimento sindical nesta região, teria que ser atendido do mesmo modo dos atingidos por barragem na construção do projeto ser atendido no mesmo modo dos atingidos pelas barragens.

Isso foi feito em outros projetos, mas no Jusante a CHESF bateu o pé e disse que no Jusante não ia fazer. resultado: as famílias fizeram vários movimentos pro último recorreram à justiça e foi embargado a construção dos projetos e nos outros cinco anos eu diria o problema maior tem sido isso o embargo judicial que as famílias conseguiram na justiça para que o projeto não fosse feito enquanto não resolvesse a pendenga deles, o problema deles ai resultado para se livrar dessa questão e também na ótica da privatização da CHESF a CHESF propôs uma indenização chamada compensação financeira e terminou aí muita gente aceitar acatando,

aceitando e aí hoje o projeto Jusante que era inicialmente destinado a 463 famílias exatamente na época de Fernando Henrique o governo veio com uma proposta de compensação financeira que levou mais ou menos 60% do Jusante indenizou para ter uma ideia sobrou 198 famílias de quatrocentos e pouca sobraram 198 e agora mais de 80 famílias foram indenizadas e agora o projeto está resumido em 100 famílias é o que está sobrando no sentido de continuar, boa parte desse exatamente 28 estão produzindo a 07 anos no jusante e tem o restante 70 alguma coisa aguardando a conclusão do projeto para poder produzir 34 anos depois. É um pouco isso, claro que fiz um resumo por que uma história tão longa de tantos anos não pode ser contada em poucas horas tem tive que fazer uma supressão de um monte de coisas, quis dá um pouco do panorama geral

Entrevista 11 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória-Ba

Helena

17/02/2022 – 13h45

Eu sou Helena, nasci no município de Rodelas/BA, morei nesse lugar com os meus pais por 20 anos depois me casei e fui morar em outro povoado que se chamava Malhada do Sal, ali foi quando a gente foi fazer a nossa vida, veio nossos filhos, tive quatro filhos, meus quatros tesouros né [...]. A gente sempre trabalhava para a gente construir a nossa família, criar nossos filhos com muitas dificuldades porque naquela época a situação como a gente trabalhava longe de casa tinha aquelas dificuldades, mas muitas vezes, eu penso assim a gente era feliz em alguma etapa, algum momentos, mas não percebia que era tão feliz. Quando a gente deixa tudo para trás que depois vai lembrar do passado, muitas coisas boas, a gente morava por exemplo em uma beira de rio, que gostoso aquele banho do rio São Francisco, morar no lugar que tenha pesca, então meu marido gostava muito de pescar e aí depois de muitos anos vem a história de que nós tinha que sair daquele lugar [...]. Naquela época quem foi a pessoas que apareceu no nosso meio para nos orientar procurar assim a gente se organizar nossas famílias, foi Alcides Modesto e nessa época ele era um padre da paróquia.

Todas as missas que ele ia celebrar, ele falava vocês precisam fundar um sindicato para defender o que é seus para não acontecer o que aconteceu com o povo de sobradinho e ele falava assim constante, toda missa a homilia dele era essa parte ele falava "vocês precisam se organizar" para que vocês não sejam jogados nos bancos de areia, debaixo de lona como aconteceu com o povo da minha região ele era de Remanso de Sobradinho e umas pessoas acreditavam ainda hoje existem pessoas assim né com a cabeça equilibrada e outros dizia, uns acreditavam e outras pessoas não e ele sempre insistia, as pessoas as vezes até fazia mangação do padre quando o padre , quando o padre ia chegando o povo falava assim: o padre já vem falando em barragens, achando que aquilo não ia acontecer era uma brincadeira e ele sempre insistia: vocês precisam sim, se organizar fundar um sindicato para que possam garantir o direito de vocês ele dava muitos exemplos e um dele eu lembro como era engraçado ele pegava assim um monte de fosforo e falava assim, se a gente pegar um monte de palitos de fosforo e a gente tentar quebrar ele a gente não vai conseguir agora se a gente só pegar um rapidinho ele vai quebrar era isso que ele dizia tem que formar força se organizar para enfrentar aquela fera que vinha em nossa frente para inundar as nossas terras, tirar aquele direito de nos morar naquela beira de rio e a gente tinha que garantir a nossa insistência, a nossa sobrevivência de vida, como era que nós ia viver para criar nossos filhos? e por ai a gente foi se organizando eu e meu marido umas pessoas se emprenhou muito nessa luta na época como nossas crianças eram pequenas mas era ele que viajava para as manifestações aquele momento todo e a gente sempre se empenhou nessa luta.

Um belo dia a gente tava em casa à noite e chegou uma pessoa vizinho que era uma pessoa articulador, que articulava o pessoal para ir quando tinha o movimento assim forte, chamando Cícero para ir para a parada das máquinas que essa história que Jorge já contou, o primeiro passo foi a parada das máquinas pela destruição dos plantios por conta da poeira das máquinas e ele foi e eu fiquei fui dormir com os meus meninos quando foi de manhã as quatro horas da manhã chegou uma pessoa em casa e chamou ai eu falei não ele foi para a parada das maquinas uma manifestação que tinha e não chegou ainda não. Aí ele falou foi a pois então ele foi um dos que desapareceram lá da greve porque desapareceu quatros companheiros. Eita! aquele momento aí eu me levantei peguei as crianças fui levei na casa de uma vizinha e fui chamar pessoas pra nós ir pro ponto do manifesto e quando a gente chegou lá, ai exatamente era verdade faltava ele e mais três companheiros e a gente já junto com o advogado Celso que era o advogado muito empenhado nesse movimento também e a gente foi pra Paulo Afonso foi

procurar na delegacia e no cominho a gente conversava, a gente vai para Glória, vai para Paulo Afonso como a gente vai ver onde ele estava, a delegacia que ele estava e no caminho onde é o lugar que a gente vai procurar ai fomos direto para Paulo Afonso.

Quando chegamos lá encontramos todos os quatros, tava preso por defender uma causa justa né que era nossos direitos, mas graças a Deus naquele momentos eles falaram que eles não maltrataram eles, não bateram simplesmente pegaram jogaram no carro e então o delegado daquela época era Dr. Antônio e ai quando foi por volta do meio dia, conseguiram liberar eles, a gente voltou para as nossas casas mais assim com mais ânimo com mais disposição de lutar ainda mais voltemos em casa fomo vê as crianças como estavam na casa da vizinha, a gente voltou de novo para o movimento, a gente foi cada vez mais cada ano deu mais ânimo para lutar, valia a pena a gente não podia era se abater por pequenas coisas, coisas piores poderia vim mas a gente não podia desistir a nossas vidas e a vida de nossos filhos era que estava em jogo e a gente tinha que lutar pela sobrevivência dessas famílias e ai foi muitos momentos que a gente passou nessa luta e quando chegou o ponto principal que foi a greve maior que foi a das paradas das máquinas [...] naquele momento a população teve que entrar mesmo de parar as máquinas e fazer com que tudo acontecesse a negociação e agente conseguiu até ai, voltando para casa com a disposição e a expectativa era essa de se não acontecer o que foi negociado voltaremos novamente a fazer podia ser até pior e foi quando eles resolveram fazer essa mudança na gente foi construído essas casas correndo né e escolheram um lugar assim que talvez não fosse o melhor que foi o caso nosso fiquemos no projeto jusante e deu nessa história toda, durante esse tempo todo 34 ano que a gente morou na jusante chegamos ai com as nossas crianças pequenas e hoje já tão casados eu já tenho neto já tenho bisneta e vivendo um momento de esperança de esperança que esta esperança nunca chegava, mas essa esperança para mim nunca morria, para mim é aquela esperança que eu ia vencer, eu ia receber este lote irrigado que era aquilo que tava no acordo daquela grande luta que a gente travou e enfrentou essas dificuldades todas.

Chegando agora eu vou resumir porque já contaram a história toda, chegando esse momento no ano passado eles chegaram com uma proposta de uma compensação financeira iludindo a gente que eles iam compensar uma parte em uma quadra porque não dava mais para fazer por conta dessa questão jurídica e tudo, e então ia resumir, a área mesmo que nós moramos eles falavam que iam construir e a gente viveu nesse momento de esperança de esperança. Com essas mudanças de governo e hoje a gente pode dizer que reconhece tudo isso que a vinda de Bolsonaro que está aí fazendo tudo isso né, aí vem a decisão a gente faz o de vocês e aquele ali vai ser compensado. E a gente permaneceu nessa vida de esperança, eu quero receber meu lote irrigado quando foi este ano eles chegam com outra proposta para mim foi o fim e agora vocês também não vão ter terra, não vai ter por que tem isso, tem aquilo essa questão de justiça e a CHESF não vai mais poder fazer nada a única saída para vocês é receber a recompensa. Para mim foi o fim, a nossa história todinha gente (40) quarenta e tantos anos agente lutando por uma terra irrigada para depois você vender, não sei onde saiu da cabeça de quem um negócio desse foi Bolsonaro mesmo da cabeça de Lula não ia sair, gente que isso?

Ai o que acontece, a gente já dessa idade, meu marido já vai fazer daqui a pouco é 70 anos eu 69 e então o que acontece, o que a gente imagina? esperar mais dez anos? não vamos viver com quantos muitos ai já se foram e não viram essa história, quantos não tiveram lá nas greves, lutando dando suas vidas para defender seus direitos, hoje não estão mais aqui então tomou a decisão de receber essa tal de compensação e isso não justifica, o nosso direito, a nossa luta para mim não paga. Estávamos conversando aqui agora a tarde vamos em uma reunião com a CHESF novamente né falamos sobre isso, nada que a CHESF paga nós, não paga. Uma grande luta, uma história, uma história de resistência que a gente fez para defender os direitos nossos, dos filhos, das famílias de todo esse mundo, de todo esse povo, de todo esse municípios que foram atingidos por essa barragem. É uma história muito comprida, muito longa e então

voltando um pouquinho assim da história, nesse momento que a gente chegou nessa nova morada, chegou um padre muito dedicado a luta e esse padre chamava Pe. Lívio e ele tinha assim uma visão, a vida dele era formar as pessoas nos movimentos, ele fez um bom trabalho no nosso município na nossa paróquia de Santo Antônio da Glória, onde enquanto ele fazia muita formação com os jovens onde meus filhos os quatros foram engajados nesses movimentos com este padre, né. Agradeço muito a Deus, primeiramente a Deus, né segundo de toda a nossa história, ao Alcides que era padre depois foi deputado que hoje é um homem casado né e a Pe. Lívio que foi um professor, foi um pastor, foi um amigo, foi um pai para a nossa família e toda aquela formação que a gente teve que os nossos filhos cresceram pisando com o pé direito na frente, nunca foram desviados os caminhos. Agradeço muito o trabalho desse padre, 11 anos de formação que a gente teve, eu, junto com os meu filhos e outros.

Então hoje nos caminhos nas estradas que a gente viaja por aí para essa reunião para discutir estes problemas eu converso muito com Jorge, quando Jorge as vezes se lamenta a gente foram as pessoas que mais enfrentou essa guerra, essa luta foi as pessoas que moravam nos povoados de Malhada do Sal, Cariru, Riachão e [...] e foram essas pessoas que foram para o projeto Jusante e foram castigados nos fiquemos para pagar os pecados porque outros projetos foram feitos e o Jusante ficou por aí. Com essa reflexão toda que a gente faz, conversando com os caminhos eu sempre falo uma coisa para Jorge e lá em casa também comento para mim não foi um passo errado, ainda não considero tanto isso esse passo errado que a gente deu de ter vindo para esse lugar chamado projeto Jusante e tem uma coisa que me conforma foi a sobrevivência como foi o costume que nós criamos nossas famílias, eu tenho certeza se eu fosse morar em Pedra Branca ou no projeto os Caraíbas que é um projeto muito violento, tem riqueza mas só Deus sabe a violência que é lá. Itatiaia Rodela é um projeto que tem a maioria da minha família está lá e a gente sabe a violência que tem lá eu tenho certeza que a minha família e a dele não tinha sido diferente podia ter seguido o exemplo de outras família que tem ali, perderam filho, perderam marido com a violência da cachaça da droga e graças a Deus este projeto jusante é um projeto limpo disso, os jovens começaram a caminhar no caminho sem espinho, num caminho limpo, num caminho de Deus, num caminho de organização e isso me fortalece. Continuo falando, dinheiro não é tudo tem uma coisa maior de que dinheiro é a paz, a paz a gente ter paz para as nossas famílias, a gente sabe que criou nossos filhos no caminho do bem, no caminho do movimento, no caminho da igreja, isso nos fortalece, não tem um consolo maior do que isso aí.

Eu conheço uma família que foi reassentada na mesma comunidade que eu sou reassentada, exatamente o pai da família é tio do meu marido e ele por conta de falta de sobrevivência que o lugar era é até hoje porque a CHESF não fazia o projeto resolveram sair e foram morar na beira do Rio São Francisco e refazer a sua vida lá, o que acontece perdeu dois filhos com a violência, com a cachaça com o acidente. Então hoje dessa família irmã desses rapazes que morreram ela chegou a falar para mim no dia do velório deles: dinheiro não é tudo Helena, dinheiro não é tudo. Nós quando morava lá a gente não tinha nada, a condição de vida era difícil mas a gente tinha paz a gente tinha sossego, hoje a gente tem tudo ai a gente tá bem de vida, em forma de falar de dinheiro eles tem condições de viver mas falta a felicidade e a paz é o mais melhor reinar na nossa casa é a paz e é isso que me faz fortalecer a minha fé, agora por isso que nós tamos ciente que não vamos receber o lote irrigado é que não vamos desanimar não vamos se abater e dizer que não vamos lutar por nada, eu tenho falado com meus companheiros, não é por isso que vamos abaixar a cabeça com tudo que acontecer, então a gente tem que tá de pé, firme, defendendo a pobreza por outras causas, né enfrentando o prefeito quando faz alguma coisa de errado lutando por estrada melhor para nossos povoados, saúde e continuar nossa vida não quer dizer porque aquele objetivo que a gente fez essa história há quarenta e tantos anos que vai morrer aqui não, a gente vai continuar com fé e esperança e caminhar junto com o povo, com nossas famílias, pessoas necessitadas que precisam de ajuda.

Entrevista 12 – Polo do Submédio São Francisco
José Dionísio
08/03/2022 – 14h30

Sou José Dionísio da Silva, sou filho de agricultores, pequenos agricultores, sou natural de Chorrochó, Estado da Bahia, eu tenho lembranças da minha vida desde pequeno quando vivia a gente vivia em área de sequeiro, meus pais sofreram muito, ele vivia e trabalhava de vaqueiro e graças a Deus no ano de 1977 para mim foi um grande marco na minha vida, quando meu pai resolveu se mudar do lugar que vivíamos e viemos morar na beira do rio São Francisco, que para nós era uma surpresa, até então eu já tinha 14 anos de idade e eu nunca tinha visto um rio, via lago, pequenos tanques que se fazia braço de homem, mas um rio eu nunca tinha visto. Então para mim foi um grande marco. Outubro de 1977 e a gente começou a trabalhar de fato na agricultura, naquela época a agricultura arcaica irrigava-se por motor bomba, por exemplo o sistema de irrigação chamava-se por valeto ou por sulco e a gente explorava cebola, arroz em um tipo de irrigação, sistema de irrigação e as culturas de subsistência, feijão, milho. Quando nós chegamos em 1977, na localidade chamada ilha do Coité, que era município de Itacuruba/PE, a gente já ouviu falar da história da barragem de Itaparica que estava por vir esta barragem e iria inundar tudo aquilo, mas a gente não tínhamos a maior noção do que significava aquilo, por sua vez a barragem de Sobradinho já estava em pleno vapor no sentido de construção em 1977, praticamente construída. Pelo histórico, em 1979, já acontece o enchimento da barragem de Sobradinho e aí o grande desastre que aconteceu já começou-se a preocupação por parte de pessoas da igreja católica, pelo conhecimento que eu tenho com muita ênfase a pessoa de Padre Alcides Modesto, foi um dos grandes iniciantes desta luta da barragem de Itaparica para que não acontecesse os inundados, os agricultores inundados, como aconteceu com a barragem de Sobradinho.

Naquela época eu jovem não tinha a menor noção do que significava isso, eu me dediquei a estudar, até então a dificuldade de estudar era muito grande, eu tinha que me deslocar seis quilômetro de onde eu morava para ir para a cidade, eu ia de bicicleta ia e vinha, ou seja, era 12 quilômetros diários para estudar de bicicleta e ao concluir naquela época faltava o ginásio, depois segundo grau e assim por diante. Ao concluir o ginásio, eu ouvi falar numa escola agrotécnica, que para mim também era novidade. Então uma certa pessoa me informou da escola agrotécnica federal, que para mim também era novidade. Então, uma certa pessoa me informou da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim e me despertou a curiosidade de saber, o que até então eu não tinha vontade de me formar, naquela época a formatura mais comentada era para professor e não era a minha vontade, como agricultor eu me apaixonei pela agricultura irrigada desde que chegamos no rio e aí eu já decidi com idade de 14 anos que eu queria realmente continuar na agricultura e para continuar na agricultura o seguimento profissional seria estudar Agronomia, mas como filho de agricultor sofrido sem a menor condição, era quase impossível, mas aí, graças a Deus, com esta oportunidade me dirigir a Belo Jardim, com todas as dificuldades, fiz a prova, fui selecionado graças a Deus e tive o privilégio de estudar no período de 1984 a 1986 quando então eu me formei, naquela época era três anos, ao retornar de Belo Jardim já estava de fato toda uma história já iniciada de fato já com mais organização em Itaparica. Não pude me envolver por entender que estava recém-formado, tinha me casado, a idade, eu pensei na minha situação e procurei trabalhar na área e como profissional já. Então em dezembro de 1986 eu concluir os meus estudos como técnico em agropecuária e por coincidência quando eu ainda estava em Belo Jardim fazendo as provas finais que foi em dezembro de 1986, em 06 de dezembro de 1986 acontece o grande ato de conquista do reassentamento de Itaparica, mas aquilo para mim não tinha assim tanto impacto por eu não entender da importância desta história do reassentamento de Itaparica, mas fui privilegiado já

a partir daí porque com a conquista do reassentamento de Itaparica abriu-se muitos empregos e oportunidades de empregos, isso a empresa de construção civil, na área de estradas e rodagem, inclusive passei um pequeníssimo período como ajudante de máquina em estradas e rodagem, mas tive o privilégio de em junho de 1987, ingressar no primeiro emprego em minha área como técnico, porém, ainda não como técnico titular e sim como auxiliar, denominado assim, como apropriador e aí eu fui trabalhar exatamente nas funções das áreas atingidas pelo lago de Itaparica para que a Chesf fizesse o pagamento indenizatório daqueles proprietários que tinham terras que seriam inundadas, ou seja, já era fruto da conquista do grande ato de 1986.

Então já tive este primeiro privilégio, em 1987, acontece para nós naquele município a primeira mudança que foi quando houve a construção das agrovilas para onde as pessoas iriam ser remanejadas eu também por meus pais continuarem morando naquela ilha que foi atingida pela barragem de Itaparica, também fui contemplado com um lote agrícola de 3 ha., porém, naquela época, foi tido a conquista mas ainda não tinha nada definido de acordo com a agilidade da necessidade de transferir as pessoas, porque teriam que retirar as pessoas das localidades que seriam inundadas de imediato, porque no acordo de 1986, dizia as pessoas deveriam ser inundadas assim que as suas residências e os lotes já tivessem em funcionamento, porém, a Chesf ela deu uma certa sacanagem com as lideranças e começou a encher o lago, eles concluíram e começaram a encher o lago e com isso eles tiveram que, as lideranças, tiveram que aceitar estas mudanças aí foi uma nova luta para se conseguir então que a Chesf ficasse bancando que ele, ficaram chamando de cesta básica as pessoas até que o lote fosse construído.

Então, 1988 quando eu, terminou meu trabalho como profissional em Rodelas, inclusive, neste trabalho de medições das áreas que seriam cobertas naquilo já concluído este trabalho, as empresa demitiu todo mundo e como eu fui contemplado com o lote, obviamente que eu fui morar num dos projetos que foi construídos pela Chesf, hoje eu resido no projeto que eu fui assentado, o projeto Brígida que fica do município de Orocó, eu cheguei no projeto Brígida em julho de 1988, eu fui praticamente quase os últimos a serem transferidos por conta exatamente do meu trabalho, mas nisso, as primeiras famílias para você ter ideia, por exemplo meus pais, eles foram transferidos para outro projeto em outubro de 1987, eu fui posteriormente, e ao chegar ao projeto Brígida eu recomeço uma nova história de vida, eu não estava mais trabalhando como profissional não tinha irrigação, não tinha nada ainda e fui convidado e a partir de ai então comecei a entender da luta de fato sindical que eu fui convidado por um dos grandes lutadores que foi Zé Preá e Vitinho para me inserir o que eles chamavam, na época, de representante de agrovila, ou seja, naquele momento em Outubro de 1988 eu fui eleito pela minha comunidade como representante e indicado por um dos líderes conquistador e fundador do movimento sindical que foi Zé Preá e Vitinho por que eles foram morar nesse mesmo projeto.

Ai então começa a minha vida no movimento sindical, eu comecei como liderança da minha agrovila em seguida, logo em meados de março, março de 1988 ainda antes, voltando um pouquinho. Em Março de 1988, houve uma grande reunião naquela cidade, porque quando nós chegamos no Município de Orocó, houve uma certa rejeição dos políticos da época, porque eles não entendiam da importância daquilo que eles estavam recebendo, e aí foi difícil até fundar o sindicato que foi transferido do município de Itacuruba para ir ao Município de Orocó, foi preciso haver uma grande assembleia de massa a partir daquele momento eu já comecei, também, como um dos fundadores daquele sindicato do Município de Orocó e passei a fazer parte também da primeira direção do sindicato de Orocó e lá eu fiquei na luta sindical e aí os sindicatos por ser filiado ao Polo Sindical do Submédio São Francisco, tínhamos muitas reuniões porque ainda estávamos no período da confusão da conquista do reassentamento, aí vieram a parte seguinte, uma vez que as famílias foram transferidas sem o projeto está concluído na parte de irrigação foi preciso haver muitas reuniões, muitas negociações por exemplo a demarcação dos lotes por que não tinha sido feita, sem seguida a questão do desmatamento para implantação do sistema de irrigação.

A Chesf por exemplo queria que o desmatamento fosse mecanizado e nós entendemos naquele momento, que seria ruim para nós porque, uma vez que aquelas famílias já estavam lá, ociosas sem ter o que fazer, famílias que eram acostumadas a trabalhar na roça no dia a dia e vendo as máquinas trabalhando e eles sem ter nada o que fazer então, entendemos que em vez de gastar esse dinheiro com o desmatamento mecanizado a gente queria fazer o desmatamento manual e a Chesf nós pagasse, foi uma grande conquista porque não imaginavam que isso era possível, mas foi muito bom, foi muito bom inclusive tivemos até um pouco de dificuldades de convencer os reassentado de início, mas graças a deus teve aqueles que acreditaram nas lideranças apostaram e encaramos o início, olha, meses depois questão de dois meses depois foi percebido a grande conquista, mais uma grande conquista dos sindicatos junto com o Polo que foi de conquistar o desmatamento manual. Foi muito bom, as famílias passaram a ter o que fazer, recebiam pelo que eles desmataram, foi muito bom e aí a Chesf, claro, contratou empresas para fiscalizar o desmatamento, fazer as medições e pagar os valores equivalentes àqueles desmatamento que era feito. Então foi mais uma conquista muito boa, em seguida passaram alguns anos, muita luta, aí houve de fato a implantação do sistema de irrigação, no projeto Brígida por exemplo, foi um dos primeiros projetos especiais a ser irrigado. Em fevereiro de 1994 quando iniciou a primeira irrigação do projeto Brígida.

O sistema Itaparica foi classificado pela Chesf como dois modelos: o projeto bordas do lago Pernambuco e Bahia e os projetos especiais, por que isso? Porque eles entenderam que os projetos que ficaram distantes da borda do lago Itaparica eles deram nomes especiais por conta que ficavam em áreas especiais por conta de todo um processo de realocação, o projeto Brígida é um dos três projetos especiais. O projeto Caraíbas que hoje é conhecido e denominado por projeto Fulgêncio, isso Pernambuco e do lado da Bahia projeto Pedra Branca e dos projetos especiais o projeto Brígida foi o primeiro a entrar tanto na questão, foi o pioneiro a entrar, tanto na questão do início do desmatamento manual, como também no início da irrigação de fato, que foi a data que já citei fevereiro de 1994.

Com o início da irrigação, o sindicato junto com uma associação, tinha fundado no projeto Brígida com o objetivo de organizar de fato a produção, o sindicato entendeu por eu ter a profissão de técnico agropecuária, eu deveria fazer parte da assistência técnica aos produtores, porque a Chesf contratou empresa especializada para esta função, então eu participei desta seleção para esta equipe, fui classificado e aí passei a trabalhar como técnico, saí como liderança e passando a assumir e a fazer parte, como assistência técnica e aí eu fiquei um pouco ausente das funções como liderança, porém, sempre participando como pessoa comum como sócio do sindicato, desde então sempre fui sócio do sindicato lá no meu município e participando na medida do possível de todos os eventos organizados pela instituição sindicato e polo sindical. Em 1999, encerra-se esses contratos e aí passa a então uma nova discussão que é discutir a possibilidade dos projetos já assumir esta questão da assistência técnica e aí já existia cooperativas fundadas, uma vez que já estava produzindo e um período a assistência técnica foi monitorado e operado pelas cooperativas. Houve um pouco de desacerto por conta de haver aí, aparecer interesses pessoais e aí não deu muito certo. Retorno então a assistência técnica do governo, porém dessa vez já pela CODEVASF, então neste período eu desvinculei um pouco do sistema Itaparica e passei a trabalhar em Petrolina nos projetos de fato construído pela CODEVASF e em 2014 eu resolvi parar de vender meus serviços e retomei as minhas atividades específicas agrícola que nenhum momento eu deixei, porém, tinha pessoas que cuidava da minha unidade produtiva, que é o meu lote e eu estava sempre monitorando, uma vez que eu estava trabalhando na minha profissão, porém em 2014 decidi não vender meus serviços profissionais, retomo então as minhas atividades agrícolas da qual estou até hoje e 2021 fui convidado para fazer parte da coordenação desta instituição Polo Sindical Submédio São Francisco, por vontade dos sindicatos filiados, fui nomeado, fui eleito e estou hoje coordenador do Polo Sindical, desta instituição, que hoje o Polo tem 10 sindicatos filiados, sete

no estado de Pernambuco e três do Estado da Bahia. Estou hoje também como diretor de finanças do sindicato do meu município, Orocó. Então é essa mais ou menos a história de José Dionísio. Com relação, desde a minha naturalidade até o momento de hoje.

Quando eu cheguei em 1988, para residir no Projeto comecei a querer conhecer esta história de fato e então pelo meu conhecimento este polo, ele foi criado especificamente para reforçar a história da luta, da conquista do reassentamento de Itaparica. Na época baseado nos históricos dos acontecimentos dramáticos que aconteceram com outras barragens construídas pelos governos, não havia nem um reassentamento, não havia nada disso, simplesmente, eles enchiam os lagos e os agricultores, cada um que se virasse. Com isso, através de pessoas da igreja católica como por exemplo Alcides Modesto, grande iniciante deste processo, passou a alertar os sindicatos nos municípios, com muita dificuldade, pôr na época já estar no final da ditadura por isso era muito difícil organizar, segundo os meus amados representantes, por exemplo, eu vi isso muito de Zé Preá e Vitinho eles chamavam de sindicatos pelegos por que eram os sindicatos, os políticos deveriam fazer e não a classe trabalhadora de fato. Então foi uma luta para eles tomarem a direção e aí a igreja católica foi a grande pioneira, digamos assim, foi a grande puxadora desta história e aí os sindicatos nos municípios que foram atingidos por barragens, eles não conseguiam espaço para reivindicar estes direitos junto ao poder público, foi quando através de orientações por exemplo da igreja católica, que se criasse uma instituição unificada para agregar estes sindicatos e formar uma força única representando Bahia e Pernambuco e aí surgiu a ideia de se criar esta instituição com o nome Polo, porém, na época, não teve como criar uma instituição jurídica e aí criou-se então a comissão com o nome Polo, que era a agregação de todos os sindicatos dos municípios que foram atingidos por esta barragem e o meio de sobreviver? foi uma dificuldade, mas, também, graças a Igreja Católica, por ter uma grande afinidade e parceria com até com CDDH, que é o Centro de Defesa dos Direitos Humanos foi através deles por ser instituição jurídica que conseguiram junto às instituições filantrópica, ONGS não governamentais de outros países que, segundo informações na segunda guerra mundial, aqueles países de primeiro mundo, eles ficavam obrigados a bancar, a ajudar as pessoas carentes de outros países, por ter sido atingidos em consequência daquela guerra. E aí graças essas pessoas eles conseguiram que determinadas ONG, por exemplo, não me recordo bem do PNUD, foi uma das grandes contribuidoras neste processo, era quem nos mandava ajuda através do CDDH por ser uma instituição jurídica e o CDDH repassava para este polo sindical. Então este Polo sindical foi assim até 1994, como eu já citei. Iniciou-se de fatos as irrigações, as ONGs entenderam que de fato, o projeto, a conquista de Itaparica estava pronta e aí a partir daí os beneficiados procurassem sobreviver por conta própria e eles iriam para outros países mais carentes. Com isso, os sindicatos filiados entenderam que era importantíssimo o Polo continuar por ter o grande reconhecimento internacionalmente dessa grande conquista. O sistema Itaparica hoje é conhecido internacionalmente, foi a primeira conquista nesta dimensão da classe trabalhadora, não existe outra e ainda é a única.

Não tem outra conquista de classe dos trabalhadores rurais do tamanho que é a conquista de Itaparica. 5630 famílias foram contabilizadas no processo de assentamento, então ainda hoje é a pioneira e a única ainda em dimensão, não tem outra deste tamanho. E aí aquelas lideranças, aqueles sindicatos entenderam que, a partir dali o Polo deveria e deve continuar existindo e hoje o polo, ele é mantido por estes sindicatos filiados, os seus sindicatos fazem através das suas arrecadações nos seus municípios, repassam um determinado percentual para este Pólo para que ele continue não só sobrevivendo, mas continue representando de fato todo sistema de Itaparica. Só para se ter uma ideia, hoje o governo federal, ele não pode jamais entender que ele pode resolver algo que seja para o sistema Itaparica, sem que o Polo tenha conhecimento, sem que o Polo tenha dito de fato, assim ok, está concedido esta resolução. Por exemplo, hoje, o Polo está junto na luta, junto com seus sindicatos, na luta pela questão de subsídio por entender que este reassentamento ele causou um grande impacto social e ambiental. Então o governo

federal e agora também estadual e municipais eles têm este débito com o reassentamento para o resto da vida. Hoje a história do Polo sindical é essa nesse sentido, então esse Polo, ele não pode parar, esse Polo passa por aqui as pessoas como José Dionísio mas… se vão as direções, muitas coordenações se vão como já foram muitos companheiros nosso, fundadores, como por exemplo Heraldo foi o primeiro coordenador fundador deste Polo, mas por aqui passaram vários outros, hoje estou José Dionísio por período determinado como rege o Estatuto, mas a instituição Polo ela não pode parar porque essa luta, ela é indeterminada.

O Heraldo foi incrível, porque o Heraldo se envolveu nessa história do reassentamento de Itaparica por fazer parte da direção do sindicato lá do seu município Jatobá, que não foi atingido por estas barragens, mas entendeu ele, que a causa era importante e necessária se fazer parte, que ele acampou essa história e que se tornou de fato o primeiro coordenador dessa instituição, quando na época era ainda era comissão, ele foi o primeiro coordenador. E aí, incrível, que ele se dedicou durante toda a sua vida a esta instituição até praticamente os últimos momentos de sua vida ele sempre tinha vínculo, e aí por ele ser, por ter sido um grande representante reconhecido nacionalmente e internacionalmente ele fez parte também da direção da federação do Estado FETAB foi vereador na sua cidade e por fim ele sofreu no seu habitat natural, com as suas famílias, uma situação que tiveram que ser deslocado por uma outra situação e não por barragens, lamentavelmente neste período ele veio a óbito.

Se falando das lideranças que se destacaram nesta história de Itaparica como eu já falei em outro áudio, Heraldo é liderança a nível de Itaparica por ter sido ele o primeiro coordenador desta instituição quando na época foram criado a comissão Polo, ele foi o primeiro coordenador e também pelo fato dele não ter sido atingido pela barragem, mas ele aderiu a essa luta e se manteve até o final da sua vida praticamente, então destaco Heraldo como o grande líder deste movimento, amigo de todo sistema Itaparica Pernambuco e Bahia

A nível de projetos, por exemplo o projeto Brígida, hoje ele recebe o nome de Projeto Zé Preá, pois Zé Preá foi um grande destaque no seu município, ele foi um dos que brigou para tomar o sindicato da Velha Itacuruba dos pelegos como ele dizia, ele se deu a vida ele praticamente se doou na sua vida para este grande movimento, para você ter uma ideia, tentaram pela Chesf no sentido de se vender, tentaram oferecendo para ele mansões na praia, fazendas particulares e ele não aceitou, então é muito merecedor o nome que hoje recebe o projeto Brígida ao seu nome. José Preá já veio a óbito, morreu na luta, reassentado, mas para ele o sindicato foi parte da vida dele, segunda família dele. Então, Zé Preá pra nós do projeto Brígida, ele é o pai.

Mas eu também não posso esquecer de Vitinho, Vitinho ta vivo ainda entre nós graças a Deus, mas foi um dos grandes fundadores, tanto do sindicato como da Velha Itacuruba como do Polo sindical, ainda hoje se doa ao movimento sindical, claro, com restrições por questão de saúde, mas se falar em termos de movimento de Itaparica, ele fica doido para participar disso.

No projeto Caraíbas que também é Pernambuco, hoje tem o nome de Projeto Fulgêncio, foi um grande destaque, Fulgêncio por exemplo ele não era um pequeno agricultor, ele era um proprietário de terra na beira do rio, então ele era tido, na época, como patrão, porém, ele saiu da condição de patrão e ele por decisão própria, se enquadrou como pessoa sem-terra mesmo para entrar na luta por este movimento. Ele acreditou e foi um grande personagem a ponto de merecer o nome que tem hoje o projeto Caraíbas que é o seu nome Projeto Fulgêncio. Lamentavelmente ele veio perder a sua vida, foi assassinado exatamente por defender a classe trabalhadora, covardemente ele foi assassinado por pessoas inclusive do projeto que ele recebe o nome hoje.

Na Bahia tivemos grandes lideranças que já vieram a óbito, por exemplo, Batista, grande Batistão conhecido lá no projeto Pedra Branca, foi também liderança daquela localidade. Na Borda do Lago tem várias lideranças que se destacaram, por exemplo Vicente, Januário que receberam lotes também, muitos se destacaram. Temos na Bahia Jorge Melo que ainda está

vivo entre nós, Vicente está vivo, Januário veio a óbito, né, mas o grande Jorge Melo, para você ter uma ideia Jorge Melo ele foi o último da liderança desta instituição por se sentir a necessidade de se ausentar um pouco para resolver a sua vida pessoal. Jorge Melo que reside hoje no projeto Jusante que fica na Bahia, ele foi fundador disso aqui e por incrível que pareça o projeto dele ainda não foi concluído, ele sobrevive porque teve condições razoáveis para ele ir irrigando da maneira deles, por condições próprias. Então ele foi o último a sair da direção polo sindical no ano passado ele pediu para realmente se ausentar da direção do polo, porém, continua na direção do sindicato do seu município. Então não poderia deixar de falar destas grandes lideranças e tantas outras que tão por aí, né, mas digamos que eu estou falando no sentido de que, em nome desses, eu dedico aqui a minha homenagem a cada um que fizeram grande parte desta história

Vamos falar um pouco também das grandes lideranças femininas desde aquela época e até hoje, no momento não lembro de todas mas os nomes que forem citadas, sintam -se contempladas todas as demais, mas teve uma importância, uma participação importante de mulheres naquela época, apesar de que na época era entendido que mulheres não deveriam participar deste tipo de evento, por várias restrições né, inclusive uma delas o machismo ainda reinava, ainda existe o machismo mas naquela época reinava mesmo, o machismo. Não podemos esquecer de grandes lideranças, por exemplo Josefina ela era uma grande puxadora, ela foi praticamente quem motivou as mulheres a se mobilizar para a luta e aí eu me recordo de Elita de Petrolândia, de Zefa de Arsênio do Projeto Brígida, D. Rita do projeto Brígida, estas mulheres elas foram "aptas" tão, não só cozinhar, mas elas foram também lá para frente, por exemplo Penha aparece no filme da televisão Tv Viva com uma pedra no colo, grávida quase no mês de dá a luz, com uma pedra deste tamanho, destinada a jogar em quem vim inventar de passar por cima da interrupção que foi feita, isso na parada da barragem em 1986. Então foi fantástico a participação destas mulheres tanto é que conheço bem D. Penha eu sempre brinco com ela e sempre chamo ela de mulher da pedra porque ela aparece em várias fotos, na teve visão com esta pedra e foi destaque internacional. Quando pergunta, e esta pedra para que você queria, se ele vinhesse eu atirava mesmo. Então entre estas mulheres, tem outras que fizeram parte naquele momento da parada da barragem que foi importantíssima. Me recordo de Leda aqui em Rodelas, Eusilene inclusive já veio a óbito, mulheres assim que se apareceram com coragem naquela época, com grandes dificuldades, mas se destacaram no movimento. Então estas personagens fizeram e fazem parte desta história.

Entrevista Narrativa 13 (refeita) – MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra
17/02/2023 – 8h20

Bom dia, sou Antônio Marcos, venho de origem camponesa, sou do Baixo Sul da Bahia, precisamente da cidade de Wenceslau Guimarães, onde tem uma cultura muito camponesa do homem do campo. Eu venho de uma família de 3 irmãos e com muita dificuldade sempre trabalhando na roça, juntamente com meus pais. Em 1998 eu ingresso nesse movimento, onde a gente saiu desse meio de trabalhar para os grandes latifúndios no sonho de ter nossa própria condições de vida tirando o nosso sustento do nossos esforços. Então a vida no campo sempre foi pra mim uma vivência bem presente né então a nossa origem é a origem de pessoas simples e sempre batalhou pra construir uma vida melhor

Sobre minha escolaridade sempre tive dificuldades por tá morando em fazendas, é meu pai com 3, 4 meses tinha que passar pra outras fazenda e migrando então a gente tem muita dificuldade no momento em concluir o nosso Ensino Médio em 2005 concluir o meu segundo meu segundo grau e ingressei na faculdade pelo MST, um programa do Pronera, então fiz Agronomia pelo MST na Universidade do Estado da Bahia UNEB, lá no campus de Barreiras então no momento sou Engenheiro Agrônomo, é por esse movimento.

Referente minha atuação como profissional desde 2013 em que me formei então a gente contribui de forma orientadora mas sem nenhuma remuneração por não tá atuando profissionalmente né, diretamente na profissão como engenheiro agrônomo, eu oriento as famílias nos assentamento nos acampamentos da forma técnica do modelo que nosso movimento defende que agroecologia, olha pra a gente adquirir uma alimentação saudável e sempre no propósito de trabalhar com o meio ambiente essa é a minha função dentro do nosso movimento como profissional na orientação dos acampados e assentados para que eles tirem o sustento da terra de forma sustentável.

Minha percepção de sociedade é... desde 1998 quando entrei no MST é que a gente vai aprendendo nos cursos de formação do movimento a gente já tem uma noção, da exploração do grande em relação ao pequeno. Então é uma forma de você se mobilizar e contrapor este sistema que está dado na sociedade Brasileira e também no mundo, né que os grandes têm muitos e os pequenos é mesmo quem em maioria tem a menor condições de ter o sustento da sua família, mas a sociedade ela vem cada dia se se reinventando né em si, principalmente nós do MST, contrapondo o sistema que nos dá e sempre com as portas fechadas esse movimento nos dá uma oportunidade da gente contrapor isso, das reivindicações por isso que a gente conseguiu e consegue várias intervenções que possa é não resolver mas também, dialogar de forma democrática que a gente possa também tirar um pouco daquilo que a gente sonha que são as conquistas coletivas e outra coisa é a formação da nossa sociedade, quando você dialoga as problemáticas tema problemático que tem dentro da nossa sociedade a gente não leva por menos favorecidas, as pessoas pra começar a aprender a reivindicar os seus direitos então a gente tá indo pra outro patamar de sociedade, uma sociedade que sim que tenha consciência dos seus direitos e vamos lutar diariamente para eles.

Sobre essa questão da religião principalmente pra mim é uma base porque você sem Deus não tem luta. Os grandes, os apóstolos aquele que seguiram Deus sempre também tinham essa luta de tá orientando aqueles pequenos né, então a gente segue muitos exemplos de Moisés entre outros apóstolos sempre, principalmente lutadores do povo como Antônio conselheiro entres outros padres e freiras que sempre deu sua vida em prol da luta. Então a religião está nas entranhas do nosso movimento, por isso somos um movimento laico, então nosso respeito a todas as religiões né, por que cada um tem uma forma de acreditar no nosso Deus vivo, enquanto temos no nosso movimento tem várias igrejas e sempre a gente tá orientando os nosso

acampados e assentados não deixando de fora essa questão do nosso objetivo central que é a conquista da terra na luta e também o sonhado socialismo.

A questão dos enfrentamento direto, hoje a gente tem 2 enfrentamentos direto, um contra o capital onde eles defende a propriedade privada deles, onde tem vários tipos de enfrentamento tanto nessa questão do agronegócio e também em outros cenários que a gente defende que é o meio ambiente. Então nossos enfrentamento direto com o agronegócio é sobre o acúmulo de terra improdutivas e também dos meios naturais. Outro enfrentamento é a questão do capital como se diz financeiro né ,que é que primo muito os nossos o nossos acampamentos e assentamentos de forma muito perversas e quando tem ainda uma, como é que se diz, um aval da justiça né, por que o despejo vem pra cima da gente mesmo que ocupações de Terra tá lá na Constituição Brasileira que a terra não compre sua função social que é que a Terra tem que cumprir a sua função social é produzir alimentos, mas é essa aí que o MST ocupa e aí a gente tem muitos enfrentamentos através né da justiça com as grandes reintegrações de posses mas isso também não deixa a gente baixar nossa cabeça, mas os grandes enfrentamentos sempre tem esse aval, sempre bateu na porta daqueles que sempre oprimem o povo através da propriedade privada e também aqueles que oprimem os trabalhadores de forma que não garante os sempre a sua existência né, então nós somos contra esse por isso que os nossos enfrentamentos é diário, outros também vem não só porque o MST tem um projeto popular para o Brasil, a gente não só defende o projeto campo, outro projeto que a gente defende é um projeto de sociedade que uma sociedade livre, é as privatizações das nossas estatais que pode levar um acúmulo no desemprego, é a injustiça contra os povos indígenas, contra o nosso meio ambiente. Nosso enfrentamento é diário em todos os aspectos, dentro da sociedade tanto com a cidade porque o MST tem os seus princípios onde tem uma pessoa precisando de um pedaço de Terra está lutando e quando tiver uma injustiça cometida qualquer pessoa no mundo, sempre vamos estamos nos defendendo, aqueles injustiçados.

Sobre o desafio que a gente tem nessa regional principalmente é acabar com os latifúndios, mesmo que aqui no Sertão não temos latifúndios grandiosos como tem no sul da Bahia, no Extremo Sul, mas o nosso objetivo central é distribuição de terra, tirar da sociedade né, as pessoas que não têm condições de produzir do que às vezes fez esse trajeto para as grandes cidades pra sair do campo brasileiro para as grandes cidades através de oportunidades quando chegou aqui é não teve essa oportunidade então a ideia nossa central é que a gente ocupe terra, que leva as pessoas que sempre teve um amor pela terra, que possa tirar seu próprio sustento. Outra questão que a gente sempre, é organizar a nossa sociedade pra luta conjunta, que as pessoas tenha na sua consciência o que a luta por reforma agrária ela não tá no campo, porque se o campo tiver bem, a sociedade tá bem também como a gente tem um grito de ordem se o campo não planta a cidade não janta, mas sim que a sociedade jante com uma alimentação saudável, não como acúmulo de agrotóxico nós somos um movimento em todos os espaços do Brasil e que a gente possa produzir alimento que alimente a sociedade e sim um alimento de qualidade, é central pra gente.

A organicidade sobre essa questão da organicidade o nosso movimento principalmente porque o MST, ele tem uma organicidade, como é que se diz, universal. Nós temos um princípio que pode ser no Rio Grande do Sul, pode ser no Paraná pode ser em Sergipe pode ser em qualquer estado do Brasil, é único, a metodologia de colocar esses princípio que às vezes as pessoas coloca diferente, mas os nossos aqui, os nós trabalha com coordenações principalmente quando a gente ocupa a terra, a gente faz a formação de grupo de família através desse grupo de família tem uma coordenação em cada 10 grupos de família, 10 famílias, tem um coordenador de grupo dentro de uma comunidade que a gente chama que é um acampamento pode ser de 10 de 20 de 30 ou 40 pessoas tem um coordenador de assentamento para reunir aquelas famílias, nós se organiza aqui através de regional e brigadas, hoje a Regional Nordeste aqui que tem hoje um território aqui que pega 4 território da identidade, o Itaparica, Nordeste

II, Sisal que pega Serrinha pra cima onde a gente tem aí a responsabilidade de coordenar, temos 3 brigadas, onde tem um coordenador estadual que é o aqui precisamente a gente tem 2 aqui em Paulo Afonso que pega essa região toda, e tem o dirigente político e que sou eu que ajuda nessa questão de pauta do governo do Estado, dialoga com os prefeitos com os outros movimentos sociais nós temos 2 dirigentes nacional que pega toda a demanda nacional e a gente traz as informações do estado do MST. Hoje na Bahia tem 96 integrantes do estado que tem 12 dirigentes regionais que a gente alinha aí as políticas de desenvolvimento dos assentamentos. Então o nosso movimento é um movimento político ideológico, mas sim com decisões coletivas. Então não são 2 ou 3 que mandam, a gente chama que manda no MST, mas sim a gente tem um coletivo de mulheres e homens que sim sempre está engajado na organicidade das áreas de assentamento e acampamento.

Aqui a gente tem 3 brigadas a Velho Chico que pega Glória, Paulo Afonso, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Jeremoabo, Canudos é essa é a Velho Chico. Nós temos a Mandacaru que fica mais lá no alto Sertão ali que pega Abaré, Chorrochó, Rodelas e Macururé e uma parte de Uauá e a gente tem uma nova agora em homenagem a companheira que foi assassinada por feminicídio, que foi Francisca dos Santos que era uma acampada no Maria Bonita, próximo a Paulo Afonso.

A gente homenageou essa companheira guerreira que é Francisca dos Santos que fica ali uma brigada nova que a gente construiu no ano de 2021 que fica ali em Itapicuru, Adustina, Cipó, fica mais próximo aí dessa região ali é litoral de Sergipe que é a divisa de Sergipe. Então a gente tem essas 3 brigadas e a Regional Nordeste acompanha essas 3 brigadas. Nós tinha uma brigada Eldorados que fica mas essa questão do sisal em Santa Luz, mas que a gente tá recriando de novo, nós precisa de uma militância que a gente coloque lá para organizar a nossa base que tem naquela região ali do sisal que fica ali mais próxima de Nordestina, Cansanção. Mas a Regional Nordeste hoje é composta por 54 assentamentos, em torno de 4600 famílias acampadas e assentadas. Então é um número bem grande e a gente precisa de ter um coletivo grande, um dirigente de área, um dirigente de brigada que possa chegar em todos assentamentos levando consciência política ideológica do nosso movimento. Nós temos hoje 14 assentamentos dentro destes 54 e temos 40 acampamentos e pré-assentamentos, como é pré-assentamentos e acampamento? Tem acampamentos que não saiu ainda no decreto do governo para ser legitimados, acampamentos ainda não tem processos no INCRA e tem outros que já tem processos no INCRA. Maria bonita mesmo aqui em Paulo Afonso é um pré-assentamento porque já saiu o decreto de desapropriação lá que era um assentamento, mas não legitimou as famílias ainda. Só nesse assentamento aqui o Maria bonita que é na antiga fazenda Três de Maio, tem 140 famílias assentadas e tá esperando o INCRA agora voltar pra legitimar as pessoas para as pessoas ter acesso às políticas públicas que é de garantia do governo federal e do programa de reforma agrária que as pessoas possam se assentar e também acessar as políticas né que que possa trazer um benefício pra ele que é os momentos que é a casa que é o PRONAF entre outros, fomento a mulher entre outros recursos. Tem um recurso que a gente paga uma parcela, mas que isso ajuda no desenvolvimento dessas pessoas que não tinha uma condição de vida a partir do governo federal com a sua partida do governo federal que possa ter alguma coisa para se organizar primariamente para tocar sua vida.

As lutas aqui, cheguei aqui em 2018, a gente tinha 5 anos ainda parado pela mudança de dirigente. Minha primeira ação aqui foi o acampamento Belo Monte que fica lá em Canudos e Jeremoabo, hoje nós somos o maior produtor de quiabo do alto Sertão em uma fazenda que tinha 30 anos parada. Então a lutas a gente retomou as lutas né então lá 2018 a gente retomou a ocupação de Terra, luta de rua juntamente com outros movimentos sociais, Frente, SINERGIA entre outras a favor aí dos trabalhadores das trabalha aqui é um território que historicamente as pessoas lutam pelos seus objetivos, é que me diz aqui uma luta histórica é sobre Itaparica né a ocupação de Itaparica que isso originou todo o perímetro né de irrigação que as pessoas têm

hoje aí até Rodelas de forma ainda que precisa de políticas públicas que esse perímetro ele possa servir para os pequenos tanto do campo e da cidade, dos professores, dos eletricitários mais a gente vê que é um, pequenos que na minha concepção, o grande e o médio agronegócio tá dentro do perímetro da ocupação que foi originada dos trabalhadores.

Então, outra forma por ser histórico ainda eu não sei o que acontece, mas aqui de forma de liderança, as lideranças aqui ela tem que nascer no propósito que ela seja animador de uma base, é o que o MST tem. Então o MST tem suas lideranças que são dirigentes e dirigentas, então eles são responsáveis de animar as bases e aqui é o contrário eu vejo o contrário então quem vai para as ruas e as lideranças, mas o importante fica em casa. Essa é uma avaliação eu faço sempre dentro das reuniões dos parceiros e parceiras que a gente tem aqui em Paulo Afonso. Então as lutas do MST aqui, é que a gente possa fazer umas lutas conjuntas né pra cada movimento ter suas conquistas dentro de cada especificidade: o MST no campo da agricultura, é o SINERGIA na parte do seus dentro da questão dos eletricitários, o pessoal da APLB o pessoal da educação onde não tem um salário adequado para o professor, uma forma de um contexto mais que tenha respeito por aqueles que nos educam. Eu sempre fui um daqueles que defende os professores, eu entendo que os professores têm que ganhar mais do que todo mundo, porque é quem forma todo mundo. Mas aí a gente vai fazendo aí, bate muito a cabeça e pra ter a formação de lutas conjuntas as vezes temos dificuldade e a gente precisa e o MST como pioneiro nessa questão de juntar as massas, a gente precisa sentar e reorganizar as ideias que não vá pra rua só as lideranças porque nós somos animador e a gente tem que sempre elevar né o ego da nossa base então como foi que a gente colocou aquela gama de pessoa nas ocupação de Itaparica e por que a gente não consegue botar hoje uma rua de Paulo Afonso em prol de um objetivo de uma categoria de um movimento social. A gente precisa fazer uma avaliação aqui em Paulo Afonso porque as coisas tá muito desorganizadas, no meu entendimento mas é histórica as lutas, a gente do MST tem 15 anos na região, aqui principalmente nessa região, então para o futuro a ideia é a gente juntar ideias, porque quando a gente junta ideias, avalia os pontos positivos e negativos a gente tira uma linha, isso a gente precisa fazer aqui, mas como luta o MST aqui a gente retoma em 2018 no propósito de organizar os acampamento de formar novos quadros de a gente trazer mais um envolvimento da classe trabalhadora classe do campo e da cidade num propósito único pra gente resolver a vida tanto do povo do campo como da cidade.

Sobre essa questão do futuro do MST fica um pouco difícil né de a gente prever porque conjuntura do nosso movimento é contínuo ela muda de cenário de acordo o que nos dá então esse ano a gente sentou, a condenação nacional pra alinhar as ações de 2 anos atrás pois a pandemia agora a pós pandemia foi esse atraso. A gente tinha um governo que não cuidava do povo, agora nós estamos com o governo que acende a luz de novo em prol do povo e às vezes as pessoas acham que o MST cuida só do seu meio, ali do seu campo, do seu povo, mas pensamos no movimento da classe trabalhadora. Então outra coisa que é importante colocar, por que o nosso movimento tem 3 objetivos ocupação de Terra que é a conquista da Terra e o socialismo. É 3 coisas que a gente então nesses aspectos quando a gente iniciou aqui na Bahia lá em 84 a gente tinha um foco ocupar a Terra em dar formação aos trabalhadores. Então a gente precisava contar com as pessoas e acaba a situação só vem com um conhecimento e o conhecimento vem através dos estudos então os estudos aí vem em várias esferas da educação é pedagogia, magistério, mas isso ainda não tava bom pra nós, precisava de mais gente de capacitação que é médico agrônomo pessoa no direito que pudesse nos defender com a reintegração de posse. Então nosso movimento tem essa linha de mudar a matriz produtivas da organização é contra o sistema, o sistema trabalha com a questão do agronegócio, mas a gente precisa ter a vez nossa e o mundo abraça a agrologia que é produzir alimento saudável no momento. Então essa é uma bandeira nossa que deu certo no mundo, que é saúde, que é alimentação saudável então a gente passa essa bandeira da agroecologia e da produção orgânica,

onde a gente chegou a ser o maior produtor de arroz na América Latina. Isso não é pra poucos né? então isso a gente também olha para o ambiente, entramos na campanha de reflorestamento que é a campanha de plantio de árvore que a gente tem uma tarefa de plantar 1.000 de árvores que todo ano aqui na Bahia em 3 anos. A ideia nossa agora é reconstruir o ambiente, mas não esquecendo de todos os parâmetros de ocupação de terras, de organizar nosso povo, de educar nosso povo então o que a gente ia defender é o cultivo de árvore, mas a gente pensa o que lá na frente que os nossos assentamentos que seja um espaço que é saber tanto os acampados assentados se sintam bem, mas sim que a sociedade venha no assentamento e possa levar uma experiencia do assentamento então que o espaço dos assentamentos e acampamentos do movimento ele seja inspirador para as pessoas, as pessoas saem dos assentamentos quando vão na sociedade alguma entidades parceiras e lá no assentamento volte com o que fazer comer lá na sociedade. Nós temos a cara do assentamento; é a cara de quem organiza.

Se a gente fazer uma análise aqui na questão dos movimentos sociais aqui de Paulo Afonso a cara do nosso movimento é a cara da nossa liderança e as áreas improdutiva as pessoas sem Terra ocupa todos os espaços principalmente as áreas privadas do governo dos agronegócio que for destinado a reforma agrária. A gente devolve quem foi do campo pra tá no campo, pois a cidade foi construída com as pessoas que não estão no campo, por isso que muitas cidades tem pessoas debaixo de ponte de forma que gente nunca sonha. Foi para a cidade, foi pra lá no engano, no anseio de ganhar dinheiro fácil, mas sempre quem ganha o sustento é na roça. A gente devolve a vida das pessoas de novo através de dar condições deles viver no seu ambiente natural é com ele que a gente sonha e aí a gente vai trabalhar nesse intuito esses 2 anos que tem a gente como neste nosso movimento em 2 em 2 anos 5ano que a gente devolveu a dignidade do povo brasileiro principalmente dos trabalhadores e das trabalhadoras. Que as pessoas da sociedade possa inspirar através das lutas do nosso movimento a fazer outros movimentos, não existe governo A B se não tiver reivindicação, se não tiver reivindicação as pessoas vão achar que estamos bem e principalmente aqui em Paulo Afonso, eu falo principalmente aqui na região que a gente vai fazer luta no dizer que a gente precisa tem essa tarefa e dar uma chacoalhada [...] tanto do campo quanto da cidade

Entrevista Narrativa- MST

14/02/2019

Eu sou Marcos, mais conhecido como Marquinhos do MST, é minha participação no MST é no âmbito organizativo regional, né, que é uma divisão que o MST tem na sua diretriz organizativa, eu faço a parte de levar as reivindicações dos acampados e assentados para os órgãos competentes municipal e estadual e também dialogar com outros movimento social aqui na região Nordeste né do Nordeste II, Itaparica, e também no SISAL, essa é a minha função que eu faço aqui na regional e também no MST do Estado, né. O impacto do MST para as pessoas é levar, né, uma dignidade para essas pessoas, onde a gente pega as pessoas à margens da sociedade e leva para um terreno produtivo, que elas obtêm a conquista da terra e comece a gerar frutos, né, no campo da produção para gerar subsistência para sua família então o impacto para as famílias envolvidas são essas, dá dignidade as mesmas, né, em uma sociedade sim que tira as pessoas que não têm a oportunidade e às vezes tão lá passando dificuldade trazer os espaços de produção que elas garantem sustentar suas famílias e também de forma que a gente tira essas pessoas mas elas voltem retribuir as cidades em produção em, em meios econômico para o desenvolvimento daquela região

Nossas ações são desenvolvida, a partir de um planejamento, né, anual que é feito nos encontros estadual né, a gente tem todo ano e a partir desse planejamento nós volta para as regiões e vai desenvolvendo dentro de um calendário de luta, né. Então essas ações tanto de

formação tanto no campo da produção, tanto no campo da proteção ao meio ambiente das lutas reivindicatórias entrega de pautas nos âmbitos municipal e estadual e também em doações solidárias e assim sucessivamente

Os desafios encontrados são muito, primeiro que sempre foi negado ao nosso povo as políticas públicas, né, para o desenvolvimento da sua família. São vários desafios nas ocupações, nas apropriações, nas políticas púbricas, mas a gente sempre ta reivindicando, né, então se a gente não gritar a gente não vai ser ouvido e as dificuldades é todos os dias, ao acordar, ao dormir, é o preconceito, isso tudo nos tira a gente está lutando todos os dias para conquistar aquilo que a gente sonha que é um socialismo, a conquista do espaço

Nós do movimento sem-terra, dialogamos com vários segmentos, né, tanto das esferas urbana quanto na esfera do campo, né, então, hoje a gente dialoga com a via campesina, compõe todos outros movimento social, né, a gente dialoga com esses segmentos, né, do campo, da cidade, temos um projeto popular para o Brasil que esse projeto, ele compõe com estes outros segmento de outros movimento social que luta pelo desenvolvimento do povo e também o desenvolvimento da Agricultura Familiar e também moradia entre outros aspectos econômico do nosso país.

Minha disposição no movimento é basicamente 24 horas, né, é isso que escolhi para minha vida desde os 14 anos, então hoje eu tenho 26 anos de movimento, 10 (dez) coordenando as regionais, a frente das articulação política do movimento(...), tudo que eu tenho agradeço muito este movimento e quanto eu tiver, ne, força para ta lutando por um pais justo, solidário eu estou a frente deste movimento defendendo é aquilo que muitos querem ter, que é a dignidade de ter um pedaço de terra para plantar.

Entrevista Narrativa 14 – Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado da Bahia – (APLB) – Delegacia Hidroelétrica Paulo Afonso

Esmeralda Patriota

24/02/2023 – 15h20

Eu sou Professora Esmeralda Bezerra patriota, filha tem um casal de agricultores que vêm Pernambuco que veio pra melhorar a vida no ano de 60 pra Paulo Afonso como vieram tantas outras famílias dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, nasci e criei em Paulo Afonso, na mesma casa que morei, que nasci, me tornei adulta sair pra estudar e estudei na escola da Chesf. Realidade completamente diferente das escolas públicas a época né nasci em 1965, tenho 57 anos, sou baiana, tive uma formação religiosa muito assim firme consolidada pelos meus pais da religião católica, onde meu pai já era vicentino foi fundador da sociedade São Vicente de Paula, aqui em Paulo Afonso onde ele era guarda da Chesf veio trabalhar na Chesf e meu pai era um homem inquieto com essa questão da exclusão assim das pessoas viverem nas calçadas, jogadas na rua e eu me lembro assim vagamente que era muito menina mas ele não deixava a gente lá pra trás da casa, que era um senhor que trabalhou na Chesf na época Manuel da perna Torada, seu Manoel veio trabalhar e teve um acidente atropelamento em uma rural que na época, o médico administrador da Chesf, ele teve sua perna amputada, meu pai trabalhou nas guaritas à paredão que a chance de ter um muro que divide a cidade e tinha a guarita dele, a guarita do Murilo Braga.

O Murilo Braga, eu estudava estudei o primário pré-primário tinha 8 anos de idade depois quinta série eu me lembro vagamente porque essa época tinha pouca idade, mas assim, depois confirmou-se essa história porque meu pai depois me contou já maior. Mas eu sou de uma família que minha mãe acolhia as pessoas que vinham do meio rural, principalmente de Glória mulheres que vinham parir, único hospital pequeno que era o Nair Alves de Souza e minha mãe dava hospedagem porque muitas vezes o hospital mandava voltar e eu era uma das filhas que era maiorzinha a primeira baiana, de 9 filhos pernambucanos que ela trouxe, 3 paraibanos, sou a décima quinta filha e eu dava na minha cama pra senhora que estava de barriga pra parir porque transporte naquela época quem tinha um carro era rico era um absurdo fretar um carro, isso eu estou falando já, de uma memória bem visível bem presente como se eu tivesse passando hoje aqui meus 10 anos 9 anos de idade, de uma família numerosa e meu pai não se conformava de ver uma certa vez Manoel da perna torada, os marchantes quando a feira era lá perto do posto Oasis, ali perto do Carlina, que os marchantes davam toucinho cru à ele provavelmente, foi quando ele se abateu e papai encontrou ele todo sujo de fezes, junto com 2 colegas de liceu j que era o pedreiro que trabalhou na Chesf, seu Maximiano que morava ali na rua, depois da rua das flores, me falhou aqui um pouco o nome, mas era a primeira escola do 7 de Setembro, e papai trouxe ele pra casa onde tinha nos fundos uns quartinhos e cuidava dele, mas ele estava com infecção generalizada ele durou uns 18 dias, veio a falecer, mas morreu com dignidade, com assistência, meu pai era inconformado porque muitas pessoas daquela época a Chesf, não tinha registro, não tinha os direitos trabalhistas, não tinha família, ele veio pra cá só e ele ficou muito revoltado, acho que ele começou a surtar, perdeu uma perna na época em 1969.

Então eu tinha 4 anos de idade, mais eu me lembro que papai não deixava a gente ir lá atrás, a gente brincava meus irmãos maiorzinhos, mas eu venho dessa origem que mamãe proibia a gente comer qualquer coisa na rua ou receber de alguém naquela época a gente não tinha as drogas de hoje mas eu posso compreender depois que a gente fica grande, compreender a pedagogia dura que minha mãe usava, do autoritarismo, de bater e tudo porque na verdade ela estava protegendo a gente de muita porcaria que não existia vigilância sanitária, o esgoto era ao

céu aberto, as carnes eram aquele mosqueiro, então mamãe não comprava carne na feira da Vila Poty na época chamada assim, minha mãe comprava carne com Chesfiano, a gente tinha uma carteira de autorização para ir entrar, ia para a guarita, entrava, apresentava a carteira e de madrugada nós íamos pegar uma fila no açougue que hoje é o prédio do Ministério Público Federal; a mesma estrutura, abertura de porta, claro que está modificado, mas a estrutura de concreto é a mesma, onde tem aquele posto Petrok do outro lado de frente era o restaurante da Chesf que a piãozada se alimentava de lá.

Então a gente ia pra Chesf, para o açougue comprar carne, perna de boi pra botar no feijão pra alimentar 17 filhos mais 2, minha meu avô minha tio, minha mãe, cerca de 25 pessoas e 2 sobrinhos da minha mãe e chamavam a gente de cata osso da Poty, a gente ficava muito chateado porque muitos deles da rua A, aquelas mesmas casas que você tá vendo ali em frente ao coreto era um dos chesfiano que hoje alguns todos aposentados uns já falecidos, outros ainda moram ou as casas são deles, enfim a gente ficava triste porque essas pessoas estudavam com a gente, essas pessoas tinha morava em casa da chefe, mas gente tinha a nossa casa, quando papai recebeu lá era uma casa muito pequenininha, não dava nem os filhos dentro.

Então a gente vinha meio triste aí numa certa vez minha mãe me viu muito triste eu tinha chorado porque eu já fiquei chateada querendo pegava as castanholas, atirava nos colegas coisas de menino né? Mas aí foi que ela foi me explicar, olha não se preocupe com isso o importante é que vocês comem uma coisa saudável, eles chamam vocês de cata osso da Poty, mas na verdade quem come carne melhor, saudável são vocês, sabe o que aquela carne tem um carimbo azul eu nunca me esqueci o carimbo azul, ainda hoje os veterinários utilizam para certificar a carne em relação a saúde da carne e aí minha mãe puxou assim meu queixo e disse, nunca mais fique triste por isso, porque eu mando vocês irem pra lá porque além de ser boa a gente compra uma carne mais barata e boa, não tenham vergonha disso.

Então foi nessa estrutura de valores que minha mãe nos criou, a escola muito boa né, exigente, minha mãe exigente em casa, a gente a ir pra escola sabendo ler escrever somar e quanto estudei no COLEPA. Quando meu pai se aposentou na década de 1980, eu já ia fazer o primeiro ano de 1981, que ele saiu em dezembro de 1980 eu já ia fazer o primeiro ano e fui para o Sete de Setembro, depois fiz o primeiro ano básico lá, depois eu fui pra Maceió, em Maceió terminei terceiro científico no Colégio Batista Alagoano, segundo e terceiro ano científico, depois fiz o vestibular para Biologia, fiz o bacharelado e fiz licenciatura as duas modalidades. Nessa estrutura a gente vem que a classe trabalhadora é o protagonismo de toda riqueza, de toda a produção da riqueza de um país, de uma sociedade embora ela seja a menos reconhecida do ponto de vista da valorização, principalmente de três pilares básicos para os direitos humanos: saúde, educação e habitação como a gente sabe a questão urbana casa, espaço eu passei uma parte da minha infância e dividia uma cama com a minha irmã mais nova, mas assim isso para mim não é traumático nem vergonhoso, ao contrário.

Eu quero dizer assim que a classe trabalhadora ela no sistema financeiro, nessa sociedade de acumulação de bens e riquezas para uns, ela claro quando você acumula em algo, falta em outro até mesmo você fazendo uma poupança você deixa de comprar algo pra adquirir aquela acumulação para outra finalidade. Então não existe acumulação sem o dano de outros segmentos. Assim é a sociedade, alguns são favorecidos por esse mercado por esse sistema por essa divisão de mercado trabalho, oferta e uma educação desigual como até hoje ela é mesmo ela pública ela tem 3 tratamentos desiguais, injustos e altamente excludente de uma grande parte da classe trabalhadora, do sugo da classe trabalhadora.

A gente tem como exemplo os institutos federais, as escolas públicas da Educação Básica a gente tem a rede municipal de ensino que a escola pública da Educação Básica que tem outro tratamento de investimento e temos às vezes estaduais que também tem outro nível de tratamento no que tange a oferta das condições e qualidade da Educação Básica. Então fui uma das fundadoras da UNEAL – União dos Ecologistas de Alagoas, onde a gente se reunia

para fazer alguns protestos, eu tinha um professor que tinha uma linha ambientalista, a gente sempre tem aquele professor que a gente se apaixona no sentido da atuação dele profissional e a gente quer levar naquela vereda.

Então, com isso eu estudei no colégio particular que era o colégio Batista Alagoano, eu não tinha muita ciência da educação pública. Na realidade em vim conhecê-la, quando fui atuar profissionalmente como professora em 2000 eu já tinha feito esse concurso, mas eu estava com a ideia eu estava com um dinheiro guardado, estava com uma ideia de viajar no Brasil afora. Eu tenho uma irmã no Sul, queria dar umas rodadas, mas minha mãe disse não minha filha, vai lá saber, porque a prefeitura estava me chamando para assinar um termo de posse. Aí eu fui e quando chegou janeiro eu tive coragem, assim faltava dois dias para me apresentar. Foi aí que eu fui ver a realidade da escola pública, o tratamento de diretor de escola que era meu chefe imediato, o tratamento de uma professora com a mesma qualificação profissional que eu, o que nos diferenciava era apenas o concurso público, mas o direito de voz e de opinar e votar não era tão igual quanto o meu, isso pra mim era uma barbárie sem contar na juventude participava da sociedade vicentina jovem, meu pai ia para lá dar um banho no velho, hoje chama idoso, mas antigamente era velho.

Então de manhã depois da missa a gente tomava café, tirava a roupa da missa, a domingueira, botava a nossa roupa simples e ia, tinha a pastoral e os vicentinos, os adolescentes que faziam aquele trabalho. E aí eu comparando isso, as desigualdades, os distanciamentos, os abandonos né seja velho ou seja criança aí, me deparei com a diretora autoritária, diretora que só fazia o que a Secretaria mandava, a escola sem autonomia, tudo muito lindo na LDB e tudo muito lindo na Constituição, mas na prática pra mim foi devastador, do ponto de vista de conhecer a realidade eu não conseguia compreender como era que o menino riscava e quebrava o sanitário que ele teria que usar, que ele se beneficiava daquilo, eu também não conseguia compreender porque minha colega ou meu colega não deixava o banheiro tão adequado quanto que ela usou, pra outros usar. Eu me choquei com essas coisas que para mim isso são valores.

Eu me criei a gente varria a frente, e lixo no lixo. Então, de 2 pessoas que não tiveram escolaridade completa de ginásio, minha mãe fez até o terceiro ano para aquela época, era muita coisa lá em Pernambuco, a única mulher que sabia ler naquele povoado dela, então são coisas assim que vieram em todos nós temos essa veia assim. Todos nós que eu me refiro são os meus irmãos e irmãs. Então essa disparidade de todos os segmentos da sociedade contemporânea, ela me despertou e me despertou com uma injustiça muito grande e aí eu me incomodei com aquilo que eu não sabia nem o que era esse sindicato na época em 2000. Então, Quitéria Ferreira professora da rede estadual nos convidou juntamente com Genivan, para fazer uma comissão provisória pra começar a fazer um grupo de pessoas que fizesse as reivindicações, as reflexões do que faltava ao professorado que naquela pessoa só falava em professor, mas as condições precárias o salário baixo, enfim. Eu comecei a estudar a legislação educacional, comecei a estudar o Fundef e aí comecei a fazer questionamentos ao poder e foi aí que formamos uma comissão, majoritariamente foram 7 coordenadores e 3 a 4 professores e daí começamos como uma comissão provisória, o SINERGIA nos emprestavam pra se reunir aquela área de lá.

O SINERGIA tem importante papel histórico político fundamental nessa cidade embora esquecido, não reconhecido como deveria dentro dos seus espaços da classe trabalhadora, mas eu também compreendo isso da mesma forma que eu passo na própria categoria de docência e demais funcionários de escola passa mais por uma formação de classe, política cidadã. A parte da questão ideológica partidária, mas de consciência crítica como profissional e lá a gente começou fazer este trabalho, fazer reunião com 10, com 15, com 20, quando comecei estudar os dados, aí joguei fiz um panfleto distribuímos nas escolas todas, como se fosse uma praguinha, panfleto de meia folha, fiz as umas contas básicas, até um dia destes estava procurando este panfleto porque foi o primeiro nosso, assim que Genivan, Quitéria deram ideia, muito legal.

E aí começamos isso, foi cada dia se fortalecendo as pessoas se encorajando mais para a participação, há necessidade de se libertar de um governo muito autoritário, perseguidor da época que era Paulo de Deus, com Laurindo como secretário de educação e temos muito aprender, é tanto que a gente fez uma manifestação com todo mundo de preto e de máscara, na época então quem até subsidiou a compra papel preto para a gente, pois a gente não tinha ainda condições, foi até Raimundo Caires ele era vereador e posteriormente ganhou as eleições de Paulo de Deus. Então a gente consolidou o sindicato no governo popular, que eu considero popular mais democrático que foi o de Raimundo Caires, onde a gente teve uma abertura e se consolidou, inclusive consolidou-se com o que a gente tinha.

A gente tinha muitos filiados, só que a secretária de educação ameaçava você tinha que ter quarenta horas para sobreviver, tirava a sua carga horária caso você filiasse ao sindicato, outras colegas não, outras colegas foram firmes tinham quarenta horas, foram firmes mesmo, aguentaram a peteca até porque eles não iam ter professores suficientes para dar conta de toda rede né. Então teve enfrentamento, teve perseguição, teve perda de jornada de trabalho. Tudo isso nós enfrentamos, muitas delas hoje estão aposentadas e esse movimento foi se engordurando, se consolidando e a APLB hoje eu considero que é uma das organizações sindicais na nossa cidade que a nossa entidade sindical ela é regional abrangendo sete cidades, aliás seria Glória, Macururé, Rodelas, Chorrochó, Santa Brígida e Pedro Alexandre, são seis cidades da nossa jurisdição de modo que tivemos diferenças de lutas em cada cidade umas mais áridas, outras mais leves, mas todas com muitas lutas, muitos sacrifícios inclusive das pessoas quererem compor uma direção de sindicato porque existia uma discriminação um preconceito. E eu enquanto dirigente em 2009 e 2010, estava em um certo restaurante, lugar muito aconchegante e a pessoa quando viu que eu estava na mesa ao lado, elas simplesmente saíram para não ficarem próximas de mim, para as pessoas não verem a proximidade de uma professora que estava no poder que sempre esteve no poder e ao lado eu e não unicamente essa pessoa ela tem muito mais antiguidade de filiação do que eu na época, inclusive.

Então são estas distorções que muitas vezes até a gente quando tá aqui na luta eu, Adriana e Ruberlândia ficamos a conversar um pouco e dizer, meu Deus o que que é sua essas colegas nossas pensam, porque assim há momentos que parece que o opressor a pessoa a quem é o inimigo delas somos nós, quando nós queremos colocar algumas situações que não é porque a administração pública o prefeito quer, porque tem legislação e coisas que a administração pública se remete aquilo aquelas regras, ou não compreender que naquele momento não é o momento favorável da gente ir pra rua para conquistar aquilo que a gente quer que é nosso por lei. Então esses momentos, a gente que tá na luta percebe quando ele é pertinente o caso.

E aí misturam-se as paixões, as preferências políticas locais porque todo ser é político por mais que alguém diga que não é esse é o que mais é, é porque ele tá latente, inibido de expressar o que realmente gosta, porque quando você tem um lado você tem um lado você também tem também outras coisas outros fatores que vem pra te arrebatar pra te incomodar, para te agredir, pra te diminuir, para aumentar a capacidade de fragilizar a pessoa ou a militante, o militante ou aquela diretoria para desconstruir aquela coragem daquelas pessoas que colocam a cara pra bater no enfrentamento do poder público que é um poder pesado que inclusive paradoxalmente somos nós que votamos neles, que escolhemos. E quando está lá coloca-se uma Barreira de distanciamento de contingenciamento, opa! Parou aqui, você não vai mais... mas quando está em processo de escolha de eleição é o abraço, é o tapinha nas costas a primeira palavra que soa no discurso é, vou investir na educação vou investir maciçamente "não quero um real de uma professora" "não quero um real da professora" eu tenho esses discursos rebobinados em meu cérebro. Então essa é um pouco dessa história que começou e aí em 2008 a APLB se consolida no mandato de Raimundo Caires como prefeito, quando eu digo que se consolida no sentido de estrutura de arrecadação, de você começar a ter condição de alugar uma casa, uma sede e fazer reuniões e comprar os seus equipamentos porque ninguém alugava um

carro de som para a APLB, porque o poder público não contratava mais aquele carro de som, eu até entendi esse pai de família ninguém prestava o local porque saberia que as portas da prefeitura se fechava. Então tudo isso são consequências de alguém que fosse simpatizante da APLB de maneira que quando a gente começou, nós vamos equipar a APLB pra gente não depender de ninguém, o que a gente sofreu muito para fazer a uma assembleia, para acontecer uma assembleia, registrar enfim ter um som.

Então foi assim que a gente iniciou em Paulo Afonso, depois fomos com o conselho de entidade em Salvador, aí fomos observar o estatuto que tem os núcleos aí organizamos Glória, aí depois organizamos Santa Brígida, Chorrochó depois, sim Macururé foi o primeiro, perdão. Macururé foi o primeiro depois Glória Chorrochó, depois Santa Brígida, Rodelas e agora Pedro Alexandre. Então hoje a APLB é presente em todas estas cidades, têm assento nos conselhos de controle social, por exemplo o conselho municipal de educação, conselho do Fundeb, tem o conselho de controle financeiro da aplicação dos recursos da educação, tem o conselho da merenda escolar que é o CAE, tem o CMDCA em algumas cidades a APLB tem acento como Glória, tem o fórum municipal de educação onde nós temos assento, temos também... somos solicitados às vezes na câmara pra fazer alguns esclarecimentos.

A câmara quando nós solicitamos de ofício ou verbalmente até na hora, nos é franqueada a palavra, a escuta, embora muitas vezes não se logre êxito nas ações, mas pelo menos o processo do diálogo ele é garantido e temos né, enquanto a organização da estrutura da APLB, nós temos sedes própria em Paulo Afonso, terreno em Santa Brígida e Chorrochó, mas temos as sedes com estrutura de internet, computador, cadeiras, ventiladores para receber o filiado e realizar assembleias de forma adequada. Pelo menos as condições mínimas para a gente fazer o diálogo né, tem som, tem um projetor, tem carro de som para que a gente possa fazer a participação social de luta ou protestos ou uma passeata em prol da vida, campanhas de conscientização. Também temos um programa, a APLB de Santa Brígida tem um programa próprio, dentro da cidade em uma rádio comunitária e a APLB - Delegacia hidroelétrica de Paulo Afonso tem um programa na rádio Delmiro FM há vários anos, mais de 10 anos e temos também um programa na Rádio Cultura e na rádio Angiquinho. Temos todos estes programas, temos o site que a gente coloca todo o espaço do que é da política educacional da legislação, campanhas, obras, o seminário da educação que a gente faz no mês de outubro no mês de Paulo Freire, a participação fizemos virtual em tempos de pandemia; temos o Instagram temos o Facebook, toda a rede social ligada pra que a gente possa alcançar o máximo, não só dos profissionais da educação filiados ou não, mas de toda a sociedade como um todo porque a educação pública é da conta de todo mundo.

Embora a sociedade tenha uma percepção ainda muito pequena da importância, ah tem que ter filho na escola, mas eu vejo hoje uma preocupação mais de deixar o filho na escola que é um ambiente mais seguro e eu posso cobrar se acontecer algo com ele, porque eu estou trabalhando, há determinadas situações que é uma inversão de valores da importância da criança na escola, percebo isso nestes últimos tempos porque, não foi depois da pandemia, antes da pandemia a gente recebia a criança sem tomar banho com a fralda que dormiu, a professora tem que receber essa criança; as condições da criança sem tomar um banho, a fralda cheia de xixi e de cocô e esse profissional não pode dizer nada, porque de certa forma, acha que é violar o direito da criança. Eu não, acho que quem está violando o direito da criança de vim limpa para a escola é a mãe e a professora quer chamar a atenção da mãe, mas temos também essas dificuldades nas condições de trabalho, nesse olhar diferenciado das instituições escolares pra que tenha outra condição de ver isso né.

Eu estou dizendo assim porque foi um fator que me chocou e me chamou a atenção, sem tocar com uma realidade dos meninos da faixa etária que vem com fome da periferia, que a escola deveria receber com um café da manhã reforçado porque ele vem com fome, filhos de trabalhadores do sexo, da prostituição, de dependentes químicos, seja do álcool de outras

drogas, mães desempregadas, também violadas, agredidas por companheiros então a gente tem uma clientela de toda a diversidade que você possa imaginar e essa professora recebe estes alunos todos em média de no mínimo 25 a 30 crianças e que ela tem que dar conta para alfabetiza-los, sem... de ter o diagnóstico ela tem, qualquer professora dessa do primeiro e do segundo ano ela diz, sabe que esse precisa de um acompanhamento, esse aqui precisa de comida, elas têm o diagnóstico, elas fazem só que a resposta do retorno do diagnóstico que ela apresenta ela não tem, no cotidiano como uma política pública.

Agora o novo Fundeb a regulamentação dele, se admite o psicólogo e o assistente social tem que ter na escola, até porque a escola é um espaço de todos os fatores, vetores sociais econômicos de uma família, quer ter o raio X de uma família, vai com um agente de saúde na localidade e pegar a criança na escola e você tem essa radiografia e teria esse link como uma política pública mais afirmativa, precisaria ter. Eu acho que até diminuiria esse desvio de recurso e não se gastava tanto. Se fizesse a partir da escola, o dentista, o oculista, o médico, o clínico geral, o pediatra e ter tudo sistematizado e programado pra essas crianças ser assistidas e essas mães também seriam assistidas e pelo SUS só era planejamento, se fizesse.

Então essa sociedade, essa percepção de sociedade é como onde você diz, que a pesquisa é voltada pra uma narrativa territorial, mas a gente vê que, a gente tem cidades vizinhas completamente distintas enquanto cotidiano social, tem lugares que são distintos, aí você vai dizer a pobreza é diferente? Por incrível que pareça a pobreza é diferente, porque os comportamentos sociais de determinados grupos de pessoas em algumas cidades são diferentes. Você tem um rio ali, tem um coco ali e você não tem coragem de tirar o coco para tomar a água ou para vender, isso é paradoxal em uma cidade como Rodelas, é a melhor água de coco desse país eu acho, do Nordeste, foi avaliada como a melhor água e o maior produtor de coco do Nordeste. Você chega na cidade de Rodelas e não bebe uma água de coco, não tem. Eu diria que também falta uma identidade com aquele produto, aquele produto não me traz nada de inovador na minha cidade, você vai para a cidade de Arapiraca a cidade do fumo, já fui, mas o fumo trouxe retorno para Arapiraca. Você vai para São Miguel, as usinas de álcool do açúcar, trouxeram retorno para São Miguel e o que que fica em Rodelas? Nada. Se você pegar 10% da população, isso é uma percepção da sociedade enquanto território, se você pegar 10% da população, se eles souberem que lá é a maior produtora de coco do Nordeste, você vem aqui me dá um castigo. Não sabem, eles não têm esse pertencimento, eles não têm a identidade e uma coisa eu percebi tem professora que o marido é produtor e tem uma roça, mas ela diz assim "fulano está na roça" ela não enche a boca e diz assim, meu marido está na roça porque ele é produtor de coco, não diz por que vê uma coisa como se fosse inferior, é como se fosse uma coisa diminuída, foi a percepção que eu tive do ponto de vista sociológico. E por exemplo Macururé, é uma cidade do maior bode que existe na região inteira, eu como bode em todo canto que pensar, mas Macururé, sabe como eles faziam antes e ainda acho que deve fazer a buchada era jogada fora, porque não tinha quem tratasse. Buchada que aqui você compra hoje trinta ou quarenta reais, as mulheres ou próprios homens, homens desempregados que não tinha nada, a buchada era jogada, se você for no Youtube um vídeo meu onde eles jogam ao céu aberto, sem nenhum tratamento ao céu aberto, denunciando o mercado lá. Esse pertencimento teria que acontecer, eu me identificar, eu tenho maior orgulho de ser pauloafonsina, mas estou muito triste com minha cidade que está abandonada pelo poder público, é diferente.

É uma questão de condição de gestão temporária, mas eu me identifico, sou baiana, nordestina, pauloafonsina e tenho orgulho da minha origem, agora estou triste porque a minha cidade poderia ser muito mais desenvolvida pelo potencial turístico que tem, e por que não tem? Porque nós, essa safrinha que começou inclusive, com todo respeito a ele que por sinal está doente, Galdino. Então a primeira geração dos primeiros filhos de Paulo Afonso, o pai dele era colega e brincaram lá em Zabelê, enquanto criança e adolescente. Galdino, o pai dele veio primeiro S. Antônio Galdino veio primeiro, antes do meu pai, dois anos antes, meu pai veio em

1960 e seu Antônio veio 1958/1959, tanto é que Galdino é filho de Paulo Afonso. Galdino nasceu em Paulo Afonso, então ele é a primeira geração de pauloafonsinos. Então nós não tivemos esse pertencimento, aí vem outras pessoas de fora e administram Paulo Afonso de forma coronelista autoritária e só esse grupo que manda, mas por que isso? Porque as pessoas não se sentem pertencidas, protagonistas dessa cidade.

Você tem um povoado aqui, onde inclusive o meu companheiro de partido Humberto diz que foi lá onde nasceu o PT, seu Manoel ele é um dos fundadores do PT um dos mais antigos do Paulo Afonso que foi no povoado Juá. Eloy professor Eloy, seu colega da UNEB, fez vários trabalhos e também projetos lá, meu irmão falava eu era pequena 1970 1974 ele dizia ele fez lá um discurso quando o padre Mário era padre da paróquia e lá tinham perfurado um poço, aí meu irmão dizia, disse na época, que se eles não tomassem conta e buscasse a autonomia deles, daquele poço em diante, eles iam ficar dependendo do poder público, sempre ou boa vontade de alguém porque Paulo Afonso tinha 300 dias de sol e eles poderiam ter outra fonte, ter uma fonte independente de energia, porque ele ouviu isso na escola, na escolinha que um engenheiro veio de São Paulo pra dar uma palestra e padre Mário levou ele porque fazia parte da igreja e aí ele fez um discurso lá, no povoado de Juá, o lugar em que a mulher é mais empreendedora e mais trabalhadora que eu conheço pelo menos a minha infância e adolescência. Eu nunca vi outro local, rural que a mulher botasse uma bacia na cabeça, com colares de coquinho com limão, laranja, umbu, feijão verde, beiju para vender, numa bacia, numa bolsa e no braço de porta em porta, mulheres mais trabalhadoras que a mulheres do Juá. O Juá é um local diferente assim dessa época e que chamava a atenção e aí até hoje seu irmão conta, ele diz detalhes como é esse negócio do poço, é porque eu não lembro de tudo assim é muita coisa, mas assim o que é isso? essa sociedade Juarense? Como elas se identificou? Como ela fez isso? As mulheres que vieram de lá e venderam seus produtos aqui e pasme você, eu não vou dizer isso com a certeza, mais de 10 casas que tem lá no Juá, de 10 pessoas que tem lá, se 2 não tiverem casa própria aqui em Paulo Afonso, eu mudo meu nome. Eu procurando casa pra comprar na APLB, eu descobri isso, essa casa fulano aluga, é fulano do Juá é ciclano do Juá, meu Deus do céu como o povo do Juá tem casa! mas eu admirada porque avisando essas pessoas do povoado que era o quê, eu vou trabalhar meus filhos vão estudar na cidade, porque a visão de que a cidade teria melhores condições de estudo né? Isso foi uma percepção de muitos de lá do Juá. Então assim esse protagonismo, perceber essa sociedade, se perceber enquanto protagonista de qualquer ação, no momento as pessoas só são movidas e imbuídas de interesses econômicos.

Eu não sei se a religião teve um momento de pausa na religião. Hoje eu não sou religiosa, mas a religião foi muito importante na minha adolescência, muito importante na minha formação e se eu tivesse que voltar eu voltaria pra igreja católica, mas não dentro daquelas regras todas dela, até porque eu acho lindo ritual da missa, eu acho lindo o ritual da missa, muito bonito e tenho muito respeito, mas eu acho que as famílias se desagregaram muito nessa relação, a mulher conquistou espaço muito importante conquistou, mas isso fragilizou a mulher, encontrou a relação de tomar conta dos filhos que não é só dela, quero dizer que ela teria que voltar atrás, jamais! Não. Mas a sobrecarga foi tanto, sempre pra a mulher que às vezes quando mamãe não queria dar um não a gente, vai pedir a seu pai, a conveniência aí eu delego pro outro, quando outro deixa eu não deixo e aí quem que manda e quem define? Então esse Ping Pong de poder, pra mim ele reverberou nas pessoas quando vieram para as preocupações coletivas, porque nossas famílias são de cunhos de interesse, há vai pedir a sua mãe e o menino? vai pedir ao seu pai, sim, sim, mas sua mãe deixou?

Então essas permissividades ou não elas refletem no meu empoderamento da minha autonomia de cidadania. Eu vejo muito isso assim que, quando você fica "mulher, sei não se eu vou; não, eu vou fazer minhas unhas. Você não vai brigar pelo teu salário para pagar tua unha melhor? Aí como se eu tivesse no meu subconsciente coletivo, pedindo uma autorização. Oh! Isso é tão presente pra gente aqui na APLB e as colegas a gente hoje usa as redes sociais e o

WhatsApp no grupo, não tem não aqui o cartaz que vai ter paralisação. Então, o cartaz é um instrumento de comando pra ela vim pra luta. Se vai pra rua ou se vai fazer a unha é outra querela, mais que isso reflete a educação doméstica que a gente teve, esse instrumento é ele que alerta o comando do sim e do não. Então essa percepção de sociedade, ela perpassa pela educação doméstica, pela autonomia que os pais dão ou não, ou deixar muito solto ou inovar na educação. O celular está mais presente na vida dos filhos da gente, do que a gente tá na vida deles e a gente passa 8 horas trabalhando. Eu acho que é algo que a gente tem que deve tá observando, não vejo outra.

E religião, na minha época foi uma coisa muito importante, hoje os valores da religião tem interesses como em toda vida teve, não se teve mais política presente do que no próprio estado religioso, a própria região já é um espaço de poder político com a fé mexendo pro seu, coisa que é mais vulnerável a questão da alma, do espírito enfim. Mas a religião é importante quando ela não aliena e não lhe oprime, tudo que aliena não é muito saudável. Eu tenho essa percepção, esse conceito.

Minha mãe comprou essa casa em 1960, precisamente no mês de maio, ela se mudou em junho de 1960. Ela quis essa casa, era uma rua larga que é uma avenida na verdade ela era mais larga do que hoje, por que minha mãe era louca por avião, ela era louca pra voar e o aeroporto era bem ali essa rua da Landulfo Alves ela já tinha energia e ela era louca pra morar num lugar com energia, porque queria botar os meninos para estudar e o sonho dela era ter uma padaria ela tinha 9 filhos homens então ela dizia eu coloco os meninos pra ajudar, aprender a fazer pão que um amigo deles que era padrinho de um dos meninos seu Kinka, ele era padeiro da Chesf e ele dizia comadre você leva os meninos que eu ensino a profissão a senhora e a eles. Mas você sabe naquela época uma mulher sair de madrugada, casada para ir em uma padaria onde só tem homens? Evidentemente que meu pai não deixou, porque ele não tinha sonhos com minha mãe tinha de ter as coisas pra dar os filhos, minha mãe queria ser uma mulher, queria ter as coisas, acho que não seria nem ser rica, mas deixar de ser pobre, viver melhor, viver bem. Minha mãe tinha e ela era louca por avião e ali era o hangar onde hoje a gente chama de Lindinalva Cabral, tanto é que é muito próximo você não tá nem 500m pra ir pro Lindinalva Cabral e ali era um hangar que era o estacionamento dos aviões da Chesf e meu pai nessa época que ela comprou a casa

Ele foi designado pra ser guarda do hangar, a gente levava a quentinha dele que era uma marmita de alumínio, me lembro como hoje e a gente ficava fascinado vendo aqueles aviões ali a gente levar almoço nosso pai. Então assim, minha mãe escolheu essa casa com essa visão de que essa rua seria muito importante. Eu não tenho certeza se já existia ou estava construindo o Banco do Brasil, não tenho essa certeza até era pra ter pesquisado isso pra ter isso, porque eu tinha essa dúvida já um tempo e eu acabei esquecendo, mas era uma rua que tinha um Lajedo enorme na frente da nossa casa, a gente brincava muito e depois veio ter em frente inclusive depois vai ser a delegacia a cadeia de Paulo Afonso, inclusive minha mãe dava comida esses presos, mas assim estado não dava alimento aos presos naquela época, as famílias tinham que levar e tinha deles que eram presos de fora, ai minha mãe ia e dava comer a eles.

Então era essa visão que ela tinha, inclusive tem um poste até hoje tem um poste bem vizinho a nossa casa ou poste que vem desde essa época não era nem nascida e mamãe tinha essa visão de futuro de melhorias de empreendimento, ela queria muito ter comércio, muito ela tinha tino pra negócio, mas meu pai era machista, um homem conservador então não deixava de jeito nenhum, uma mulher que saísse Ave Maria era um escândalo, mesmo que ela levasse a penca de filhos ele não deixava "eu vou com os meninos para aprender o ofício", dizia. E era uma mulher viu! Muito inteligente, se mamãe tivesse estudado com certeza pela seria uma juíza, ela gostava muito da área de direito e boa de matemática, interessante a visão que ela tinha, feito é que a avenida Landulfo Alves, foi uma das principais avenidas, todos os desfiles passavam lá na frente da nossa casa, a rua era pavimentada era de paralelepípedo hoje não, é

asfalto mas era a rua do desfile, depois tiraram de lá a entrada na Getúlio Vargas vinha para cá, concentrava saia daqui e ia pra lá, então ela teve essa visão quando foi comprar a casa ela queria um lugar que via que ia crescer em relação a esta casa.

Com relação a Vila Poty, minha mãe quando chegou vendeu, eles tinham bodega lá, chamavam bodega a mercearia lá em Sertânia e São Sebastião do Umbuzeiro que era Paraíba o lugar do meu pai, mas eles tinham terra lá, eles tinham gado. Eu sei que eles venderam as coisas e vieram pra cá para se aventurar, só que minha mãe falou que só vou se a gente comprar uma casa, eu não moro de aluguel. Morou de aluguel na Rua São Pedro acho que nem foi um mês, juntou dinheiro quando chegou, olhou casa, pegou meu irmão mais velho Erasmo na época e seu J que era um compadre de papai e Bela, eles já eram padrinhos de um filho dele e eles padrinhos de um filho de mamãe, nem sei qual era dos meus irmãos. E aí seu já que era pedreiro trabalhava já aqui, "Compadre, o que o senhor acha dessa casa? Não, uma boa aquisição, virado para sombra etc." pronto, ela foi e fechou o negócio, mas nessa perspectiva que a rua ia crescer, e ela nas suas aspirações, nos seus sonhos vendo os aviões.

A Vila Poty, porque logo de início papai não recebeu casa e a família era grande, mamãe já tinha 12 filhos quando ela veio da Paraíba e de Pernambuco, já tinha 12 filhos, 12 não perdão 11 [...] porque eu sou a 15ª, ela já tinha 11 filhos, por que morreu um pequenininho, aí tinha que ser uma casa maior e ele era recém chegado, a casa que ganhou não cabia nem a gente em pé, as casas pequenininhas dois quartos e as casas eram distribuídas por função, casa de doutor já sabe era mansão, de professora, de médico. Naquela época professor tem valor, quando saía um lançamento na Volkswagen, a professora da Chesf comprava carro, professora que me ensinava, me lembro como hoje a professora Lúcia Moura, ela é viva eu me encontro e com ela na feira, pessoa boa. Ela, o fusca quando saiu pegou, aquilo era um acontecimento, o fusca depois do gol aqueles carros que saíram. Então a Poty era onde nós morávamos e gostávamos por que a rua era larga, a gente brincava, não tinha aquelas restrições a gente brincava era muito e assim quem era da Poty era como se fosse uns foragidos da lei, assim era a impressão que dava que as pessoas que moravam aqui eram relegadas a tudo que tinha lá dentro e na verdade a pessoas que estavam aqui, também trabalhavam e produziam lá dentro, só que morávamos fora. Tinha cerca de arame farpado, um muro de pedras.

Eu nunca tive problema que morei fora até porque a casa eram meia parede o que você falava que o outro escutava então, era muito pequenininha apertada e a nossa casa não era grande era de uma rua a outra então, o que eu tenho mais de coisa que significa a ponte que toda pobreza estava aqui, os esgotos estavam aqui, as pessoas andarilhas estavam aqui, os bêbados, os dependentes você via as feridas sociais das pessoa mais na Vila Poty porque lá estava tudo arrumadinho, Vila Operária, Vila Zebu, Vila Nobre, alojamento, clube social, igreja estava tudo arrumadinho, todo mundo nos seus devidos lugares e a Poty estava se povoando, acomodando não existia organicidade de cidade, até porque Paulo Afonso pertencia a Glória. Então você sabe as acomodações urbanas quando não tem plano diretor como hoje, existe ne.

O que é essa organização, as casas eram cobertas de quando chegavam, na época de mamãe não, já era alvenaria, já era com telha, mas assim fico isso marcado que as pessoas viam, vieram e se acomodaram como podiam, elas cobriam as casas com os barracos de sacos de cimento porque eram o que mais tinha, era o que mais a Chesf gastava dentro da construção das usinas, milhões de sacos de cimento.

Então você fazia uma coberta, ali perto do Banco do Brasil tinha muita casinha feita coberta com os sacos de cimento, por isso chamava Vila Poty. Mas assim, esses reflexos sociais da Vila Poty, quem mais sofreu essas coisas foram os meus irmãos mais velhos porque eles vieram pra cá rapazinho, eles vieram pra cá rapazinho, minha irmã já tinha a mais velha ela tinha 13 anos, então você imagina, teve casa para morar num lugar onde vai dividir um espaço menor, 13 anos ela e meu irmão 11 anos, então eles estavam ficando rapazinhos então eles viram a diferença de estudar e de... esses aqui não estudavam no COLEPA desde o início, mamãe pagava para

eles estudarem porque não tinham matrículas para eles, no outro ano se não me engano aí sim minha irmã foi, é tanto que ela fez admissão e passou, naquela época a admissão era um vestibular, ela passou em primeiro lugar. Ela era muito inteligente, eu acho que ela era gênia, sei lá. Ela aprendia as coisas sozinha, então a Poty ela foi mais pesada, agora eu me lembro, aí eu sou produto AI 5, eu nasci em 1965 fui para a escola em 1972 e minha mãe dizia como eu tinha um horário intermediário de 11 às 13 aí depois foi quando conseguiu vaga no outro ano aí eu fiquei no primeiro ano já no Adozindo, aí eu estudava de uma as cinco, ai mamãe dizia vem um embora ligeiro porque Paulo Afonso tinha toque de recolhe, porque se visse um menino na rua a polícia batia, batia quem sabe a depender matar. Então minha mãe tinha muito medo de que alguém batesse no filho dela, acho que ela era capaz de esganar então ela era muito dura com isso, dizia "venha para casa" não pode ficar na rua, não pode. Meu irmão levou muita carreira de polícia, do exército também ia namorar ia para os bregas lá na feirinha esquecia da hora 10 horas 11 horas da noite, "pernas pra quê te quero, entendeu?". Então assim, a gente que se criou com certo medo, você ficava na porta 6, 7 horas da noite ali na frente da porta de sua casa na rua depois entrava, não tinha esse negócio de 9 horas da noite alguém na rua em Paulo Afonso. Na minha época de 10 a 11 anos ficava, mais sabia que poderia levar uma carreira da polícia, mais com a gente menina é sempre mais guardada, a gente não saia assim só se for com alguém da família. Mas eu me lembro ainda inclusive, da sirene ainda me lembro do toque de recolher aí só não entendia por que a gente perguntava e diziam é porque vão trocar de turno na Chesf, mamãe me dizia assim a gente menino besta não sabia o que estava acontecendo, aí pronto. Aí depois que você fica grande vai estudar, aí meus irmãos vão contar a gente sabe das coisas, mas era assim...

Eu não suporto injustiça, quando eu pratico porque não sou perfeita, eu fico muito mal assim, peço desculpas. Foi justamente pelo grito que a diretora deu para essa professora contratada que eu não gostei achei aquilo absurdo e aí eu fui tomei as dores da colega como eu fazia com Adilza Gonçalves, negra, deste tamanhinho, Adilva dentuça, dentro de coelho mesmo ela não fechava a boca, hoje ela fecha por que usa aparelho e ela tem uma mãozinha assim e aí a menina foi empurrou Adilza e ela caiu com tudo e eu disse por que você empurrou ela vem me empurrar, olhe... Coisa de menina, no Adozindo acho que a gente estava estudando o terceiro ano primário Adilza me lembrou um dia desses eu disse não me lembro disso não. Ela hoje é professora de matemática em Alagoas e ali em Glória. Ela mora lá na frente perto da praça da Marechal Rondon, mas basicamente isso. Eu acho que ela deveria ser tratada, penso que tem que ser tratada igualmente, ela pode não ter a carreira, mas ninguém tinha plano de nada mas tinha o plano, mas eles não cumpriam e era embaixo da gaveta foi a gente que recitou este plano que foi buscar o estatuto do magistério e aí começou o livro que era um livro escondido parecia livro de bruxa, não desqualificando as bruxas têm suas receitas guardadas, do mesmo jeito era o estatuto do magistério de Paulo Afonso. Aí a gente desvendou ele e tanto direito da gente, aí foi quando a gente começou a buscar e consolidar estes direitos mais foi muita luta. A APLB foi no ano de 2001 eu acho que no terceiro mês a gente estava chamando pra... eu já era filiada e todo mundo dizendo que eu estava desempregada, leia a Constituição. O povo não sabia o que era a constituição direito e aí começou começamos a luta em 2001 logo quando comecei a lecionar eu acho que eu não tinha recebido nenhum primeiro pagamento eu já eu estranhei com a diretora, mais nunca me tirou de lá ou se tentou, não conseguiu o governo pediu, ela não eu sempre fui amiga da escola ela não queria me perder eu nunca faltei um dia de aula na escola, era eu e Serginho para saber quem ia faltar primeiro.

Mas a luta foi assim, teve essas dificuldades, mas eu acho que a maior dificuldade que a gente tem hoje é a consciência de classe de cada um, porque tem pessoas que querem viver nas suas acomodações de horário e mais 20 horas. Aí vem, você sabe você sabe né mulher eu admiro o trabalho você sabe, estou contigo, mas não posso ir porque dependo dessas 20 horas. Aí corta o coração da gente que é dirigente por que a gente conseguiu no governo de Raimundo

que é enquadrar 121 colegas no enquadramento das 40 horas mais a gente tem colegas que depende dessa jornada e nunca voltamos a falar sobre este enquadramento, mas eu vou botar na pauta.

A pesquisa, a universidade ela tem que ter e prevalecer como sempre foram os 3 pilares do ensino, pesquisa e extensão. A universidade parou por um bom tempo nessa extensão esse link da universidade com a Educação Básica com a sociedade, com os grupos dentro dos bairros ... Parece que se tornou uma casta, um grupo, um agrupamento de intelectuais que de lá não se saia, essa é a minha impressão que felizmente minha época da federal que eu me formei na Universidade Federal de Alagoas, pelo amor de Deus a gente ia para os bairros, a gente fazia levantamentos, entrevistas, a gente fazia gráficos, dados a universidade estava dentro na cidade estava junto do povo. Mas a universidade se tornou uma casta, uma elite com super salários, super salário que eu digo de uma minoria que tá naquela pirâmide considerado os doutores da vida e que incorporou algumas coisas não dizendo que hoje essas coisas não, mais da época e este entendimento você não vê a presença das universidades dentro da sociedade fazendo uma campanha de conscientização de uma doença grave, de algum dado, de uma mata, de uma água, olha que verificamos a qualidade da água de Paulo Afonso, verificamos nesse local isso aquilo.

A gente tem pessoas ali no BTN com tuberculose e morreram de tuberculose, cadê as universidades? então eu tenho críticas embora eu tenho amigos, muitas amigas têm um irmão eu faço crítica porque eu me decepcionei muito nestes últimos anos com as universidades, seja ela UNEB, Federal, estadual mais a universidade se distanciou da população que é a sua matéria prima de pesquisa e de extensão e do próprio ensino. A razão do professor e da professora existir é o estudante, seja ele da creche ao doutorado, a essência do professor a matéria do professor, a razão da vida da profissão do professor é o estudante é a criança é o adolescente é o adulto. Então, ela se distanciou como se ela estivesse fazendo um favor para aquelas pessoas uma relação mercadológica equivocadíssima porque a profissão de professor ela tem uma função social uma missão política muito forte, é claro que você tem que sobreviver, tem a questão econômica mas não somente a econômica, mas existe quando você vê pronto vou lhe dar um exemplo muito simples, se você vê quantas pessoas, quantos trabalhadores engenheiros, medico advogado.

Pegue um carro que tinha bebido, o engenheiro erra na profissão e você não vê uma repercussão, mais uma professora que dançou lá uma dancinha com a calça fio dental isso foi de uma repercussão qual é a primeira coisa que veio nas redes sociais ela é professora porque pelo exercício da função pública, pôr a gente ter que dar exemplo, por sermos especiais. Nós somos diferentes, nós é que não nos entendemos como diferente no sentido de especial e importantíssima aí a gente se percebe tantos outros já fizeram isso e eu tenho uma função social muito forte então a universidade deixou este protagonismo com a população, destas pessoa terem o professor como uma referência, como uma coisa quase que um pouco de sagrado, eu tenho um professor da linha meu Deus do céu que me ensinou gramática ela era Batista era evangélica mais de uma organicidade, de uma ética, de uma educação rígida ao mesmo tempo doce um exemplo. Professor Petronildo Viana embora eu não gostasse muito de matemática meu Deus do céu o cara ensinava ele ensinava a deduzir, ele não ensinava a decorar. Petrônio Viana usava brilhantina, o cabelo dele era impecável, ele era a la antiga mesmo, calça brim manga comprida depois ele deixou de usar deixou manga curta o sapato com cinto combinando, mas era de um exemplo de professor em ele dizia eu estou doido pra fumar, mas por causa de vocês eu não fumo então ele era fantástico era um professor e tanto. Ele dizia, não vem com hipocrisia não, é respeito que eu tenho a vocês mais eu fumo ele só ia fumar depois que saía 12 meia e assim o professor na hora dele ter as condições de que viabilize tudo isso, o professor é missão, o sacerdócio, é um eterno estudante, tem qualificação, mas na hora de se dar as condições que se chama salário para obter tudo isso arrumadinho na cabeça do professor pra ele não se preocupar com feira, com água, energia e aluguel de casa, não tem, infelizmente esse

professor não é mais especial dentro dele ele se sente um trabalhador como outro qualquer e vai e vai, às vezes, negociar acomodações de trabalho para ele sofrer menos.

A universidade se distanciou muito e nesse andado de distanciamento ela também caiu a qualidade da formação de professor, caiu muito a qualidade, eu vejo isso com muito lamento porque eu acho que a gente vai chegar a um ponto crítico como chegou a Finlândia, se nós não nos atentarmos. Isso aqui não substitui totalmente a gente não, tem que ter a relação presencial a gente quando nasce mama nos peitos de alguém que pulsa, que tem sangue e coração e que tem sentimento. A gente não é robô para a gente não ter uma relação interpessoal com o professor, pelo amor de Deus. Eu não concordo quando dizem que vai chegar um momento que a gente não vamos ficar sem professor e aí eu acho que a espécie humana está fadada a completamente ao fracasso, a decadência da espécie humana.

Entrevista Narrativa 15 – Movimento Indígena

Yatanã

01/03/2023

Sou Yatanã, a minha etnia é Pankararu, eu estava desaldeada aqui em Paulo Afonso em 2016 foi fundada esta aldeia aqui a Kariri-Xokó da Bahia e as famílias que viviam desaladeada na cidade se juntaram aos que estavam aldeado e como aqui nessa área é uma área que pertencia aos nossos antepassado há muitos anos atrás, ai a gente recebeu um chamado para ocupar esta área, mas é quando você tem uma ancestralidade e a área pertence aos seus antepassados a sua ancestralidade, então você tem aquele chamado e nessa área aqui a gente foi chamado pra cá e aí em 2016 no mês de julho a gente retomamos esta área, retomamos porquê? Muita gente chama de invadir nós retomamos porque pertencia ao nosso povo. Essa área há muitos anos atrás era um encontro das etnias pra fazer seu ritual sagrado na Cachoeira, bem antes da Chesf tomar de conta e aos poucos expulsando os indígenas. Então a gente tem os nossos direitos de estar aqui porque a gente tem que buscar e resgatar a nossa cultura, a nossa ancestralidade e essa área é nós têm toda nossa ancestralidade estamos aqui para vivenciar.

A minha mãe ela nasceu em Pankararu, mas eu já nasci perto de Jiripankó próximo de Alagoas só que eu não fui criada dentro da aldeia, eu fui criada na cidade. Mas quando você mesmo sendo criada em uma cidade e você tem o seu chamado nunca esquece, deixa trabalho na aldeia, aí chega um momento que a gente tem que estar mesmo, porque o índio ele fora da aldeia é como passarinho preso na gaiola eu sempre uso essa frase porque a realidade, ele sempre fica no sofrimento naquela angústia de viver a sua cultura, então no momento que tem esse chamado aí a gente vai feliz da vida, então aí eu fiquei muitos anos desaldeada como outros aqui também, mas graça ao nosso Deus Tupã e aos nossos encantados hoje estamos aqui lutando nessa luta.

Os indígenas aldeados em Paulo Afonso, tem mais de 1000 indígenas desaldeados aqui em Paulo Afonso almejando ter um espaço para que eles possam vivenciar uma cultura e a gente pode se sentir privilegiado por todas as lutas que a gente teve porque, sem luta não tem vitória e a gente se sente vitorioso, porque a vida de um índio sempre é uma luta, quando para pra um, começa pra outro, a gente chama parentes é porque a gente sempre sente a dor um do outro e a gente sempre tá pronto pra ajudar uns aos outros. Então existem muitos indígenas aqui em Paulo Afonso que passou pelo que a gente passou, desejando, sentindo o chamado de poder cantar o seu toré com vontade e dentro da cidade você não pode.

As pessoas não entendem ou diz que é coisa errada, se você fumar um cachimbo ninguém entende, se você fumar uma erva diz que é droga, então a pessoa que é desaldeada ela vive aprisionada, fica faltando um pedaço a pessoa não é completa e a pessoa se completa no momento em que chega nas suas origens, por que a nossa origem não sai da gente a gente tem a nossa família dentro da aldeia e nunca deixamos de participar dos rituais sagrados, de participar das festividades mas quando terminava ali a gente voltava triste porque era só aquele momento.

E hoje a gente tem a alegria de tá todo tempo dentro da aldeia, de dizer assim: eu sou aldeado, meus netos meus filhos são aldeados, já vai crescer a geração dentro de uma aldeia e aprendendo, porque fora, na cidade o que as crianças aprendem é bem diferente do ensinamento dentro da aldeia, dos ensinamentos da cultura, do toré, deles vê os mais velhos sentar e contar suas histórias dos antepassados. Então eles são umas crianças com a mente já preparada e as crianças que são indígenas, que são criadas fora da aldeia, elas não têm o mesmo preparamento dessas aqui que nasceu dentro de uma aldeia, desse que cresceu dentro de uma aldeia, mas no momento que a pessoa busca cultura, vai aprendendo. Aprende com uma anciã, um ancião e a

gente vai se fortalecendo, vai encontrando espaço que é importante para o índio ele ter o seu direito de fala, o seu direito de ir e vir e botar um basta nos preconceitos que existe contra os indígenas tanto dentro como de fora de uma aldeia é muita gente diz assim, mas o Brasil inteiro é indígena. O Brasil inteiro foi usurpado como todo mundo sabe e quando um índio pega um pedacinho de terra, aí o índio é errado, não tem direito, o índio não tem direito, ele não tem direito de ter seu espaço. Ninguém entende que foi tirado tanto dele, foi tirado, têm tantas piadas que tem na internet essas coisas aí e o índio abaixou a cabeça com a bíblia na mão e abriu os olhos sem nada ler, não é isso que nós temos, nós temos a nossa ancestralidade. O que aconteceu no passado foi para nos fortalecer agora porque hoje eu não vejo o índio besta, eu vejo índio esperto desconfiado porque já passaram por muitas coisas, já perderam muitos, o sangue desceu seus parentes sendo morto porque era indígena, não será se hoje tem que acontecer a mesma coisa para os índios ser visto? Nós não podemos passar por estas situações.

Então a nossa luta aqui é legível, é uma luta para que a gente venha criar nossos filhos dentro da cultura, cresça dentro dos ensinamentos; mais tarde meus bisnetos eles têm uma história bonita pra contar uma história de desaldeados, quando a gente vê os os índios desaldeados não é porque eles querem é em busca de uma sobrevivência, porque muitos que vive por aí na aldeia não tem às vezes um suporte aí ele sai para a cidade pra arrumar alguma coisa e acaba perdendo o pouco que tem na aldeia que é um pedaço de chão que já vem outro índio pra ficar no lugar que ele saiu, aí pra ele voltar a ficar difícil. Então o índio é desaldeado não é porque ele quer não, é a necessidade de é que obrigou é que a gente, muitos falam assim somos Kariri-Xokó. Kariri-Xokó é etnias de Alagoas a nossa aldeia aqui é Kariri Xokó da Bahia, mas que nossa etnia nossos antepassados, nossos parentes são Pankararus e a aldeia Kariri-Xocó é formada por famílias aqui, são primos sobrinhos é é esse aqui é o tio dele, eu sou mãe dela, minha sobrinha e vai todo mundo aqui é família se olhar não tem um aqui que não tem assim, um parentesco. Então, tem famílias aqui que realmente é Kariri Xokó que é 2 ou 3, mas que a gente respeita a origem Kariri Xokó, mas não pode deixar a nossa Pankararus.

A nossa escolaridade até os 6º e 7º ano, lá Geripankó e terminei na escola normal, eu não consegui fazer o superior, iniciei Administração de Empresa, mas não consegui concluir. O mais importante hoje que a gente busca nessa aldeia é que venha ter uma escola direto para os indígenas, porque nossas crianças aqui já sofreu muito preconceito na escola pública, hoje muito menos por conta das reclamações que foram feitas, eu mesmo assinei até documento aqui na escola que as crianças estudavam, falando que ia procurar a justiça para que nossas crianças que as pessoas viesse entender que a criança indígena ela é uma criança, muitas vezes ela era tratada dentro da escola assim “os índinhos” “os indiozinhos”, quando acontecia alguma coisa, foi os índios, foi as crianças. Eles são índios? são, mas são crianças qualquer outra criança. Então eles sempre sofria muitos preconceitos dentro da escola principalmente na fase quando a gente chegou aqui que foi, a gente passou um tempo sem água e tinha que dividir entre dar banho em uma criança ou beber, dar banho em uma criança ou cozinhar. Já chegou das crianças irem para a escola sem tomar banho e chegar lá até adulto dizer assim: essas crianças tá fedendo e ninguém procurava entender que a gente tinha sido retirado daqui e tava num ambiente que não tinha água, não tinha energia, não tinha telha. Então a gente passou por essas situações que muitas das nossas crianças aqui ainda sofre um pouquinho na sua mente a saída daqui, a lembrança de como aconteceu aí sempre tem a gente adulto ainda lembra dessa situação com tristeza imagina as crianças e foi uma fase que cada um precisava ser acolhido e na escola não teve essa apoio professor sabia que tá as crianças daqui tava passando por isso, mas não teve aquele apoio então a gente almeja ter uma escola aqui pra nossas crianças pra ser ensinada a cultura dentro da escola porque lá dentro da aldeia ele pode falar um pouco melhor que estudou dentro do aldeia que existe a matéria que é ensinando a cultura da aldeia, a história da aldeia então a gente quer fazer isso aqui dentro quer que nossas crianças também venha estudar na escola indígena

Ele faz muita pergunta porque ele fica surpreso com a história real, que a história que o livro conta é uma história muito bonita, eles não contam a história real o que aconteceu com os indígenas quando foi tomado o Brasil. Ele conta uma história que a pessoa quando lê acha bonito até, mas na realidade não teve beleza não teve nada de bom naquela construção que o livro hoje mostra, então quando eu faço às vezes até me surpreendo com os professores que olhem já chegou a perguntar pra mim, mas onde está escrito tudo isso, por que eu não consegui achar isso no livro. Então, as nossas crianças elas sabe da história real, então não se surpreende e nem acha tão bonito essas histórias que conta. Quando eu era criança primeira vez que eu li essa história aí eu comecei a ler umas 10 vezes a história dos índios, a história de vida dos índios é bonita, mas minha mãe me contou a real, a história real como é que era, eu passei a não gostar então comecei a debater com as pessoas quando falavam ah, porque descobriu o Brasil. O Brasil não foi descoberto, o Brasil já estava aqui, o Brasil foi usurpado, foi tomado tira-se de passagem de uma forma covarde.

Essa história é a história que a gente quer que os nossos filhos, os nossos netos cresça sabendo não é que botando o homem como D. Pedro é o guerreiro, eu não acho bonito porque quem tinha que estar com uma espada na mão e a história real ser, eram os indígenas, mas sempre passa os indígenas peladinho nos desenhos com aquele negocinho assim na frente e o homem lá todo bem trajado bonito, um destaque e as fotos dos indígenas lá, no cantinho assim. Então a história real da gente, a gente é quem sabe contar, porque os mais velho passam, os nossos antepassado sofreram e sabe o que passou com os outros para chegar até a gente, então muitos professores não sabem a história real por que não pesquisou, não buscou mas quem vive nas aldeias pesquisando, como você está aqui, é que sabe também a história real porque cada idoso, cada pessoa que você passa a visitar eles contam a história real.

Até o fundamental é muito importante o estudo dentro de uma aldeia a gente já passa a aprendizagem. Dentro de uma escola indígena, eles ensinam até uma criança a dançar toré a fazer uma apresentação, eles ensinam a criança o que é uma erva medicinal, existe muitos ensinamentos importantes. Vai chegar um momento que a gente tem que buscar também um conhecimento fora da aldeia, porque para ter um médico indígena, um advogado vai ter que ter escola fora, ainda não tem faculdade dentro da aldeia. É importante a gente ter o privilégio de ter uma escola indígena, seria muito importante para as nossas crianças indígenas. Porque hoje aí fora o que a gente vê as crianças aprendendo, as mães lutando para tirar os filhos da aprendizagem da droga, hoje muitos acham normal. Muita gente acha assim, que os indígenas usa a maconha porque é uma erva medicinal, não é. A gente não usa, a gente tem as nossas ervas medicinais sim, teve até uma passagem quando a gente foi retirado daqui, o policial escorou um rapaz na parede e eu fui até falar com este policial na hora e ele dizia, qual a droga que vocês usam? Quando eu passei eu vi lá a fumaça, que droga é? Eu disse, não. Nós não usa droga não, ele está pressionando a dizer que nós usa drogas e aí eu cheguei e ele disse que a conversa era com ele, e eu disse que teria que esclarecer, pois o senhor está errado. Quando o senhor está dizendo que a gente usa droga, o senhor está fazendo uma acusação muito séria. Então é mais importante o senhor perguntar qual é a erva que a gente usa, ou pedir pra ver, mas o senhor vem acusando assim, e ele disse deixe para lá, deixe para lá porque ele sabia que ia levar para frente, mas aí a gente estava em outro objetivo que era tentar conseguir ficar aqui, aí eu não levei para frente. Nós passamos por isso.

Um passo importante que eu acho foi a UNEB, quando eu cheguei lá eu me emocionei eu vi uma sala lá com nome de opará e muitos indígena estudavam lá, uma faculdade que deu muito um apoio muito grande aqui a UNEB em todos os sentidos, na fase mais difícil como um professor que tem lá que chama Bruno, Dr. Bruno foi aqui um suporte muito importante pra gente, como outros professores de lá também que hoje não está lá foi para Portugal, mas vários professor se eu fosse citar os nomes aqui, eu vou esquecer de alguns que nos deu muito suporte aqui então isso é importante que as escolas que as faculdades tenham este espaço para os

indígenas por que os indígenas têm uma cota, como negro tem uma cota, deficientes, mas muitas vezes os indígenas são discriminados em faculdades e tudo, não só é em escola pública não, na UNEB eu vi que os indígenas tinha o seu espaço e a gente tinha uma viagem para fazer fez lá na faculdade. fez a apresentação para arrecadar ajuda para esta viagem, e foi muito importante que o Opará fez, ficou responsável de fazer a arrecadação e nos passar. Então a gente foi amparado por esta faculdade como também em Juazeiro, chama a gente quando tem cursos, curso de informática, vários cursos, abre espaço para a gente, manda ônibus isto é importante pra gente, a gente se sente o que está sendo visto.

No ano de 2016, a gente, essa área aqui, ela era um galpão cheio de matos, um galpão sem telhas, matos e a gente veio retomar este espaço. Aqui antes da gente entrar, era um local de criminalidades, onde os bandidos se escondia, onde eles vinham treinar armas, por que o galpão era todo cheio de tiros e a gente chegou neste território, com muito esforço muita luta mesmo pra desmatar pra hoje está do jeito que estar, tirar os matos que tomavam as casas, os galpão e as barracas armadas, houve muita gente que chegava aqui dizendo que era dono, mas teve uma certa feita que um senhor chegou aqui aí chamou o pessoal dizendo pra ter uma conversa com eles, ele do outro lado do arame e não foram, ficaram desconfiados né, e chegou aqui um mototáxi com papel e entregou e esse papel já era uma audiência que tinha pro dia seguinte ele entregou umas 3 ou 4 horas da tarde e a audiência era de manhã e a gente ficou todo mundo desesperado e a gente foi para essa audiência quando chegou lá era uma construtora que falou era dono daqui, que aqui dentro tinha firma e que a gente quebrou o muro entrou fizeram ele desocupar a firma para ficar aqui. Coisa que não foi, e a gente não teve apoio na época como foi em cima nem advogado a gente tinha, aí a gente recebeu uma proposta de 10000 (dez mil reais) para sair daqui, mas a gente não aceitou, aí meu esposo falou conversou com o juiz e ele disse que a caneta era, o poder da caneta estava na mão dele e assinou dando tantos dias para a gente sair, 30 dias para a gente sair daqui. Aí a gente, foi na época que correu atrás de ajuda de advogado e entrou Dr. Bruno para nos ajudar e nós conseguimos ficar, mas aí ele não se deu por vencido, entrou outro processo e nesse segundo, aí a gente já recebeu outra ordem para sair com tantos dias na data que tinha pra gente sair, aí a gente lutando para ficar e aí quando pensa que não está cheio de federal aqui, era ônibus, caminhão para tirar as nossas coisas e a gente, o processo correndo pra ver se o desembargador assinava pra gente ficar aqui, mais nesta época que a gente estava lutando aqui, Brasília foi invadida e não deu tempo dele assinar nada, na verdade não é que não deu tempo.

Daqui ligaram para ele dizendo que a gente já tinha saído e já a gente estava locado, não tinha local nenhum para a gente, aí a gente tudo esperando quando desse umas 3, 4 a 5 horas que a gente ia receber a notícia que a gente iria ficar aqui, mas quando veio a notícia foi já para desapoderar a gente, vamos sair, não vamos sair, foi um sofrimento muito grande a nossa retirada daqui e a gente tendo que tirar as coisas às pressas porque a nossa alegria de que mais uma vez o desembargador ia assinar para a gente ficar, ele assinou ao contrário porque um juiz ligou para ele dizendo, não se preocupe o indígenas já foram retirados já estão no local e a gente olhava e dizia onde vamos ficar? e aí foi tirando as coisas nas pressas e a procuradora ligou para um monte de gente aqui e conseguiu a escola e a igreja para a gente ficar, aí só que na escola não tinha Telha, não tinha água, tinha sido deteriorada por ficar muitos anos sem ninguém, sem uso aí as pessoas paravam um caminhão lá tirava as telhas, tirava as portas e levava então a gente foi para esta escola e umas coisas ficou na igreja eu ainda dormi uma noite só na igreja não deu para dormir outra e ficou todo mundo nessa situação; a pior dor que a gente sentiu foi quando viu os galpão, que a gente não estava mais dentro das barracas, tinha limpado os galpão, tinha colorido, outros colocado lona, outros já tinha comprado até madeira nova, telha, cobrindo os galpão para entrar, foi quando viu sendo derrubado.

A nossa oca sendo tocada fogo. Quando aquilo ali aconteceu, foi uma dor muito grande para todos nós estavam aqui, mas a gente não desistiu mesmo com a ordem que a gente que a

gente não entrasse aqui dentro, a gente obedeceu. Não entrou nenhum momento nenhum segundo a gente tirou da nossa mente que a gente iria entrar aqui, porque aqui pertencia aos nossos antepassados que a gente ia voltar e continuou o processo né, quando foi um ano certinho a gente saiu daqui, no mês de maio, dia 25 de maio. Quando foi 25 de maio do ano seguinte, aí a gente recebeu, teve uma audiência aí dessa audiência que teve, o juiz deu o direito pra gente voltar pra cá aí a gente retomou a nossa volta para cá, e quem teve condição de construir construiu, quem não teve ainda está lá na escola como eu, ela, essa e outros mais estão lá na escola e o nosso território a gente olha pra ele com o olhar tão bonito, tão sagrado como ele é, por que o choro das crianças e dos adultos até mesmo que eu nunca vi um homem da justiça chorar na minha frente e eu vi, de uma mulher da justiça também chorar de ver a nossa dor, de ver pessoas passar e dizer bem feito, bem feito índios vagabundos, dentro dos carros passavam gritando, alegre, pessoas que alugaram até carros na rua para ver nos sendo retirado daqui. Então a gente se sente vitorioso no nosso território, porque quando foi feito o geoprocessamento então até depois da escola pertence a união então se pertence a união é território da gente também, nós considera assim. Aí o nosso território sagrado a gente pode fazer a nossa cultura, a nossa religião que a nossa religião aqui ela é baseada na cultura e lutar cantar o nosso toré e ser feliz neste território sagrado.

Ficamos preocupada com o farol [dos carros na aldeia], a pessoa já fica assustada e era assim no início aqui, mas eu acredito que a gente não vamos sair daqui. Porque está bem provado que tanto de documento que tem que ele foi grileiro, então não tem como ele conseguir aqui, porque no documento que ele disse que ele é dono ele é dono daqui até federal, até da federal ele é dono. Rio do Sal, este documento dele, até um cartório que chegou a ser fechado por conta desse documento dele. Então, eu não acredito que a justiça com toda essa prova em sua mão, venha dar essas terras pra ele e a gente só tá aguardando agora que passe esse documento pra Funai para Funai entregar pra gente, isso que estamos aguardando, mas com fé em Deus vai dar tudo certo, porque o que mais a gente se apegou aqui, foi com o Deus Tupã e nossos encantados.

A nossa religião, a gente não tem preconceito com a religião de ninguém, mas respeito. Porque pra gente querer desfazer da religião do outro, a gente está dando o direito de desfazer da nossa e a minha religião só é boa, se a dos outros for, que cada um tem direito de viver o que quer, nós temos que respeitar. Quem mais nos acolheu nos momentos mais difícil também foi o povo do terreiro. Eu não vi evangélico, não é bom falar mas eu vou falar essa parte, o evangélico se chegar aqui e dar o apoio que a gente recebeu dos povos de terreiros, era um pessoal assim que deu apoio para gente incondicional, que a gente via que não tinha nada em troca, não era coisa de política, era amor, era respeito a religião, era respeito a nossa fé e a nossa religião. Muita gente pergunta se os índios, se eles são católicos, a gente respeita. Se perguntar aqui, você é católico Denise? Você é católico? Todos nós respeitamos sim, temos fé e a gente tem também nossa religião que se trata da cultura indígena. Não podemos falar abertamente a forma da cultura, que existe nossos rituais sagrados que é nosso, então a gente respeita todas as religiões.

Entrevista Narrativa 16 – Movimento Indígena

Anahy

01/03/2023

Meu nome Anahy, eu sou da etnia Pankararus, hoje estou residindo aqui nos Kariri-Xokó de Paulo Afonso, eu era desaldeada também em um bom tempinho, mas a gente não deixava de aproximar as nossas raízes Pankararus né, a gente sempre saía, ia assistir os trabalhos lá em Pankararus, o que a gente sentia assim falta né, de tá dentro da aldeia, ficar ali participando dos trabalhos então, não tinha hora pra gente a hora que dissessem que tava tendo trabalho podia ser de dia, de noite a gente, estava saindo daqui para ir para lá, foi quando em 2016 teve aquele chamado né pra gente vim retomar aqui e a gente veio né com nossos parentes pra cá pra começar uma luta aqui né, pra resistência aqui nessas terras que hoje a gente tá né. Não foi fácil, mas graças a Deus nós estamos hoje aqui com fé em Deus vamos continuar aqui né, nessa luta que é a luta do indígena nunca para em cada lugar. Enquanto os parentes está lá e a gente não está, tá aqui, mas chega um tempo que nós estamos aqui e o parente não está, mas a gente sabe que estamos firme e fortes, a gente sabe que a luta do índio nunca se acaba né.

E assim, minha avó sempre estava na aldeia né e ela sempre dizia pra gente que o sonho dela era que a gente tivesse todos nós de volta da aldeia, que a gente fosse pra aldeia pra continuar a caminhada dela né, e assim eu não entendia muito né, mas quando minha vó se foi eu comecei a entender o que ela falava pra gente e assim foi clareando mais as coisas na minha mente e eu fui vendo que um pedacinho de mim tava faltando, que era ficar dentro de uma aldeia, tá dentro da minha tradição, vê nossos trabalhos ali. Então aquilo pra mim me completou quando eu vim pra cá, que eu comecei pra dentro da aldeia que eu comecei a participar das lutas então, eu me senti por completo ali e eu vejo que o que me faltava era isso e era isso que minha avó queria pra todos nós, ver todos nós unidos em um só lugar como hoje todos nós estamos hoje aqui.

Dificuldades de estudar eu não tive, mas chegou em um período que tinha aquela escolha ou cuidava da minha filha ou estudava né, quando se refere a filho, é claro que a gente vai escolher um cuidado do filho né. Então eu parei de estudar aí depois de um certo tempo retornei para a escola, fiz o supletivo dois anos aí passei, me tornei mãe de novo mas graças a Deus tive uma pessoa assim que eu considero como um pai pra mim, que me ajudou com minhas filhas e ele cuidava da minha filha pra estudar, pra mim estudar pra poder me formar, aí foi quando eu viajei né, aí retornei pra cá só que eu tava estudando ainda e eu ia fazer técnico de enfermagem aí passou o processo que minha mãe adoeceu e um vim cuidar dela.

E aí acabei que não estudei mais né. Mas aqui eu retornei para a escola assim eu não tenho que falar da escola que lá a gente somos bem recebido, o professor lá gosta muito da gente eles têm um prazer de dizer que lá na escola têm indígenas que estuda lá. Preconceito assim da parte dos professor com a gente a gente não tem, é tanto que teve desfile eles queriam uma parte só para os indígenas desfilar e eles ajeitaram pra ficar tudo por conta deles pra gente poder ensinar a gente foi, eles ficaram muito alegre que foi o primeiro ano que isso aconteceu com os indígenas e assim eu tô fazendo Administração mas da minha parte, do meu esposo, cunhada, assim da nossa família que tá estudando o que tá fazendo é Administração a gente não passou pelo preconceito, mas nossos filhos sim. Tinha tempo na escola que eu já não aguentava mais, chegou um tempo que minha filha não queria mais estudar e a madrinha dela foi disse não ligue pro que falam com você, faça de conta que não está falando nada de você, e ela chorava dizendo eu não quero ir para a escola, eu não vou mais pra escola. Tinha outras crianças que dizia já eu não vou pra escola aí ligam “olhe os índios aqui tão fazendo, botando terror na sala e o que acontecia, os culpados só era as crianças aqui da comunidade.

Não fazia nada, só errado era as crianças e a gente sempre tava nas escolas chegou um tempo a gente tirou eles dessa escola e botou eles numa escola indígena, só que era muito distante essa escola e assim tinha vez que chegava muito tarde e a gente ficava preocupado com a estrada a gente não sabia se tinha acontecido alguma coisa tinha aquela preocupação da gente né. Foi quando a gente resolveu tirar e retornamos botar na escola e assim por esse tempo. Desde o ano que eles voltaram até agora, mas eu não vi assim reclamações mais, porque a gente acabou que não aceitando mais. A gente acabou tomando a frente por completo, dizendo que a gente não ia mais aceitar isso com os nossos filhos até porque eles não são nenhum bicho, eles são de carne e osso como qualquer outro ser humano, então isso não vai mais acontecer com eles. E realmente isso nunca mais acontecendo [aconteceu] com eles, eles estão sendo bem tratados. Quando foi pra a gente fazer a matrícula, o coordenador ficou muito alegre porque ele estava retornando e que tem vaga pra todos eles, todos eles aqui, todas séries que tiver tem vaga pra eles, as porta tá aberta para eles. Pra mim acho que dá aquela dorzinha na consciência né, que hoje em dia não tem mais

Mas assim nosso sonho, o nosso desejo mesmo é que tenha uma escola indígena aqui dentro mesmo da comunidade. Pra que eles venham também aprender a respeito da nossa cultura mesmo né, o que aprende lá fora em uma escola que não indígena, lá não tem as coisas que tem em uma escola indígena né, que vai falar da cultura, o que falam é de quando o Brasil foi tomado e que foi descoberto. É só isso que sabem né, mas a realidade mesmo não é passada. Quando a gente sai pra fazer uma apresentação na escola, que minha mãe vai fazer as palestras ela já passa aí é daquele momento que eles sabem um pouquinho a mais do que a escola ensina, a partir desse momento que eles ficam sabendo a respeito e assim se a gente conseguisse um espaço pra ter uma escola aqui, tem. Queria muito que a gente montasse esse espaço que é a escola, que tem algumas famílias que tava dentro dela porque não teve ainda condições de construir aqui dentro e ainda tá dentro dessa escola que tem muitos anos que ela tá abandonada, ela voltou a ser usada por nós quando a gente foi retirado daqui e se a gente pudesse ficar com esse com essa escola pra ser uma escola indígena ia ser muito bom tanto pra nós, pros adultos que tem vontade de estudar e até para os nossos filhos porque eles vão andando pega esta BR a tarde sozinho, crianças pequenas e essa pista é muito perigosa, é muito caminhoneiro que passa muitas coisas é muitos perigos que tem por aí né, que a gente não sabe mas nem todas mães que têm condições de levar seus filhos e buscar. Então é uma dificuldade muito grande se a gente conseguisse que aqui mesmo tivesse uma escola, a gente não iria ficar tão preocupado como a gente hoje fica. Se uma criança demora de chegar, a gente pensa que aconteceu alguma coisa e a gente conseguindo não ia passar por isso, né ia ser tudo mais fácil para gente.

Até em uma escola que a gente foi fazer a apresentação, achei tão bonito assim da parte da diretora porque ela reservou um canto a coisa mais linda para a gente. Nesse canto a gente podia pegar o nosso campiô e fumar, a gente tava fumando, teve alunos que diz que a gente tá fumando droga, maconha e isso foi conversar com a diretora. A gente fez a apresentação tudo e depois a diretora veio, deu um puxão de orelha nesse menino e explicou que não era nada disso. Então assim, eu achei bonito da parte dela porque assim lá fora eles não sabem pra eles é uma droga e não é droga. É uma erva medicinal que a gente utiliza e ela, por ela já saber disso e ela soube explicar o nosso ancião chorou, porque ele foi explicar para os alunos isso, a gente acabou se emocionando e chorando junto e assim eles aplaudiram a gente tudo porque eles passaram a entender que aquilo não era nenhuma droga como eles viram e acharam que era, então assim às vezes eles lá fora, eles não têm a noção do que é aquilo mas quando a gente tem uma oportunidade de passar para as pessoas elas vão entender também, mas quando a gente só fica aqui preso como por muito tempo a gente viveu só preso dentro de uma aldeia, sem sair pra mostrar um pouco da nossa cultura.

Eles não tinham conhecimento disso, eles não eram acostumado como hoje em dia eles estão se acostumando. A escola hoje em dia, muitas escolas tá chamando os indígenas pra ir

fazer apresentação, pra mostrar um pouco da nossa cultura pros alunos, eles mesmo estão levando isso para os alunos. A gente gosta e acha bonito, a gente não cobra nada, mas se eles tiver a boa vontade de agradecer a gente com alguma coisa que eles queiram, a gente também fica grato. Mas a gente tá saindo mostrando um pouco da nossa realidade, a gente tá sendo visto, coisa que a gente não era, a gente era preso, como se nossa aldeia fosse uma prisão que a gente só pudesse ficar lá, porque se a gente saísse da nossa aldeia era discriminado, muitos eram mortos, era perseguidos, era maltratados e hoje em dia não, a gente tá sendo mais visto, a gente tá sendo reconhecido fora das aldeias, então isso também alegra a gente deixa a gente mais feliz e satisfeito

No começo dessa luta eu estava grávida e a gente ficava tudo debaixo de lona, tinha pessoas como eu minha irmã, minha tia, a nossa barraca era bem perto da cerca e nesse começo era muitos carros que apareciam jogando a claridade na gente, a gente não dormia, os homens fazia rondas, ficava até de madrugada acordados, alguns deles tinham que trabalhar. Ficavam andando aqui, o medo deles entrar aqui dentro e fazer alguma coisa com a gente, porque era muito ameaça

Era carros que paravam clareava pro lado da gente, fazia ameaça, nesse dia mesmo que o carro parou do outro lado da cerca, me chamou, as pessoas aqui ficaram tudo assustado e eu não sei como veio aquela força, eu fui pra perto da cerca. Eu disse: venha o senhor pro lado de cá. E ele disse não, é uma coisa que vai ser pro bem de vocês. E eu disse, então venha entregar o senhor, desse lado. Ele disse, não vai vim não? eu disse, não que nós não é doido de entrar aí, vem o senhor fazer entrega. Ele entrou dentro do carro e saiu e era sempre eles que vinha à noite, pelo dia, na madrugada e ficavam clareando aí e fazendo ameaças. Quando a gente foi, no outro dia, quando a gente foi chamada que eu até chorei na hora que disse que iam tirar a gente daqui, eu disse você não tem pena? de mães grávidas e vai botar essas mães, onde? no meio das pista? Ele disse que ele não queria nem saber, até fez a proposta de dar casas pra gente, foi minha casa minha vida. Aí a gente disse que não queria, porque a gente, não queria morar na cidade e ficou aquele debate quando a gente chegou debaixo da oca era onde a gente fazia as reuniões, onde a gente conversava e acendia fogueira, dançava e cantava nosso Toré pra poder dar a fortaleza pra gente, porque tava muito grande essa luta e a gente sabia que ou a gente lutava ou a gente perdia.

Foi no tempo que eu viajei e logo em seguida nem demorou, não foi mãe, de acontecer isso, botaram a gente pra fora e tudo isso eu fui presenciando assim a distância, mas mandavam um vídeo pra mim, mandavam foto e eu de onde eu tava eu chorava, assim porque minha vontade era tá aqui lutando junto com eles, mas eu não tava aqui. Teve uma palavra que minha filha falou antes da gente ir, que a gente ia voltar pra aqui e na volta dela quando ela viesse, que a gente viesse pra ficar de novo, a gente ia retornar e quando a gente veio teve gente que quando a gente recebeu a notícia que a gente podia voltar para as terras, teve gente que chegou perto de mim e abraçou e falou assim, sabe o que está me deixando alegre, porque eu tô chorando? eu disse, não. Porque eu lembrei das palavras da sua filha, antes de vocês viajar, ela era pequenininha e abraçar até, ele disse assim, eita menina esperta...

A gente hoje tá aqui de novo e a gente dançou nosso Toré feliz, só que isso não parou por aqui, porque é claro que eles vão querer ainda né, brigar por aqui porque eles têm advogado e não foi só um advogado foi mais de um. E o advogado claro que quando ele tá numa luta, ele quer receber então só que a gente tem fé que essa luta já tá grande e assim ficou muita gente que ficou adoentado por causa disso, teve gente que deitava nem dormia direito, que vinha aquele pensamento. Eu não tava na hora, mas eu fiquei num estado nervosa, que eu tomava remédio calmante pra até conseguir dormir. Eu estava lá, mas eu estava preocupada com os que estavam aqui e ficou isso em todo mundo. Não tem dinheiro nenhum que vai trazer a nossa saúde de volta, porque acabou muita gente adoecendo por conta disso que a gente passou, aí para as pessoas que passavam e riam e que passavam e falavam, aí os sem-terra, são índio nada.

Porque teve muitas vezes da gente entrar na van pra ir pro centro de Paulo Afonso dizia pra gente, os sem-terra. Teve um tempo que até a minha mãe debateu com uma mulher dentro do ônibus, porque ela falando coisas comigo e eu grávida. Então a gente escutava muitas coisas. Teve uma vez que eu até discuti com o motorista, ele também tava falando coisas da gente aqui, desejando mal mesmo dizendo que a gente tava tomando terra dos outros. Não. A gente não pegou terra de ninguém, a gente só retomou aquilo que nos pertence porque se muitos deles analisasse, a gente tem muitas terras aí que a gente poderia entrar, eles não podiam tá brigando ou tirando a vida de um indígena, porque teve terra que não foi nem comprada, foi invadida, invadida por eles, pela gente não. Então a gente assim escuta muito. Essa é a base do preconceito de pessoas que não tem noção e não sabe enxergar a realidade da gente, o que a gente sofreu, que a gente vem sofrendo porque até hoje se um carro passa, a gente já fica assustado.

A nossa tradição da nossa cultura, a gente tem o nosso canto, também tem dias que é tirado só para nós e tem os dias que a gente também recebe outras pessoas pra assistir o nosso canto, pra nossa dança, o Toré né. E tudo isso a gente ensina os pequenos aos grande como balançar um maracá, puxar um toré. Isso começa dos pequenos aos grandes, porque isso é uma tradição que nunca vai morrer, ela sempre vai estar com nós onde a gente tiver. Se a gente tiver vontade de cantar nosso Toré, a gente vai cantar. Se a gente tiver com vontade de balançar o maracá, a gente vai balançar. Se a gente tiver com vontade de fumar nosso cachimbo, a gente vai fumar. Só que a gente também respeita; a gente se afasta, vai, senta, fuma o nosso cachimbo. Então a gente respeita também o espaço dos outros, mas o que a gente deixa de seguir a nossa tradição, em lugar nenhum. E é tanto que quando a gente vai pra casa de algum parente, alguma coisa assim, que às vezes lá não fuma né, a gente já se agonia, a gente fica agoniado. A gente diz ah! A gente quer ir para um canto que a gente possa fumar nosso cachimbo; que a gente possa cantar o nosso Toré, aí então a gente se sente assim, como se nós tá ficando preso ali. Então a gente já não se sente bem, a gente gosta de chegar num lugar que eles entenda também o nosso lado, a nossa tradição. Então tem aquele espaço que as pessoas respeitam, a gente respeita também. Então a gente não vai deixar isso morrer, nunca. A gente vai ensinar sempre pro nossos filhos, sobrinhos, os avós para os netos e assim vai passando de vô para filho, e assim uma tradição que nunca vai acabar.

Entrevista Narrativa 17 – Movimento Indígena

Tarcísio

01/03/2023

Meu nome é Tarcísio, sou do estado de Pernambuco, sou dos Pankararu e tenho filho pequeno estudando né. No pré fui para a escola Princesa Isabel, a primeira escola que estudei, fiquei lá até uns 5, 6 anos aí eu partir pra outra escola que é indígena Pinagé fica na minha aldeia, aí estudei lá 3 anos, sair, só sei que eu passei por um monte de escola né, pra ir pra fora logo aí eu fui para o Cacheado que também lá fiquei 3 anos também sair e fui estudar pra fora da aldeia uma escola que chama rural, eu me esqueci o nome dela. Lá nessa escola aconteceu um fato com uma professora, ela botou na prova umas questõezinhas desta parte da história bem indígena, só sei que ela botou e eu sabia eu fui e botei o que eu sabia na folha no final da prova. Ela foi e me deu zero, e aí perguntei por que ela tinha me dado um zero e ela me disse, não porque está errado. Eu disse não professora, não tá errado é assim desse jeito, ela disse não, olhe o livro. Eu disse, mas o livro conta isso aí, professora, mas eu venho dali da aldeia e eu sei como é. Ela disse, não. Então a senhora quer que eu minta. Ela disse: não, se o livro está dizendo, não é mentira. Então me faça sair da sala e aí fui suspenso da escola e depois eu voltei para a aldeia de novo aqui na escola Princesa Izabel, aí estudei lá dois anos, fique lá até a oitava aí foi quando aconteceu essa retomada aqui na Bahia, aqui nos Kariri-Xocó e aí vim para cá, vim estudar aqui no Raimundo Toledo né, aí casei tive filhos não fui mais para a escola fui para uma escola na outra aldeia aqui dos Truká Tupã né, estudei lá fiz o EJA parei no primeiro e agora estou parado né? Se a escola fosse dentro da aldeia é mais fácil

A escola dentro da aldeia não é igual a da cidade, tem coisas que eles passam que não é igual aqui e você vai contar o fato, eles dizem que é mentira, mas não é mentira. Lá no livro conta uma história, mas nós vive a realidade então não tem como ser mentira. Então é isso, a dificuldade da escola da cidade é essa essa é essas coisas. Se tivesse uma escola aqui seria muito melhor, porque de qualquer jeito a gente tem que aprender as coisas também fora da aldeia porque é necessário nos tempos de hoje. Não podemos ficar só na tradição, temos que aprender as coisas de fora também. Para ser um médico tem que aprender as coisas de fora da aldeia, pra ser um doutor, pra ser um advogado é necessário, mas a cultura nós não pode deixar, então tem que ter uma escola na aldeia porque é a cultura que mantém a gente vivo.

Na Princesa Isabel ela ensina tudo que é necessário, as nossas matérias é Arte Indígena, eles ensinam a fazer artesanato. Tem a parte da cultura, que é uma matéria específica, a gente vai estudar porque a aldeia é muito grande, a gente vai andar na aldeia buscando conhecimentos dos mais velhos eles vão passando para gente e a gente traz para a escola, a gente mesmo vai buscar neles e traz para dentro da escola e aí passa sobre os remédios, as ervas medicinais no mato a gente aprende através dele, eles contam um pouco da história deles, como eles viviam antigamente e aí a gente leva como inspiração. E assim a gente vai seguindo.

Entrevista Narrativa18 – Movimento Indígena

Cacique Ubiratan

01/03/2023 – 15h30

Boa tarde a todas e a todos eu sou Ubiratã, vou contar um pouco da minha vida de Pankararu para cá, eu vim para os Kiri Xokó de Paulo Afonso. Eu vim de lá para cá em Paulo Afonso para dá um suporte aos Kiri Xokó né, aí vim tava nessa nessa retomada que retomemos para este território e hoje nós tamo aqui firme e aí falando das origens né, sou Pankararu né e hoje estou como Kiri Xokó de Paulo Afonso.

No tempo da minha época que eu estudava lá Pankararu era muito difícil era muito difícil porque na minha casa às vezes a gente ia de pé [para a escola], às vezes nem a sandália não tinha a sandália não tinha por que aquele tempo para mais ruim, uma seca braba pra época e aí a gente não tinha nem água pra tomar banho. Como Yatanã falou ou tinha que pensar duas vezes, ou fazia o café ou dava banho na gente, e aí fazia o café, o lugar que nos ia pegar água era uma nascente longe, era um negócio de uma légua para buscar. Tinha água no riacho, mas era uma água salgada. Minha origem é dali de Pankararu, daí era muito difícil. E aí fui e casei aí me casei o tempo ruim aí tava estudando aí em um período aí que teve que ir trabalhar aí por isso toda vez que eu ia fazer a matrícula para estudar, não terminava o ano, eu tinha que ir trabalhar. Fui para o sul de Alagoas cortar cana para fazer açúcar e aí não passava não, não passava adiante e aí quando voltava trabalhava seis meses em Alagoas eu voltava para os Pankararus que era aldeia mãe da gente e aí quando chegava plantar no mato, arar a terra, ciscar, queimar depois arar e plantar e depois crescia um pouco de feijão, xá xá, xá xá de novo. Como o cabra vai estudar desse jeito? fica muito cansado, eu tentava ir para a escola, chegava lá tava cochilando, aí falavam pegou quantos peixes? Tirava aquela onda comigo dos peixes e aí tá hoje eu me arrependo, mas não foi porque eu quis, a necessidade tinha que trabalhar mesmo para levar o sustento para minhas crianças que hoje já estão tudo já maior, são casados. Me arrependo porque hoje não sei ler, só sei assinar o nome.

Outra coisa quem não saiu aí foi a produção da gente, nossa plantação tudo aqui estava plantado e foi tudo arrastado e na hora, na hora me acocharam também, nessa gente que moram nessa casa aí, dizia assim "tenha calma, tenha calma. Já teve bastante, agora não tem tempo não já está esgotado. A gente tem que deixar, é isso aí". A gente tava na frente da casa botando as coisas até o pessoal estava colocando, colocando tudo e eu aperreado, mas na hora pra gente sair pra gente sair daqui de dentro. Sair assim, para o mesmo território, só atravessar a pista, mas o mesmo território, foi feito o nosso canto, nosso canto sagrado né, dado pelo nossos encantados tendo que fazer essa aliança, foi feito eu estava aqui embaixo da minha casa, somos tudo aparentado de uma família só aí foi lá embaixo na base na beira dos canyons, aí foi na hora que me deram aquele suporte que já vinham, foram por lá e vieram por cá daqui a gente subir e sair pra outro lado, aí eles vieram e aí, deu aquela coragem boa, nesse período. Aí peguei o fio de energia do poste para cá, eu puxei este fio que eu nem vi, eu estava anestesiado, nem vi através dos acochos que eles estavam dando em mim. Teve uma menina do órgão que eu falei assim não, tem que ser na parceria, ei, calma, pare, não é assim não, espere. Não, o tempo está esgotado.

Chegou a menina do órgão, outro rapaz também chegou, aí aquela parte que Yatanã falou da oca sagrada onde tocaram fogo no nosso ponto mais sagrado, que é onde a gente faz os costume da gente, onde faz os cantos da gente e vai passar para nossas crianças no dia a dia, que eles venha a aprender que vem resgatar mais. E foi a primeira coisa que eles tocaram fogo, tocou fogo na oca, eu estava do outro lado, teve um indígena que não aguentou, caiu. A oca é uma

coisa muito sagrada para nós e às vezes eu não gosto nem de pensar essas coisas que foi ruim demais.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PROGRAMA DE PÓS-GADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE-PPGEduc

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O projeto de pesquisa intitulado EDUCAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO DE ITAPARICA-BA/PE: Narrativas sobre Lutas, Subjetividades e Construção Histórica no Vale do São Francisco, discute a participação dos agentes sociais na constituição de uma base de organização, mobilização, contestação da realidade no território Itaparica-Ba/PE, que se estrutura como práxis e, consequentemente, formam sindicatos, associações e pastorais sociais. Estas atuações políticas e populares impactam na sociedade e consolidam uma ideologia fundamentada na consciência de classe e outras interseccionalidades pautadas em práticas pedagógicas de intervenções na realidade social. Assim, a pesquisa apresenta como objetivo principal apresentar a realidade de participação narrada pelas lideranças que atuam em organizações populares de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, tendo em vista o desenvolvimento de uma Educação Popular no Território Itaparica-BA/PE.

As entrevistas narrativas são procedimentos de pesquisa que serão realizadas com as lideranças atuantes como representantes legais e também lideranças que atuaram em tempos remotos como agentes de resistência contra as injustiças sociais no território Itaparica-BA/PE. Dessa forma, o cenário que envolve os sujeitos se apresenta como 08 lideranças e 07 entidades, sendo duas no campo e uma na cidade. As entrevistas serão realizadas com instrumento de gravação de voz e transcrita em formato de texto para a fundamentação do estudo. A participação como voluntário(a) nas entrevistas narrativas sem ônus ou gratificação financeira, visa a descrição das condições estruturais e históricas em que ocorreram as resistências, com a implantação da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco – Chesf e com isso reforça o fundamento destas participações para as sobrevivências econômica, política e cultural dos povos, em seus territórios de pertencimento.

Em relação a divulgação dos nomes dos coparticipantes no estudo realizado, será apresentado o primeiro nome ou apelido como forma de identificação da participação da luta destes sujeitos no território, caso haja objeção formal ou verbal deste impedimento, em todos os casos, haverá substituição no texto por nomes fictícios, com as devidas justificativas.

Caso haja algum dano associado de qualquer natureza, agravo direto ou indireto, imediato ou posterior decorrente da pesquisa como: **cansaço ou aborrecimento ao narrar os fatos da memória; constrangimentos ao narrar fatos desagradáveis vivenciados; alterações no comportamento na rememoração de fatos vividos; medo em não conseguir falar ou ser identificado em situações envolvendo quebra de sigilo; temor ao imaginar que pode ser julgado com adjetivos pejorativos e outros, haverá recorrência as instâncias públicas de assistência biopsicossocial disponíveis no território da pesquisa, com o devido acompanhamento**. Assegura-se também, de acordo com as possibilidades, cobertura material de reparação, com acompanhamento direto em urgências, emergências e atendimentos pontuais até a finalização do possível tratamento.

Os principais benefícios da pesquisa para o território Itaparica-BA/PE, são: **reconhecimento da história dos sujeitos como agentes protagonistas de lutas e resistências em sua geração e assim referência de embates e resistências para gerações futuras; valorização das atuações dos agentes sociais e a intensificação de uma cultura de participação como caráter educativo; legitimidade das denúncias dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, contra a determinação de classe e a intensificação das desigualdades sociais no sistema capitalista; reconhecimento das entidades e das lutas realizadas no território Itaparica nos enfrentamento das injustiças sociais, colaborando para a memória ou a história do território.**

Será priorizado os protocolos de segurança da COVID-19, tais como: uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento para evitar possíveis contágios.

A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPG-Educ, campus I/UNEB e os pesquisadores responsáveis são Profº. Drº Antônio Dias Nascimento (orientador); Profª. Drª. Tânia Maria Hetkowski (coorientadora) **Elília Camargo Rodrigues** (pesquisadora)**,** docente do Magistério Superior da UNEB/Campus VIII. Contamos com a sua significativa colaboração nesta entrevista narrativa que será realizada, tendo em vista a garantia expressa de liberdade de recuar a participar, retirando seu consentimento em qualquer fase ou tempo da pesquisa, sem algum prejuízo ou penalização.

Agradecemos a participação e colaboração.

_____

NOME COMPLETO DO(A) PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL

RG:

_____

NOME COMPLETO DO(A) PARTICIPANTE(A)

RG OU CPF